

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social

ENTRE GUEIXAS E SAMURAI
A imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)

Marcia Yumi Takeuchi

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Profa. Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro

São Paulo
2009

Agradecimentos

A tese aqui apresentada é resultado de quatro anos de pesquisa, um trabalho que não teria sido possível, sem a contribuição de mestres, colegas e amigos. O apoio recebido tornou um período que poderia ter sido solitário e difícil, repleto de novas descobertas e interesses. Em primeiro lugar agradeço a Profa. Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro, minha orientadora desde a minha *Iniciação Científica*, responsável por ter me aberto as portas para adentrar no universo das fontes primárias e o seu estudo crítico. Graças a oportunidade que me ofereceu, ao me integrar aos dois Laboratórios de Pesquisa que coordena – espaços de debates e construção de conhecimentos – e à sua orientação criteriosa, foi possível concretizar o que anteriormente havia delineado enquanto projeto.

Agradeço, também, ao Prof. Dr. Sedi Hirano, sociólogo de renome, professor titular do *Departamento de Sociologia* (FFLCH-USP) a quem fico grata por todas as oportunidades oferecidas de diálogo ao longo desses anos. Na ocasião do exame como em outras, suas observações mostraram-se ricas para solucionar muitas das lacunas então presentes nas minhas leituras e estudos para o presente trabalho.

Meu reconhecimento e gratidão ao Prof. Dr. Boris Kossoy, professor titular do *Departamento de Jornalismo e Editoração* (ECA/USP) e eminente pesquisador da Fotografia no Brasil, pelas nossas conversas sobre iconografia, que em muitos aspectos foram decisivas no processo de desta tese de doutoramento.

Ao Prof. Dr. Elias Thomé Saliba, professor titular do *Departamento de História* (FFLCH-USP) agradeço por ter me honrado com a sua presença no Exame de Qualificação, agradeço as observações feitas, que muito contribuíram para o aperfeiçoamento teórico da minha pesquisa. Em especial, a leitura de sua abordagem sobre a história brasileira a partir da análise sobre a imprensa humorística carioca e paulista durante a *Belle Époque* e da rádio, foi imprescindível para a condução da minha pesquisa.

Do mesmo modo, ao Prof. Dr. Federico Croci, hoje professor de História Contemporânea da *Universidade de Gênova*, que enquanto pesquisador e até então coordenador do módulo *Migrações* do LEER-USP [Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação] e PROIN-USP [Laboratório de Estudos sobre a Memória Política Brasileira] – ambos coordenados pela Profa. Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro – além da rica convivência de três anos, esteve presente na minha Banca de Qualificação. Seus

apontamentos por ocasião do *Exame*, em especial em relação ao periodismo, foram esclarecedores.

Ao Prof. Dr. Nicolau Sevckenko, professor titular do *Departamento de História* (FFLCH-USP), devo a oportunidade de ter participado como aluna de doutorado em seu curso de pós-graduação, ainda em 2005, através do qual foi possível apurar meus conhecimentos teóricos, sem os quais teria sido impossível pensar na imigração japonesa, tendo como fontes principais as charges políticas.

Agradeço à *FAPESP* [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo], que me concedeu uma bolsa de doutorado, financiamento sem o qual não teria sido possível a dedicação exclusiva à pesquisa e à tese. Em particular, o apoio da FAPESP foi decisivo na coleta de fontes realizada na cidade do Rio de Janeiro.

Aos funcionários e à direção do *Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil*, em particular Dona Emi e Miyeko, meu reconhecimento pelo carinho com que sempre me receberam. À equipe do *Arquivo do Estado de São Paulo*, especialmente os responsáveis pela Biblioteca e o Setor de Consultas, devo toda a atenção que pode ser traduzida na série de charges e reproduções fotográficas da revista *A Cigarra* (SP).

Meus sinceros agradecimentos aos funcionários do *Arquivo Histórico do Itamaraty* (RJ) e da *Biblioteca Nacional* (RJ), em particular os setores de Divisão de Iconografia, Coordenadoria de Periódicos e a Divisão de Informação Documental na pessoa da Anna Maria Naldi, que além de facilitarem o meu acesso aos periódicos de época, autorizaram e me enviaram a reprodução de todo o material pesquisado. Estendo essas palavras à equipe técnica das bibliotecas da *Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, da *Faculdade de Direito do Largo São Francisco* e do *Instituto de Estudos Brasileiros*, todas da Universidade de São Paulo.

Minha gratidão aos muito mais do que colegas, amigos do PROIN e do LEER, pessoas com as quais além de manter um convívio intelectual, construí verdadeira amizade. Menciono, em particular, Priscila Ferreira Perazzo, Rachel Mizrahi, Wagner Pinheiro Pereira e Rogério Dezem, que compartilharam comigo inúmeras informações. Desejo lembrar, também, as minhas amigas e companheiras de encontros na academia e fora dela, de viagens de pesquisa na pós-graduação: Mariana Cardoso dos Santos Ribeiro, Ismara Izepe de Souza e Taciana Wiazovski.

Cito particularmente Gláucia Rodrigues Castellan, além de colega do PROIN, uma amiga a quem agradeço a leitura dedicada e a revisão dos originais. Suas sugestões me permitiram a correção de falhas, que o meu olhar, muitas vezes, não mais encontravam.

Não posso deixar de citar com carinho alguns amigos e companheiros que me acompanharam ao longo da vida, que fora do universo “pesquisa”, sempre me apoiaram e tiveram para comigo palavras amigáveis: Eurica Y. Hirosse, Ivania Pocinho Motta, Leonardo A. Gomes, Carla Aparecida dos Santos, Elaine A. Yassuda e Eliane Hayashida. Quero expressar, também, o meu carinho à toda família, mesmo aos que não estão mais presentes, mas que deixaram saudosas lembranças.

SUMÁRIO

Índice das Iconografias	
Resumo	
Abstract	
Siglas e Abreviaturas	
Introdução	1
Capítulo I – A REPÚBLICA BRASILEIRA: ENTRE A ILUSÃO E A REALIDADE	26
1.1 – <i>A imigração japonesa nos bastidores do Itamaraty</i>	29
1.2 – <i>Caminhos do progresso: o regime imaginado</i>	55
1.3 – <i>A edificação da Nação e do Novo Homem Brasileiro</i>	75
1.4 – <i>Intelligentsia nacional: avaliando o nativo e o exótico nas revistas</i>	106
Capítulo II – A POLÍTICA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA: Intolerância e Etnicidade	148
2.1 – <i>A política imigratória norte-americana e o antiniponismo à exportação</i>	148
2.2 – <i>A imigração japonesa diante de dois nacionalismos: a ação dos chargistas</i>	187
2.3 – <i>A perigosa etnicidade imigrante</i>	205
Capítulo III - IMAGENS ESTILHAÇADAS: O JAPONÊS NO IMAGINÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO	249
3.1 – <i>Atração e repulsa: o estereótipo da gueixa</i>	249
3.2 – <i>Imagens de identidade em conflito: rejeição ou sujeição</i>	275
3.3 – <i>Os “quistos amarelos”: cicatrizes no corpo da nacionalidade</i>	291
3.4 – <i>A civilização ocidental contra a barbárie da selva</i>	325
3.5 – <i>Inimigos infiltrados: como combatê-los?</i>	346
<i>Considerações Finais</i>	389
FONTES	394
ACERVOS E BIBLIOTECAS	407
BIBLIOGRAFIA	408

Índice das Iconografias

1. “A Geisha no Palacio Theatro”. Revista <i>Careta</i> (RJ).	68
2. [Um japonês falsificado]. Revista <i>Fon-Fon!</i> (RJ).	80
3. “A viagem do Benjamin Constant....ou a influência do meio” . Revista <i>Fon-Fon!</i> (RJ).	81
4. “A viagem do Benjamin Constant...Os nossos oficiais em Yokoama”. Revista <i>Fon-Fon!</i> (RJ).	82
5. “Personagens da Alta Comédia”. Revista <i>Fon-Fon!</i> (RJ).	83
6. “O Japão Moderno”. Revista <i>Fon-Fon!</i> (RJ).	95
7. “Postaes da Paulicéa”. Revista <i>Fon-Fon!</i> (RJ).	96
8. “A Voz da Experiencia”. Revista <i>Fon-Fon!</i> (RJ).	98
9. “Fosquinhas”. Revista <i>Fon-Fon!</i> (RJ).	99
10. “O que se vê no horizonte”. Revista <i>Fon-Fon!</i> (RJ).	100
11. “América e Japão”. Revista <i>Fon-Fon!</i> (RJ).	101
12. “A peça japoneza”. Revista <i>Fon-Fon!</i> (RJ).	102
13. “A Pendenga nipo-americana”. Revista <i>Fon-Fon!</i> (RJ).	104
14. “Instituto de Assistência à Infancia”. Revista <i>Careta</i> (RJ).	114
15. “Um triumpho hygienico internacional”. Revista <i>Careta</i> (RJ).	119
16. “Cousas amarellas”. Revista <i>da Semana</i> (RJ).	129
17. “Futuros Pleitos”. Revista <i>O Sacy</i> (SP).	136
18. “Nós que o que...”. Revista <i>O Sacy</i> (SP).	141
19. “A Paz Mundial: Na Sucia...dade das Nações” Revista <i>O Sacy</i> (SP).	142
20. “O Perigo Mineiro!...”. Revista <i>Careta</i> (RJ).	178
21. “Os nossos hóspedes”. Revista <i>A Cigarra</i> (SP).	188
22. “O Japão e a paz allemã”. Revista <i>A Cigarra</i> (SP).	191

23. “Indesejáveis...”.	Revista <i>Careta</i> (RJ).	198
24. [A casa da Mãe Joana]	Revista <i>Careta</i> (RJ).	199
25. “Immigrações”.	Revista <i>Careta</i> (RJ).	202
26. “Indesejáveis”.	Revista <i>Careta</i> (RJ).	203
27. “Fechando a porta à imigração”.	Revista <i>Careta</i> (RJ).	210
28. “A standartização do typo nacional”.	Revista <i>Careta</i> (RJ).	211
29. “O Japão abandonou também a Liga”.	Revista <i>Careta</i> (RJ).	213
30. “Lei para todos”.	Revista <i>Careta</i> (RJ).	215
31. “A vida é tão curta...”.	Revista <i>Careta</i> (RJ).	216
32. “A nova Constituição”.	Revista <i>Careta</i> (RJ).	217
33. [Comissão dos 26].	Revista <i>Careta</i> (RJ).	219
34. [A imigração Assíria].	Revista <i>Careta</i> (RJ).	222
35. “Marcha a ré”.	Revista <i>Careta</i> (RJ).	226
36. “Aperfeiçoando o typo ethnico”.	Revista <i>Careta</i> (RJ).	228
37. “Algodão do Brasil”.	Revista <i>Careta</i> (RJ).	229
38. "Preto e amarelo".	Revista <i>Careta</i> (RJ).	237
39. "Estrategia culinaria".	Revista <i>Careta</i> (RJ).	239
40. "O Grande Laboratorio".	Revista <i>Careta</i> (RJ).	240
41. “Dentro da Amazônia Misteriosa”.	Revista <i>Careta</i> (RJ).	242
42. "Feitio da raça".	Revista <i>Careta</i> (RJ).	244
43. “Terras de ninguém”.	Revista <i>Careta</i> (RJ).	246
44. [Maria da Glória em Copacabana].	Revista <i>Fon-Fon!</i> (RJ).	252
45. “Duas interessantes japonezas”.	Revista <i>A Cigarra</i> (SP).	253
46. [Gueixa].	Revista <i>A Cigarra</i> (SP).	256
47. [O moderno e o tradicional].	Revista <i>Fon-Fon!</i> (RJ).	257
48. “Musmé, ou Nusmé?...”.	Revista <i>Fon-Fon!</i> (RJ).	264

49. “Banhistas de luxo no Japão”. Revista <i>Careta</i> (RJ).	268
50. “Pontos de vista”. Revista <i>Careta</i> (RJ).	69
51. “Escola de noivas”. Revista <i>Careta</i> (RJ).	273
52. “Typos caracteristicamente ‘brasileiros’”. Revista <i>A Cigarra</i> (SP).	283
53. [Menino e meninas brasileiros filhos de mãe brasileira e pai japonês]. IEB (SP)	290
54. “Topete”. Revista <i>Careta</i> (RJ).	315
55. “Indigestão”. Revista <i>Careta</i> (RJ).	316
56. [Brasileiros]. Revista <i>Careta</i> (RJ).	321
57. [Cabeça de ponte]. Revista <i>Careta</i> (RJ).	323
58. “O programa está começando a interessar”. Revista <i>Careta</i> (RJ).	331
59. “Quanto mais alto...”. Revista <i>Careta</i> (RJ).	333
60. “Abafando”. Revista <i>Careta</i> (RJ).	334
61. “Na hora da revanche”. Revista <i>Careta</i> (RJ)	340
62. “Remember Pearl Harbor”. Revista <i>Careta</i> (RJ)	341
63. “Honras militares”. Revista <i>Careta</i> (RJ)	345
64. “As ‘coisas’ pretas e pardas”. Revista <i>Careta</i> (RJ)	356
65. [Os canibais]. Revista <i>Careta</i> (RJ).	360
66. “Entre dois fôgos”. Revista <i>Careta</i> (RJ)	365
67. “Ele tem razão”. Revista <i>Careta</i> (RJ)	369
68. [Os patriotas]. Revista <i>Careta</i> (RJ)	371
69. “Tinha razão”. Revista <i>Careta</i> (RJ)	373
70. “Praga nipônica morta nas Ilhas Salomão”. Revista <i>Fon-Fon!</i> (RJ)	375
71. “Que restará do Japão”. Revista <i>Careta</i> (RJ)	378
72 - “O pai zangado”. Revista <i>Careta</i> (RJ)	383
73 - Seção “Amendoim torrãozinho”. Revista <i>Careta</i> (RJ)	385

74 - Seção “Amendoim torrãozinho”. Revista <i>Careta</i> (RJ)	386
75 - Anúncio da marca de relógios “Longines”. Revista <i>Careta</i> (RJ)	387

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os debates em torno da imigração japonesa nas revistas ilustradas brasileiras publicadas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, e na documentação diplomática, tendo em vista a difusão do antiniponismo na sociedade brasileira entre os anos 1897 e 1945.

Buscarei comprovar, a partir da análise das charges e caricaturas publicadas nessas revistas, sejam de cunho literário ou irreverente (cômico), que a iconografia exerceu papel fundamental na construção da imagem estereotipada do imigrante japonês. As imagens traduziam e difundiam o ideário oficial, especialmente da diplomacia brasileira, especialmente em uma sociedade em que a maioria da população era pouco alfabetizada.

Tal situação legitimou a *práxis* racista e o preconceito contra esses estrangeiros, especialmente durante o regime estadonovista e na Segunda Guerra Mundial.

A minha contribuição, nessa pesquisa, será comprovar que tal imagem de perigosos racialmente e politicamente já estava presente desde o início do processo imigratório japonês para o Brasil.

Palavras-Chave: Imigração Japonesa, Racismo, Diplomacia, Charge, Revista Ilustrada, Imprensa, Intelectual

Abstract

This study has as aim to analyze the discussion around Japanese immigration through magazines published in Sao Paulo and Rio de Janeiro and diplomatic documents between 1897 and 1945.

In view of a reality of anti-Japanese thought diffusion in an ongoing literacy society, corroborated by different sources, I intend to confirm that iconography was central on constructing stereotyped imagery of Japanese immigrant. The image is considered central issue for our study to understand on that symbols and images play an educative role for viewing and agreeing with convenient concepts, specially from Brazilian diplomacy.

This situation has legitimized racist *praxis* and outsiders prejudice, specially during Estado Novo and World War II.

My contribution in this research will prove that this image of racially and politically dangerous had been present since the start of the Japanese immigration to Brazil.

Key Words: Japanese Immigration, Racism, Diplomacy, Cartoon, Magazine, Press, Intellectual

Siglas e Abreviaturas

AHI-RJ - Arquivo Histórico do Itamaraty

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

BFD/SP - Biblioteca da Faculdade de Direito/USP

BFFLH/SP - Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP

BJGM/SP – Biblioteca José e Gita Mindlin

BMMA/SP - Biblioteca Municipal Mario de Andrade

BMHIJ/SP - Biblioteca do Museu Histórico da Imigração Japonesa

BMP/SP - Biblioteca do Museu Paulista/USP

AFBN-RJ – Acervo da Fundação Biblioteca Nacional

BRATAC - *Brasil Takushoku Kumiai* (Corporação de Colonização do Brasil)

CIC - Conselho de Imigração e Colonização

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DEOPS/SP - Delegacia Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo

IEB/SP - Instituto de Estudos Brasileiros/USP

KKKK - *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (Companhia de Desenvolvimento Exterior de Kaiko)

Introdução

O estudo *Entre Gueixas e Samurais: A imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)* tem por objetivos principais reconstituir e avaliar as discussões políticas em torno do problema imigratório japonês no Brasil e a sua tradução através do discurso textual [na imprensa, obras de época e na documentação diplomática] e iconográfico [charges políticas e reproduções fotográficas veiculadas nas revistas ilustradas]. E a sua conseqüente difusão pela sociedade brasileira, legitimando os estereótipos e os estigmas atribuídos aos imigrantes japoneses. Enfatizamos a iconografia enquanto instrumento de difusão do preconceito, presente no imaginário político brasileiro do período em foco.

O nosso interesse pela *política imigratória brasileira* originou-se quando da finalização da dissertação de mestrado em *História Social*, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro: *O Perigo Amarelo: Imagens do Mito, Realidade do Preconceito (1920-1945)*¹, em 2004. Através desta pesquisa procuramos determinar as variantes da imagem "construída" sobre o japonês, retomando as teorias eugênicas que classificavam a raça amarela como inadequada para compor a população brasileira. Este preconceito se sobrepõe efetivamente nos anos de 1920, alcançando seu auge com a política nacionalista e repressiva da ditadura estadonovista (1937 e 1945).

Contudo, na abordagem anterior, verificou-se que tais imagens não se originaram no período estudado, mas estavam enraizadas previamente à chegada do primeiro imigrante japonês ao país.

Além de mapear a documentação, me propus a levantar os estudos sobre o assunto na historiografia brasileira. Deste modo, foi possível depreender que ainda há uma lacuna a ser preenchida, principalmente na abordagem iconográfica, na representação política de que foi objeto o estrangeiro tido como nocivo, em particular, o elemento japonês.

Logo, tendo sido verificada a importância de se traçar os antecedentes que serviram de base para a formação do pensamento antinipônico – veiculado, principalmente, através do discurso de médicos eugenistas, psiquiatras e políticos que apregoavam a inferioridade das "raças" negra, japonesa e semita – objetivamos, na atual pesquisa, a relacionarmos os argumentos que se prestaram para fundamentar a exclusão social dos colonos nipônicos, sob a alegação de que "prejudicariam a formação étnica do povo brasileiro".

¹ Marcia Yumi Takeuchi. *O Perigo Amarelo: Imagens do Mito, Realidade do Preconceito (1920-1945)*. São Paulo, Associação Editorial Humanitas, 2008.

A proposta justificou-se, ainda, com a consideração de que no Brasil, o fim da escravidão em 1888 e a mudança do regime de Império para a República, trouxeram à tona o problema da substituição da mão-de-obra escrava negra e a preocupação sobre a composição étnica desejável para a *Nação*. Idealizava-se, tal como ocorria nos demais países da América Latina, o progresso e a modernidade.

Assim, a necessidade de “purificação” da *raça brasileira* fomentava discussões acaloradas na imprensa e nas tribunas, que incorporavam debates sobre a conveniência ou não da introdução de certas correntes imigratórias no Brasil. Importante ressaltar que a população brasileira deste final do século XIX era constituída em grande parte por mestiços e negros, acusados como fatores de atrasos cultural e econômico, e taxados de inferiores do ponto de vista racial.

Realizamos durante três anos a seleção de charges e artigos em revistas ilustradas publicadas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, entre 1908 e 1945, de acordo com os seguintes critérios: localidade, periodicidade estável no decorrer de sua existência e atenção para os fatos políticos e sociais do *momento* nacional. Este último aspecto facilitou a triagem dos periódicos, pois circulavam, respectivamente, na capital do Estado de São Paulo, que mais enriquecera graças ao café e, posteriormente, se industrializava, e na Capital Federal, centro do poder.

Estabelecemos como meta o inventário de todas as revistas selecionadas, número a número, no que se refere aos textos e imagens sobre o Japão e os imigrantes japoneses no Brasil. Havia de nossa parte, a perspectiva de confirmarmos o que suspeitávamos de pesquisas anteriores: o forte vínculo entre a representação do colono japonês, as campanhas expansionistas do império na Ásia e os discursos oficiais em relação ao assunto, repercutidos na imprensa.

Para fazermos frente ao tema, nos valem do estudo de Ana Luiza Martins, que em sua tese de doutoramento, se propôs a levantar e analisar as revistas periódicas publicadas na capital paulista entre 1890 e 1922. Publicado em 2001 sob o título *Revistas em Revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*, Martins procurou dimensionar o significado das revistas no quadro mais amplo do impresso no Brasil, principalmente no que diz respeito à ampliação do público leitor, à conformação de imaginários e à recuperação de parte do universo mental do período estudado.

Na questão da difusão das revistas, a autora demonstra que o tema alfabetização estava presente apenas no campo discursivo, pois inexistia uma ação política para que esta fosse, de fato, implementada. Mesmo no Estado de São Paulo, onde algumas diferenças foram

registradas, principalmente devido ao seu poderio econômico e aos ideais liberais, que passaram a valorizar uma "reconstrução pedagógica", 58 % de seus habitantes eram analfabetos em 1920.²

De qualquer modo, a iniciativa educacional paulista potencializou o consumo de impressos de teor vário, sobretudo da revista periódica ilustrada, que tinham como função fazer chegar às demais camadas sociais a forma de "pensar" a pátria e o mundo das classes dominantes. O uso das ilustrações, em especial das caricaturas e fotografias, foi decisivo não somente no emprego de grandes artistas como J. Carlos, Belmonte ou Voltolino ou no elevamento dos níveis de elegância, experimentação de cores e expressividade³, mas na sua função de tornar inteligível a maior parte das pessoas a posição ideológica das nossas *elites*. Tinha o papel, portanto, de formadora da opinião pública e difusora das imagens para o futuro almejado.

A nossa *intelligentsia* – influenciada pelo positivismo e pelas teorias raciais divulgadas na Europa desde a segunda metade do século XIX – a partir dos conceitos da eugenia, em voga tardiamente no nosso país, defendia um progressivo branqueamento da população brasileira, através do incentivo à imigração européia. E conceituados elementos das elites política e intelectual, encontravam nas revistas ilustradas o canal de divulgação de seus argumentos fundamentados no que acreditavam ser a *Ciência*.

De fato, a apreciação da presença do imigrante japonês no imaginário político brasileiro, mediante a leitura de artigos e crônicas, complementada pela análise das charges políticas, reproduções fotográficas e, ainda, contrapondo essas fontes às obras de época publicadas pelos intelectuais anti e filonipônicos, pressupõem a observação de alguns problemas relacionados ao nosso objeto de pesquisa.

Em primeiro lugar há a questão do público para o qual estavam voltados esses periódicos ilustrados. Paula E. Janovitch, em uma tese de doutoramento sobre a imprensa irreverente paulistana entre 1900 e 1911 (2003), relaciona o fenômeno de produção e reprodução de notícias à presença de um “público leitor de massa”, que ampliava o mercado para o escritor. Para a autora, esses fenômenos estavam intrinsecamente associados à

² Ana Luiza Martins. *Revistas em Revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 193.

³ Nicolau Sevckenko. *Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 235.

modernização da imprensa e aos fatores que a caracterizaram: os agentes, as suas atividades e o maquinário: fotógrafos, litógrafos, daguerreótipos e as máquinas de escrever.⁴

Sendo que a expressão “público leitor de massa” está presente em seu estudo, Janovitch nos apresenta uma estatística que nos faz refletir à respeito: segundo os dados que apurou, em 1920, a população analfabeta no Brasil era de 76 %. No Estado de São Paulo, esse índice atingia a 70 %, mas na capital caía para 46 %. Conclui, então, que na cidade de São Paulo, os potenciais leitores de jornais estariam em torno de 58 % da população. Essa nova situação – as novas técnicas de impressão – ao contrário do livro, beneficiou a imprensa.⁵

Embora centre a sua pesquisa nos pequenos periódicos irreverentes, de duração efêmera, Janovitch observa que as revistas ilustradas paulistanas em geral, predominantemente caricatas ou de entretenimento e de variedades, se valiam da inserção de notícias em que seu maior diferencial era o dinamismo: parágrafos enxutos, possibilitados pelos telégrafos e correios. Seguindo a tendência européia do final do século XIX, a imprensa paulistana, como a carioca, priorizava a informação, em detrimento dos longos artigos, através de uma linguagem sintética, acessível a um público maior. “O novo jornalismo de informação ampliava seu número de leitores, incluía as massas e abria-se para os anúncios publicitários”.⁶

Logo, as revistas, aliando ilustrações (instantâneos fotográficos e charges) e textos rápidos, atraíam seu público para o universo dos leitores. Contudo, é necessário nesse ponto observar que, se a predominância de imagens e textos sintéticos, conjugada a mecanização que permitia a multiplicação dos exemplares das revistas ilustradas, as tornava acessível aos setores populares, em menor número, e médios, a elite formava importante contingente de consumidores. Essa realidade pode ser comprovada através dos anúncios comerciais, reproduções fotográficas de eventos ligados à alta sociedade e, especialmente, pelos instantâneos fotográficos presentes nos números semanais. À incipiente democratização da leitura e da massificação, a burguesia procurava se diferenciar das massas anônimas.

A visibilidade das aparências promovidas pelos semanários ilustrados tornava-se uma das formas mais usadas pela pequena elite local paulista para marcar esta diferença de lugares sociais em São Paulo.⁷

Conforme observado por Janovitch, essa delimitação social não ocorria apenas na São Paulo do progresso e da riqueza, mas também no Rio de Janeiro, capital da República. Se a

⁴ Paula Ester Janovitch. *Preso por Trocadilho: A Imprensa de Narrativa Irreverente Paulistana de 1900 a 1911*. Tese de Doutorado – FFLCH- USP, 2003, p.6-12.

⁵ Idem, p.12. Notamos uma discrepância em relação a percentagem de analfabetos no Estado de São Paulo entre o estudo de Janovitch e Martins.

⁶ Ibidem, p.86.

⁷ Ibidem, p.215.

exposição paulistana se dava nas ruas do *Triângulo* (Ruas Direita, São Bento e XV de Novembro), local que concentrava o que a cidade tinha de mais cosmopolita e civilizado, a carioca acontecia nas Avenidas Beira Mar e Central (depois Rio Branco), pelas mesmas razões.

O levantamento por nós realizado nas revistas cariocas *Careta*, *Fon-Fon!*, *Revista da Semana* e *Vamos Ler!* e nas paulistanas *O Sacy*, *O Pirralho* e *A Cigarra*, demonstrou que, sem dúvida, a imprensa ilustrada buscava retratar o aspecto mais europeizado das duas principais cidades brasileiras, seguindo a vertente do ideal de progresso preconizado pelo regime republicano.

A historiografia sobre o tema demonstra que essas foram as aspirações da elite político-social do período. Posteriormente, quando das mudanças sócio-econômicas advindas ao final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os anseios nacionalistas e as decepções das classes dominantes foram divulgados, do mesmo modo, através desses periódicos.

Tomando por hipótese que as imagens construídas em torno da figura do imigrante japonês, eram influenciadas pelo papel do Japão no cenário internacional, justifica-se a ambigüidade encontrada: a admiração pelo rápido desenvolvimento comercial, industrial e militar do Império e, ao mesmo tempo, o temor de perigo, tanto político quanto racial, representado pelo súdito japonês instalado em terras brasileiras.

Constatamos que através das charges é possível avaliar o impacto desse discurso intolerante na sociedade, ressaltando que o uso da linguagem visual facilitava a circulação do discurso racista, legitimando a imagem de inimigo insidioso atribuída ao estrangeiro, no caso em questão o japonês. Numa primeira investida constatamos que esses periódicos veiculavam a imagem estereotipada do nipônico, em especial no período da Segunda Guerra Mundial. As charges condensavam em seus traços as idéias de complô político, de fanatismo, de covardia e de cultura mesquinha associadas ao japonês. A difusão de tais mensagens contribuía para reforçar as idéias de ameaça e de traição atribuídas ao povo japonês em geral.

A deformação dos traços produzida pelo caricaturista e a sua reprodução criaram modelos estereotipados que, durante a Segunda Guerra Mundial, foram aplicados aos súditos japoneses residentes no Brasil. Partimos do pressuposto de que a divulgação de charges políticas - que têm como tema os nipônicos - contribuía para a construção da imagem da alteridade, ou seja do *Outro* que deveria ser exaltado ou desqualificado a favor dos interesses em jogo dos produtores dos discursos. Mas a questão que permanecia: quais os percursos seguidos por essa imagem, que transformações e permanências sofreu na periodização aqui estabelecida?

À propósito da iconografia específica sobre o *perigo japonês*, à metodologia e à teoria relativas à especificidade dessa fonte, citamos como suporte primordial, as apreciações de Boris Kossoy, pesquisador e historiador da fotografia no Brasil.

Embora nesta pesquisa, a fotografia não tenha sido contemplada enquanto artefato original, mas como reproduções fotográficas impressas nas páginas das revistas, entendo ser possível a apropriação de algumas etapas da metodologia proposta por Kossoy, que surgirão em outras oportunidades nesta tese: o conteúdo das imagens – os elementos icônicos – que permitem situar a cena gravada no espaço e no tempo, que funcionam como indícios iconográficos, que complementados por outras “informações de natureza histórica, geográfica, geológica, antropológica, técnica, a carregam de sentido”. Assim, aliando-se documentos textuais e visuais, obtêm-se datas, lugares e “micro-histórias de diferentes naturezas implícitas no documento”.⁸

As fotografias, no sentido da abordagem iconográfica, são fontes de meios de conhecimento, que registram partes de cenários, personagens e fatos, que contribuem para tornar perene a memória histórica, seja individual ou coletiva. Essa é uma das características que as tornam documentos decisivos para a reconstituição histórica. No entanto, aponta Kossoy, é de importância a atribuição de um *corpus* conceitual para o estudo das imagens sobre o qual se assenta um modelo metodológico de análise e de interpretação. Os conceitos visam à decifração técnica, cultural, estética e ideológica das imagens fotográficas.⁹

Embora a interpretação dos indícios os ligue ao real, a imagem fotográfica é resultado da criação do fotógrafo, é construída e, do mesmo modo, possuidora de códigos. Se, portanto, no momento da captação da imagem, havia a conexão com o fato real, no instante seguinte, o que se tem é o assunto representado. A diluição imediata do fato evidencia a sua natureza efêmera, mas a sua memória permanece pela fotografia. Mas o que prevalece, através dos documentos fotográficos, é a representação, “uma experiência ambígua que envolve os receptores, pois, dependendo do objeto retratado, desliza entre a informação e a emoção”. O acesso ao dado real será, sempre, um acesso à segunda realidade, a da representação elaborada. Temos a aparência,

⁸ Boris Kossoy. *Os Tempos da Fotografia: o efêmero e o perpétuo*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2007, p.41. O autor, ao propor a compreensão da natureza da imagem fotográfica, destaca que ao iniciar seus estudos ainda nos anos 1970, duas questões se lhe apresentaram enquanto pesquisador: observara a quase total inexistência de textos acerca do assunto e a necessidade da busca de conhecimentos em diferentes disciplinas a fim de avaliar a fotografia enquanto seu papel de documento histórico e, também como forma de expressão artística. Em síntese: os primeiros ensaios sobre o tema enfatizavam a história da técnica ou intentavam “uma abordagem estética, porém desvinculada da trama sociocultural, o que resultava em relações de autores e imagens desconectados do processo histórico”. Idem, *Ibidem*, p.26-27.

⁹ Idem, p.34-35. Kossoy qualifica as questões teóricas / conceituais como a terceira vertente das suas investigações, e retoma o conceito de paradigma indiciário de expresso por Carlo Ginzburg em sua obra *Mitos, Emblemas, Sinais*. Ginzburg se vale das contribuições de Giovanni Morelli, Sigmund Freud e Arthur Conan Doyle, que identificavam aspectos ocultos a partir de indícios deixados pelo inconsciente.

a encenação: os detalhes podem ser distorcidos ou ainda omitidos. Há, portanto, realidades e ficções inerentes às imagens fotográficas entendidas como documentos/representação.¹⁰

Diante do exposto em relação às concepções teóricas da fotografia expressas por Kossoy – da construção de realidades e verdades – há a natureza ficcional da imagem, as manipulações, que ocorreram antes, durante e depois de sua produção. A fotografia pode ser utilizada como propaganda ou enquanto instrumento de confirmação de preconceitos, situações verificadas sempre a partir de suas legendas, diagramação, dos veículos que a propagam e do público receptor.¹¹

Diante dos quadros aqui apresentados, será importante, também, esclarecer a quem atribuímos o *status* de elites: aqueles que pautavam a política nacional, atuavam na imprensa e ainda detinham a dominação econômica e social.

Fundamentamos a nossa percepção de elites no artigo “Sobre as Elites: Abordagem Historiográfica”, de Jean Duma. Neste texto, o autor expõe que os debates historiográficos em torno do termo *elite*, empreendido por historiadores do período moderno e contemporâneo, concluem para uma definição em comum: grupo ou grupos, que por diversas razões ocupam uma posição proeminente na sociedade. Mas, qual a natureza desses grupos? Se são grupos sociais, quais os seus limites? O conceito elite não pode transpor os limites de um só grupo? E quais os critérios que servem para definir e que legitimam essa preeminência? Duma observa que essas questões têm sido abordadas pelos historiadores, mas elas se diferenciam segundo os períodos históricos abordados.

O autor conclui que independentemente do período moderno estudado pelos historiadores (século XVI ao XVIII), havia critérios comuns de segregação, que podem ser

¹⁰ Ibidem, p.43-53. O autor retoma conceitos e idéias expressos em seus estudos *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica* (2000), editado em 2ª. edição pela Ateliê Editorial de São Paulo, e *Fotografia e História*, em 2ª. edição também pela Ateliê Editorial. Essa encenação entra em oposição com a concepção de imagens documentais associadas aos valores morais como a verdade, cuja gênese está na fotografia ser considerada, desde o seu advento, como um registro neutro e objetivo do objeto diante da câmera. Os enquadramentos da foto e dos cortes posteriores são determinados pela ideologia. Essas ações propiciam à imprensa a manipulação das informações. Desse modo, a fotografia aplicada à atividade científica, policial, jornalística busca comprovar e testemunhar. A imagem é ambígua, produto de um processo de criação / construção, uma verdade iconográfica. A decifração da imagem ou a desmontagem de sua representação demandam uma interpretação baseada na análise iconológica, conceito introduzido por Erwin Panofsky em *Estudios sobre Iconologia*, Madrid, Alianza Universidad, 1982, para a decifração daquilo que o fragmento visual não tem de explícito em seu conteúdo. Esta interpretação se desenvolve na esfera das idéias, da mentalidade.

¹¹ Kossoy sublinha que as proposições teóricas realizadas até então, vinculados aos conceitos elaborados em função do texto escrito não eram adequadas para se pensar a imagem. Por outro lado, a ausência de uma abordagem baseada em concepções conceituais e teóricas apresentava histórias sobre as imagens em seu viés positivista. O autor refere-se aos teóricos que lhe forneceram os alicerces que o levaram a refletir sobre o documento fotográfico sob o viés científico, influenciado pela *Escola de Annales* e pelas Mentalidades: E. Panofsky, C. Ginzburg, M. Vovelle, P. Francastel dentre outros. Idem, Ibidem, p.30-47.

resumidos em "riqueza, nascimento e função".¹² Há, ainda, nessa tentativa em conceituar o conceito *elite* dois problemas: a questão da mobilidade social – a recomposição do mundo das elites - e a questão das *mentalidades* - o ideal de vida que caracteriza o grupo, contribuindo para a sua definição e para sua reprodução. Ambas estão relacionadas, pois a primeira determina como os grupos sociais detentores de privilégios se auto-representam e alteram os critérios que determinam a sua condição de *elite*. Diante disso, Duma observa que nos tempos modernos, a importância da mobilidade social demonstra que é preciso ter uma *concepção aberta* da natureza de elite, mesmo reconhecendo a continuidade da existência dos requisitos para pertencer a ela. Contudo, dada a fluidez da sociedade, estes possuem maior flexibilidade.

Como exemplo, cita que no século XVIII, a noção de *elite* não atendia as necessidades do *Antigo Regime*, devido ao enriquecimento da burguesia, uma camada do Terceiro Estado, que poderia vir a ser incluída na categoria de elite. A fortuna atendia, no plano político, aos interesses do Estado monárquico de enfraquecer a nobreza tradicional, que se fundava nos laços pessoais e sanguíneos. Esse fenômeno é vinculado à mutação da forma do Estado, a sua onipresença e ao dinheiro. Esses agentes do Estado, na expressão do autor, contribuem para o seu fortalecimento, investem nele e podem até mesmo modificar a sua natureza.¹³

Assim, o conceito de *elite* poderia ser definido como conjunto de grupos sociais que devido ao seu estatuto jurídico, sua riqueza, seus talentos ou outras razões, têm assegurado uma posição de *topo* na hierarquia social, se isolando do resto da sociedade, mantendo relações privilegiadas com o poder, ao mesmo tempo, que o monopolizam e o influenciam. No período contemporâneo, nos estudos acadêmicos sobre o assunto, essa noção encontra-se ainda mais ampliada e em campos diversificados, que incluem nesse conceito uma distinção mesmo entre os componentes de uma mesma categoria social ou profissional.

Concluimos pela escolha do termo *elites* nesta pesquisa, ao nos referirmos às autoridades políticas, intelectuais que atuaram [orgânicos] ou não diretamente junto às esferas do poder, diplomatas e, finalmente, os grandes detentores do poder econômico que, também, faziam difundir seus ideais, via imprensa e livros. Essa co-relação entre a intelectualidade e o poder se fortaleceria expressivamente com a Revolução de 1930, quando há convergência entre o governo Vargas e os intelectuais, sobre o ideal de um Estado forte e centralizador, único capaz de levar o Brasil à modernidade.

¹² Jean Duma. "Sobre as Elites: Abordagem Historiográfica". In *Revista História UNISINOS*. São Leopoldo: UNISINOS, Vol. 7º, nº8: 89-103, jul/dez de 2003, p. 89-93.

¹³ Idem, pp. 94-100.

Dentro deste contexto, tanto os textos jornalísticos, como as charges políticas, foram considerados "formadores de opinião"¹⁴, porta-vozes de alguns segmentos da sociedade brasileira, que freqüentemente se manifestaram através do periodismo. Este, por sua vez, teve como matriz um conjunto de imagens endossadas e (re)criadas por países imigrantistas que se viam diante dos mesmos problemas de povoamento em seus territórios.

A circunstância de que, particularmente no Estado Novo (1937-1945), a imprensa e os demais meios de comunicação de massa foram utilizados para doutrinar a população, de acordo com os interesses da ditadura Vargas, nos ofereceu uma nova questão teórica, em vista dos diferentes estudos que associaram o regime estadonovista aos regimes fascistas, no que tange ao uso sistemático da propaganda política.

No decorrer da tese, nos esforçamos em demonstrar a importância das charges políticas, dos anúncios e demais suportes iconográficos, e nos embasamos em obras que abordaram, também, esse aspecto do Estado Novo. A princípio, citamos dois estudos: *A Anatomia do Fascismo*, de Robert O. Paxton – professor de *História Contemporânea* na *Columbia University* – publicado em edição brasileira em 2007 pela Editora *Paz e Terra*, e *Estado Novo: ideologia e poder*, organizado pelas historiadoras e pesquisadoras do CPDOC (FGV-RJ) Lucia Lippi Oliveira, Mônica Pimenta Velloso e Ângela Maria de Castro Gomes, publicada pela *Zahar Editores* em 1982.

Ambos os estudos citados consideram o Estado Novo um regime autoritário, a despeito da doutrina estadonovista, que em suas múltiplas vertentes, mantém semelhanças e distinções com a doutrina fascista. “É por meio das características comuns que, muitas vezes, o Estado Novo foi identificado com o fascismo”. As diferenças entre o fascismo e o Estado Novo segundo Lippi Oliveira estavam na: ausência de um movimento revolucionário organizado para a tomada do poder; ausências de um partido de sustentação e militarização de suas forças, que competiriam com as forças armadas.¹⁵

Robert O. Paxton, em seu estudo comparativamente recente, ressaltou as variações e as complexidades do fascismo e o seu funcionamento, e propõe como sua contribuição, a centralização de sua interpretação nas ações dos fascistas, ou seja, como os regimes fascistas

¹⁴ As revistas enquanto veículos vulgarizadores das teorias antinipônicas ou mesmo filonipônicas ao público leitor, nos diferentes períodos de certa liberdade de expressão e de censura.

¹⁵ Lúcia Lippi Oliveira. *Introdução*. In Lúcia Lippi Oliveira; Mônica Pimenta Velloso; Ângela Maria Castro Gomes (Orgs.) *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, p.24.

interagir com as sociedades que pretenderam transformar, mais do que em suas palavras, diferenciando-se assim das práticas comuns.¹⁶

A fim de delimitarmos a natureza do Estado Novo, nos amparamos brevemente nos conceitos de Paxton sobre o fascismo.¹⁷ Nas palavras do autor, essa corrente foi a grande inovação política do século XX, tendo em vista que as demais – conservadorismo, liberalismo e socialismo – atingiram sua maturidade entre fins do século XVIII e meados do XIX.¹⁸

Em relação às definições de fascismo, Paxton afirma que as interpretações correntes de um fenômeno que tomou múltiplas e variadas formas, não eram satisfatórias, e mesmo essa variação de formas dos movimentos fascistas o fizeram suspeitar que o termo *fascismo* não significava nada além de um *rótulo pejorativo*. A fim de dirimir essa questão, o autor considera relevante observar não apenas a adesão das massas aos regimes, mas também de estadistas, artistas, empresários, artistas e intelectuais. Propõe, portanto, um novo modelo de análise do fascismo: o exame das interações entre o Líder e a Nação, e entre o Partido e a sociedade civil. Desse modo seria possível resgatar o conceito para usos significativos e “explicar melhor seu fascínio, sua complexa trajetória histórica e o seu horror fundamental”.¹⁹

Dentro desta conjuntura, são apresentadas as principais características conhecidas dos regimes ditos fascistas: líder carismático, partido único, multidão em êxtase, fileiras disciplinadas de jovens desfilando em paradas e militantes espancando minorias demonizadas. No entanto, Paxton ressalta que esses regimes tiveram diferentes resultados em cada país, concluindo que embora a maioria das sociedades modernas (na Europa e fora dela) tenham gerado movimentos fascistas, poucas delas chegaram a ter regimes fascistas. Tal conclusão foi possível ao estabelecer os diferentes estágios que os regimes deveriam percorrer: 1) a criação dos movimentos; 2) seu enraizamento no sistema político; (3) a tomada do poder; (4) o exercício do poder; (5) o longo período durante o qual o regime faz a opção ou pela

¹⁶ Robert O. Paxton. *A Anatomia do Fascismo*. Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p.11. O autor admite que há vários estudos sobre o fascismo na Itália e na Alemanha. Contudo, observa que tais obras, em geral, lhe pareciam “abstratas, estereotipadas e anêmicas”, por generalizarem o fenômeno e não tratar das especificidades encontradas em cada um dos países. Paxton relaciona e analisa essas obras no Ensaio Bibliográfico anexo ao final do livro. Idem, *Ibidem*.

¹⁷ O fascismo, nome cunhado definitivamente por Mussolini, nasceu oficialmente em 23 de março de 1919 na sala de reuniões da Aliança Industrial e Comercial de Milão, onde se reuniam veteranos de guerra, sindicalistas e intelectuais futuristas. Em comum, o movimento de Mussolini e os demais semelhantes que surgiam na Europa do pós-guerra, havia a mistura de nacionalismo, anti-capitalismo, voluntarismo e violência ativa contra seus inimigos.

¹⁸ Idem, p.16-20. Paxton salienta que o nome fascismo [*fascio* - feixe] era ainda utilizado no século XIX como símbolo de autoridade e unidade do Estado. Essa simbologia foi retomada em diversos momentos da história da Itália, pois seja do ponto de vista dos liberais ou da esquerda, o *fascio* retomado representava a força, a resistência e a solidariedade.

¹⁹ *Ibidem*, p.22-24.

radicalização ou pela entropia. Nessa perspectiva identifica somente a Itália, seu berço e, principalmente a Alemanha, que se aproximou dos horizontes extremos de radicalização.²⁰

Em relação ao Brasil, Paxton entende que, assim como outras ditaduras latino-americanas, como de Perón na Argentina, o Estado Novo tomava de empréstimo os métodos e instrumentos do fascismo. Seria, antes, uma *ditadura desenvolvimentista nacional-populista*, que usava emblemas fascistas, que o aproximavam de Mussolini, mas de modo nenhum a Hitler. Não se trata, portanto, de fascismo pleno e autêntico.²¹

Encontramos, assim, subsídios para enfatizarmos o caráter autoritário do regime estadonovista, que a fim de integrar todas as instâncias ao centro do poder e manter a coesão do regime, investiu contra as minorias étnicas instaladas no Brasil, em particular os imigrantes japoneses. Entretanto, ao contrário do postulado por Paxton, os japoneses não foram identificados e punidos individualmente, mas generalizadamente identificados como inimigos. Estes sofreram inicialmente violência simbólica, uma vez que tiveram cerceados o seu direito de manter e difundir sua cultura. Posteriormente, com o rompimento das relações diplomáticas com a sua Pátria mãe, a violência se tornaria institucionalizada, pelas ações da *Polícia Política*.

A referida violência simbólica se deu em diferentes patamares como a adoção de uma legislação própria e restritiva, mas também pela legitimação do discurso antinipônico através de sua difusão e manipulação na imprensa ilustrada. É para esse aspecto que voltaremos nossa atenção.

Para tanto, e a fim de mensurarmos o valor do discurso e a sua capacidade legitimadora, foi decisiva a leitura do ensaio *A Ordem do Discurso* de Michel Foucault, cuja definição de *discurso* contribuiu em diferentes passagens deste estudo. O ponto que queremos enfatizar, neste momento inicial, do pensamento de Foucault em relação aos discursos, é a atribuição fornecida pelo autor na sua capacidade de ter “algo de singular, terrível e talvez de maléfico”.

²⁰ Ibidem, p.24-49.

²¹ As razões apresentadas pelo autor: a AIB (Ação Integralista Brasileira) era um movimento genuinamente fascista, que conheceu seu auge em 1934, quando atingiu a cifra de cento e oitenta mil filiados, mas quem governava era Vargas, que a extinguiu em 1938, assim como todos os partidos; era modernizador, com algumas características progressistas; se havia pontos comuns ao fascismo como o uso do mecanismo de poder e da manipulação de imagens, Vargas combateu as oligarquias, não uma democracia falida, e ampliou a participação política, mesmo que através de sindicatos controlados. Finalmente, não era obcecado por guerras expansionistas e a sua polícia, embora brutal, punia inimigos individualmente identificados. Paxton reitera as conclusões do estudo de Robert M. Levine, *The Vargas Regime: The Critical Years, 1934-1938*, edição de 1970, de onde extrai os números do quadro da AIB. Acrescenta que o protecionismo e os cartéis autorizados de café estabelecidos por Vargas eram comuns com muitos regimes que não eram necessariamente fascistas. Ibidem, Ibidem, p.314-322.

Estabelecendo suas reflexões como parâmetro para “as falas” dos jornalistas que exerciam a função de amplificar e decodificar os argumentos expressos pela nossa *intelligentsia* e autoridades gradas, as *instituições* tornam os ditos e escritos oriundos dessas esferas, cercados de ritos e por “um círculo de atenção e silêncio”. Para o poder constituído, o discurso está “na ordem das leis”, o manipula, lhe dá um lugar “que o honra, mas o desarma”, e que se lhe corre ter alguma força, é delas (instituições) que provêm.²²

No entanto, a percepção de que as revistas ilustradas serviram como veículos de difusão dos ideários das nossas elites, nos apresentaram a contingência do arrolamento da documentação diplomática junto ao *Arquivo Histórico do Itamaraty* (RJ) a fim de que pudéssemos lidar com o problema central da política imigratória brasileira entre 1897 e o início de 1942. Essa periodização foi estabelecida tendo como critérios: o ano de abertura da *Legação dos Estados Unidos do Brasil* em Tóquio [o início do relacionamento bilateral] e o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países e o conseqüente encerramento das atividades dos diplomatas brasileiros no Japão.

Inventariamos a correspondência diplomática que tem por interesse específico a *imigração japonesa* para o Brasil [ofícios, memorandos, telegramas e despachos emitidos e recebidos pelo *Ministério das Relações Exteriores* da sua representação no Japão], em uma tentativa de estabelecer o diálogo entre a imagem oficial que se fazia do imigrante e a sua divulgação na imprensa ilustrada.

Os documentos diplomáticos nos foram fundamentais para compreendermos o acompanhamento da Legação brasileira, depois Embaixada, dos passos militares e políticos do Império do Sol Nascente na Ásia e suas relações com os EUA, e o quanto essa visão dos nossos diplomatas afetava diretamente a posição do imigrante dessa origem no nosso imaginário político.

A nossa Chancelaria recebia relatos pormenorizados dos conflitos entre os trabalhadores nipônicos e os sindicatos norte-americanos, e a ação do governo dos Estados Unidos, a fim de conter e, finalmente, fechar suas portas à imigração japonesa. Nos Estados Unidos, as restrições eram igualmente de caráter político e racial, voltadas contra estrangeiros identificados como adeptos de ideologias tidas como subversivas ou àqueles cuja raça comprovaria sua incapacidade de se assimilar ao meio norte-americano²³.

²² Michel Foucault. *A Ordem do Discurso*. São Paulo, Loyola, 1996, p.4. Este ensaio é resultado da aula inaugural do filósofo no *College de France* em 2 de dezembro de 1970.

²³ Rogério Dezem. *Matizes do "Amarelo": A Gênese dos Discursos Sobre os Imigrantes Japoneses no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; LEI; FAPESP, 2005.

A repercussão dessa legislação discriminatória norte-americana serviu de referência para as autoridades e pensadores anti-nipônicos. O exemplo norte-americano era particularmente evocado em relação à política emigratória elaborada pelo Japão, considerada como impregnada de cunho político. Sobressaía a concepção de que os imigrantes japoneses permaneceriam "enquistados" na Nação brasileira devido às diferenças raciais e culturais, e por estarem supostamente motivados pelos interesses militares de sua pátria.

Daí, neste contexto, serem as fontes diplomáticas imprescindíveis para compreendermos o processo de construção da imagem antinipônica, nos períodos precedentes às guerras mundiais e nos posteriores.

Ressaltamos que não desprezamos os momentos de crise vivenciados pelo Brasil República e que, certamente, influenciaram no estabelecimento de uma política imigratória considerada a mais adequada, em relação aos trabalhadores nipônicos, especialmente no decorrer dos anos 1920 até 1940, quando o crescente ingresso de japoneses, os tornariam alvo de suspeitos de alienígenas perigosos politicamente.

Tivemos, também, como referência os princípios que legitimaram a república enquanto sistema político construído sobre bases liberais, mas ao mesmo tempo impregnado pelos valores e interesses da elite oligárquica. E a alteração de sua configuração com a Revolução de 1930. É em meio aos conflitos políticos, que tanto as fontes iconográficas como os documentos diplomáticos nos permitem acompanhar as transmutações do *perigo amarelo*.

Destacamos que sendo ainda raros os estudos na historiografia brasileira que tratam especificamente do tema *imigração japonesa* também, existe ainda um vasto campo a ser explorado, tendo em vista o ineditismo do assunto, especialmente sob a perspectiva da *História das Mentalidades* e *História Cultural Política*.

A pesquisa do historiador italiano Mario Isnenghi – especialista em fascismo da *Universidade de Verona* – nos serviu, primeiramente, como modelo de um estudo, que aborda a Primeira Guerra Mundial sob o viés da *História das Mentalidades*. O autor detecta a existência das crises sociais, políticas e econômicas através da apreciação de periódicos, fotografias e cartazes de propaganda. Essas fontes diferenciadas lhe permitiram concluir que diante das contradições existentes, a guerra se apresentava como um “mal menor”.

Em síntese: identifica, com base em uma nova abordagem, causas muito mais profundas do que o conhecido episódio desencadeador²⁴ do conflito. Em sua interpretação, as condições de sua explosão já estavam presentes no século XIX, uma vez que é no final deste

²⁴ O atentado cometido em Sarajevo por um nacionalista sérvio contra o Arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, em 28 de junho de 1914.

século, que “vários despertares nacionais se chocam de frente contra o Império Austro-Húngaro”.²⁵

Havia na percepção dos governantes dos países envolvidos na contenda bélica, de que o exército era o sustentáculo da pátria e o único freio possível para a desordem, representado pelo movimento operário. Na guerra, a *Nação* se reconhecia e unificava todos os interesses em comum, diluindo a agitação interna.

Conclui o autor que a guerra se fez, então, mais por questões de política interna do que externa. O inimigo estrangeiro somente legitimava os esforços e os sacrifícios, e os objetivos territoriais funcionavam como álibis. Ambos os lados procuravam manobrar as massas a fim de canalizar e conduzir as esperanças do povo. Lançavam-se mão de ideologias inovadoras, embora mais do que em idéias, os dirigentes acreditassem na capacidade militar e na força econômica a fim de manterem a estabilidade das hierarquias sociais e estatais.²⁶

O referido estudo de Isnenghi e a perspectiva de adentrarmos no universo das representações, das imagens e dos símbolos – além das questões levantadas anteriormente – reconduzem a nossa reflexão a respeito das linhas de pesquisa que pretendemos seguir, ou seja, às interpretações oferecidas pelas *Histórias das Mentalidades* e da *Cultura Política*. São pertinentes as menções as obras de Roger Chartier e Michel Vovelle, com relação à primeira, e Thomas Mergel em relação à *História da Cultura Política*.

Nas indagações, no que tange ao papel das revistas ilustradas, seus produtores e colaboradores, nos valem de Roger Chartier, enquanto autor que nos permitia justificar a trilha pela *História Cultural* e *História das Mentalidades* sem, contudo, negligenciarmos a *História Política*.

Segundo Chartier, a *História Cultural* identifica o modo como em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler. Para tanto, exerce função primordial a representação desse mundo social, realizada através das suas classificações, divisões e delimitações, interpretadas como categorias de percepção e de apreciação do real. Do mesmo modo, essa representação é determinada pelos interesses dos

²⁵ Mario Isnenghi. *História da Primeira Guerra Mundial*. Tradução de Mauro Lando e Isa Mara Lando. São Paulo, Editora Ática, 1995, p.7. Os ressentimentos e as disputas pela hegemonia nos continentes foram fatores que levaram ao alastramento da beligerância entre as nações, conforme se verifica pelo histórico do conflito. A cronologia estritamente factual leva ao entendimento, para Isnenghi, de uma luta entre as Democracias e os Impérios [Germânico, Austro-Húngaro e Otomano], mas as fontes selecionadas pelo autor lhe demonstraram que: a guerra teve como uma das razões a progressiva perda da hegemonia colonial da Inglaterra; o colonialismo motivou também a França, cuja hostilidade em relação à Alemanha datava da perda de Alsácia e Lorena em 1871. Idem, *Ibidem*.

²⁶ Idem, p.8-24.

grupos que a forjam e reside no simbólico.²⁷ Decorre dessa realidade, a necessidade do historiador relacionar os discursos proferidos com a posição de quem os utiliza, visto que as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros.

Em síntese: as representações estão sempre colocadas num campo de *concorrências* e de *competições*, cujos desafios se enunciam em termos de *poder* e de *dominação*. Chartier nega o que chama de “falsos debates” em torno da divisão entre a objetividade das estruturas (documentos seriáveis a partir dos quais se podem reconstruir sociedades tais como eram na verdade) e a subjetividade das representações (a que estaria ligada uma outra história, dirigida às ilusões de discursos distanciados do real). Em sua concepção, as lutas de representações têm tanta relevância como as lutas econômicas, para se compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os seus valores e o seu domínio. Esse mecanismo de dominação é intermediado pelo simbólico, que pode ser apropriado pelos leitores através de textos e imagens.²⁸

Assim, seguindo as reflexões do autor, teremos a consideração de que não existe uma relação transparente entre o texto e o leitor, ou seja, serão imprescindíveis as análises da forma como o discurso afeta o receptor e como o texto pode se aplicar à situação do leitor, e levá-lo a uma nova forma de compreensão de si próprio e do mundo. Necessitaremos, também, atentar para as práticas discursivas como produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões.²⁹

A questão de acesso aos bens culturais, a função das categorias psicológicas essenciais na construção do tempo e do espaço, na produção do imaginário, na percepção coletiva das atividades humanas através dos tempos nos leva a conceituação da *História das Mentalidades*. Segundo a definição de Jacques Le Goff³⁰, citando L. Febvre, os objetivos dela são a reconstituição dos sentimentos e das sensibilidades próprios aos homens da época.

Acrescenta Le Goff, que a mentalidade de um indivíduo, mesmo que se trate de um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com os outros homens de seu tempo. O nível da mentalidade está no cotidiano e no automático: é, enfim, o que escapa aos sujeitos individuais da história porque é revelador do conteúdo impessoal do seu pensamento. Sempre coletiva, a mentalidade rege as representações e o juízo dos sujeitos sociais inconscientemente. Os chamados *esquemas de pensamento*, inconscientes e interiorizados,

²⁷ Roger Chartier. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1990, p.16-19.

²⁸ Ibidem, p.18-24.

²⁹ Ibidem, p.25-28.

³⁰ Jacques Le Goff. “Les mentalités. Une histoire ambiguë” In *Faire de l’Histoire*. Paris, Gallimard, 1974, T.III, p.76-94. Apud. Roger Chartier. *Op.cit.*, p.42.

fazem com que um grupo ou uma sociedade partilhe, sem que seja necessário explicitá-los, um sistema de representações e um sistema de valores.

Sendo um dos nossos objetivos na pesquisa avaliar a difusão da mentalidade antinipônica por meio dos discursos produzidos pelas elites, e a representação do japonês no imaginário político brasileiro, entre 1897 e 1945, nos utilizamos igualmente da metodologia proposta por Le Goff: o recurso à análise serial de maior extensão possível e quantificáveis das revistas ilustradas e, também, da documentação diplomática. Em relação às revistas, os artigos, notas e crônicas serviram, muitas vezes, para contextualizar as charges, que por sua vez, traduziam os conceitos de forma mais eficiente que a escrita.

Em relação à *História Cultural da Política*, nos documentos levantados e a seleção realizada deste material, tornou-se evidente, conforme já apontamos anteriormente, o papel exercido pelos periódicos no reforço e na difusão dos estereótipos atribuídos aos nipônicos.

Ainda que a revista ilustrada não tenha sido a responsável direta pela gestação dessas imagens, ela se apropriou delas e as tornou sua matéria prima. A participação dos intelectuais nesses veículos e a larga aceitação de seu público leitor dessas idéias tornam a análise indiscutivelmente complexa. No caso dos intelectuais-jornalistas e chargistas, por serem os porta-vozes dos sentimentos nacionalistas, e do público, por ser composto predominantemente por setores médios e da elite da sociedade, cujas aspirações de consumo e de conhecimento, até certo ponto, eram atendidas pela leitura de suas páginas.

Portanto, há a necessidade de se atuar em diferentes vertentes e com fontes de tipologias diversas, mas que se interligam. Além disso, incorporamos, enquanto elementos para a nossa análise, as obras de cunho político e literário, que atestam a mentalidade antinipônica, e mesmo filonipônicas enquanto contrapontos.

Desse modo, há uma interlocução entre as autoridades políticas, setores das elites agrária e industrial e a massa, representada pela classe média e o operariado, que moldam imaginários e revelam uma gama de preconceitos contra os quais os imigrantes japoneses teriam que fazer frente e, em alguns casos, negociar uma saída que não representasse o fim de sua busca pela ascensão social e econômica.

Em um universo em que a política e a cultura atuam conjuntamente, é imprescindível o apoio de estudos que auxiliem o pesquisador a inserir de forma adequada o seu objeto. Dentre eles cito, conforme observado, o artigo relativamente recente de Thomas Mergel

“Algumas considerações a favor de uma História Cultural da Política”, publicada pela *Revista História Unisinos*, em 2003³¹.

Mergel, professor de História Moderna na *Universidade de Ruhr* (Alemanha), propõe – tendo em vista a diversificação e complexidade das novas fontes à disposição dos historiadores e mudanças sócio-políticas operadas, desde pelo menos o início do século XX – uma alternativa teórica metodológica à *História Política* tradicional através da conceitualização integradora, que possibilitasse a escrita da história sob a vertente da *História Cultural da Política*. Esta, em tese, poderia fazer responder ao desafio de agregar aos aspectos “moles”/flexíveis da realidade cultural os duros da História Política³².

Há por parte do autor a preocupação em ressaltar o apoio fornecido pela *Etnologia* e pela *Teoria dos Discursos*, destacando a importância da multidisciplinaridade, ou seja, a entrada no campo da pesquisa histórica de outras áreas concernentes às *Ciências Sociais*. De fato, a necessidade de incorporação de novos conhecimentos tornou-se fundamental, levando-se em consideração que a *História Política*, consolidada na metade do século XIX, centrava suas análises no poder, ou seja, nos homens de Estado, revelando a convicção de que as massas não tinham um poder decisório. Na ótica de Mergel, esse ponto de vista poderia ser verdadeiro nesse período, mas com as alterações verificadas nas sociedades ocidentais, não se poderia desprezar o que chama de “mercado político das massas”.³³

Aceitando-se os argumentos apresentados por Mergel³⁴, a saída seria a *História Cultural*, que não seria um mero “enfeite” ou acessório para a política, rejeitando-se a tese de que o que é política está nos meandros dos gabinetes e a cultura política nas festas e nos desfiles. História Cultural está sim ligada à política, que sofre modificações como um fenômeno histórico, e podia ser definida como meio de comunicação, cujos códigos são orientados pelo estabelecimento de decisões que resultam em compromissos coletivos. Como se davam então tais compromissos ou que ações políticas fossem aceitas?

Pode-se afirmar que uma das hipóteses está na comunicação, no estabelecimento do que é dizível. A realidade como um conjunto de construções, interpretações e atribuições de significados.

³¹ Thomas Mergel. “Algumas considerações a favor de uma História Cultural da Política”. In *Revista História Unisinos*. São Leopoldo, UNISINOS, Vol.7 (8), 2003, p.11-55.

³² *Idem*, p.12.

³³ *Ibidem*, p.15.

³⁴ Dentre eles, a postura crítica à História factual positivista, uma corrente cuja tendência crescera após a Segunda Guerra Mundial e faz reparos à História Social Política, que vinha sendo acusada, desde a década de 1970, de servir à instrumentação política devido a sua preocupação com as causas estruturais de um determinado fenômeno que atendiam às ambições de grupos e por ter priorizado sua função pedagógica ao “ensinar” o passado ao leitor, a fim de que ficasse imunizado dos erros do passado. Mais ainda, a História Social, tal como a História Política Tradicional, estaria se concentrando na tese dos “grandes homens”.

A História Cultural da Política não se limita ao discurso, mas se preocupa em decifrar como ele ocorreu do ponto de vista simbólico, como foi interpretado pelos ouvintes, que intenções não-ditas o orador tinha.³⁵ Em síntese: a descoberta do verdadeiro conteúdo e a localização das falsificações e manipulações. Os símbolos atuam enquanto simplificação de uma realidade complexa, incorporando-se os interesses, o poder e os conflitos como fenômenos comunicativamente construídos e simbolicamente representados. Daí o valor das metáforas, a apreciação dos rituais e das representações simbólicas, assim como a transformação dos conteúdos dos conceitos e as suas migrações de um conceito para outro. Enquanto exemplo, Mergel afirma que a associação dos judeus aos animais e parasitas não teria tido sucesso sem a história do discurso eugenista e as experiências sociais com epidemias alimentares e seu combate.³⁶

Com o fim expresso, nesta parte introdutória, de retomar as discussões sobre linhas de pesquisa, me volto novamente à *História das Mentalidades*, tratada anteriormente a partir das obras de Roger Chartier e Jacques Le Goff. Efetivamente, é necessário esclarecer que a leitura do estudo de Michel Vovelle³⁷, *Ideologias e Mentalidades*, suscita alguns questionamentos em relação ao tema desta tese, sendo o mais imediato, a saber, o problema da *longa duração*.

Entretanto, será pertinente apontarmos como Vovelle define a *História das Mentalidades*. Para o autor, refere-se aos estudos das mediações e da relação dialética entre as condições objetivas da vida dos homens e a maneira como eles a narram e mesmo como as vivem. Em sua defesa pela sua opção metodológica, afirma que a *História das Mentalidades* não tem um caráter mistificador, pelo contrário, alarga o campo de pesquisa, sendo um prolongamento natural e a “ponta fina da História Social.”³⁸

Há então um deslocamento dos historiadores sociais de uma história quantitativa para a busca de explicação para as opções, atitudes e dos comportamentos coletivos: a vida real dos homens e as representações que produzem de si e dos outros. Como Mergel, Vovelle enfatiza o caráter multidisciplinar da *História das Mentalidades* e as relações com a *História*

³⁵ O convencimento da sociedade através dos instrumentos simbólicos se torna mais eficiente do que o uso da força, pois esta sempre poderia ser questionada quanto a sua legalidade ou legitimidade.

³⁶ *Ibidem*, p.28-46.

³⁷ Enquanto historiador da corrente marxista, Vovelle inicia seu estudo admitindo a sua heterodoxia nesses ensaios produzidos entre as décadas de 1970 e 1980, tendo em vista que os seus interesses versavam sobre temas como a morte e as festas. Tais temáticas, de definições vagas e ambíguas, levaram os historiadores marxistas a abandonarem, optando pelas análises no domínio da economia e das estruturas sociais.

No decorrer de seus ensaios, o autor tem uma constante preocupação em se definir ainda como historiador marxista e em justificar a adesão à História das Mentalidades. Michel Vovelle. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo, Editora Brasiliense, 2004, p.9-10; 11-14.

³⁸ Michel Vovelle, *Op.cit.*, p.15-16; 24-25. Em primeiro lugar, identifica a sua passagem do estudo, que nos seus primórdios se situava ao nível da cultura ou do pensamento claro, para uma história das atitudes, dos comportamentos e das representações coletivas inconscientes. Dentro desse novo contexto, foram trazidos, ao centro de interesse, assuntos como a criança, a mãe, a família, o amor e a sexualidade.

*da Cultura*³⁹. Ressalta os conceitos de imaginário coletivo, atitudes coletivas e representações coletivas, e citando Phillippe Àries a define também como o “domínio mais secreto das atitudes coletivas (...) atos, gestos ou simplesmente sonhos, reflexos inconscientes de representações enraizadas”⁴⁰. Enfim, há a atualização do imaginário coletivo que agrega e inventa novos suportes, novos objetos e novas imagens, enquanto o inconsciente coletivo rege o nosso comportamento, a partir das representações ou das nossas heranças inconscientes.

Surge então, diante desta abertura metodológica e conceitual, a necessidade dos historiadores de recorrerem às fontes diferenciadas, não somente em termos quantitativos como qualitativos. Aborda, especialmente, as fontes literárias e iconográficas, as quais tenho expectativa de retomar nas próximas páginas.

Relendo a perspectiva de longa duração defendida por Vovelle e que encontramos no decorrer de todos os seus ensaios, há o reconhecimento das considerações sobre “prisões de longa duração”, abordadas por Fernand Braudel, no ensaio "A longa duração", parte de seu estudo *História e Ciências Sociais*, redigido em 1958⁴¹. Vovelle não entende a *longa duração* como uma História imóvel, desde que as mutações são associadas às crises de sensibilidade coletiva. Nessas crises se reflete “em cada época e sob a pressão de um modelo hegemônico (...) a dialética da relação entre dominados e dominantes”⁴².

A pesquisa aqui apresentada não se insere, à primeira vista, em uma *História de longa duração*, conclusão que se poderia chegar pelo recorte histórico estabelecido. No entanto, ela foi proposta e tem sido conduzida, também, sob a linha conceitual das *Mentalidades*. Esta conclusão foi ratificada através da compreensão de que a presença do japonês no imaginário político brasileiro não pode ser deduzida somente no momento do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão ou no início oficial da imigração japonesa. As imagens e os arquétipos que povoaram e se enraizaram no inconsciente coletivo se originaram anteriormente e sofreram, ao longo de tempo, atualizações e receberam novos significados.

A historiadora Celina Kuniyoshi identificou que o referencial sobre o Japão remontava ao ano de 1854, ano em que o império se vira forçado a (re)abrir seus portos a uma potência estrangeira. Desse acontecimento em diante, as “coisas” do Japão transformaram-se em moda na Europa e nas Américas, travestidas de novidades exóticas. O exotismo, posteriormente, assumiria novas formas condicionadas ao crescente poderio militar japonês no decorrer da

³⁹ Idem, p.29.

⁴⁰ Ibidem, p.110.

⁴¹ Embora Vovelle ressalte a prevalência da longa duração, admite que o acontecimento / o episódio de curta duração criticado por F. Braudel ainda persiste. Como exemplo, os acontecimentos revolucionários de Maio de 1968.

⁴² Ibidem, p.125-126.

segunda metade do século XIX e meados do XX e a instalação progressiva de imigrantes dessa origem no exterior nesse mesmo período.⁴³

Embora a literatura de viagem utilizada por Kuniyoshi comprove essa percepção, assim como as fontes [charges, artigos, obras de época e documentação diplomática] coletadas para este estudo, não é possível desprezar a circunstância de que o imaginário em torno do Império do Sol Nascente e de seus súditos pode ser detectado anteriormente, ou seja, quase dois séculos antes do encerramento de suas portas ao Ocidente. Essa conclusão somente foi possível com as acusações de barbárie e de fanatismo de que o japonês foi alvo no decorrer da década de 1940, referentes ao tratamento dado aos prisioneiros de guerra dos países ocupados militarmente pelo Japão.

No Brasil, a literatura antinipônica explorava a desumanidade dos nipônicos, de forma generalizada, entendendo que os imigrantes japoneses detinham os mesmos vícios [característica mental e psicológica] e assim como os compatriotas no Oriente, igualmente atuavam e “pensavam” sob a bandeira do imperialismo japonês. Duas obras foram exploradas em minha pesquisa de mestrado enquanto modelares do antiniponismo vigente em tempos de guerra: *O Perigo Japonês*, coletânea de editoriais publicados no *Jornal do Commercio*⁴⁴ (RJ) entre os meses de abril a junho de 1942, organizado por Vivaldo Coaracy⁴⁵ e *A Ofensiva Japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica*, do advogado gaúcho Carlos de Souza Moraes⁴⁶.

Ambos os livros foram editados em 1942, com a ressalva de que *A Ofensiva Japonesa* surgia em segunda edição neste ano, “ampliada e elucidativa”, segundo o próprio autor, comparada à edição original de 1937. Denunciando o imperialismo nipônico, através da “infiltração” de agentes disfarçados de pescadores e lavradores, Moraes e Coaracy lançaram mão de imagens estereotipadas a fim de convencer os leitores do grande mal que a imigração japonesa representava para a segurança e a integridade territorial brasileira.⁴⁷ A guerra em

⁴³ Cf. Celina Kuniyoshi. *Imagens do Japão: Uma Utopia de Viajantes*. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998, p.9.

⁴⁴ O *Jornal do Commercio* era entre os anos de 1920 e 1940 um periódico amplamente antinipônico, que publicava ataques freqüentes à imigração japonesa para o Brasil. De 1923 a 1935, ano de sua morte, foi seu diretor-proprietário o poeta simbolista e político José Félix Alves Pacheco (1879-1935), que atuara ainda como Ministro das Relações Exteriores, entre 1922 e 1926. Foi o fundador e o primeiro diretor do Gabinete de Identificação e Estatística da Polícia do Distrito Federal (1902) e introdutor do sistema datiloscópico no Brasil. Cf. <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=528&sid=192> [acessado em 14 de março de 2009].

⁴⁵ Vivaldo Coaracy (1882-1967), engenheiro, escritor e jornalista. Colaborador com o *Jornal do Commercio* (RJ) e *O Estado de S. Paulo*, destacando-se como memorialista da cidade do Rio de Janeiro.

⁴⁶ Carlos de Souza Moraes. *A Ofensiva Japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica*. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1942.

⁴⁷ Uma análise aprofundada e detalhada das obras citadas estão em Marcia Yumi Takeuchi. *Op.cit.*, 2008, p.123-142.

andamento bastaria para justificar e legitimar as apreensões e as acusações desses dois intelectuais aos olhos dos nacionalistas, mas era necessário recorrer, como reforço, à origem do problema japonês, latente e encoberto pela distância do tempo, mas que era necessário revelar.

No capítulo III, “O Japonês no Imaginário Político Brasileiro” e mais especificamente no sub-capítulo *Civilização ocidental contra a barbárie da selva*, teremos a oportunidade de explorar a dicotomia apresentada, através das charges e artigos, entre a “mentalidade” cristã, civilizada e humana, diante da selvageria e do paganismo inato dos japoneses. Considero importante resgatar somente algumas passagens ilustrativas de *O Perigo Japonês* que nos possibilitou traçar e avaliar o interesse de certo segmento da intelectualidade em atribuir como intrínsecas e originadas do passado certas feições da cultura japonesa.

Para Vivaldo Coaracy, o expansionismo nipônico tinha suas raízes na *tradição* do Japão, assim como a sua hipocrisia simbolizada pelo “sorriso amarelo”, cuidadosamente cultivado com o fim de se infiltrar nas sociedades que internamente hostilizavam. A falta de “escrúpulos morais” e de “solidariedade” com os demais povos, eram atribuídos aos seus ancestrais “piratas e caçadores de cabeça”, e ratificavam a *raça* japonesa como “predadora e dada a rapinagem”. A sua ferocidade latente teria sido demonstrada nas perseguições e nos martírios perpetrados aos cristãos japoneses e estrangeiros no século XVI quando o Império do Sol Nascente se fechara ao Ocidente por mais de dois séculos.⁴⁸ O *Cristianismo* introduzido no Japão para salvar do paganismo os súditos do divino Mikado, ameaçara as pretensões dos dirigentes japoneses em comandar o mundo.⁴⁹

Indiferente ao anacronismo de suas afirmações, regredindo ao século XVI e a contradição de que nesse momento o Japão, pelas suas características de feudalismo, não buscava se expandir, mas o contrário, Coaracy refere-se mesmo ao presente que se justificava pela História: supostas matérias que saíam diariamente nos jornais sobre crimes atribuídos aos japoneses em São Paulo, que se diferenciavam pelo horror que produziam.

⁴⁸ A expansão marítima portuguesa possibilitou a redescoberta do Extremo Oriente, descrito anteriormente por Marco Polo, que atuara como conselheiro do imperador mongol, Kublai Khan. No século XVI, Portugal foi um dos poucos países estrangeiros que tinham a permissão de comerciar no arquipélago japonês. Além de alguma influência na cultura japonesa, os portugueses abriram o caminho para o crescimento da cristianização entre os nipônicos, com a introdução do Catolicismo em 1549 por São Francisco de Xavier. A reação do Shogunato contra essa situação, entre 1637 e 1639, levou ao fechamento dos portos japoneses. Sobre o Japão feudal e moderno ver: José Yamashiro. *Japão Passado e Presente*. São Paulo, HUCITEC, 1978 e Marcia Yumi Takeuchi. *Japoneses: A Saga do Povo do Sol Nascente*. São Paulo, Lazuli Editora; Companhia Editora Nacional, 2007, p.9-10.

⁴⁹ Essas passagens estão em Vivaldo Coaracy. *O Perigo Japonês*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1942, p.14-25.

Essas “realidades aproximadas” nos remetem ao conceito de “tradição inventada” abordado por Eric Hobsbawm na introdução ao estudo *A Invenção das Tradições*, organizado em parceria com Terence Ranger e publicado em edição brasileira pela editora *Paz e Terra* em 1997.

Para Hobsbawm, tradição inventada remete a um conjunto de práticas reguladas, normalmente, por regras tácitas ou normalmente aceitas. Essas práticas têm, prossegue este autor, a finalidade de "inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado".⁵⁰ A continuidade com um passado histórico apropriado é, nas palavras de Hobsbawm, bastante artificial, pois as "tradições" não passam de reação às situações novas que se referem às situações anteriores.⁵¹

Assim, pode-se concluir que intelectuais como Coaracy valiam-se de uma tradição essencial ao povo japonês, atualizando sua crença no reconhecimento da liderança de seu imperador, para buscar no passado histórico a base para estigmatizar os imigrantes, que seriam “por tradição”, pertencentes a uma raça expansionista e ciosa de sua superioridade racial. Veremos que essa imagem, assim como a tradição, não foi ficou cristalizada no tempo, mas é dinâmica, recebendo novos matizes condicionados pelas mudanças sociais e políticas.

Com base nas fontes coletadas e nas análises efetivadas, optamos em dividir a presente tese em três capítulos, organizados tematicamente, que tiveram como meta acompanhar os processos de variação pelos quais a imagem do imigrante nipônico percorreu, até a rendição incondicional de sua pátria em setembro de 1945. E os mecanismos alimentados pelos conteúdos veiculados pela imprensa, obras literárias e documentos diplomáticos, responsáveis pelas constantes atualizações da representação, que transformaram o “súdito japonês” – um indesejável inferior racialmente e politicamente nocivo durante toda a periodização abordada – em elemento a ser “expurgado” a todo custo da nacionalidade brasileira.

O primeiro capítulo avaliará a imigração japonesa diante das perspectivas da incorporação desse estrangeiro na jovem República, antes ainda do início da história da imigração japonesa no Brasil. Estarão presentes os posicionamentos do Itamaraty e de seus representantes no Japão, que já ecoavam os sentimentos antijaponeses nos Estados Unidos e previam a mesma situação, caso se efetivasse a vinda dos nipônicos ao nosso país. Os artigos e as charges publicadas nas revistas repercutiam essas realidades e as consideravam criticamente, expressando juízos de valores, que estigmatizavam o seu objeto de escárnio

⁵⁰ Eric Hobsbawm. “Introdução” In Eric Hobsbawm; Terence Ranger (Orgs.). *Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9.

⁵¹ Idem, p. 10.

[trabalhador nipônico]. A imprensa vulgarizava a *Ciência* e o seu subproduto, a eugenia, postura que enaltecia os esforços civilizatórios das nossas elites em construir um Brasil europeizado, mundo no qual o colono asiático não tinha lugar e nem participação enquanto cidadão.

O capítulo 2 visará traçar a política imigratória brasileira e a influência nesta da norte-americana e do seu antiniponismo de exportação. Estarão presentes, também, o nacionalismo brasileiro – difuso até o final da década de 1920, e em franca consistência com a abertura da década de 1930 – e a perigosa etnicidade imigrante, que aproximava o nipônico às doenças e animais insidiosos. Por fim, apontaremos as estratégias utilizadas pelos nossos chargistas para expressar o *Estado Nacional* e o *Novo Homem Brasileiro* idealizados.

O terceiro capítulo versará sobre o ápice do preconceito contra os japoneses no Brasil, aversão que tornava possível e aceitável até mesmo, no primeiro momento, a destruição simbólica, depois física, dos japoneses e do Japão. Há a defesa por parte de nossas autoridades e intelectuais a separação entre a colonização japonesa bárbara e a colonização branca e civilizada. A *bestialização* do império e dos seus súditos justificava, assim, a repressão e a vigilância a que ficaram sujeitos os imigrantes japoneses entre 1943 e 1945. E para tanto, mostraremos que a imprensa ilustrada em muito contribuiu.

Daremos, igualmente, uma importância particular à imagem da mulher japonesa e a sua alteração de figura romântica e sedutora, até a sua vinculação decisiva à degeneração não somente racial, mas moral da raça brasileira.

I – A República Brasileira: entre a ilusão e a realidade

Imigração japonesa: os antecedentes

A historiografia sobre o tema tem procurado comprovar que a preocupação e as discussões acerca da formação étnica brasileira não se iniciam com a instauração da República, mas são anteriores, manifestando-se ainda sob os estertores do regime escravista. Com a promulgação pelo Parlamento inglês da *Bill Aberdeen* (1845) e da *Lei Eusébio de Queirós* (1850) que marcaram o fim do tráfico negreiro, e finalmente com a *Lei do Ventre Livre* em 1871, a perspectiva de se solucionar o problema de braços para a lavoura mobilizou o debate sobre a imigração e a reposição da mão-de-obra através de trabalhadores livres.

Essas discussões foram travadas não apenas nas câmaras provinciais, mas também na imprensa, onde fazendeiros e políticos estabeleciam o descarte dos trabalhadores negros livres e nacionais, qualificados como inaptos às lidas nas fazendas de café. Havia, também, o fator econômico a considerar: o final da década de 1870 e o biênio 1880-1881 marcaram a expansão da cultura cafeeira na Província de São Paulo, quando as sacas de café exportadas do porto de Santos atingiam a 1.204.328, passando para 3.048.327 na década seguinte.⁵²

No entanto, a entrada de imigrantes europeus – almejada por aqueles que os consideravam como solução para os problemas produtivos e étnicos do Brasil – era dificultada

⁵² Dados extraídos de Barbosa Lima Sobrinho. *A Presença de Alberto Torres: Vida e Obra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, pp.20-21 In Rogério Dezem. *Op.cit.*, p.102.

pela circunstância de coexistir o trabalho escravo e o trabalho livre. Tal contradição era mal vista nos países emigrantistas da Europa, que não incentivavam a saída de seus nacionais para o Brasil. Diante dessa realidade, surgiu a figura do imigrante *chin* como alternativa aos trabalhadores europeus e protagonista desses debates.

A *Questão Chinesa* dos anos 1870 nos interessa diretamente uma vez que segundo o historiador Rogério Dezem a idéia do *perigo japonês* já “permeava o imaginário nacional” mesmo antes da chegada, em 1908, do primeiro imigrante japonês no Brasil. A gênese do pensamento antinipônico está, segundo Dezem, no chinês enquanto pioneiro nas representações coletivas do imigrante da raça amarela.⁵³

Tal contribuição se torna ainda mais relevante quando o autor, em seu estudo sobre a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil, observa que a vinda dos primeiros chineses às terras brasileiras se deu ainda na corte do Rio de Janeiro à época de D. João VI. Lembramos que por volta de 1810, o monarca português pretendia participar do lucrativo comércio do chá, incentivando a sua produção no Brasil através de técnicas importadas da China.

O Jardim Botânico, a Ilha do Governador e a Fazenda Imperial de Santa Cruz foram designados como espaços de experimentação e, em 1814, foram trazidos os primeiros imigrantes chineses originários de Macau cujo número girava por volta de 200 a 500 homens. Esses seriam responsáveis pelo plantio, colheita e seleção do chá. A iniciativa foi considerada um fracasso, fundamentalmente por serem esses chineses *coolies*, que além de não terem prática na atividade designada, eram produto do chamado *tráfico amarelo*, ou seja, indivíduos embarcados à força por atravessadores em portos como de Macau e Hong Kong.⁵⁴

A despeito da falta de resultados dessa primeira experiência, a alternativa chinesa continuou presente diante do inevitável fim da escravidão e o escasso ingresso de europeus. Contudo, a imigração chinesa não se efetivou após os debates de 1870, mesmo com a justificativa dos que a defendiam como *substituta temporária* dos braços brancos. Em resumo: desde a primeira tentativa de D. João VI até a década de 1880, o número de chineses não ultrapassou 3000 pessoas.

Não obstante, a sua possibilidade fez com que se atribuísse ao *chin - coolie* ou não – estereótipos negativos tais como *fracos, indolentes, depravados, viciados e raça inferior* que repelia os imigrantes europeus. Os adjetivos impostos aos chineses não foram aplicados aos

⁵³ Rogério Dezem. *Op.cit.*, p.32.

⁵⁴ *Idem*, p. 48-49.

nipônicos quando efetivamente estes aportaram ao país, a não ser o epíteto de raça inferior, que traria degenerescência à brasileira, tida como ainda em formação.

Assim, a mal sucedida introdução de chineses estabeleceu estigmas contra os quais os japoneses precisaram lutar no início. Esta realidade tornou, muitas vezes, o discurso antinipônico ambíguo: o japonês era visto como trabalhador moralizado, dócil e eficiente, mas ao mesmo tempo, um perigo racial e político.⁵⁵

Um outro aspecto que merece destaque: o discurso relacionado ao imigrante de “raça amarela” estendeu-se pelo menos até o final da Segunda Guerra Mundial em 1945. Entretanto, no caso do representante japonês, ao enfoque de nocividade racial foi adicionado o de ameaça imperialista.⁵⁶ Daí ser imprescindível para este estudo, reconstituir a política imigratória brasileira com relação ao Japão, tendo como fontes históricas a documentação diplomática e os periódicos ilustrados que se preocuparam em registrar esta realidade, tanto política quanto econômica, em momento de mudança. Com base neste *corpus* documental teremos a oportunidade de detectar as continuidades e rupturas da mentalidade antinipônica no Brasil.

Inicialmente, percebemos que a transição do Império para a República não significou nenhuma alteração quanto ao desejo de se privilegiar somente a corrente imigratória européia. Exemplar dessa atitude foi que, mesmo antes da promulgação da primeira Constituição republicana em 1891, ainda no Governo Provisório, o Presidente Deodoro da Fonseca baixou o *Decreto-Lei* nº 528, de 28 de junho de 1890, que regulava o serviço de introdução e localização de imigrantes no Brasil. Estabelecia a livre entrada no país de indivíduos aptos para o trabalho desde que não estivessem sujeitos à ação criminal em seus respectivos países, *exceto os indígenas da Ásia ou da África*. Esses somente poderiam ingressar no território nacional mediante autorização do Congresso Nacional.

Essa postura oficial com relação aos “indígenas da Ásia” permaneceria indefinidamente, caso o problema de reposição de mão-de-obra nas fazendas paulistas não representasse continuamente motivo de instabilidade, devido a não-fixação dos colonos europeus nas fazendas. Esta circunstância justifica a Lei nº 97 sancionada pelo Presidente Floriano Peixoto, em 5 de outubro de 1892, que admitia o ingresso de imigrantes chineses e japoneses aptos para trabalharem, desde que não fossem indigentes ou objetos de ações criminais em seus países.⁵⁷

⁵⁵ Ibidem, p.48-109.

⁵⁶ Sobre as variantes da imagem do japonês entre as décadas de 1920 e 1940, ver: Marcia Yumi Takeuchi. *Op.cit*, 2008.

⁵⁷ Valdemar Carneiro Leão Neto. *A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930-1934): contornos diplomáticos*. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 1989, p.19.

Havia a intenção de se estabelecer tratados com a China e o Japão, particularmente com este último, que se tornara alvo de admiração pelo seu dinâmico progresso em poucas décadas, após quase dois séculos de isolamento e do regime feudal. O Brasil visualizava, também, a possibilidade de estabelecer acordos sobre a imigração com o governo japonês. Podemos interpretar que o interesse brasileiro era motivado em parte por identificar no nipônico um substituto, igualmente temporário e intermediário, do chinês (que fracassara) e do europeu.

O primeiro passo nesse sentido foi dado com a negociação entre os dois países de um tratado de amizade e comércio em 1892. No entanto, a exigência do Japão em firmá-lo em pé de igualdade adiou a sua assinatura até 5 de novembro de 1895, quando em Paris foi celebrado o *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação* entre o Brasil e o Japão.

As instruções encaminhadas pelo Itamaraty ao Ministro Residente em Paris, Gabriel de Toledo Piza, resumiam-se a solicitar a eliminação do texto a menção de que os cônsules brasileiros no Japão seriam nomeados a fim da conveniência do comércio. O *Ministério das Relações Exteriores* estabelecia então, diretamente, que naquele momento interessava discutir com o Japão o assunto *imigração*.⁵⁸ Posteriormente, em agosto de 1897, foi instalada a *Legação Japonesa* no Rio de Janeiro e, no mês seguinte, foi inaugurada a *Legação Brasileira* em Tóquio, cujo primeiro titular foi Henrique Carlos Ribeiro Lisboa.

Embora os trâmites diplomáticos tenham sido bem sucedidos e a imigração confessadamente o imediato objetivo do tratado, precisamos nos questionar sobre os motivos pelos quais a corrente imigratória japonesa levaria oficialmente 13 anos para se concretizar no Brasil. As razões são de diferentes origens – brasileira e nipônica – e matizes, mas alguns possuem pontos em comum, conforme procuraremos demonstrar.

1.1 – A imigração japonesa nos bastidores do Itamaraty

Os primeiros ofícios encaminhados por Henrique Carlos Ribeiro Lisboa⁵⁹, Ministro Plenipotenciário do Brasil em Tóquio, comprovam a intenção do governo brasileiro em sondar o governo japonês sobre a possibilidade de trazer seus súditos para o Brasil. Informava à Dionísio E. de Castro Cerqueira, Ministro de Estado das Relações Exteriores, que em poucos dias de estada no território japonês, encontrara disposições favoráveis com relação à imigração e ao comércio direto para o Brasil, por parte de Conde Okuma, Ministro de Negócios Estrangeiros do Japão, e do Marquês Ito, Chefe do *Conselho de Ministros*,

⁵⁸ Idem, p.21.

⁵⁹ Henrique Carlos Ribeiro Lisboa chegou ao Japão em 5 de setembro de 1897.

qualificado por Lisboa como o mais eminente homem público nesse país. O Ministro Lisboa considerava inestimável a oportunidade de entreter relações cordiais, principalmente com o Marquês Ito, definido como “talentoso e ilustrado” homem de Estado⁶⁰, para obter seu apoio no cumprimento de sua missão, ou seja: preparar o terreno para uma futura imigração japonesa para o país.

Lisboa demonstrava sua disposição inabalável em suscitar simpatias japonesas ao informar que seguia “com exatidão” as instruções recebidas do Itamaraty, esforçando-se em “robustecer” a opinião já existente no Japão quanto aos benefícios que poderiam lhe resultar cultivando relações com o Brasil. Interessado em desenvolver esta negociação diplomática, Lisboa prestava-se às entrevistas com os redatores dos principais jornais japoneses a fim de conseguir artigos favoráveis. Podemos afirmar que a Legação brasileira foi instituída com o propósito de atender as reivindicações dos lavradores cafeeiros visto que, conforme as suas palavras⁶¹, não perdia ocasião de reunir elementos que poderiam ser úteis “no dia em que os Governos Estaduais, os fazendeiros ou negociantes do Brasil resolverem aproveitar o sacrifício que fez a União criando esta Legação em quadra tão penosa para as nossas finanças”⁶².

Aparentemente Lisboa atribuía aos interesses estaduais e particulares a sua presença no Japão. No entanto, não descuidava, enquanto diplomata, em acompanhar os acontecimentos que supunha atender aos interesses da *Nação* (leia-se “das elites”) e consolidar sua imagem enquanto tal no exterior. Assim, em 12 de dezembro de 1897, informava em ofício reservado que se encontravam no Império japonês o Conde d’Eu e seu filho mais velho, que faziam uma viagem ao redor do mundo. Lisboa considerava excessivas as atenções dispensadas pelas autoridades japonesas aos citados príncipes, que haviam sido até mesmo recebidos pelo imperador Mitsuhiro⁶³.

As suspeitas do diplomata brasileiro com relação à atuação do Conde de Pourtales, Encarregado de Negócios Interino da França, denotavam a preocupação quanto à credibilidade da recente República brasileira junto à opinião pública japonesa, diante da deferência patrocinada pelo diplomata francês aos herdeiros da coroa brasileira. Lisboa o

⁶⁰ *Ofício nº 2 de Henrique Carlos Ribeiro Lisboa, Ministro Plenipotenciário do Brasil no Japão, para Dionísio E. de Castro Cerqueira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 10/09/1897. AHI-RJ.*

⁶¹ Optamos em atualizar a grafia das citações.

⁶² *Ofício nº 3 de Henrique Carlos Ribeiro Lisboa, Ministro Plenipotenciário do Brasil no Japão, para Dionísio E. de Castro Cerqueira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 04/10/1897. AHI-RJ.*

⁶³ Mitsuhiro, imperador do Japão entre 1867 e 1912, foi o responsável pela restauração do poder imperial que marcou o fim do feudalismo no Japão. Após a sua morte, conforme tradição japonesa, passou a ser conhecido como Imperador Meiji e o seu reinado como *Era Meiji*.

acusava de aproveitar-se da ausência do titular do cargo, Harmand - "republicano avançado" – para interferir junto ao governo japonês para que os príncipes tivessem tratamento reservado aos membros de família real, conseguindo mesmo que integrantes do corpo diplomático japonês e da corte os acompanhassem em suas visitas. Acrescentava que a Legação seguia “discretamente os passos e a estadia” dos príncipes no Japão.⁶⁴

O tema relacionado à disputa de mão-de-obra japonesa com vizinhos sul-americanos foi contemplado também pela Legação do Brasil em Tóquio, que registrava a partida dos primeiros 850 imigrantes nipônicos para o Peru, em 27 de fevereiro de 1899.⁶⁵ A razão de interesse estava na condição do Peru ter sido o primeiro país sul-americano a assinar um tratado com o Império do Sol Nascente em 1873. Este modelo seria reproduzido nos acordos com demais países com os quais o Japão estabeleceria relações diplomáticas e comerciais posteriormente. Havia a expectativa por parte do Brasil em acompanhar a experiência dos trabalhadores japoneses nas fazendas de café peruanas, a fim de obter elementos que assinalariam a conveniência de se importar, também, esses estrangeiros⁶⁶.

Segundo Amélia Morimoto, historiadora da imigração japonesa no Peru, as obras de intelectuais e políticos peruanos sobre a imigração, desde o século XIX até as primeiras décadas do século XX, propunham e elogiavam a imigração européia como a melhor solução para os problemas nacionais, ao mesmo tempo em que rechaçavam a asiática. Pregavam ainda a necessidade urgente de se importarem trabalhadores europeus com o objetivo de “melhorar” a raça. Assim como no Brasil, a prevenção dirigira-se inicialmente contra os chineses, através de argumentos racistas e estereotipados: o *perigo amarelo* emergia enquanto ameaça de contágio de vícios e doenças, supostamente transmissíveis por indivíduos de origem asiática.⁶⁷

Os primeiros imigrantes japoneses aportaram no Peru, em 3 de abril de 1899, totalizando cerca de 790 indivíduos⁶⁸, todos solteiros e do sexo masculino. Desde o início,

⁶⁴ Ofício n° 1(Reservado) de Henrique Carlos Ribeiro Lisboa, Ministro Plenipotenciário do Brasil no Japão, para Dionísio E. de Castro Cerqueira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 02/12/1897. AHI-RJ.

⁶⁵ Ofício n° 2 de Henrique Carlos Ribeiro Lisboa, Ministro Plenipotenciário do Brasil no Japão, para Olyntho de Magalhães, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 28/02/1899. AHI-RJ.

⁶⁶ A primazia do Peru e a circunstância de sua recepção aos japoneses pode contribuir para este estudo, pois nos possibilita verificar que nos primeiros tempos da imigração japonesa, tanto no Peru como no Brasil, havia debates e polêmicas de natureza similar, pressupondo a existência de uma matriz em comum, mesmo levando-se em conta o espaço temporal entre os dois fenômenos.

⁶⁷ Amélia Morimoto. *Los Japoneses y sus Descendientes em el Perú*. Lima, Fondo Editorial Del Congreso del Perú, 1999, p.101.

⁶⁸ Há uma divergência com relação ao número de imigrantes da primeira leva introduzida no Peru, ao compararmos os dados colhidos por Morimoto e com os encaminhados pela Legação do Brasil em Tóquio.

esses estrangeiros foram hostilizados pelos trabalhadores nacionais que, através de seus sindicatos, acusavam os nipônicos de infectar os peruanos com maus hábitos e de serem capazes de sobreviver com uma renda aquém daquela exigida por um operário branco. Em 1917, foi criada a *Aliança Antijaponesa*, formada por intelectuais, que defendia a proibição da entrada de japoneses no Peru, valendo-se do temor de que a influência da raça amarela levasse à degenerescência da raça peruana.

A campanha antinipônica peruana, como a sua congênere brasileira, era mesclada por argumentos que se fundamentavam na eugenia. Existia a concepção de que a *raça* peruana era predominantemente indígena, principalmente a camada popular, daí a defesa do seu progresso étnico através da incorporação de imigrantes brancos. Ressaltava-se ainda o problema da estética dos imigrantes japoneses, conceito de beleza incompatível com o que se esperava para o futuro étnico da Nação. Na difusão do antiniponismo tiveram papel fundamental a literatura, a imprensa e o cinema norte-americano, que propagavam a imagem do japonês ora como membro de uma raça inferior, ora como ameaça estrangeira, uma vez que as companhias subvencionadas pelo governo japonês adquiriam terras que se destacavam na produção agrícola. Havia, enfim, o receio do monopólio e da expropriação do nacional pelo alienígena.⁶⁹

O acolhimento negativo oferecido pela sociedade peruana – tanto por parte das classes privilegiadas como dos operários – aos imigrantes japoneses foi certamente percebida pela chancelaria brasileira que, de certa forma, justificava o voto do congresso brasileiro a favor do fechamento da Legação do Brasil em Tóquio em 1899. O fato de não ter sido concedido crédito à continuidade das atividades diplomáticas no Japão, além da questão da crise econômica e de cortes no orçamento, pode ser interpretado como falta de perspectiva em se obter o resultado que se almejava quando da instalação da representação brasileira.

A situação modificou-se somente em 22 de junho de 1901, ocasião em que Manoel Oliveira Lima assumiu como Encarregado de Negócios, quando da reabertura da representação diplomática do país no Japão. Seu antecessor, Henrique Lisboa fora exonerado em 28 de março de 1899, seguindo para a Rússia.⁷⁰

Entendemos que a informação de Morimoto seja a mais correta, visto que Henrique Carlos Ribeiro Lisboa baseou a sua em matéria publicada em jornal.

⁶⁹ Amelia Morimoto. *Op.cit.*, p.195-202.

⁷⁰ Cf. *Ofício n° 1 de Manoel Oliveira Lima, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para Olyntho Magalhães, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 26/06/1901. AHI-RJ.*

Entretanto, diretrizes diferentes marcariam essa nova etapa das relações entre o Brasil e o Japão. O representante brasileiro não mais era um Ministro Plenipotenciário, que, durante sua gestão, teria como meta avaliar as possibilidades políticas, sociais e econômicas oferecidas pelo país anfitrião. A análise da correspondência trocada entre a Legação e o Itamaraty nos auxiliará no sentido de compreendermos as modificações operadas.

É possível que as conseqüências políticas originadas pelas correntes imigratórias direcionadas para o Brasil tenham recebido maior ênfase nesse momento nas considerações da representação diplomática brasileira. Por exemplo: em 26 de julho de 1901, Manoel Oliveira Lima encaminhava à Olyntho de Magalhães, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, um artigo publicado nesta data pelo jornal *Japan Times*. A matéria dizia respeito à situação dos colonos alemães no sul do Brasil, grupo que estaria ocupando espaço junto às imprensas brasileira, alemã e norte-americana. Estas, segundo o diplomata Oliveira Lima, afirmavam que a não assimilação dos alemães ao organismo nacional poderia “acarretar um perigo no futuro para a integridade política do Brasil”.

O Encarregado de negócios, contudo, desprezava essa possibilidade e como argumento enviou anexa ao artigo uma carta que recebera do ex-Ministro alemão no Brasil e [“atualmente em Tóquio”], Conde de Arco Valley, fazendo referência a “troca de cartas” entre o Presidente Campos Salles e o Kaiser Guilherme II, indício que comprovava a amizade entre os dois países.⁷¹

Essa benevolência com relação aos imigrantes alemães e o desprezo pelo suposto *perigo alemão*, não estavam presentes quando o alvo era a emigração de súditos japoneses para o Brasil. Tal constatação se faz através do acompanhamento dos ofícios encaminhados por Oliveira Lima no decorrer dos anos de 1901 e 1902, através dos quais o diplomata advertia sobre os riscos políticos e raciais que envolveriam tratativas nesse sentido. O primeiro deles referia-se ao cuidado com que o governo japonês garantia o bem estar de seus súditos fora do império.

Segundo Oliveira Lima, era comum jornais japoneses publicarem artigos e telegramas relatando as dificuldades e as reclamações dos colonos japoneses, como aquelas que ocorriam na colônia francesa da Nova Caledônia, o que despertava a pronta ação de Tóquio. A suscetibilidade japonesa, na opinião de Oliveira Lima, deveria ser considerada, uma vez que o seu governo exigia para com eles a mesma consideração oferecida aos

⁷¹ Ofício nº 4 de Manoel Oliveira Lima, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para Olyntho de Magalhães, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 26/07/1901. AHI-RJ.

trabalhadores oriundos de países cultos da Europa e da América.⁷² Desta forma, o Brasil deveria ponderar sobre a conveniência de importar japoneses.

Percebemos, portanto, que Oliveira Lima considerava que um problema diplomático poderia ser desencadeado caso os imigrantes japoneses não se sentissem prestigiados enquanto colonos no nosso país. Ainda apreendemos do seu discurso o tom discriminatório, ainda que sutil nas entrelinhas de seus ofícios, ou seja: a sua admiração pela postura do governo japonês em exigir que seus nacionais fossem tratados da mesma forma que os “civilizados” europeus e americanos brancos.

Em 15 de setembro de 1901, Oliveira Lima retomaria o tema “imigração japonesa” em ofício reservado, para expressar novamente a sua opinião contrária sobre o assunto, aproveitando-se do contrato firmado entre o governo paulista e Marcial Sanz Elorz, que previa a vinda de 600 famílias japonesas. Rodrigues Alves, Presidente de São Paulo entre 1900 e 1902, buscou o apoio do Itamaraty, que delegara ao seu Encarregado de Negócios no Japão a liberdade para facilitar as negociações de Elorz junto às autoridades japonesas⁷³.

Oliveira Lima informou ao *Ministério das Relações Exteriores* que considerava indesejável a admissão de trabalhadores japoneses por diversas razões: por trazer ao nosso convívio elementos de raça inferior; por incorporar no modo de produção das grandes lavouras agricultores não afeitos ao uso de modernos equipamentos agrícolas; pela diversidade de educação, costumes e, sobretudo, de natureza psicológica e de objetivo social que separavam as raças arianas das mongólicas. Na sua opinião, o japonês “não seria exceção à regra”, pois o império incorporara do Ocidente apenas o que lhe interessava para o seu desenvolvimento econômico, já que “a mentalidade e o caráter nacional continuavam inalterados”.

Insistia no fato de que o imigrante japonês – assim como o chinês – não se incorporava aos organismos externos [nações estrangeiras] dos quais se alimentava; buscava apenas acumular um pecúlio a fim de regressarem rapidamente às “suas montanhas”. Além disso, considerava que as dificuldades de adaptação ao Brasil, certamente ocasionariam conflitos como os que ocorriam com os japoneses da Nova Caledônia. Contudo, a solução para se evitar a imigração japonesa estaria com o *Gaimusho (Ministério dos Negócios Estrangeiros)*, que segundo soubera por parte de alguns de seus membros, era contrário ao

⁷² Ofício n° 7 de Manoel Oliveira Lima, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para Olyntho de Magalhães, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 05/09/1901. AHI-RJ.

⁷³ Uma cópia desse documento foi encaminhada pelo Itamaraty ao governo do Estado de São Paulo, a fim de que tomasse ciência da situação descrita por Oliveira Lima, o que nos fornece subsídios para compreendermos a posição ambígua da diplomacia brasileira.

direcionamento de seus cidadãos para o Brasil, principalmente devido à crise que atravessava a lavoura cafeeira.⁷⁴

Importante ressaltar que o Japão mantivera contatos com a Europa, particularmente com Portugal e Holanda, no decorrer do século XVI, e fechou-se para o Ocidente em 1639, após reprimir o cristianismo no arquipélago ali introduzido por São Francisco Xavier em 1549. O Japão passou a combater a influência estrangeira, interpretada pelos governantes feudais como ameaça ao seu poder. No entanto em 1854, pressionado pelos Estados Unidos, que desejavam ampliar suas relações comerciais com a Ásia, o império japonês reabriu-se para o mundo.

O fim do isolamento significou a dissolução da estrutura social-econômica até então vigente, ou seja, do regime feudal dominado pelo *Shogunato Tokugawa* (1600-1868) e o fortalecimento do poder em torno do imperador. Essa ruptura política conhecida como *Restauração Meiji* (1868), implementou a modernização japonesa que em poucas décadas levou o império à condição de potência industrial e militar.⁷⁵

Entretanto, o desenvolvimento da economia japonesa fora feito à custa de pesados impostos sobre a terra e a produção agrícola, fazendo com que muitos camponeses abandonassem as zonas rurais pelas cidades. Além disso, o controle forçado da natalidade, antes largamente utilizado para equilibrar os recursos naturais e as necessidades da população, foi abolido por se valer do aborto e do infanticídio, práticas que passaram a ser vistas como bárbaras e não condizentes com a nova realidade japonesa. O resultado foi a explosão demográfica que crescia ano a ano.

Portanto, o crescimento populacional acelerado, somado à baixa produtividade agrícola e industrial, além do desemprego crônico, foram fatores que levaram grande parte da sociedade nipônica ao estado de miséria, especialmente os camponeses. Acrescente-se que o Japão iniciava sua política de expansão na Ásia, alegando interesse em manter a sua independência enquanto nação. Seu expansionismo projetava-se através das vitórias contra os chineses na Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e contra a Rússia czarista na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905).

⁷⁴ *Ofício nº 1 (reservado) de Manoel Oliveira Lima, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para Olyntho de Magalhães, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 15/09/1901.AHI-RJ.*

⁷⁵ Sobre o feudalismo japonês, a redescoberta do Japão e a sua modernização ver: Celina Kuniyoshi. *Op.cit.*; SBCJ. Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa. *Uma Epopéia Moderna. 80 anos da Imigração japonesa no Brasil.* Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil. São Paulo, HUCITEC / Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992; Valdemar Carneiro Leão Neto. *Op.cit.*

A primeira delas foi o relativamente fácil triunfo sobre os chineses, que redesenhou a geopolítica no Extremo Oriente. No entanto, embora o Império do Sol Nascente tivesse obtido – confirmado pelo *Tratado de Shimonoseki*, assinado em 17 de abril de 1895 – da parte da China o reconhecimento da independência da Coreia e o domínio sobre Formosa, além de uma vultosa indenização, não conseguiu manter a cessão da península de Liaotung (extensão meridional da China que desembocava em Port Arthur, região estratégica para as pretensões japonesas na Manchúria). Essa parcial derrota japonesa deveu-se à Rússia que aliada à França e a Alemanha, forçou o Japão, que não possuía aliados a apoiá-lo, a desistir da península.

Entretanto, a ação russa provocou indignação do governo japonês e do seu povo, desencadeando dez anos depois uma nova conflagração. Nesse meio tempo, outra potência, a Alemanha precavia-se contra o que acreditava ser “manobras do Japão para se tornar hegemônico na Ásia, particularmente nas rotas comerciais chinesas”. O Kaiser Guilherme II – receoso de que em caso de guerra a Alemanha viesse a sofrer ataques da Inglaterra e da Rússia – procurava estabelecer alianças com esses dois países. Para direcionar as preocupações russas para o Oriente, manifestou-se publicamente apresentando uma nova ameaça: o *perigo amarelo* representando pelo Japão.

Nas palavras de Guilherme II, seria uma luta entre o Ocidente e o Oriente, entre o *Cristianismo* e o *Budismo* e, mais, a cultura européia contra a semicultura oriental. Havia, assim, a retomada desse mito político, despertado por uma situação de guerra entre um país asiático, portanto constituído por indivíduos amarelos, e outro europeu, branco e governado por um czar, Nicolau II, cuja ramificação se estendia por diversas casas nobres da Europa. Dentre eles estava a de Guilherme II, seu primo.

Respaldado pelo *Tratado de Aliança Anglo-Japonesa* (1902), o Japão sentiu-se fortalecido para barrar as pretensões russas de manter sua ocupação na Manchúria. Sem declarar guerra formalmente à Rússia, a Marinha Imperial japonesa atacou, torpedeando a frota russa em Port Arthur, em 8 de fevereiro de 1904. A declaração do estado de guerra entre o Japão e a Rússia em 10 de fevereiro de 1904, trouxe à tona uma nova vertente do *perigo amarelo*, que tinha como personagem o japonês imperialista e fornecia credibilidade aos alertas emitidos por Guilherme II. Cabe acrescentar que o temor político ao japonês teve sua origem nesse contexto, sendo a imagem fixada do imperialismo nipônico até o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).⁷⁶

⁷⁶ Rogério Dezem. *Op.cit.*, p.141-152.

Logo, embora o império tenha obtido sucessos militares, as crises – financeira e social – se agravaram com o retorno dos soldados à pátria sem nenhuma perspectiva de emprego. Diante deste quadro, a emigração de súditos japoneses pobres para o exterior, na condição de agricultores, era encarada como uma alternativa que não poderia ser desprezada pelas autoridades japonesas. Havia ainda a vantagem de que a produção de matérias-primas de que o solo japonês carecia pelos nipônicos e sua exportação para a pátria, atenderia às exigências alimentares do povo e do seu parque industrial.

Como parte de seu processo de modernização e ocidentalização, o Japão estava encaminhando estudantes e autoridades para viagens de estudos à Europa e aos Estados Unidos a fim de incorporar os avanços técnicos imprescindíveis para as suas indústrias. Com relação à sua política emigratória não fora diferente: privilegiara, desde o princípio, a emigração de seus nacionais para a América do Norte. Inicialmente, em 1868, a imigração japonesa se fez voltada para o Havaí e a ilha de Guam, uma possessão alemã no Pacífico.

Contudo, os Estados Unidos – que receberam os primeiros imigrantes japoneses em 1875 – passaram a ser o destino preferencial daqueles que buscavam a emigração como saída para os seus problemas econômicos. O Canadá também, na década de 1890, abriu as portas para os súditos japoneses, que passaram a atuar nas indústrias pesqueira e madeireira.

Assim, a eventual emigração para o Brasil era considerada pelo Estado japonês e pelos potenciais candidatos à aventura, um destino secundário que não traria a vantagem do rápido enriquecimento que almejavam os emigrantes. Havia ainda a questão da distância, qualificada como longa e dispendiosa, e a ausência de linhas regulares de navegação. Conclui-se, portanto, que a falta de interesse do governo de Tóquio foi o motivo principal para que o contrato celebrado entre Sanz Elorz e o governo paulista não se efetivasse em levas de trabalhadores japoneses para o Brasil.⁷⁷ O resultado fora previsto por Oliveira Lima em ofício⁷⁸ e confirmado em correspondências posteriores.

Ao invés de lamentar o ocorrido, o diplomata brasileiro – que respondera às consultas da companhia de emigração japonesa com a qual Elorz negociava – afirmava que a responsabilidade quanto ao bem estar e ao contrato dos futuros emigrantes cabia totalmente ao negociante e ao governo de São Paulo. Insistia que os interessados deveriam confiar nas leis de um país culto como o Brasil. A seu ver, o malogro, ao contrário, era um benefício

⁷⁷ Valdemar Carneiro Leão Neto. *Op. cit.*, p.22.

⁷⁸ Ofício n° 4 de Manoel Oliveira Lima, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para Olyntho de Magalhães, Ministro de Estado das Relações Exteriores. *Legação dos Estados Unidos do Brasil*. Tóquio, 10/02/1902. AHI-RJ.

para o Brasil uma vez que se divulgava no Japão as vicissitudes enfrentadas pelos colonos japoneses no México e no Peru.

Ressaltava ainda que a sua única intenção era evitar o vexame de futuras reclamações e dificuldades ao governo brasileiro. Escrevia: “(...) *Vereis quão prontos são em queixar-se os colonos japoneses*”.⁷⁹ Considerava positiva a posterior desistência de Elorz e a sua solicitação de alteração do contrato à Secretaria de Agricultura de São Paulo: a de introduzir chineses ao invés de japoneses, por serem aqueles mais “acomodados e laboriosos”. De fato, a perspectiva de enfrentar queixas oficiais de um país em ascensão o fazia preferir, até mesmo, chineses, pois estes não contavam com a menor proteção de seu governo.⁸⁰

O posicionamento do Japão entre as potências militares preocupava o Itamaraty, que determinara atenção dos seus representantes no Império do Sol Nascente ao acontecimento que mobilizava a opinião pública mundial. A correspondência enviada pela Legação do Brasil em Tóquio se concentrou, entre 1904 e 1905, sobre a *Guerra Russo-Japonesa*, informando ao Governo Federal os sucessos japoneses. Um artigo do *Japan Times*, jornal em língua inglesa publicado em Tóquio, de 28 de maio de 1904, encaminhado pela Legação em Tóquio nos fornece uma amostra sobre esse tema.

O citado periódico traz uma entrevista com o Conde Katsura, Chefe do *Conselho de Ministros*, que defendia a participação do Japão na guerra contra os russos, afirmando que ao império interessava apenas a sua integridade e a paz no Extremo Oriente. Acusava ainda a Rússia de ser o principal fator de desordem na Ásia e de estar tentando trazer a opinião pública norte-americana contra os japoneses, divulgando acusações que os transformavam em símbolo do *perigo amarelo*. Garantia que o Japão não tencionava, conforme o acusavam, em estender sua zona de influência no Ocidente ou nos domínios dos países cristãos. Não era assim, um conflito que pressupunha a supremacia de uma raça sobre as outras, ou de uma religião sobre outras religiões.⁸¹

Notamos que a negativa do Primeiro Ministro japonês fazia referência às denúncias do Kaiser alemão, demonstrando cabalmente a difusão do mito, que obteve o efeito de causar apreensão especialmente nos Estados Unidos, país com o qual o Império do Sol Nascente vinha mantendo relações de proximidade, já que os norte-americanos demonstravam

⁷⁹ *Idem*.

⁸⁰ *Ofício s/ n° de Manoel Oliveira Lima, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para Olyntho de Magalhães, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 12/04/1902. AHI-RJ.*

⁸¹ *Artigo do Japan Times intitulado "An Interview with Count Katsura", de 28 de maio de 1904, anexo ao ofício n° 60 de M. C. Gonçalves Pereira, Ministro Residente em Tóquio, para o Barão de Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 09/06/1904. (232-2-03). Constatamos aqui a reação oficial nipônica às acusações de Guilherme II.*

simpatia pelo lado japonês na luta contra os russos. Contudo, a vantagem nipônica consolidada na *Batalha Naval de Tsushima* (1905) que definiu a sorte da guerra a favor dos japoneses, fez com que os países ocidentais, mais especificamente seus aliados ingleses e norte-americanos, encarassem o Japão como uma potência incômoda, que deveria ser controlada.

A vitória incontestável traria ao vencedor, mediante a assinatura do *Tratado de Portsmouth* (1905) – negociado pelos Estados Unidos – Port Arthur, Liaotung e as Sakalinas. No entanto, recusaria aos japoneses a indenização de guerra pretendida, que cobriria os custos de guerra e permitiria o resgate de empréstimos internos e externos realizados para o esforço de guerra.

Desse modo, os termos da declaração de paz causaram novamente uma profunda insatisfação no Japão. O protesto popular que abrangiam ataques às residências de Ministros, repressão policial com mortos e feridos, além dos “violentos” artigos publicados na imprensa, resumiam o estado do espírito nacional japonês. Segundo M. C. Gonçalves Pereira, Ministro do Brasil em Tóquio, o Japão conseguira tudo o que pretendia inicialmente, e o fato de não receber o ressarcimento por parte da Rússia de duzentos milhões de libras era um alívio para as demais potências. Considerava que, se alcançasse a definitiva prosperidade, o império poderia “quicá voar demasiado longe”⁸², ou seja, não se poderia prever até que ponto se deixaria levar pelas suas ambições imperialistas.

Em resumo: a ascensão japonesa passou a suscitar desconfianças de que o Japão não se contentaria com o que conseguira até este momento, mas continuaria a sua política expansionista rumo ao domínio completo da Manchúria e da China. A repercussão desse temor alcançaria o outro lado do Pacífico e atingiria os súditos japoneses instalados na costa oeste dos Estados Unidos. A suspeita de que o encaminhamento de emigrantes nipônicos para o exterior fosse parte dos planos imperialistas era fundamentada no apoio oficial do governo japonês aos seus nacionais. Tal situação, além da concorrência trabalhista representada pelos operários nipônicos, motivou os protestos de sindicatos norte-americanos contra a imigração japonesa para a Califórnia.

O processo de surgimento e desenvolvimento do sentimento antinipônico nos Estados Unidos foi interpretado pela diplomacia brasileira como um dado que não recomendaria o nipônico como candidato ideal para auxiliar no progresso econômico idealizado pelas elites brasileiras. Os informes sobre as ocorrências em São Francisco eram relatados diretamente

⁸² *Ofício n° 19 de M. C. Gonçalves Pereira, Ministro Residente em Tóquio, para o Barão de Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 21/09/1905.*

do Japão, por aquele que se reputava como observador *in loco* e conhecedor do país e do seu povo.

Entre os anos de 1906 e 1909, Luis Guimarães, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, assumiu a legação brasileira, em lugar de M. C. Gonçalves Pereira. Guimarães, conforme a documentação produzida durante sua gestão, dedicou-se a criticar o empenho de setores das agriculturas paulista e fluminense em importar trabalhadores japoneses. Procurava também fazer repercutir o movimento antijaponês em São Francisco e a divulgar a reação do governo japonês como prenúncio do que aconteceria ao Brasil, caso se efetivasse a “malfadada imigração”.⁸³

Segundo Guimarães, era tal a irritação pública decorrente das ações contrárias aos japoneses na Califórnia que alguns jornais utilizaram-se de termos “violentos” contra os Estados Unidos. O auge do descontentamento foi a notícia de que as crianças japonesas haviam sido expulsas das escolas públicas da Califórnia. Cita o caso do *Nichi Nichi*, um dos mais importantes jornais de Tóquio, que informava a existência de sessenta mil japoneses “humilhados e maltratados” em São Francisco pelas autoridades locais.

O referido jornal declarava ainda que “há dez anos”, o Japão declarara guerra à China para defender sessenta mil japoneses residentes na Coréia. Embora alguns membros proeminentes da sociedade japonesa entendessem que a questão era local e não uma hostilidade dos Estados Unidos, a imprensa ponderava que se tratava de um problema de relações internacionais, já que caso fosse o contrário, ou seja, a expulsão dos estrangeiros de Nagasaki, a questão não seria vista como “local” e as potências não viriam pedir satisfações às autoridades desta província, mas ao governo japonês. Além disso, o Japão poderia, se assim fosse, bombardear São Francisco mesmo mantendo a cordialidade com os demais Estados norte-americanos.⁸⁴

Essa situação “tida como delicada” e o uso de termos belicistas eram, na opinião de Guimarães, prenúncios de conflito armado entre os Estados Unidos e o Japão, visto que a amizade entre as duas potências não era tão sólida quanto se apregoava. Identificava ainda o perigo representado pelos trinta mil japoneses instalados no Havaí, em uma região estratégica no momento em que os japoneses dominavam as rotas comerciais do Pacífico.⁸⁵ Esse futuro sombrio poderia incluir o Brasil, pois o governo paulista requisitava ao seu

⁸³ *Ofício nº 3 de Luis Guimarães, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para o Barão de Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 31/10/1906. AHI-RJ.*

⁸⁴ *Idem.*

⁸⁵ *Ibidem.*

congresso uma mudança nas cláusulas que assegurariam aos imigrantes japoneses os mesmos direitos oferecidos aos europeus.

Para Guimarães, essa mudança de postura oficial com relação aos nipônicos era preocupante, pois em sua opinião, faria com que Tóquio, até esse momento reticente com relação à emigração para o Brasil, passasse a apoiá-la e a incentivá-la⁸⁶.

A Legação Brasileira em Tóquio, atenta a esses movimentos da elite agrária, aconselhava o Governo Federal a dificultar, se não fosse possível impedir, a entrada no território nacional de colonos dessa origem. Eram aludidas diferentes razões, mas todas de ordem racial e política. Segundo Guimarães, o perigo político estava nos seguintes fatos: os japoneses eram inassimiláveis e procuravam “impor seus costumes nos países que os aceitam”; os japoneses costumavam se queixar constantemente, o que poderia acarretar conflitos entre os governos; o Japão era uma potência de peso e a prova estava na polêmica de São Francisco, quando algumas autoridades japonesas já falavam em enviar uma esquadra para defender seus súditos na costa oeste norte-americana “para vingar a injúria feita ao Japão”; o povo japonês se julgava o “mais perfeito e poderoso da Terra”, o que era um perigo para um país de civilização diferente da sua.⁸⁷

Citando um estudioso italiano, Grossi, da *Universidade de Roma*, Guimarães afirmava que “um país que aceitasse um mosaico de raças sem afinidades e de diferentes costumes e índole, portanto, incapaz de formar um todo homogêneo, corria o risco de ser desmembrado em vários países ‘organicamente diferentes do ponto de vista étnico’”. Como, segundo essa tese, o Brasil possuía “uma raça ainda instável”, a importação de asiáticos seria prejudicial à família e aos hábitos brasileiros, sem contar a tranqüilidade política, pois os japoneses não eram “hóspedes tranqüilos” à despeito do seu “eterno sorriso”. E mais: o governo japonês apesar do seu recente “verniz europeu” era “unicamente asiático”, ou seja, belicoso, impetuoso e de “mórbida suscetibilidade”. Finalmente, Guimarães advertia que os japoneses fizeram a guerra contra a China por causa da Manchúria e fariam uma outra, contra os norte-americanos, para “proteger” os nipônicos do Havaí e das Filipinas⁸⁸.

⁸⁶ A Lei nº 356, de 1895, permitia somente a entrada de imigrantes europeus, americanos e africanos das Canárias, todos de raça branca no Estado de São Paulo. Entretanto, as vicissitudes sofridas pelos cafeicultores paulistas que assistiam a excessiva mobilidade de seus colonos brancos e a constante e onerosa necessidade de reposição dessa mão de obra foram apontadas como entraves para a tranqüilidade na produção da principal riqueza do país. Daí a necessidade econômica justificar a aceitação de trabalhadores nipônicos, tidos como mais dóceis e menos exigentes.

⁸⁷ *Ofício nº 4 (Reservado) de Luis Guimarães, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para o Barão de Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 04/12/1906. AHI-RJ.*

⁸⁸ *Idem.*

Guimarães insistia no fato de que, racialmente, os nipônicos eram perigosos porque não convinha injetar no organismo nacional um elemento completamente disparatado, de sangue mongólico, sem deixar de lado a “fealdade da raça”. O cruzamento com uma raça heterogênea como a japonesa seria então “fatal” para a raça brasileira, até mesmo sob o ponto de vista da estética. Seria a “degeneração, o abastardamento e o hibridismo”. Em resumo, para que se mantivesse a amizade em relação aos japoneses, o melhor seria mantê-los à distância e “cortar desde já às asas à essa idéia” [importar japoneses]. O diplomata brasileiro sugeria que o Itamaraty discretamente iniciasse sua oposição à imigração japonesa e que com isso convencesse o governo de São Paulo para que a sua proposta às câmaras seja posta num “cesto de papéis inúteis”.⁸⁹

O tom antinipônico se faz constante nos ofícios encaminhados pela Legação nos dois anos anteriores ao início efetivo da história da imigração japonesa em 1908. As iniciativas governamentais e privadas através de companhias são rechaçadas através de argumentos tais como o Brasil “meter-se em uma aventura perigosa” e se arriscar aos “graves e irremediáveis prejuízos”; a entrada de japoneses seria uma “verdadeira calamidade”. As idéias favoráveis à introdução de japoneses apenas provinham daqueles que não conheciam o Japão, e quando países de raça branca como os Estados Unidos, Canadá e Austrália tentam “à mão armada” expulsá-los de suas fronteiras, o Brasil se dispunha a aceitá-los.⁹⁰

Guimarães qualificava os japoneses de gente “soberba, agressiva e chicaneira”, que possuía, na alma, ódio de raça aos brancos. A simples idéia era aterradora, na visão do diplomata, pois se os nipônicos povoassem o território nacional, logo eles se multiplicariam e entrariam em confronto com os demais operários europeus, tais como alemães, italianos, portugueses e espanhóis, já que nenhum branco poderia competir com o nipônico: este se contentava com qualquer miséria, já que “viviam apenas de arroz e peixe cru”. Como os conflitos de Vancouver e de São Francisco, em que os brancos reagiram numa atitude de “legítima defesa” contra os “usurpadores de seu trabalho e do seu pão”.⁹¹

Afirmava o diplomata, ainda, que para se conhecer os japoneses era preciso estudá-los, observá-los de perto e conviver com eles. Guimarães o fizera e concluía a irremediável distância do nipônico com o europeu. Refere-se à “surda raiva com que imitam o nosso progresso” e a “inata e impertinente vaidade de seu povo”. O diplomata brasileiro finalmente

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ *Ofício nº 4 (Reservado) de Luis Guimarães, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para o Barão de Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 23/09/1907. AHI-RJ.*

⁹¹ Idem.

se queixava ainda dos insultos que os japoneses lançavam aos estrangeiros residentes em seu império.⁹²

Guimarães retomava, novamente, a questão do perigo de desmembramento territorial, lembrando que no Império do Sol Nascente os alienígenas não podiam ser proprietários de terras, mas no Brasil seus súditos iriam participar dos privilégios de todos os demais colonos. Mesmo parte da imprensa japonesa – entusiasmada com o suposto *perigo alemão* e com a extensão do império que a Alemanha estaria fundando no Brasil – vinha incentivando o seu governo a fazer o mesmo. Cabia ao Itamaraty, acrescentava Guimarães, na pessoa do Ministro Barão de Rio Branco, obstar o que chamava de “invasão japonesa”, sem ofender, por ser perigoso, os brios do Japão.⁹³ Era, em sua concepção, como ter um “inimigo dentro de casa” e referia-se, também, aos sorrisos e as cortesias dos japoneses, que seriam enganosos, já que praticariam feitos de “uma selvageria que assombra”.⁹⁴

Os ofícios reservados de Luís Guimarães são de importância ímpar uma vez que nos permitem comprovar, através de fonte produzida por um órgão oficial, que o discurso antinipônico, usual dos anos 1920 até os fins de 1940, já se fazia configurado na primeira década do século XX, se mantendo pouco alterado nos anos seguintes. Essa circunstância tem maior significado se levarmos em conta que à época em que este escrevia de Tóquio, não houvera ainda nenhum contato mais significativo com os japoneses no Brasil.

Os súditos nipônicos são encarados como etnicamente e politicamente nocivos. Se para Guimarães havia de fato carência de braços e de povoamento no nosso país e a corrente imigratória européia não atendia as necessidades, e se era inevitável a aceitação de não brancos, Guimarães sugeria – citando e endossando o posicionamento de Manoel Oliveira Lima – o emprego de chineses como alternativa para os “problemáticos” japoneses. Ressaltava que estes precisavam de seu *tatami*, da sua cozinha, da sua casa de madeira e nunca poderiam ser naturalizados. Os chineses, por sua vez, embora fossem também amarelos e inadequados racialmente para o Brasil, ao menos não representavam perigo político. O chinês logo que emigrava perdia a proteção de seu governo; o chinês jamais reclamaria por mais que tivesse razão; o chinês seria mais assimilável aos costumes da civilização brasileira.⁹⁵

⁹² Ibidem.

⁹³ Ibidem.

⁹⁴ *Ofício nº 5 (Reservado) de Luis Guimarães, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para o Barão de Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 23/09/1907. AHI-RJ.*

⁹⁵ *Ofício nº 1 (Reservado) de Luis Guimarães, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para o Barão de Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 02/01/1907. AHI-RJ.*

Há neste ponto uma ambigüidade no discurso de Guimarães, como ocorrera no caso de Oliveira Lima, que reputava aos japoneses estereótipos que embora pareçam contraditórios, em verdade reconhecia ao elemento nipônico características positivas que não se encontrariam no chinês – altivez, orgulho e valentia – mas ao mesmo tempo, era portador da hipocrisia, caracterizada pelo “eterno sorriso” e a selvageria, traços que marcariam a impossibilidade de convivência entre os brancos civilizados e os amarelos cobertos de leve camada de verniz de civilização.

Entretanto, apesar de repelir a corrente imigratória japonesa, esse processo se tornou irreprimível. Tal dinâmica ocorreria coincidentemente tanto no Brasil como no Japão. Na primeira década do século XX, graças ao empenho estatal, a elevação do preço do café tornou-se uma realidade, atingindo a estabilidade em 1906. Contudo, o retorno da confiança na lavoura chamou a atenção das autoridades brasileiras para um fenômeno que se repetia desde o ano de 1900: o número de imigrantes que saíram do Estado de São Paulo excedeu ao número de entradas, nos anos de 1903, 1904 e 1907.⁹⁶ Dentre os motivos para essa situação estavam o fim do subsídio do governo italiano para os seus nacionais com destino ao Brasil, os maus tratos aos imigrantes europeus descontentes com as condições encontradas na nova terra, e a superprodução da lavoura cafeeira e a conseqüente baixa no preço do produto entre 1903 e 1905.

Do lado japonês, os atritos verificados em São Francisco e as dificuldades trabalhistas ocasionadas pela concorrência nipônica fizeram que os governos do Japão e dos Estados Unidos negociassem um acordo. O resultado obtido foi o *Gentleman's Agreement Act*, assinado em 1907, que restringia o acesso ao território norte-americano aos japoneses mediante a apresentação de cartas de chamada dos parentes já estabelecidos nos Estados Unidos. Além disso, o crescimento crônico da população japonesa fazia com que o Império buscasse novas alternativas para a sua política emigratória.

A concretização da vinda dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil se daria a partir da assinatura de um contrato entre a *Companhia Imperial de Emigração*, comandada por Ryu Mizuno e o governo de São Paulo, em 6 de novembro de 1907. A companhia se comprometia a encaminhar para o Brasil três mil agricultores em três anos, em famílias de pelo menos três pessoas capazes para o trabalho, na idade entre 12 e 45 anos. O governo de São Paulo, por sua vez, garantia parte dos custos de transporte, que seriam repartidos com os fazendeiros que receberiam os nipônicos. Posteriormente, os contratantes poderiam descontar dos salários dos colonos essa importância à título de reembolso.

⁹⁶ Valdemar Carneiro Leão Neto. *Op.cit.*, p.24.

Embora fosse informado pela *Secretaria de Agricultura de São Paulo*, em despacho confidencial nº 612 de 25 de abril de 1908, que a vinda dos japoneses seria “um ensaio de braços” para a cafeicultura paulista em virtude dos empecilhos apresentados pelas nações emigrantistas européias, afirmava Luis Guimarães à Carlos Botelho, Secretário de Agricultura e mentor da experiência, que se fosse solicitada a sua opinião, diria que era preferível lutar com a falta de braços do que contar com os japoneses, uma vez que essa imigração inevitavelmente seria o início da colonização nipônica no Brasil.⁹⁷

Acrescentava o diplomata que se a grande extensão territorial do Brasil e a sua baixa densidade populacional poderiam minimizar o problema de incorporação de alguns milhares de japoneses, o Canadá também possuía as mesmas características e se “opunha tenazmente” à imigração japonesa. Na concepção de Guimarães, a esses três mil japoneses aceitos, se juntariam mais vinte mil e assim por diante, numa progressão geométrica, que resultaria num aglomerado de nipônicos competindo com brancos e ocasionando conflitos étnicos.⁹⁸ Luís Guimarães chamava a atenção de Carlos Botelho sobre o fato de ser o Brasil o único a abrir as portas aos estrangeiros dessa origem, enquanto que os Estados Unidos já haviam levantado barreiras contra a “invasão asiática”. Advertia, enquanto síntese de todos os seus alertas ao Itamaraty e ao governo de São Paulo, que:

“Os japoneses serão mais dia ou menos dia causa de grandes discórdias no nosso país. O japonês (...) permanece toda a vida japonês; é espião de nascença, é nosso inimigo pelo sangue, é orgulhoso até a morte, é semeador de todo tipo de chicanas”.⁹⁹

Com o início efetivo da imigração japonesa para o Brasil, entre os anos de 1908 e 1910, o Itamaraty evitou, possivelmente, fazer referências que expressassem posições antinipônicas. As exceções ficaram com informações recebidas pela Legação do Brasil em Tóquio sobre o fracasso relativo dos imigrantes nipônicos das levas de 1908 e 1910, devido às más condições de trabalhos, queixas quanto às falsas promessas de riqueza rápida, maus tratos, fugas noturnas e baixa fixação dos colonos nas fazendas.

⁹⁷ *Ofício s/nº (reservado) de Luís Guimarães, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para Carlos Botelho, Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 22/06/1908. AHI-RJ.*

⁹⁸ Esse mesmo argumento foi utilizado pelas autoridades diplomáticas brasileiras em relação aos refugiados judeus que visualizaram no Brasil a oportunidade de sobrevivência aos horrores do Nazismo. Cf. Maria Luíza Tucci Carneiro. *Cidadão do Mundo: O Brasil e a Questão dos Refugiados Judeus (1930-1948)*. Tese de Livre Docência, FFLCH-USP, 2001.

⁹⁹ *Ofício s/nº (reservado) de Luís Guimarães, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para Carlos Botelho, Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 22/06/1908. AHI-RJ.*

No entanto, constatamos que o tom modifica-se em 1911, quando após duas tentativas frustradas por parte do governo brasileiro em negociar e estabelecer um *Tratado de Arbitramento* com o Japão, Gustavo de Vianna Kelsch¹⁰⁰, Encarregado de Negócios do Brasil, comunicou ao Itamaraty, que seguindo as instruções de consultar “habilmente” o *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, nada obtivera de concreto ou positivo, assim como os seus antecessores.

Informava que o *Gaimusho* alegara que antes da celebração de qualquer novo tratado, seria necessária a certeza de sua aprovação junto ao *Conselho de Ministros*. Segundo a interpretação de Kelsch, havia na verdade pouca disposição do governo de Tóquio nesse sentido, embora em sua visita ao *Ministério dos Negócios Estrangeiros* tivesse reiterado que o Brasil já estabelecera acordos desta natureza com potências como os Estados Unidos, Inglaterra, França, Rússia etc.

O diplomata conclui que todas as concessões vinham sendo feitas por parte das autoridades brasileiras às japonesas, muitas vezes enfrentando sérias oposições internas. Já o governo japonês se negava a atender qualquer pedido, tais como o embarque de militares brasileiros em seus vasos de guerra ou a abertura de um consulado honorário no Pará. Finalizava seu ofício informando que encaminhara ao Itamaraty um telegrama em que opinava sobre a possibilidade de – caso em três meses o Japão recusasse pela terceira vez a celebração do tratado – transferir a sede da Legação para Pequim e, no futuro, “sistematicamente negar-se qualquer concessão à imigração japonesa”.¹⁰¹

Logo, o adiamento de um acordo diplomático entre os dois países provocou um mal estar junto à chancelaria brasileira, não somente no Encarregado de Negócios, cargo inferior a de um Ministro Plenipotenciário. Essa circunstância pode ser comprovada pela insistência com que o Itamaraty vinha encaminhando aos seus representantes no Japão orientações a esse respeito. A eventual retaliação por parte do Brasil teria de atingir a corrente imigratória japonesa, pois naquele momento, era o único ponto consolidado das relações bilaterais Brasil-Japão. Com esta sugestão, Kelsch, segundo suas próprias palavras, vinha fazer coro aos seus predecessores, que se colocaram contrários à colonização japonesa no Brasil.¹⁰²

No entanto, o interesse do Itamaraty em negociar o tratado de arbitramento, valorizando a posição alcançada pelo Japão no cenário internacional, contraditoriamente

¹⁰⁰ Gustavo de Vianna Kelsch assume a Legação do Brasil em Tóquio, após a solicitação de 6 meses de licença por parte de Manoel Carlos Gonçalves Pereira, Ministro Plenipotenciário, entre 1911 e 1913.

¹⁰¹ *Ofício nº 3 (reservado) de Gustavo de Vianna Kelsch, Encarregado de Negócios do Brasil, para Francisco Régis de Oliveira, Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 29/08/1913. AHI-RJ.*

¹⁰² *Idem.*

colocaria novamente na pauta do dia o *perigo amarelo* e a inconveniência dos nipônicos enquanto solução para a riqueza e povoamento do Brasil.

Em despachos confidenciais o *Ministério das Relações Exteriores* fez lembrar à J. F. de Barros Pimentel, Encarregado de Negócios da *Legação do Brasil* em Tóquio, a apreciação do Ministro Lauro Severiano Muller a respeito dessa imigração: “Não se assimilam. Povos mais fortes que o nosso são disso uma prova: os Estados Unidos da América”.¹⁰³ “(...) [Os japoneses] não nos convêm como imigrantes, pois não se assimilam, para onde quer que vão, com os habitantes do país”.¹⁰⁴ Essas expressões reiteravam a posição da chancelaria brasileira que deixaria a discricção sobre o assunto cada vez mais em segundo plano, alcançando maior ênfase no decorrer dos anos, até pelo menos o fim da subvenção à imigração japonesa pelo governo paulista em 1922.

Com o objetivo de associar a experiência nipônica nos Estados Unidos e no Brasil. J. F. de Barros Pimentel enviou ao Itamaraty em 6 de fevereiro de 1914, um editorial da revista *Outlook*, que havia sido publicado na íntegra no jornal *The Japan Times*. O redator dessa revista era o ex-presidente norte-americano Theodor Roosevelt e o editorial acusava alguns setores da imprensa norte-americana de veicularem notícias adulteradas sobre a ameaça japonesa ao continente americano. Uma delas referia-se a um suposto acordo entre o Brasil e o Japão para o encaminhamento de grande número de japoneses para o território brasileiro, e que essa informação teria causado alarme ao governo norte-americano.

Embora fosse comprovada a falsidade dessa notícia, convêm observarmos que ela foi veiculada de forma a “fazer acreditar” que diante da restrição aos seus súditos nos Estados Unidos, o governo japonês, estando impossibilitado de “conspirar contra a paz do povo americano ao norte do continente, o estava agora fazendo na parte meridional”.¹⁰⁵

O reconhecimento do mito da conspiração japonesa nas Américas divulgado por uma publicação norte-americana reforça, em nossa opinião, a tese que vinha se reforçando junto às autoridades brasileiras. Basta citarmos que a população japonesa no Brasil totalizava 1472 pessoas em 1915, número expressivo, segundo Barros Pimentel, para salientar “o acentuado desenvolvimento da emigração japonesa para o nosso país”. Entretanto, o diplomata lamentava que ao invés de “pôr cobro” a essa corrente imigratória conforme *a vontade do*

¹⁰³ *Despacho s/nº (confidencial) de H. L. Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 11/12/1913. AHI-RJ.*

¹⁰⁴ *Despacho nº 1 (confidencial) de Francisco Régis de Oliveira, Sub-Secretário de Estado das Relações Exteriores, para José Francisco de Barros Pimentel, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio. Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 22/01/1914. AHI-RJ.*

¹⁰⁵ *Ofício nº 6 de J. F. de Barros Pimentel, Encarregado de Negócios do Brasil, para Lauro Severiano Muller, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 06/02/1914. AHI-RJ.*

Itamaraty, o governo de São Paulo, ao contrário, a estimulava. Barros Pimentel confessava que a atitude do governo paulista contrastava com a sua “passividade intencional”¹⁰⁶, ao ser consultado sobre o tema pelos representantes das companhias de emigração ou representantes oficiais do governo japonês.¹⁰⁷

Verificamos nesta denúncia de "supostos" planos de conquista das Américas pelo governo japonês características de *mito político*, descritas por Raoul Girardet, em sua obra *Mitos e Mitologias Políticas* (1987). O *Mito da Conspiração*, um dos quatro grandes conjuntos mitológicos abordados por este autor, se presta para interpretarmos o processo de discriminação aos japoneses no momento histórico abordado nessa pesquisa. Sendo o mito político, segundo a definição de Girardet, fluido, polimorfo e ambivalente, a narrativa mítica transcreve e transmite a sua mensagem em um código imutável em seu conjunto, existindo uma lógica em seu discurso que não depende nem do imprevisto e nem do arbitrário. É através de uma mesma chave que essa mensagem poderá ser decifrada.¹⁰⁸

Assim como Girardet aborda o complô judaico, jesuítico e franco maçom, com base nas obras literárias que denunciavam as "manobras" desses grupos, consideramos que a acusação de que a imigração nipônica para o Brasil se revestia de caráter político faz parte, também, deste mesmo conjunto, pois existe uma identidade estrutural nas denúncias: independentemente da autoria do complô, da diversidade ou da inspiração ideológica, os temas possuem uma espantosa identidade de estrutura e de convergência. A aparente motivação da conspiração está sempre na *dominação do mundo; o sonho da formação de um Império em escala universal, da unificação do globo sob uma única e total autoridade*.¹⁰⁹ Desse modo, um mesmo sistema de organização mítica não conduz obrigatoriamente a uma visão idêntica do sistema político a ser estabelecido ou da ordem social a ser instaurada.

A desconfiança com relação às intenções de Tóquio em estimular a saída de seus súditos para a América do Sul, e particularmente para o Brasil, em um período em que o Império japonês iniciava a radicalização de sua expansão pela Ásia estava baseada nos seguintes elementos: a tomada da Coreia em 1910; a tensão permanente com a China e com as potências européias como a Alemanha por causa das colônias no Oriente. As ações colonialistas japonesas eram tidas como um aspecto delicado nas relações internacionais entre o Brasil e o Japão. A situação tornava-se ainda mais problemática devido ao entusiasmo com

¹⁰⁶ Grifado em vermelho no original.

¹⁰⁷ *Ofício nº 1(reservado) de J. F. de Barros Pimentel, Encarregado de Negócios do Brasil, para Lauro Severiano Muller, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 20/04/1915. AHI-RJ.*

¹⁰⁸ Raoul Girardet. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 16.

¹⁰⁹ Idem, p. 18-33.

que – segundo a Legação do Brasil em Tóquio informava o Itamaraty – a imprensa japonesa tratava o assunto “emigração” quase que diariamente.

Um relatório da *Associação do Comércio Exterior do Japão*, publicado pelo jornal *Hoshi*, chamou a atenção da nossa representação diplomática em Tóquio. O texto, em forma de petição, expunha a situação precária da imigração japonesa, proibida em absoluto em alguns países e permitida com severas restrições em outros. O articulista declarava que a solução para a superpopulação japonesa seria enviar o excedente populacional para o Brasil e o Peru, onde ainda não havia um sentimento antinipônico. Além disso, esse processo teria a vantagem de estimular novas praças para o comércio exterior japonês.

Barros Pimentel desconfiava desses movimentos “suspeitos” por tratar-se do Japão, de “movimento político”, carregado de subterfúgios e “engendrado com a tradicional subtileza de que usam sempre na conquista de planos preconcebidos”. A seu ver, a corrente nipônica voltada para a América do Sul nada mais era do que base para estratégias futuras que colocariam o Brasil em uma posição embaraçosa na defesa de sua confraternidade no continente.

Alegava que esta era, enfim, uma oportunidade oferecida ao Império japonês para instalar no seio do território brasileiro agrupamentos disseminados, compostos por elementos com que contará o governo imperial “quando o momento de ação lhe for mais propício”. Para fundamentar a sua suspeita, Barros Pimentel afirmava poder externar as “investigações e conversas confidenciais” que tivera durante a sua estadia no Japão, mas para isso teria que revelar nomes de pessoas que deveriam ser preservadas pela responsabilidade das missões que lhes eram confiadas. Entretanto, confidenciava ao Ministro Lauro Muller, que assim que entregasse a Legação ao seu titular e voltasse ao Brasil informaria os detalhes que ocultava nesse momento. Qualificando-se como conhecedor dos métodos e dos sentimentos do povo japonês, Barros Pimentel suplicava que o Brasil limitasse no “mais alto grau” as relações políticas com o Japão, restringindo-se às medidas de simples cortesias internacionais.¹¹⁰

Essa disposição contrária à imigração japonesa permanece quando Epaminondas Leite Chermont assumiu como Ministro Plenipotenciário do Brasil no Japão, em 21 de setembro de 1915. Este diplomata sugeriu ao Itamaraty que todos os ofícios encaminhados pela representação diplomática no Japão fossem encaminhados ao governo de São Paulo a fim de “não precisar repetir exaustivamente o que fora dito em todas as épocas”. Justificava a sua

* Grifado no original.

¹¹⁰ *Ofício nº 1 (confidencial) de J. F. de Barros Pimentel, Encarregado de Negócios do Brasil, para Lauro Severiano Muller, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Seção dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 02/08/1915. AHI-RJ.*

atitude declarando que não possuía outro interesse senão defender os interesses do Brasil “francamente ameaçados”.¹¹¹

A reação do Itamaraty foi imediata: determinou a reunião de toda a documentação, sobre o tema, remetida pelos seus representantes em Tóquio e concluiu que, de fato, todos os pareceres ali referendados eram desfavoráveis à imigração japonesa. Gregório Pecegueiro, Secretário da Diretoria Geral do Itamaraty, acrescentava ainda que, além do Estado de São Paulo, Minas Gerais fizera contratos com os emigrantes, fato que já havia sido comunicado ao *Ministério da Agricultura*.¹¹²

A suposta penetração japonesa no Brasil e a sua conseqüência política foi alvo constante da diplomacia brasileira. Tendo como base um artigo publicado pelo *The Japan Advertiser*, de 26 de maio de 1920, G. de Bulhões, Encarregado de Negócios da *Legação do Brasil* em Tóquio, comparava as colônias japonesas no Brasil com aquelas radicadas nos Estados Unidos.

Nesse país, desde 1882, os nipônicos atingiram o número de 69.000 e acumularam 12.000 hectares em propriedades. Já no Brasil, num lapso de tempo três vezes menor, os japoneses somaram 33.000 pessoas e possuíam 76.000 mil hectares. Assim, embora a colônia nipônica no Brasil fosse a metade da norte-americana, adquirira seis vezes mais em propriedades. Essa realidade alarmava Bulhões, que encaminhava com freqüência recortes de jornais editados no Japão, mencionando os conflitos entre japoneses e naturais de países que os recebiam, tais como os Estados Unidos, Austrália e Canadá. Justificava sua atitude ao afirmar que era importante denunciar “o sério perigo da imigração japonesa”¹¹³.

No que consistia o perigo dessa imigração? Residia, na opinião do responsável interino pela legação de Tóquio, no imperialismo japonês motivado pela superpopulação e pelo solo pobre que caracterizavam o Japão. O antídoto para essas deficiências eram a riqueza e a extensão do Estado de São Paulo, apresentado como a única opção para a expansão japonesa, pois as costas do Pacífico fecharam as portas a esse “elemento inassimilável e de pasmosa [sic] fecundidade”. Seus argumentos repletos de xenofobia e racismo extrapola a linguagem sutil característica da diplomacia:

¹¹¹ *Ofício nº 1 (reservado) de Epaminondas Leite Chermont, Ministro Plenipotenciário do Brasil, para Lauro Severiano Muller, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Seção dos Negócios Econômicos e Consulares da Europa, Ásia, África e Oceania. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 12/12/1916. AHI-RJ.*

¹¹² *Despacho de Gregório Pecegueiro. Diretoria Geral/Secretaria de Estado dos Negócios Exteriores. Rio de Janeiro, 23/07/1917. AHI-RJ.*

¹¹³ *Ofício nº 8 de G. de Bulhões, Encarregado de Negócios do Brasil, para J. M. de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Diretoria Geral dos Negócios Comerciais e Consulares. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 19/09/1920. AHI-RJ.*

“Repelem-no os países de raça branca, o Canadá, bem como a Austrália, domínios da Inglaterra, nação aliada; os Estados Unidos da América, que o ingeriu e o não podia digerir nem vomitar. Territórios de asiáticos já intensamente povoados: a Formosa é aqui mesmo denominada a Irlanda japonesa; a China pacífica, a Rússia vencida, reagem como Nicolaievsk, Hunchun (...) localidades hoje ocupadas por forças nipônicas; a Coréia subjugada só é mantida manu militari”.¹¹⁴

Bulhões questionava em ofício reservado se cabia ao Brasil receber essa “perigosa gente”, tendo em vista a nossa população escassa e vastas terras, além de correr o risco de seu nome se tornar uma simples expressão geográfica. O diplomata citava como exemplo os australianos que determinaram: “Austrália para os australianos, para a raça branca e para povoamento de suas terras com imigrantes assimiláveis de características étnicas em comum, além da defesa da nacionalidade”. O resultado almejado seria, na opinião de Bulhões, a constituição de uma Nação que não se referia ao solo, mas ao povo que a ocupava. Portanto, a intromissão de uma “raça diferente seria a sua desagregação e a sua ruína”.

Bulhões, a título de reforço aos seus argumentos, acrescentava que a Califórnia fora no mesmo sentido, proibindo a entrada de japoneses, causando a fúria do Império do Sol Nascente, que apenas não declarara guerra porque naquele momento, “não teria condições de vencer os Estados Unidos como fizera com os seus desafetos no Extremo Oriente”. Advertia ainda que – caso o Brasil precisasse um dia tomar medida parecida, por causa de sua “imprevidência”, como a dos australianos ou dos norte-americanos – não teria como impor o mesmo respeito, correndo o risco de perder toda a Amazônia. Alegava que em toda parte essa imigração causava pavor, menos em São Paulo, que além de a aceitar, a subvencionava. Finalizava em tom forte e em trecho destacado no documento original: “Disse-me um conterrâneo que S. Paulo para o café importaria até macacos. Por este preço, melhor seria para o Brasil que em seu território nunca tivesse nascido um cafeeiro”¹¹⁵.

Dois anos depois, em 1922, o governo paulista decidiu suspender definitivamente a sua subvenção à imigração japonesa. Esta atitude corroborava a intenção manifesta desde o início, ou seja: a utilização de braço japonês era de caráter temporário e experimental. Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), nos anos de 1920, o ingresso de europeus estabilizou-se, relegando os nipônicos – na visão das autoridades paulistas – a posição de colonos de “segunda classe” e dispensáveis da economia cafeeira. Oficialmente, alegava-se que os

¹¹⁴ *Ofício nº 1(reservado) de G. de Bulhões, Encarregado de Negócios do Brasil, para J. M. de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Directoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 27/11/1920. AHI-RJ.*

¹¹⁵ *Idem.*

japoneses não se fixavam nas fazendas e buscavam rápida independência econômica adquirindo, assim que possível, pequenas propriedades.¹¹⁶

A notícia do encerramento do subsídio paulista foi encarada como positiva pela representação em Tóquio, apesar da repercussão que tivera na imprensa japonesa. Epaminondas Leite Chermont, Ministro Plenipotenciário, observava, no entanto, que essa atitude chegara tarde, pois o movimento emigratório para o Brasil arrefecera com o progresso industrial japonês que proporcionava alimentação e riqueza adequadas à sua população. Acrescentava que a *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (Companhia de Desenvolvimento Exterior de Kaiko)*¹¹⁷ – empresa fundada em 1917 e que incorporara as demais companhias de emigração – vinha tendo dificuldades em angariar candidatos para a emigração a despeito de todas as vantagens oferecidas. Assim, previa que caso não ocorresse uma crise econômica no Japão, dificilmente se formaria uma corrente imigratória espontânea para o Brasil. Desse modo, a menos que recebesse auxílio direto ou indireto do governo japonês, essa “emigração tenderá a desaparecer”¹¹⁸.

Tal afirmação do Ministro Chermont sintetizava o pensamento do Itamaraty com relação à imigração japonesa para o Brasil em sua primeira fase. Ela estaria fadada ao fracasso – como ocorrera com a introdução de chineses – embora mantivesse o potencial de ser acusada de prejudicar a formação étnica do povo brasileiro e de configurar, no futuro, risco para a integridade territorial da nação. Isto porque a população nipônica já radicada no Brasil era significativa e possuía propriedades em áreas cedidas pelo Estado de São Paulo, como as colônias de Registro, Katsura e Sete Barras, na região de Iguape, projeto iniciado em 1912 e administrado pela K.K.K.K.¹¹⁹

Com base na documentação selecionada junto ao *Arquivo Histórico do Itamaraty* (RJ), podemos afirmar que o *Ministério das Relações Exteriores* manteve, na primeira fase da imigração japonesa, uma política negativa com relação a utilização de mão-de-obra nipônica na agricultura nacional. Essa realidade não se limitava às opiniões emitidas pelos seus diplomatas no Japão, mas eram ratificadas pelo Itamaraty, que encaminhava a correspondência antinipônica e contrária a corrente imigratória japonesa aos governos estaduais e ao *Ministério da Agricultura*. Assim, essa postura não se configura simplesmente

¹¹⁶ Arlinda Rocha Nogueira. *A Imigração Japonesa para a Lavoura Cafeeira Paulista (1908-1922)*. São Paulo, IEB-USP, 1973, p. 175-176.

¹¹⁷ Mais conhecida pela sigla K.K.K.K.

¹¹⁸ *Ofício nº 24 de Epaminondas Leite Chermont, Ministro Plenipotenciário do Brasil, para J. M. de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Directoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 15/05/1922. AHI-RJ.*

¹¹⁹ Idem.

em uma oposição passiva, mas em influência ativa e direta que, se não evitou na prática a entrada de japoneses no Brasil, auxiliou na construção de uma imagem estigmatizada do nipônico¹²⁰ no imaginário político brasileiro.

Além disso, através dos ofícios reservados encaminhados pela Legação brasileira em Tóquio, Encarregados de Negócios ou Ministros Plenipotenciários, temos a oportunidade de reconstituir a mentalidade antinipônica nos Estados Unidos, Canadá, Peru e sua retomada no Brasil. Os antecedentes do processo imigratório japonês nas Américas e os estigmas associados aos nipônicos pressupõem a difusão no continente americano do mito do *perigo amarelo*, cuja matriz, neste viés, está centrada nos Estados Unidos da América.

Os discursos, emitidos pelos diplomatas envolvidos diretamente com a questão imigratória japonesa, são carregados de expressões xenófobas e racistas, definindo os japoneses como inassimiláveis e inferiores do ponto de vista racial, e semeadores de discórdias que colocariam em perigo, assim que surgisse oportunidade, a segurança nacional. Esses conceitos, comuns nas décadas de 1920 e 1940, já se faziam presentes quando da celebração do *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação* (1895). Entretanto, percebemos que foram recebendo tonalidades mais fortes na medida em que o relacionamento bilateral se consolidava. A crescente hegemonia japonesa na Ásia, inicialmente digna de admiração, transformou-se em receio, colocando em xeque a aceitação desses estrangeiros enquanto trabalhadores assalariados no Brasil.

A acusação de que o imigrante japonês aceitava uma remuneração aquém das necessidades de um europeu, por ser capaz de viver de “arroz e peixe cru”, o transformava em “produtor de pobreza e de desemprego” nos países que o aceitavam. Essa mentalidade xenófoba fomentara os protestos dos sindicatos norte-americanos e peruanos. A frugalidade japonesa era interpretada, ao mesmo tempo, pelas autoridades antinipônicas como estratégia de infiltração nas Américas, em um contexto que valorizava os estrangeiros como “fator de progresso e não de desagregação social e desordem política”.¹²¹

¹²⁰ Estigma, segundo a definição de Erving Goffman, é um atributo que lança sobre os indivíduos um descrédito profundo. Tal conceito é alargado, na medida em que pode ser estabelecida a relação entre um atributo e um estereótipo social, e não apenas a partir de uma revelação de desordem física ou moral. Entretanto, o indivíduo estigmatizado, excluído da sociedade, pode se sentir realizado, isolado e protegido pelas suas próprias auto-imagens, quando percebe que outros compartilham o mesmo estigma. Estes indivíduos podem formar agrupamentos, que vai dos grupos desorganizados aos mais organizados, e aqueles que passam a freqüentar determinado círculo se chama de “nós” ou “nossos”. Esse “nós” constitui a presença de uma consciência coletiva. Cf. Erving Goffman. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 137-140.

¹²¹ Angela de Castro Gomes. “Ideologia e Trabalho no Estado Novo”. In *Repensando o Estado Novo*. 1.º edição. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p.69.

1.2 – Caminhos do progresso: o regime imaginado

A resistência expressa pela nossa chancelaria ao ingresso dos imigrantes japoneses – enquanto trabalhadores nas fazendas cafeeiras – estava de acordo com o sistema republicano idealizado pelas nossas elites políticas e intelectuais. Uma idealização, que estaria fadada à desilusão.

O advento da República brasileira, oficialmente proclamada em 15 de novembro de 1889, além de ter alterado o sistema político, configurou também uma nova forma de pensar o Brasil enquanto *Estado Nacional*. Além da organização política do regime e do processo de desestabilização e reajustamento social que se seguiu, um dilema pairou fundamentalmente sobre a *intelligentsia* brasileira, que procurou responder aos problemas que assolavam o país: como edificar uma nação se não havia uma população definida ou tipo nacional, e mais ainda, quem era o brasileiro?¹²²

Como identificar este “novo homem brasileiro” em um território marcado por diversidades regionais, com significativa população negra marginalizada, fruto do regime escravista? Como concretizar o projeto étnico-político do Estado republicano praticamente subjugado ao servilismo político? Sendo a ideologia nacionalista concebida primeiramente no interior das classes mais ilustradas¹²³, a elite intelectual tomou para si a função de “pensar a nação” vislumbrando um presente e um futuro preocupantes para o Brasil.

O momento de transição do Império para República foi a primeira grande mudança política após a independência, e para os propagandistas republicanos como Aristides Lobo, era a oportunidade de se implantar um sistema de governo que se propunha a trazer o povo à frente da atividade política, na melhor tradição da Revolução Francesa (1789). No entanto, os adeptos ao novo regime expressavam o seu desapontamento com a maneira pela qual ele fora proclamado.

A população, que deveria ter sido protagonista do processo, assistia, segundo as palavras de Lobo, “a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ser talvez uma parada militar”. Os estrangeiros, como Luís Couty, francês há muito tempo

¹²² Elias Thomé Saliba. *Raízes do Riso: A representação humorística na história brasileira – da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p.34-35.

¹²³ Segundo conceito de Dante Moreira Leite em *O Caráter Nacional Brasileiro: História de uma ideologia*. 5.ª edição. São Paulo, Editora Ática, 1992.

radicado no nosso país, observaram que o povo era um elemento alheio aos fatos políticos, o que se traduzia em verdade na sua inexistência no Brasil.¹²⁴

Tendo como objetivos compreender a natureza do imaginário e das práticas políticas do povo e avaliar a possibilidade de formação de uma cidadania ou de uma comunidade política na cidade do Rio de Janeiro nesse momento histórico, José Murilo de Carvalho analisa com profundidade a participação popular irrisória nos processos eleitorais e na mobilização social a partir da formação de sindicatos de tendências socialista ou anarquista.

Os ideários importados da Europa, como o positivismo e o liberalismo, não serviram aos propósitos de se formar cidadãos, mas antes fomentaram durante a primeira década republicana, agitações populares e as encabeçadas por militares. A fim de manter a coesão política, o governo Campos Sales (1898-1902), criou condições para cooptar as oligarquias estaduais e formar um grande partido de sustentação. Por conseguinte, a expectativa inicial despertada pela república, de maior participação, foi sendo sistematicamente frustrada: ao grosso da população quase nenhum meio lhe restava de fazer ouvir a sua voz, “exceto o veículo limitado da imprensa”.¹²⁵ Era enfim, nas palavras de José Murilo de Carvalho, a “vitória da ideologia liberal pré-democrática, darwinista, reforçadora do poder oligárquico”.¹²⁶

A necessidade de definir conceitualmente o Brasil frente ao chamado mundo civilizado atribuía um papel decisivo aos grupos étnicos e a cultura nacional. Contudo, persistia a consciência de que a nossa realidade cultural possuía um caráter postiço, ou seja, não era originalmente brasileira, mas legada pela colonização portuguesa e, posteriormente, pelas influências européia e norte-americana.¹²⁷ Esse transplante de idéias configurava o caráter imitativo que abrangia as instituições da república em todos os níveis. Em síntese: perseverava a contradição entre as idéias progressistas e liberais importadas da Europa e a recém-criada República brasileira, fundada em bases liberais, mas impregnada por valores herdados do colonialismo, do escravismo e do mandonismo.

Conforme demonstra a historiadora Maria de Lourdes Mônaco Janotti, utilizando-se principalmente da imprensa como fonte, parte da instabilidade republicana devia-se aos movimentos monarquistas ativos durante os primeiros anos do novo regime. Este tema até então fora, segundo a autora do estudo *Os Subversivos da República*, desprezado pela historiografia graças a presença de dois mitos relacionados com a Proclamação da República:

¹²⁴ José Murilo de Carvalho. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p.6-11.

¹²⁵ Idem, p.31-37.

¹²⁶ Ibidem, p.161.

¹²⁷ Roberto Schwarz. *Que Horas São?* São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p.29-30.

o suposto consenso nacional e a indiferença da população. Ambos obscureceram, na visão de Janotti, os conflitos que se travaram entre os grupos políticos e sociais. A imagem que permaneceu foi a de que não havia nem oposição nem discordâncias entre os republicanos sobre o modelo de República que terminou sendo adotado.¹²⁸

O novo sistema político foi marcado pelas várias decretações de *Estado de Sítio*, pelo arbítrio e violência como formas de resolver os desentendimentos da classe dominante e neutralizar as manifestações das contradições entre as diferentes classes sociais. As tensões se tornaram o ponto de apoio dos grupos monarquistas – os subversivos em questão – embora, como Janotti observa, eles mesmos fossem divididos entre liberais e conservadores, e ainda não tivessem um agente catalisador, ou seja, um nome concreto para o trono. Contudo, os restauradores atuaram entre 1889 e 1910 e foram os responsáveis pelas agitações populares em diversos momentos, como na campanha da vacina obrigatória em 1904 e na sublevação dos marinheiros em 1910. O receio do movimento monarquista justificou os atos de violência (prisões de deputados, militares e jornalistas) que visavam consolidar a República.¹²⁹

Para além do problema da manutenção das instituições, a instabilidade dos governos Hermes da Fonseca (1910-1914) – marcado por insurreições como a *Revolta da Chibata*¹³⁰, a *Guerra do Contestado*¹³¹ e pela “política das salvações”¹³² - e Wenceslau Braz¹³³ trouxe a tona os debates em torno da questão dos braços para a lavoura (diretamente ligada à economia

¹²⁸ Maria de Lourdes Mônaco Janotti. *Os Subversivos da República*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986, p.7-8. José Murilo de Carvalho também registra – em seu estudo *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi* – os testemunhos dos contemporâneos da proclamação a atitude “bestializada” do povo diante da mudança do regime, embora ressalte as circunstâncias pelas quais os detentores do poder excluíram da população a possibilidade da participação política.

¹²⁹ Idem, p.8; 40-56.

¹³⁰ Na primeira semana de seu governo, o Presidente Hermes da Fonseca (1855-1923), explodiu na Baía de Guanabara a *Revolta da Chibata*, em 22 de novembro de 1910, movimento comandado pelos marinheiros liderado por João Candido Felisberto contra os oficiais, revoltados pelos maus tratos a que eram submetidos. Apesar das promessas de anistia aos revoltosos, estes foram punidos severamente ao final do conflito. Já nos últimos anos de seu governo eclode a *Guerra do Contestado*. Não por acaso, a revista *O Pirralho* (SP) passara ridicularizar Fonseca já no término de seu governo de “portador de urucubaca”.

¹³¹ A Guerra do Contestado (1912-1916) foi um conflito armado entre a população cabocla e os governos estaduais do Paraná e Santa Catarina e o Governo Federal. Desencadeada pela disputa entre a população desalojada de suas terras pela construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande e dos operários demitidos após a conclusão da obra, apoiados por fazendeiros incomodados pela perda de suas terras para a *Brazil Railway Company*. O movimento messiânico teve importante papel na condução dos rebeldes. Após outubro de 1912, o Governo Federal enviou incursões militares a fim de debelar o conflito, o que ocorreu em agosto de 1916, já sob o governo Wenceslau Braz. Sobre a Guerra do Contestado ver: Paulo Pinheiro Machado. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2004; Márcia Janete Espig & Paulo Pinheiro Machado (Orgs.) *A Guerra Santa Revisitada: Novos estudos sobre o movimento do Contestado*. Florianópolis, Editora da UFSC, 2008.

¹³² Intervenções federais nos governos estaduais, realizadas sob o pretexto de combater as oligarquias locais. Essa política qualificada de militarista e autoritária pela imprensa, levou à censura dos jornais e revistas, ao estado de sítio em 31 de março de 1914, além dos bombardeamentos nos estados do Ceará, Bahia e Pernambuco.

¹³³ Wenceslau Braz Pereira Gomes (1868-1966) advogado mineiro, foi Presidente da República entre 1914 e 1918.

baseada na cafeicultura) e da resolução da subversão social que ameaçava a ordem institucional da República.

Em relação ao projeto étnico-político que caracterizou a República brasileira desde os seus primórdios, as elites política e intelectual valiam-se da imprensa para incutir na população idéias pré-concebidas que a levavam a endossar e a legitimar sua pretensão de converter o Brasil em um paraíso tropical, mas europeizado e moderno.

Transmitiam-se aos leitores conceitos que valorizavam a cultura europeia em detrimento daquela associada aos negros e aos indígenas, enquanto herança do escravismo e do atraso, e a necessidade de defesa diante de perigos políticos que assolavam países pouco fortalecidos no cenário internacional, em virtude principalmente da baixa densidade populacional do território nacional e da imigração de elementos indesejáveis. Esse discurso circulava de forma eficiente através das charges políticas – que se prestavam a criar estereótipos repetidos constantemente – cujo tema se adaptava aos acontecimentos do momento. As imagens tinham como suas principais qualidades o fazer rir e a sua eficácia em configurar estigmas.

A importância das revistas ilustradas, em particular, está na sua utilização enquanto instrumento para divulgação dos ideários das elites que monopolizavam o poder econômico e político na jovem república. Os periódicos ilustrados se mostravam adequados diante da realidade do analfabetismo que atingia a maioria da população. Embora voltadas inicialmente para os leitores pertencentes aos setores médios e privilegiados da sociedade, o uso das ilustrações – charges e fotografias – foi decisivo para tornar inteligível a posição ideológica da classe dominante, interessada em controlar os atos e as idéias da população.

Em que consistiam esses ideários que precisavam ser reproduzidos junto à massa a fim de serem legitimados? Ana Luiza Martins afirma que os conteúdos dos periódicos paulistas revelavam uma mentalidade conservadora – escravocrata e católica – ao mesmo tempo em que divulgavam ao mundo a representação do progresso vertiginoso da sua capital. Defendiam ainda os valores da pátria, a sua tradição e a busca frenética de suas origens.¹³⁴

A presença profusa de imagens nas revistas atendia a necessidade de ampliar o alcance de sua produção a um público ainda semi-alfabetizado, para quem o poder das imagens reside no simbólico, e a sua eficiência ultrapassava a escrita. Mesmo os textos privilegiavam artigos e crônicas de leitura rápida. A força das representações e das alegorias residia no simbólico e os símbolos configuram classes sociais, partidos, governos e projetos políticos. Assim, o periodismo era a instância de representação e legitimação de indivíduos, grupos e idéias – o espaço celebrativo de aspirações. Através das revistas, os intelectuais de diferentes vertentes

¹³⁴ Ana Luiza Martins. *Op.cit.*, p. 186-209.

políticas buscavam visibilidade literária, e os artistas ainda sem mercado garantido encontravam nelas o espaço para consolidar a sua profissionalização.¹³⁵

A difusão das revistas ilustradas e as modernas tecnologias de impressão coincidem com o processo de enriquecimento da cidade de São Paulo, financiada pelo café, e também com o início de seu desenvolvimento industrial. Igualmente, Rio de Janeiro – então capital da República e principal centro cultural do país – assistia em conjunto com a estabilização política, a reforma urbana, mediante a modernização do porto, a campanha saneadora da vacina obrigatória e a *Grande Exposição Nacional*, todos esses acontecimentos entre 1904 e 1908. Esse processo civilizador e "regenerador", estava assentado sobre quatro eixos fundamentais:

- a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional;
- a negação de toda e qualquer cultura popular que maculasse a imagem civilizada da sociedade dominante;
- a exclusão dos grupos populares da área central da cidade, utilizada somente pelas camadas burguesas;
- um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.¹³⁶

No caso do periodismo ilustrado paulista, apresentamos duas revistas de características distintas, mas que se preocuparam em avaliar e julgar o que consideravam como primordial para o restabelecimento da ordem. O primeiro é a revista quinzenal *A Cigarra*, que exercia essa função declarando-se “uma documentação do progresso paulista”. A revista, efetivamente, em suas páginas enaltecia São Paulo como o *motor* da Nação e a sua elite como a mais ilustrada, ocupando suas páginas com os acontecimentos sociais considerados os mais relevantes. Assim como as revistas cariocas, há na *Cigarra* em seus primeiros anos uma presença constante de instantâneos tomados no *Triângulo*. Ainda, se diferenciava pela qualidade de sua arte gráfica e qualidade de papel.

Era de natureza mais literária do que cômica – embora contasse com caricaturistas como Voltolino¹³⁷, J. Carlos e Belmonte¹³⁸ no decorrer de sua existência – e desde o seu início promovia saraus literários e artísticos na sede do *Conservatório Musical de São Paulo*. Do mesmo modo, exaltava a elegância do carnaval dos corsos e os palacetes da Avenida Paulista, ao mesmo tempo em que atacava a “indignidade” dos festejos do “populacho”.

¹³⁵ Idem, p.557-559.

¹³⁶ Nicolau Sevcenko. *Op.cit.*, p.254-255.

¹³⁷ Pseudônimo do caricaturista e jornalista Lemmo Lemmi (1884-1926), que n’A *Cigarra* nomeava-se também de “Pav”. Atuou, dentre outros órgãos, nas revistas *O Pirralho*, *Il Pasquino Coloniale*; *Vida Paulista* e *D. Quixote*. Cf. Elias Tomé Saliba. *Op.cit.*,2002., p.158.

¹³⁸ Pseudônimo de Benedito Carneiro Bastos Barreto (1896-1947), caricaturista e jornalista, que colaborou nas revistas *Alvorada*, *D. Quixote*, *A Cigarra*, *O Queixoso*, dentre outras. Idem, p.157.

A sua importância enquanto fonte para este estudo se fundamenta em um duplo aspecto: ao público que visava (classes média e alta) e o grupo de intelectuais que nela atuava e auxiliava na configuração da imagem em que a nossa elite buscava se enquadrar. Fundada em 1914 pelo jornalista Gelásio Pimenta, que a dirigira até o seu falecimento em 1924, contou com colaboradores como Guilherme de Almeida¹³⁹, Alberto Torres¹⁴⁰, Menotti Del Picchia¹⁴¹, Sergio Buarque de Hollanda¹⁴², Gustavo Barroso¹⁴³, Alfredo Ellis Jr¹⁴⁴, Alexandre Konder¹⁴⁵,

¹³⁹ Guilherme de Andrade e Almeida (1890-1969) poeta, jornalista e advogado. Criou o escudo de armas da cidade de São Paulo (ref. *A Cigarra*, nº 61, 28 fev. 1917, p.44), e foi combatente na Revolução Constitucionalista de 1932. Foi ainda fundador da revista modernista *Klaxon*.

¹⁴⁰ Alberto Torres (1865-1917) advogado, político nacionalista e deputado federal entre 1893-1896. Ministro da Justiça entre 1896 e 1897. Em 1901, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Torres, um dos expoentes do pensamento ruralista, redigiu dentre outras obras *O Problema Nacional Brasileiro* (1914). Nacionalista, defendia o fortalecimento do Executivo, convocando os intelectuais a participar da organização da sociedade. É patrono da agremiação nacionalista Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Cf. CPDOC (FGV) http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_albertotorres.htm [acessado em 20/03/2009].

¹⁴¹ Paulo Menotti del Picchia (1892-1988), poeta, político, jornalista e membro da Academia Brasileira de Letras, foi a partir de 1922 redator político do jornal *Correio Paulistano*, órgão oficial do Partido Republicano Paulista e diretor da revista *A Cigarra* (SP) em 1933. Um dos fundadores da revista modernista *Klaxon*, juntamente com Plínio Salgado, Cândido Mota Filho, Alfredo Ellis e Cassiano Ricardo formava o grupo Verde-Amarelo, contrastando com o criticismo “antropofágico” do grupo Pau-Brasil, liderado por Oswald de Andrade, Mario de Andrade e Raul Bopp. Fundou com os colegas verde-amarelistas o grupo Bandeira, inspirado nas idéias de Alberto Torres, proclamando a necessidade de um governo forte, capaz de assegurar a coesão, a hierarquia social e o culto às tradições nacionais. Esse grupo teve considerável influência política e ideológica sobre a formação do Integralismo. Em 1939, foi o primeiro diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado de São Paulo (DEIP). É autor, dentre outras obras, do poema sobre o caipira *Juca Mulato* (1917). Cf. Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. *Op.cit.*, p.1064-1065 (verbete de Jorge Miguel Meyer e Sérgio Flaksman).

¹⁴² Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) Historiador, jornalista, sociólogo, desde cedo iniciara sua colaboração na imprensa redigindo ensaios e críticas. Participou do Movimento Modernista de 1922, e fundou a revista *Estética* juntamente com Prudente de Moraes Neto, em 1924. Dentre outras obras é autor de *Raízes do Brasil* (1936). Cf. CPDOC (FGV) http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_sergiobuarquedeholanda.htm [acessado em 20/03/2009].

¹⁴³ Gustavo Dodt Barroso (1888-1959). Advogado, jornalista, político e membro da Academia Brasileira de Letras. Foi redator do *Jornal do Commercio* (RJ), colaborador de *O Malho* e *Careta*, além de diretor e redator-chefe da *Fon-Fon!* (RJ). Em 1922, funda o Museu Histórico Nacional. Em 1933, aderiu à Ação Integralista Brasileira, dirigida por Plínio Salgado. Em 1933, foi eleito Comandante Geral das Milícias. Anti-semita ferrenho, traduziu e comentou a edição brasileira da obra apócrifa e falsa *Os protocolos dos sábios de Sião* (1936), além de publicar *Brasil: colônia de Banqueiros* (1934), *O Integralismo e o Mundo* (1936), dentre outras obras. Após o levante integralista de 11 de maio de 1938, foi preso mas foi excluído do processo por falta de provas. Sobre essa obra anti-semita e a difusão do anti-semitismo no Brasil ver: Maria Luiza Tucci Carneiro. *O Anti-semitismo na Era Vargas: Fantasmas de uma Geração (1930-1945)*, 3ª ed. São Paulo, Editora Perspectiva, 2001; Taciana Wiazovski. *O Mito do Complô Judaico-Comunista no Pensamento Autoritário Brasileiro: gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954)*. São Paulo, Associação Editorial Humanitas, 2009. Dados sobre Gustavo Barroso extraídos de Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu (Orgs.) *Dicionário Histórico Biográfico (1930-1984)*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1984, p.335-337 (verbete de Amélia Coutinho e Dora Flaksman).

¹⁴⁴ Alfredo Ellis Junior (1895-1974), Político, Historiador e Professor Catedrático de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo. Foi membro da Academia Paulista de Letras e autor de *Raça de Gigantes* (1926), *Pedras Lascadas* (1928) e *Populações Paulistas* (1934) dentre outras obras. Destacou-se pelo seu estudo sobre a História de São Paulo e o fenômeno das Bandeiras.

¹⁴⁵ Alexandre Konder (?-?) jornalista catarinense, intelectual filonipônico, autor de *Factos e Opiniões Sobre a Imigração Japonesa* (1934) e *História do Japão* (1939) dentre outros livros que defendiam a continuidade da imigração japonesa.

dentre outros.¹⁴⁶ Outro dado fornecido pela própria revista demonstra o seu objetivo de se legitimar como porta-voz da opinião pública paulista: declarava-se a revista de maior circulação no Estado de São Paulo e divulgava, ainda em 1915, que circulava com 25.000 exemplares. Em um anúncio, em 1929, informava que tinha uma tiragem de 25.000 a 30.000 exemplares “rivalizando, na venda avulsa, com os jornais de grande verba como *O Estado de S. Paulo*, cuja tiragem era de 100 mil exemplares”.¹⁴⁷

Do período em que pesquisamos a revista, entre 1914 e 1936, verificamos a constância da publicação, mesmo quando do problema de importação de papel ocasionada pela Primeira Guerra Mundial.¹⁴⁸ O conteúdo, como já observado, enfatizava as artes e a literatura, mas também cedia espaços importantes para os acontecimentos políticos e econômicos, além de festejar a industrialização paulista, apontando como único inconveniente o surgimento dos conflitos de classe, antes “desconhecidos”.¹⁴⁹

Por sua vez, *O Pirralho* foi fundado em 1911 e circulou entre 12 de agosto deste ano até fevereiro de 1918.¹⁵⁰ Os seus responsáveis, inicialmente, eram Oswald de Andrade e Voltolino, que assinava suas charges sob o pseudônimo “PAV”. Aparecia como personagem-símbolo da revista um garotinho, simbolizando Gavroche¹⁵¹ e, em suas chamadas de capa, se apresentava como “Semanário ilustrado d’importancia...evidente”.¹⁵² *O Pirralho* circulava aos sábados semanalmente até 4 de setembro de 1915, quando passou a ser quinzenal. No primeiro número dessa nova fase, em editorial, alegava que o intuito era melhorar sob todos os aspectos a edição ordinária do jornal, que “com mais tempo e mais assuntos, *O Pirralho* será uma revista aproximadamente perfeita”.¹⁵³

Privilegiando assuntos do cotidiano e os fatos políticos do momento, assim como a revista *Careta*, *O Pirralho* mantinha, nesse período, seções como *O Biralha*, “xornal

¹⁴⁶ Sua redação funcionava na Rua Direita, nº 8-A, sendo transferida, em 1916, para a Rua São Bento nº 93-A, nos 1º e 2º andares. Em 1928, a revista se transfere para a Rua São Bento, 71 (sobreloja). Em 1932 ocupa dois endereços: primeiro na Rua João Briccola, nº 10, 2º andar (Prédio Piratininga), depois na Rua Libero Badaró, 42 – 3º andar. Finalmente, em 1936, na Rua Libero Badaró, 40 (sobreloja).

¹⁴⁷ Anúncio. *A Cigarra*. São Paulo (352) 1 jul. 1929, p.18.

¹⁴⁸ Em 1917, a revista possuía uma sucursal em Lisboa, além de representantes em Nova York (1917), Buenos Aires (1918). A presença em Nova York justificava a sua publicação sem interrupção apesar da crise de importação de papel decorrente da guerra.

¹⁴⁹ Entretanto, em 1936, ocorreu uma alteração importante na linha editorial da revista e na periodicidade: tornava-se mensário ilustrado, que priorizava contos sentimentais em fascículos, sugestões de moda feminina, culinária e reportagens fotográficas.

¹⁵⁰ A redação da revista se localizava na rua XV de Novembro, 50-B. A partir de 1916, se transfere para a Rua São Bento, 28, ainda no Triângulo.

¹⁵¹ Personagem do romance *Os Miseráveis* (1862) de Victor Hugo, filho desprezado do casal de vilões Thenardier, morto enquanto recolhia munições durante uma batalha nas ruas de Paris, sinônimo da alegria e da ousadia infantil.

¹⁵² A redação ficava na Rua XV de Novembro, 50-B. Em 1916, transfere-se para a Rua São Bento, nº 28.

¹⁵³ Editorial. *O Pirralho*. São Paulo (201) 4 set. 1915, p.1.

allemong”, sátira macarrônica¹⁵⁴ na linguagem alemã, que aparece pela primeira vez em 9 de setembro de 1911 e a coluna “As cartas d’abaixo piques”, assinada por Annibale Scipione, com participação de Juó Bananare¹⁵⁵. Também estavam presentes seções que troçavam do linguajar caipira, que mais além do que a graça em si, conotava o saudosismo em relação a origem interiorana [tradição]¹⁵⁶. Dedicava-se, também, como a colega carioca aos segmentos mundanos da moda, à grafologia e à quiromancia, atendendo às consultas dos leitores.

O Piralho fazia o seu papel de porta-voz dos setores médios e da elite paulista, tornando clara essa sua posição em diversos momentos, tais como a sua adesão às campanhas civilistas de Ruy Barbosa de 1910, tornando-se crítico contumaz do Governo Federal na gestão de Hermes da Fonseca, anunciando posteriormente, em editorial, a adesão da revista ao *PRP* (Partido Republicano Paulista), considerado como o único representante da “maneira digna de se fazer política neste Estado”.

Voltada para o mesmo público, a carioca *Fon-Fon!* começou a circular em 1907 e tinha instaladas a sua redação, oficina e administração à rua da Assembléia, 54 (área central do Rio de Janeiro). O primeiro número circulou em 13 de abril e na sua apresentação, Mario Pederneiras, seu chefe de redação, apresentava a publicação como “semanário alegre, político, crítico e esfuziante: noticiário avariado, telegrafia sem arame, crônica epidêmica”. A revista de diagramação moderna contava com charges assinadas por Calixto¹⁵⁷, J. Carlos¹⁵⁸ e outros conhecidos caricaturistas da época, além de fotografias de eventos sociais e de personalidades importantes que mobilizavam a vida urbana carioca. A onomatopéia que faz referência à buzina e servia como título, por si mesma escancarava os objetivos do semanário: abordar com humor e ruído [modernidade] os eventos políticos e mundanos.

Durante o ano de 1908, de fato, a *Fon-Fon!* dedicou boa parte de suas páginas à cobertura da *Exposição Nacional*, inaugurada no mês de agosto, definindo-a como “acontecimento agradável e elegante”, que contara na sua abertura com a presença de

¹⁵⁴ Em relação à qualificação do linguajar de Juó Bananere e de outros cronistas que parodiavam a heterogeneidade social imposta pelos imigrantes optamos pelo uso do termo macarrônico, segundo a definição do crítico literário Otto Maria Carpeaux, citado por Elias Thomé Saliba em seu artigo “Juó Bananere, O Raté do Modernismo Paulista?” In *Revista de História*. São Paulo, Departamento de História, FFLCH-USP, nº 137: 113-122, 2º semestre/1997. Saliba identifica essa “linguagem própria” de Bananere como “italo-caipira”. Ver nota 112, sobre as seções similares da *Careta*.

¹⁵⁵ Pseudônimo de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado (1892-1933) engenheiro e jornalista, colaborou em *O Pirralho* (SP), *O Queixoso* (SP), *A Manha* (RJ) e criou seu próprio jornal, em 1933, *Diário do Abax’o Piques*. Cf. Elias Thomé Saliba. *Op.cit.*, 2002, p.157.

¹⁵⁶ Cornélio Pires (1884-1958) jornalista, professor, conferencista. Participou da produção de filmes sobre a vida no interior, segundo informações veiculadas pela revista *A Cigarra*. Colaborava em *O Pirralho* com a seção “Cartas de um caipira”.

¹⁵⁷ Calixto Cordeiro (1877-1957).

¹⁵⁸ Pseudônimo de José Carlos de Brito e Cunha (1884-1950), jornalista e caricaturista, colaborou nas revistas *Fon-Fon!*, *Ilustração Brasileira*, *Careta*, *O Malho* entre outras.

autoridades brasileiras e de diplomatas de países com os quais o Brasil mantinha relações. Além de artigos e crônicas sobre a Exposição, a revista publicou fotografias dos pavilhões de diversos estados, que expunham os respectivos produtos regionais, e de instalações que divulgavam o adiantamento industrial do Brasil. A *Fon-Fon!* identificava em meio às notícias sobre a *Exposição Nacional*, o gosto de seus leitores ao excluir o noticiário policial e outros de natureza tidos como “chocantes para a sensibilidade, principalmente, para as senhoritas leitoras da *Fon-Fon!*”.

O destaque oferecido não somente pela *Fon-Fon!*,¹⁵⁹ como também pela *Careta* (RJ), ao referido evento, evidenciava que a europeização da capital da República atendia às pretensões da elite nacional, fascinada com a Europa, envergonhado do Brasil, particularmente com o Brasil negro. O mundo que o Barão de Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores entre 1902 e 1912,¹⁵⁹ se esforçava em oferecer à visão do estrangeiro era um Brasil branco, civilizado e europeu. O Rio de Janeiro transformara-se em vitrina do progresso nacional, a despeito da circunstância de trazer à reboque um povo que não servia, pois estava fora dos padrões europeus, seja pelo comportamento político, pela cultura e pela maneira de morar.¹⁶⁰

A imprensa, particularmente as revistas, não esteve ausente nesse momento para repercutir os acontecimentos e de fazer valer o seu papel quase pedagógico de apontar as saídas necessárias para a superação das dificuldades nacionais. Havia, portanto, demandas consideradas cruciais para a retomada dos caminhos do progresso ameaçados, dentre as quais a coesão nacional e, conseqüentemente, a imigração.

Essa desarticulação entre o liberalismo e a realidade política, não passou despercebida ao crivo dos jornalistas atuantes nas revistas ilustradas estabelecidas na capital da República, circunstância importante, por terem tido a oportunidade de acompanharem de perto os momentos políticos que se configuraram como pano de fundo. Tomamos como exemplo a *Careta*, que se auto-denominava, no seu número de inauguração de 6 de junho de 1908, como “periódico de verve e de humor”.

A revista, mais política que a *Fon-Fon!*, a partir de 1912, iniciara a publicação de editoriais, artigos e notas que criticavam o governo Hermes da Fonseca¹⁶¹, qualificado pejorativamente de “Marechal Presidente”, denunciando o crescente militarismo do regime republicano.

¹⁵⁹ José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), diplomata, geógrafo, historiador e Ministro das Relações Exteriores entre 1902 e 1912. Durante sua gestão no Itamaraty, negociou o conflito de fronteiras com a Bolívia. Em 1903, com a assinatura do *Tratado de Petrópolis*, o território do Acre passou a pertencer ao Brasil, que cederá uma compensação econômica e pequenas concessões territoriais ao governo boliviano.

¹⁶⁰ José Murilo de Carvalho. *Op.cit.*, p.41 e p.162.

¹⁶¹ Hermes Rodrigues da Fonseca (1855-1923), militar e Presidente da República entre 1910 e 1914.

Nas suas páginas, a *Careta* exhibe reportagens ilustradas através de fotografias dos conflitos nos estados, tais como Ceará, Bahia e Pernambuco, lembrando que nem mesmo na *Revolta da Chibata* (1910), se assistira à barbárie de bombardeio sistemático contra a população civil. Há, também, menções ao empastelamento de órgãos de imprensa que se opunham a situação presente, impregnada pela influência dos militares e do PRC (Partido Republicano Conservador), liderado pelo senador general Pinheiro Machado¹⁶², retratado continuamente nas charges como galo de briga ou ave de rapina.

A *Careta* declarava a sua insatisfação até a decretação do *Estado de Sítio*, em 31 de março de 1914¹⁶³. Em virtude da suspensão de todas as prerrogativas constitucionais, a seção “A Nota Política”, espaço usualmente reservado para as críticas frontalmente ácidas contra o governo deixou de ser publicada, retornando somente em 7 de novembro de 1914. Nesse intervalo, sob censura, a *Careta* executa mudanças em suas capas – até então dedicadas à ironia e ao sarcasmo contra o governo – privilegiando cenas do mundanismo carioca como a praia ou o *footing* e os conflitos entre maridos e esposas ou entre maridos e sogras. Além disso, a partir de agosto de 1914, o tema principal passou a ser a *Grande Guerra* que eclodira na Europa, com o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do Império Austro-Húngaro, em Sarajevo no dia 28 de junho desse mesmo ano.

No n° 333, de 7 de novembro de 1914, após o fim da suspensão das prerrogativas constitucionais, a *Careta* acrescentava às suas páginas reportagens que revelavam a interrupção da revista por quase um mês; a prisão de seu diretor e secretário, atitude qualificada pela revista de “ilegal e violenta”. Exibia ainda, fotografias de jornalistas e militares presos ou exilados, e os órgãos que ficaram sob censura. Na capa, a caricatura de Ruy Barbosa, com a legenda “Uma grandeza que o hermismo não destruiu, e tornou maior”¹⁶⁴. A *Careta* aproveitava ainda a ocasião para publicar os artigos e charges censurados à edição de 7 de março, última antes da citada paralisação.

Desse modo, a tensão política se manifestava na revista e esta definia mecanismos para evidenciar sua insatisfação com esse “estado de coisas”. O primeiro foi a instalação de uma sucursal na cidade de São Paulo, na Rua Boa Vista n° 6, que tinha como função enviar os noticiários paulistas, publicados semanalmente na seção “Careta em S. Paulo”. Nesta, o

¹⁶² José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915), veterano da Guerra do Paraguai (1864-1870), general e senador, apoiou a candidatura vitoriosa de Hermes da Fonseca sobre a de Rui Barbosa, lançada na Campanha Civilista, com o apoio dos estados da Bahia e São Paulo. Foi assassinado no hall do Hotel dos Estrangeiros, Rio de Janeiro, em 1915, onde se encontrava em reunião política.

¹⁶³ O auge da crise pode ser verificado no próprio intervalo entre a publicação da *Careta*: o n° 301 foi lançado em 7 de março de 1914, enquanto a edição seguinte, n° 302, apenas em 4 de abril. O Estado de Sítio perduraria até 31 de outubro de 1914.

¹⁶⁴ *Careta*. Rio de Janeiro (333), 7 nov. 1914, capa.

conteúdo repetia o formato noticioso carioca: instantâneos fotográficos na rua XV de Novembro, ao invés de Copacabana ou Avenida Rio Branco, reproduções fotográficas da elite paulista, eventos sociais. No entanto, a revista valia-se da oportunidade para exaltar a capital e o Estado dos paulistas, qualificada como a mais adiantada do país, e ponto de resistência do civilismo. Havia, de certo, comentários com relação ao suposto bairrismo paulista, mas a *Careta* identificava São Paulo como centro de onde poderia irradiar novamente os valores tradicionais perdidos.

Outra iniciativa: revigorar a seção “Cartas de um Matuto”, iniciada em 1910 e extinta em 1912, quando uma nota cômica explicava aos leitores que o missivista/autor Coronel Tiburcio d’ Annuniação deixaria de escrever suas cartas por ter sido convidado pelo senador Pinheiro Machado à debutar na política pelo PRC. O objetivo exposto nas entrelinhas pelo autor da nota, era de cooptar o matuto e fazer calar sua voz na revista oposicionista. Em que a seção contrariava os detentores do poder político da hora?

O personagem Tiburcio d’ Annuniação, encarnado por Mario Bhering, diretor da *Careta*, era fazendeiro de Sant’Anna do Arrebenta Rabichos e Conde do Papa. Era politicamente monarquista e fixara residência na capital da República, que ainda chamava de “corte”. Em suas cartas, retomadas em 1914, durante a crise no governo Hermes da Fonseca¹⁶⁵, sua interlocutora constante era Thereza da Conceição, sua comadre em Sant’Anna do Arrebenta Rabichos. Em linguagem macarrônica¹⁶⁶, que remetia ao estilo caipira, o coronel era a negação da modernidade, cujos resultados (bonde, fotografia, negros libertos atuando como criados) eram alvos de críticas em seus escritos. Politicamente, defendia o retorno às tradições.

Nesse contexto político, o Presidente Hermes da Fonseca tornou-se quase uma personagem fixa da *Careta*, sendo comum nas suas páginas comentários intitulados “as últimas do presidente”, principalmente após as suas segundas núpcias com Nair de Teffé¹⁶⁷, em 1913. Sua aparência baixa, roliça e calva era propositalmente distorcida, mas facilmente reconhecida pelos leitores. Na tentativa de ridicularizar o mandatário nacional, a *Careta*, em 31 de agosto de 1912, circulou exibindo na capa Hermes da Fonseca vestido de quimono e qualificado como a “geisha no Palacio Theatro”.

¹⁶⁵ A primeira delas na edição nº 299 de 21 de fevereiro de 1914.

¹⁶⁶ Em 1911, a *Careta* publica, também, contribuições macarrônicas de um “alemão” Xoão Boláxa, em coluna intitulada “Cartas de um Allemão”, de “Zanda Gadarrhina”; o nome Florianópolis, antes Desterro, é grafado “Destêrra”.

¹⁶⁷ Nair de Teffé (1886-1981), considerada a primeira caricaturista brasileira, colaborou, dentre outros periódicos, na *Careta* e na *Fon-Fon!*, onde publicava semanalmente, em 1910, caricaturas de senhoras da sociedade carioca na “Galeria das Elegâncias” sob o pseudônimo Rian.

A gueixa em questão, em evolução de dança, está secundada pelo samurai, Pinheiro Machado, em postura rígida de guardião, em cenário que faz referência ao *café concerto*, em voga entre a elite. As duas figuras políticas, protegidas pela sombrinha japonesa de papel de arroz e iluminadas pelas lanternas com as iniciais PRC, eram apresentadas, ao mesmo tempo como personagens de comédia e símbolos do deboche a que reduziram a nação brasileira. A charge de J. Carlos expõe a postura fingidamente ingênua e alegre do *marechal-gueixa*, em que se visualiza sob o quimono a espada militar, em contraponto à expressão sombria do *general-samurai*. A cena, apresentada como grotesca, é acompanhada pela cartunista Rian [Fig.1].

J. Carlos se vale nessa charge da transferência de imagens, tendo como mote a notícia publicada nos jornais de que Ryu Mizuno – o empresário que trouxera ao Brasil a primeira leva de imigrantes japoneses em 1908 e que se “dedicava agora” ao comércio de café – presenteara Fonseca com um rico quimono bordado à mão. Nos auxilia na avaliação dessa charge uma nota publicada no número anterior da revista, em que se informava sobre a natureza do presente: o referido quimono era decorado com cobras e lagartos japoneses, que poderiam compor com o cavalo do Marechal quando este fizesse revista às tropas. Dizia a nota em um dos trechos: “Que belo vestuário para fazer pendant com o distintivo presidencial”¹⁶⁸. A circunstância de encontrarmos, muitas vezes, variações e referências sobre um tema em comum em diferentes números da revista comprova a importância, na análise do documento visual, à atenção nas pequenas informações ou registros textuais, que poderiam ser posteriormente utilizadas como motes para os artistas do humor.

¹⁶⁸ Nota. *Careta*. Rio de Janeiro (221) 24 ago. 1912, p.16.

Careta

GRANDE PREMIO NA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908



O sr. Rio Mizuno, director da sociedade Japonesa Café Paulista, de Tokio, offerceos ao sr. presidente da republica um lindo kimono de seda, bordado á mão.

(Das jornais)

A GEISHA NO PALACIO THEATRO

CARETA — Eh!... kára... kárakára, kárakára kárakára, kárakára!!!

1 – “A Geisha no Palacio Theatro”. *Careta*. Rio de Janeiro (222) 31 ago. 1912, capa. AFBN-RJ.

A partir dessa leitura, podemos levantar a hipótese de que J. Carlos, ao inserir em um mesmo quadro Hermes da Fonseca, Pinheiro Machado e a terceira personagem [Ryu Mizuno], alegoricamente representada pelo quimono, almejava elaborar uma denuncia simbólica do autoritarismo, combinada às referências nipônicas, já consolidadas no imaginário nacional, enquanto sinônimos de ameaça e falsidade.

No entanto, a charge nos permite outra interpretação, tomando por base os acontecimentos que ocorriam de forma simultânea: a leitura de telegramas e noticiários publicados na *Careta* exprimia o receio de certos setores da imprensa norte-americana de que o Japão, através de capitalistas, estivesse estendendo nos países americanos zonas de influência a fim de hostilizar os Estados Unidos.¹⁶⁹

Através da documentação diplomática por nós consultada, o auge fora a notícia publicada em jornais como *New York Herald* de que o México cedera aos japoneses a Baía Madalena, para que lá fosse construída uma base naval nipônica. Tanto os governos mexicano e japonês teriam negado essa concessão, e muito do alarma norte-americano fora atribuído pelo embaixador japonês em Washington ao contrato assinado entre uma empresa de pesca japonesa e o governo do México.¹⁷⁰

É conveniente acrescentar que a Legação do Brasil em Tóquio acompanhava esse novo eixo de conflitos entre os EUA e Japão em torno da crise pela qual passava o México, visto como campo em que se mediam as duas potências. Em 17 de novembro de 1913, a representação diplomática brasileira emitia um ofício ao Itamaraty em que encaminhava recortes do jornal *The Japan Times* relativos à ida do cruzador *Izumo* às águas do México. Gustavo de Vianna Kelsch, Encarregado de Negócios dessa Legação, observara que não compreendia “a necessidade do Japão ir meter-se onde não foi chamado. Sirva isso ao menos para que outros se acautelem”.¹⁷¹

A advertência de Kelsch expressava a sua preocupação com o papel que o Japão pretendia desempenhar em um país vizinho aos Estados Unidos, convulsionado desde a queda do ditador Porfírio Diaz em 1910. Tal atitude japonesa era interpretada como uma ameaça aos demais países americanos, que corriam o risco de serem vítimas de intromissão nipônica em seus assuntos internos.

Assim, a utilização de símbolos japoneses ao se criticar o momento político brasileiro, tido como pernicioso, também atendia a idéia de que apesar do desmando nacional, este não era forte o suficiente para se evitar o movimento imperialista japonês que ameaçava se infiltrar nas Américas, também via Brasil, disfarçado de contatos comerciais, precedidos de presentes às autoridades, tal como estaria ocorrendo no México.

¹⁶⁹ Além do n° 222 de 31 de agosto de 1912, há referências na *Careta* desde o ano anterior até meados de 1914, sobre a política japonesa no México e a sua participação nos conflitos internos mexicanos em oposição à intervenção norte-americana.

¹⁷⁰ Despacho n° 3 de Enéas Martins (sem cargo), para Gustavo de Vianna Kelsch, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 11/06/1912. AHI-RJ.

¹⁷¹ Ofício n° 15 de Gustavo de Vianna Kelsch, Encarregado de Negócios do Brasil, para Lauro Severiano Muller, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 17/11/1913.

Do mesmo modo, as revistas paulistas não hesitaram em fornecer aos seus leitores informações sobre os acontecimentos internacionais que teriam conseqüências para a Nação brasileira. Foi o caso da guerra em curso na Europa, que ocasionou a queda de entradas dos imigrantes europeus. No entanto, mesmo antes do referido declínio e da suspensão definitiva da subvenção aos nipônicos, as revistas abordaram a questão da imigração criticamente.

Em 21 de março de 1914, *O Pirralho* publicava um artigo atacando a política imigratória do governo paulista, que se valia dos serviços da firma *Antunes dos Santos & Cia* para a contratação de imigrantes interessados em emigrar para o Brasil. Embora o texto não se refira especificamente aos nipônicos, exteriorizava a preocupação do articulista com o suposto enriquecimento ilícito de particulares e com a qualidade dos estrangeiros localizados no Estado de São Paulo. A atividade é classificada de “serviço de caridade” e “uma ladroeira de alto quilate contra o pobre Thesouro”. Já os imigrantes são classificados de “inditosos pensionistas do Governo, semi-cadaveres”, rebotalhos.

Há, também, o questionamento sobre a necessidade de se trazer imigrantes de tal qualidade, quando havia “20.000 almas a procura de emprego”. Conclui que a ganância das empresas, capazes de transportar até “animaes que tenham cara de gente, contanto que façam número para que o governo morra nas libras”, e a má fé de autoridades, na pessoa de Carlos Guimarães, Presidente de São Paulo em exercício¹⁷², levavam a continuidade de tal “serviço mal feito e dispendioso”. A revista defendia o fim do contrato entre o governo paulista e a *Casa Antunes & Cia.*, afirmando que os europeus voltariam a procurar o Brasil espontaneamente, logo que soubessem que “o Governo não precisa de parasitas, de vadios, de vagabundos, de touristes, como é a maioria dos que vem sob a bandeira Antunes dos Santos”.

173

Verifica-se que o transporte de imigrantes e seu envio às fazendas eram criticados como negócio que visava somente o lucro de alguns aproveitadores, sem resultar em benefício para a economia paulista. A má qualidade das levas ameaçava a vinda daqueles que livremente contribuiriam para o progresso nacional, ao contrário dos desocupados e aventureiros semeadores da convulsão social. É preciso ressaltar que a iniciativa do *Pirralho* estava bem de acordo com a disposição nacionalista que o país vivenciava, motivado pela virtual ameaça representada pelos imigrantes.

¹⁷² Assumiria interinamente o cargo em diversas oportunidades em razão dos afastamentos por motivos de saúde de Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919), Presidente do Estado de São Paulo, entre 1912 e 1916.

¹⁷³ “O governo está sendo roubado: se é que o sr. dr. Carlos Guimarães quer fazer economias, porque não economisa cerca de 6 a 8 mil contos com o tal serviço de imigração? O sr. Antunes dos Santos é um felizardo”. *O Pirralho*. São Paulo (135) 21 de mar. 1914, p.4.

O perigo associado à “ralé” estrangeira (vocabulário utilizado pelo artigo em questão) não se dissociava ao risco de que esta pudesse a começar a participar das decisões políticas, voltadas exclusivamente em seu próprio benefício, ou ainda pior, às suas pátrias de origem. O historiador Boris Fausto identifica no ano de 1916 a criação da *Liga Nacionalista*¹⁷⁴, contudo, é possível recuar no tempo e estabelecer a fundação do Centro Nacionalista ainda em 1915, tendo a frente Julio de Mesquita Filho¹⁷⁵. A motivação, segundo *O Pirralho*, teria sido um discurso de Olavo Bilac¹⁷⁶ na *Faculdade de Direito do Largo São Francisco*, no qual criticara a ausência de patriotismo e o analfabetismo do povo brasileiro, além da falta de assimilação dos imigrantes.

A revista declarava seu apoio à defesa “de nossa nacionalidade, hoje em dia completamente abandonada e postergada”.¹⁷⁷ Daí a justificativa para a criação da *Liga Nacionalista*, que tinha como um dos pressupostos promover a educação popular, motivada pela questão imigratória.¹⁷⁸

Elias Thomé Saliba ao se propor a refazer a trajetória do cronista paulistano Juó Bananére¹⁷⁹ entre os anos de 1915 e 1933, aponta a campanha nacionalista deflagrada pelo poeta Bilac como ponto de ruptura de sua carreira na imprensa paulistana.

A saída de Bananére d’*O Pirralho* em outubro de 1915 coincidira, portanto, com o discurso na Faculdade de Direito. O cronista ironizara o visitante e a famosa oração, paródia publicada um dia após o evento em suas páginas. Segundo relata Saliba, uma manifestação de estudantes, que ameaçava empastelar o pasquim, exigira a demissão do responsável pela coluna “As cartas d’abaixo piques” e do suplemento *O Rigalegio*¹⁸⁰.

¹⁷⁴ A presidência da Liga coube a Frederico Vergueiro Steidel, lente da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Cf. *A Cigarra*. São Paulo (75) 18 set. 1917, p.24.

¹⁷⁵ Julio de Mesquita Filho (1892-1969), advogado e jornalista, filho de Julio de Mesquita, a quem sucede na direção do jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1927. Em 1926, apóia a fundação do Partido Democrático, liderado por Antonio Prado. Apóia a Aliança Liberal conspira a favor da Revolução de 1930. Contudo, após o agravamento dos conflitos entre a elite paulista e o interventor João Lins de Barros, adere à Revolução Constitucionalista de 1932. Após a derrota, é preso e exilado em Portugal. Seu jornal foi invadido e fechado pela polícia em março de 1940, por se opor ao Estado Novo. *O Estado de S. Paulo* volta a circular tutelado por uma nova diretoria e sob o controle acionário do governo. Somente em 6 de dezembro de 1945, o jornal retorna às mãos da família Mesquita. Cf. Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu (orgs.). *Op.cit* p.2220-2221 (verbete de Marieta de Moraes Ferreira e Leda Soares).

¹⁷⁶ Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918) jornalista e poeta parnasiano, membro fundador da *Academia Brasileira de Letras* e secretário da *Liga de Defesa Nacional*. Foi eleito pela revista *Fon-Fon!* (RJ) o primeiro *Príncipe dos Poetas Brasileiros* e colaborador de diversos órgãos da imprensa como *Gazeta de Notícias* (RJ) e *A Cigarra* (SP).

¹⁷⁷ “Centro Nacionalista”. *O Pirralho*. São Paulo (205) 30 out. 1915, p.3.

¹⁷⁸ *A Liga Nacionalista* é abordada por Boris Fausto em seu artigo “Imigração e Participação Política na Primeira República: O caso de São Paulo” In Boris Fausto et al. *Imigração e Política em São Paulo*. São Paulo, Editora Sumaré; FAPESP, 1995, p.11-17.

¹⁷⁹ Ver nota 49.

¹⁸⁰ Marcondes Machado já havia deixado de colaborar n’ *O Pirralho* entre maio de 1914 e outubro desse ano. Cf. Seção “Expediente”. *O Pirralho*. São Paulo (144) 23 mai. 1914, p.10 e Seção “Expediente”. *O Pirralho*. São

A exclusão de Bananére, como revela Saliba, comprova que o seu anarquismo lingüístico não se enquadrava facilmente em fórmulas e manifestos, que exigiam um mínimo de clareza sem qualquer ambigüidade. Além disso, comprova o compromisso da *intelligentsia* paulista com o que o autor qualifica de “nacionalismo difuso”, mas certa de sua raiz paulista, “ávida por construir e reforçar uma hegemonia e, se possível, entende-la ao campo das letras e da cultura”.¹⁸¹

Essa é sem dúvida o maior ponto de interesse que emerge na leitura d’ *O Pirralho* e d’ *A Cigarra*, ou seja, a avidez paulista em ser o foco nacionalizador do Brasil. O poderio tanto econômico como político justificava, do ponto de vista da elite paulista, essa pretensão e se manifestava especialmente através da participação ativa dos intelectuais e políticos como o então prefeito Washington Luis, patrono da campanha nacionalista em torno do qual se reuniam Oswald de Andrade e Guilherme de Almeida.¹⁸²

Por conseguinte, qualquer membro que não se mostrasse “afinado” com os ideais de cultura paulista, defendidos por esses setores da imprensa, era prontamente combatido. Ao contrário do que impunha o nascente modernismo paulista, “idealista, nativista, nacionalista e militante” o humor de Bananére era “desmobilizador, anárquico, lírico e anti-programático”.¹⁸³ Finalmente, esse “nacionalismo difuso” era uma prévia de um outro mais radicalizado nas décadas de 1930 e 1940, em que mais do que a assimilação dos imigrantes, passa a existir um combate agressivo à etnicidade imigrante.

De fato, enquanto constatação dessa realidade – para além do periódico que fazia do deboche o seu material cotidiano – também a sofisticada *A Cigarra* se empenhava na campanha nacionalista nesse período. Até o final da Primeira Guerra Mundial publicava em seus números, artigos e editoriais (seção *Chronica*) em que defendia a necessidade de

Paulo (155) 3 out. 1914, p.10. O nº155 circulou quase dois meses após o nº 154 e esse intervalo foi justificado pela direção da revista como parte da reorganização da mesma. Elias T. Saliba registra que o retorno de Bananére está vinculado à volta de Oswald de Andrade à direção.

¹⁸¹ Elias Thomé Saliba. *Op.cit.*, 1997, p.115-116

¹⁸² Washington Luis Pereira de Sousa (1869-1957) Prefeito da cidade de São Paulo entre 1914 e 1919; Presidente do Estado de São Paulo entre 1920 e 1924 e Presidente da República entre 1926 e 1930. Não concluiu o mandato na Presidência da República por ter sido deposto pela Revolução de 1930. Quando prefeito instituiu um concurso para a escolha do brasão da cidade. O projeto vencedor com o lema “Non Dvcor Dvco” foi apresentado por Guilherme de Almeida e J. Wasth Rodrigues, então colaboradores d’ *A Cigarra*. Cf. *A Cigarra*. São Paulo (61) 28 de fev. 1917, p.44. No nº 63, de 28 de março de 1917, o escudo surge na capa da revista com a legenda: “Brasão de armas da cidade de São Paulo, de acôrdo com o acto municipal nº 1057, de 8 de março de 1917”. Nascido em Macaé (RJ) foi apelidado, em 1924, por Juó Bananére de “O Mussolino di Macaé” em uma coluna que mantinha no jornal *O Estado de S. Paulo*. Financiou *O Pirralho* em seus primeiros tempos. Idem, *Ibidem*, p.118.

¹⁸³ Nesse sentido a retórica “impertinente” e de “colorido rebarbativo” de Marcondes Machado que persistiu nos anos 1930, momento em que tudo convergia para um nacionalismo fortemente disseminado. No *Diário do Abax’o Piques*, Bananére lançara mão de diversos heterônimos, dentre eles um japonês, Tebato Nakara, autor de uma coluna intitulada “Taka Chumbo Shimibun”, que com outros de linguagem própria (judeu, árabe etc.) denunciava uma sociedade heterogênea. Idem, *Ibidem*, p.120.

reservistas, serviço militar obrigatório [tese abraçada por Olavo Bilac] e a construção de fábricas de armamentos. Em outubro de 1917, inicia a publicação de um suplemento cujo tema era assuntos militares sob a responsabilidade de um “oficial do exército”, sob o pseudônimo de “Trabal”, em que são discutidas e ensinadas didaticamente – mesmo através de ilustrações – as estratégias de batalha, formação e organização do exército, uso de munições e armamentos.

Portanto, além da questão de nacionalização e assimilação, apontava-se a urgência da defesa nacional contra as possíveis agressões vindas de fora. O patriotismo deveria ser exercitado e o cosmopolitismo que enfraquecia o espírito nacional combatido. Os imigrantes são apontados como os culpados da falta de coesão nacional, por se casarem e formarem famílias dentro do próprio grupo, e influenciarem seus filhos no desinteresse “atávico” dos destinos da pátria que adotaram. Ainda mais: os estrangeiros suplantavam os nacionais nas conquistas materiais: financeira, comercial e industrial. Logo, os brasileiros eram “desalentados”, sem forças e vontade de lutar e compreender as conseqüências de suas atitudes ante a eventualidade de um ataque à soberania do Brasil.¹⁸⁴

Qual ou quais as origens dessa ameaça? Em primeiro lugar, o imperialismo comprovado pela guerra mundial ainda em curso. Em seguida, as agitações operárias, confirmadas pelo que ficou conhecida como a *Grande Greve de 1917*. Sintomaticamente, *A Cigarra* não abordara a *Revolução Bolchevique de Outubro de 1917*, a não ser meses depois, já em 1918, para denunciar os desmandos e a utopia do socialismo. É de se refletir o interesse da revista em não fornecer uma alternativa às desigualdades sociais.

Atitude diferente em relação aos protestos operários, que receberam a devida atenção – em artigos, editoriais e fotografias – registrando a influência de trabalhadores estrangeiros no movimento grevista¹⁸⁵. Depreende-se que não havia espaço para a discussão das soluções efetivas para as necessidades da classe trabalhadora, dentre elas uma que se tornou a bandeira do operariado, especialmente das operárias que tiveram participação ativa: o aumento abusivo dos gêneros de primeira necessidade devido ao conflito mundial.

A perspectiva explorada, propositalmente, era a importação de elementos subversivos, portadores de ideologia exótica que se aproveitavam da ignorância e da generosidade incauta e inata dos brasileiros.

¹⁸⁴ “Chronica”. *A Cigarra*. São Paulo (49) 31 ago. 1916, p.11

¹⁸⁵ Cito enquanto exemplo uma reprodução fotográfica de uma manifestação cuja legenda sintetiza a ameaça simbólica da massa trabalhadora: “A multidão de operários grevistas, depois de ter percorrido as ruas centrais, descendo a ladeira do Carmo, a caminho do Braz, empunhando bandeiras vermelhas”. *A Cigarra*. São Paulo (71) 26 jul. 1917, p.14. [grifo meu].

Assim, a saída era a campanha nacionalista para o combate desse e de outros males [os imigrantes nocivos]. Encapada pela *Cigarra*, esta previa que a característica do século XX seria o nacionalismo exaltado, “exaggerado quem sabe até ao chauvinismo”. Seria um nacionalismo motivado pela defesa, pois ninguém acreditava que a paz definitiva seria encontrada ao final dessa “tremenda guerra”.

Não haveria “uma nova era de doce cordialidade entre os homens”. Desse modo, todos os países estavam se preparando para a sua defesa atual e futura. O Brasil não poderia ser a exceção, pois a imprevidência no aparelhamento de sua defesa seria o suicídio. “Ou, pior ainda, porque não morrem os povos que não fazem valer a sua força. Tornam-se escravos”. O alistamento militar em curso vinha, na opinião da revista, a evitar a escravidão, uma nação sujeita ao mando de outra. “Ao ser soldado, ser cidadão”.¹⁸⁶

Os imigrantes precisavam ser selecionados; aqueles que já haviam entrado, assimilados. Pregava-se o resguardo da brasilidade e a preservação étnica. A *Cigarra* lançava a proposta de uma aproximação cultural e étnica com Portugal, aproveitando-se de uma visita feita à São Paulo da *Missão Portuguesa* composta por “individualidades ilustres” do exército, da marinha e letras daquele país.

Seria, segundo o editorial, uma vantagem para ambos os países, um intercâmbio dinâmico de livro e gente: Portugal se revigoraria com a infusão de sangue novo depois de 800 anos de trabalho árduo; para o Brasil seria a chance de corrigir “aberrações” e manter a trilha “naturalmente indicada” ao povo brasileiro “para manter a pureza do seu caracter ethnico” para assimilar “a superveniencia de camadas immigrantes e não ser assimilada” ou não permitir o enquistamento delas. Defende a revista que a nacionalidade se funda em um “cadinho de fervura inquieta e apressada” e os “elementos heteroclitos” deveriam ser eliminados ou então convertidos à “mesma e unica massa”.¹⁸⁷

1.3 – A edificação da Nação e do Novo Homem Brasileiro

O Império do Sol Nascente no periodismo brasileiro

Estabelecido então, que desde o final do século XIX, as atividades expansionistas do Japão no Extremo Oriente desempenharam papel significativo para a construção da imagem do imigrante japonês no Brasil, é possível através dos registros iconográficos publicados pelas

¹⁸⁶ “Chrônica”. *A Cigarra*. São Paulo (95) 12 jul. 1918, p.13.

¹⁸⁷ “Chrônica”. *A Cigarra*. São Paulo (83) 18 jan. 1918, p.15.

revistas ilustradas, acompanhar a transformação nas formas de representação dos japoneses, sujeitas às influências internacionais e a realidade política nacional.

Entretanto, o referencial sobre o Japão identificado pela historiadora Celina Kuniyoshi, remontava ao ano de 1854, quando o arquipélago reabriu suas portas ao Ocidente. O Império do Sol Nascente surgia como uma região exótica e preservada, tendo assim um caráter de redescoberta de algo que fora há muito conhecido, mas que os ocidentais não mais encontravam em seu universo. Assim, o reencontro com a *Terra das Cerejeiras e dos Samurais* – denominação poética utilizada por viajantes que percorreram o Japão a partir de então – despertou a curiosidade e o interesse especialmente na Europa.

Esse fenômeno conhecido como *Japonismo* levou artistas, intelectuais e, até mesmo, aventureiros a visitarem o arquipélago nipônico que, do outro lado do mundo, serviu de inspiração para as suas obras "*seja in loco ou pelo contato e conhecimento das coisas que de lá eram trazidas pelos colecionadores, em especial as estampas, lacas, esculturas, porcelanas, biombos e outras japonneries ou japonesices (curiosidades japonesas)*."¹⁸⁸ O interesse pelo Japão produziu uma variada literatura de viagem, que por sua vez, interferiu no imaginário coletivo sobre o Japão e os japoneses.

Kuniyoshi, contudo, ressalta em seu estudo uma especificidade do *Japonismo* no Brasil, em particular devido ao início da corrente imigratória japonesa para o país em 1908¹⁸⁹. No entanto, observamos que essa particularidade na forma de se encarar o nipônico já estava presente antes mesmo dos primeiros imigrantes aportarem no porto de Santos, através dos debates sobre a conveniência ou não de se contratar trabalhadores de raça amarela. Assim, alguns aspectos do *Japonismo* adquirem sentido no contexto em que a república brasileira ainda procurava consolidar-se enquanto regime e as suas elites se posicionavam no afã de fornecer identidade própria à emergente Nação.

Conforme estabelece Kuniyoshi, o *Japonismo* no Brasil pode ser considerado uma forma peculiar de idealismo utópico que subdivide em três tipos: o *exotismo pitoresco*, em que as imagens do Japão estão relacionadas com aquilo que é original, diferente, sem paralelo com o Ocidente - aspectos ligados à moral, usos e costumes tradicionais - relatos que invocam sonhos utópicos de um país onde o povo se reconhecia como participante de uma mesma cultura, história, não havendo contradições, apenas harmonia; o *exotismo da história*, mesclado ainda com o exotismo pitoresco, em que o espaço está preenchido pela tradição, pela Antigüidade, pelo culto aos antepassados e ao Imperador; e o *exotismo moderno* que

¹⁸⁸ Celina Kuniyoshi. *Op.cit.*, p.9.

¹⁸⁹ Idem.

valoriza – a partir das vitórias nipônicas na guerra contra os russos e as transformações operadas a partir da Era *Meiji* (1868-1912) – a metamorfose do Japão, em curto período, de sociedade feudal em potência industrial¹⁹⁰.

Essas três vertentes de exotismo que – conforme a própria definição do conceito, “o que vem de fora e não é nativo” – nos fornece alguns indícios quanto às representações do japonês no imaginário político brasileiro dos anos 1890 a 1940. Em primeiro lugar, o isolamento insular por quase dois séculos que o Japão vivenciara permitiu que o povo nipônico constituísse sua nacionalidade, sem qualquer interferência estrangeira, fazendo com que cada integrante se conscientizasse de pertencer a uma mesma comunidade.

Por outro lado, essa intocada preservação das tradições, não impediu que o país saísse de um regime feudal fechado para se configurar em uma potência industrial. Essa rápida modernização em poucas décadas transformou o Império do Sol Nascente em um modelo ambíguo a ser seguido por nossas autoridades políticas e intelectuais. Modelo não apenas no tipo de desenvolvimento, mas também na conservação étnica de sua população, argumento lembrado por representantes diplomáticos do Brasil no Japão quando justificavam a sua contrariedade quanto à colonização nipônica.

A admiração pelo arquipélago japonês e no que ele havia se tornado somava forças, contraditoriamente, ao receio de que o seu imperialismo se impusesse sobre o Brasil juntamente com os seus súditos, e a degenerescência racial. Essas são as imagens do imigrante nipônico durante os primeiros tempos da imigração japonesa até os anos 1920, quando essa corrente imigratória se avoluma significativamente.

No início do século XX, portanto, era ainda intenso o anseio dos viajantes em divulgar as especificidades do Império do Sol Nascente. Um desses entusiastas pelo Japão era Moreira Guimarães, adido militar na Legação do Brasil em Tóquio durante a Guerra Russo-Japonesa. Nessa ocasião, Moreira Guimarães tivera a oportunidade de assistir *in loco* os combates servindo no 3º *Exército*, sob o comando do General Nogui, um dos heróis japoneses do conflito.

Ao retornar para o Brasil resolvera publicar o livro *No Extremo Oriente* (1908), que obteve ampla divulgação na imprensa brasileira, particularmente carioca. O aspecto de interesse encontrado nessa publicidade é que o autor prometia a descrição da terra e da gente japonesa, “que ele pôde apreciar durante a sua longa estadia naquele longínquo país”¹⁹¹. Notamos a reincidência da presença do exótico com relação ao Japão e aos japoneses,

¹⁹⁰ Ibidem.

¹⁹¹ Cf. os anúncios veiculados pelas revistas *Fon-Fon!* e *Careta* no decorrer do ano de 1908.

expectativa que Moreira Guimarães prometia satisfazer com o seu texto, gravuras e demais ilustrações que inserira no livro.

A análise da obra de Moreira Guimarães nos permite concluir que ela mantém características do exotismo pitoresco, do exotismo da história e do exotismo moderno. Esta constatação adquire maior importância quando verificamos que a edição da obra a que tivemos acesso é de 1936, em cujo prefácio o autor afirma ter sido a sua intenção preservar o escrito original, visto que as suas opiniões sobre o Japão não sofreram modificações a despeito do expansionismo militar japonês na Ásia.

A imagem do Japão registrada no livro *No Extremo Oriente* expressa, ao mesmo tempo, tradição e modernidade ao exaltar o povo japonês. Moreira Guimarães deixa transparecer que o conheceu nos tempos de paz e de guerra. O japonês é classificado de “grande povo”, “original”, qualidade que lhe dava uma força inequívoca, “o mais unido de toda a terra”, “a gente mais ocidentalizada de toda a Ásia” e “povo *leader* de toda a Ásia”.¹⁹² No pensamento do autor, a sucessão ininterrupta da linhagem de imperadores desde os seus primórdios e a homogeneidade racial da população, forneceram a força motriz que levava o Japão a sua posição de destaque no cenário internacional. Dera também a população “o sentimento de fraternidade, sentimento remontado, insubstituível, puro, capaz de todos os milagres”.¹⁹³ Essa realidade, na sua opinião, havia sido colocada à prova durante as guerras contra os chineses em 1894 e contra os russos em 1904. Celebrava ainda o Japão como modelo de civilização pelo seu rápido desenvolvimento, pois soubera unir o melhor do que havia no Ocidente e no Oriente.

Moreira Guimarães classifica o Japão de “paraíso”, “alta civilização”, além de referir-se positivamente à psicologia da raça japonesa. O suicídio ritual não era prova de fanatismo, mas sinal de honra e de brios: aquele que o cometia era imbuído de riqueza moral. O sorriso não era associado à hipocrisia ou falsidade, mas à gentileza e à cordialidade. O japonês se comovia, mas a sua moral pessoal não permitia a comunicação de seus pesares a fim de não perturbar a felicidade alheia. O negativo e merecedor de críticas em sua visão eram os costumes ocidentais, classificados como indiferentes e frios.

Na guerra russo-japonesa, nas horas mais trágicas, estavam não raro sorrindo...

(...)

Que gente mais calma, serena, prazenteira!

¹⁹² José Moreira Guimarães. *No Extremo Oriente: o Japão*. Rio de Janeiro, Officinas Alba Graphics, 1936, p.8-24.

¹⁹³ Idem, p.28-29.

Japoneses nervosos, inquietos, zangados, estúpidos, grosseiros, não os encontrei quer na guerra, quer na paz. E na guerra bem podia haver tudo isso. A guerra é a guerra.¹⁹⁴

A Guerra Russo-Japonesa é considerada pelo autor como um marco, uma reação à violência empreendida pela Alemanha, França e Rússia contra o Japão, que fora obrigado a renunciar aos seus direitos adquiridos com a sua vitória na Guerra Sino-Japonesa. Moreira Guimarães considera o conflito contra os russos como a luta entre a “Rússia autocrata” e o “Japão constitucional”, já que “não havia de triunfar a barbaria contra a civilização”.¹⁹⁵ O autor atribuía a barbárie ao russo e a civilização ao japonês, num posicionamento que viria a contrastar com as demais opiniões sobre o assunto, que passariam a encarar a vitória de um representante da raça amarela sobre o de uma raça branca uma ameaça.

A simpatia demonstrada por Moreira Guimarães à cultura e ao modo de vida dos japoneses sinaliza a continuidade da idealização do Japão enquanto Estado como modelo para o Brasil. Entretanto, essas qualidades atribuídas ao povo japonês, o “mais ocidentalizado” da Ásia, não o enquadravam, na visão dos intelectuais e autoridades nacionalistas como colonizadores ideais, ao contrário, a sua força e organização representavam um risco para a nacionalidade brasileira.¹⁹⁶

Essa ambigüidade foi incorporada pelos periódicos brasileiros e, principalmente, pelas revistas ilustradas que circularam no Brasil até os meados do século XX. Em relação ao temor e admiração ao Japão, iniciamos o levantamento sistemático de duas delas: a *Careta* e a *Fon-Fon!*. Nestas revistas, um conjunto de artigos, charges políticas e referências às obras de época nos permitem cruzar informações com a documentação diplomática, formando uma trama de dados, que possibilitam a análise da mentalidade antinipônica nos diferentes segmentos da sociedade brasileira.

Em seu primeiro número, a *Fon-Fon!* – antecipando a chegada do vapor *Kasato Maru* em 18 de junho de 1908, que traria à bordo os primeiros imigrantes japoneses – apresentava a fotografia do capitão Moreira Guimarães, que retornava à pátria após longa estadia no Japão [Fig.2]. A imagem mostra Guimarães vestido e sentado no piso de *tatami* à moda japonesa ao

¹⁹⁴ Ibidem, p.147-148.

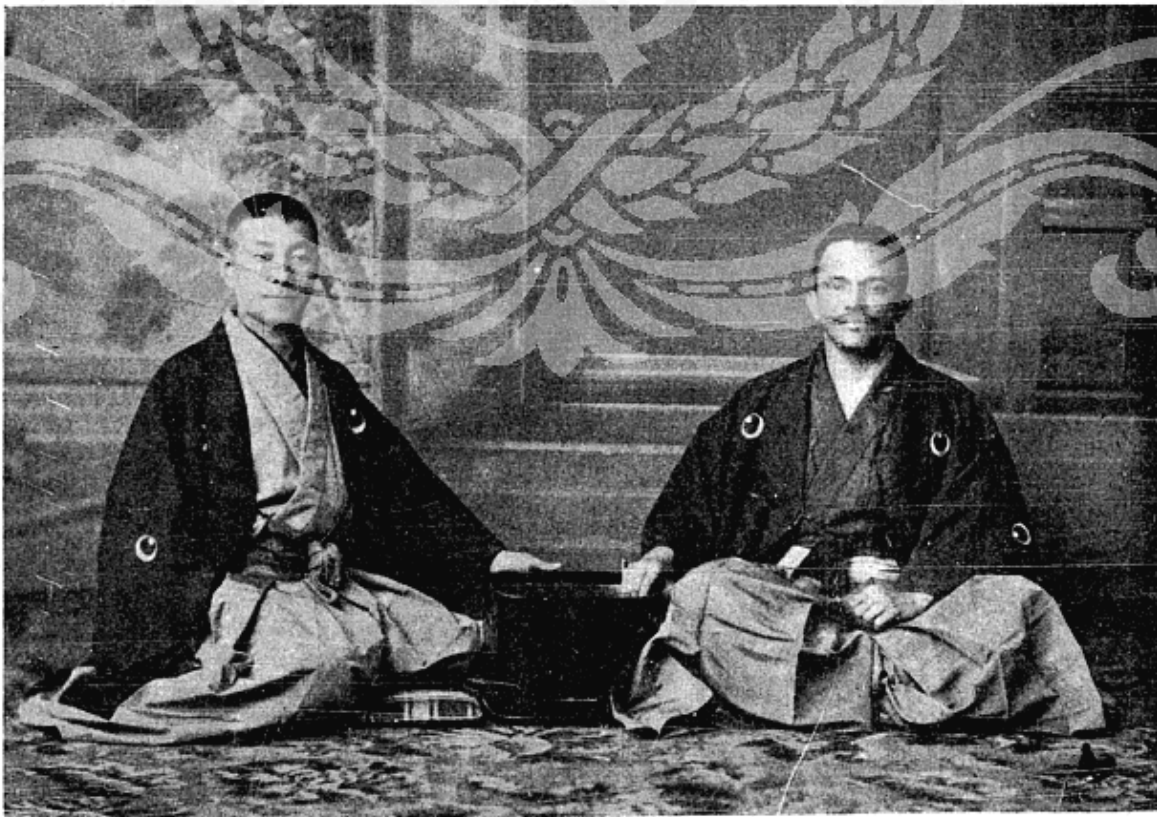
¹⁹⁵ Ibidem, p.215.

¹⁹⁶ Assim como o autor de *No Extremo Oriente: o Japão* (1908), outro militar, Raul Tavares, Contra-Almirante, que fora Chefe do Estado Maior do Governo Provisório, entre janeiro e maio de 1931, publicara o livro *A Guerra Russo-Japonesa* no ano de 1934. A edição tinha como patrono o próprio presidente Getúlio Vargas, e no prólogo de 1932, Tavares esclarece que resolvera publicar a obra a partir do interesse suscitado pelas suas traduções para o português da obra em francês *Historico Official do Estado-Maior da Marinha Japoneza*, que surgira nas livrarias do Rio de Janeiro em 1908. Devido a esse sucesso na incorporação de extratos na *Revista Marítima Brasileira*, organizara a obra acrescida de comentários e notas. Cf. Raul Tavares. *Guerra Russo-Japoneza*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934, p.360.

lado de um companheiro igualmente trajado de acordo com a tradição japonesa. A legenda induz o leitor a compreender a cena: “*um japonês autentico e um japonês falsificado...*”.

Moreira Guimarães é classificado jocosamente como o “falsificado” e aquele que está fora do lugar. A sua postura, travestido de “japonês”, não deve ser interpretada tão somente ou limitada às roupas ou a forma de se sentar: há aqui uma intenção por parte de Moreira Guimarães de se apresentar como aquele que não apenas conhecera, mas incorporara também parte da cultura nipônica, capaz, portanto, de divulgá-la no Brasil. *Fon-Fon!* deliberadamente denuncia humoristicamente essa pretensão lançando ao militar o epíteto de “japonês falsificado”. Mas ao mesmo tempo, noticiava o retorno ao Brasil de um conterrâneo que vivenciara a experiência de conviver com um povo cuja cultura era diferenciada da brasileira e que suscitava tanta curiosidade no Ocidente.

A questão da aclimação do imigrante japonês à realidade brasileira também foi alvo da *Fon-Fon!*. A referência surge como a possibilidade do inverso: aproveitando-se da viagem ao Oriente do navio da Marinha brasileira *Benjamin Constant* e o acesso às fotografias de oficiais brasileiros trajando vestimentas orientais, a revista sugere que a influência do meio social em que estiveram poderia ter convertido os marinheiros em “filhos do Sol Nascente ou do Celeste Império” [Fig.3].



Um Japonês autentico e um Japonês falsificado, Capitão Moreira Guimarães, que esteve como addido-militar do Brasil no Japão e serviu no terceiro exercito do commando do general Nogui, durante a guerra russo-japoneza.

2 – [Um japonês falsificado]. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (1), 13 abr. 1907, p.8. AFBN-RJ.

O que torna esses registros fotográficos dignos da nossa atenção é a imitação dos modos e gestos nipônicos – a maneira com que seguram as tigelas, os leques e os demais apetrechos típicos [Fig.4].

Essa curiosidade sobre o modo de vida japonês estava supostamente ao alcance do público em geral, conforme anúncio do cinematógrafo da *Avenida Central*, próximo ao Jardim Botânico. A propaganda prometia:

“(...) a idéia exata da vida dos nippons, do movimento das suas cidades, da bizarrria dos seus trajes e costumes e especialmente desejar travar relações... de vista com as geishas vá ao cinematographo japez que terá a mais completa visão de todos aquelles encantos!”¹⁹⁷

A Viagem do *Benjamin Constant*... ou a influencia do meio



Os 2.ºs tenentes Oscar Gomes Nora e Muniz Freire, fingindo de filhos do Sol Nascente e do Celeste Imperio.

3 – “A viagem do Benjamin Constant....ou a influência do meio”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (27), 10 out. 1908, p.13. AFBN-RJ.

¹⁹⁷ “O Japão no Rio de Janeiro!”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (24), 19 set. 1908, p.28. AFBN-RJ.

A *Fon-Fon!* apresentava, ainda, em suas edições caricaturas e charges que faziam menção ao debate sobre a aceitação de determinadas correntes imigratórias: a psicologia racial. Essa questão adquiria maior ênfase quando se estava em jogo a introdução de elementos da raça amarela. Os intelectuais e autoridades que se colocavam contra a imigração japonesa atribuíam aos “súditos do Micado” estereótipos tais como o “sorriso sempre presente”, interpretado como hipocrisia, e o fanatismo, simbolizado pelo *harakiri* e a sua natureza chicaneira. Essas idiosincrasias eram, portanto, apresentadas enquanto características intrínsecas da raça japonesa.

A VIAGEM DO “BENJAMIN CONSTANT” Os nossos Officiaes em Yokoama



Officiaes Brasileiros trajados à Japoneza

Da esquerda para a direita. – Capitão-Tenente Heitor Pereira da Cunha; 1.º Tenente Barboza e Souza; 1.º Tenente Pinto Guimarães; 1.º Tenente Eugenio de Castro e 1.º Tenente Aarão Reis Filho.

4 – “A viagem do Benjamin Constant...Os nossos oficiais em Yokoama”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (21), 29 ago. 1908, p.16. AFBN-RJ.

Na coluna “Personagens da Alta Comédia”, publicada na edição de 25 de abril de 1908, encontramos caricaturas de Calixto, personalizando determinados povos. Levando-se em conta que tais produções elegem os acontecimentos do momento, elas adquirem um significado expressivo de determinado contexto histórico [Fig.5].

Nesse sentido, o norte-americano, caracterizado como *Tio Sam* apresenta uma postura fleumática, e foi classificado como “centro”, referência a sua *aparente* neutralidade nos conflitos que ocorriam do outro lado do Pacífico. Aparente, uma vez que os Estados Unidos

negociaram o *Tratado de Portsmouth* (1905), que ratificara a vitória japonesa na *Guerra Russo-Japonesa*, mas privara o Império do Sol Nascente da indenização pretendida, a fim de que não se tornasse uma potência ainda mais incômoda na Ásia. A Alemanha é caracterizada por um militar descamisado, que procura tragicamente disfarçar a dignidade perdida. Portugal surge como *Zé Povinho*, um indivíduo de pequena estatura e bonachão (cômico) em uma escala insignificante em relação aos demais personagens.¹⁹⁸



5 – “Personagens da Alta Comédia”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (3), 25 abr. 1908, p22. AFBN-RJ.

¹⁹⁸ Zé Povinho, criação de Rafael Bordalo Pinheiro é a representação caricatural usual do povo português. Cf. Elias Thomé Saliba. *Op.cit.*, 2002, p. 125.

A França e a sua representante, *Marianne*, símbolo da república francesa e modelo para a nossa, é qualificada como *Primeira Dama*, serena e estabelecida. A República Argentina recebeu como símbolo uma dama dramática e exagerada, ou antes, caricata. Já o Japão é representado como um guerreiro samurai agressivo, de espada em punho pronto para novas conquistas, tal como um “galã dramático”. Seu objetivo era conquistar a “ingênuas” China que tranqüilamente, sem perceber o perigo, mantinha-se desavisada e passiva. Da mesma forma o Brasil, “o galã cômico”, ornado por penas e flecha que faziam referência ao índio, modelo de herói brasileiro para os escritores românticos do século XIX, e também representação divulgada pelo italiano Ângelo Agostini, ainda no Segundo Império, na *Revista Illustrada* (RJ).

Sobre a personagem símbolo do povo brasileiro, Elias Thomé Saliba observa que havia entre os humoristas/caricaturistas tendências que oscilavam entre a criação de uma representação positiva da nacionalidade, o que lhes daria uma possibilidade de aceitação social maior, e outra que privilegiaria os fatos e as personagens de ocasião, a matéria-prima da produção periodística do humor. Assim, existia por trás dessa polêmica, a busca por um tipo que representasse o Brasil.

Tal preocupação motivou a *Fon-Fon!* a organizar um debate em 1908, sobre qual seria a melhor representação caricatural do nosso país. Calixto contribuíra na discussão recusando a figura do indígena, pois ela não era mais, em sua opinião, a imagem representativa da civilização: simbolicamente o arco e a flecha, a nudez, não fariam frente aos demais países que se representavam como portadores de armamentos modernos. No entanto, a procura de um tipo nacional único se mostraria inútil por diversos motivos, dentre os quais a distância entre as elites e o povo, que o regime republicano apenas fez aumentar, a diversidade regional e a enorme extensão territorial e o caráter efêmero próprio das caricaturas.¹⁹⁹

Os questionamentos com relação ao indígena como personagem-símbolo do povo brasileiro na *Belle Époque* nos auxiliam a analisar esse personagem: o silvícola que mantinha a fisionomia confiante e indolente, sem se importar com o que ocorria fora de suas fronteiras e com a ameaça que poderia surgir do outro lado do mundo, ou seja, o moderno imperialismo japonês.

Diante da convicção de que os colonos japoneses eram perigosos para a nacionalidade brasileira, mesmo os órgãos de imprensa que tinham como mote a comicidade intrínseca do nosso cotidiano social e político, procuravam conduzir a opinião pública no seu

¹⁹⁹ Idem, pp.124-132.

posicionamento em relação à questão imigratória japonesa. Assim, a revista *Careta*, também participava ativamente do tema.

Qual seria a contribuição do envolvimento nesse processo de uma revista como a *Careta* ou a sua congênere, a *Fon-Fon!*? De fato, a presença marcante das charges políticas de autoria de caricaturistas reconhecidos já à época como J. Carlos²⁰⁰ ao lado de traduções de folhetins franceses, demonstram a consciência dessas publicações no poder do riso em incorporar valores no subconsciente coletivo.

Em seu número 14 de 5 de setembro de 1908, a *Careta* publicava uma coluna humorística intitulada “Careta Parlamentar”, cujo responsável era apelidado “Ferrolho”.²⁰¹ O fictício debate parlamentar se ocupava do *perigo amarelo* e da inconveniência da imigração japonesa poucos meses após o seu início oficial. Inseriremos algumas passagens desse significativo fragmento cômico a fim de podermos visualizar e analisar o contexto em que tais imagens foram produzidas.

A matéria foi encaminhada à tribuna pelo deputado Apollinario, que advertia sobre os “tristes dias” ou ainda “dias amargos causados pela imprevidência, direi mesmo criminosa incúria com que S. Ex. nos expõe ao perigo amarelo”. Após a introdução de Apollinario, algumas estratégias inseridas pelo “colunista” surpreendem o leitor: em primeiro lugar, ao reiterar a negligência oficial, o parlamentar Apollinario, que inicialmente atribuíra a incúria ao *Ministro da Viação*, posteriormente acusa pelo mesmo crime o *Ministro da Indústria*.

Ao ser contestado por um colega para decidir-se se o culpado era ou o Ministro da Viação ou da Indústria, justifica-se afirmando que eram os dois, já que a mesma autoridade assumira as duas pastas. Em seguida, entre aplausos de “apoiado”, o deputado Pedro de Carvalho concorda que o “perigo amarelo” tem causado vítimas “lá para Vila Isabel”, sendo seguido pelo deputado Pereira Nunes, que observava o fato de seus trilhos passarem pela porta da Câmara, “como uma perene ameaça às nossas imunidades parlamentares”.²⁰²

Ao esclarecer que o tema era o “negregado plano” de chamar estrangeiros sem distinção de cor ou de nacionalidade para fazer concorrência ao braço nacional, Apollinario mostra-se favorável aos imigrantes desde que estes possuíssem afinidades com o povo brasileiro: “como direi, peliculares, isto é cuja pele seja como a nossa”. Outro personagem, o deputado Rodrigues Peixoto refere-se aos bons ensinamentos da História, a *Mestra* que nos auxiliava a navegar no “encapelado oceano da vida”. Mas para Peixoto, a História, apesar de sua função, não era mais uma catraia ou uma jangada de outrora, mas um moderno

²⁰⁰ Chargista responsável pelas ilustrações de todas as capas das edições de 1908 da *Careta*.

²⁰¹ “Careta Parlamentar”. *Careta*. Rio de Janeiro (14), 5 set. 1908, s/p.

²⁰² Idem.

transatlântico. Ao que retrucava o deputado Garcia Pires: “A aeronave do progresso talvez. Talvez o submarino da ilusão”.

O deputado Apollinario – ao concordar que a História condenava esse processo de atrair “gentes de compleição exótica que virão contribuir para a nossa degenerescência autêntica” – chamava a atenção para a nocividade do cruzamento e do hibridismo. Nesse instante, o deputado Pereira Nunes atalhava afirmando que nada era impossível aos “modernos japoneses” que estariam tão adiantados quanto os europeus. Essa realidade fora provada pelos russos, segundo a intervenção do deputado Bulcão Vianna. Apollinario, vendo-se prestigiado pela Casa, referiu-se a ameaça à “nossa integridade autêntica com esse sangue que se quer introduzir em nossas veias”, e que essa imigração era ainda mais perigosa que a mineira para a capital da república, uma vez que o mineiro “é da mesma raça que o capitalista”. Entre aplausos, questiona o que o amarelo vinha fazer no Brasil, lugar onde já havia tanta gente amarela por comer muita farinha. Ao ser interrompido pelo deputado Jorge de Moraes de que o problema não estava no excesso de farinha, mas na falta de exercícios físicos por parte da população brasileira, Apollinario retruca: “Mais uma razão. Pois se nós agora é que entramos no uso de ginásticas, futebol, canoagem etc., vamos com essas artes ganhando cores sadias, retrogradaremos se vier essa imigração amarela, cuja cor é devida também à falta de exercício”.²⁰³

A leitura deste texto humorístico nos permite avaliar as experiências sociais que, quando articuladas às demais fontes textuais, possibilitam o delineamento da mentalidade vigente em uma determinada época. Em primeiro lugar, ratifica o princípio de que a imprensa, particularmente os periódicos ilustrados, devido a sua natureza intrinsecamente dinâmica e passageira, sintetiza os principais eventos sóciopolíticos, que são interpretados de modo a conduzir ou manipular a opinião pública.

Esse "humor ressentido", como qualifica Elias Tomé Saliba, que marcou as primeiras décadas da República, foi originado pela "desilusão republicana", quando os artistas do humor, pela própria característica de seu trabalho, se viam tolhidos no seu acesso à elite intelectual. Vários deles apontavam as mazelas de um regime político, auto-definido como liberal, mas que na essência mantinha a estrutura “carcomida” do anterior. A válvula de escape encontrada pelos humoristas através da comicidade garantida às custas de alguém, de algum ressentimento ou conflito social tornava suas produções cômicas relegada aos espaços delimitados do obsceno e do pornográfico. Entretanto, em momentos de crise política, os humoristas recebiam uma espécie de "tolerância social" e seu trabalho, que acabava por

²⁰³ Ibidem.

canalizar os ódios e ressentimentos, transformou-se numa forma privilegiada de representação da sociedade.²⁰⁴

Por conseguinte, o texto lança mão de conceitos racistas como “negregado”, “degenerescência”, “peliculares” e “hibridismo” a fim de destacar a preocupação das elites brasileiras: o branqueamento da população, fundamentalmente mestiça, através do sangue europeu e o fechamento de portas à entrada de “gente amarela” que afetaria o processo de depuração racial. Desse modo, o problema de braços para salvar o setor cafeeiro abria caminho para críticas quanto à propalada necessidade de formar um tipo étnico nacional. Ao mesmo tempo, atualizava o leitor e incutia, através da galhofa, os modelos que depreciavam os imigrantes japoneses como inferiores e portadores de taras que degeneravam a raça brasileira.

Além da questão racial, estão presentes na coluna humorística da *Careta* referências à História como guia para o futuro desejado, referências essas satirizadas pela caracterização dessa ciência mestra como *catraia* nos tempos dos nossos antepassados, e agora “moderno transatlântico”, “aeronave do progresso”, e finalmente “submarino da ilusão”. O deboche se sustentava na idéia de que no passado, a idealização do índio servira como paradigma da sociedade sem contradição e harmoniosa. A redenção ou o ingresso do Brasil no rol das nações modernas e civilizadas se faria pela contribuição dos elementos provenientes dessas mesmas regiões. Contudo, a falta de identificação e o desprezo das classes dominantes em relação à população em geral – amarelada por excesso de consumo de farinha – poderia fazer submergir no “mar da ilusão” a realização dessa pretensão.

A inserção de máquinas modernas nos discursos dos deputados fictícios atendia outro propósito: trazer à tona a febre pela modernidade que caracterizou a *Belle Époque* – o apelo à velocidade, simbolizado pelo automóvel e pelo vertiginoso desenvolvimento de técnicas industriais. A intenção do articulista era de metaforizar um perigo racial e político através da menção ao bonde elétrico, inaugurado em 1892, que popularmente passara a ser conhecido por “perigo amarelo” pelo fato de ostentar uma cor amarela e deslizar velozmente sobre os trilhos.

Diante desse posicionamento com relação às qualificações dos imigrantes desejáveis – assimiláveis, brancos e latinos – os imigrantes japoneses emergiam como um problema. Pode-se afirmar que a retomada da subvenção à imigração nipônica em 1918²⁰⁵ foi circunstancial,

²⁰⁴ Elias Tomé Saliba. *op.cit.*, 2002, pp. 97-113.

²⁰⁵ A subvenção paulista à imigração japonesa fora interrompida em 1914 pela primeira vez.

em razão da queda de entradas da mão de obra européia. Tanto que 4 anos depois, o auxílio governamental foi definitivamente cortado.

Não somente do ponto de vista étnico e cultural, mas militar o nipônico era alvo de desconfiança. Era o símbolo do imperialismo japonês que se espalhava pela Ásia, e talvez, também pelas Américas.

A “colonização” nipônica

A suspeita de colonização militar era ecoada pela revista *A Cigarra*, que se fundamentara na rápida multiplicação de colonos japoneses na Califórnia, para onde começaram a se instalar em 1896 com apenas 40 indivíduos. Ocorria que em 1907, o referido Estado da *Federação Norte-Americana* contava com 57.000 nipônicos e no ano seguinte, esse número se elevava para 69.780.²⁰⁶ Essa explosão demográfica em espaço tão reduzido de tempo provocou, como vimos, a reação de trabalhadores brancos locais e seus sindicatos. Realidades devidamente observadas pela revista, que expressava o receio de que as mesmas viessem a ocorrer no Brasil, caso a introdução de japoneses continuasse a ser estimulada via auxílio estatal. Verificamos aqui, a repercussão dos temores que já vinham sendo abordados pelos nossos diplomatas no Japão.

Conforme Arlinda Rocha Nogueira em seu estudo sobre a imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista, já na década de 1910 se falava no "perigo amarelo" na América do Sul, e na suposta ameaça à costa oeste norte-americana pelo grande número de imigrantes japoneses estabelecidos nesse país. Em uma entrevista ao jornal *La Mañana*, de Buenos Aires, em sua edição de 11 de janeiro desse ano – citada pela autora – José de Paula Rodrigues Alves, Embaixador do Brasil na Argentina, afirmava que não se deveria fazer concessões demasiadas ao japonês, pois esse elemento era inconveniente do ponto de vista racial, social e político. Esse mesmo diário argentino noticiava que uma empresa nipônica, a *Brasil Takushoku Kaisha*, obtivera a permissão de construir uma cidade marítima japonesa em Iguape, litoral sul do Estado de São Paulo. Por conseguinte, o Japão estaria procurando na costa sul-americana pontos estratégicos para estabelecer suas colônias.²⁰⁷

A tese de que o Japão, movido por interesses imperialistas, pretendia encaminhar seus súditos para o Brasil com a finalidade de estabelecer uma ponte para a conquista das Américas teve aceitação por segmentos xenófobos, contrários à introdução de estrangeiros

²⁰⁶ “Colonização japonesa”. *A Cigarra*. São Paulo (29) 27 out. 1915, p.14.

²⁰⁷ Arlinda Rocha Nogueira. *Op.cit.*, p.175-176.

dessa origem. Evidência desta postura é o acompanhamento de iniciativas de colonização promovida por empresas japonesas, por parte da nossa representação diplomática no Japão. Esta se encarregava, por sua vez, de informar ao Governo Federal e os estados que sinalizavam interesse em contar com o braço nipônico.

Como parte integrante dessa política, em 27 de maio de 1911, a Legação do Brasil em Tóquio encaminhava ao Itamaraty um artigo extraído do jornal *Jiji Shimpo* de Tóquio do dia anterior, que relatava o regresso ao Japão do representante do *Tokio Sindicato (Sindicato de Tóquio)*, que estivera no Brasil por cerca de um ano estudando e negociando com o governo paulista assuntos relativos à colonização japonesa no Estado.²⁰⁸

Segundo a tradução da referida matéria jornalística, o Sindicato obtivera do governo de São Paulo a concessão de 150.000 hectares de terreno destinado ao estabelecimento de uma colônia japonesa. Ainda o artigo informava que os representantes da organização, Aoyagui e Yamaguchi, eram movidos pela convicção de que o desenvolvimento de correntes imigratórias bem dirigidas era o melhor dos meios de se resolver o problema de superpopulação do Japão. Esta seria uma das razões para que em 1902, trabalhadores japoneses fossem enviados para as Filipinas após a celebração de um contrato com uma companhia de extração de carvão. O resultado dessa iniciativa era o fato de existirem já na localidade milhares de japoneses.

O risco na visão do Encarregado de Negócios, Gustavo de Vianna Kelsch, estava na proposta de Aoyagui, que pregava um projeto de colonização sistemática no Brasil, sob a fiscalização direta do governo japonês. Este agente tanto teria se empenhado na sua estadia no Brasil, que obtivera o apoio de autoridades políticas de São Paulo e seu Secretário de Agricultura, Antonio de Pádua Salles. O resultado fora a concessão gratuita, homologada pelas duas câmaras e sancionada pelo decreto de 3 de janeiro de 1911, de 150.000 hectares na região de Iguape, sendo 50.000 para agricultura e o restante para a construção de uma cidade. Havia planos para construção de uma nova estrada entre o porto e a estação de ferro mais próxima à colônia. O empreendimento pagaria as despesas de transporte dos colonos até o seu destino; montaria e manteria um posto de experiência agrícola e zootécnica, além de uma escola de ensino primário. O governo paulista, por seu turno, concederia a isenção de impostos durante cinco anos.

²⁰⁸ *Ofício nº 12 de Gustavo de Vianna Kelsch, Encarregado de Negócios do Brasil, para Lauro Severiano Muller, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 27/05/1911. AHI-RJ.*

O contrato firmado entre o *Sindicato de Tóquio* e o governo de São Paulo dispunha que deveriam ser estabelecidas na colônia 2000 famílias em 4 anos, podendo vender a cada uma delas a razão de 30 mil réis cada hectare, no limite de até 25 hectares por família.²⁰⁹

Entretanto, as colônias do Vale do Ribeira (Registro, Sete Barras e Katsura) teriam pleno desenvolvimento apenas quando foram assumidas pela *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (*Companhia de Desenvolvimento Exterior de Kaiko*), ou simplesmente KKKK, fundada em 1917, a partir da unificação das demais empresas de emigração com o apoio do governo japonês. As colônias foram, de acordo com o projeto inicial, equipadas com benfeitorias, maquinários, escolas e áreas de experimentos agrícolas. Essa empresa ainda assumiria todas as etapas do processo emigratório: seleção dos colonos, embarque e desembarque dos japoneses em seu país de destino.

A instalação de colônias administradas pelos próprios japoneses surgia, aos olhos do governo nipônico, como positiva, tendo em vista que os imigrantes das primeiras levadas se queixaram das más condições encontradas nas fazendas, da exploração dos fazendeiros e de terem sido enganados pelas companhias de emigração japonesa, que teriam prometido o rápido enriquecimento no Brasil.²¹⁰

(...) Do lado brasileiro, os caros subsídios oferecidos aos trabalhadores individuais (que vinham fugindo das fazendas) seriam substituídos por concessões de terras em áreas onde pouco desenvolvimento agrícola havia ocorrido. Para os japoneses, colônias estatais significavam o fim das dores de cabeça com os fazendeiros brasileiros, bem como a oportunidade de centrar-se na colonização e na produção, em áreas onde os lucros iriam para os próprios imigrantes, com o duplo resultado de impedi-los de retornar ao Japão e de incentivá-los a deixar o Japão”.²¹¹

A cessão de terras aos imigrantes japoneses e a perspectiva de fundação de suas comunidades auto-suficientes, além de pressupor de fato “colonização japonesa”, ou seja, não mais uma presença temporária, significava o problema de assimilação de representantes de um povo totalmente distinto do ponto de vista étnico, religioso e cultural. Essa expectativa de introdução de sangue asiático causou alarme em uma conjuntura em que boa parte da elite nacional – conservadora e adepta das teorias racialistas européias – estava envolvida em debates sobre a raça brasileira ainda em formação e a segurança nacional.

²⁰⁹ Tradução do artigo publicado pelo *Jiji Shimpō* de 24 de maio, anexo ao ofício nº 12 de Gustavo de Vianna Kelsch, Encarregado de Negócios do Brasil, para Lauro Severiano Muller, Ministro de Estado das Relações Exteriores. *Legação dos Estados Unidos do Brasil*. Tóquio, 27/05/1911. AHI-RJ.

²¹⁰ Ao visitar as fazendas que receberam imigrantes do *Kasato Maru*, em setembro de 1909, Ryoji Noda – representante da Legação japonesa no Brasil – verificou que dos 781 japoneses, apenas 191 permaneciam nelas. Cf. Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa. *Op.cit.*, 1992, p.76.

²¹¹ Jeffrey Lesser. *A Negociação da Identidade Nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo, Editora UNESP, 2001., p.165.

Em 14 de dezembro de 1916, a revista ilustrada paulista *O Pirralho*, publicava um editorial em que criticava a política imigratória paulista, que permitira tal cessão de terras para que japoneses fundassem as colônias no litoral sul paulista. Nomeando textualmente o *perigo amarelo*, o jornalista Olyntho Gomes Pompeu observa que “em sorrateiros comunicados nos jornais, os sagacíssimos propagandistas do expansionismo nipônico andam a propalar as excelências da imigração japonesa. (...) Só falta dizerem que os japoneses são bonitos”. As críticas de Pompeu se voltam contra boa parte da imprensa, que qualifica de “mercantilista”, pois publicava o que se lhe pagava. O resultado era que o Japão, *ex-adversário e atual aliado da Rússia*, ficava à vontade para organizar zonas de influência no Brasil, e não se podia reagir eficazmente “contra esse perigo tremendo, que a imprevidência dos ‘estadistas’ armou sobre a nossa cabeça”²¹².

No ponto de vista d’*O Pirralho*, o fato dos japoneses terem por lei uma concessão para fundarem, dentro do Estado de São Paulo, “nada menos do que uma cidade...”, era uma ameaça, uma repetição simbólica com o que acontecera com os interesses russos na Ásia. Ironiza:

“Curioso, não acham? E porque não para fundarem logo um país? O Congresso podia autorizar os japoneses, por exemplo, a fazerem do Estado de São Paulo um novo Japão. Era mais engraçado não acham? (...) Do mesmo modo, Santa Catarina declararia que se incorporaria ao Império alemão. (...) Ia-se fracionando o Brasil numa porção de coloniazinhas. Digam os politiquinhos, digam os jornaliquinhos: não é isso mesmo que pretendem? Vamos, falem com sinceridade...”²¹³

A referência à ameaça japonesa em uma revista como *O Pirralho* é significativa, por ter sido o seu fundador Oswald de Andrade, um dos ícones do movimento modernista dos anos 1920, que proporia a autofagia das influências européias, que a partir de sua deglutição, derivaria em elementos que contribuiriam para a cultura nacional.

O Pirralho esforçara-se no sentido de afirmar sua independência da politicagem e dos interesses escusos em diversos momentos. Em um deles, atacara o *Diário Popular*, que classificava de “decadente órgão das pretas cozinheiras e dos japoneses copeiros”. Assim, não seria uma incoerência de sua parte apontar e denunciar os supostos avanços expansionistas japoneses no nosso país.

Se o enquistamento étnico associado aos japoneses pudesse favorecer a crença de que a Nação não se contaminaria pelas “idéias e costumes exóticos”, esse afastamento em relação ao meio nacional fundamentava a tese de influência estrangeira e separatismo. O isolamento

²¹² “Chrônica”. *O Pirralho*. São Paulo (228), 14 dez. 1916, p.3. [grife no original].

²¹³ Idem.

desse grupo étnico e o seu distanciamento cultural em relação aos valores cristãos e ocidentais incentivavam entre os antinipônicos a convicção da existência, nas áreas de concentração japonesas, de um ambiente misterioso e conspiratório.

Em síntese: a despeito da valorização do nacional com a aproximação da década de 1920 – nos aspectos culturais e políticos – persistia a idéia presente na aurora republicana de que a ciência, associada à política, legitimava a crença de ausência no povo de espírito político autônomo e a necessidade de incorporar e assimilar as diversas culturas alienígenas introduzidas pelas correntes imigratórias.

Ressalte-se que, embora se reconhecesse a existência de um caldeirão étnico, nem todas as contribuições eram bem recebidas, dentre elas a do imigrante japonês. Este era encarado como paradigma de elemento inassimilável, prova irrefutável da sabedoria científica: era diferente tanto biologicamente quanto culturalmente. Era uma ameaça ao projeto étnico-político de construção de um Brasil branco, desenvolvido e unificado. Era, também, perigoso politicamente enquanto súdito de um Império que vinha se fazendo respeitar no cenário internacional.

Nesse contexto, a imigração japonesa surgia como um tema que seria abordado de forma ambivalente. Havia a disputa entre a representação do japonês enquanto “europeu da Ásia” e a de portador de uma cultura e de sangue incompatíveis com a desejada para o Brasil. Essa indefinição e a possibilidade do nipônico ser assimilado pelo organismo nacional – sutil nos primeiros momentos de contato entre o brasileiro e nipônico – seria resolvida nos anos seguintes, acompanhando as ações do Império do Sol Nascente na Ásia. O assunto foi apresentado, muitas vezes, com bastante irreverência pelas revistas ilustradas.

O novo homem brasileiro

Moderna era também a expectativa de se criar o Novo Homem brasileiro, seguindo-se as diretrizes da eugenia, ou a chamada “ciência do homem”. O povo brasileiro ideal seria o resultado da *Educação Física* que corrigiria a sua fraqueza pelos movimentos sincronizados e controlados. Naquele momento, contudo, o japonês moderno e forte seria capaz de subjugar o brasileiro, assim como fizera ao russo e ameaçava fazer ao norte-americano. Nesse paradoxo entre o japonês forte e “amarelo” encontramos a ambigüidade em relação à imigração japonesa.

As conquistas militares japonesas eram repercutidas na imprensa, e o texto dinâmico era complementado pelas charges, que se prestavam para traduzir e amplificar a ameaça

japonesa ao leitor menos versado nas letras. Cabe ressaltar que a imagem que emergia do nipônico era a do indivíduo que contaminava não somente a Ásia, mas que ambicionava conquistar o mundo. As Américas não estavam livres e seriam alcançadas pelo perigo amarelo através da corrente imigratória nipônica que se infiltraria estrategicamente a fim de atingir seus objetivos imperialistas.

Nesse sentido, podemos concordar com as palavras de Eduardo Colombo ao defender, em sua obra *El Imaginario Social*, que a chamada política foi "quase sempre, uma mescla em que dominou a manipulação, que trata aos homens como coisas, com base em suas propriedades e relações supostamente conhecidas".²¹⁴ Tal política como a conhecemos está, na concepção do autor, fundamentada no poder entremeado pelo simbólico.

Assim, o mundo social-histórico em sua integridade passa pelo simbólico. E podemos encontrá-lo em primeiro lugar na linguagem, mas também nas instituições. Ressalta o autor que estas não se reduzem ao simbólico, mas apenas podem existir nele, sendo que cada uma delas constituem uma rede simbólica. Elas, as instituições, tais como o sistema de direito, uma religião ou um poder instituído só existem socialmente como sistemas simbólicos aceitos, ou seja, sancionados por uma determinada sociedade.²¹⁵

Assim, os Estados passaram a exercer o controle e o uso do simbólico com o fim de criar e manter a coesão da sociedade. Para que o poder instituído possa manipular o imaginário coletivo, é preciso que ele seja capaz de dominar o simbólico, pois o primeiro somente consegue expressar-se ou mesmo existir a partir deste. As imagens veiculadas, os fantasmas - os medos - são representações deformadas de uma situação presente e possuem, por isso mesmo, uma função simbólica. O simbolismo, por sua vez, pressupõe uma capacidade imaginária, pois permite ver em algo o que ele não é, de vê-lo diferente do que é realmente.²¹⁶

Efetivamente, o imaginário político brasileiro – povoado de imagens e símbolos que atribuíam ao Japão característica de potência imperialista e moderna, desde o final do século XIX – fornecia ao imigrante japonês a qualidade simbólica de estrangeiro preparado e organizado e, ao mesmo tempo, perigoso para o futuro - étnico e político - da Nação brasileira. Tal ponto de vista, expresso especialmente nas charges políticas, se exacerbava consideravelmente com o aumento do fluxo imigratório dessa origem a partir da década de 1920.

²¹⁴ Eduardo Colombo. *El Imaginario Social*. Buenos Aires, Editorial Altamira, 1993, p. 30.

²¹⁵ Idem, p. 38.

²¹⁶ Ibidem, pp. 43-53.

Na charge “O Japão Moderno”, de J. Carlos, a modernidade japonesa é representada por um monstruoso japonês com feições que remetem a um enorme roedor. Na legenda encontramos novamente o trocadilho com os bondes da Vila Isabel, estabelecendo o lugar comum que se tornara a ligação entre o perigo japonês e o bonde, e a aparição dessa metáfora em diferentes ocasiões: “*O perigo amarelo (não confundir com os bonds da Villa Isabel) ameaçando meio mundo (?)*”. A índole atribuída ao nipônico em questão também estava ligada ao rato, visto que este animal não possui apurada capacidade visual, e a personagem, para corroborar essa associação, ostenta óculos que evidenciavam a sua miopia [Fig.6].

A figura ameaçadora de garras afiadas expela pela cabeça um remoinho de fumaça apavorando os demais países europeus e os Estados Unidos. Essas nações são representadas pelos seus personagens símbolos em escala diminuta em comparação com o *Japão-Rato*, apontando a evidente intenção do artista em super dimensionar a intimidação japonesa, obtendo o efeito desejado, ou seja, mobilizar os sentidos da opinião pública através da imagem de monstro. Finalmente, o recurso a um animal imundo, portador de doenças infecciosas e furtivo, como o rato, servia para amplificar o medo da mongolização do Brasil, através de agentes infiltrados. Essa representação estereotipada do nipônico como “perigo amarelo” seria veiculada durante pelo menos toda metade do século XX, atingindo o clímax no período do rompimento com as Potências do Eixo entre 1942 e 1945.

O JAPÃO MODERNO



O perigo amarelo (não confundir com os bonds da *Villa Isabel*) ameaçando meio mundo (?).

6 – “O Japão Moderno”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (48), 7 mar. 1908, p.31. AFBN-RJ.

Além de simbolicamente portar valores desprezíveis, o japonês não servia, segundo apregoavam os antinipônicos, como trabalhadores, pois não se fixariam nas fazendas e priorizariam a independência econômica a fim de auxiliar a sua pátria e ao seu imperador, única autoridade que reconheciam. Além disso, formariam quistos raciais que futuramente representariam o perigo de fragmentação do corpo da Nação.²¹⁷ Os chargistas interpretavam essa situação ainda como uma marca da modernidade japonesa, ou seja, o Japão como uma potência imperialista moderna.

²¹⁷ Sobre o posicionamento dos intelectuais antinipônicos antes e durante a Assembléia Constituinte de 1934, ver: Flávio Venâncio Luizetto. *Os Constituintes em Face da Imigração*. Dissertação de Mestrado em História, FFLCH-USP, 1975; Valdemar Carneiro Leão. *Op.cit.*; Marcia Yumi Takeuchi. *Op.cit.* 2008.



Os pequerruchos filhos do Sol Nascente trazidos para lavoura, ao contrário do que esperavam os nossos fazendeiros, provaram pouco saberem mais que as regras do Sr. Candinho de Figueiredo e estão abandonando *the farms*, como dizem, pouco *up-to-date*...

7 – “Postaes da Paulicéa”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (19), 15 ago. 1908, p.16. AFBN-RJ.

A sessão “Postaes de Paulicéa” – publicada semanalmente na *Fon-Fon!* no decorrer de 1908 – contava com a contribuição do caricaturista paulista YôYô²¹⁸, que tinha como missão divulgar os acontecimentos mais importantes de São Paulo. No número 19, de 15 de agosto de 1908, a charge que ocupava esse espaço tinha como tema um elegante cavalheiro nipônico de fraque, portando monóculo e uma bengala, exibindo um sorriso de escárnio em meio a um matagal [Fig.7]. A imagem, complementada pela legenda, fornece o significado pretendido: “Os pequerruchos filhos do Sol Nascente trazidos para a lavoura, ao contrário do que

²¹⁸ Pseudônimo de Aureliano Candido do Amaral Junior.

esperavam os nossos fazendeiros, provaram pouco saberem mais que as regras do Sr. Candinho Figueiredo e estão abandonando the farms, como dizem, pouco up-to-date”.

O caricaturista referia-se às fugas noturnas das fazendas empreendidas pelos imigrantes japoneses, insatisfeitos com as falsas promessas de enriquecimento rápido feitas pelas companhias de emigração e com os maus tratos por eles recebidos nas fazendas. A utilização proposital de expressões em língua inglesa alcança o intento de realçar a posição do japonês, que de simples colono, ressurgia como um capitalista *up-to-date*, ou da moda, dono de seu próprio negócio.

Conforme vimos anteriormente, desde pelo menos a década de 1910, o mito do perigo amarelo foi difundido a partir dos Estados Unidos para países sul-americanos como o Brasil e o Peru, que receberam levas de imigrantes dessa origem. Divulgava-se através de livros e pela imprensa, que o Império do Sol Nascente invadiria a costa oeste norte-americana, auxiliados por espiões instalados na região.²¹⁹ A política emigratória restritiva aos nipônicos a partir de 1907, com a assinatura do *Gentleman's Agreement* e o movimento antinipônico desencadeado pelos sindicatos norte-americanos, que acusavam o japonês de ser inassimilável, possuir maus hábitos e um baixo padrão de vida, além de procriar rapidamente, produziu um sentimento de humilhação do outro lado do Pacífico.

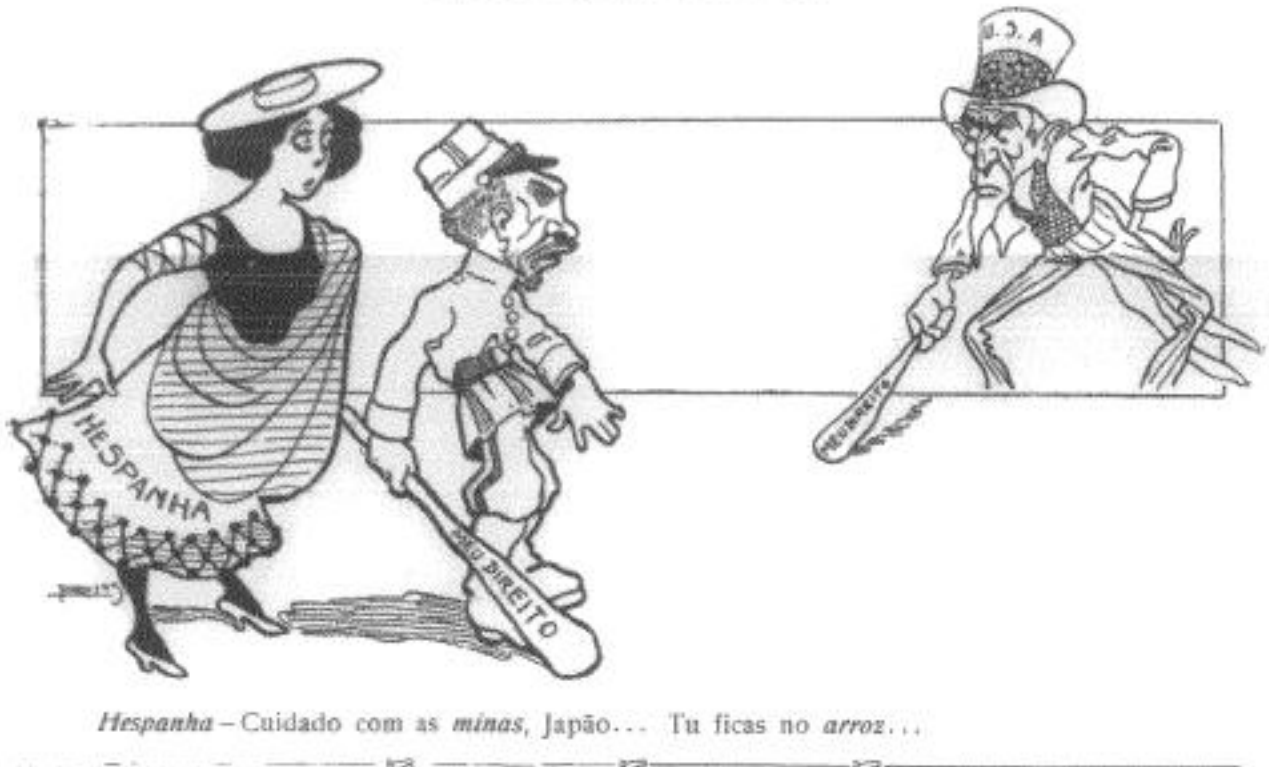
A situação entre as duas potências, que já era tensa na disputa por mercados e possessões coloniais, tornou-se instável ao final da *Guerra Hispano-Americana* (1898), vencida pelos norte-americanos, que obtiveram da Espanha o controle das suas colônias no Caribe e no Pacífico. Além de Cuba, saíram do domínio espanhol Porto Rico e Filipinas. Os investimentos norte-americanos, principalmente em Cuba e nas Filipinas, levaram os Estados Unidos a apoiar os movimentos de independência dessas colônias em 1895, o que originou o conflito entre as duas nações. A guerra foi declarada 15 de fevereiro de 1898, após a explosão na Baía de Havana do *USS Maine*, que integrava a esquadra que os norte-americanos deslocaram à Cuba alegando a intenção de pacificar a ilha.

A posse das Filipinas pelos Estados Unidos colidia com os interesses japoneses na Ásia, e essa crise latente se transformaria em material de inspiração para os caricaturistas brasileiros, que visualizavam o choque entre as duas potências como prelúdio de futuros enfrentamentos, podendo atingir os povos sul-americanos. Assim, na edição de 22 de fevereiro de 1908, a *Fon-Fon!* publicava uma charge de J. Carlos intitulada “A Voz da Experiência” [Fig.8]. Nela, a Espanha, representada por uma jovem em trajes típicos diz ao

²¹⁹ Rogério Dezem. *Op.cit.*, p.131.

Japão, simbolizado por um soldado portando um bastão em que se lê “Meu Direito”:
“Hespanha – Cuidado com as minas, Japão...Tu ficas no arroz...”.

A voz da experiencia



8 – “A Voz da Experiencia”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (46), 22 fev. 1908, p.31. AFBN-RJ.

Do outro lado, de fisionomia ameaçadora, encara a dupla os Estados Unidos personalizado pelo Tio Sam, também segurando um bastão idêntico ao do Japão com a inscrição “Meu Direito”. O título e a imagem condensam que a experiente Espanha, que vivenciara a derrota pelo poderoso império *Yankee*, aconselhava o Japão a se precaver das minas, em referência à sabotagem de que fora acusada por ocasião da explosão do *USS Maine*, e a se manter discreto na disputa, aguardando os rumos das lutas pela independência das Filipinas, empreendidas pelos próprios filipinos, contra a dominação norte-americana durante a primeira década de ocupação norte-americana.

Ainda sobre o mesmo tema, a rivalidade nipo-americana, a *Fon-Fon!* publicou uma charge intitulada “Fosquinhas”, em que duas personagens – o Japão representado pela Gueixa e os Estados Unidos pelo Tio Sam, dialogam sobre a realidade de estarem mais próximos um do outro [Fig.9].

Fosquinhas



9 – “Fosquinhas”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (41), 18 jan. 1908, p.29. AFBN-RJ.

Tal proximidade se dava não pelo sentimento de cooperação ou amizade, abalado especialmente pelos conflitos antijaponeses da Califórnia, mas de vigilância por parte dos norte-americanos, que dominavam Filipinas. Cabe lembrar que Luis Guimarães, Encarregado de Negócios da Legação do Brasil em Tóquio, advertira ao Itamaraty, ainda em 1906, que o Japão faria guerra aos Estados Unidos por causa dos nipônicos instalados na região, em 1902. O diálogo a título de legenda deixa explícita a hostilidade, incorporada ao imaginário político, a despeito do tom humorístico e mesmo romântico: “*Japão – Você agora está mais pertinho...Tio Sam: Pra me livrar de um apertinho.... Japão: E fazer-me ver estrelas...*”.

Tendo como mote a presença da esquadra norte-americana – formada por dezesseis vasos de guerra ancorados na Baía de Guanabara – em janeiro de 1908, a *Fon-Fon!* publicou, entre janeiro e março desse ano, charges que divulgavam entre os seus leitores que após a

passagem pelo Rio de Janeiro, a Marinha dos Estados Unidos zarparia rumo ao Extremo Oriente para afastar o fantasma japonês.

Na primeira delas, “O que se vê no horizonte”, visualizamos no céu estrelado acima da Baía da Guanabara, como se fossem constelações, as imagens de um camponês japonês caracterizado em trajes supostamente típicos e o Tio Sam. A falta de diálogo não produz qualquer diferença na interpretação da charge, pois a postura dos dois personagens não deixa dúvidas quanto ao propósito do artista: os dois oponentes, Japão e Estados Unidos, indo ao encontro um do outro, exibindo gestos agressivos como preâmbulo de uma luta corpo a corpo [Fig.10].



10 – “O que se vê no horizonte”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (42), 25 jan. 1908, p.19. AFBN-RJ.

Calixto contribuiu com uma charge intitulada “América e Japão”, que se utiliza de outra caracterização para o Japão, igualmente estereotipada: o Samurai. Esta figura – que simbolizava o recente passado feudal japonês e que incorporava em si os códigos de honra (*Bushido*) – passaria a ser evocado pelos humoristas da *Belle Époque* e pelos intelectuais

antipônicos como depositário dos estigmas atribuídos ao japonês: fanático que não hesitava em praticar o *harakiri* para lavar “com sangue” a sua honra maculada.

America e Japão



Japão – Com este fia mais fino. O diabo do *beef* tem muito navio, e o pior ainda, é que tem muito dinheiro.

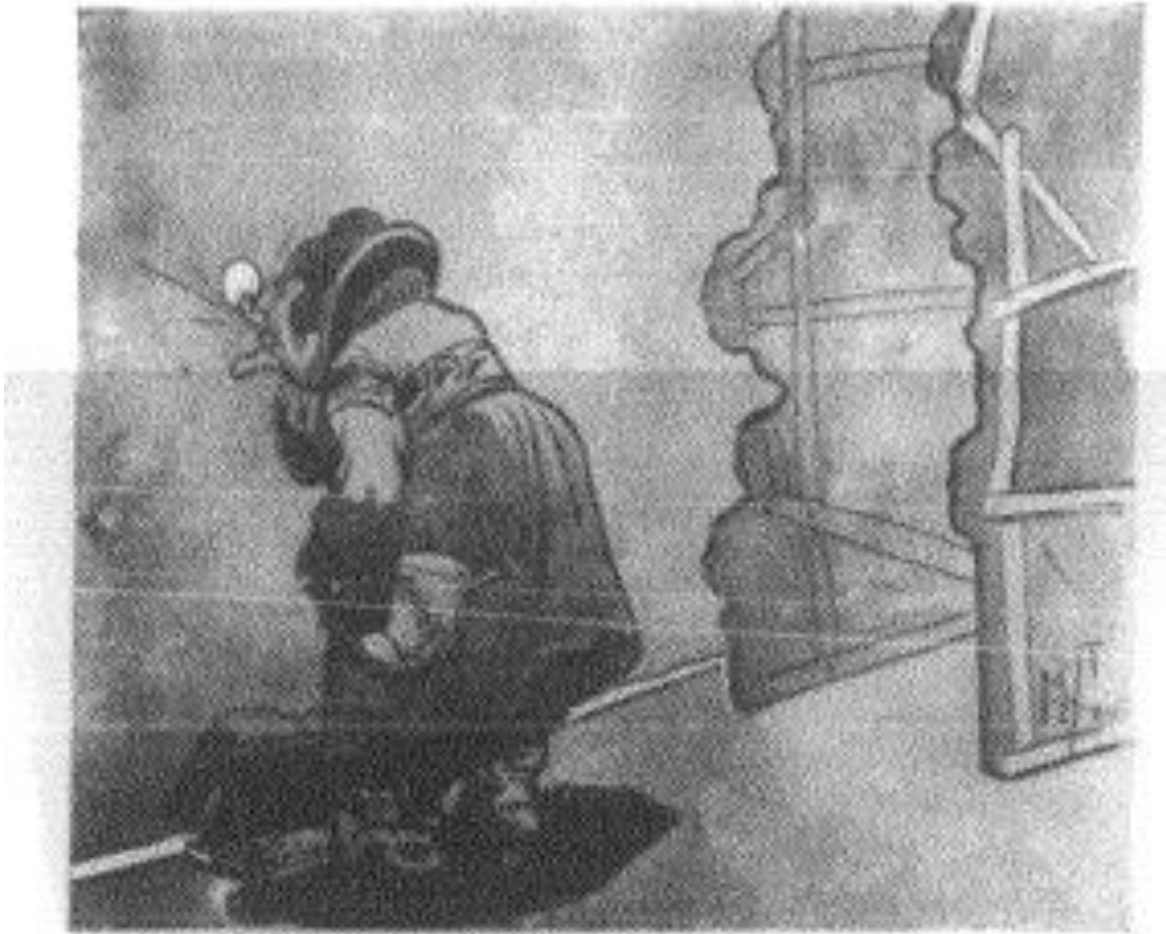
Tio Sam (atravessando os mares e apregoando disfarçadamente) – Quem tem garrafas vazias p’ra vender...

11 – “América e Japão”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (42), 25 jan. 1908, p.30. AFBN-RJ.

Na imagem, o samurai está à espreita escondido atrás de uma lanterna japonesa observando o Tio Sam, que carrega navios sob os braços. O samurai observa: “*Com este fia mais fino. O diabo do beef tem muito navio, e o pior ainda, é que tem muito dinheiro*”. O Tio Sam, por sua vez, “atravessava os mares” e apregoava disfarçadamente: “*Quem tem garrafas vazias p’ra vender...*”. [Fig.11]. De fato, verificamos no caso dessa charge, que ela se presta – ao ser confrontada com documentos textuais – a estabelecer a realidade japonesa e auxiliava a compreendê-la: o Japão, embora tenha saído fortalecido após a guerra contra os russos,

acumulara dívidas internas e externas que não puderam ser sanadas, por não ter recebido a indenização pretendida. Embora a Marinha de Guerra japonesa fosse respeitável, perdia em tonelagem em relação às norte-americanas e às britânicas. Os Estados Unidos, mesmo discretamente, assumiam postura desafiadora, exibindo suas armas que complementavam o dito popular: “quem tem mais garrafas vazias para vender”, subentendido na legenda.

A Peça Japoneza



*Japão – Antes de começar o espectáculo, vejamos, por este buraco, o aspecto da plateia...
O publico vai gostar da encenação, não ha duvida.*

12 – “A Peça Japoneza”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (44) 8 fev. 1908, p.21. AFBN-RJ.

Assim como a charge acima citada o samurai sorrateiramente observando os Estados Unidos, outras denunciavam a avaliação do poder do oponente pela vertente da espionagem e da dissimulação, estigmas que acompanhariam o Japão e seus nacionais dentro e fora do

império. Um dos exemplos é a charge “A peça japonesa”, de Calixto, publicada na *Fon-Fon!* de 8 de fevereiro de 1908 [Fig.12].

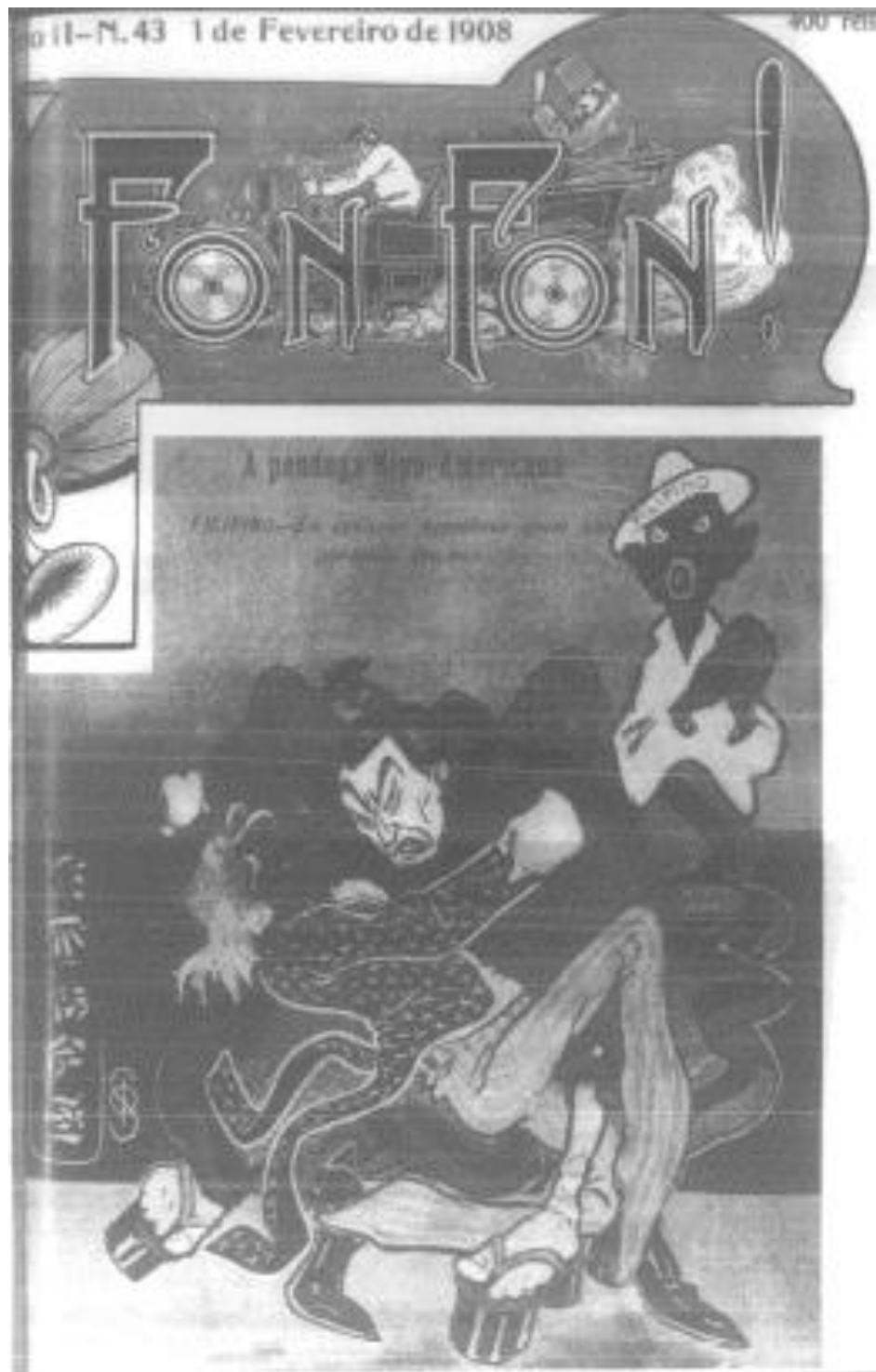
Em cena, vemos um ator, caracterizando o Japão nos bastidores, espionando pelo buraco da cortina, a “reação da platéia”, os Estados Unidos. O ambiente de teatro foi escolhido propositalmente pelo desenhista enquanto metáfora do papel representado pelo Império do Sol Nascente no cenário internacional: de espião da capacidade de mobilização dos oponentes e que hipocritamente atuava no sentido de retirar dos norte-americanos a sua hegemonia no Pacífico.

Portanto, a existência da desvantagem do poderio militar japonês em relação ao norte-americano, não impedia que os artistas do humor lançassem mão da possibilidade de combate direto entre os dois imperialismos. Essa atitude atendia o objetivo de amplificar o clima de antipatia e, ao mesmo tempo, “brincar” com a situação.

Essa forma de representação foi atendida exemplarmente na charge “A pendenga nipo-americana”, capa da *Fon-Fon!* de 1 de fevereiro de 1908. Nela se apresenta novamente o samurai e o Tio Sam em duelo direto, cuja agressividade era patenteada pelos dois personagens atacando-se. No fundo, um filipino espantado e, ao mesmo tempo desiludido, conclui que qualquer que fosse o resultado da briga, quem “sairia perdendo” seria ele. Há neste ponto referência ao desejo de independência das Filipinas e aos grupos nativos que se opunham ao domínio norte-americano. Era um jogo de interesses de que a vítima, sufocada, não tinha saída, visto a ação subterrânea que o Japão exercia insuflando esse movimento nacional [fig.13].

As charges políticas veiculadas pelas revistas ilustradas serviram para legitimar a ordem vigente, pois ao sintetizarem em poucos traços a deformação grotesca de um indivíduo através do exagero proposital, criaram arquétipos que passaram a ser reproduzidos, configurando os estigmas. O chargista – ao realçar aspectos que tornam seu objeto a encarnação do ridículo/cômico – compõe certos tipos imaginários que são endossados e reforçados por outros gêneros discursivos.²²⁰ Entretanto, para que o resultado pretendido pelo desenhista seja obtido, é necessária a presença de contextos

²²⁰ Maria Luiza Tucci Carneiro. *O Discurso da Intolerância: Fontes Para o Estudo do Racismo*. Comunicação apresentada em 30.11.1994. São Paulo, Salão de Convenções Anhembi no 10º CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA - 7º SEMINÁRIO DE FONTES PARA HISTÓRIA DO BRASIL, p. 28-31.



13 – “A Pendenga nipo-americana”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (43), 1 fev. 1908, capa. AFBN-RJ.

mentais necessários, segundo a definição de G. H. Gombrich, construídos a partir de diferentes discursos: a imagem pré concebida de alguém ou de uma situação incorporada no inconsciente coletivo, tais como a fisionomia de uma determinada personagem ou de grupos étnicos.

O chargista, para ser bem-sucedido, deve incorporar o máximo de semelhança do conjunto da pessoa retratada, alterando, por zombaria e comicidade as particularidades do indivíduo de forma desproporcional, propositadamente exagerados e acentuados. O resultado final alcançado é ainda o modelo original, modificado nos seus componentes. Daí o segredo da boa caricatura ou charge: a interpretação visual de uma fisionomia, que se torna inesquecível ao observador e para sempre atribuída ao seu inspirador.²²¹

Assim, o poder e o perigo representado pelo cartunista estão exatamente na sua capacidade sintética, ao transformar abstrações em algo tangível. A charge política funciona, portanto, segundo o seu conceito, como uma "figura de mensagem-metáfora". Em resumo: a inovação dos seus trabalhos consiste na tradução dos conceitos e símbolos abreviados do discurso político, em sua capacidade de condensar e fundir em uma só imagem um conjunto de idéias complexas. Cabe observar que o cartunista, para alcançar o propósito almejado, deve não apenas manter a semelhança, mas também os papéis simbólicos atribuídos ao seu personagem.²²²

Essas interpretações teóricas a respeito da importância e da função das charges políticas nos auxiliam de diferentes maneiras: elas difundiram a imagem do nipônico como elemento imperialista, inassimilável e insidioso, criando um modelo que seria retomado em diferentes momentos históricos; a sua associação com as demais fontes, artigos e documentação diplomática, se presta para demonstrar que havia de fato uma imagem pré-concebida – estigmatizada e estereotipada – do japonês, ou seja, ela estava incorporada ao imaginário político brasileiro já no alvorecer do século XX. Tiveram papel fundamental na circulação do discurso racista e xenófobo, pois facilitavam a sua compreensão, pela ferramenta do humor, para grande parte da população pouco alfabetizada; e o seu papel enquanto formador de opinião e porta-voz de determinados segmentos da sociedade brasileira.

1.4 – Intelligentsia nacional: avaliando o nativo e o exótico nas revistas

²²¹ E. H. Gombrich. *Arte e Ilusão: Um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo, Martins Fontes, 1986, p.289-301.

²²² E. H. Gombrich. "O Arsenal do Cartunista". In *Meditações sobre um cavaleiro de pau e outros ensaios sobre a teoria da arte*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p.128-130.

A partir das diferentes definições de elite sugeridas por Jean Duma²²³, as utilizamos quando nos referimos especialmente aos intelectuais que atuaram na imprensa e ocuparam posições no Estado republicano. Contudo, elas englobam também a alta burguesia e as autoridades políticas e diplomáticas que possibilitaram que os discursos xenófobos se convertessem em *praxis* racistas. Neste ponto, entendemos ser necessária uma ressalva: visamos a análise da ação da *intelligentsia* em revistas ilustradas de importante circulação, indivíduos reconhecidos na Academia entre os seus pares e na sociedade em geral.

A produção dessa elite intelectual – em formato de versos, canções, crônicas e charges – conduzia a sua ideologia e a transmitia para os seus leitores, que associavam o texto fluido, os traços das calungas às suas experiências cotidianas. Como exemplo, podemos citar a oportunidade concreta de visualizar imigrantes japoneses e, ao mesmo tempo, as representações desferidas pelas revistas e pelo mecanismo do riso/deboche, que construíram arquétipos deturpados aplicados aos nipônicos.

A constatação do papel da *intelligentsia* nos leva a refletir sobre os seus gostos literários e as influências que a moldara e o seu espaço de sociabilidade. Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira, em seu artigo “Bibliotecas de Médicos e Advogados do Rio de Janeiro: dever e lazer em um só lugar”²²⁴ nos fornece importantes esclarecimentos, em razão de seu levantamento em bibliotecas particulares de médicos e advogados residentes no Rio de Janeiro. A periodização da autora referente à segunda metade do século XIX – anterior à da nossa pesquisa – não oferece empecilhos, visto que até pelo menos a década de 1930²²⁵, pudemos verificar que a maior parte dos intelectuais atuantes na imprensa eram originários dessas duas categorias profissionais.

Cruz Ferreira constatou em sua pesquisa que esses intelectuais possuíam livros que mesclavam suas necessidades de médicos e advogados aos gostos pessoais. As bibliotecas refletiam, também, o crescimento do mercado livreiro, a especialização das livrarias e a presença de livreiros, tipógrafos e editores de diversas nacionalidades. As livrarias funcionavam enquanto espaços de sociabilidade para os escritores, lugar de “debates em uma forma de manter vivas as influências da civilização de referência para a época, a francesa”.²²⁶ Ainda, a estabilidade política do Império, em meados do século XIX, e o status que a posse do

²²³ Jean Duma. *Op.cit.* cf. *Introdução*, p.8-9.

²²⁴ Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira. “Bibliotecas de Médicos e Advogados do Rio de Janeiro: dever e lazer em um só lugar” In Márcia Abreu (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP, Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil; São Paulo, FAPESP, 1999, p.313-333.

²²⁵ Conclusão obtida na presente pesquisa e nos levantamentos realizados para o estudo anterior: Marcia Yumi Takeuchi. *Op.cit.*, 2008.

²²⁶ Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira. *Op.cit.*, p.314.

livro fornecia aos setores médios da sociedade urbana, contribuíram para a difusão desse comércio.

Observa a autora que, a partir da década de 1870, em relação aos anos anteriores, diminui o número de livros em língua estrangeira enquanto aumentam os títulos em português, com o destaque menor às publicações mais eruditas, voltadas para um público e clientela mais específicos. Em síntese: o crescimento, enfim, devia-se ao incremento de temas populares e acessíveis ao gosto do público.²²⁷

No entanto, entre os médicos e os advogados, persistia a preferência pela literatura francesa, preferencialmente a sediciosa – literatura, filosofia, e política, além dos livros técnicos, originais ou traduzidos. Cruz Ferreira direciona sua atenção para esses profissionais não somente pelo seu peso representativo nos fundos governamentais que consultou (recenseamentos de inventários, leilões e testamentos), mas por representarem a *elite*, aqueles que eram capazes de votar e ocupar cargos públicos/burocráticos. Esses intelectuais ainda se aventuraram pelo jornalismo, pela literatura e pela política.

Algumas bibliotecas privadas possuíam acervos mais ricos que muitas bibliotecas públicas, e eram constituídas pelas obras clássicas, poesias, periódicos, teses, romances e folhetins. Essa preferência pelas obras literárias demonstra a formação humanista dessa *intelligentsia*. Conforme nos esclarece Cruz Ferreira, a análise dos acervos das bibliotecas revelam as preferências culturais, as influências literárias, e nos auxiliam na “compreensão dos hábitos e representações de camadas letradas da população brasileira e seu processo de transformação”.²²⁸

Percebemos, no decorrer de nosso estudo, que os intelectuais-colaboradores nas revistas ilustradas, por meio de artigos e charges, buscaram introjetar em seus leitores os seus anseios por uma nova sociedade, que almejavam, em diferentes períodos. Esses produtores culturais, por sua vez, pertenciam às classes privilegiadas ou as representavam, tanto nos domínios político-sociais como nos econômicos. Eram, também, possuidores das competências culturais diferenciadas, tais como a escrita e a leitura, em relação à maioria da população brasileira. Essa circunstância seria decisiva a partir da década de 1920, quando as elites nacionais perceberam uma necessidade maior de adesão das camadas populares. Daí a nossa busca em avaliar como os textos e a iconografia circulavam na tentativa de se atingir o público, levando em conta os seus diferentes níveis de alfabetização.

²²⁷ Idem, p.315-316.

²²⁸ Ibidem, p.333.

Dentre as preocupações da nossa intelectualidade, a questão racial era tida como fundamental para que o Brasil deixasse a sua posição de atraso e atingisse a modernização. O tema ocupou as reflexões de intelectuais como Oliveira Vianna, Silvio Romero, Nina Rodrigues, Alberto Torres e Gilberto Freire.²²⁹ Estes se auto-definiam como observadores da realidade nacional e seus críticos imparciais. A população brasileira emergia como objeto de análise e a raça foi eleita como o primeiro critério de nacionalidade. A nação "*antes de ser pensada em termos de cultura, ou em termos econômicos (...) foi pensada em termos de raça*".²³⁰ Esta constatação nos alerta para a estreita conexão entre a *Antropologia*, uma das disciplinas das Ciências Sociais, e o pensamento racista.

Mariza Corrêa, em seu estudo sobre a produção teórica e a atuação de intelectuais que se autodenominaram *Membros da Escola Nina Rodrigues*, afirma que esses pensadores não excluía a economia, a política ou a cultura. Entretanto, esses aspectos surgiam indiretamente, através de suas propostas políticas, muitas vezes racistas.²³¹ A exclusão de negros e de outros grupos indesejáveis e a manutenção do sistema de desigualdades sociais deviam-se, também, à persistência de um pensamento conservador apoiado por um *racismo científico* que legitimava iniciativas políticas em nível nacional e regional. Privilégios foram concedidos a certos grupos imigratórios, garantindo a entrada maciça de brancos no país.

Independentemente da consciência dessas contradições e sem manifestar o desejo de mudança na estrutura social-econômica – baseada na monocultura e no latifúndio – as elites política e intelectual vislumbravam a Europa como um modelo a ser seguido.²³² A Nação-República emergia sem bases sólidas, fossem políticas, sociais ou econômicas. Contempladas tangencialmente, essas demandas abriram espaço para o racismo e a xenofobia que ocupavam um lugar preeminente nesse processo.

Assim, na virada do século XIX para XX, a obsessão pela modernidade articulou-se com a *ciência positiva* e a esse cientificismo, se uniram todos aqueles que por seu estatuto jurídico, político ou social mantinham estreitas relações com o poder. A ciência, nesse contexto, adquiriu um *status* de verdade incontestável, servindo de justificativa para todos os preconceitos da época.²³³

²²⁹ Vanilda Paiva. "Oliveira Vianna: Nacionalismo ou Racismo?" In *Encontros Com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n.º 3: 127-156, 1978, p.131.

²³⁰ Mariza Corrêa. *As ilusões da Liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998, p. 53.

²³¹ Idem, p.53-54.

²³² Ibidem.

²³³ Dante Moreira Leite. *Op.cit.*, p.37-38.

Portanto, a preeminência científica, e mais particularmente o positivismo e as teorias racialistas européias, atendia a dois objetivos da nossa classe dirigente: respaldava a sua pretensão de impor suas vontades a uma maioria ao legitimar o elitismo e a seleção natural dos mais capazes; e oferecia fundamentação teórica para a elaboração de estratégias, que atendessem a necessidade de se eliminar a população negra e indígena a partir da miscigenação. O resultado almejado seria o branqueamento da população brasileira, salvando-a da degeneração.

A constituição da raça brasileira tornou-se centro dos debates entre os representantes da oligarquia agrária, as autoridades políticas e os intelectuais brasileiros. A diluição do sangue negro e indígena dependia de uma política de branqueamento estreitamente vinculada à imigração. Portanto, não seria qualquer corrente imigratória desejada, mas a branca, preferencialmente latina e católica.

Permanecia nessa solução, contudo, um dilema colocado ante aos seus defensores: como conciliar o sangue “moderno” e “estrangeiro” no ambiente nacionalista que se desejava fundar? Como arregimentar esses estrangeiros e assimilá-los de forma a comungarem com os nacionais os destinos da Nação? Tudo isso, enfim, nada mais era do que uma comunidade política imaginada, implicitamente limitada e soberana.²³⁴

A crença na inferioridade de certas raças e na superioridade de outras era o ponto central das análises dos intelectuais a respeito de nossa definição como povo e nação.²³⁵ Estabelecia-se, portanto, uma analogia entre raça e nacionalidade. Cabia à *Ciência* demonstrar a pretensa igualdade entre os homens, e a autoridade de que estava investida preparou o terreno onde o racismo se acomodava muito bem. Nesse ponto cabe um parêntese: conforme procuraremos demonstrar, o racismo e a xenofobia da intelectualidade nacional não se restringiriam ao período da *Belle Époque*, mas persistiriam até pelo menos o final da Segunda Guerra Mundial, adaptados ou adquirindo determinados matizes, influenciados pelos diferentes contextos políticos.

Contudo, ainda ao fim do século XIX, a abolição da escravidão pressupunha a substituição da mão-de-obra negra, uma questão política cuja solução seria encontrada na imigração dirigida de trabalhadores europeus. A importação de elementos brancos não apenas

²³⁴ Essa definição do conceito de nação foi extraída de Benedict Anderson, para quem ela é imaginada porque os membros das nações jamais se conhecerão a maioria dos seus compatriotas, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão, de seu companheirismo profundo e horizontal. Desse modo, a fraternidade é que torna possível que tantas milhões de pessoas não apenas matem, mas morram voluntariamente pelos ideais nacionais. In: Benedict Anderson. *Nação e Consciência Nacional*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo, Editora Ática, 1989, p.12-16.

²³⁵ Dante Moreira Leite. *Op. cit.*, p.56.

supriria o mercado de trabalho, mas também impediria a concretização das previsões alarmistas de um futuro "Brasil negro".²³⁶ Diante desse temor, a introdução de sangue asiático, representada pela imigração japonesa, vinha a inserir mais um elemento nesse caldeirão racial, já preenchido por raças ditas inferiores.

A imagem do Brasil mestiço difundido pelos viajantes que aqui aportavam desde pelo menos o século XVIII, levava a *intelligentsia* nacional a prever um futuro preocupante para o país. Visto como símbolo de atraso, produto do cruzamento entre brancos e elementos de raças inferiores [negros e índios], o mestiço era encarado como sinônimo da inviabilidade nacional. Nessa conjuntura, Lilia Moritz Schwarcz identifica que as teorias raciais européias são entusiasticamente recebidas pelas nossas elites, que as adaptaram de acordo com a nossa realidade e se utilizavam do tema racial na análise dos problemas locais.

Propondo-se a recuperar o percurso dessas teorias importadas da Europa em um contexto em que em nível de Estado se incorporava aos modelos liberais de atuação política e de concepção de Estado, a autora demonstra através da análise da atuação de intelectuais pertencentes aos diferentes centros – como as Faculdades de Medicina da Bahia e de São Paulo, as Faculdades de Direito de São Paulo e Recife – que esses ideários não foram simplesmente incorporados como cópias, mas foram atualizadas, tendo como ponto de partida a inevitabilidade de ser o Brasil um país onde a miscigenação era um fenômeno inegável.²³⁷

Em sua versão original, o darwinismo social e o determinismo racial eram desfavoráveis, pois apregoavam o mal da mestiçagem como fator de degenerescência de uma nação. As teorias raciais difundidas por ideólogo racistas europeus foram adaptadas à nossa realidade o que resultou numa combinação entre o *evolucionismo* e o *darwinismo social*, situação facilitada pela sua importação tardia em nosso meio.²³⁸

A contradição entre o inevitável progresso e a diferenciação entre as raças cumpriu funções como a de justificar projetos políticos conservadores de cunho nacional, legitimar o discurso dos grupos urbanos ascendentes que viam nessas proposições um sinal de modernidade, além de explicar, com a autoridade da ciência, as desigualdades sociais. Negada a civilização aos negros e às outras raças tidas como inferiores, criava-se o subterfúgio para

²³⁶ Idem, p.57-66.

²³⁷ Lilia Moritz Schwarcz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. 4ª. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p.11-17.

²³⁸ Cabe ressaltar que a miscigenação, interpretada como negativa por Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), foi adaptada à realidade brasileira, por escritores como Euclides da Cunha, que qualificava o mestiço do interior do Norte como parte de uma raça já constituída e que, futuramente, viria a ser capaz de atingir o desenvolvimento mental. Cf. Dante Moreira Leite. *Op. cit.*, p.216.

agir sobre o perfil do brasileiro, composto por raças desiguais, e tratado como um indivíduo "despreparado para o exercício da cidadania".

A predominância deste novo modelo de pensar a *Nação* provocou pesquisas no terreno médico propriamente dito, incentivando o surgimento de projetos que propunham medidas diretas de intervenção na realidade social. A sociedade passou a ser vista como um imenso hospital e os médicos como aqueles que deveriam planejar reformas urbanas. Dividia-se, simbolicamente, a população entre doentes e sãos, prevendo administrar-lhes remédios em larga escala.²³⁹

A prevalência da ciência, especialmente aquela praticada no Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Recife, contribuiu para a construção de um discurso cada vez mais autoritário e racista que, a partir da década de 1920, tornou-se freqüente nos periódicos médicos. Procurava-se prever o futuro da Nação, interpretado como um corpo fragilizado pelas deficiências raciais do povo brasileiro. Disseminava-se a idéia de que as doenças teriam vindo da África, Europa e da Ásia com a entrada de imigrantes, assim como o enfraquecimento biológico da população seria efeito da mistura racial. No Brasil, a questão da higiene aparece associada à pobreza e a presença de uma população mestiça e negra. Daí aos médicos advogarem o seu papel enquanto comandantes da missão de seleção eugênica dos imigrantes, uma vez que a raça brasileira ainda estava em formação e poderia ser salva graças à depuração racial²⁴⁰.

Desse modo, a *eugenia*²⁴¹ começava a ganhar adeptos no nosso país, associando de fato certas doenças a determinadas correntes imigratórias e, como resultado, a avaliação daqueles que seriam os estrangeiros colonizadores desejáveis e aqueles qualificados como nocivos. O pioneiro na divulgação das teorias eugênicas foi o médico Renato Kehl, paulista de Limeira, fundador da *Sociedade Eugênica de São Paulo*, em 15 de janeiro de 1918, e membro da Academia Nacional de Medicina desde 20 de abril de 1933. Foi autor de *Eugenia e Medicina Social* (1923), *A cura da Fealdade* (1923), *Como escolher um bom marido* (1923), *Como escolher uma boa esposa* (1925), *Formulário da Beleza* (1929) dentre outras obras.²⁴²

²³⁹Lilia Moritz Schwarcz. *Op.cit.*,p.200-227.

²⁴⁰ Idem, p.227-231.

²⁴¹ A Eugenia, como "ciência biológica experimental", foi formulada por Francis Galton (1822-1911), primo de Charles Darwin, naturalista, antropologista, médico e filósofo inglês. Galton deu à Eugenia o seu nome que significava "ciência da procriação" em sua obra *Human Faculty* de 1884.

²⁴² Sobre Renato Kehl e a análise de suas obras ver: Marcia Yumi Takeuchi. *Op.cit.*, 2008, p.14-17.

Com o objetivo de divulgar os ideais eugênicos, Kehl organizou a publicação do *Boletim de Eugenia*²⁴³, periódico fundado e editado no Rio de Janeiro a partir de janeiro de 1929, que fazia propaganda em prol do futuro *Instituto Brasileiro de Eugenia*, que funcionaria nos moldes dos que já existiam na Europa. Em suas páginas encontramos artigos médicos sobre o controle da natalidade, as vantagens da esterilização, estudos sobre doenças hereditárias e anedotas de fundo moral. Eram reproduzidas, também, traduções de matérias médicas publicadas no estrangeiro.

O *Boletim de Eugenia* tinha dentre as suas funções informar seus leitores à respeito dos eventos organizados pelos eugenistas brasileiros como o *I Concurso de Eugenia*, realizado em São Paulo, e patrocinado pelo *Serviço Sanitário* do Estado em dezembro de 1928. O relato sobre esse acontecimento consta no primeiro número do jornal e a eleição da criança mais eugênica foi classificada como a primeira no gênero, no Brasil e talvez na América do Sul. Informa o artigo que diferentemente dos concursos de robustez em que se avaliava apenas as condições individuais dos concorrentes, a seleção neste foi muito mais rigorosa, sendo apreciadas a ascendência, as enfermidades físicas e mentais dos candidatos.²⁴⁴

Em síntese: o jornal idealizado e promovido por Kehl resumia os ideários eugenistas como: a defesa do incentivo no aumento progressivo dos indivíduos fisicamente e mentalmente sãos e da diminuição dos elementos fracos, doentes e “degenerados”; críticas à assistência médica que contribuía para o salvamento de vidas de degenerados, que pelas leis da seleção natural deveriam desaparecer; a obrigatoriedade de exames pré-nupciais; a proibição de casamentos de doentes e degenerados; a defesa da esterilização de pessoas incapazes (física, mentalmente ou moralmente); ataque aos mestiços e membros das raças negra e amarela; e ao povo, classificado como feio e desengonçado.²⁴⁵

A circulação dos conceitos expressos pelos cientistas – ricos em imagens racistas e higienistas – coube à imprensa, que soube transmitir e potencializar os pressupostos científicos preconizados por aqueles que detinham, além do poder político/institucional, o poder simbólico. É pertinente notar que, embora os argumentos fundamentados na eugenia entrassem em voga na década de 1920, ao menos de forma articulada, já na década de 1910, os jornais e as revistas ilustradas estampavam em suas páginas concursos que tinham por

²⁴³ O primeiro número do *Boletim de Eugenia* é de janeiro de 1929 e segundo a própria publicação, esta era voltada não apenas para médicos, mas para todos os interessados no assunto. A sua tiragem era de 1000 exemplares. Em março de 1931, a partir do número 27, o periódico passa a ser a publicação oficial da *Comissão Central Brasileira de Eugenia*.

²⁴⁴ *Boletim de Eugenia*. Ano I, Rio de Janeiro (1), Jan. 1929, p.3.

²⁴⁵ A análise detalhada dos artigos publicados no *Boletim de Eugenia* encontra-se em Marcia Yumi Takeuchi. *Op.cit.*,2008, p.15-19.

finalidade difundir o ideal de construção da sociedade brasileira purificada de sua mácula de atraso e inferioridade.

Durante o ano de 1910, a *Careta* promovia eventos tais como “Concurso de Beleza Infantil”, que consistia na escolha das crianças mais bonitas a partir de suas fotografias publicadas no semanário. Em 11 de junho de 1910, a revista circulou com um cupom anexo em suas páginas, que o público poderia preencher com os nomes de seus candidatos favoritos em ordem decrescente (do 1º ao 10º lugar). O cupom, assinado pelo leitor, deveria ser encaminhado à redação até o dia 30 de junho do mesmo ano. A promessa da revista era premiar a criança vencedora.²⁴⁶

Em uma segunda empreitada, a *Careta* publicava uma fotografia referente a um concurso promovido pelo *Instituto de Assistência à Infância*, cuja sede se localizava na cidade do Rio de Janeiro.²⁴⁷ A exibição das crianças em conjunto com as mães demonstrava nitidamente que até o *I Concurso de Eugenia de 1928*, realizado em São Paulo, havia a ênfase na robustez, encarado como sinônimo de saúde, e não na *avaliação eugênica*, no sentido da sanidade física, mental e análise dos ascendentes. A falha, na visão dos médicos eugenistas, estava na inserção de crianças visivelmente negras e de classes populares [Fig.14].

Enquanto assunto em voga, no número 118 de 3 de setembro de 1910, a *Careta* publicava um artigo em que denunciava a falta de interesse do povo na Ciência, circunstância que a forçara a retirar a coluna “Notas Científicas”, publicada semanalmente na *Careta* desde o seu primeiro número de 1910. A crítica recaía sobre os leitores, que não atentavam para nada que não fosse a *politicagem*, e que falar de *Física, Matemática, Medicina* e da *Sociologia*, abordados pelo “Dr. Sabão” – significativo pseudônimo de um “notável cientista brasileiro” – era como “pregar no deserto”. A *Careta* atribuía esse desinteresse à população e ao seu desprezo em adquirir novos conhecimentos, “metido em sua própria ignorância” e zombando daqueles que se propunham a lhe abrir os olhos. A revista decretava: “O público não quis se instruir, pois que fique alagardado [sic] nas trevas da ignorância”.²⁴⁸

²⁴⁶ “Concurso de beleza Infantil”. *Careta*. Rio de Janeiro (106) 11 jun. 1910, p.7.

²⁴⁷ Esse concurso foi instituído em 1902 por iniciativa do fundador do Instituto, Dr. Moscovó Filho, e o objetivo era premiar as mães pobres que alimentassem naturalmente seus bebês até o sexto mês de idade. Cf. Margareth Rago. *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar (1890-1930)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p.78-79.

²⁴⁸ “Notas Científicas”. *Careta*. Rio de Janeiro (118), 3 set. 1910, p.10.



Creanças premiadas no concurso de robustez

14 – “Instituto de Assistência à Infância”. *Careta*. Rio de Janeiro (188) 6 jan. 1912, p.12. AFBN-RJ.

A despeito da desilusão momentânea quanto ao suposto desinteresse do leitor pela “ciência”, os semanários ilustrados exerciam outro papel vinculado à sua divulgação: apresentavam aos seus leitores nomes de cientistas em destaque naquele momento e as suas “descobertas”. Em 9 de março de 1912, em artigo fartamente ilustrado por fotografias de criminosos, a revista exaltava a contribuição de Cesare Lombroso²⁴⁹, que havia se notabilizado pelo estudo da fisionomia dos indivíduos “degenerados”.

Conjugando as descobertas de Lombroso às fotografias de dois criminosos famosos na cidade do Rio de Janeiro, um assassino e outro falsário e ladrão, qualificado como “rato de hotel”, o articulista enumera diversas considerações de natureza fisionômica e física, tais como o formato da cabeça, do nariz, da boca etc. Afirma que os leitores encontrariam na aparência desses “profissionais do crime” as características citadas pelo cientista, pois estavam nela estampadas “a alma danada de um” e a “astúcia hipócrita do outro”. O articulista finaliza com a conhecida sentença derivada de um dito popular: “Aos criminosos não se pode aplicar o provérbio *quem vê caras não vê corações*”.²⁵⁰

²⁴⁹ Cesare Lombroso (1835-1909), médico e criminologista italiano, autor de *O Homem Delinqüente* (1876), no qual diferenciava o homem normal do delinqüente a partir da presença de características atávicas ou degenerativas neste último, definidas pelo seu aspecto físico. Cf. Antonio García-Pablos de Molina; Luiz Flávio Gomes. *Criminologia*, 4a edição, São Paulo, RT, 2002, p. 191.

²⁵⁰ “A physionomia dos criminosos”. *Careta*. Rio de Janeiro (197), 9 mar. 1912, p.33-34.

As revistas, então, investiam no seu papel de vulgarizadoras da ciência, transformando termos como *frenologia*, *antropologia criminal* e *darwinismo social* (sobrevivência e adaptação do mais forte) mais palatáveis ao senso comum. Demonstrando, em linguagem coloquial, a verdade do vínculo entre as raças e criminalidade, o mestiço e a loucura, elas se transformaram em aliadas das elites pensantes nacionais.²⁵¹ Desse modo, ligava-se de forma indelével a presença de sangue de raças inferiores no Brasil para explicar o problema da criminalidade. Em síntese: a imigração também ingressava no debate, pois ela passava a ser encarada como um fator de redenção ou de condenação da raça brasileira ainda em formação. Os estrangeiros deveriam ser de boa procedência, sem trazerem incorporados em si as anomalias e os estigmas atávicos.

Ainda sobre o tema da propagação de novas descobertas *científicas* que poderiam levar o Brasil a entrar no rol das nações adiantadas, desejamos demonstrar que as revistas ilustradas refletiam e repercutiam preocupações já enraizadas entre a nossa *intelligentsia*. Um dos temas mais debatidos era o aspecto estético da capital republicana, maculada por culpa da plebe, qualificada como suja e degenerada. Enquanto auxílio em nossa reflexão, citamos o estudo de Nicolau Sevcenko, que avalia a criação cultural na Primeira República e a importância da literatura como fonte para o historiador²⁵².

Sevcenko entende que a linguagem está no centro de toda a atividade humana e constitui um elemento que relaciona os homens entre si e destes com a sociedade. Daí a importância do *discurso*, quando a palavra é organizada em uma regularidade subjacente a toda ordem social, e “incorpora em si (...) toda sorte de hierarquias e enquadramentos de valor intrínsecos às estruturas sociais de que emanam”. O discurso, ainda, se articula em função de regras e formas convencionais, cuja contravenção esbarra em resistências firmes e imediatas.²⁵³

O papel do discurso é identificado por Sevcenko, particularmente na literatura moderna, tendo em vista que nesta, ele se expõe inteiramente, visando reproduzir-se. Contudo, o discurso está, do mesmo modo, exposto “à infiltração corrosiva da dúvida e da

²⁵¹ Conforme demonstra Lilia Moritz Schwarcz a partir de pesquisa na *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife* nos anos 1920, a escola criminal positiva adotada no Brasil e que tinha como próceres Lombroso, Ferri e Garófalo, negava o livre-arbítrio do indivíduo. Este seria apenas a soma das características físicas de sua raça, o resultado de sua correlação com o meio. Lilia Moritz Schwarcz. *Op.cit.*, p.155-166.

²⁵²Sevcenko centra a sua tese em dois autores, Euclides da Cunha e Lima Barreto, escritores que foram críticos da urbanização do Rio de Janeiro e do abandono das zonas rurais. A periodização adotada pelo autor refere-se às duas primeiras décadas do século XX e utiliza como fontes a imprensa periódica (jornais e magazines), crônicas, biografias, opúsculos e obras literárias. Sevcenko aborda, também, as práticas de edição, as expectativas do público, a atmosfera cultural criada no Rio de Janeiro da *Belle Époque*, os pontos de encontro dos intelectuais, as associações de interesse e rivalidade que distinguiam a comunidade dos homens de letras.

²⁵³ Nicolau Sevcenko. *Literatura Como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985, p.19-20.

perplexidade”. A literatura moderna presta-se, portanto, como local de “avaliação das forças e dos níveis de tensão existentes no seio de uma determinada estrutura social”, visto que é possível comprovar a existência entre os estudos literários e as ciências sociais, ou seja, a tese do escritor influenciado pelo meio social que o circunda.²⁵⁴

Nesse sentido, contribui igualmente Michel Foucault e o seu ensaio *A Ordem do Discurso*, resultado da aula inaugural do filósofo no *College de France* em 2 de dezembro de 1970. O ponto que queremos enfatizar do pensamento de Foucault em relação aos discursos é a atribuição fornecida pelo autor na sua capacidade de ter “algo de singular, terrível e talvez de maléfico”.

Estabelecendo as reflexões de Foucault como parâmetro para “as falas” dos jornalistas que exerciam a função de amplificar e decodificar os argumentos expressos pela nossa *intelligentsia* e autoridades gradas, as *instituições* tornam os ditos e escritos cercados de ritos, envolvendo-os em “um círculo de atenção e silêncio”. Para o poder constituído, o discurso está “na ordem das leis”, o manipula, lhe dá um lugar “que o honra, mas o desarma”, e que se lhe corre ter alguma força, é delas (instituições) que provêm.²⁵⁵

Nas revistas ilustradas cariocas e paulistanas que levantamos, encontramos as crises políticas que marcaram o período, a especulação ou como se referiam os humoristas que atuavam nelas, cavação, o *chaleirismo*²⁵⁶, a busca frenética pela modernização da capital da República e a aceleração de seu ritmo de vida.

Essa efervescência, tanto no âmbito social-político como no econômico, caminhava em conjunto com a febre de consumo, a atualização dos hábitos sociais e os cuidados pessoais.²⁵⁷ As crônicas publicadas nas revistas relatavam de forma crítica a insalubridade da cidade e a sua insegurança, atribuídas à presença de uma população mestiça, supostamente turbulenta. Encontramos em diferentes ocasiões artigos que manifestavam essa posição, fato que comprova o endosso dos leitores, oriundos em grande parte da burguesia, dessa nova mentalidade: o desprezo pelas classes populares, expulsas do centro, o menosprezo pelas festas populares e o rancor contra os mendigos.

Como um dos vários exemplos, citamos o artigo “Mas, é unico!...Pyramidal!”, publicado em 18 de março de 1910, na revista *Fon-Fon!* com o significativo subtítulo “Fon-

²⁵⁴ Para Sevcenko, a metodologia em relação à utilização da literatura em trabalho de pesquisa historiográfica, deve levar em conta que o historiador visa a realidade das estruturas sociais, enquanto que o escritor se atém ao desejo de mudança, tendo mais compromisso com aquilo que poderia ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com o estado real. Idem, p.20.

²⁵⁵ Michel Foucault. *A Ordem do Discurso*. São Paulo, Loyola, 1996, p.4.

²⁵⁶Referente aos indivíduos que agradavam ostensivamente os detentores do poder a fim de garantir vantagens econômicas ou sociais no regime; arrivistas sociais.

²⁵⁷ Nicolau Sevcenko. *Op.cit.* 1985, p.28-29.

Fon Indignado”. O articulista queixava-se que apesar da obra de modernização e urbanização empreendida pelo Prefeito Pereira Passos²⁵⁸, a imundície e o atraso continuavam a imperar na capital da República, que se dizia em grande marcha para a *Civilização*. Citando o *Largo da Carioca*, “aquele trecho agradável de florescência e asseio”, bem junto daquele “pedaço limpo da cidade moderna”, informa que se deparou com um “mercado indecente”. A que se dirigia essa expressão?

Era, esclarecia o jornalista indignado, um pequeno aglomerado de vendedores “de doces baratos, charutos e cigarros ordinários, refrescos, de empadinhas tresandando a azeite de peixe, etc. etc.”. As bancas eram improvisadas com caixotes imundos e seus proprietários estavam em mangas de camisa, “de aspecto cafajeste”, convertendo o local florido e central, em “verdadeira praia de peixe”. Afirmava o articulista que se essa “turba” de desleixados podiam exhibir a sua imundície, certamente teriam pago uma licença municipal, e exortava o atual prefeito Serzedello Corrêa²⁵⁹ a tomar providências em relação ao caso, lamentando: “Ah! Meu velho Rio, pobre de ti!...”²⁶⁰

A exortação à higiene e à civilização presentes nas revistas assumiam diversas formas, entre elas na promoção de produtos anunciados em suas páginas. Assim, afora “Dr. Sabão” e artigos que se destinavam a promover os conhecimentos científicos, tanto moral quanto físico, junto à opinião pública, a revista *Careta* aproveitava-se para aliar sua posição de arauto civilizador aos seus interesses comerciais.

Em um dos anúncios ilustrados²⁶¹ do popular produto “Sabonete de Reuter”²⁶², encontramos alguns elementos de interesse para a nossa pesquisa. Em um mesmo documento, estão presentes o enaltecimento ao progresso norte-americano – científico e moral – e a transferência dessa “qualidade” aos japoneses graças seus amigos brancos. As personagens retratadas no anúncio, mulheres nipônicas visualizadas como tradicionais, de *kimono* e cabelos penteados à japonesa, são qualificadas no texto ora como “graciosas musmées”

²⁵⁸ Francisco Pereira Passos (1836-1913) Engenheiro e prefeito da cidade do Rio de Janeiro, entre 1902 e 1906.

²⁵⁹ Innocêncio Serzedello Corrêa (1858-1932) Prefeito da cidade do Rio de Janeiro entre 1909 e 1910.

²⁶⁰ “Mas, é unico!...Pyramidal!!!...l. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (12), 18 mar. 1910, p.19.

²⁶¹ Os anúncios de produtos no decorrer do ano de 1911 eram acompanhadas de pequenas histórias. À título de exemplo do poder da *imagem*, a propaganda da *Société Anonyme du Gaz*, armazém de aparelhos e instalações a gás, tinha como personagem um macaco diferenciado ou humanizado, Simão, que tendo obtido lugar de cozinheiro através de anúncio de jornal exige à patroa uma cozinha equipada com os modernos aparelhos da anunciante. A estória, formato folhetim em 20 capítulos, era ilustrada por J. Carlos. Juntamente com o anúncio, a companhia prometia um fogão aos leitores que fixassem os 20 cupons encontrados nos fósforos *Brilhante* nos claros da página da *Careta*.

²⁶² Esse produto era anunciado profusamente, também, em semanários como *O Riso* (RJ) e a *Fon-Fon!* (RJ), e no decorrer de 1911, eram redigidos em forma de crônica ilustrada, que se valiam de situações cotidianas ou sentimentais.

(senhoritas) ou “bellas geishas”, indicando a ambigüidade em relação à atração e, ao mesmo tempo, a repulsa ao exótico [Fig.15].

Essa dicotomia está presente quando o autor do *reclame* traça uma comparação entre as exóticas súditas do Mikado, que antes do *Sabonete de Reuter*, se lavavam com “terra gredosa” ou com preparados a base de óleo de peixe, que mais “sujava do que lavava”, e a senhora norte-americana, que tivera “a feliz idéia” de levar em sua bagagem os sabonetes e passara a presentear pessoas de suas relações no “país dos crisântemos” com o produto. Tal inteligência norte-americana trouxera grandes benefícios, na visão do anunciante, ao Japão, do ponto de vista higiênico e até político, pois os Estados Unidos eram agora benquistos entre os japoneses graças ao seu produto, vantagem que superava os protocolos diplomáticos. Em síntese: o sabonete auxiliava a amenizar a mácula deixada na cútis nipônica pelo desprezo demonstrado pelos norte-americanos àqueles que desejavam ingressar em seus portos.

UM TRIUMPHO HYGIENICO INTERNACIONAL



Antigamente no Japão, as graciosas “mismées” lavavam o rosto e as mãos com certa terra gredosa, de qualidade saponacea, alli chamada “Creme de Kyoto.”

Porem essa terra tinha, entre outras coisas, o defeito de conter uma materia caustica que, com frequencia, escoriava a delicada cutis das bellas filhas do sol nascente.

Os perfumistas japonezes quizeram substituir esta materia natural com preparações especiaes nas quaes entrava, como principal componente, o oleo de peixe.

O artigo não deu resultado, pois mais sujava do que lavava, sendo alem disso caracteristicamente nauseabundo.

As bellas geishas estavam desesperadas, invejando ás europeas que ás visitavam as

perfumadas pastas que traziam, com as quaes faziam uma limpa e aromatica lavagem.

Ultimamente, uma senhora norte americana teve a feliz idea de levar entre as suas bagagens uma grande quantidade de caixas de Sabonete de Reuter, com o qual começou a obsequiar todas as suas relações do paiz dos crysanthemos.

Este intelligente e delicado pensamento produziu um resultado assombroso, não só no sentido hygienico, como até no politico.

Todo o mundo alli se lava com o Sabonete de Reuter, tendo obtido esta inimitavel pasta um verdadeiro triumpho internacional.

Hoje se conhece mais os Estados Unidos no Japão pelo Sabonete de Reuter, do que pelos protoccollos diplomaticos.

15 – “Um triumpho hygienico internacional”. *Careta*. Rio de Janeiro (162), 8 jul. 1911, p.15. AFBN-RJ.

Diante da prevalência do espírito de prevenção contra a raça amarela, considerada inferior à branca, imagem divulgada até mesmo em anúncios comerciais, os representantes das companhias de emigração japonesas e o governo japonês viram-se obrigados a adotar estratégias para convencer as autoridades políticas brasileiras de que os colonos japoneses seriam capazes de se assimilarem à sociedade da pátria de adoção e auxiliar no desenvolvimento de suas riquezas.

Havia a percepção de que ao contrário dos chineses e dos árabes, os imigrantes nipônicos eram súditos de uma potência mundial em ascensão. Assim, para facilitar a aceitação de seus nacionais, os diplomatas japoneses reconfiguraram os japoneses na categoria de não-asiáticos, lembrando constantemente de que seus súditos eram “brancos”. Entretanto, conforme vimos, o discurso brasileiro sobre a imigração japonesa combinava o medo social da “mongolização” com o desejo de imitar o desenvolvimento econômico e social do Japão.²⁶³

Esses debates sobre a assimilação dos costumes ou do modo de vida ocidentais, nos periódicos ilustrados, apareciam invariavelmente em crônicas ou artigos cujo personagem nipônico era acompanhado de estereótipos: a hipocrisia, o desprezo pela cultura do homem branco e a sua incorporação somente por interesses materialistas ou, ainda, por desejo de ascensão social, mantendo relações pouco lícitas com mulheres europeizadas. Podemos encontrar essas facetas na revista *Fon-Fon!* em diferentes momentos.

Em 28 de outubro de 1911, a coluna *Block-Notes Mundial* – dedicada aos relatos de personalidades e acontecimentos mundiais – noticiava que uma pintora italiana, ao retornar de viagem ao Japão, declarara que desejara obter lições de um dos mais apreciados artistas do Império do Sol Nascente. Este lhe introduzira nas técnicas psicológicas e de meditação na arte de pintar mas, sobretudo, na habilidade de *imitar*, seja o que é visto na natureza ou de inovador nos trabalhos de artistas europeus de prestígio. Ao ser questionado pela colega italiana a razão dos pintores japoneses irem a Paris estudar “com afinco” a pintura à óleo da qual não gostavam e que “copiavam tão ridiculamente”, o mestre nipônico lhe respondera: “(...) por enquanto copiamos mal, ridiculamente; é preciso conquistar uma técnica, mas daqui a vinte anos pintaremos à moda européia muito melhor que vocês todos”.²⁶⁴

A mesma coluna reproduzia no número seguinte uma significativa observação referente à depreciação que os europeus sofriam no Japão. Segundo a revista, transcrevendo o artigo publicado na *Revue Bleue*, de Paris, havia nesse país [Japão] uma diferenciação de tratamento aos europeus nos jornais destinados à comunidade estrangeira e aos nativos. Enquanto o jornal *The Japan Times*, publicado em inglês, redigia continuamente matérias expressando a adoração dos nipônicos pela civilização européia, os jornais redigidos em japonês continham as maiores injúrias. Nesses últimos proliferavam supostamente frases como “os franceses desceram ao nível mais baixo da imoralidade”; “Berlim é uma imensa casa de maus negócios”. Além disso, quando algum estrangeiro penetrava em uma loja

²⁶³ Jeffrey Lesser. *Op.cit.*, p.159-160.

²⁶⁴ “Block-Notes Mundial”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (43) 28 out. 1911, p.3.

japonesa era recebido com “o mais gracioso dos sorrisos” e com a frase: “Dou-lhe respeitosamente os bons dias, senhor....imbecil”. E finalmente, o comerciante ainda cobrava aos estrangeiros o dobro pelo preço da mercadoria. Acusava ainda o articulista francês os garotos japoneses, que acompanhavam os brancos pelas ruas de Tóquio com ofensas e gestos obscenos. “É este o acolhimento hospitaleiro que os garotos japoneses dispensam aos *queridos europeus*”.²⁶⁵

Nesse ponto refletimos que o fato da *Fon-Fon!* ter publicado artigos desse teor, atendia a demanda de seu leitor em se informar sobre “o que ocorria pelo mundo”, e contribuía para a formação de uma imagem que interessava atribuir ao japonês, que se materializava diante de seus olhos com o início da imigração japonesa no Brasil. Reforça o nosso ponto de vista, se articularmos esse discurso à opinião expressada de forma oficial por diplomatas brasileiros que conviviam com situações similares no Japão.

Especificamente, os ofícios expedidos pelo *Consulado Geral do Brasil* em Yokohama nos fornecem indicações importantes, visto que essa representação diplomática mantinha contato direto com os candidatos à emigração para o Brasil. Nesses documentos encontramos observações coincidentes aos que eram transmitidos por parte da imprensa brasileira.

A impressão do Cônsul Geral Dario Freire expressada ao Itamaraty era negativa com relação ao envio de imigrantes japoneses para o nosso país, ainda em 1906. Repercutindo e de acordo com as advertências de colegas como Oliveira Lima e Luis Guimarães, afirmava que era do seu dever opinar que por tudo que observara e pela história da imigração mongólica, era contrário a essa iniciativa. As suas razões: os japoneses exigiam o mesmo pagamento oferecido aos europeus, sendo menos produtivos; e eram inassimiláveis, ou seja, “elementos perturbadores na economia e na depuração das raças de qualquer país”.²⁶⁶

A posição dos diplomatas de Yokohama não se alterara significativamente em 1908, ano em que começava oficialmente a imigração japonesa. Ao visitar o vapor *Kasato Maru*, que traria os pioneiros para o Brasil a fim de legalizar os documentos dos imigrantes, observara Alcino Santos Silva, Cônsul Geral do Brasil, que o tipo japonês era feio, “de baixa estatura e de aparência mais fraca do que forte”²⁶⁷. Em ofício de 23 de setembro de 1908, Santos Silva ressaltava a sua má impressão com relação aos nipônicos: eles eram hipócritas e “por natureza” incivilizados.

²⁶⁵ “Block-Notes Mundial”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (44) 4 nov. 1911, p.3 [grifo no original].

²⁶⁶ Ofício n° 15 de Dario Freire, *Cônsul-geral do Brasil em Yokohama, para o Barão do Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Consulado Geral do Brasil. Yokohama, 16/11/1906. AHI-RJ.*

²⁶⁷ Ofício n° 22 de Alcino Santos Silva, *Cônsul-geral do Brasil em Yokohama, para o Barão do Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Consulado Geral do Brasil. Yokohama, 23/09/1908. AHI-RJ.*

De tal modo, que o governo de Yokohama fora obrigado a publicar nos jornais instruções a sua população. Santos Silva considerara de interesse do Itamaraty essa informação, uma vez que qualificava “de curioso” que o Japão, tido como uma poderosa nação, tivesse a necessidade de conselhos oficiais “para bem se comportar perante os seus hóspedes de outros países”. Constatava a dificuldade dos nipônicos de se portar com “urbanidade e respeito”, conforme os usos e costumes ocidentais, dificuldade contrabalançada pela facilidade com que encontram na adoção dos últimos progressos navais, militares e industriais do Ocidente. Finalizava, informando que nas rodas estrangeiras, muito se comentava sobre a parte dessas instruções dedicadas aos chineses²⁶⁸. No recorte do jornal *The Japan Daily Herald*, que divulgara a notícia e que acompanhava o referido ofício, Santos Silva anotara as principais ofensas proferidas pelos japoneses contra os estrangeiros, destacando que *ketô** era a mais usada.²⁶⁹

O paradoxo entre a mentalidade japonesa, tida como estranha e fanática, e a ocidental, presente em um periódico como a *Fon-Fon!*, tendo em vista a sua valorização editorial do mundanismo e da leveza, revela a preocupação das elites – intelectual e política – com relação à *concretização da imigração japonesa*, pois ela já não estava mais no terreno das especulações sobre a sua consequência sobre a nacionalidade brasileira. A “intromissão” da política e da ideologia das classes dominantes nas páginas das revistas ilustradas é plenamente justificada, a partir da participação de intelectuais e artistas, que *funcionaram* como formadores de opinião, seja através de pequenos editoriais e notas irônicas, ou das charges políticas²⁷⁰.

Entretanto, a historiografia brasileira registra mudanças decisivas, justamente no momento histórico em que a corrente imigratória japonesa começava a receber impulso oficial por parte do Império do Sol Nascente. Essa alteração é observada por Daniel Pècaut, que identifica, a partir de 1915, uma “onda nacionalista”, que varreu a cultura brasileira. Representada pelo movimento modernista, estabeleceu-se a opção pelo *nacional*. O

²⁶⁸Dentre as recomendações transcritas no jornal com relação aos chineses: não ridicularizar as suas vestimentas; não deveriam ser vendidas fotografias ou pinturas que retratassem a posição humilhada dos soldados chineses durante a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895); não se deveria tocar os cabelos dos chineses, nem chamá-los de “chan chan” ou de “porcos”. Em relação aos demais estrangeiros: não maltratar os animais diante dos estrangeiros; não se deveria apontar o dedo a um forasteiro; não perguntar a idade do visitante; sentar-se após a dama estrangeira ter tomado assento; falar somente o necessário e no menor tempo possível e não utilizar a palavra “oi” ao chamar um determinado estrangeiro.

* Na anotação manuscrita do diplomata, este termo é traduzido como “estrangeiro”, mas refere-se também a “indivíduo peludo”.

²⁶⁹ *Ofício n° 22 de Alcino Santos Silva, Cônsul-geral do Brasil em Yokohama, para o Barão do Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Consulado Geral do Brasil. Yokohama, 23/09/1908. AHI-RJ.*

²⁷⁰ Ana Luiza Martins demonstra que as revistas ilustradas, tanto as cariocas como as paulistas, divulgavam os ideários da elite conservadora e se prestavam como espaços para as aspirações, representação e legitimação de grupos e indivíduos da classe dominante. Cf. Ana Luiza Martins. *Op.cit.*, p.186-209.

modernismo brasileiro concebia, segundo o autor, a tese de que o plano cultural e político são indissociáveis, o que legitimava o engajamento político dos seus membros.

Considerando-se às reflexões de Pècaut sobre a questão da identidade nacional e o papel dos intelectuais no âmbito do Estado, é possível perceber que a “verdade científica” associada ao social, levou a *intelligentsia* brasileira a defender a ciência do social e o seu papel no auxílio ao Estado na construção da sociedade em bases racionais. Havia a convicção desse segmento na administração científica não apenas da natureza, mas também dos homens. O autor destaca que a sua linguagem é a do poder, e assim fundamentava a sua vocação para elite dirigente. Em conseqüência, debruçando-se na relação massas-elite, confirmavam que a última cabia a missão de conduzir as primeiras. Esse elitismo estreitamente ligado à concepção da própria política significava não apenas o respeito por uma hierarquia social, mas terminava a teorização da política como competência, ou seja, a arte de governar relacionada com o saber científico.²⁷¹

Justificava-se, nesse sentido, a pretensão de certos intelectuais em candidatarem-se a postos de direção política, pois acreditavam na semelhança inegável entre o seu ofício e o de governante. Desejavam, em suma, ser vistos como avalistas da unidade nacional, firmando sua posição como categoria *socialmente sem vínculos*, ou seja, imparciais, pois estavam imbuídos da convicção de estarem desligados das oligarquias e da burguesia, além de nutrirem profundo menosprezo pelas classes médias.²⁷²

Depreende-se que o desmoronamento da faceta liberal do regime, a desestruturação progressiva do sistema sócio-econômico – dominada até então pela oligarquia paulista – o crescimento da industrialização e os avanços tecnológicos, foram os fatores decisivos para o surgimento da era das massas e ação. A aceleração e a mobilização da sociedade e o seu vínculo com o moderno, pressupunha a inclusão das forças emergentes dos mundos rural e urbano, para fazer frente às tensões sociais vigentes. Daí também o resgate da cultura popular, anteriormente desprezada, e da tradição tipicamente brasileira como instrumentos de coesão social.

Essa construção do *Estado Nacional*, sob novas bases, propiciou a evolução do projeto étnico-político que visava a unificação do Estado e da Nação. O nacionalismo assim gerado se sobrepunha aos demais interesses, como os individuais ou partidários. Além de fornecer o significado e a credibilidade à existência de nações soberanas, o nacionalismo possui uma significação mais restrita, "*que evidencia uma radicalização das idéias de unidade e*

²⁷¹ Idem, pp.21-29.

²⁷² Ibidem, p. 33-35.

independência da nação", quando aplicada a um movimento político - o movimento nacionalista - que se julga o único e fiel intérprete do princípio nacional e o defensor *exclusivo* dos interesses nacionais.²⁷³

Nesse sentido, o pensamento político que se constituiria posteriormente em doutrina do Estado Novo (1937-1945), encontra suas raízes nos movimentos intelectuais dos anos 1920. Dentro do contexto do nacionalismo do século XX, passava-se a valorizar os traços específicos do povo, a história pátria com fortes elementos nacionalistas. Para tanto, esperava-se a participação de todos os seus membros num destino comum, que tem origem no passado, nos fatores étnicos, geográficos e culturais. A homogeneidade assegurava a solidariedade nacional.²⁷⁴

Assim, o nativismo, a cultura moderna, ao mesmo tempo popular, a redescoberta do sertanejo, do caipira, músicas e danças tipicamente brasileiras estavam co-relacionadas à dissipação das balizas. A liberação de impulsos, o cultivo de atividades físicas - reflexivas e inconscientes - são características intrínsecas da intelectualidade pertencente aos setores dominantes, que passava a combater os estrangeirismos e a influência européia em favor de algo original, tipicamente brasileiro. Essa nova postura, tida como revolucionária pelos seus participantes, era particularmente propícia para a "*repointencialização dessa outra entidade arcaica e regressiva, o mito*".²⁷⁵

Desse modo, o racismo e o racialismo²⁷⁶ – a ideologia-doutrina referente às raças humanas baseada em ditos tidos como científicos – legitimaram a prevenção contra a *raça* japonesa. Em nossa pesquisa, nos voltamos para a definição do *racismo* enquanto não mera descrição da diversidade das raças humanas, mas enquanto a associação entre um determinado grupo étnico aos comportamentos identificados intrinsecamente como pertencentes a ele. Daí o uso político de conclusões aparentemente científicas para fundamentação da tese de superioridade da *raça ariana* sobre as demais. O resultado obtido foi a legitimação e o consentimento de atitudes oficiais de discriminação e perseguições contra as raças tidas como abastardadas.²⁷⁷

Desse modo, do racialismo se originam a política de Estado e os comportamentos coletivos de intolerância ao *Outro*, tido como diferente e inferior do ponto de vista mental ou

²⁷³ Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (orgs.). *Dicionário de Política*. 5 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 799.

²⁷⁴ Lúcia Lippi Oliveira. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 9-24.

²⁷⁵ Nicolau Sevcenko. *Op.cit.*, 2000, p.256-311.

²⁷⁶ Essa distinção terminológica entre os conceitos de racismo e racialismo foi realizada por Tzvetan Todorov em seu estudo *Nós e os Outros: A Reflexão Francesa Sobre a Diversidade Humana*. Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993, p.107.

²⁷⁷ Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (orgs.). *Op.cit.*, p. 1059.

cultural. Entende-se que o fenômeno do racismo é tão antigo quanto a política, na medida em que, em nome da identidade étnica, é capaz de fortalecer o grupo social contra um inimigo verdadeiro ou suposto. Na *História Contemporânea*, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o racismo que se desenvolveu, em nível político, se deve a fusão de três correntes de pensamento: o estudo científico das raças, o nacionalismo e uma atitude mística e irracional da política. A fusão desses três elementos dá-se exatamente sob o impulso político da mobilização das massas.²⁷⁸

A *Fon-Fon!* fazia coro às essas questões, quando as reflexões políticas alcançaram quase o mesmo *status* das mundanas até então vigentes na linha editorial da revista, característica que até então a diferenciava da *Careta*, em cujas páginas o político sempre fora presença de destaque. Nessa transformação, exerceu papel principal Gustavo Barroso, que assumira a direção da revista em 1916, pois desse momento em diante, a *Fon-Fon!* daria espaço para crônicas e folhetins de caráter sentimental e racista, de acordo com os princípios do futuro líder integralista.

Assumindo o pseudônimo de João do Norte, na década de 1920, Barroso redigia artigos que tinham como tema o papel civilizatório pertinente aos homens de letras. Enquanto atuava, também, como redator-chefe da publicação, Barroso ainda estimulava artigos que pregavam a desigualdade entre as raças, a eugenia e o declarado arianismo. Em 13 de fevereiro de 1926, a *Fon-Fon!* oferecia aos seus leitores um texto que explorava as teorias de Gobineau²⁷⁹ e Chamberlain²⁸⁰, que concluía pelo triste destino dos países formados pela miscigenação. Referindo-se à Gobineau como “grande mestre” e a Chamberlain, como seguidor dessas “teorias audazes”, o autor não identificado, terminava por lamentar a sorte do Brasil, um pobre país de mestiços.²⁸¹ É preciso ressaltar que esse texto adquire dimensão significativa para a nossa pesquisa quando se detecta que as afirmações racistas se repetem em uma mesma edição, resultando em uma consistência do discurso racista.

²⁷⁸ *Idem*, p. 1060.

²⁷⁹ Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882). Ensaísta, diplomata e escritor francês, autor de *Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas* (1855). Defendia a tese da superioridade da raça branca ariana e previa a decadência da humanidade em virtude da mistura de raças, que resultaria em mestiços inferiores e degenerados. Durante a sua estadia de quinze meses no Brasil, na condição de enviado francês à corte de D. Pedro II, Gobineau se referiu à população brasileira como totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia. Não via futuro no Brasil em decorrência da inevitável degenerescência de seu povo. Cf. Georges Raeders. *O Conde Gobineau no Brasil* [citado por Lílian Moritz Schwarcz. *Op.cit.*, p.13].

²⁸⁰ Houston Stewart Chamberlain (1855-1927). Filósofo anglo-alemão, um dos precursores da tese do conceito de raça, com pretensão de cientificidade na História do Ocidente. Assim como Gobineau, defensor do germanismo e da concepção de que o melhor que havia na Europa se devia à raça alemã, que se mantivera ariana. Autor de *A Gênese do Século XX* (1899). Sua obra e de Gobineau influenciaram, mais tarde, na fixação do nazismo na Alemanha.

²⁸¹ Seção “Garatujas”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (7) 13 fev. 1926, p.42. [grifo nosso].

Assim, no mesmo número de 7 de fevereiro, um articulista da *Fon-Fon!*, igualmente não identificado, traçava acusações contra a falta de eugenia do povo brasileiro disfarçadas de modo sentimental: “Olho para o meu país com os olhos rasos de água. Uma dor imensa invade a minha alma ante o aspecto triste da sua miséria moral. E eu penso na sorte das sociedades medíocres, descritas em cores negras por um grande sociólogo [Gobineau], sociedades formadas de ruínas e retalhos, como a nossa (...)”. O destino do nosso país, conclui o jornalista, seria esperar que um “povo mais forte e mais homogêneo, *etnograficamente*, lhe sirva de tutor”.²⁸²

Em suas páginas vão se multiplicando escritos desse teor, que visam além de difundir, construir no imaginário dos leitores a idéia de verdade das teorias racistas, concebida quase como uma missão pedagógica. Daí a presença de diálogos fictícios como o que se estabelece entre dois amigos que debatiam sobre as teses de igualdade e desigualdade das raças humanas enquanto se serviam de refrescos. O primeiro era adepto da doutrina gobinista e o segundo ousava discordar dela. O mote para a discussão fora a influência da raça africana nos destinos do Brasil.

O *gobinista* cita que Benjamin Franklin, “aquele que mais defendera a igualdade entre as raças”, teria dito que o negro “é um animal que corre o mais que pode e trabalha o menos que pode”. Com o fim de encerrar a conversa, o amigo derrotado em seus argumentos convida, rindo, o vencedor para um jantar.²⁸³ Nota-se que o discurso científico deixava o âmbito estritamente intelectual para atingir as salas de visitas da burguesia nacional, consumidora dos periódicos ilustrados que se valiam de estratégias emocionais ou humorísticas para veicular suas posições racistas e conservadoras. Tais convicções poderiam ser resumidas em uma nota que expressa o pensamento da *Fon-Fon!* em sua totalidade:

A igualdade só poderia existir em teoria. A lei social pode conceder aos homens os mesmos direitos. A Natureza, porém, nunca os dotará com as mesmas faculdades.²⁸⁴

Não somente os negros compareciam na *Fon-Fon!* nesse seu período de porta-voz do cientificismo e do sonho de criação de uma sociedade homogênea no Brasil. Os nipônicos que chegavam em número cada vez maior foram contemplados com sentenças e crônicas em que se enfatizava o seu afastamento em relação ao biótipo desejável para o povo brasileiro. Abrirmos aqui um parêntese: a presença de japoneses nas páginas de um periódico carioca, quando boa parte da comunidade se encontrava no interior do Estado de São Paulo, demonstra

²⁸² Seção “Garatujas”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (7) 13 fev. 1926, p.53. [grifo nosso].

²⁸³ Seção “Garatujas”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (7) 13 fev. 1926, p.58.

²⁸⁴ “Pensamentos”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (9) 27 fev. 1926, p.47.

que a circulação de sua imagem negativa não era limitada pelas fronteiras estaduais ou pelos critérios da realidade estatística. O tema japoneses e/ou imigração era importante no contexto político, sendo natural que os órgãos de imprensa instalados na capital republicana, centro do poder, se interessassem pelo assunto. Essa observação é pertinente, mesmo com a autonomia dos governos estaduais em relação à imigração concedida pela Constituição de 1891.

Em uma pequena crônica, publicada semanalmente na seção “Garatujas”, encontramos elementos que sintetizam o mal estar daqueles que deploravam a democracia, a abolição e a obrigação de tolerar imigrantes indesejáveis.²⁸⁵ Informava o cronista que ao ser conduzido em um “bonde democrático”, observara com alívio a descida no ponto de uma negra “recente à bode” que se sentara a seu lado. Atribuíra a sua felicidade naquele instante aos “deuses benfazejos”.

Entretanto, para a sua desilusão e desagrado, tomara o lugar da negra um “amarelo”, chinês ou japonês. O narrador explicava ao leitor que não quis lhe perguntar a origem, justificando: “(...) para não vê-lo rir. Eu tenho horror ao riso amarello...”. Acrescentava que apesar do terror suscitado pela visão de tal indivíduo, não pôde deixar de lhe observar os traços físicos, que lhe denotavam a inferioridade e as suas características psicológicas inerentes à raça. Analisando de “esguelha”, ou num disfarçado temor o incômodo vizinho, notara-lhe o “nariz diminuto, a boca em talho rápido, os olhos pequeninos e oblíquos, a falta de pêlos (...) tudo isso numa vasta face pálida”. Concluía o narrador que o Conde de Gobineau tinha total razão “quando sobre essa raça disse que, para fazê-la, a Natureza economizara os traços e as linhas...”²⁸⁶

Vimos, conforme esse relato o desprezo votado ao amarelo, que nessa situação pouca importância havia se se tratava de chinês ou japonês. Na questão estética, ou seja, na falta de generosidade da natureza para com o amarelo, se encontrava a base sobre a qual se sustenta os demais estigmas: a falsidade e a hipocrisia, representadas pelo *terrível* riso, e a morbidez expressa pela palidez da face. Essa imagem deturpada se torna nítida quando em nova crônica, outro jornalista da *Fon-Fon!* narra sua espera por um táxi na Avenida Atlântica.

Ao perceber a aproximação de um “taxi futurista” em alta velocidade, ou como relatava o narrador “em carreira vertiginosa, canglorando [sic] *futuristicamente* [sic] quer dizer o particípio em negrito, trombeteando, buzinando de modo atordoador [sic]”. O exagero expresso nessa sentença, busca em nossa leitura enfatizar além da velocidade e o futuro apresentado pelo automóvel, já presente no início do século, representar o perigo simbolizado

²⁸⁵ “Garatujas”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (8) 20 fev. 1926, p. 22.

²⁸⁶ *Idem*.

por aquele que o conduzia: um japonês, ao mesmo tempo cidadão do mundo, que se espalhava, e portador de valores fanáticos e desumanos. Essa circunstância é denunciada no momento em que jornalista admoestava o motorista com severidade: “- Por quê vinha nessa disparada? Assim podia o carro pegar um homem, e matá-lo.” Ao que o outro retrucava, em linguagem estereotipada: “- O carô foi feito para corê; o homem foi feito para morê!”²⁸⁷

A andança de elementos nipônicos pelo sul do continente americano adquiria por vezes, à semelhança simbólica do *judeu errante*²⁸⁸, o efeito de prolongar o estranhamento suscitado por uma personagem deslocada do contexto ou, ainda, a tentativa de enquadrá-lo dentro de estereótipos socialmente aceitos.

O fenômeno da difusão do antiniponismo na Primeira República

Assim como a documentação diplomática repercutia os conflitos vivenciados em São Francisco (EUA) entre os nipônicos ali radicados e a sociedade branca, além das restrições impostas pela legislação norte-americana, as revistas ilustradas brasileiras exerciam um papel ainda mais abrangente do que o de informar seus leitores do que ocorria ao norte do continente americano: contribuía para construir e difundir uma imagem negativa dos japoneses. Tal manipulação é perceptível especialmente através das charges políticas, as quais funcionam como mecanismos de visibilidade dos estereótipos e estigmas atribuídos aos súditos do Império do Sol Nascente.

²⁸⁷ “Gravetos”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (25) 19 jun. 1926, p.55.

²⁸⁸ Sobre a imagem do judeu errante e as diferentes variantes do anti-semitismo ver: Maria Luiza Tucci Carneiro. *O Veneno da Serpente*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003; _____ (org). *O Anti-semitismo nas Américas*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2007.



16 – “Cousas amarellas”. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro (12), 19 mar. 1921, s/p. BJGM-SP

Enquanto exemplo, citamos a charge de Raul²⁸⁹ intitulada “Cousas amarellas”, publicada na revista ilustrada carioca *Revista da Semana* – fundada em 1900 – em 19 de março de 1921. Entretanto, se nos limitássemos a esquadrihar a charge do ponto de vista meramente descritivo, não alcançaríamos o seu significado fundamental. Em nosso auxílio, temos além do contexto histórico, instrumentos auxiliares nesse caso em específico: o título e o texto no qual a charge exerce uma função não complementar, mas sim a veiculação da mensagem escrita em termos visuais, acrescida de novos significados [Fig.16].

Em primeiro lugar, há a expressão “cousas amarellas”, que fornece a chamada para a nota e imagem, que remetem ao referencial da cor ou da raça dos personagens-alvo [povo japonês em geral], e ao significado do termo amarelo/amarela, enquanto figura de linguagem de cunho depreciativo, enfatizando a situação negativa vivenciada pelos japoneses nos Estados Unidos.

Com a articulação ao texto que a ladeia, a charge adquire uma dimensão que torna inteligível a atitude arrogante de Tio Sam²⁹⁰, apontando o “caminho da saída para a rua” ao nipônico em “mangas de camisa”, de postura, ao mesmo tempo, humilhada e contrafeita.

²⁸⁹ Raul Paranhos Pederneiras (1874-1953), cartunista, jornalista, delegado de polícia, que atuou em semanários cariocas como *Kosmos*, *O Malho*, *Tagarela* dentre outros. As biografias de Raul e outros chargistas foram organizadas por Elias Thomé Saliba. *Op.cit.*, 2002, e foram citadas nas notas nº s 157, 158, 314 e 315.

²⁹⁰ O Tio Sam, “o alto, magro e campestre fazendeiro ianque”, personifica o governo norte-americano e seus poderes. Cf. John Appel & Selma Appel. *Comics da Imigração na América*. Tradução de Sérgio Roberto Souza. São Paulo, Editora Perspectiva S.A., 1994.

Segundo as informações veiculadas pela revista, a América do Norte, receando a concorrência do Japão, opunha medidas repressivas à entrada de navios estrangeiros em seus portos. Através de jogo de palavras que tinham o objetivo de despertar a curiosidade e a hilaridade do leitor, transmitiam a mensagem desejada. A notícia de que o japonês, para se vingar do desprezo norte-americano, se desforravam com os chineses, que para ele “é sempre peki-nino”, vale-se de trocadilhos com o nome da capital chinesa e da terminação para o termo “menino”. A vingança nipônica voltaria-se também para sua possessão que tinham como inferior, a Coreia, que segundo o autor da nota, era uma imitação do que faziam os norte-americanos na República do São Domingos, “onde os dias não domingos nem dias santos, mas dias de amargura, dias compridos, que nunca mais se acabam...”.

Diante de documentos como essa charge, publicada em uma revista brasileira, e que tem como tema o repúdio à imigração japonesa, conjugadas às estratégias humorísticas como os trocadilhos, percebemos que o seu aparecimento não é fortuito ou “por acaso”, mas há a função de dirigir mensagens inequívocas aos seus leitores. Tal fato fica patente ao levarmos em conta a percepção por parte das autoridades brasileiras de que a política externa japonesa era orientada no sentido de impedir a interferência da Europa e dos Estados Unidos na Ásia, com alegado propósito de garantir a integridade da China e a união da raça amarela.

Esse neocolonialismo implementado pelo Japão era alvo de preocupação por parte das demais potências e se atribuía em boa medida a atitude japonesa ao seu ressentimento “pela recusa aos seus imigrantes em todos os portos do mundo”²⁹¹. Assim, a realidade internacional – o imperialismo japonês e a sua corrente emigratória – era repercutida pela nossa imprensa, especialmente, tendo como mote o fato do Brasil ser, nesse momento, um dos poucos países a manter abertas as portas aos súditos japoneses.

Por conseguinte, a contribuição de fontes visuais e gráficas tais como as charges para avaliarmos a difusão dos discursos daqueles que detêm os poderes político e econômico, pode ser apreendida a partir das reflexões de Pierre Francastel em *A Realidade Figurativa: Elementos Estruturais de Sociologia da Arte*. Francastel afirma que as artes figurativas, em suas diferentes formas, “preenchem uma função permanente e coercitiva que age mesmo sobre aqueles que mais as ignoram”.²⁹² Em síntese: as Artes, assim como as Literaturas, servem como instrumento aos senhores das sociedades para divulgar e impor crenças. Podemos, então, concluir que as charges políticas se enquadram nessa definição enquanto

²⁹¹ Ofício nº 11 de J. F. de Barros Pimentel, Encarregado de Negócios do Brasil, para Lauro Severiano Muller, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 27/05/1914.

²⁹² Pierre Francastel. *A Realidade Figurativa: Elementos Estruturais de Sociologia da Arte*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora Perspectiva S.A.; Editora da Universidade de São Paulo, 1973, p.3.

mecanismos de divulgação de ideários, contudo, o mais importante, de difusão de estereótipos ou tipos sociais/raciais que são utilizados na construção de imagens que compõem o imaginário social.

Francastel ressalta que a técnica jamais determinou *isoladamente* as nossas ações, mas no instante que o técnico cria um objeto e uma forma, ele age como um artista ou como criador de “formas de pensamento”. Há, por conseguinte, “um pensamento plástico como existe um pensamento matemático ou um pensamento político”. Contudo, para o autor eram ainda insuficientes os estudos que tem como base o pensamento plástico, e aponta a necessidade de elucidação da natureza do fato artístico em suas relações com a sociedade.²⁹³

Com base nessa fundamentação teórica, temos a oportunidade de elaborar uma reflexão segundo a qual, o chargista, ao elaborar visualmente uma situação cômica tendo como pano de fundo um acontecimento político, contribui para a construção da imagem estereotipada do nipônico e o apresenta à opinião pública revestido de estigmas, que recairiam, de forma generalizada, sobre todos os imigrantes que aportavam no Brasil. Assim, o fato da *Revista da Semana* publicar a citada charge demonstra que a prevenção antinipônica era uma circunstância que chamava a atenção de nossa imprensa, em um momento em que o Estado de São Paulo (re)avaliava o seu subsídio aos imigrantes japoneses que recebia.

Encarados como meros substitutos dos trabalhadores brancos, no momento em que houve aumento do ingresso de espanhóis, italianos e portugueses entre os anos de 1911 e 1914, o governo paulista decidiu suspender a subvenção à imigração japonesa, uma vez que os europeus, preferidos pelas afinidades culturais e raciais, atendiam a demanda do campo. Somente em 1917, quando o influxo europeu diminuiu devido à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a subvenção oficial à imigração japonesa foi retomada até 1922, quando foi definitivamente suspensa.

As alegações do governo paulista, nessas duas ocasiões, foram de caráter étnico, político e econômico. Embora a questão racial não tivesse maior peso nos discursos oficiais, prestando como justificativas principais a baixa fixação dos colonos japoneses nas fazendas de café, a sua independência em pouco tempo adquirindo pequenas propriedades e o alto custo das despesas de transporte, o fato é que a questão do “perigo amarelo” esteve presente nesse processo.

As referências brasileiras sobre a entrada de japoneses apoiados pelo governo japonês, conforme ressaltamos anteriormente, ressoavam enquanto alarme para uma suposta criação dentro da Nação brasileira de um Estado japonês independente e estaque do meio

²⁹³ Idem.

assimilador. Contudo, havia ao mesmo tempo o temor das elites de que esses estrangeiros e descendentes da primeira geração passassem a ter peso na condução política nacional, até então nas mãos das oligarquias.

Com relação ao imigrante nipônico, tais receios se justificavam, na visão dos nacionalistas, por ser ele uma mão de obra considerada mais barata em comparação ao braço europeu, além de estar ingressando no Brasil em maior número a partir dos meados dos anos 1920. A imagem de trabalhadores morigerados e econômicos, se unia a de elemento que procriava rapidamente: em pouco tempo se espalhariam pelos núcleos coloniais patrocinados pelo Império do Sol Nascente e expulsariam os brasileiros da região. De fato, as estatísticas demonstram que a partir do decênio 1914-1923 houve um aumento considerável da imigração japonesa para o Brasil, em relação ao decênio anterior (1904-1913).

Imigração no Brasil, por nacionalidade e períodos					
Nacionalidade	Efetivos decenais				
	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933
Alemães	22778	6698	33859	29339	61723
Espanhóis	113116	102142	224672	94779	52405
Italianos	510533	537784	196521	86320	70177
Japoneses	-	-	11868	20398	110191
Portugueses	170621	155542	384672	201252	233650
Sírios e turcos	96	7124	45803	20400	20400
Outros	66524	42820	109222	51493	164586
Total	883668	852110	1006617	503981	717223

Fonte: Brasil: *500 anos de Povoamento*. Rio de Janeiro, IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 Anos de Imigração.

A tabela acima demonstra que em dez anos, houve um acréscimo superior a 70 % nas entradas de japoneses. A imigração japonesa ainda se avolumaria no decênio seguinte, entre 1924-1933, quando o governo japonês passou a subsidiar o transporte de seus súditos e a auxiliar as empresas de emigração na aquisição de terrenos para a construção de colônias japonesas no Estado de São Paulo. Nesse último período, os nipônicos superavam a entrada de italianos, espanhóis e alemães, realidade que alarmava as autoridades e intelectuais nacionalistas, que levavam em conta a brevidade no processo imigratório japonês. Os números também demonstravam o decréscimo proporcional da imigração ibérica, tida como a

mais adequada aos contrários à imigração nipônica, à exceção dos portugueses, cujo ingresso se mostrava estável, registrando aumento significativo entre 1904 e 1913.

Essa percepção foi explorada pela imprensa, e na paulista encontramos alguns exemplos de charges que expressavam a preocupação quanto à questão dos alienígenas entrando na cena política. É digno de interesse incluir esses documentos iconográficos, uma vez que elas se mostram fontes de informação marcadas pelo simbolismo, especialmente se tratamos da questão imigratória japonesa em um estado que recebia, nos anos 1920, a quase totalidade os imigrantes nipônicos encaminhados para o Brasil. Situações reais eram deturpadas a partir de estereótipos e de estigmas estabelecidos no imaginário nacional.

John e Selma Appel, em seu estudo *Comics da Imigração na América*, publicado na versão brasileira em 1994, nos fornecem alguns subsídios para a nossa pesquisa, visto que construíram a sua reflexão a partir da coleta e da interpretação de charges e caricaturas etno-raciais publicadas nos Estados Unidos do final do século XIX até início do século XX. O objetivo principal dos autores foi, através dessas fontes, demonstrar o papel do imaginário dos chargistas na formação e difusão de tendências xenófobas na sociedade norte-americana, em que dominava o esquecimento de que ela fora moldada pelas contribuições de diversas correntes imigratórias que tinham em comum a experiência de abandonarem regiões que conheciam, para se fixarem em terras estranhas, em que muitas vezes predominavam idiomas desconhecidos.²⁹⁴

Os Appel ressaltam que, a partir de 1870, há um desenvolvimento expressivo da imprensa nos Estados Unidos graças à tecnologia – telégrafos, maquinários e a energia elétrica. Um dos resultados foi a proliferação de revistas, jornais e anúncios publicitários. E o mais importante para o nosso estudo: o surgimento das caricaturas e das charges. Na concepção dos autores, essas fontes visuais não são, senão raramente, objetivas, desapaixonadas e honestas em seus temas.

É possível depreender do trabalho dos artistas as forças que alimentaram a agressividade dos estereótipos e como estes variavam de tempos em tempos. As charges e as caricaturas, que se valiam do exagero para se tornarem funcionais, contribuíram para as opiniões sociais interditas ou, ainda disfarçadas. Exerceram função, também, nas noções e prejulgamentos ao nível de símbolo ou declaração. Tais símbolos, ancorados nos estereótipos, remetem aos reflexos condicionados, atraem ou repelem, e podem ser habilmente explorados na elaboração de estigmas.²⁹⁵

²⁹⁴ John & Selma Appel. *Op.cit.*, p.11-13.

²⁹⁵ Idem, p.16-37.

Assim, concluem os autores, não há necessidade intrínseca entre a realidade e as cenas apresentadas nas charges políticas ou nas crônicas. Era necessária somente a utilização dos estereótipos previsíveis e situações-clichê para despertar no público um reconhecimento e reações imediatos. No nosso caso, em relação aos japoneses, com os quais os brasileiros começaram a travar conhecimento, mesmo que eventual e distante, em 1908. Nas charges há, conseqüentemente, referências às personagens e conjunturas comuns: os desenhistas necessitavam recorrer ao que estava estabelecido pelo uso convencional, sem precisarem se preocupar se conceitos eram verdadeiros ou falsos. Como exemplo, as caricaturas de judeus, cujos atributos estereotipados (nariz grotescamente avantajado, barba longa) definidos no século XVII – além da sua representação como usurários, sacos de dinheiro e deicida – eram reaproveitados pela imprensa do final do século XIX e início do século XX.²⁹⁶

Isto posto, apresentamos as charges publicadas na revista *O Sacy* (SP), revista ilustrada paulistana, cujo primeiro número apareceu em 8 de janeiro de 1926. Sua redação e administração se localizavam na Ladeira Dr. Falcão nº 2, 3º andar – sala 13. Semanal e tendo como diretor Cornélio Pires, se apresentava – assim como a figura do folclore brasileiro de quem herdara o nome – como “um duende” “modesto e folgazão”. A imagem do Sacy, estampada no cabeçalho, incorporava em seus traços e volteios a *travessura* proposta pela publicação. Em seu primeiro artigo de fundo, Pires se valia de dicotomias, que além de transmitir o espírito da revista, ironizava a situação vigente na república brasileira:

O Sacy é e não é governista; é e não é oposicionista (...) O Sacy é e não é brasileiro: pois tendo nascido em S. Paulo, nas vizinhanças do “Abaixo O` Piques”, mandará menos que as hostes, formidavelmente dominadoras, do sempre acatado Mestre Juó Bananére²⁹⁷ (...) O Sacy, convidando os “troçados” para “troçar” os “troçantes” está e não está de acordo com a “Lei Contra a Imprensa”, pois não reserva o mesmíssimo lugar para a resposta (...) O Sacy é e não é um semanário de “cavação”: - **cavará**²⁹⁸ simpatias, anúncios, assinantes e um “punhadão” de leitores; não cavará, porém, nem na burra do povo, nem na burra alheia (...) O Sacy fará o possível para assombrar a coronelada e para isso espera **coisas** do interior...²⁹⁹

Verificamos, então, nesses trechos citados que a revista tinha a proposta de satirizar o *momento*, ou seja, o que ocorria nos bastidores do poder político, a posição da oligarquia paulista, alcunhada de *coronelada* e ainda a *Lei de Imprensa*, nomeada *Lei contra a Imprensa*, certamente devido às constantes ameaças de empastelamento e censura. Utilizava-se ainda de termos então em voga como *cavação*, mas não no sentido usual, pois não visava

²⁹⁶ Ibidem, p.126-127.

²⁹⁷ Pseudônimo de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado (1892-1933), jornalista e engenheiro, fundador do semanário *Diário do Abax`o Piques* (SP) e colaborador de *O Pirralho* (SP), *O Queixoso* (SP); *A Vespa* (SP). Principal representante da crônica de linguagem macarrônica de São Paulo.

²⁹⁸ Grifos no original.

²⁹⁹ Editorial. *O Sacy*. São Paulo (1) 8 jan. 1926, p.1.

vantagens ilícitas às custas de algo ou alguém, mas sim na obtenção do humor e da alegria, além de retorno financeiro legítimo, através de anunciantes e assinantes.

Logo, a leveza gráfica presente na apresentação de *O Sacy* não disfarçava sua intenção em apontar as incoerências perpetradas por aqueles que estavam no comando, que permitiram situações tidas como perigosas, tais como a concentração de estrangeiros isolados e divorciados da realidade brasileira como os japoneses. O semanário preocupava-se em apontar esta situação, de modo humorístico, mas direto.



17 – “Futuros Pleitos”. *O Sacy*. São Paulo (7) 19 fev. 1926, p.17. BJGM-SP.

A charge “Futuros Pleitos” sintetiza o debate sobre a inevitável participação política dos estrangeiros presentes no Brasil. Estrangeiros aqui têm um significado peculiar: as personagens apresentadas nesse caso são asiáticas, com os seus traços fisionômicos inerentes: olhos oblíquos, dentes proeminentes e as túnicas. Mas qual a origem nacional desses “asiáticos”? As vestes e as tranças pressupõem que se tratam de chineses. No entanto, na década de 1920, a presença chinesa, especificamente em São Paulo, era insignificante, comparada com a japonesa. Na nossa interpretação, levando-se em conta que nenhuma charge é isenta – dada a sua natureza essencialmente política – há uma sobreposição de imagens: japonês x chinês [Fig.17].

No início da imigração japonesa, como vimos, os nipônicos tiveram de fazer frente aos estereótipos anteriormente atribuídos aos chineses, visto que a imigração chinesa, mesmo tendo sido considerada um fracasso, datava ainda do período do Segundo Império, logo anterior ao ingresso do primeiro japonês no Brasil. É necessário, contudo, observar que os qualificativos de viciados em ópio, sujos e ladrões de galinha atribuídos aos súditos do Celeste Império pela imprensa, não atingiram os imigrantes japoneses, pois estes eram oriundos de uma potência política e militar em ascensão.³⁰⁰ Por outro lado, mesmo que contraditórios em relação aos japoneses, outros adjetivos estiveram presentes nos discursos de intelectuais e autoridades contrários aos asiáticos: indesejáveis do ponto de vista racial, poucos atraentes do ponto de vista da estética, olhos amendoados, dentuços e de rápida multiplicação.

A referida charge se vale de estereótipos atribuídos aos orientais compreendidos pelo público leitor, e a sua função de denúncia ao se escolher personagens dessas características fica esclarecida na visão direta da imagem: um líder em discurso, gesticulando acima da platéia, formada por compatriotas. É digna de atenção a figura ao pé do líder no canto direito, de fisionomia sombria, que compõe o clima de tensão e conspiração evocado pelo documento iconográfico. A legenda somente reforça a idéia expressa pela imagem: “Quando as colônias aqui elegerem deputados de seus países, teremos meetings como este, no Largo de S. Francisco”. Em síntese: uma tomada de poder por parte dos nipônicos, simbolicamente no local onde residia o centro emanador da cultura e da política de São Paulo: a *Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*.

Finalmente, entendemos que a *estampa* chinesa das personagens demonstra a importância do estudo das charges e o seu papel no mecanismo do riso. Este tem como características mais importantes a capacidade de ser circunstancial, de pertencer ao momento e a de corresponder ao real, mais por equivalências do que por semelhanças aos motivos representados. Segundo as teses de Henri Bérghson em *O Riso*, Sigmund Freud em *Os Chistes e sua relação com o inconsciente* e Luigi Pirandello em *O Humorismo*, o humorismo refere-

³⁰⁰ Com base em pesquisa na *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, Lilia Moritz Schwarcz depreende que a intelectualidade acadêmica se posicionava contra o ingresso de imigrantes orientais, especialmente chineses no final do século XIX. Por meio de órgãos de imprensa como o *Correio Paulistano*, essa elite, que compunha a maioria das cadeiras da Câmara paulista, atacava a imigração chinesa comparando com os escravos que “com todos os horrores e vícios não foram tão perniciosos como a contratação de chineses.... o negro só sabia ser sensual e idiota, sem a menor idéia de religião. Já os chineses são gente lasciva ao último grau, escoria acumulada de países de relachadíssimos costumes...são todos ladrões, jogadores a um grau incompreensível. Admitindo a possibilidade de introduzir esses leprosos de alma e corpo quanto gastará o Estado de São Paulo em cárceres com o aumento da criminalidade (*Correio Paulistano*, São Paulo, 19 jul. 1892), citado por Lilia Moritz Schwarcz. *Op.cit.*, p.183-186.

se, assim, à circunstancialidade contextual e equivalência de representação do real.³⁰¹ Desse modo, a aproximação entre chineses e japoneses pressupõe a dificuldade de diferenciação entre esses dois grupos étnicos pelo senso comum, mas ainda mais, simbolizavam o mistério representado pelo Oriente.

Fazemos neste ponto um parêntese: para que a imprensa repercutisse uma suposta condição de participação política do estrangeiro, mais ainda de orientais, seria preciso avaliar se tal situação era possível nesse período. O estudo do historiador Boris Fausto sobre as conexões entre imigrantes e política no Estado de São Paulo durante a Primeira República, nos auxilia nesse sentido. Fausto observa que ao delimitar sua pesquisa sobre a atuação dos estrangeiros no campo político oficial, poderia determinar um indicador das relações de resistência/aproximação entre os imigrantes e a elite nacional. Logo, o ingresso de imigrantes na arena política significaria ao menos duas possibilidades: quando tal ingresso se dá sem fortes vinculações orgânicas com a respectiva colônia, indicaria um acentuado grau de inserção de uma etnia na sociedade. Caso esse ingresso se dê, ao contrário, através da colônia e com apoio expressivo de suas associações, como representantes dessa comunidade, indica a capacidade de inserção dessa etnia no universo sócio-político, mas expõe também um esforço pela conservação de uma identidade separada da sociedade majoritária. O exemplo da primeira situação seria o dos italianos; e a da segunda os japoneses.³⁰²

Enquanto subsídio para a nossa reflexão, Boris Fausto refuta algumas teses a respeito do interesse dos imigrantes em atuar na política no país de adoção. Observa que, efetivamente, a primeira geração de imigrantes encontrava dificuldades nesse campo, já que visavam em primeiro lugar vencer economicamente na nova terra, não tinham instrução formal suficiente e havia ainda a resistência da elite republicana que vedara de diversas formas, principalmente simbólicas, o acesso dos imigrantes as esferas mais altas de poder. Entretanto, em sua visão, essas dificuldades foram amenizadas e um fator importante foi a garantia do pleno direito político outorgado aos descendentes desses imigrantes. Ainda: embora a oligarquia paulista não se entusiasmasse em abrir caminho aos estrangeiros, terminava por contar com eles como eleitores em potencial e cabos eleitorais.

Por sua vez, o interesse por parte dos imigrantes na política estava no fato desta não estar desvinculada da realidade sócio-econômica, ou seja, conscientizavam-se da necessidade

³⁰¹ Cf. Paula Ester Janovitch. *Op.cit.*, p.17.

³⁰² Boris Fausto. *Op.cit.*, 1995, p.7-8.

da proteção de políticos a fim de atingirem objetivos que representassem sua ascensão social: a posse da terra, o acesso aos serviços estatais, obtenção de cargos públicos etc.³⁰³

No caso da cidade de São Paulo, onde em 1920 cerca de dois terços da população era formada por estrangeiros ou filhos, a participação de alguns deles na política seria inevitável. A liberalidade da Constituição de 1891 que promovera a ampla naturalização dos imigrantes e, posteriormente, o oferecimento da nacionalidade brasileira a todos que possuíssem filhos brasileiros e bens imóveis, fizera o jornal *O Estado de S. Paulo* afirmar “sarcasticamente” que os imigrantes em São Paulo possuíam mais direitos do que em seus países de origem. Havia nessa leitura uma diferenciação na história da imigração para o Estado de São Paulo no período entre 1917 e 1930, justamente o período posterior à Primeira Guerra Mundial.

A maioria dos imigrantes deixava a idéia de retornar às respectivas pátrias e visualizavam a possibilidade de ascensão social dada as possibilidades oferecidas pela capital paulista. A primeira e a segunda geração de imigrantes passavam a competir com a elite e a classe média pelo acesso à terra e às oportunidades de toda ordem. Esta circunstância acirrava os ânimos das classes dominantes que visualizavam nos imigrantes uma ameaça e motivou a criação em fins de 1916 da *Liga Nacionalista*, que tinha como um dos objetivos promover a educação popular, motivada pela questão imigratória. Os descendentes dos imigrantes, materialistas na visão dessas elites, estavam muito mais vinculados aos países de seus antepassados e havia o risco à existência da comunidade nacional. Daí a ênfase do tema assimilação dos imigrantes, na década de 1920, dentro do contexto do movimento modernista e nacionalista.³⁰⁴

Esse receio do imigrante politizado que estaria pretendendo se imiscuir na política nacional era ainda mais amplificado no caso dos japoneses, que não se localizavam significativamente na capital, mas no interior, em zonas de matas virgens, que se desenvolviam justamente com a sua presença. Nessas regiões, foram fundadas colônias agrícolas auto-suficientes graças ao apoio do governo japonês, e dessa forma, teriam condições de se infiltrar no território nacional e iniciar o processo de monopolização das riquezas brasileiras. Contudo, para que esta tese conspiratória encampada fundamentalmente pela nossa elite ilustrada, se tornasse plausível, era necessária uma co-relação com a situação do Japão na Ásia, mais diretamente com a China.

As charges políticas, as caricaturas e as críticas em formato de versos cômicos tinham como função, em semanários ilustrados como *O Sacy*, trazer para o universo do leitor

³⁰³ Idem, p.8-11.

³⁰⁴ Ibidem, p.11-17.

referências e conceitos que este encontrava no seu cotidiano, e que lhe permitiria, através da iconografia e da comicidade que a acompanhava, elaborar juízos de valores e os processar internamente. Assim, o recurso às imagens não servia somente para essas revistas irreverentes como respostas à invasão do mercado dos anunciantes e dos vínculos partidários e a valorização de personalidades e partidos – que prejudicavam a combatividade dos jornais diários – conforme anota Paula E. Janovitch, uma vez que mesmo esses semanários mantinham seus anúncios e tinham a pretensão de conquistar leitores, enquanto meio de garantir a sua permanência no mercado.³⁰⁵

Por outro lado, entendemos que é importante a avaliação dessa autora de que o riso suscitado pelas charges e pelos textos rápidos, repletos de termos pejorativos, despertava a visão crítica do leitor, que se divertia, mas ao mesmo tempo, tinha a oportunidade de refletir sobre “a veracidade dos fatos já conhecidos através de sua divulgação na grande imprensa e das situações vividas como habitantes e leitores no cotidiano urbano paulistano”, a partir de sua convivência com os imigrantes instalados em São Paulo.³⁰⁶

Essa situação pode ser encontrada na charge “Nós que o que...”, em que encontramos a iconografia combinada a um texto que se propunha complementar a idéia expressa pela imagem [Fig.18]. Uma vez mais encontramos duas personagens orientais, onde há uma similaridade nos traços fisionômicos e nas vestes, nas quais se pode encontrar a diferença entre o chinês e o japonês apenas através do rabicho e da posição de agredido atribuído ao primeiro. Assim, na charge de Voltolino, visualizamos a agressão do japonês sorridente e vitorioso ao chinês, puxado pelas tranças. Os versos do jornalista/poeta identificado apenas como Junior contextualiza a situação: a China atacada que protestava em vão contra a “fúria desonesta” do Japão que a *esmagava* e a *assassinava*. O trecho final nos chama atenção: “Ela [a China] que agüente o balanço/ que apanhe sem ter descanso / que escore firme no esguicho / Nós todos temos passado por esse triste bocado / da dor feroz de um ‘rabicho’ ”³⁰⁷.

Claramente se fazia nesse ponto um ataque ao imperialismo japonês que submetia e violava a China, e que pretendia fazer o mesmo no Brasil, que estaria passando por esse triste problema também, sendo puxado pelo “rabicho”. Cada qual deveria se defender como pudesse contra o ataque japonês, que não respeitava a integridade territorial e administrativa da China, acordado em 6 de fevereiro de 1922 nos termos do *Tratado das Nove Potências*. Ficava a pergunta sugerida por Junior: o Império do Sol Nascente respeitaria a do Brasil?

³⁰⁵ Paula Ester Janovitch. *Op.cit.*, p.188.

³⁰⁶ Idem, p.195.

³⁰⁷ Idem [grifo nosso].



18 – “Nós que o que...”. *O Sacy*. São Paulo (11) 19 mar. 1926, p.20. BJGM-SP.

A ousadia japonesa era denunciada, também, indiretamente pelo *O Sacy*. Em 10 de março de 1926, a revista publicava uma charge de crítica demolidora à *Liga das Nações*, ataque composto pela articulação de recursos textuais – título e pela legenda – aos elementos gráficos conduzidos por Voltolino.

O título “A Paz Mundial”, apresentava o tema central da charge, aparentemente consensual e almejado: a paz entre as nações. Entretanto, escancarava a intenção irônica do chargista, que se valia de um trocadilho criativo: ao oferecer uma denominação alternativa para a *Liga das Nações*, Voltolino encontrara na *Sociedade das Nações* a oportunidade de grafar *Sucia...dade*. A referida combinação fornecia a oportunidade de denunciar a Liga como sinônimo de *corja* e, ainda, complementarmente como *baderna*, ou termo coloquial *bagunça*. Expressava, enfim, uma associação de países que se moviam pelos interesses e ambições próprias e que não buscavam acordos éticos em prol da humanidade, ao contrário do que pregavam em público [Fig.19].



19 – “A Paz Mundial: Na Sucia...dade das Nações”. *O Sacy*. São Paulo (10) 12 mar. 1926, p.10. BJGM-SP.

Havia, portanto, de início a ironia contra a Liga das Nações, criada em 10 de janeiro de 1920, como parte do *Tratado de Versalhes* (1919) que acordara o final da *Primeira Guerra Mundial*, com a determinação da derrota da Alemanha, apontada como a única responsável pelo conflito. Instalada em Genebra, a Liga fora enfraquecida desde o seu nascimento, tendo em vista a não adesão dos Estados Unidos, que emergia como grande potência mundial após a conflagração. Proposta pelas potências vencedoras como a Grã-Bretanha, a França, a Itália como fórum para negociações entre as nações, com o declarado objetivo de se evitar um novo conflito, ela se mostrou inócua em um mundo em que não havia mais lugar para o eurocentrismo.

A Primeira Guerra Mundial, desencadeada pelo imperialismo e pela busca dos alemães em ocupar o lugar dos ingleses no processo colonialista e industrial, provocou além de mudanças geopolíticas artificiais implementadas pelos vencedores – criação da Tchecoslováquia e Iugoslávia, por exemplo – enquanto barreiras à Rússia revolucionária, a quebra dos países que nela se envolveram diretamente. As transformações dramáticas envolveram da Europa até o Extremo Oriente, tendo o Japão se apossado das antigas colônias alemãs no Oriente, transformadas em mandatos. O Oriente Médio havia sido distribuído entre ingleses, franceses e norte-americanos.

Segundo Eric Hobsbawm, uma nova guerra pouco mais de 10 anos depois poderia ter sido evitada, se tivessem sido implementados esforços no sentido de recuperar as economias destroçadas, que desembocaram na crise financeira da década de 1920, que atingira o ápice na quebra da Bolsa de Nova York, em 24 de outubro de 1929. A economia mundial, a partir da bancarrota de 1929, mergulhou na maior e mais dramática crise que conhecera desde a *Revolução Industrial*, e essa circunstância que levou ao poder, na Alemanha e no Japão, a extrema direita e o militarismo. Esses fatores foram determinantes para uma nova guerra mundial no final da década seguinte.³⁰⁸

Essa situação, filtrada pelo *O Sacy* e divulgada pela pena de Voltolino, justificava a presença dos inimigos de ontem e de hoje na charge. Lado a lado, a China, o Japão, os Estados Unidos, a Turquia e a Alemanha. A imagem define a incoerência política e o desdém pela ingenuidade do senso comum, demonstrado pelo riso sarcástico dos personagens. A legenda contextualiza o escárnio e congela o momento: “A cara dos conspícuos membros, depois de ouvir um colega falar em paz, justiça e outras pilhérias internacionais”. Encontramos novamente a ironia com o uso do adjetivo *conspícuos*, em paradoxo com o seu significado “ilustres”, e a classificação dos elevados discursos proferidos na assembléia como “pilhérias”.

A atmosfera política do período não poderia ser avaliada nos círculos oficiais, ao contrário do que ocorria nas charges dos semanários ilustrados, como chiste ou piada. Especialmente no que tangia a questão do imperialismo, fosse ele branco ou amarelo.

Desse modo, a ameaça japonesa era debatida no campo diplomático como circunstância preocupante nos anos 1920. Em 1926, os nossos representantes em Tóquio encaminharam diversos ofícios em que abordaram esse tema, especialmente no que tangia ao envio de súditos japoneses à Amazônia. Alguns desses ofícios são de interesse, pois relacionam às preocupações oficiais, a repercussão da imprensa nacional e nipônica sobre o problema da imigração japonesa.

Já em 24 de março de 1927, Silvano Rangel de Castro, Encarregado de Negócios, escrevia ao Ministro das Relações Exteriores, Octavio Mangabeira, sobre a organização de uma futura imigração japonesa para o Pará. Encaminhava anexos recortes dos jornais *Osaka Mainichi* e *Tokio Nichi Nichi*, que reproduziam o discurso de Hachiro Fukuhara, diretor da *Kanegafuchi Spinning Company*, cujo tema foi a sua recente viagem à Amazônia. Fukuhara referia-se à imigração japonesa para o Brasil e a campanha que se havia levantado contra ela. Segundo afirmava, os sentimentos do povo brasileiro estariam tomando “forma concreta

³⁰⁸ Eric Hobsbawm. *A Era dos Extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p.36-43.

quanto aos preconceitos de raça”. Além disso, os jornais brasileiros estariam, em suas palavras, solicitando o fechamento das portas à imigração amarela. Em um dos trechos de seu discurso, reproduzido nos jornais japoneses, “o povo do Norte do Brasil simpatiza com os japoneses, enquanto o do Sul os hostiliza”.

Castro informava que o objetivo da viagem de Fukuhara ao Brasil fora estudar as possibilidades de colonização japonesa no Pará e no Amazonas. Registrava a sua preocupação ao anotar que essas iniciativas seriam financiadas por capitalistas de Tóquio, Osaka e de Kobe. E ainda existia o oferecimento de um milhão de hectares pelo governo de Pará aos financistas japoneses, o que configurava a cessão de uma gigantesca área aos estrangeiros.³⁰⁹

Rangel de Castro retornava ao tema em ofício reservado, significativamente intitulado “Em torno da política de imigração do Império nipônico. Japoneses no Brasil”. Em detalhes, informava que desde que chegara ao Japão, em outono de 1926, dois temas chamaram a sua atenção: a imigração japonesa e o intercâmbio comercial entre os dois países. No entanto, admitia que o seu principal interesse era a imigração, pelo seu impacto social, além de econômico e na formação da nacionalidade. Enfatizava que um dos deveres primordiais da *Embaixada* deveria ser acompanhar de perto a política emigratória japonesa, “espreitando-lhe quaisquer movimentos que nos dissessem respeito e seguindo-lhe, cuidadosamente, os passos...”. Classificava literalmente essa política de *expansão japonesa*, tanto em nível oficial como na imprensa, e a considerava “delicada” e de “certa gravidade”, e que caso essa imigração se intensificasse, como receava, entendia que o Brasil seria obrigado a regulá-la.³¹⁰

Em sua impressão pessoal, considerava o incremento à corrente imigratória japonesa “prejudicial” e poderia trazer “sérias conseqüências ao Brasil”, em razão de que somente a raça branca, indo-européia, pelo seu eugenismo, poderia melhorar a constituição da raça brasileira: “Não há de ser do sangue asiático que advirá o aperfeiçoamento físico da raça, que todos almejamos”. A introdução de japoneses em massa em núcleos coloniais adquiridos por sindicatos no Pará e no Amazonas era, também, em sua visão outro “fato grave”. Citando o exemplo das colônias alemães em Santa Catarina, advertia que as grandes aglomerações de estrangeiros não favorecia a brasilidade e constituíam “quicá um perigo para o futuro da nossa pátria”. Rangel de Castro fundamentava sua posição nos estudos de Oliveira Vianna³¹¹, que

³⁰⁹ Ofício nº 41 de S. Rangel de Castro, *Encarregado de Negócios do Brasil, para Octavio Mangabeira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil*. Tóquio, 24/03/1927. AHI-RJ.

³¹⁰ Ofício nº 5 (reservado) de S. Rangel de Castro, *Encarregado de Negócios do Brasil, para Octavio Mangabeira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil*. Tóquio, 04/04/1927. AHI-RJ.

³¹¹ Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), sociólogo, historiador, jurista e principal representante no Brasil do arianismo e do darwinismo social. Atuou como consultor jurídico do Itamaraty e do Ministério do Trabalho nas décadas de 1930 e 1940. Presidiu, em 1934, uma comissão especial de imigração encarregada de

defendera que apenas pelo caldeamento poderia se obter a completa assimilação dos elementos étnicos – europeus ou asiáticos – no Brasil.

Acrescentava ainda que na falta de orientação clara quanto à posição oficial do governo brasileiro quanto ao assunto, sugeria uma maior adequação na fiscalização e seleção dos imigrantes por parte de Tóquio e maior rigor na sua inspeção através do *Consulado do Brasil* em Kobe. Finalizava: “Oxalá sejam vãs as minhas apreensões e possa a imigração japonesa contribuir para a grandeza e prosperidade do Brasil”.³¹²

Ressalto que a menção à Oliveira Vianna demonstra a influência desse teórico no nosso corpo diplomático, que se valia desses estudos para criticar a entrada de súditos japoneses no Brasil. Os temores de Rangel de Castro persistiriam nas palavras de A. Brienne Feitosa, novo Embaixador do Brasil em Tóquio. Em ofício reservado de 23 de outubro de 1927, relatava ao Ministro das Relações Exteriores, Octavio Mangabeira, o almoço íntimo a que comparecera a convite do próprio imperador. Este lhe agradecera as facilidades que o governo brasileiro oferecia aos nipônicos no Brasil.³¹³

Neste documento, Feitosa insinua a hipocrisia japonesa, afirmando que os japoneses sabem “perfeitamente tratar das coisas em que se empenham”, tanto que o colocaram neste banquete entre pessoas que falavam perfeitamente o português e que estiveram no Brasil. Isto sem contar a amabilidade do próprio imperador com a sua pessoa. O objetivo seria “criar uma atmosfera em tudo propícia aos seus intentos”. Considerara esse encontro um simples preâmbulo, já que o Primeiro-Ministro Tanaka, em banquete posterior, lhe consultara a possibilidade de seu governo apoiar o empreendimento de uma “poderosa associação” que visava adquirir terras na Amazônia para produzir algodão e arroz, dentre outros produtos. À resposta do Embaixador Feitosa de que não poderia responder pela União ou pelos Estados do

discutir a "questão assíria", desencadeada pela consulta da Liga das Nações ao Brasil sobre a possibilidade de assírios, vindos do Iraque, serem recebidos pelo país. Faziam parte dessa comissão o antropólogo Roquette-Pinto, Raul de Paula, membro da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, o diplomata Nicolão Debané, Dulphe Pinheiro Machado, diretor geral do Departamento Nacional de População, e Renato Kehl. Posteriormente, Vargas determinou a ampliação das atribuições dessa Comissão, que deveria estudar as possibilidades de se limitar a entrada de estrangeiros indesejáveis, dentre eles os japoneses.

Autor de *Raça e Assimilação* (1932) e de *Populações Meridionais do Brasil* (1938) dentre outras obras, sendo que as observações de Rangel de Castro foram retiradas da primeira. Sobre Oliveira Vianna e a sua contribuição para a construção de estigmas em relação aos japoneses no Brasil ver: Marcia Yumi Takeuchi. *Op.cit.*, 2008 e Priscila Nucci. *Os Intelectuais Diante do Racismo Antinipônico no Brasil: Textos e Silêncios*. Dissertação de Mestrado - IFCH/UNICAMP, 2000.

³¹² *Ofício nº 5 (reservado) de S. Rangel de Castro, Encarregado de Negócios do Brasil, para Octavio Mangabeira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 04/04/1927. AHI-RJ.*

Em relação a ausência de documentos emitidos pelo Itamaraty com orientações à respeito da política oficial em relação à imigração japonesa, o próprio Rangel de Castro registra o ofício nº 1 (confidencial) de Régis de Oliveira, Sub-secretário de Relações Exteriores, de 28 de janeiro de 1914.

³¹³ *Ofício nº 9 (reservado) de A. Brienne Feitosa, Embaixador do Brasil, para Octavio Mangabeira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 23/10/1927. AHI-RJ.*

Pará e do Amazonas, o Primeiro-Ministro teria lhe insinuado que os Estados já teriam sido sondados, e reiterara que o Japão buscava apenas o fluxo estável de matérias-primas, isentas das questões políticas e de preconceitos de raça.³¹⁴

O ofício de Feitosa nos fornece, ainda, outros subsídios para o papel do Itamaraty no processo imigratório japonês para o Brasil. O embaixador citava uma conversa que tivera com o Presidente da República e com o Ministro Mangabeira antes de sua viagem ao Japão. Recordava os receios nessa ocasião levantados: a questão da formação étnica nacional, sendo já considerável o excesso de mistura presente na raça brasileira; a concorrência dos trabalhadores japoneses aos produtores nacionais e as complicações de ordem interna e externa advindas de grandes concentrações de japoneses.

Feitosa ponderava, contudo, que esses problemas poderiam ser dirimidos: a interferência da raça japonesa em nosso meio poderia ser amenizada pelo fato da mulher japonesa pouco emigrar, assim as características da raça seriam amenizadas com o tempo, ainda mais se os nipônicos fossem localizados em zonas despovoadas. Isto teria ainda o efeito de evitar conflitos com os nacionais e europeus. No entanto, pregava a necessidade do governo brasileiro de evitar a concentração de japoneses, tomando medidas para evitar a repetição do que ocorrera nos Estados Unidos. Recomendava, também, que se impusesse imediatamente “certos embaraços” à emigração feita com fim exclusivo de lucro às companhias, dificultando-se desde já pela seleção “rigorosa da classe de gente da qual possamos necessitar”, em explícita referência à Manchúria, Coréia e Formosa, locais sob influência política do Japão.³¹⁵

A menção à Giichi Tanaka, Primeiro-Ministro japonês entre 1927 e 1929, é também emblemática, visto que a esta autoridade foi atribuída a confecção do *Memorando Tanaka*. Este documento, comprovadamente falso – segundo a conclusão divulgada pelo Tribunal de Tóquio encarregado de julgar os crimes de guerra cometidos pelo Japão ao final da Segunda Guerra Mundial – teria sido elaborado e apresentado ao Imperador Hiroíto, em 25 de julho de 1927, quatro anos antes da conquista da Manchúria. Neste memorando constava que a Manchúria e a Mongólia seriam posições chaves para a conquista da China, e que as riquezas chinesas ajudariam a subjugar a Índia, os Mares do Sul, a Ásia Menor, a Ásia Central e, finalmente, a Europa. A divulgação desse documento durante a Segunda Guerra Sino-

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ Ibidem.

Japonesa (1937-1945), serviu como fundamento para uma nova difusão da tese do perigo japonês no Brasil pelos intelectuais e autoridades antinipônicas.³¹⁶

Em especial, na década de 1930, a questão da assimilação de estrangeiros tornou-se ainda mais uma questão de segurança nacional, principalmente após a Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder. Circulava nos níveis oficiais e na imprensa a idéia de que a imigração descontrolada havia criado uma concentração de estrangeiros pouco dispostos a se abrigar. O Governo Provisório iniciava a implementação de sua política nacionalista e xenófoba que, encontraria o seu ápice no Estado Novo (1937-1945) e esta situação favoreceria a difusão de obras antinipônicas que tinham como tema o *perigo amarelo* no Brasil. Contudo, não apenas contribuições de Miguel Couto, Xavier de Oliveira, Félix Pacheco ou Oliveira Vianna, mas também da imprensa.

II – A Política Imigratória Brasileira: intolerância e etnicidade

Se a necessidade de prover as grandes lavouras de café motivou a oligarquia paulista a pressionar o governo paulista no sentido de promover o ingresso de colonos japoneses, o preconceito racial e temor político voltados contra os estrangeiros dessa origem motivaram a suspensão dos subsídios oficiais em 1914, a sua retomada durante a *Primeira Guerra Mundial* e, finalmente, o cancelamento definitivo em 1922.

À primeira vista, essa postura poderia ser atribuída à estabilização da entrada de imigrantes europeus com o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), dada a condição atribuída aos japoneses de trabalhadores de caráter temporário, intermediários entre os negros e os brancos. É importante, contudo, observar que o retorno dos europeus por si mesmo não justifica a retirada do apoio estadual a essa corrente.

³¹⁶ Marcia Yumi Takeuchi. *Op.cit.*, 2008, pp.52-53.

No último ano da guerra, a partir de dados estatísticos, verifica-se que efetivamente há uma sensível diminuição nos números referentes aos europeus e aumento com relação aos dos nipônicos. Em 1918³¹⁷, do total de 19.793 estrangeiros entrados oficialmente no país, somente 1 era de nacionalidade alemã, 4.225 espanhóis, 1050 italianos e 5.599 japoneses. Já em 1923, haviam ingressado no país em um total de 84.549 imigrantes, 8.254 alemães, 10.140 espanhóis, 15.830 italianos e somente 895 japoneses.³¹⁸

Portanto, a imigração japonesa passou a ser repelida com mais intensidade no pós-guerra por temor ao imperialismo nipônico, aliado ao receio racial. Além da vitória na *Guerra Russo-Japonesa*, o Japão anexara a Coréia em 1910, e ingressara na conflito mundial ao lado da *Tríplice Entente*, aliança estabelecida pela Grã-Bretanha, França e Rússia, em 23 de agosto de 1914. A guerra, desta vez de alcance global, serviria de oportunidade para os japoneses ampliarem suas conquistas, avançando sobre as que eram até então possessões do Império Alemão.

2.1 - A política imigratória norte-americana e o antiniponismo à exportação

Como já registrado pelos historiadores e sociólogos especializados em imigração japonesa, muito graças às limitações impostas pelos Estados Unidos, o Brasil transformou-se em destino preferencial para os imigrantes japoneses. É preciso ainda ressaltar, que não apenas preferencial, mas quase exclusivo diante das restrições estabelecidas por quase todos os demais países já nas primeiras duas décadas do século XX.³¹⁹

O historiador Rogério Dezem – a partir de levantamento feito por R. Daniels de obras antinipônicas publicadas entre 1905 e 1909 – corrobora que a imprensa exerceu papel fundamental ao divulgar notícias, imagens e vulgarizar teorias, na conformação de um imaginário nacional norte-americano em relação aos japoneses. Dezem traça os caminhos pelos quais, nos EUA, o discurso contra o imigrante japonês se converte em prática de xenofobia, que levaria a sua exclusão do rol de cidadãos com plenos direitos na “Terra das Oportunidades”. Portanto, o antijaponismo norte-americano anteciparia em mais de três

³¹⁷ Um ano após o reinício das subvenções governamentais à imigração japonesa.

³¹⁸ Dados extraídos do *Anuário Estatístico do Brasil*. IBGE, 1951.

³¹⁹ Após a iniciativa de limitar a imigração japonesa por parte dos EUA, outros países seguiram seu exemplo, como o México e o Canadá na década de 1920. Cf. Célia Sakurai. “Imigração japonesa para o Brasil. Um exemplo de imigração tutelada (1908-1941)”. Comunicação apresentada no XXII Encontro Nacional da ANPOCS. Outubro de 1998. Caxambu / MG, p.10. O Peru passou a negociar um acordo com o Japão semelhante ao *Gentleman's Agreement Act*, alegando que o número excessivo de japoneses constitui “grave ameaça aos interesses econômicos da nação”. Cf. *Ofício nº 1 de Epaminondas Leite Chermont, Ministro Plenipotenciário do Brasil, para Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil*. Tóquio, 24/03/1923. AHI-RJ.

décadas o tratamento oferecido aos japoneses e seus descendentes no contexto da Segunda Guerra Mundial.³²⁰

Os artigos antinipônicos que repercutiam a apreensão do governo californiano, dos militares e da opinião pública motivaram, portanto, a publicação de livros que se prestaram para consolidar o mito do “perigo amarelo” ainda na primeira década do século passado. Estes seriam referências não apenas para os Estados Unidos, mas também para os países que recebiam os imigrantes dessa origem, como o Brasil.

O acordo conhecido como *Gentleman's Agreement Act*, em 1907, o qual estipulava que só poderiam entrar no território norte-americano nipônicos que portassem cartas de chamadas, não teria sido suficiente para conter as levas nipônicas, pois entre 1912 e 1920, o número de noivas – as *Picture Brides* – que ingressaram através dos portos de São Francisco e Seattle atingiu a cerca de 7000³²¹. Diante dessa realidade, os divulgadores do “perigo amarelo”, dentre eles o magnata da imprensa William Randolph Hearst, se valiam da polêmica e do preconceito generalizado a fim de combater a entrada de imigrantes dessa origem no país.

Hearst estampara na primeira página de um de seus jornais, o *San Francisco Examiner*, a manchete: “*Japão rondando nossas costas. Homens marrons têm mapas e podem desembarcar facilmente*”. Em síntese: jornais ou livros, todos os que se dedicaram à ameaça japonesa já denunciavam a “espionagem” japonesa em uma preparação para uma futura invasão do Império do Sol Nascente.³²²

Por outro lado, é importante frisarmos que a imigração japonesa no Brasil, tornou-se significativa justamente no pós *Primeira Guerra Mundial*. Essa corrente recebeu impulso importante a partir de 1924, justamente quando o Senado e a Câmara dos Estados Unidos da América aprovaram a *Lei de Quotas* ou a *Lei da Origem Nacional*, que vedava a imigração de estrangeiros incapazes de obter a nacionalidade norte-americana. Baseada em critérios raciais, essa legislação aliada ao *Gentleman's Agreement* (1907), tornava impraticável a continuidade da corrente imigratória nipônica para a América do Norte³²³, até então o destino preferencial por parte do governo e das empresas de emigração japonesas.

³²⁰ R. Daniels. *The Politics of Prejudice: The Anti-Japanese Movement in Califórnia and the Struggle for Japanese Exclusion* Apud Rogério Dezem. *Op.cit.*, p.186-189.

³²¹ Cf. Hiroshi Saito. *O Japonês no Brasil*. São Paulo, Sociologia e Política, 1960, p.23. Idem, *Ibidem*, p.189.

³²² R. Daniels. *Op.cit.* Idem, *Ibidem*, p.188. Daniels cita *The Yellow Peril in action: A possible chapter in History* de Marsdon Manson (1907); *Japan may seize the Pacific Slope* de Richmond Pearson Hobson (1907) e *The Valor of Ignorance de Homer Lea* (1909), oficial da marinha norte-americana, todos versando sobre o risco que sofria a integridade territorial dos Estados Unidos graças à imigração japonesa.

³²³ No ano anterior, em 1923, o governo canadense levantou, também, sérias restrições à imigração japonesa. No Canadá, os japoneses atuavam nas indústrias pesqueiras e madeireiras.

Nesse sentido, ao introduzir o estudo da história das relações internacionais, Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle enfatizam a importância do que chamam de *forças profundas* (as condições geográficas, os movimentos demográficos, os interesses econômicos e financeiros) e o papel dos homens de Estado que pelas suas habilidades – sentimentais, intelectuais – tentam transpor os limites dessas forças e utilizá-las para o seu próprio fim. Para ambos, essas duas vertentes dirigem as ações diplomáticas entre os Estados.³²⁴

Em face desse conceito proposto pelos dois autores, estes questionam se os temores provocados pelas dificuldades de assimilação foram a causa direta das medidas restritivas da imigração, tomadas pelos Estados Unidos, quando da votação das leis de 1924. A conclusão a que chegam é que outros motivos mais poderosos agiam nessa direção: a concorrência da mão-de-obra imigrada, perigosa aos operários norte-americanos, no momento em que o país passava pela crise de 1921; o receio dos políticos de que os estrangeiros oriundos da Europa Central e Oriental importassem as concepções soviéticas; e a menor necessidade de trabalhadores braçais por parte dos empresários, graças aos equipamentos mecânicos desenvolvidos no decurso do primeiro conflito mundial.³²⁵

Conclui-se, então, que enquanto não havia razões importantes de ordem econômica ou social, a imigração japonesa foi tolerada e contribuiu até mesmo, de um lado, para o desenvolvimento da economia norte-americana, e de outro, a amenização dos problemas demográficos vivenciados pelo Japão, especialmente após a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). No entanto, o progressivo aumento da população de origem japonesa na Califórnia alarmou as autoridades norte-americanas, culminando na política de fechamento das portas em 1924, sendo acrescentada na decisão oficial a questão racial.

Tal postura de Washington foi mal recebida no Japão, segundo a percepção da representação diplomática do Brasil em Tóquio. “Até o último momento”, havia a expectativa por parte das autoridades japonesas de que o Presidente Calvin Collidge vetasse a lei, mas este, enquanto candidato à reeleição presidencial, a sancionara, ratificando a preocupação norte-americana com a questão de raça e a concorrência com os operários brancos. A reação da opinião pública nipônica se materializou com protestos e culminou com a invasão de um baile que contava com a presença de cidadãos naturais dos Estados Unidos. Nessa ocasião, teriam sido distribuídos prospectos defendendo o boicote aos produtos norte-americanos e a

³²⁴ Pierre Renouvin & Jean-Baptiste Duroselle. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, p.5-6.

³²⁵ Idem, p.60.

expulsão do território japonês de pessoas dessa origem. A conclusão a que se chegara era que a nova legislação fora o último passo de um processo em andamento há vários anos.³²⁶

Efetivamente, o governo japonês considerou a proibição de seus nacionais de se instalarem nos Estados Unidos como uma humilhação e uma injustiça, relegadas ao Japão, uma vez que encarava a legislação como a manifestação do sentimento de superioridade racial que os norte-americanos se atribuíam. Enfim, os japoneses teriam sido tratados como inferiores.³²⁷

Por outro lado, John W. Dower afirma em seu estudo, *War Without Mercy: Race & Power in the Pacific War*, que havia de fato o temor de que a supremacia da raça branca fosse ameaçada pelas de cor, e em meados do século XIX esse receio era voltado contra a China, vista pelos intelectuais norte-americanos como um país extenso e super povoado: em suma, um gigante adormecido prestes a despertar. No entanto, após 1882, os japoneses substituíram os chineses como a maior corrente imigratória asiática para os Estados Unidos, e herdaram muitas das associações e estereótipos primitivamente vinculados aos súditos do “Celeste Império”.

Ressalta Dower que a ameaça, seja chinesa ou japonesa, era sempre mais racial do que nacional. Logo, as questões de concorrência trabalhista, embora reais, o problema de raça povoava o imaginário daqueles que criticavam a imigração oriunda do Oriente.³²⁸

De fato, a tese de que o exército amarelo – representado pelos nipônicos – conquistaria a América e o mundo, produziu obras como *The Valor of Ignorance*, de Homer Lea, ainda no ano de 1909. Este autor identificara o Japão como a mais jovem e viril potência do mundo e introduzira os seus leitores ao *bushido*, o “caminho do guerreiro”, e associava essa honra samurai em contraposição à decadência de seu próprio país. Lea apontava o perigo à supremacia branca e previa que a superioridade japonesa – tanto militar como industrial na Ásia – faria com que reinassem, futuramente, sobre o mundo e o seu imperador seria conhecido como “rei dos reis”. O tom profético de Lea e o seu “super homem samurai” foram lembrados após o ataque japonês à Pearl Harbor (Havaí), em 7 de dezembro de 1941, fatos que motivaram a reedição de sua obra, em 1942, por uma prestigiosa editora.³²⁹

³²⁶ Ofício nº 3 de G. de Bulhões, Encarregado de Negócios do Brasil, para Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. *Directoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil*. Pequim, 09/06/1924. AHI-RJ.

³²⁷ Pierre Renouvin & Jean-Baptiste Duroselle. *Op.cit.*, p.69.

³²⁸ John W. Dower. *War Without Mercy: Race & Power in the Pacific War*. New York: Ed. Pantheon, 1986, p.156. Vimos a partir das concepções de Dower, que há interpretações diferenciadas sobre os motivos relevantes para a prevenção contra os nipônicos nos EUA [Renouvin & Duroselle].

³²⁹ Idem, p.158.

O exemplo norte-americano, também foi seguido pelo Brasil, embora à princípio somente pelo governo paulista, em 1914 e 1922. Já em 1934, foi inserido um dispositivo constitucional³³⁰ que visava a restrição da imigração japonesa por meio de cotas. É possível considerar o artigo 121 da *Constituição Federal* como uma versão suavizada da *Lei de Quotas*, aprovado pelo Congresso norte-americano em 1924.³³¹ Para que seja possível compreender essas ações oficiais como resultados de um processo importado vinculado à intolerância norte-americana aos japoneses, que mesclava razões políticas, raciais e econômicas, considero de interesse, como tem sido feito, o abordarmos também por um viés oficial.

A difusão do mito do *perigo amarelo* resultou em um discurso xenófobo que materializou-se numa *práxis* intolerante, que nos Estados Unidos chegou à internação em campos de concentração e no Brasil, a repressão sistemática implementada pelo Exército e pela Polícia Política aos súditos japoneses no período da Segunda Guerra Mundial.³³²

Por conseguinte, vale ressaltar que essa percepção do “perigo amarelo” não era compartilhada somente pelos intelectuais e jornalistas, mas também por diplomatas que atuavam no Japão e se diziam conhecedores profundos da mentalidade japonesa, por assistirem *in loco* as manobras japonesas para a conquista da hegemonia da raça de *Yamato*. Em seus ofícios são pormenorizados o antagonismo EUA X Japão e os ataques japoneses contra a soberania chinesa. Nesta documentação, são recorrentes as associações com a imigração japonesa dirigida ao Brasil.

A legação do Brasil em Tóquio acompanhava a contenda, com particular interesse pelas leis antinipônicas nos Estados Unidos durante as duas primeiras décadas do século XX, e informava ao Itamaraty a reação japonesa diante da discriminação racial sofrida pelos seus

³³⁰ Sobre a Assembléia Nacional Constituinte de 1934 e a negociação diplomática em relação às emendas discriminatórias em relação aos japoneses há um estudo pioneiro de Valdemar Carneiro Leão Neto. *A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930-1934): Contornos Diplomáticos*. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 1989. Os discursos antinipônicos foram analisados por Flavio Venâncio Luizetto em *Os Constituintes em Face da Imigração*. Dissertação de Mestrado em História, FFLCH-USP, 1975; Marcia Yumi Takeuchi. *Op.cit.*, 2008. Nessa pesquisa atual serão tratadas, com maior ênfase, as abordagens sobre esses debates pelas revistas ilustradas.

³³¹ Baseada em critérios raciais, vedava o ingresso de estrangeiros considerados incapazes de obter nacionalidade norte-americana.

³³² Uma das primeiras tentativas em nível federal de restringir a imigração japonesa no Brasil tendo como inspiração os Estados Unidos foi o projeto apresentado pelo deputado Fidélis Reis à Câmara Federal em 1923, que proibia a imigração negra e limitava o ingresso de japoneses a um percentual de 5 % dos indivíduos dessa origem localizados em cada Estado. Ao mesmo tempo autorizava o Governo Federal a promover e auxiliar a introdução de imigrantes europeus. Alegava o parlamentar que os nipônicos eram indesejáveis para a constituição da raça brasileira – não eram eugênicos – e constituiriam um perigo para a integridade territorial brasileira, sendo ainda inassimiláveis pela sua moral e cultura. Enquanto justificativa para o seu projeto, afirmava que os norte-americanos se viam ameaçados por uma grande colônia japonesa na Califórnia. Cf. Fidélis Reis & João de Faria. *O Problema Imigratório e Seus Aspectos Étnicos: Na Câmara e Fóra da Câmara*. RJ: Typ. Revista dos Tribunais, 1924, p. 25. e Marcia Yumi Takeuchi. *Op.cit.* 2008, p.59-60.

súditos. Os ofícios confidenciais e reservados selecionados e aqui referidos explicitam o desejo de nossos diplomatas em transmitir ao governo brasileiro a política externa japonesa, baseada no problema de superpopulação de que sofria o império. Por conseguinte, o movimento antijaponês, iniciado na Califórnia tinha papel de destaque, visto que essa corrente estaria se estendendo para os demais países que haviam recebido imigrantes japoneses.

O Brasil não seria a exceção. O interesse não residia somente em dar a conhecer as reações japonesas, mas explicitar o que sucederia com relação ao nosso país, caso viesse a tomar atitude semelhante, como aconselharam diversos diplomatas brasileiros lotados em Tóquio, desde a abertura da representação em 1897.³³³

A correspondência recebida pelo Itamaraty expressa um tom alarmado exatamente no momento em que o Japão surge como uma força dinâmica – colonialista e militar –, emparelhando-se às tradicionais potências como a Grã-Bretanha.

Como observara, ainda em 1914, J. F. de Barros Pimentel, Encarregado de Negócios em Tóquio,³³⁴ os japoneses tencionavam aplicar sua própria versão da *Doutrina Monroe* (A Ásia para os Asiáticos). O Japão alegava que suas atitudes com relação à China visavam apenas a manutenção da paz no Extremo Oriente. Baseado nos mesmos princípios, o Japão desejava impedir a interferência da Europa no Pacífico Ocidental, assim como os Estados Unidos no continente americano. O objetivo declarado seria garantir a integridade da China e a união das raças amarelas, que estaria encontrando embaraços devido à impopular aliança anglo-japonesa e pela posição internacional ocupada pela Austrália e a Nova Zelândia.³³⁵

J. F. Barros Pimentel denunciara em seus ofícios supostos planos pré-concebidos pelo governo japonês, que através de visitas de agentes disfarçados de representantes de associações comerciais ao Brasil, verificavam a possibilidade de instalarem colonos para fins políticos. Esta suspeita decorria dos argumentos utilizados pelas altas autoridades japonesas justificando a adesão do império aos Aliados. Uma delas era o Primeiro Ministro, Conde Okuma, que redigira um artigo para o *The Japan Advertiser* em sua edição de 8 de dezembro de 1914. O Encarregado de Negócios apontava que as opiniões provinham de um “político e

³³³ Analisamos diversos ofícios dessa natureza. Os de maior interesse são os enviados por Manuel de Oliveira Lima, Epaminondas Leite Chermont e J.F. de Barros Pimentel e Gustavo Kelsch. Enfatizo essa importância não somente pelo conteúdo dos documentos, mas também pela anuência do Itamaraty registrada nos seus despachos dirigidos em resposta.

Retomo alguns desses discursos nessa etapa, a fim de contextualizá-los aos expressos pela imprensa e pelas obras de propaganda contrárias à imigração japonesa.

³³⁴ Observo que o fato dos ofícios citados serem de autoria de Encarregados de Negócio não minimiza a posição expressa pela representação diplomática brasileira no Japão, uma vez que esses funcionários graduados respondiam pela Legação nas licenças dos Ministros Plenipotenciários.

³³⁵ *Ofício nº 11 de J. F. de Barros Pimentel, Encarregado de Negócios do Brasil, para Lauro Severiano Muller, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 27/05/1914. AHI-RJ.*

escritor notável”, e estas representavam o sentir e as aspirações do povo japonês. Portanto, seriam de todo o interesse do Itamaraty.³³⁶

Segundo a transcrição da referida entrevista, Okuma responsabilizava o Imperador Guilherme II pela guerra e afirmava que o Kaiser fora o responsável pela alcunha “perigo amarelo” lançada sobre o povo japonês. Essa difamação alemã estaria sendo utilizada como “arma mortal” para a conquista por parte dos alemães dos seus mercados. Ainda: o imperador alemão manejava com competência essa prevenção contra o povo japonês, que fizeram nascer nos Estados Unidos sentimentos e preconceitos de raças. Traçando um paralelo entre os imperialismos de Theodore Roosevelt e Guilherme II, Okuma defendia o enfraquecimento de ambos como decisivo para a paz. A saída para o Japão era “aniquilar o espírito de conquista do Kaiser” e Okuma exortava o Japão a se preparar para ser a nação a governar e não a ser governada.³³⁷

Nota-se pelas palavras do Primeiro Ministro japonês, ao associar o imperialismo alemão ao norte-americano, que se subtendia que os EUA, aliados até aquele momento, também deveriam ser “aniquilados”. Seria então, de fato, a “Doutrina Monroe” adaptada pelos japoneses? Este era o ponto de vista que Barros Pimentel desejava fazer prevalecer junto às autoridades brasileiras. A desconfiança contra a “raça japonesa” no território norte-americano, se instilado pelo Kaiser ou não, era de uma importância secundária. A realidade do “perigo amarelo” ser transplantado para o Brasil, um dos únicos países que ainda aceitavam a imigração, era real.

Contudo, além do problema da superpopulação, o que motivaria o Japão? Basicamente, a situação em que este ficara com a guerra européia, “preso por um lado aos ditames de uma aliança inconveniente e impopular” e por outro impedido por este mesmo Tratado de prevalecer-se da crise actual para satisfação e desforra de sentimentos há muito oprimidos”.³³⁸ A partir da assimilação dos métodos alemães, com os quais se identificava, os japoneses estariam procurando superar, sorrateiramente, os entraves estabelecidos pela adesão aos aliados, em particular com os Estados Unidos, a fim de se fortalecerem tendo como base estratégica as Américas.

³³⁶ *Ofício nº 27 de J. F. de Barros Pimentel, Encarregado de Negócios do Brasil, para Lauro Severiano Muller, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 24/12/1914. AHI-RJ.*

³³⁷ “Count Okuma on the War, and Land Law and Roosevelt – Condemns Them All and Lays Blame on the Kaiser”. *The Japan Advertiser*. Tóquio. 8 dez. 1914 (anexo ao *ofício nº 27 de J. F. de Barros Pimentel, Encarregado de Negócios do Brasil, para Lauro Severiano Muller, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 24/12/1914*). AHI-RJ.

³³⁸ Idem [grifo no original].

É possível verificar o eco das palavras de Luis Guimarães ainda em 1907: “(...) E da instalação nas nossas villas e cidades de colônias de gente amarella o Brasil sentirá os dissabores ao primeiro amuo dos seos desagradáveis hospedes. É como ter um inimigo dentro de caza: os sorrisos e as cortesias japonezes não devem illudir os Europeos porque é sorrindo e fazendo cortesias que este povo, desde que existe practica feitos de uma selvageria que assombra”.³³⁹

Logo após o final da Primeira Guerra Mundial, uma série de ofícios enviados por G. de Bulhões, Encarregado de Negócios, ao Ministro das Relações Exteriores, J. M. de Azevedo Marques, entre setembro de 1919 e janeiro de 1922, reforçava os temores de um novo conflito motivado pelos ressentimentos e pelas ambições japonesas em relação aos EUA e as demais nações brancas. No primeiro desses ofícios, Bulhões informava que tivera grande repercussão a entrevista do Conde Uchida, Ministro dos Negócios Estrangeiros, na qual esta autoridade deixava claro que a proibição das crianças japonesas de frequentarem escolas públicas no Havaí já havia sido considerada “muito grave” pelo governo japonês. Somavam-se a essa iniciativa outras medidas que vinham a ultrajar ainda mais o povo japonês: a proibição no Estado da Califórnia de japoneses e seus filhos adquirirem ou arrendarem propriedades (*anti-alien land law*); e o impedimento de casamentos entre os japoneses estabelecidos na Califórnia com mulheres domiciliadas no Japão, por meio de fotografias, as chamadas “pictures brides”.³⁴⁰

Depreende-se que a interdição aos casamentos entre japoneses, alegando-se que as pretensas noivas se encontravam no Japão, era uma estratégia encontrada pelas autoridades californianas em impedir a continuidade da imigração e mais ainda, controlar a população de origem nipônica no Estado. Os filhos nascidos nos EUA seriam cidadãos norte-americanos estreitamente vinculados ao Japão. Daí, também, a lei que visava interditar o acesso desses norte-americanos, qualificados como “de segunda classe”, às terras.

O governo japonês considerava essa legislação inconstitucional e esperava que o congresso norte-americano não a aprovasse. Havia, segundo a legação, até mesmo a possibilidade de guerra entre os países separados pelo Pacífico. Embora, as negociações entre Tóquio e Washington continuassem, uma vez que as autoridades japonesas confiavam no “no alto espírito de justiça universalmente conhecido da grande democracia norte-americana”.

³³⁹ Ofício nº 5 (Reservado) de Luis Guimarães, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para o Barão de Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. *Legação dos Estados Unidos do Brasil*. Tóquio, 23/09/1907. AHI-RJ.

³⁴⁰ Ofício nº 13 de G. de Bulhões, Encarregado de Negócios do Brasil, para J. M. de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores. *Directoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Legação dos Estados Unidos do Brasil*. Tóquio, 19/09/1920. AHI-RJ.

Entre as alternativas discutidas estava a substituição do *Gentlemen's Agreement Act* por um tratado onde seria consignado que a lei da Califórnia não teria efeito retroativo e que só seria aplicada aos japoneses que chegarem aos EUA depois que a mesma tiver entrado em vigor.³⁴¹

De fato, a discussão em torno de um novo tratado poderia reverter as leis antijaponesas propostas pela Califórnia, mas não o que se estabelecera em 1907. Ou seja, os imigrantes dessa origem continuariam restringidos. Buscava-se por parte do governo japonês em evitar a perda dos direitos de seus nacionais já instalados. Contudo, mesmo a possibilidade de revisão era negativa para as pretensões nipônicas, prejudicadas por cláusulas que atentavam contra a sua dignidade nacional:

- Vedava a entrada de pais, filhos e esposas de japoneses instalados nos Estados Unidos, quando residentes no Japão. O império alegava que tal cláusula era contrária aos princípios da humanidade e se opunha contra ela “com toda a energia”;
- A recusa ao direito de cidadania aos japoneses, a despeito do compromisso do Japão de evitar, “sob palavra”, nova emigração para os Estados Unidos;
- A proibição de toda e qualquer emigração japonesa para os Estados Unidos expressa e inclusa no texto do Tratado. Esta teria sofrido a maior oposição por parte da opinião pública japonesa “que não pode admitir o “desprestígio do Japão, cujos sentimentos de justiça e probidade tem se esforçado por cumprir em todo tempo (desde a assinatura do Gentlemen' Agreement)”³⁴².

Além dos conflitos com os Estados Unidos, Bulhões preocupou-se, neste mesmo ofício, em relatar a reação dos australianos contra a imigração nipônica. Lançando mão de minúcias, narrava um incidente ocorrido na cidade australiana de Broome e as duas versões que existiam sobre o fato: a versão oficial apresentada pelas autoridades locais se referia a uma luta entre pescadores malaios e japoneses, tendo sido mortos dois pescadores nipônicos. A outra, oficiosa, fornecida pelo jornal *Nichi Nichi*, dava conta de que a briga teria sido entre brancos e japoneses, sendo os malaios simples espectadores. Para reforçar esta versão, outro jornal, australiano, *Sidney Sun*, afirmara que o incidente “constitue uma lição para os pescadores de perolas japonezes” e serviria de pretexto para os australianos firmarem a doutrina “A Austrália para os Australianos”. Vê-se, portanto, que não eram somente os japoneses que aspiravam novas versões para a *Doutrina Monroe*.

Outra razão para a revolta japonesa fora um discurso do Senador Henry Cabot Lodge, em Filadélfia, afirmando existir negociações entre os EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia

³⁴¹ Ofício nº 17 de G. de Bulhões, Encarregado de Negócios do Brasil, para J. M. de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Directoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 10/11/1920. AHI-RJ.

³⁴² Ofício nº 20 de G. de Bulhões, Encarregado de Negócios do Brasil, para J. M. de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Directoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 26/11/1920. AHI-RJ.

e a União Sul-Africana com o fim de estabelecer um *front* comum contra a imigração japonesa. Diante da repercussão das palavras de Lodge, os Estados Unidos, por seu lado, afirmaram que não participavam das negociações, pois tratavam do assunto separadamente. No entanto, acrescentava Bulhões, “os outros países citados acolheram pressurosos a idéia do Senador Lodge de uma ação *commum* dos povos anglo-saxões das margens do Pacífico contra a raça asiática”.³⁴³

Esses movimentos antinipônicos, segundo se depreende da documentação diplomática, poderiam ser considerados uma resposta às ações japonesas na China e nas possessões russas. Mas é evidente a presença de um mal disfarçado racismo contra os japoneses. Estes tinham as portas fechadas sucessivamente e a despeito da realidade de seu expansionismo militar e concorrência econômica, que ameaçavam interesses das demais potências. No entanto, a pecha de imperialista cabia somente ao Império do Sol Nascente.

O Japão, conforme a própria legação brasileira, disputava a igualdade de raças seja no *Tratado de Versalhes*, assinado em 28 de junho de 1919, assim como na *Liga das Nações*, *status* que vinha lhe sendo recusada.

Tais antecedentes e a insatisfação japonesa com o *Tratado de Portsmouth* (1905), motivaram a invasão da porção norte das Ilhas Sakalinas, quando coubera ao Japão originalmente somente o sul das referidas ilhas. Esse ato foi considerado pelos norte-americanos como um desmembramento da Rússia. Além disso, a China decidira não negociar a questão de Shantung diretamente com o Japão, mas de levá-la à *Liga das Nações*, o que o governo japonês repelira. Além disso, os japoneses corriam o risco de serem ameaçadas as antigas possessões alemãs na Ásia, dentre elas, Shantung, uma vez que por decisão do Presidente chinês, Hsu, todos os tratados e acordos sino-alemães haviam sido cancelados devido a declaração de guerra da China à Alemanha. A resposta japonesa seria a intervenção militar no próprio território chinês.³⁴⁴

O Japão, por sua vez, declarara guerra à Alemanha em 23 de agosto de 1914, mas recusara-se a enviar tropas à Europa, limitando-se a ocupar as colônias alemãs no Extremo

³⁴³ *Ofício nº 1 (reservado) de G. de Bulhões, Encarregado de Negócios do Brasil, para J. M. de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Directoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 04/01/1921. AHI-RJ.*

³⁴⁴ Essas desavenças sino-japonesas, conforme o Encarregado de Negócios Bulhões, não se limitavam às antigas colônias alemãs, mas se estendiam ao envio de tropas japonesas para o território chinês sob a alegação de proteção aos residentes japoneses na localidade de Hunchun, localizada nas fronteiras chinesas com a Rússia e a Coreia. O governo alegara a incapacidade da China ou mesmo “desleixo” na manutenção da ordem e vigiar os “desocupados” (coreanos e chineses descontentes e bolchevistas russos) que traziam constante intranqüilidade para toda a Manchúria. Cf. *Ofício nº 15 de G. de Bulhões, Encarregado de Negócios do Brasil, para J. M. de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Directoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 28/10/1920. AHI-RJ.*

Oriente. Esse dinamismo japonês suscitou a desconfiança de seus aliados, Inglaterra e os Estados Unidos, tendo em vista que o conflito beneficiaria o Japão no desenvolvimento de suas indústrias e exportações. O resultado fora a sua ascensão, juntamente com os EUA, como potências descentralizadas com relação ao imperialismo centrado na Europa. Assim, as sucessivas tentativas japonesas de penetrar na China são prévias da rivalidade que desembocaria num novo conflito a partir de 1941.³⁴⁵

Embora houvesse menos divulgação do que ocorria na Ásia do que em relação aos movimentos militares nos campos europeus, a revista *Careta* se interessara em informar seus leitores sobre o avanço das tropas japonesas sobre as possessões germânicas.

O artigo “Os japonezes”, publicado em 21 de novembro de 1914, traça a imagem guerreira e traidora dos soldados nipônicos. Segundo o articulista, estes poderiam ter tomado em espaço de tempo mais curto e com menos perda de vidas humanas Tsin Tao. Insinua que a tomada da região coincidiu propositadamente com as revoltas que tumultuaram as colônias britânicas na Ásia. O objetivo seria “auxiliar” a aliada Inglaterra e, ainda mais, pelear em pleno solo europeu. Os “soldadinhos amarelos” que “amam a glória e gostam da guerra” estariam desejosos de demonstrar o valor dos homens que venceram os russos na Manchúria e provar aos europeus que poderiam vencer o primeiro exército da Europa [Grã-Bretanha]. O articulista, valendo-se de supostos telegramas internacionais, declarava que uma divisão da artilharia japonesa estava preparada para desembarcar em Marselha.³⁴⁶

O artigo em questão não possuía qualquer compromisso com a realidade, uma vez que os japoneses jamais pretenderam participar do teatro de guerra na Europa. A *Careta* estava entrosada com o imaginário moldado em torno do Império do Sol Nascente. A interpretação possível e pertinente sobre o objetivo da revista é reiterar o caráter expansionista do Japão que não se limitaria à Ásia, mas englobaria a Europa e todo o mundo.

Baseada no imaginário, a imagem do japonês enquanto membro de uma raça aguerrida quase até o fanatismo, estava presente na mentalidade coletiva. Tal constatação é possível, através do levantamento de charges e de artigos de cunho humorístico, presentes na *Careta*. Foram selecionados para a pesquisa diversos textos que transmutavam os horrores da guerra, que afetavam o cotidiano brasileiro – dificuldades econômicas agravadas e mesmo o drama de algumas famílias de origem italiana ou alemã que viam os seus lutarem em campos de batalha distantes – em humor leve e palatável para o seu leitor. Entretanto, não eram menos

³⁴⁵Mario Isnenghi. *Op.cit.*, p.84-137.

³⁴⁶“Os japonezes”. *Careta*. Rio de Janeiro (335) 21 nov. 1914, p.12.

corrosivas, especialmente quando criticava o posicionamento de certos órgãos de imprensa com relação ao imperialismo japonês.

Em um destes artigos, insinuava-se a disputa entre dois jornais cariocas, o *Jornal do Commercio*, supostamente pró-Alemanha, e *O Imparcial*, simpático aos Aliados. A campanha “sanguinolenta” entre ambos os jornais teria, segue o artigo, feito com que se combinasse uma batalha final nos moldes dos que ocorriam na Europa. Para garantir a vitória da Tríplice Entente, o *estrategista* do *Imparcial*, tenente Pateada, estaria disposto a fazer vir da Ásia um milhão de japoneses.³⁴⁷

Depreende-se no pequeno artigo, aparentemente despretensioso, a vinculação entre a chegada de um milhão de japoneses e os soldados nipônicos como fator de desequilíbrio no conflito. Tal era a imagem do imigrante japonês: representante do Japão no exterior [soldado] com todas as “qualidades” próprias à raça, hereditariamente transmitidas. Em suma, o estigma que acompanharia o nipônico às terras brasileiras até mesmo após o final da Segunda Guerra Mundial. A revista reiterava somente o que estava no senso comum, desde a inesperada vitória japonesa contra os russos em 1905.

As disposições expansionistas por parte do Japão, acompanhadas pela nossa diplomacia, eram identificadas especialmente no que tangia à apresentação de um projeto no Senado norte-americano convidando o presidente norte-americano a abrir negociações com a Inglaterra e o Japão a fim de reduzir em 50 % durante cinco anos as suas construções navais.³⁴⁸

O Japão e a Inglaterra teriam visto com “bons olhos” o projeto, mas o Executivo norte-americano acreditava que a diminuição do ritmo de sua indústria naval poderia significar o crescimento da marinha mercante japonesa em cujo bojo se “disfarçaria a guerra”. De seu lado, o governo japonês estaria mantendo a sua posição em negar intenções hostis e a sua natureza militarista. Citando uma entrevista do Primeiro Ministro Hara ao *The Japan Advertiser*³⁴⁹, menos de um mês antes da assinatura do *Tratado das Nove Potências*, o

³⁴⁷ Sem título. *Careta*. Rio de Janeiro (327) 26 set. 1914, p.20.

³⁴⁸ *Ofício nº 2 (reservado) de G. de Bulhões, Encarregado de Negócios do Brasil, para J. M. de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Directoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 04/01/1921. AHI-RJ.*

³⁴⁹ Não há a data da edição do jornal no ofício nem o recorte, contudo pelos antecedentes dos ofícios dessa natureza trocadas entre a Legação do Brasil e o Itamaraty, pode-se concluir que a entrevista citada foi publicada no mês de janeiro de 1922.

Encarregado de Negócios, Bulhões, tratava com descrença o suposto desejo japonês de manter a China unida e pacífica³⁵⁰.

Essas pretensões japonesas, insufladas pelos ressentimentos pelo desprezo com que os colonos dessa origem eram tratados em todos os países, levariam a assinatura do referido tratado, em 6 de fevereiro de 1922, que determinava o respeito à independência da China e à sua integridade territorial e administrativa. Mais ainda, estipulava que a esquadra japonesa fosse, em quantidade e tonelagem, inferiores em relação às britânicas e às norte-americanas.

Diante das limitações impostas pelas demais potências, o Japão passara, também no Brasil, à figura de violador dos tratados internacionais cujos nacionais “indesejáveis”, deveriam ser evitados. Retomamos aqui os principais argumentos: não serviam como trabalhadores assalariados, visto que não se fixavam nas fazendas; o seu modo de vida sóbrio encorajaria as dissensões sociais, pois os trabalhadores europeus não poderiam competir com os asiáticos; a raça amarela era disparatada em relação ao que se desejava, ou seja, o progressivo branqueamento da população brasileira. Com as devidas especificidades, os argumentos contrários à imigração japonesa eram os mesmos expressos nos Estados Unidos.

Masataka Kosaka ao estudar as mudanças ocorridas nas duas primeiras décadas da *Era Showa* (1926-1946) afirma que uma das razões que levaram o Japão à desastrosa *Guerra do Pacífico* (1941-1945) foi a sua falha em adaptar e modificar a ordem política estabelecida na *Era Meiji* à aceleração da modernização verificada no reinado de Hirohito. Aliada às questões políticas, a estagnação econômica após a desaceleração dos negócios, cujo auge ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial, foram fatores que levaram ao poder os militares nacionalistas. Entretanto, na concepção de Kosaka, a *Quebra da Bolsa de Nova York* (1929) e o *Incidente da Manchúria* (1931) não explicam *totalmente* a ascensão do militarismo japonês e o nacionalismo que radicalizaria o expansionismo japonês.³⁵¹

Embora considere de interesse auferir que no momento em que as demais potências retornaram a condição de rivais na economia mundial, o Japão estivesse lutando contra os déficits em sua conta corrente, ressalta o autor que assim mesmo, as indústrias japonesas continuavam crescendo, mesmo que em ritmo menor do que à época da guerra. As suas

³⁵⁰ *Ofício nº 6 de G. de Bulhões, Encarregado de Negócios do Brasil, para J. M. de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Directoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 25/01/1922. AHI-RJ.*

³⁵¹ Masataka Kosaka. “The Showa Era” in: Carol Gluck, & Stephen R. Graubard (orgs.) *Showa: The Japan of Hirohito*. New York, W. W. Norton & Company, 1992, p.28-29. Kosaka fornece alguns dados para o que considera o extraordinário crescimento da indústria e da economia japonesas a partir de 1914 aproveitando-se das lacunas deixadas pelas demais potências envolvidas diretamente na conflagração mundial. Especialmente em 1919, a indústria naval japonesa contava com 600.000 toneladas, sendo superada somente pela Grã-Bretanha e os Estados Unidos.

exportações também diminuíram, mas os japoneses possuíam reservas acumuladas resultantes da prosperidade do período 1914-1918. Desse modo, papel maior para o fortalecimento do militarismo estava no empobrecimento do campo, que suscitou revoltas populares e críticas à corrupção governamental. A pobreza rural, em contraposição à prosperidade urbana afetava as classes armadas, pois a maioria de seus homens era arregimentada entre os camponeses. Os oficiais passaram a considerar o individualismo das cidades uma ameaça ao nacionalismo.³⁵²

Assim, o militarismo foi um fenômeno social e político que acompanhou a modernização: uma resposta do exército e da marinha às mudanças no cenário internacional. Entretanto, a era do imperialismo estava chegando ao fim e duas potências assumiram a bandeira do anti imperialismo, os Estados Unidos e a União Soviética. Os chamados *Quatorze Pontos de Woodrow Wilson*³⁵³, dentre os quais a igualdade de oportunidade do comércio, a auto-determinação dos povos, o desarmamento e o estabelecimento da *Liga das Nações*, além da nova imposição de resolução dos conflitos por meios pacíficos, surpreenderam o Japão.

O fim dos tratados desiguais entre a China e as potências e o *Pacto de Washington* foram decisões mal vistas pelos japoneses uma vez que estes vivenciavam a era de ouro na corrida colonialista e haviam demonstrado a sua capacidade de competir com os demais países. Além disso, para o Japão, esse pacifismo patrocinado, principalmente pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha, visava apenas manter o *status quo* global, tendo em vista que os franceses e os próprios britânicos continuavam no seu avanço pelo Oriente Médio e, também na China, o imperialismo não havia, de fato, se encerrado.

Diante da necessidade do império em buscar as matérias primas para suas indústrias pelas armas, a elite imperialista japonesa proclamava e se preparava para uma nova guerra: do Japão e da Ásia contra o Ocidente. Segundo Kosaka, esse discurso encontrava inegável apelo popular, tendo em vista a tradição japonesa no panasianismo e na antipatia à raça branca. De fato, os japoneses sentiam-se, como assinalamos mais acima, ultrajados com a legislação imigratória norte-americana que excluía os seus imigrantes dos EUA, e este fator não pode ser desconsiderado como fator desencadeante da oposição nipônica à nova ordem estabelecida pelos tratados de Washington.³⁵⁴

A relação estreita entre o capitalismo e imperialismo tardios foi abordada por Chiyoko Mita em sua tese de doutorado *Bastos: Uma Comunidade Étnica Japonesa no Brasil*, publicado em 1999 pela *Editora Humanitas* de São Paulo. Mita relaciona, da mesma maneira, a emigração moderna ao sistema capitalista. Os imigrantes no exterior contribuía

³⁵² Idem, p.30-32.

³⁵³ Thomas Woodrow Wilson (1856-1924), Presidente dos Estados Unidos da América entre 1912 e 1921.

³⁵⁴ Masataka Kosaka. *Op.cit.*, p.32-35.

com o envio do dinheiro ganho no exterior para a pátria e com a produção de matérias primas de que o império necessitava. Mais ainda, poderiam fomentar a exportação do Japão para os países que os recebiam.³⁵⁵

Dentro desse contexto, a emigração para o Brasil foi associada à tomada da Manchúria. Ainda em 1906, o Japão havia instalado a *Companhia da Estrada de Ferro do Sul da Manchúria* como base para a região nordeste da China. Com o *Incidente da Manchúria* e o estabelecimento de um governo títere em 1932, Manchukuo, houve um aumento considerável de envio de imigrantes japoneses para a região. Para estes, o governo japonês fornecia subsídios a fim de permitir o estabelecimento de núcleos agrários auto-suficientes.³⁵⁶

Essa realidade de colônias japonesas estabelecidas com toda infra-estrutura encontrava eco no Brasil junto à mentalidade antinipônica, visto que após tomar para si a condução de seus súditos para o Brasil, em 1924, o Japão assumira uma política parecida com a que praticava na Manchúria. Apesar dos objetivos serem distintos nesses dois casos – um basicamente militar e outro social-econômico – a expatriação de nipônicos empobrecidos – intelectuais e autoridades visualizavam o futuro do Brasil em cores sombrias.

Enquanto porta vozes do sentimento de nossa elite e inseridas nas questões do momento, as revistas ilustradas não poderiam estar ausentes deste debate. Em 2 de agosto de 1924, a *Careta* publicava o artigo intitulado sugestivamente como “Para ler na cama”. A reflexão era sugerida a partir do relato de uma reunião de intelectuais em uma confeitaria, dentre os quais Oswaldo Orico, colaborador do semanário. O assunto em discussão era a decisão norte-americana em vedar o acesso de imigrantes japoneses em seu território. Um “moço pálido” não identificado pelo articulista, iniciara um discurso exaltando a iniciativa da “América do Norte”, defendendo que esse exemplo norte-americano fosse adotado no Brasil. Ainda mais: deveria-se estender a proibição também aos negros que “infestavam o país”. Acrescentava o personagem que a abolição fora o maior crime e que o único negro que deveria ter tido o direito de ser livre era José do Patrocínio Pai, pois “tinha talento”.³⁵⁷

A despeito da ironia presente em “Para ler na cama”, é bastante significativa a disposição da revista em abordar um fato que ocorria na porção superior do continente americano, no momento em que a presença nipônica no Brasil ameaçava se estabilizar graças ao incentivo oficial do governo japonês. Em suas poucas linhas, veiculava um racismo e uma

³⁵⁵Chiyoko Mita. *Bastos: Uma Comunidade Étnica Japonesa no Brasil*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 1999, p.22.

³⁵⁶Idem, p.27-31.

³⁵⁷“Para ler na cama”. *Careta*. Rio de Janeiro (841) 2 ago. 1924, p.39.

xenofobia, que desumanizava não apenas os japoneses, mas também os negros, relegados à posição de inferiores e de excluídos do papel de cidadãos.

A leitura de artigos publicados nas revistas, que aqui são apresentados, confirma que essas questões não eram exclusivas dos norte-americanos. Contudo, não somente a partir delas. Como então interpretar o convite feito, segundo os jornais japoneses, aos cientistas Bruno Lobo³⁵⁸, Paula Souza e Miguel Couto³⁵⁹ para visitarem o Japão ainda no final do ano de 1926, a fim de conhecerem as suas condições sanitárias? O Encarregado de Negócios, S. Rangel de Castro, informava que os jornais japoneses sempre estavam pressurosos em publicar qualquer notícia relacionada à imigração japonesa no Brasil, e ainda solicitava junto ao Itamaraty, a confirmação da existência oficial desse convite.

Enfatizava Castro que já conhecia a opinião desses três professores sobre o assunto, através de uma brochura intitulada *Japoneses no Japão e no Brasil*³⁶⁰, recebida pela Embaixada e de autoria do ex-diretor do Museu Nacional do Brasil.³⁶¹

Lê-se, ainda no ofício, um despacho manuscrito emitido pelo Gabinete do *Ministério das Relações Exteriores*, determinando que se informasse à Embaixada que a notícia do convite não tinha fundamento. Ainda: determinava a averiguação junto ao Ministro Félix Pacheco se seria aconselhável enviar comunicações ao Departamento de Saúde Pública.³⁶²

É evidente que o referido ofício e o despacho nele registrado identificam a preocupação por parte das autoridades japonesas, que se utilizavam de sua imprensa para expressá-las, em abortar qualquer mal estar em relação ao encaminhamento de seus súditos

³⁵⁸ Bruno Álvares da Silva Lobo (1884-1945), médico e Professor da Universidade do Rio de Janeiro. Foi diretor do Museu Nacional (RJ) entre 1915 e 1923. Em 1935, publicou o estudo *Esquecendo os Antepassados, Combatendo os Estrangeiros*, em que criticava a emenda de Miguel Couto à Constituição de 1934, por limitar a imigração japonesa. Lobo ainda está fichado no DEOPS/SP e foi investigado por traduzir livros e boletins de propaganda da língua japonesa para portuguesa. É citado também na documentação sua detenção por ocasião do levante comunista de novembro de 1935. *Pront. 1934 - Bruno Lobo*. DEOPS/SP, DAESP. Informações complementadas pelo site

<http://www.museunacional.ufrj.br/DIRETORES.pdf> [do Museu Nacional do RJ – acessado em 20/03/2009].

³⁵⁹ Dentre os intelectuais combativos que se preocuparam com a questão imigratória japonesa, o mais conhecido nas décadas de 1920 e 1930, foi Miguel de Oliveira Couto (1865-1934), médico eugenista e presidente da Academia Nacional de Medicina entre 1914 e 1923. Entre as suas obras que associavam o problema do analfabetismo e cultura como terreno fértil para a conquista nipônica cito: *No Brasil Só Há um Problema Nacional: A Educação do Povo* (1927), *A Medicina e A Cultura* (1932) e *Seleção Social* (1933). Foi o autor na Assembléia Constituinte de 1934 da emenda nº 21-E, que proibia a imigração negra e restringia a entrada de imigrantes nipônicos no país à uma cota de 5 % anuais sobre a totalidade dos indivíduos dessa nacionalidade já instalados no Brasil.

³⁶⁰ Rangel de Castro não identifica o ex-Diretor do Museu Nacional, mas anotava que recebera a publicação há poucos dias e nela se encontravam as informações sobre o posicionamento dos três médicos sobre o “problema”: Miguel Couto e Paula Souza eram contrários à imigração japonesa e Bruno Lobo era um entusiasta do ingresso de japoneses no Brasil.

³⁶¹ *Ofício nº 4 de S. Rangel de Castro, Encarregado de Negócios do Brasil, para Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 07/10/1926. AHI-RJ.*

³⁶² Despacho (assinatura ilegível). Gabinete / Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 11/12/1926. AHI-RJ.

para o Brasil. Tendo em vista que especialmente Miguel Couto publicara suas obras antinipônicas nesse período e era Presidente da *Academia Nacional de Medicina* e se dedicava a combater a imigração de japoneses para o Brasil, estava claro que o *Gaimusho* pretendia provar a “qualidade sanitária” do seu colono, que não estaria aquém de qualquer imigrante branco e católico.

Bruno Lobo, igualmente médico, que já se notabilizava pela sua defesa aos nipônicos, seria o reforço favorável e científico aos argumentos nipônicos. A presença de Paula Souza seria justificada por ser este, na ocasião, Diretor do *Serviço Sanitário de São Paulo*, Estado para onde se dirigia a maior parte dos imigrantes japoneses.

A não confirmação do convite em nada alterava o objetivo político da notícia divulgada, uma vez que atendia o propósito do governo nipônico em apelar a pressão de seus jornais e também a ansiedade da população, que tivera de assistir, em detrimento de sua auto-estima, a exclusão de seus compatriotas dos Estados Unidos, baseada na eugenia.

A disposição do governo japonês em fornecer subsídios para a opinião pública a respeito do tema *imigração* era baseada na necessidade de comprovar que nem todos compartilhavam da opinião negativa sobre os imigrantes japoneses. A Embaixada brasileira comunicava qualquer tentativa nesse sentido ao Itamaraty com alarma, principalmente quando a questão envolvia a Amazônia, comparada à Manchúria por Miguel Couto³⁶³, em sua atuação como deputado constituinte entre 1933 e 1934.

Rangel de Castro enviava em 9 de outubro de 1926 à Félix Pacheco quatro cópias de um artigo publicado originalmente no *The New York Herald Tribune*, e que surgia no *The Japan Advertiser* de Tóquio, em 16 de agosto de 1926.³⁶⁴ Intitulado “Japanese for Brazil” e de autoria do jornalista Francis McCullagh, este resumia a entrevista que fizera com o governador do Estado de Amazonas, Ephigenio Salles, e com o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Miguel Calmon.

Embora o Encarregado de Negócios admitisse que não tinha condições de apurar a veracidade das opiniões das autoridades entrevistadas pelo jornalista, interpretava que havia no texto “fantasia” ao lado de muitas “coisas exatas”. Dentre os registros *aflitivos* externados pelo artigo, estava a declaração do governador amazonense de que teria a intenção de introduzir correntes imigratórias japonesas e indianas, no número de 10.000 cada uma. Diante dessa *extraordinária* declaração de Salles, Rangel de Castro sugeria à Pacheco que

³⁶³ Dedicamos algumas linhas sobre as obras e desempenho de Miguel Couto na Assembléia Nacional Constituinte de 1934.

³⁶⁴ “Japanese for Brazil”. *The Japan Advertiser*. Tóquio, 16/08/1926 (anexo ao ofício nº 6 de S. Rangel de Castro, Encarregado de Negócios do Brasil, para Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 09/10/1926). AHI-RJ.

encaminhasse as cópias do artigo para as autoridades citadas. Não há nas entrelinhas, como era usual na correspondência diplomática ostensiva [sem a chancela de “reservado”, “confidencial” ou “secreto”] qualquer tentativa do diplomata em escamotear a sua ojeriza ante a possibilidade de se povoar uma região estratégica, contando-se com estrangeiros “indesejáveis”.³⁶⁵

Ainda em continuidade no estudo do “problema japonês”, a *Fon-Fon!* divulgava a polêmica instalada nos Estados Unidos a respeito da nocividade da raça japonesa. Segundo narra a revista, em uma conferência realizada em Nova York, o professor J. J. Cornelius, da *Universidade de Lucknow* (Índia), afirmara que o antagonismo entre o Oriente e o Ocidente era provocado por L. Stoddard, que publicava diversas obras que preveniam a civilização ocidental contra os povos orientais. Continua o artigo informando que Cornelius considerava os “amarelos” pacíficos, antes dos ocidentais terem lhes ensinado a doutrina da força. Assim, o Ocidente estaria sim ameaçado pelas campanhas encetadas nos Estados Unidos, que fomentavam o preconceito racial e o ódio. Tal situação poderia desencadear uma guerra racial ainda mais desastrosa que a última conflagração.

A conferência citada desencadeara um debate no qual Stoddard, por sua vez, respondera ao opositor reafirmando a tese de que os japoneses eram ameaça constante pela sua civilização e cultura completamente diversas, e começavam a se desenvolver economicamente, sendo que a sua expansão só se poderia fazer em detrimento da raça branca.

³⁶⁶

A *Fon-Fon!* apresenta um disputa que nos interessa em alguns pontos: a discussão visava os japoneses enquanto sinônimos de orientais; o defensor da *raça*, de um ponto de vista colonialista, os apresentava como pacíficos e fracos materialmente, situação que buscavam superar, tendo como modelo os brancos civilizados; o adversário reafirmava sua posição de que os amarelos [japoneses] iriam destruir a civilização branca e cristã através da simples usurpação. Nesse sentido, depreende-se a intenção de se depreciar os nipônicos por parte de ambos os polemistas: por um lado imitadores e limitados, que deveriam ser antes tutelados do que combatidos; de outro sorrateiros e também imitadores, que assimilavam do Ocidente não os valores elevados, mas somente o necessário para o seu progresso econômico.

Essa idéia alimentada pela imprensa, ou seja, o caráter *meramente imitativo* do japonês, enquadra-se na característica intrínseca do mito – a distorção da realidade. Conforme observa Johnson Chalmers, professor de Relações Internacionais do Pacífico da *Universidade*

³⁶⁵ *Ofício nº 6 de S. Rangel de Castro, Encarregado de Negócios do Brasil, para Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 09/10/1926. AHI_RJ.*

³⁶⁶ “O Oriente e o Occidente”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (46) 13 nov. 1926, p.2.

de San Diego, o Japão ao buscar alcançar as potências ocidentais, desenvolveu um sistema único que obteve resultados com base na imitação. No entanto, o Japão não era inerentemente imitador, pois sua cultura original provinha do amálgama de instituições feudais nativas e influências, não cópias, da literatura, religião e da filosofia chinesas. Além disso, a necessidade de seguir o exemplo ocidental poderia ser comparada com a da Alemanha, pelo seu também tardio desenvolvimento, que excluiu ambos os países dos benefícios originais da Revolução Industrial.³⁶⁷

Em síntese: o Império do Sol Nascente industrializou-se verticalmente, por razões políticas e não econômicas, contra a ameaça ocidental, com base nos modelos estrangeiros. Era imitativo em seus resultados, mas não em seus métodos. Não obstante ter sido influenciado pela China, o Japão que sofrera do mesmo modo o impacto do imperialismo ocidental, adotara uma postura diferente do império vizinho: ao invés da resistência chinesa ao Ocidente através da revolução doméstica, a equiparação com os ocidentais. Tal processo iniciou-se ainda na *Era Meiji* (1868-1912) com a adaptação de sua cultura científica e tecnológica e a criação de sua máquina militar, que garantiu ao Japão não ser colonizado e vitimizado pelo Ocidente, como ocorrera com a China.

O mais importante que deveria ser ressaltado, prossegue Chalmers, foi a adoção das instituições políticas e governamentais – leis, câmaras alta e baixa, dentre outras – criadas para terminar com os “tratados desiguais” impostos ao Japão pela abertura forçada em 1854 pela Armada Norte-Americana, comandada pelo Comodoro Perry.³⁶⁸

Verifica-se, portanto, que segundo os estudiosos do tema, que se a modernização japonesa desembocara no imperialismo, este fora antes uma reação ao Ocidente e uma estratégia para a manutenção da independência japonesa, além de saída para a negociação de acordos em bases iguais com as demais nações. Contudo, as ações japonesas eram encaradas como perniciosas, pois eram implementadas por um povo bárbaro, de fina camada de verniz de civilização. Enquanto a Grã-Bretanha “ilustrava” e desenvolvia suas colônias, o Japão explorava e as utilizava como etapa para a conquista mundial e destruição da raça branca.

³⁶⁷ Johnson Chalmers. “The people who invented the mechanical nightingale”. in: Carol Gluck, & Stephen R. Graubard (orgs.) *Showa: The Japan of Hirohito*. New York, W. W. Norton & Company, 1992, p.71-71. O autor refere-se ao conhecido conto de Hans Christian Andersen “O Rouxinol” (1843), que mesmo tendo sido escrito antes da chegada de Perry fundamenta a mais persistente metáfora da civilização japonesa. O conto narra a estória de um imperador chinês que banira do reino seu rouxinol de maravilhoso canto, substituindo-o por outro, uma imitação mecânica cravejada de pedras preciosas enviado pelo imperador do Japão. Inicialmente, o falso rouxinol cantava tão bem quanto o original e com mais consistência, mas logo uma mola se quebrou e o pássaro caiu no silêncio, desesperando o imperador quase até a morte. Somente o canto do verdadeiro rouxinol que lhe visitara no leito de morte salvara o monarca miraculosamente.

³⁶⁸ Idem, p.72-74.

Esse ponto de vista pode ser observado na campanha antinipônica brasileira, recrudescida a partir constituição de Manchukuo e a emigração japonesa para o Brasil, encarada pelo governo japonês, como “Política de Estado”. O fato de o governo japonês subsidiar seus colonos no Brasil, através de empresas como a BRATAC e a KKKK, que gerenciavam colônias como de Iguape (SP) e Bastos (SP), e Tomé-Açú (PA) convencia os antinipônicos de que ocorreria no Brasil o mesmo que acontecera na Coréia, na Manchúria e o que ocorria na China.³⁶⁹

No entanto, afirma Valdemar Carneiro Leão que no início da década de 1930 as relações bi-laterais entre o Brasil e o Japão eram excelentes, principalmente pela liberdade da política de imigração brasileira, que o transformara em principal destino dos imigrantes japoneses. O autor cita os elogios recebidos pelos Embaixadores Hippolyto Alves d’Araújo e seu sucessor Silvano Gurgel do Amaral – este no cargo durante todo o decorrer da crise diplomática desencadeada pela *Constituinte* – por parte do governo japonês, mesmo na pessoa do imperador Hiroíto.

Ainda segundo Carneiro Leão, o governo brasileiro dava mostras do apreço pela imigração japonesa. Enquanto exemplo, cita que em maio de 1931, o Interventor do Estado do Pará determinara estudos para o cancelamento de concessões de terras feitas pela administração anterior. No entanto, deixara intocada a de Hachiro Fukuhara, gerida pela *Nanbei Tokushoku Kaisha* de 1 milhão de hectares. E no Estado de Amazonas, a interventoria estadual não teria questionado a validade das concessões oferecidas pouco tempo antes, no médio Amazonas, a outra companhia colonizadora japonesa, pela qual chegariam em 1931, os primeiros imigrantes, voltados essencialmente para o cultivo da juta.³⁷⁰

Entretanto, há alguns pontos que precisam ser esclarecidos, a partir da documentação colhida no Itamaraty referente a esse período. A concessão no Pará, justamente onde foi localizada a colônia de Tomé-Açú, foi alvo sim de suspeição por parte da Embaixada em Tóquio. Em fevereiro de 1931, relatava Hippolyto Pacheco Alves d’Araujo, que o jornal *The Japan Times & Mail* publicara que cinquenta jovens japoneses pretendiam fundar nas terras concedidas a Fukuhara uma colônia comunista. Embora observasse que Fukuhara era um

³⁶⁹ A pretensão japonesa era de introduzir em vinte anos na Manchúria um milhão de famílias japonesas e a instalação de uma empresa de colonização *Manshu Takushoku Kabushiki Kaisha* (Sociedade Colonizadora de Manchukuo), que mais do que adquirir e administrar as terras, financiava os colonizadores.

³⁷⁰ Valdemar Carneiro Leão. *Op.cit.*, p.77-78.

grande capitalista e que em razão disso não lhe parecia viável tal idéia, d'Araújo recomendava que o recorte da notícia fosse encaminhado ao governo paraense.³⁷¹

Observe-se que a colonização japonesa na região norte do país iniciara-se no final dos anos 1920 e, em janeiro de 1929, foi estabelecida a *Companhia Nipônica de Plantação do Brasil*, com um capital inicial de 4 mil contos de réis. Essa empresa recebeu a referida concessão do governo paraense, distribuídos em duas partes: 600 mil hectares em Acará e outra de 400 mil hectares em Monte Alegre. Além disso, foram doadas mais três áreas de 10.000 hectares cada uma, localizadas em outras regiões do estado. Interessava ao governo do Pará desenvolver essa região inóspita com o capital e a força de trabalho provenientes do Japão.³⁷²

A elite intelectual brasileira encarava essa "liberalidade oficial" como um perigo, vinculando essa investida econômica nipônica como uma tentativa de se criar no Brasil um "Estado independente japonês". Chamava principalmente a atenção dos críticos a grande extensão das terras concedidas às empresas nipônicas. Esse discurso foi recorrente nas décadas de 1930 e 1940 para denunciar o "perigo amarelo".

Mais ainda: o sentimento manifesto por certos setores da elite brasileira desde as primeiras décadas do século XX, recrudescera diante das notícias de que o governo do Estado do Amazonas pretendia repetir com os japoneses a experiência de seu estado vizinho. Para que o empreendimento se tornasse viável foi estabelecida pelo governo amazonense, em 11 de março de 1927, uma concessão de terras de um milhão de hectares aos empresários japoneses Gensaburo Yamanishi e Kinroku Awazu. Contudo, a pressão de políticos brasileiros nacionalistas fez com que o Senado, em 24 de agosto de 1936, negasse sua autorização para os termos do contrato estabelecido entre os nipônicos e o Estado do Amazonas.³⁷³

³⁷¹ *Ofício nº 25 de Hippolyto Pacheco Alves d'Araujo, Embaixador do Brasil, para Afrânio de Mello e Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 21/02/1931. AHI-RJ.*

³⁷² As atividades privilegiadas seriam a agricultura, a mineração, indústria, comércio, transportes dentre outras. A *Companhia Nipônica de Plantação do Brasil* abriu seiscentos mil hectares de Acará (atual Tomé-Açú), para onde em 24 de julho de 1929, se dirigiram 43 famílias, num total de 189 imigrantes, que chegaram a bordo do vapor *Montevideú Maru*.

A colônia de Acará contava com instalações de assistência médica e de educação. Em 29 de novembro de 1929, partiu de Kobe, Japão, uma segunda leva de imigrantes, com 35 famílias, pelo vapor *Santos Maru*, sendo a terceira em 1930, pelo *Buenos Aires Maru*. Desembarcaram naquela colônia paraense trezentos e sessenta e duas famílias, no total de treze viagens. Cf. *Álbum Comemorativo do 25º Aniversário de Fundação da Colônia Tomé-Açú/Pará (1929-1954)*.

³⁷³ Idem; Marcia Yumi Takeuchi. *Japoneses: Op.cit.*, 2007, p.38-39. Carlos de Souza Moraes, em sua já citada obra, ao comentar o episódio da cessão de terras pelo governo de Amazonas aos japoneses, afirmava que a opinião pública brasileira havia se levantado contra essa "vilipendiosa entrega de mão beijada de um milhão de hectares de terra". Cf. Carlos de Souza Moraes. *Op.cit.*, p.83

Diante dessas circunstâncias, os ofícios da Embaixada do Brasil, que versavam sobre suspeitas de restrição à imigração japonesa na região norte do país pontuam com frequência a documentação referente ao assunto no *Arquivo Histórico do Itamaraty*, especialmente após o *Incidente da Manchúria*, em 1931.

O apontamento dos diplomatas de que o Amazonas poderia vir ser o novo objeto das pretensões japonesas pelas similaridades com a Manchúria – grande extensão de zonas desabitadas, posição estratégica e riquezas naturais – era ilustrado por recortes de artigos publicados nos jornais japoneses. Em ofício de 17 de março de 1931, Hippolyto Pacheco Alves d’Araújo encaminhava ao Itamaraty notícias sobre o retorno do deputado Tsukasa Uetsuka ao Japão após estudar as possibilidades de emigração japonesa para a Amazônia. Este teria declarado aos jornais que havia escolhido uma área de vinte milhões de acres para a futura instalação da colônia que estava organizando. Alves d’Araújo considerava que, caso uma concessão tão extensa se concretizasse, representaria problemas futuros para o Brasil, “desde que não sejam tomadas desde já as devidas precauções”.³⁷⁴

A que precauções se referia o diplomata? Verifica-se que a sua recomendação foi considerada pelo *Ministério das Relações Exteriores* que determinara – segundo anotação no próprio documento – o envio do ofício para o *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* e para o interventor do Estado do Amazonas, Álvaro Maia.³⁷⁵

Importante apontar que o referido Álvaro Maia redigira um texto intitulado “O Povoamento do Vale Amazonico”, introduzido na obra antinipônica *O Perigo Amarelo na Amazônia Brasileira: discursos pronunciados em 1936, na extinta Assembléia Legislativa do Amazonas, pelo então deputado Antovila R. M. Vieira, contra a concessão de terras amazonenses aos nipônicos*. O extenso título se justificava, na perspectiva de Vieira, por expor às razões pelas quais considerava um “crime” a concessão de tal extensão de terras aos japoneses. Numa primeira vista, chama nossa atenção o mapa do Estado do Amazonas impresso na capa, assinalados com destaque os trechos da concessão pretendida pelos nipônicos. Há, ainda, uma nota explicativa sobre o mapa: “Note-se a disposição estratégica, dentro do Estado do Amazonas”.³⁷⁶

³⁷⁴Ofício nº 33 de Hippolyto Pacheco Alves d’Araujo, Embaixador do Brasil, para Afrânio de Mello e Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 17/03/1931. AHI-RJ.

³⁷⁵Recorde-se que anteriormente, em 11 de março de 1927, o governo amazonense estabelecera uma concessão de terras de um milhão de hectares aos empresários japoneses Gensaburo Yamanishi e Kinroku Awazu. Contudo, a pressão de políticos brasileiros nacionalistas fez com que o Senado, em 24 de agosto de 1936, negasse sua autorização para os termos do contrato estabelecido entre os nipônicos e o Estado do Amazonas.

³⁷⁶Antovila R. M. Vieira. *O Perigo Amarelo na Amazônia Brasileira: discursos pronunciados em 1936, na extinta Assembléia Legislativa do Amazonas, pelo então deputado Antovila R. M. Vieira, contra a concessão de*

Nesse primeiro momento me atendo ao prefácio à obra, de autoria de Álvaro Maia, incluído neste trabalho que fora “publicado como contribuição às festas comemorativas do Dia do Presidente e da Juventude Brasileira, a 19 de abril de 1942”.³⁷⁷ O faço por duas razões: por estarmos no contexto nacionalista versus imigração japonesa pré-legislação nacionalista de 1938 e, ainda, comprovar que de fato as relações Brasil e Japão sofriam uma ameaça concreta, à despeito da sua suposta excelência, antes mesmo de 1933.³⁷⁸

Efetivamente, a posição de Maia datava de 1923, quando este proclamava que a colonização do Amazonas deveria ser feita por elementos nacionais como índios, caboclos e nordestinos, que seriam “heróicos e fortes” para o desenvolvimento e a defesa de nossas fronteiras. Os europeus, por sua vez, não seriam adequados, e assim justificava: como a seleção natural valia para os seres humanos, os governos – estadual e federal – não poderiam oferecer paludes a indivíduos sãos, em uma região que lentamente se higienizava, ou seja, havia sérios riscos à saúde aos saudáveis europeus.³⁷⁹

E os imigrantes japoneses? Estes – depreende-se das palavras do futuro interventor Maia – poderiam ser expostos às doenças endêmicas, uma vez que necessitavam emigrar para locais que oferecessem oportunidades, e que não oferecessem empecilhos como os Estados Unidos. Contudo, os nipônicos não serviam, assim como os negros. Os segundos por serem irremediavelmente inferiores e os primeiros por se isolarem e não entrarem na circulação econômica e racial do país. Os imigrantes japoneses eram, portanto, inadequados para a exploração da região porque não gastavam, não construíam, não se curvavam, não aprendiam o português e não se adaptavam aos nossos costumes.

Em franca sintonia com o discurso antinipônico norte-americano, Maia temia que, ainda que fossem “cem os japoneses estabelecidos”, estes chamariam em poucos anos milhares, e o Amazonas passaria a ser o “paraíso de Buda”.³⁸⁰

O incremento da corrente imigratória japonesa significava a invasão e a perda de um vasto e estratégico território, principalmente levando-se em conta a expressiva presença de imigrantes de mesma origem no Peru, onde monopolizavam o algodão e o feijão. O preconceito de Maia emerge no momento em que este se vale da estratégia da mescla de “qualidades”, que terminam em críticas estereotipadas aos nipônicos: “Podem ser

terras amazonenses aos nipônicos. Manaus: Seção de Publicidade da Interventoria do Estado do Amazonas, 1942.

³⁷⁷ Na folha de rosto há um retrato de Getúlio Vargas. Observe-se que 19 de abril é a data de aniversário de Vargas, não por acaso dia escolhido para “Dia do Presidente e da Juventude Brasileira”.

³⁷⁸ Embora não tenha sido datada, o texto de Álvaro Maia é anterior a 1936, conforme se depreende dos discursos transcritos de Antovila Vieira, que remete às idéias de Maia entre 1923 e 1934.

³⁷⁹ Idem, p.9-10.

³⁸⁰ Ibidem.

econômicos, excelentes horticultores, *esplêndidos fumadores de ópio*, mas os povos conscientes, de raça formada, como os norte-americanos, não os suportam para as próprias colônias das Filipinas e Alaska”.

Tal nacionalismo eivado de racismo em que há novamente a menção aos Estados Unidos e a “confusão” sobre o vício no ópio – antes lançado sobre os chineses – foram conduzidos por Maia à Assembléia Constituinte de 1934, já deputado. Nessa ocasião, afirmara que bastava ao Peru remover a muralha dos Andes, “furando-a por uma ferrovia”, para que a viagem oriente-ocidente se fizesse por uma reta. Outro motivo para sua apreensão residia no *fato* do Japão estar fazendo uma propaganda sobre a afinidade étnica entre os japoneses e os povos da Amazônia, a fim de legitimar a pretensão de conquista do Império do Sol Nascente.³⁸¹ Seria, então, mais uma versão nipônica da *Doutrina Monroe*, ou seja, os caboclos descendentes de índios estariam sendo considerados asiáticos? É o que se pode depreender a partir da concepção alarmista de Maia.

Assim, as polêmicas xenófobas em torno das concessões de terras aos japoneses no Norte do país fundamentaram os argumentos dos antinipônicos, que aproveitariam a *Constituinte* para debater e apresentar propostas no sentido de limitar e até proibir a continuidade da corrente imigratória dessa origem.

Verificamos, do mesmo modo, a partir da leitura do texto de Álvaro Maia ecos do antijaponismo importado dos Estados Unidos, que não arrefecera mesmo após a legislação imigratória de 1924. A intolerância norte-americana aos nipônicos tem nova emergência, nos anos 1930, tendo como matriz a obra de William Brown, *O Perigo Amarelo*³⁸², de 1935.

Publicado em língua portuguesa, em 1936, o livro esmiúça o problema japonês, que segundo o seu autor, estava esquecido desde a Primeira Guerra Mundial. Contudo, observava que a sua percepção se amplificara quando os japoneses tomaram a Manchúria “e moveram ao mundo inteiro a mais terrível guerra industrial, abalando o poderio europeu e americano nos seus alicerces – o seu sistema econômico”.³⁸³ Para Brown, o Japão – premido pela superpopulação e pela escassez de recursos naturais – iniciava uma ofensiva econômica. No entanto, advertia que no futuro, o imperialismo japonês enveredaria para a violência e a luta armada.

(...) A fome gerou a escravidão do trabalhador e esta escravidão do povo é a base, o pedestal sobre os quais assenta o mais aguerrido e temível dos imperialismos modernos. (...) A

³⁸¹ Ibidem, p.11. [grifo meu].

³⁸² Essa obra seria citada por autores como Xavier de Oliveira, Vivaldo Coaracy e Carlos de Souza Moraes.

³⁸³ William Brown. *O Perigo Amarelo*. Tradução de Joaquim Morais. Lisboa, Agência Editorial Brasileira, 1936, p.11.

miséria do camponês é também a força propulsora do Japão para a guerra de conquista que pode, de um momento para outro, deixar cair a máscara de hipocrisia que ainda hoje usa, para se apresentar subitamente perante o mundo em plena e torva nudez...”³⁸⁴

Verificamos que William Brown faz referências à hipocrisia japonesa e a leitura de seu texto nos permite o levantamento dos argumentos daqueles que eram contrários à corrente imigratória japonesa no Brasil: a pobreza das classes baixas japonesas as levavam à emigração, como soldados fiéis do Império. Este, por sua vez, insidiosamente promovia a infiltração de seus súditos nos países de grande extensão territorial e pouco povoados. Brown sugere que, até mesmo, a explosão demográfica foi incentivada pelo governo japonês: Tóquio concluía que o excesso populacional forneceria os braços necessários para as suas indústrias e serviriam como “armas” contra a Europa e as Américas.³⁸⁵ Além disso, seria o diferencial em relação aos demais países asiáticos: o Japão jamais seria mais uma região escravizada pelos brancos como a China. Os operários e os camponeses seguiriam fielmente, como soldados disciplinados, as diretrizes dos seus líderes, dentro e fora do Japão.

O Perigo Amarelo divulga a tese de que as conquistas japonesas seguiam um plano cuidadosamente concebido: citando um projeto que teria sido arquitetado por Tiki Kita e que se tornara uma espécie de “Bíblia do Exército”, o autor afirma que era aceita no Japão a concepção de que o Estado tinha o direito de fazer guerras às nações possuidoras de territórios exageradamente extensos ou governados de maneira desumana. Exemplo: a libertação da Índia do jugo inglês e da China da opressão estrangeira.

A China, hoje inimiga do Japão, na opinião de Brown, no futuro se aliaria ao Japão a fim de se libertar. Seria a união das raças amarelas contra os brancos. Brown previa uma guerra entre os japoneses, norte-americanos e soviéticos devido aos interesses divergentes na Ásia. O Japão consideraria a intromissão dos Estados Unidos danosa e apenas motivada pelo ódio *feroz* aos amarelos, sem qualquer vantagem prática.³⁸⁶

Desse modo, os imigrantes japoneses faziam parte desses planos expansionistas, e Brown cita um hipotético tratado secreto assinado entre o Japão e o México, em 1912, o qual estabeleceria que qualquer intervenção norte-americana nos assuntos internos mexicanos, provocaria a reação guerreira japonesa. Assim, o Japão fortaleceria sua posição às portas dos Estados Unidos, especialmente após o conflito suscitado em torno das Filipinas, com a Guerra Hispano-Americana (1898). A partir desse “acordo”, a imigração japonesa para o território

³⁸⁴ Idem, p.33-49.

³⁸⁵ Veremos no Capítulo III, que esse argumento seria encampado pelas nossas revistas ilustradas durante a Segunda Guerra Mundial, enquanto um dos símbolos da barbárie japonesa.

³⁸⁶ William Brown. *O Perigo Amarelo*. *Op.cit.*, p.96-129.

mexicano encontrara livre curso e, juntamente com os compatriotas estabelecidos no Brasil e na Argentina, os colonos combatiam “a propaganda pan-americana de Washington como combatem os produtos industriais americanos”. Nesse sentido, há aqui uma importante correlação entre a denúncia de expansão nipônica na Ásia e nas Américas.³⁸⁷

A *Careta* acompanhava esse debate em torno dessa “colonização japonesa” no Brasil, e a resistência que o brasileiro poderia oferecer a ela. Tratando genericamente o povo não pela alcunha *Zé ou Zé Povo*, mas *Jeca Tatu*, a revista publicava em 21 de novembro de 1931, um artigo de fundo em que analisava as suas qualidades. A referência ao personagem imortalizado por Monteiro Lobato, nesse contexto não simbolizava o atraso, mas sim o abandono do povo pelo Estado. Esse descaso social teria criado um indivíduo passivo, que resistia mansamente à sanha das nações imperialistas como o Japão. A esperança do articulista era de que as ambições e a selvageria dessas potências as levassem à autodestruição, o que resultaria na redenção do nosso Jeca passivo e ingênuo.³⁸⁸

Entretanto, neste artigo há um questionamento: o Jeca, o hindu e o chinês, vítimas do “nipônico feroz” seria capaz de resistir àqueles que desejavam conseguir “o pão com o suor do rosto alheio? De fato, nesse artigo, os japoneses são retratados como raça de “ratos ferozes rilhando as presas”, em direção do celeiro do matuto, que se opõe de maneira sorridente, paciente e humorística.³⁸⁹ A comparação dos japoneses aos ratos, animais que por natureza se infiltravam e transmitiam a peste dentre outras doenças, atendia ao objetivo de metaforizar a nocividade do japonês e amplificar o perigo, tornando-o inteligível para a maioria das pessoas. Nesse caso como em outros, a imagem mental “valia por mil palavras”.

O tema da impotência do nacional diante dos canhões e da hipocrisia japonesa foi contemplado, também, na revista da direita católica “A Ordem”. Em sua edição de julho/dezembro de 1932, atacava a presença de estudantes japoneses na Amazônia. Para tanto, o autor, J.J.S., faz um preâmbulo em que contextualiza o leitor sobre os movimentos de expansão do governo de Tóquio, que é historicamente explicada, tendo como exemplo o Império Romano. Segundo essa tese, as nações que triunfavam pela dominação sobre as outras, tinham uma fase de descentralização num sentido de extensão, ou seja, extravasavam

³⁸⁷ Idem, p.132. Há aqui a co-relação a suposta cessão da Baía Madalena pelo México aos japoneses, em 1912, para que lá fosse construída uma base naval, e a ida do cruzador japonês *Izumo* noticiado pelo *The Japan Times*, em 1913, às águas mexicanas com o intuito de intervir na revolução em andamento nesse país. Ambas notícias foram repercutidas pela então Legação do Brasil em Tóquio cf. *Despacho n° 3 de Enéas Martins (sem cargo), para Gustavo de Vianna Kelsch, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio*, de 11/06/1912 e *Ofício n° 15 de Gustavo de Vianna Kelsch, Encarregado de Negócios do Brasil, para Lauro Severiano Muller, Ministro de Estado das Relações Exteriores*, de 17/11/1913. Capítulo I, p.71, nota n°s 171 e 172, respectivamente.

³⁸⁸ “Looping the Loop: Por dizer; por escrever”. *Careta*. Rio de Janeiro (1222) 21 nov. 1931, s/p.

³⁸⁹ Idem. A imagem de selvagem e de rato será, também, atualizada durante os anos em que o Brasil se verá envolvido na Segunda Guerra Mundial, conforme veremos no Capítulo III.

as suas fronteiras. O Japão estava sendo beneficiado ainda pelo torpor do Império Britânico, que apenas assistia a fome de terras e de matérias-primas do Império do Sol Nascente. Através da “astúcia e das espingardas”, pela sua força de grupo e a sua base religiosa, o Japão agia em movimentos bem pensados. Dessa forma, subjugara a China, que teve o seu território partido, escravizara a Coréia e vencera a Rússia.³⁹⁰

A menção de J.J.S. a China é justificada a partir da invasão japonesa à Manchúria, em 18 de setembro de 1931 e o envio de tropas do Exército e da Marinha japonesa para Xangai.

A Manchúria era o sonho japonês. Conquistou-a. Alguns fuzilamentos como demonstrações, devastações nos campos. Nos lares, as satisfações de uma diplomacia instruída e forte porque a secundar-lhe a voz das embaixadas tem o estampido dos canhões, e eis como, facilmente, se faz uma presa e parte-se uma nação!³⁹¹

A crítica de *A Ordem* fundamentava-se justamente na circunstância de “com as suas espingardas ainda fumegantes da invasão manchuriana” chegavam os “estudantes”³⁹² para colonizar a Amazônia. A revista acusava de estarem instalados dezenas de milhares de estudantes e concluía pela presença da anarquia no país para justificar a ingenuidade das faculdades brasileiras e de seus alunos em festejar os referidos nipônicos. Estes seriam garantidos pelo Império japonês e amparados pelo Brasil. Possuiriam universidade e assistência médica japonesa dentro da Amazônia. J.J.S. nos traz, desse modo, mais uma correlação entre essa região e a Manchúria, e o Brasil como a nova China do Ocidente.

Essa situação seria patente observando-se o caso dos nordestinos: se estes quisessem se instalar na Amazônia a fim de fugir da seca, “o governo dá-lhe uma passagem de 3^a. num calhambeque do Lloyd a ele que, com sua família, suba o rio e encalhe no primeiro barracão e se faça escravo do sr. de seringal ou morra de impaludismo e maleitas a tremer à beira dos charcos. Quem o conhece? Na capital não tem um embaixador e não pode bancar o ‘estudante’ na Amazônia...”³⁹³

Esse privilégio em relação ao japonês no Brasil e na Manchúria, fornecia às revistas ilustradas, um parâmetro com a política nacional. Esse mecanismo, produtor de riso e ao mesmo tempo de crítica, demonstra que a matéria-prima dessa imprensa é, como ressaltado anteriormente, o momento ou o instante. O que ocorria no campo externo era, muitas vezes, reaproveitado como forma de permitir ao seu leitor o alcance do que ocorria em sua própria casa [pátria]. Nesse sentido, em 1932, ano em que o Japão criaria Manchukuo, a *Careta*

³⁹⁰ “A ameaça amarela”. *A Ordem*. Rio de Janeiro, Jul/Dez 1932, p.76-77.

³⁹¹ Idem.

³⁹² Grifado no original.

³⁹³ Ibidem.

publicava uma historieta e uma charge em que “jogava” com o duplo sentido: a ameaça japonesa em nível doméstico e a sua representação nos assuntos internos do Brasil.

Na historieta intitulada “Exagerações”, o autor Bogath iniciava o texto ponderando que o brasileiro descende de portugueses, mas também é primo de espanhóis, já que por algum tempo o Brasil pertencera à Espanha. Concluía que, justamente por isso, “nós temos coisas que são verdadeiras espanholadas”. Bogath, contudo, atribui a essa característica, o exagero de um amigo que encontrara no dia anterior. Este tinha o costume de superdimensionar os acontecimentos e lhe perguntara se sabia algo de novo. Ao responder que não, o seu camarada exclamara: “- Estás cego! Há o diabo! O caso paulista! A falta d’água! A reforma da Fazenda! O diabo! Sobretudo S. Paulo! S. Paulo é o Changai do Brasil! Está ocupada nipônicamente!”. Bogath narrava que ao ouvir essa fala do amigo, desmaiara.³⁹⁴

Podemos interpretar que o *desmaio* figurado do articulista tinha mais do que a função de provocar um choque mental no leitor, que o levava a introjetar inconscientemente o medo do *perigo amarelo*, mas também fazê-lo perceber que a convulsão que se iniciava em São Paulo – a revolta da oligarquia paulista contra a perpetuação do *Governo Provisório* – poderia ser comparada com a situação suscitada no Extremo Oriente pelo Japão. A revista partia da premissa de que os paulistas estariam promovendo o separatismo – conforme alegava as forças legalistas – daí a co-relação com São Paulo, que contava com o maior número absoluto de imigrantes japoneses no Brasil.

Em 4 de junho de 1932, quando o conflito em São Paulo se elevava, a *Careta* publicava a charge “O Perigo Mineiro!...”. O desenho explorava o posicionamento mineiro na chamada revolução paulista de 1932, e do Presidente de Minas Gerais Olegário Maciel³⁹⁵. Nesse momento, os mineiros ensaiavam o abandono à causa, o que efetivamente ocorreu, uma vez que Maciel continuaria fiel ao Governo Federal e, mais tarde, ofereceria as tropas mineiras para o combate aos revoltosos paulistas, após 9 de julho de 1932. Daí a riqueza simbólica proporcionada pela charge elaborada por Storni, que combinava com humor o *perigo amarelo* e o “perigo mineiro” [Fig.20].

³⁹⁴ “Exagerações”. *Careta*. Rio de Janeiro (1236) 27 fev. 1932, p.28.

³⁹⁵ Olegário Maciel (1855-1933) Senador mineiro e Presidente de Minas Gerais, no primeiro governo entre 1924 e 1926 e posteriormente entre 1930 e 1933. Como retribuição ao seu apoio por ocasião da Revolução de 1930, Getúlio Vargas o manteve no cargo. Para os demais estados, foram nomeados interventores federais. Esta atitude do Governo Provisório, contribuiu para a agitação paulista, quando o Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático (que apoiara inicialmente a Revolução) se uniram na Frente Única para se opor ao Governo liderado por Vargas.

O PERIGO MINEIRO!...

(No Japão, fundou-se o Partido Social Nacionalista, que ultimamente provocou uma serie de disturbios, e que visa apossar-se da Mandchuria.)



ZÉ — Cuidado, seu Olegario, não vá querer parodiar o japonês e apossar-se da *exMandchuria* paulista!...

20 – “O Perigo Mineiro!...”. *Careta*. Rio de Janeiro (1250) 4 jun. 1932, p.31. AFBN-RJ.

Tendo como mote a notícia publicada nos jornais de que no Japão fora fundado o Partido Social Nacionalista, o que teria provocado vários distúrbios, pois o seu objetivo era a posse da Manchúria, visualizamos na charge uma paisagem montanhosa, característica tanto de Minas Gerais como do Império do Sol Nascente. É necessário considerar, que o referido partido era brasileiro e tinha como um dos próceres Olegário Maciel. Por detrás de uma das montanhas ao fundo, observa sorrateiro um nipônico a cena entre o líder mineiro e o Zé, personagem símbolo do povo brasileiro. O japonês tem contemplado em sua figura os estereótipos a ele atribuídos pelas autoridades e intelectuais antinipônicos: míope e de dentadura escancarada, atento a convulsão paulista.

Por outro lado, Olegário surge em vestes de samurai e com os traços fisionômicos *niponizados*: os olhos oblíquos, sorriso em esgar, em que os óculos fornecem o detalhe final. Além disso, o político mineiro porta em uma das mãos a espada do guerreiro japonês e na

outra a bandeira do P.S.N (a sigla do “partido japonês”). Entendemos que tal transformação física do político, além de compará-lo ao nipônico ao fundo, tem a função de o vincular simbolicamente à traição, a imagem antinipônica recorrente. A legenda auxilia no esclarecimento desse ponto, na abordagem de Zé: “Cuidado, seu Olegário, não vá querer parodiar o japonês e apossar-se da ex-Manchúria paulista!”.

O ataque à traição, ou seja, sem a declaração formal de guerra revelou-se como uma das estratégias do Japão durante a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). Os nipônicos foram acusados pelos russos de iniciar unilateralmente o conflito enquanto ainda negociava com o oponente. Essa pecha seria reforçada anos depois, com o bombardeio à base norte-americana de Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, o estopim para a Guerra do Pacífico. Assim, a charge manipula os símbolos e exerce a função de distorcer, tanto visualmente como textualmente, a situação japonesa na Ásia, transportando-a para São Paulo. O único elemento em comum ou de ligação, que permite eficazmente essa transposição, é a presença de imigrantes japoneses no Estado, que estariam apoiados pelo seu governo.

A emergência do Perigo Amarelo no Brasil

A imprensa nipônica, contudo, detectara o movimento antinipônico no Brasil com antecedência, conforme diversos editoriais e artigos que publicava constantemente sobre o tema desde o início do conflito sino-japonês. O Embaixador Gurgel do Amaral, a quem caberia estabelecer uma mediação entre os governos brasileiro e japonês durante a crise no biênio 1933-1934, aparentemente desinformado dessa realidade enviava, em 28 de outubro de 1933, um ofício referindo-se à uma viagem de recreio realizado pelo Embaixador Pedro Leão Velloso Neto, Chefe da Missão Diplomática do Brasil na China. Essa visita fora, nas palavras de Gurgel do Amaral, distorcida pelo jornal *Kokumin*, de Tóquio, que se aproveitara para repisar notícias falsas sobre o Brasil e a imigração japonesa, que haviam sido divulgadas em maio deste ano pelo *Nagoya Shinaichi*. Queixava-se que noticiários dessa natureza colocavam em risco as boas relações que *acreditava* existir entre as duas nações.³⁹⁶

³⁹⁶Ofício n° 143 de Sylvino Gurgel do Amaral, Embaixador do Brasil, para Afrânio de Mello Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 28/10/1933. AHI-RJ.

A troca de correspondência entre o Itamaraty e sua representação em Tóquio sobre o episódio demonstra que a desconfiança em relação à postura brasileira em relação à imigração japonesa era corrente no lado nipônico. O teor do artigo “Não podem entrar os japoneses” era acusatório, uma vez que continha os seguintes subtítulos: “Parece que se vai estabelecer uma tabela de proibição de entrada de japoneses no Brasil”; “Movimento para impedir a imigração japonesa”. Antecipava, portanto, a legislação de cotas que seria estabelecida somente no ano seguinte.

O texto do referido artigo denunciava as pressões e o isolamento internacional vivenciado pelo Japão após os inícios das hostilidades com a China, e o início de uma campanha contrária à imigração japonesa no Brasil. O suposto líder desse movimento seria Leão Velloso, que tencionaria estimular a emigração chinesa. A “prova” apresentada pelo jornal era a visita do diplomata, que, por sua vez, teria negado essa condição em entrevista: “seria uma caçoada, que nem posso imaginar! Eu gosto do Japão. As belas paisagens deste país e os sentimentos finos dos japoneses muito admiro. Vim com o fim de passear por vários lugares do Japão, num prazo de dez dias. Faça-me o favor de não publicar informações erradas”.³⁹⁷

À despeito da enérgica negativa do diplomata, o articulista insistia na informação e deplorava a substituição de japoneses por chineses, pois os últimos destruiriam a situação ocupada pelos japoneses, por não terem a mesma capacidade de trabalho e possuírem um modo de vida mais frugal. Por outro lado, o Embaixador Gurgel do Amaral registrava que assim como ocorrera no incidente de maio, o jornal recusara-se a retirar as acusações e discorria sobre as atitudes que tomara, com a anuência do Itamaraty³⁹⁸: procurara Koki Hirota, Ministro dos Negócios Estrangeiros, que atuara no sentido de não permitir que jornalistas “travessos” e “inescrupulosos” se comprazessem em prejudicar o desenvolvimento dos interesses de ambos os países. A seu ver, tais processos jornalísticos eram ainda mais reprováveis por se tratar do Brasil, “o único país do mundo que, em grande escala, são os imigrantes japoneses recebidos de braços abertos”.³⁹⁹

³⁹⁷ Tradução de artigo publicado no jornal *Kokumin Shimbun* de 5 de outubro de 1933. (anexo ao of. n° 143). *Embaixada dos Estados Unidos do Brasil*. Tóquio, 28/10/1933. AHI-RJ.

³⁹⁸ Efetivamente, o Itamaraty encaminhara um telegrama à sua Embaixada em Tóquio exaltando os esforços realizados por Gurgel do Amaral a fim de não permitir a continuidade de publicações desfavoráveis, ressaltando o “absurdo” de se imaginar que pudesse partir do ministro Leão Velloso inoportunos comentários sobre a imigração japonesa. Cf. *Despacho n° NP/1 de Cavalcanti de Lacerda, Encarregado do Expediente do Ministério das Relações Exteriores, para Sylvino Gurgel do Amaral, Embaixador do Brasil em Tóquio. Secretaria de Estado das Relações Exteriores*. Rio de Janeiro, 12/01/1934. AHI-RJ.

³⁹⁹ *Ofício n° 143 de Sylvino Gurgel do Amaral, Embaixador do Brasil, para Afrânio de Mello Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil*. Tóquio, 28/10/1933. AHI-RJ.

Hirota tornara público o desmentido do Embaixador brasileiro, desta vez, inclusive pelo próprio *Kokumin*⁴⁰⁰, esclarecendo que a limitação da imigração japonesa não tinha o “mínimo fundamento”. Em síntese: não havia por parte do governo brasileiro intenção em estabelecer limites aos imigrantes nipônicos, pois os apreciava. Entretanto, a intervenção do *Gaimusho* neste caso, no sentido de fazer publicar os desmentidos, não exclui seu papel no fornecimento de informações à imprensa, em particular, quando se detectava ações, ainda que incipientes, que visassem prejudicar a corrente imigratória nipônica. O próprio ministro Hirota insinuara, segundo Gurgel do Amaral, se não haveria “alguém empenhado em perturbar”.⁴⁰¹

É evidente que as notícias ventiladas tinham como fonte o próprio governo japonês, e essa conclusão seria decisiva no ano seguinte durante os debates encetados no Palácio Tiradentes (RJ). O reduzido espaço temporal entre o referido mal estar diplomático e a efetiva aprovação da legislação de cotas demonstra que a Embaixada estava menos ciente com relação ao sentimento antijaponês, em comparação à Tóquio e seus jornalistas.

Logo, durante a apresentação das emendas discriminatórias na *Constituinte*, a imprensa japonesa atuara de forma ruidosa, conforme a própria representação em Tóquio observara, alimentada pelo próprio *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, que deixara claro que não estava disposto a assistir passivamente a repetição do que ocorrera nos Estados Unidos em 1924. Conforme o próprio Embaixador Gurgel do Amaral já observara, em uma passagem bastante significativa: “O japonês é o melhor dos amigos e o mais perigoso dos inimigos. Além disso, era enérgico e trabalhador, sendo a sua esquadra a terceira do mundo em efetivos e navios, mas a primeira em eficiência”.⁴⁰²

A situação na Ásia e os conflitos verificados nos Estados Unidos constituíram, assim, fatos encadeados que levaram a adoção por parte de intelectuais e autoridades – sejam médicas ou dirigentes de instituições incontestáveis do ponto de vista científico – de um posicionamento racista, que seria devidamente liberado e atendido por ocasião da redação da nova *Carta Constitucional*. O resultado foi a corrente antijaponesa obter o êxito de impor um

⁴⁰⁰ Cópia parafraseada do telegrama nº 105 de 11 de outubro de 1933 da Embaixada do Brasil no Japão para o Ministério das Relações Exteriores. (anexo ao of. nº 143). Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 28/10/1933. AHI-RJ. Neste documento há a observação de que a mesma notícia foi reproduzida pelos seguintes jornais: *Tokio Asahi Shimbun*, *Hochi Shimbun*, *Jiji Shimpō*, *Kokumin Shimbun* e “numerosos jornais em toda extensão do império”.

⁴⁰¹ Tradução de artigo publicado pelo jornal *Tokio Nichi-Nichi Shimbun* de 10 de outubro de 1933. (anexo ao of. nº 143). Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 28/10/1933. AHI-RJ.

⁴⁰² Ofício nº 168 de S. Gurgel do Amaral, Embaixador do Brasil, para Afrânio de Mello e Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 21/12/1931. AHI-RJ.

sistema de cotas para o ingresso dos trabalhadores estrangeiros nos moldes da legislação norte-americana.

Sobre a Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934), instalada no Palácio Tiradentes (RJ) em 15 de novembro de 1933, há estudos acadêmicos que, através da análise de discursos, revelaram os meandros da construção da imagem dos japoneses enquanto elementos inassimiláveis, politicamente perigosos e racialmente indesejáveis. Dentre eles, os já citados trabalhos de Flávio Venâncio Luizetto (1975), Valdemar Carneiro Leão (1989) e os mais recentes: de minha autoria *O Perigo Amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945)*, dissertação defendida em 2004 e publicada em 2008, e as teses defendidas nos últimos anos na UNICAMP: de Priscila Nucci, *Os Intelectuais Diante do Racismo Antinipônico no Brasil: Textos e Silêncios*, de 2000; e de Endrica Geraldo, *O “Perigo Alienígena”: Política imigratória e pensamento racial no Governo Vargas (1930-1945)*, de 2007.

Portanto, sobre esse evento, que podemos considerar como um derradeiro resultado da influência exercida pela política imigratória norte-americana antes da instauração do Estado Novo (1937-1945), seria de interesse apenas uma breve retomada do posicionamento da corrente antinipônica, enquanto contextualização, antes de nos voltarmos para o principal diferencial dessa pesquisa: a abordagem fornecida pela imprensa, mais especificamente pelas revistas ilustradas sobre o nacionalismo brasileiro das três primeiras décadas do século passado, que forneceu o arsenal de ataque contra a imigração japonesa.

Em síntese: optei por retomar, mesmo que resumidamente, os argumentos desses intelectuais, motivada pela continuidade de suas lutas eugênicas contra a imigração japonesa nos anos 1940, em livros ou artigos.⁴⁰³

A tríade antinipônica na Constituinte foi formada pelos médicos Miguel de Oliveira Couto, Artur Neiva⁴⁰⁴ e Antonio Xavier de Oliveira⁴⁰⁵. Autores de emendas que proibiam a

⁴⁰³ À exceção principal de Miguel Couto que faleceria ainda em junho de 1934, pouco após a promulgação da Constituição. Entretanto, como veremos, após o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e as potências do Eixo, em 21 de janeiro de 1942, sua figura seria lembrada e cultuada como o herói que tanto lutara, mas não conseguira evitar a infiltração japonesa.

⁴⁰⁴ Artur Neiva (1880-1943) foi diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro entre 1923 e 1926, interventor federal na Bahia (1931) e autor da Emenda n° 1053 proposta na Constituinte de 1934, que permitia apenas a imigração branca. Anteriormente, de 1916 a 1918, dirigiu e organizou o Serviço Sanitário de São Paulo. Em 1920, viajou aos Estados Unidos e ao Japão para estudar as organizações sanitárias desses países. No Japão, proferiu conferências sobre o desenvolvimento da medicina e da higiene no Brasil. Além disso, visitou a Noruega, Filipinas e Havaí a fim de acompanhar a profilaxia da hanseníase. Cf. Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. *Op.cit.*, p.2372-2373 (verbete de Amélia Coutinho e Joana Angélica Melo).

⁴⁰⁵ Xavier de Oliveira (1884-1953) psiquiatra, professor de medicina da Universidade do Brasil, médico do Hospital Nacional e da Assistência a Psicopatas. Como deputado pelo estado do Ceará na Assembléia Nacional Constituinte de 1934, apresentou a emenda n° 1.164, que proibia a imigração de negros e amarelos e instituiu a obrigatoriedade de exame de sanidade física e mental do imigrante. Autor dentre outros livros de *O Problema*

continuidade da imigração japonesa [Neiva e Xavier de Oliveira], ou que a restringiam [Couto], estes eram movidos por preocupações tanto de ordem eugênica quanto política. Em sua cruzada – que provocou debates na imprensa – contaram com o apoio do *Jornal do Commercio* (RJ), que abriu espaço em suas páginas para reprodução integral dos argumentos eugenistas e xenófobos expressos por Miguel Couto e pela *Sociedade Amigos de Alberto Torres*, conforme nos relata Valdemar Carneiro Leão.⁴⁰⁶

É de interesse ressaltar que a luta de Couto, Neiva e Félix Pacheco, diretor do referido jornal, lhes valeu o título de “Três heróis da campanha antinipônica no Brasil”, registrado em artigo publicado na *Revista de Imigração e Colonização* – órgão do *Conselho de Imigração e Colonização*, fundado em 1938 – por Xavier de Oliveira.⁴⁰⁷

Os discursos proferidos na tribuna do Palácio Tiradentes expressavam o temor ao imperialismo e à degenerescência da raça brasileira. Couto, assim como em uma das suas obras, na qual afirmara: “Tudo nos vem agora dos Estados Unidos menos a sua dura lição de experiência feita”⁴⁰⁸, apelava para as metáforas, ora comparando o Brasil a um grande hospital, onde a ignorância do povo deveria ser tratada, ora igualando os imigrantes japoneses às serpentes e aves de rapina, que se aproveitavam do descuido do Brasil em se defender das ameaças externas.

O resultado teria sido a aceitação de japoneses “patriotas” e “ardilosos”, “cobiçosos” e “dissimulados”, que migravam para o nosso país somente para tomar posse do que era seu, do que já haviam adquirido previamente através das companhias de emigração japonesa. Assim, não era imigração. O que estaria ocorrendo – como na Manchúria – era uma invasão promovida por estrangeiros inassimiláveis e de mentalidade estranha: a “coreanização” traduzida pela simbologia do ataque da serpente – o bote (invasão ou imigração); a contração (ocupação ou coreanização) e finalmente, deglutição (posse ou japonização).⁴⁰⁹

A animalização dos imigrantes japoneses atendia ao propósito do orador em amplificar e traduzir *o perigo de morte* que assolava o Brasil. Decodificar o discurso político

Imigratório na Constituição Brasileira: Razões Americanas de Uma Campanha Parlamentar de Brasilidade (1937).

⁴⁰⁶ Valdemar Carneiro Leão. *Op.cit.*, p.107-108. O autor também registra outros jornais que se dedicaram ao combate à imigração japonesa como o *Jornal do Brasil* (RJ) e a *Gazeta do Rio* (RJ); e aqueles pró-nipônicos como *O Jornal* (RJ) e *A Nação* (RJ).

⁴⁰⁷ Jeffrey Lesser. *Op.cit.*, p.178.

⁴⁰⁸ Miguel de Oliveira Couto. *A Medicina e a Cultura: Edição Definitiva das Allocuções Proferidas na Academia Nacional de Medicina pelo seu Presidente de 1913 a 1931*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1932, p.47.

⁴⁰⁹ A partir das considerações de Girardet – na já citada obra *Mitos e Mitologias Políticas* – é possível analisar dentro desta chave interpretativa os discursos de Xavier de Oliveira e Artur Neiva, que assim como Couto, privilegiaram a eugenia e a defesa da pátria “ameaçada de morte” para defender a exclusão total dos japoneses no Brasil. Cf. Capítulo I, notas nº s 108 e 109.

pressupunha, portanto, a compreensão inequívoca do “perigo amarelo”. Conforme expressa a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, a serpente era vinculada também aos judeus e foi reproduzida nas capas de diversas edições dos *Protocolos dos Sábios de Sião*⁴¹⁰, classificada pela autora como uma das principais matrizes do pensamento anti-semita no Brasil. Precisamente no âmbito das imagens, através da linguagem verbal e icônica, as teorias racistas encontram subsídios para proliferar e chegar até as massas. Conclui-se que as falsas analogias e as similaridades, enfim as metáforas, facilitam a circulação e a incorporação do discurso discriminador.

Antonio Xavier de Oliveira – professor e psiquiatra – classificara de criminosa a política imigratória brasileira e exaltava a dos norte-americanos como modelo a ser seguido. Diante da necessidade de se nacionalizar o “alienígena”, nenhum imigrante que não possuísse qualidades físicas, morais e intelectuais que o habilitassem à naturalização poderia ser aceito. Além do exemplo dos Estados Unidos, a Alemanha era exaltada por defender a raça germânica de acordo com os princípios da eugenia.

Para o deputado-psiquiatra, os japoneses possuíam a facilidade de desenvolverem doenças mentais incuráveis e eram contra-indicados no processo de consolidação da raça brasileira.⁴¹¹

Artur Neiva, em seu discurso, seguiu a mesma linha de Xavier de Oliveira, acrescentando enquanto um diferencial um novo argumento: a necessidade de defesa do trabalhador nacional. Este, afirmava, não poderia competir com o estilo de vida sóbrio do japonês e estaria sendo desalojado de seus postos de trabalho. Daí a concepção em voga, entre os anos de 1920 e o final da Segunda Guerra Mundial, de que os nipônicos eram produtores de pobreza onde quer que se instalassem. Assim, para Neiva, o problema de maior importância relacionada à imigração japonesa era a capacidade de organização dos colonos japoneses. Seria além do mais um elemento inassimilável, que conservava as suas tradições e devotava “grande ódio aos brancos”. Brancos de que o Brasil necessitava e que qualificava como “portadores de uma beleza clássica”. Estes auxiliariam no imprescindível processo de branqueamento da população do norte do país.⁴¹²

⁴¹⁰ Maria Luiza Tucci Carneiro. *Op.cit.*, 2003, pp. 59-60. A autora afirma que *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, obra apócrifa, que surgiu pela primeira vez na Rússia entre 1903 e 1907, reúne em suas páginas um conjunto de 24 conferências, que comprovariam o objetivo de conquista do mundo pelos judeus. As ilustrações das suas diversas capas compostas por serpentes, aranhas e polvos reproduzem o que Tucci Carneiro chama de "estética do mito do complô judaico". No decorrer do século XX e ainda nos dias de hoje, inúmeras versões dos *Protocolos* têm sido impressas em todo mundo apesar de sua falsidade ter sido denunciada em 1921.

⁴¹¹ Antonio Xavier de Oliveira. *Op.cit.*, p.30-51.

⁴¹² Pronunciamento de Artur Neiva na sessão de 3 de fevereiro de 1934. Assembléia Nacional Constituinte, 1933-1934. *Annaes da Assembléia Nacional Constituinte*, v. 4, p. 211-216.

Conforme relata Valdemar Carneiro Leão em seu já citado estudo – que se dedica ao papel do Itamaraty na crise diplomática desencadeada pela Constituinte – a intervenção da nossa chancelaria e do próprio presidente, Getúlio Vargas, impediu a aprovação das emendas discriminatórias apresentadas pela corrente antinipônica.⁴¹³ O fato de Vargas ter atuado junto à Assembléia através da intermediação do Ministro das Relações Exteriores, Cavalcanti Lacerda, resultou no artigo 121, que estabelecia uma cota de 2 % para o total da cada grupo imigratório estabelecido no país nos últimos cinquenta anos.

É de se observar que esse sistema de cotas era mais flexível do que o estabelecido pelos Estados Unidos, em 1924, pois embora este país estabelecesse igualmente a cota de 2 %, tinha como referência o número de cada corrente imigratória identificado no censo de 1890. Segundo Endrica Geraldo, esse período visava favorecer, como de fato ocorreu, o ingresso dos imigrantes do norte e do oeste da Europa.⁴¹⁴

Como foi ressaltado mais acima, no caso de imigrantes não brancos⁴¹⁵, como os japoneses, houve o fechamento total de portas, uma vez que estes foram excluídos das cotas por outro dispositivo dessa lei, que os apontavam como *sem condições* de obter a cidadania norte-americana.

No entanto, a negociação estabelecida nessa ocasião pode ser analisada sob outro prisma: além da pressão exercida pelo governo japonês que fizera saber expressamente o governo brasileiro, através de seu embaixador no Distrito Federal, que lhe seria inadmissível a aprovação de uma legislação diretamente discriminatória, havia a atenuante confessada por Xavier de Oliveira, em seu livro *O problema imigratório na constituição brasileira: razões americanas de uma campanha parlamentar de brasilidade*.

Em suas páginas, declarava que quando tomara conhecimento que a cota anual estabelecida pelo seu projeto, para o qual havia reunido 132 assinaturas – que previa a proibição da imigração negra e estabelecia um limite de 2 % para os asiáticos – apenas seria aprovada na *Comissão dos 26*, se fosse extensiva aos imigrantes de todas as procedências, procurou Miguel Couto a fim de relatar esse inconveniente. Segundo as suas palavras “O Grande Morto” teria lhe afirmado que caso o processo não pudesse ser revertido, preferiria mandar ensinar japonês aos seus netos. Couto somente teria se convencido quando concluiu,

⁴¹³ Valdemar Carneiro Leão. *Op.cit.*, p.118-120.

⁴¹⁴ Endrica Geraldo. *O “Perigo Aliénigena”: política imigratória e pensamento racial no Governo Vargas (1930-1945)*. Tese de Doutorado em História. IFCH-UNICAMP, 2007.

⁴¹⁵ Essa terminologia não brancos, assim como não pretos, foi assim traduzida na edição em português do citado estudo de Jeffrey Lesser, publicado em 2001 pela Editora da UNESP.

ao verificar as estatísticas, que a imigração européia não seria afetada e, por conseguinte, a “formação eugénica” do povo brasileiro.⁴¹⁶

Assim, a polêmica em torno da nocividade do imigrante japonês obteve grande repercussão na imprensa através de artigos e transcrições de discursos dos constituintes antinipônicos. Será interessante avaliar nas próximas páginas não simplesmente como essas falas em si agressivas foram transplantadas para a iconografia, divulgada pelas revistas ilustradas, mas como o tema “nacionalização do alienígena” foi abordado iconograficamente, a partir do final da década de 1910, a fim de articularmos esses discursos balizados pela autoridade e a sua aceitação por parte da imprensa.

2.2 - A imigração japonesa diante de dois nacionalismos: a ação dos chargistas

As preocupações em torno do povoamento territorial da Nação brasileira e do problema dos braços para a agricultura foram uma constante nas páginas das revistas ilustradas. Tal interesse se traduz na presença de artigos e charges em torno dessas temáticas que, marcadas pela dinamicidade, repercutiam os fatos mais marcantes desse momento histórico. Com relação ao nosso estudo, não se tratam somente de “instantes”, mas envolvem parte de um período em que as relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão e as especificidades políticas de cada um dos países moldaram um imaginário em torno dos “exóticos nipônicos” transplantados para o novo mundo – vasto, rico e desabitado.

Tendo em vista a abordagem proposta e a ênfase no ideário das elites conservadora e nacionalista a respeito do que era aceitável ou não para a formação da nacionalidade brasileira, a expectativa das classes detentoras do poder foi disseminar entre as massas a aversão ao estrangeiro inassimilável, o *Outro* diferente e perigoso.

Partindo-se desta perspectiva, estabelecia-se a visualização imediata da ameaça, auxiliada através de textos curtos e facilmente compreensíveis, como a *caricaturização* do inimigo a ser combatido.

O relativo desconhecimento sobre o Japão e os japoneses apontado por estudiosos que se dedicaram à imigração japonesa⁴¹⁷, contribuiu para a configuração do imaginário em torno dos imigrantes dessa origem. As imagens construídas, veiculadas pela imprensa, têm como marcas a ambigüidade – exotismo e estranhamento – no início do processo imigratório,

⁴¹⁶ Antonio Xavier de Oliveira. *Op.cit.*, p.122-124. O autor manifesta como objetivos do livro: justificar a campanha antinipônica e defender a manutenção do artigo 121 na futura *Constituição*, desta vez sob a égide da ditadura do Estado Novo.

⁴¹⁷ Os já citados trabalhos de Célia Sakurai, Rogério Dezem, Jeffrey Lesser, Hiroshi Saito, dentre outros.

influenciada pelo que se “sabia” do Império do Sol Nascente: a terra das gueixas, dos samurais, das cerejeiras e finalmente, dos vencedores da Guerra Russo-Japonesa. No decorrer das décadas de 1920 e 1930, os avanços militares japoneses na Ásia consolidaram de modo inequívoco o *perigo amarelo* no imaginário coletivo.

Os imigrantes japoneses eram apresentados pelas revistas como aqueles que se encontravam no território brasileiro tutelados pelo Império do Sol Nascente, um grupo desprezado pelas demais nações. Foi possível, através de levantamento de charges e sua seleção, comprovar essa realidade, ou seja, o processo dinâmico e sucessivo de transmutação do nipônico de *forasteiro exótico* para *agente infiltrado* em prol do imperialismo japonês.

Essa natureza de estrangeiro transitório e materialista é expressa, também, de modo pouco sutil na imprensa ilustrada. Em 20 de maio de 1916, a *Cigarra* publicava a charge “Os nossos hospedes”, de Voltolino, cujas caricaturas estavam, na ocasião, em exposição na redação d’ *A Cigarra*. O título promulga diretamente: estes não pertencem ao mundo brasileiro, são simples visitantes passageiros e transitórios [Fig.21].



21 – “A imigração Japonesa – Os nossos hospedes”. *A Cigarra*. São Paulo (42) 20 mai. 1916, p.37. APESP.

As personagens revelam o objetivo do chargista, cuja essência de sua arte é ridicularizar o objeto: as *caratonhas* estereotipadas são comuns às charges vinculadas aos japoneses. Os dentes proeminentes que fornecem às fisionomias sorrisos eternos e forçados; os olhos cerrados, em que é possível visualizar a imagem de roedores. Fixados no instante e dentro do contexto da subvenção paulista à imigração ainda suspensa e o desenrolar da *Primeira Guerra Mundial* vêm-se, portanto, o duplo aspecto: desenraizados e portadores de qualidades imitativas.

Essa denúncia é expressa pela vestimenta atribuída aos nipônicos: ao invés dos trajes de trabalho (mangas de camisa, calças rústicas e chapéus de feltro) vestidos ocidentais nas mulheres e ternos e chapéus da moda para os homens. A “elegância” deslocada e mal ajustada proporciona o ridículo à visão dos leitores, pois, ao mesmo tempo em que usufruem do prazer

proporcionado pela comicidade, edificam a imagem mental negativa dos imigrantes japoneses.

A imitação grosseira e inculta das elites empreendida pelos japoneses é expressa sem qualquer sutileza por Voltolino, uma vez que o objetivo intrínseco da charge política é ser preciso e indubitável. Esse poder da caricatura foi observado pela própria revista, que informava que os jornais, tanto da Europa como dos Estados Unidos, não dispensavam as caricaturas. Classificando-as de “artigos desenhados”, estes seriam muito mais “incisivos do que os escritos”. Os jornais parisienses estariam, continua *A Cigarra*, publicando diariamente charges sobre assuntos da atualidade, e mesmo o governo francês vinha reconhecendo sua utilidade como meio de propaganda. Já nos Estados Unidos, os desenhistas recebiam, ainda segundo as palavras do articulista, somas “fabulosas” e alguns jornais possuiriam uma “plêiade” de cartunistas para comentar, segundo o ponto de vista do jornal, os acontecimentos “sensacionais do dia”.⁴¹⁸

Essa natureza contundente da charge é reconhecida e popularizada, portanto, pelas nossas revistas⁴¹⁹, cujas páginas eram recheadas de desenhos [charges] que repercutiam os assuntos mais relevantes. Nesta perspectiva, a representação caricatural do nipônico ameaçador servia para materializar e, ainda, amplificar o *perigo japonês*.

Em relação aos japoneses, há uma recorrência neste período aqui analisado, final da década de 1910 e meados dos anos 1930, sobre a política expansão nipônica na Ásia, que assim como ocorre com relação aos documentos diplomáticos, influenciam a elaboração da imagem desses imigrantes. Estes igualmente surgem na imprensa ilustrada como elementos de dissensão da nacionalidade brasileira.

À respeito das atividades do Império do Sol Nascente, há ênfase na sua voracidade, na já referida fome de terras alheias. Essa percepção foi traduzida pelos chargistas, numa continuidade e associação significativas com os seus súditos no Brasil, que extrapolavam meramente o imperialismo, ressurgindo a cada passo dado pelo Japão em direção a sua hegemonia na Ásia.

Ainda em 1918, com a aproximação das últimas batalhas da conflagração mundial, o Japão estava em posição de ocupante das colônias asiáticas da Alemanha. Entretanto, a imprensa publicava eventualmente desde o início do conflito, em 1914, reproduções fotográficas do assalto japonês em Tsing-Tau e o posterior aprisionamento de militares e civis

⁴¹⁸ Sem título. *A Cigarra*. São Paulo (115) 1 jul. 1919, p. 44.

⁴¹⁹ *A Cigarra* em suas páginas de anúncios apresentava o de Luffe, caricaturista, que realizava seus trabalhos a crayon em papel de luxo, mediante uma fotografia junto a um vale postal ou cheque de dez mil réis. “Anúncio de caricaturas”. *A Cigarra*. São Paulo (323) 15 jan. 1928, p.33.

alemães localizados nessa possessão.⁴²⁰ Há por parte das revistas o acompanhamento dos fatos que ocorriam no continente asiático, e os artigos referentes ao assunto comprovam o interesse da nossa imprensa pela temática, especialmente visando a concentração de colônias japonesas e alemãs no próprio território nacional.

O afundamento do cargueiro *Paraná* em 5 de abril de 1917, quando navegava em águas francesas, suscitou manifestações populares e da imprensa em prol do rompimento das relações diplomáticas com o império alemão, que ocorreu no dia 11 desse mesmo mês.⁴²¹ A declaração de guerra em 26 de novembro, e o torpedeamento dos navios *Acary* e *Guahyba* em 4 de novembro, exacerbaram as revoltas populares, que atingiram associações e clubes de origem alemã no país, especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. De fato, encontramos recorrentes artigos sobre o *perigo alemão* representado pelos colonos teutos do sul do país. Em 27 de janeiro de 1917, a *Careta* publicava um artigo sobre as “sinistras intenções” do militarismo alemão que faria custar ao Brasil e aos países sul-americanos “magníficas terras fecundas”.⁴²²

Se durante a Primeira Guerra Mundial o *perigo alemão* estava em voga no Brasil, o *amarelo* não foi posto de lado, nem mesmo com o Japão posicionado ao lado dos países ditos democráticos. Afinal, os japoneses eram encarados como aliados incômodos, pois não faziam parte do universo naturalmente civilizado dos europeus e dos norte-americanos. Em 29 de julho de 1918, poucos meses antes do término das batalhas nos campos da Europa, *A Cigarra* publicava uma charge intitulada “O Japão e a paz alemã” [Fig.22].

⁴²⁰ Conforme, por exemplo, as reproduções fotográficas “Tsing-Tau” e “A Guerra”, publicadas no nº 340 de 26 de dezembro de 1914 da revista *Careta* (RJ).

⁴²¹ Entre o rompimento das relações diplomáticas e a declaração de guerra em 26 de outubro, os navios Tijuca, Lapa e Macau foram torpedeados por submarinos alemães respectivamente em 20 de maio, 27 de julho e 23 de outubro.

⁴²² Sem título. *Careta*. Rio de Janeiro (449) 27 jan. 1917, p.19. São recorrentes também fotografias de prisioneiros alemães internados na Ilha das Flores (RJ) oriundos dos navios arrestados pelo Brasil como indenização de guerra e das represálias dos populares aos estabelecimentos germânicos no Rio de Janeiro. Cito os nºs 489 de 3 de novembro de 1917 e 490 de 10 de novembro deste ano.



22 – “O Japão e a paz alemã”. *A Cigarra*. São Paulo (96) 29 jul. 1918, p.24. APESP.

Essa charge sintetiza em poucos traços a ambição japonesa, metaforicamente expressada como um “ataque culinário” cercado de símbolos políticos e militares. Tal recurso, periodicamente foi utilizado como representação para o fim supostamente almejado pelos japoneses na conquista do mundo. A objetividade da imagem auxiliava, através do cômico, o público leitor a introjetar o seu significado, e a circulação dos estigmas relacionados ao Japão e aos japoneses.

A charge em questão apresenta um diálogo entre Tio Sam e um militar japonês. De imediato, chama atenção a representação do personagem-símbolo da nação norte-americana: ao invés do “alto, magro e campestre fazendeiro ianque”, na definição de John e Selma Appel⁴²³, encontramos um também alto, mas corpulento e elegante personagem trajado como membro da guarda montada em cujo pescoço surge o lenço com as cores e símbolos da bandeira estadunidense. É legítimo especular que nesta charge de Voltolino, ocorreu um

⁴²³ Cf. John Appel & Selma Appel. *Op.cit.*

equivoco na legenda, não sendo o famoso Tio Sam, mas o *Irmão Jonathan*, outro símbolo norte-americano, menos conhecido.⁴²⁴

Tio Sam ou Irmão Jonathan, ao seu lado o japonês sentado à mesa comporta os mesmos estereótipos, que se transformaram em marca registrada dos nipônicos nas charges e caricaturas: uma personagem que observa sadicamente a sua vítima, arreganhando os dentes, sempre proeminentes, num eterno sorriso que exacerbava o terror da vítima.

Juntos, o civilizado e gentil ianque e o bárbaro japonês produzem um contraste inegável, uma tensão real entre as duas nações, ainda que diante de um inimigo comum. Esse antagonismo se apresenta de forma maliciosa no desenho de Voltolino. A malícia está na postura de Tio Sam apoiando a mão esquerda no ombro do japonês, enquanto diz: “Que bela pombinha para guizar com o teu arroz...”. O nipônico expressa sua cobiça famélica portando os *hashis*, um em cada mão, pronto para o ataque à ave-símbolo da paz e ao ramo em seu bico. Simbolicamente a pomba está pousada no capacete que outrora havia pertencido ao exército do Kaiser Guilherme II, emblema da derrota alemã e da perda de suas colônias.

A charge condena o imperialismo japonês, mas dentro do contexto da campanha nacionalista do período, já aqui referido, o avanço norte-americano também é alvo de crítica, simbolizada pelo garfo, à espera para atacar o arroz japonês e a pomba. Em poucos traços, o chargista consegue exprimir a ambição insaciável do japonês e a rivalidade Japão-EUA, numa síntese e força, que um documento textual não alcançaria com tal concisão.

Os imigrantes dentro da ordem instituída

Nesse sentido, há um esforço nesta pesquisa em integrar as charges, enquanto uma fonte visual, às reflexões sobre os fatos sociais e históricos, na perspectiva de abordar novas problemáticas no saber histórico. Esse ponto de vista é considerado graças a leitura do artigo "A Construção do Saber Histórico: Historiadores e Imagens", do historiador Marcos Antonio da Silva, publicado ainda em 1992, na *Revista de História* da FFLCH/USP. Embora desde a publicação do referido artigo, tenham sido realizadas pesquisas, que valorizaram as imagens (cinema, fotografia, charges etc), o estudo de Marcos Silva apresenta contribuições que estimularam a valorização do visual. Dentre essas, o esclarecimento do próprio autor de

⁴²⁴ Irmão Jonathan seria uma referência ao governador canadense Jonathan Frumbuil, com quem supostamente George Washington sempre se aconselhava. A frase “saibamos o que pensa a cerca disso o irmão Jonathan” teria feito os estrangeiros associarem esse personagem aos EUA. Contudo, nas charges pesquisadas, o apelo à figura do Tio Sam é de longe mais significativa. [Os dados sobre Irmão Jonathan foram extraídas d’A *Cigarra*, nº 105, de 1 de fevereiro de 1919, p.28.

que não se tratava de uma suspeição ao textual ou atribuir às fontes iconográficas um poder messiânico, mas ampliar o universo de documentação e de análise do historiador.⁴²⁵

Tendo, assim, como princípio que a imagem é possuidora de uma dimensão de historicidade, a fonte iconográfica não pode ser ignorada se o historiador tem o objetivo de resgate das experiências históricas e das práticas sociais de um determinado período. Concretamente, busca-se identificar a capacidade inerente ao visual em consolidar estereótipos, tendo como matérias primas os acontecimentos mais importantes e que mais mobilizavam a imprensa.

Apresentamos então, como uma das hipóteses, que as charges e as reproduções fotográficas eram instrumentos de que se valiam as classes dirigentes, para atingirem o alcance e a amplitude necessária junto à opinião pública. Os conceitos e as idéias são transformados em imagens e símbolos que, por sua vez, se convertem em imaginários sociais. Estes são manipulados de acordo com os interesses de determinados grupos.

Bronislaw Baczko, em seu artigo “Imaginário social” defende que o imaginário, enquanto uma das forças reguladoras da sociedade, exerce funções múltiplas e complexas na vida coletiva, em especial no exercício do poder. O seu detentor tem a capacidade de a partir da iconografia construir uma imagem negativa do oponente, em especial em relação à sua legitimidade. Por ter função mobilizadora, o imaginário possibilita a criação de representações grandiosas, através das quais o líder se exalta a fim de obter o maior número de adesões.⁴²⁶

Embora a figura do líder considerado individualmente na história republicana esteja associada à Getúlio Vargas, é inegável que antes da Revolução de 1930, havia grupos que manejaram os imaginários sociais a fim de manterem o *status quo*. Em torno das disputas, os estrangeiros “indesejáveis” localizados no Brasil adquiriram uma visibilidade como elementos que não se enquadravam na *Nação* que se desejava construir. Nos momentos críticos, estes surgiam como elementos traiçoeiros e desconectados da realidade nacional.

Conforme foi observado anteriormente, a *Primeira República* foi marcada por crises desde a sua promulgação, com explosões de revoltas armadas. Entretanto, até a ascensão de Getúlio Vargas, em 1930, ocorreria mais uma, a *Revolução de 1924*. Esse conflito levou ao cerco por 23 dias e o bombardeamento da cidade de São Paulo pelas tropas legalistas, principalmente o seu centro e a região do Brás, onde se localizavam suas fábricas. Menos conhecida do que a *Revolução Constitucionalista* de 1932, a de 1924, recebeu cobertura da

⁴²⁵ Marcos Antonio da Silva. "A Construção do Saber Histórico: Historiadores e Imagens" In *Revista de História*. São Paulo: USP/FFLCH, n°. 125-126: 117-134, ago-dez/91-jan-jul/92, p. 117-118.

⁴²⁶ Bronislaw Baczko. "Imaginário Social". In *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5: 296-330. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985, p. 297-310.

imprensa paulista e carioca, com diferentes pontos de vista. A abordagem sobre esse movimento justifica-se, visto que o imaginário em torno dele afetou a comunidade imigrante localizada no Brasil.

Pouco estudada até recentemente, o ponto de vista sobre a *Revolução de 1924* tem se alterado com novas pesquisas que tem lançado luz e interesse sobre esse momento histórico. Uma delas, a de Ilka Stern Cohen, nos interessa duplamente, pois a autora trata do tema basicamente do ponto de vista iconográfico.

Cohen identifica – a partir dos relatos do final do século XIX e início do XX, que colide - São Paulo como cidade de caráter progressista, no sentido do arrasamento do passado em prol da modernidade. A capital, que aspirava a uma semelhança com as belas cidades européias, nascera com o café e se expandia com as ferrovias, e a metrópole dinâmica, nos anos 1920, exigia uma cidade moderna e civilizada.⁴²⁷

A inspiração européia não se limitava à arquitetura, mas às maneiras, ao vestuário, aos divertimentos e aos modos de falar. As revistas e os jornais publicavam anúncios de lojas que adotavam nomes europeus pela sua origem ou para aparentarem maior sofisticação. Exemplos como o *Mappin Stores* e a *Casa Allemã*. Os objetos de desejo também eram os “de fora”, tais como automóveis, vestidos e chapéus confeccionados por estrangeiros oriundos da civilizada Europa, especialmente Paris.

Entretanto, as classes populares se encontravam distantes da ostentação e da infraestrutura oferecidas às elites. A população se adensava graças aos imigrantes, que terminavam por constituir seus próprios bairros, marcando a paisagem com os seus costumes e negócios.

428

A presença de operários e parte deles formados por estrangeiros adquiriu um novo viés, com a *Greve de 1917* e a *Revolução Russa*. Esses fatos geraram um paradigma que definiu os dois lados antagonistas: os industriais e a elite agrária, e do outro, o operariado.

⁴²⁷ Ilka Stern Cohen. *Bombas sobre São Paulo: a Revolução de 1924*. São Paulo, Editora UNESP, 2007, p.14-15. A autora observa que o esquecimento a que ficou relegada a Revolução de 1924, que quando mencionada surge sempre atrelada ao capítulo “tenentismo”, tema consagrado e debatido pela historiografia. Uma das razões para que 1924 tenha sido ignorado foi, na visão de Cohen, o fato de figuras importantes da política paulista não terem participado dos planos e da execução do movimento, ao contrário do que ocorreria em 1932. A Revolução teria sido um desastre tanto para os seus promotores como para os oponentes, e em especial, para a cidade de São Paulo. Idem, *Ibidem*, p.97-98.

⁴²⁸ Idem, p.17-18. De fato, no caso dos japoneses, a partir de 1910, estes passaram a se concentrar na Liberdade. No entanto, foi possível encontrar entre os anúncios d’ *A Cigarra* na década de 1920, alguns da loja *Fujisaky & Cia*, que comerciava artigos de carnaval, e da loja *O Japão em São Paulo*, cuja matriz ficava em Tóquio, e era especializada em artigos para presentes de Natal e Ano Novo. Ambas se localizavam na rua São Bento, 68-A. A primeira anunciava em 1922 e a segunda em 1926, sendo possível que esta tenha substituído a *Fujisaky* no ponto.

Essa separação em campos opostos passava a justificar o uso da violência para conter as manifestações e as exigências do proletariado.

Combinado com as questões trabalhistas, sociais e a crise econômica, o sistema político baseado em eleições fraudulentas ou com base nas forças coercitivas dos chefes partidários locais, causava insatisfação em outro grupo, os militares. Estes possuíam participação efetiva no jogo político, e tinham a convicção em sua capacidade de intervir na realidade nacional. Finalmente, a eleição de Artur Bernardes⁴²⁹ em detrimento de Nilo Peçanha, apoiado pelos militares, e as punições aos tenentes que participaram do *Movimento Tenentista de 1922*, foram o estopim para a revolta de 1924.⁴³⁰

Cohen relata os saques ocorridos nos galpões após a fuga do Presidente do Estado, Carlos de Campos, e os bombardeios desfechados indiscriminadamente pelo Governo Federal em diversos pontos da capital. O texto da autora é acompanhado de fotografias de prédios e ruas destruídos pelas bombas, e de fachadas atingidas pelos tiroteios violentos. Sem obter a mobilização necessária, os revoltosos iniciaram a retirada de São Paulo em 27 de julho. A repressão das forças legalistas os levaram ao interior de São Paulo em direção ao Paraná. Ao final, se articularam com unidades militares rebeldes, provenientes do Rio Grandes do Sul, chefiados pelo então tenente Luis Carlos Prestes. Essa junção originou a conhecida *Coluna Prestes*, que após atravessar o Paraguai, voltar para o Brasil via Mato Grosso e percorrer o Nordeste, internou-se na Bolívia após dois anos de resistência.⁴³¹

Ressaltamos que Cohen observa que as camadas populares eram simpáticas ao líder revolucionário, General Isidoro, devido às suas ações no sentido de minimizar o sofrimento da

⁴²⁹ Artur da Silva Bernardes (1875-1955), Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, Presidente do Estado de Minas Gerais entre 1918 e 1922 e Presidente da República entre 1922 e 1926. Seu governo foi marcado pela instabilidade provocada pela sua eleição em detrimento de Nilo Peçanha, apoiado pelos militares. Muitas de suas ações foram no sentido de repressão aos levantes e sublevações militares. No entanto, antes mesmo de sua posse, o fechamento do Círculo Militar e a prisão de seu presidente, Marechal Hermes da Fonseca, no final de maio de 1922, detonou uma rebelião, em 5 de julho, com a adesão da guarnição sediada em Campo Grande, antigo Estado do Mato Grosso, à de Niterói e Rio de Janeiro, especialmente o Forte de Copacabana. O Forte caiu na manhã do dia 6, no episódio que ficou conhecido como os “18 do Forte”. Tomou posse em 15 de novembro de 1922, na vigência do Estado de Sítio. Ainda, em seu governo, em 1923, foi aprovada a Lei de Imprensa, proposta pelo senador Adolfo Gordo, nomeada “Lei Infame”. Cf. Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. *Op.cit.*, p.366-370 (verbete de Mauro Malis e Emanuel Araújo).

⁴³⁰ O objetivo principal da Revolução de 1924 foi derrubar o Presidente Artur Bernardes e obter a centralização do poder, em detrimento da autonomia dos estados e na defesa dos interesses nacionais. Seu principal líder foi o general Isidoro Dias Lopes, e a escolha do dia 5 de julho para o início das ações remetia ao levante tenentista de 1922.

O levante de unidades da Força Pública e do Exército visava sublevar os quartéis e a massa em direção ao Rio de Janeiro, mas o plano não foi concluído como almejado, e o resultado foi a ocupação da cidade por 23 dias. Após o bombardeio do Palácio dos Campos Elíseos, o presidente Carlos de Campos e as forças legalistas se transferiram para a zona leste distante, junto à Penha e de lá comandaram a reação. Ocorreram insurreições em Sergipe, Amazonas, e em setembro no encouraçado São Paulo. Cf. Ilka Stern Cohen.

Op.cit., p.25-37.

⁴³¹ Idem, *Ibidem*, p.86-90.

população civil, como o fornecimento de gêneros alimentícios. Contudo, por parte da imprensa havia visões contraditórias, sem dúvida influenciadas pela censura de ambos os lados: *A Cigarra* publicou fotografias da destruição causada à cidade e, como em geral se posicionava junto às classes dirigentes, estabeleceu críticas ao movimento revolucionário, embora admitisse que Isidoro Lopes se tornara “o ídolo do povo paulista” e “herói da Revolução de 1924”, juntamente com Miguel Costa. É crível considerar que a revista resvalou ao entusiasmo popular, motivada pelo carisma de Isidoro e pela antipatia que lhe causara os ataques maciços das tropas legalistas⁴³².

Por outro lado, as revistas ilustradas cariocas não demonstravam qualquer ambigüidade com relação ao evento: a revista *Fon-Fon!* debruçou-se sobre o movimento praticamente desde o princípio, admitindo em suas páginas a sua natureza “conservadora e serena”, que persistiria mesmo após a mudança editorial ao final da década de 1920, quando passa a se voltar ao público feminino, com as suas páginas quase que em totalidade dedicadas à moda, culinária e ao cinema.

Logo no dia 12 de julho, a revista publicava um “pronunciamento”⁴³³ que condenava a revolução iniciada em São Paulo, defendendo que a Pátria precisava de trabalho, ordem e amor, e não de sangue e crime político. O movimento foi qualificado de subversivo e se dedicou, durante o conflito, a publicar fotografias de Artur Bernardes, de militares encarregados de sufocá-lo e dos estragos na capital paulista. Em 2 de agosto, a revista circulava celebrando o fim dos conflitos em editorial intitulado “A hostia da paz”.⁴³⁴

Segundo o referido editorial, “as nuvens sombrias que escureciam o nosso céu” teriam desaparecido e a alma nacional respirava “livre de apprehensões”. O povo brasileiro estaria na iminência de um perigo, que ameaça o fruto de seu trabalho graças a uma “revolução caudilhesca”.

A *Fon-Fon!* defendia a tese de que o Brasil vinha lutando há séculos para a constituição de uma nacionalidade coesa através do caldeamento de raças de vários matizes, combatendo as “idéas fragmentistas, os pessimismos morbidos e os inimigos internos e externos”.⁴³⁵

A força de toda uma nação teria se unido para esmagar essa aventura revolucionária. Contudo, a própria revista difundia a idéia de inimigos externos que, em algum momento, poderiam ameaçar internamente a nacionalidade: os imigrantes.

⁴³² *A Cigarra* publica os editoriais e fotografias acerca da revolução somente a partir do nº 236 de 1 de setembro de 1924. O nº 235 circulou em 1 de julho de 1924, havendo portanto um intervalo de dois meses na publicação, graças às dificuldades e à censura imposta pelos revolucionários.

⁴³³ “Pronunciamento”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (28) 12 jul. 1924, p.27.

⁴³⁴ “A hostia da paz”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (31) 2 ago. 1924, p.27.

⁴³⁵ Idem.

Já a *Careta* não registra desde o início as lutas em São Paulo. Somente a partir do nº 839 de 19 julho de 1924 – quase ao final do conflito – publicava fotografias a respeito dos exercícios militares dos soldados do Exército e da Força Pública paulista, realizados em maio. No nº 841 de 2 de agosto, divulgava imagens sobre a vitória legalista e um artigo sobre a inutilidade da insistência dos revoltosos em manter posição, quando a derrota há muito se delineava. As legendas das fotografias são expressivas da linha editorial seguida pela revista: “A insubordinação de São Paulo”; “A pilhagem em São Paulo” dentre outras. Na edição de 9 de agosto de 1924 (nº 842) a revista exibia as imagens da destruição da capital paulista e atribuía aos revoltosos a culpa. Estes eram representados nas charges como covardes e “malucos de São Paulo”.

Através do curto histórico sobre a cobertura da *Careta* e d’*A Cigarra*, que passaram a discorrer sobre o tema quase ao final das batalhas, é possível demonstrar o papel do controle sobre a imprensa, mas também a circunstância do seu posicionamento em relação ao poder constituído. Esta percepção pode ser sustentada, principalmente no caso da *Careta*, visto que o seu caráter humorístico e sarcástico lhe permitira tomar posição oposta ao do Governo Federal em diversas ocasiões, mesmo sob censura.⁴³⁶

Reforça esse ponto de vista o fato da revista publicar logo depois da retomada da situação pelas forças leais à Artur Bernardes e Carlos de Campos, charges que atacavam violentamente os *imigrantes*, que supostamente teriam auxiliado os revoltosos. Seria fundamental nos perguntarmos: que imigrantes? A resposta mais imediata poderia ser italianos, espanhóis ou ainda os oriundos do Leste Europeu, identificados com o comunismo, tais como os lituanos e russos. No entanto, a coleção de charges demonizando os *estrangeiros*, deve ser considerada como o apogeu das imagens veiculadas pela *Careta* desde os meses anteriores aos conflitos verificados em São Paulo.

⁴³⁶ Diferentemente do que ocorrera na Revolução de 1924, momento em que estava de acordo com o governo legalista, a *Careta*, mesmo sob pressão da censura participou ativamente nas críticas contra os governos anteriores, como o de Hermes da Fonseca.

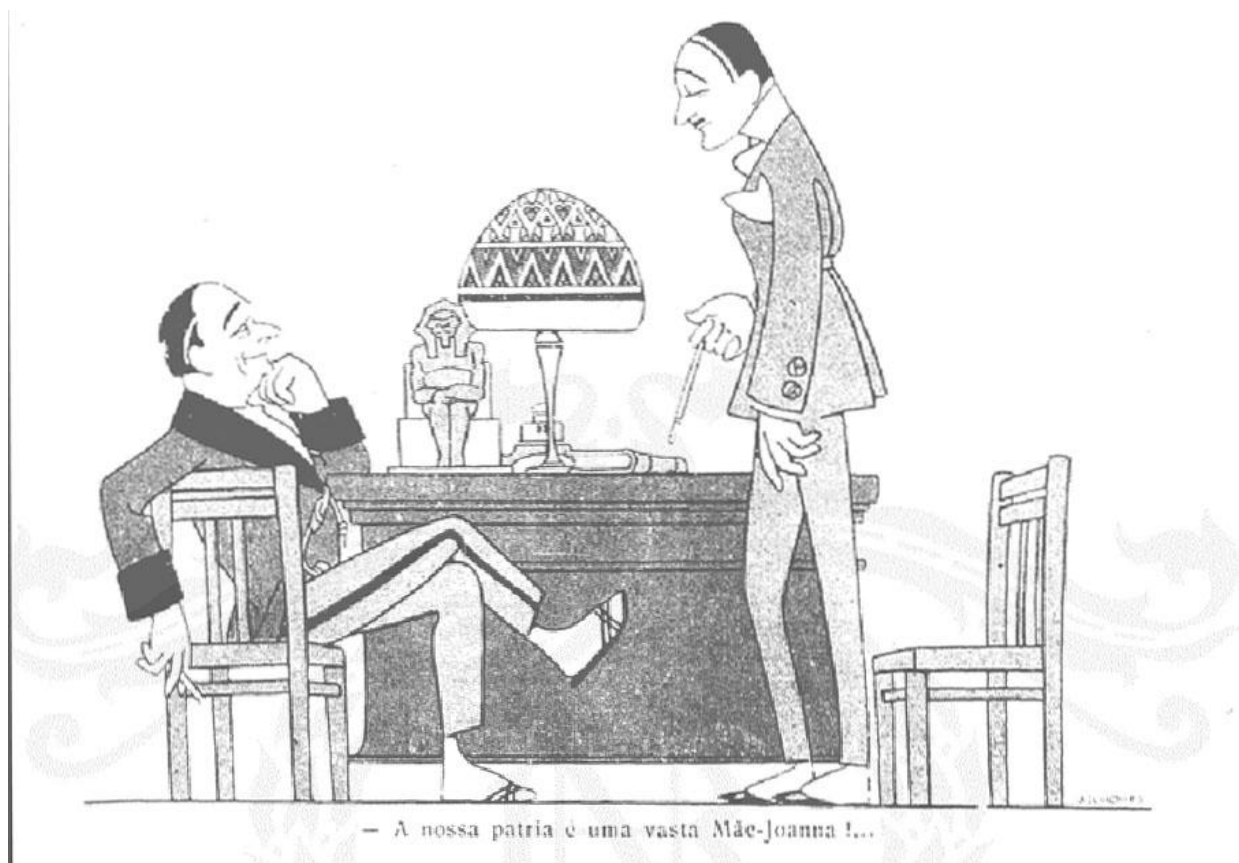


A importação fácil que fazemos de elementos deletérios e indesejáveis, dá os resultados desastrosos que obtivemos com a sua cooperação ingrata nos sucessos de S. Paulo...

23 – “Indesejáveis...”. *Careta*. Rio de Janeiro (845) 30 ago. 1924, p.23. AFBN-RJ.

As referidas charges se referiam aos imigrantes sem especificação da nacionalidade, a fim de dar um caráter generalizado à ameaça. Esta seria resultado da falta de precaução oficial pelas mazelas trazidas pelos forasteiros. Uma delas foi veiculada na edição de 30 de agosto de 1924 e é significativamente intitulada “Indesejáveis” [Fig.23].

Na imagem vê-se um indivíduo, qualificado em sua camisa como “immigrante”, a bordo de um vapor tentando alcançar um saco de dinheiro pendurado em um coqueiro. A sua figura é desmedidamente de maior proporção ao navio, que o transporta em direção ao Brasil. Essa característica proposital visa, em nossa interpretação, amplificar o mal a que a nação estava sujeita. Em contraposição, e em evidente diferença de escala, está o frágil Zé a observar a aproximação do “trabalhador” de fora e mercenário. A legenda apenas acrescenta uma informação que poderia ser facilmente “lida” pela imagem: “A importação fácil que fazemos de elementos deletérios e indesejáveis, dá os resultados desastrosos que obtivemos com a sua cooperação ingrata nos sucessos de São Paulo...”.



24 – [A casa da Mãe Joana]. *Careta*. Rio de Janeiro (837) 5 jul. 1924, p.34. AFBN-RJ.

Envolvidos em subversão e materialistas, sem compromissos com a *Nação* que os recebia de braços abertos, a postura intolerante da *Careta* em relação à imigração é um processo contínuo, conforme se pode verificar na charge sem título, mas que poderia ser intitulada significativamente de “Casa da Mãe Joana”, expressão popular conhecida e aplicada quando existe uma situação em que qualquer um poderia ingressar em seu lar e ter a liberdade de ação em detrimento e prejuízo de seu proprietário [Fig.24].

O diálogo estabelecido entre os dois dândis de ar intelectual afetado e as posturas dos personagens – um à esquerda, sentado de pernas cruzadas, e o outro à direita, de pé segurando displicentemente uma piteira – exprime a ironia e a despreocupação de certos setores da elite, que o chargista deseja expressar. A convicção de que as classes dirigentes, interessadas somente no preço do café, e disposta pelo seu bem estar a abrir as portas aos “rebotalhos” do mundo todo, é exemplificada com a inserção dos símbolos da ostentação: antiguidades e livros, estes últimos marca do bacharelismo e das classes consideradas cultas.

Rebotalho, sinônimo de ralé, escória e refugio, esses imigrantes não serviam para o progresso do Brasil, nem no sentido econômico, nem para o povoamento do território. No caso dos italianos, espanhóis e portugueses, a proximidade étnica e cultural vinha sendo

eclipsada por suspeição de que muitos, dentre eles, estavam participando de ações subversivas. Em relação aos alemães, o fantasma do *perigo alemão* e do desprezo que votavam aos nativos negros e indígenas, com os quais se recusavam a se “caldear”⁴³⁷ por estes não serem arianos. No entanto, reiteramos o que mencionamos anteriormente: o perigo germânico foi pontual, de acordo com as fontes até o momento coletadas. Foi presente somente nos momentos de guerra entre a Alemanha e o Brasil – tanto entre 1914-1918 e 1942-1945.

Enquanto auxílio para a nossa interpretação do *indesejável*, citamos o artigo “Estrangeiros e ordem social (São Paulo, 1926-1948)” de Alzira Lobo de Arruda Campos. Neste estudo, a autora – através de pesquisa nos prontuários produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo – observa que, de fato, atribuíam-se aos estrangeiros a responsabilidade pela subversão da ordem social, em especial numa equação bolchevismo e influência judaica, que foi amplamente aceita pela sociedade. Esse “amplamente aceito” é concluído com base, também, na presença de artigos em jornais que apoiavam prontamente o combate aos estrangeiros subversivos. Em um período em que o racismo angariava adeptos em todos os setores, os “alienígenas” receberam o anátema de “estrangeiros indesejáveis”.⁴³⁸

Particularmente no Governo Vargas, antes mesmo do golpe do Estado Novo (1937-1945), a repressão aos imigrantes se apoiava em duas categorias co-relatas: o nacionalismo e a xenofobia.⁴³⁹ Em 1935, o *Decreto-Lei nº 479* regulamentou a expulsão de estrangeiros que fossem considerados autores ou cúmplices de crimes de natureza política, sexual, ligados a tóxicos, dentre outros. Esse decreto foi modificado pelo *Decreto-Lei nº 298*, de 27 de abril de

⁴³⁷ Essa constatação foi feita por Oliveira Vianna em sua obra *Raça e Assimilação*. O autor afirmava que à despeito da eugenia do alemão ariano, este na maioria dos casos se opunha ao consórcio com elementos da raça brasileira, por se considerar superior. Francisco José de Oliveira Vianna. *Raça e Assimilação*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1932, p.205 (Col. Brasileira).

⁴³⁸ Alzira Lobo de Arruda Campos avalia a partir dos documentos produzidos pela Polícia Política nos governos Artur Bernardes e Getúlio Vargas, a atuação política dos estrangeiros e seus compromissos étnicos, tanto dos vinculados ao comunismo como os que agiam como agentes infiltrados. A autora conclui que a classe política considerava o comunismo uma idéia importada, sustentada graças ao ouro de Moscou, pois o operário nacional era ordeiro e pacífico. Essa idéia é anterior à criação do DEOPS/SP, em 1924, conforme vimos na evocação da *Cigarra* sobre a Greve de 1917. Cf. Alzira Lobo de Arruda Campos. “Estrangeiros e ordem social (São Paulo, 1926-1948)”. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Ed. Unijuí, vol. 17, nº 33, 1997, p.201-202. O estudo de Lobo foi realizado com base no trabalho pioneiro da historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro nos arquivos do DEOPS/SP sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁴³⁹ Várias medidas e ações vinham sendo postas em ação desde a década de 1920 contra a atuação política dos estrangeiros como a criação do Conselho de Defesa Nacional, órgão vinculado à Presidência da República. Com a Constituição de 1934, foi criado o Conselho Superior de Segurança Nacional, passo decisivo na salvaguarda do Estado e do Governo. Cf. Elizabeth Cancelli. *O Mundo da Violência: A Polícia da Era Vargas*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993, p.99.

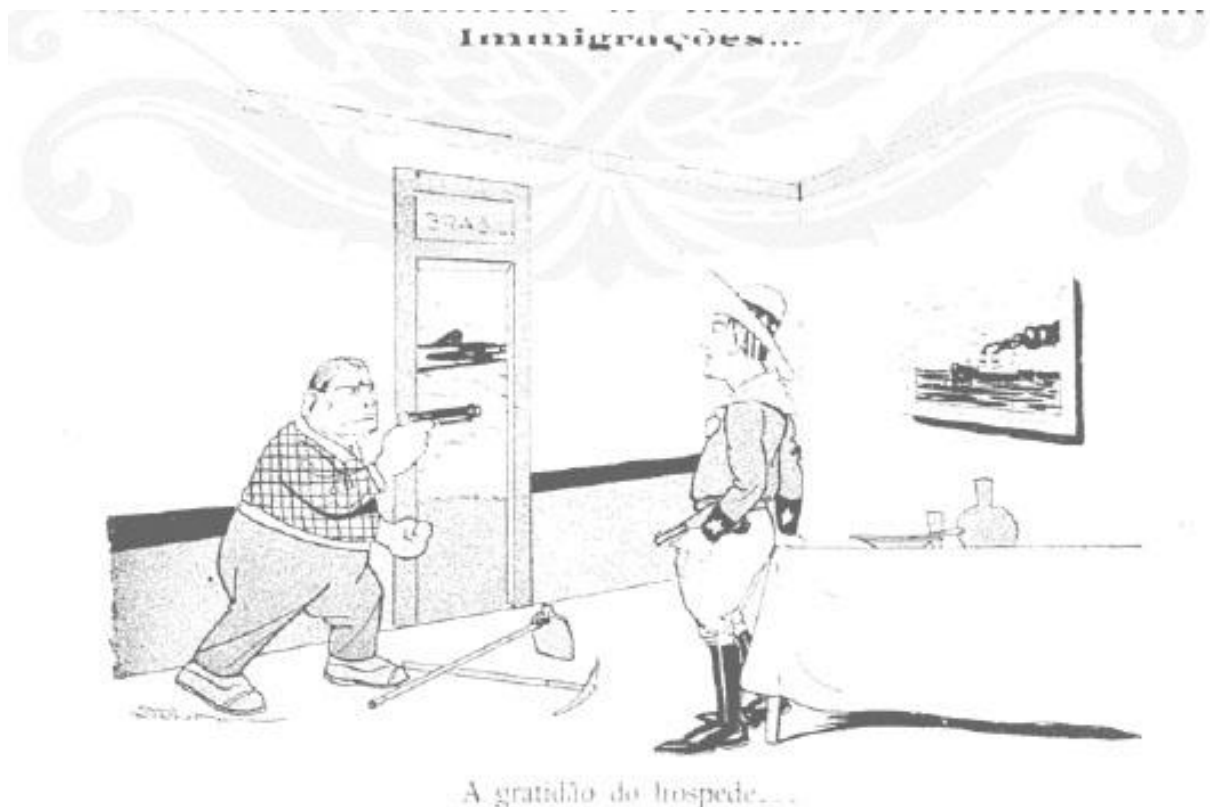
1938.⁴⁴⁰ Nesse mesmo ano, foi baixado o *Decreto-Lei n° 383* de 18 de abril de 1938, que proibia aos estrangeiros desenvolverem atividades de caráter político, a não ser de cunhos cultural, cívico ou beneficente.

Embora Arruda Campos, em seu texto, enfatize a repressão aos imigrantes suspeitos de envolvimento com o comunismo, é possível depreender que, assim como aos comunistas, à comunidade japonesa foi atribuída a pecha de imigrantes de cultura e moralidade estranhas à brasileira. Numa sucessão de estereótipos, o nipônico transforma-se em produtor de quistos étnicos e agentes do governo japonês infiltrados no território nacional.⁴⁴¹

Em 23 de agosto de 1924, uma charge de Alfredo Storni permitia ao leitor se certificar que a imigração significava antes ataque e infiltração [Fig.25]. Novamente, sem a identificação do personagem a um grupo imigratório específico, a imagem reproduzia as acusações que pesavam sobre os estrangeiros: invasão, ameaça e frágil vínculo com a pátria de adoção. Intitulada “Immigrações”, vê-se um imigrante de porte rústico que acabara de ingressar ao Brasil [de portas escancaradas], que na primeira oportunidade abandonava os instrumentos agrícolas para portar uma arma, símbolo da violência. O personagem Zé, que enverga trajes que remetem também ao continente sul americano, tem a arma apontada contra si pelo imigrante e declara: “A gratidão do hospede...”.

⁴⁴⁰ Sobre os processos e atos de expulsão a que estiveram sujeitos os imigrantes na Era Vargas ver: Mariana Cardoso dos Santos Ribeiro. *Venha o Decreto de Expulsão*. Dissertação de Mestrado em História, FFLCH-USP, 2003.

⁴⁴¹ Exemplos da participação política e social dos imigrantes japoneses e seus compromissos étnicos estão presentes nos prontuários do DEOPS/SP fundamentalmente nos produzidos durante a Segunda Guerra Mundial. Neste atual estudo, há o objetivo de avaliar essa “participação” como foi denunciada pelas revistas ilustradas. Marcia Yumi Takeuchi. *O Perigo Amarelo em Tempos de Guerra (1939-1945)*. São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002 (Série Inventários DEOPS – Módulo III – Japoneses).



25 – “Immigrações”. *Careta*. Rio de Janeiro (844) 23 ago. 1924, p.35. AFBN-RJ.

A frase emitida pelo Zé caracteriza a condição de *hóspede*, termo já observado anteriormente, acrescido do juízo de valor *ingrato*. A condição de invasor e de agente se aplica aos imigrantes japoneses uma vez que estes não se coadunavam com o modelo europeu e adquiriram os estigmas de inassimiláveis culturalmente, perigosos politicamente e deletérios à raça brasileira ainda em formação. A imprensa ilustrada tratava de super dimensionar a nocividade relacionada ao imigrante amarelo, qualidade cuja persistência pode ser comprovada a partir do final da década de 1910, lugar que somente pode ser rivalizado pelos imigrantes judeus.⁴⁴²

⁴⁴² Realidade comprovada pelos estudos de Maria Luiza Tucci Carneiro, especialmente *Op.cit.*, 2001 e *Cidadão do Mundo: Brasil e a questão dos refugiados judeus (1933-1948)*. Tese de Livre Docência. FFLCH-USP, 2001.



26 – “Indesejáveis”. *Caretta*. Rio de Janeiro (837) 5 jul. 1924, p.22. AFBN-RJ.

O antiniponismo manifesto iconograficamente reúne todos os elementos acima citados: a vilania, a ausência de civilização e o estranho/diferente. Verifica-se na charge “Indesejáveis” [Fig.26], que faz um diálogo interessante com a publicada nesse mesmo número e que foi indicada como Fig. 24. Ambas as charges de autoria do cartunista Haroldo, graficamente remetem ao universo *blasé* que contribui para traçar o desprezo pela *raça* japonesa. Se na imagem anterior, a acusação recaía sobre a *elite* que importava elementos de origem duvidosa, em culpa solidária de duas vias, nesta o nipônico é o único responsável pelo desagrado da chamada elite dirigente e intelectualizada.

O personagem masculino, um cavalheiro elegante, afirma à interlocutora, displicentemente apoiada em um móvel: “Sou contra a imigração japonesa. Os amarelos, como antípodas, têm os pés voltados contra nós. Não acha que é uma grosseria?”. A síntese da situação é apresentada nessas curtas frases recheadas de sarcasmo expressas pelo personagem, que demonstra sua elegância através da onipresente piteira.

Os amarelos viviam do outro lado do mundo, portanto antípodas, mas não apenas geográficos, mas morais e psicológicos. Eram *outros* e não pertenciam ao “mundo brasileiro”. Há ainda a menção dos “pés” voltados contra o Brasil e os brasileiros, que tem em nossa interpretação um duplo significado: a popular versão de que no Japão se localizava do lado oposto ao Brasil no globo terrestre e que ali é tudo sempre ao contrário – se lá é dia, aqui é noite; se cavarmos um buraco no chão chegaremos ao Japão etc. – e os pés enquanto metáfora daquilo que aconteceria caso a imigração japonesa continuasse – a idéia do “pontapé”⁴⁴³ aplicado pelos japoneses aos brasileiros no futuro, caso estes não acatassem os desígnios estabelecidos pelo Império do Sol Nascente.

A acusação de enquistamento das colônias japonesas em pontos estratégicos do território nacional, denunciado pelos setores antinipônicos, revela muito além da crítica à resistência de assimilação por parte dos japoneses, mas ainda o receio dela. Nessa contradição intrínseca, há os discursos encetados pela nossa *intelligentsia* e autoridades no sentido da nacionalização dos imigrantes, na qual a observância da pureza étnica por parte da comunidade japonesa deveria ser criminalizada. Contudo, no contexto da defesa da coesão nacional e racial, os japoneses e seus descendentes eram aqueles que mais se afastavam do desejável e poderiam, na mentalidade racista vigente, contaminar a raça brasileira.

Assim, o biótipo do nipônico era desvalorizado como esteticamente feio, e a aproximação de sua etnia aos indígenas, defendido por intelectuais como Bruno Lobo e Edgard Roquette Pinto⁴⁴⁴, não suavizava o receio daqueles que entendiam a arianização da população brasileira como condição *sine qua non* para que o país atingisse o status de nação moderna e democrática.

2.3 – A perigosa etnicidade imigrante

⁴⁴³ O uso do efeito “pontapé” nas charges foi comum nas charges já que é uma expressão conhecida e utilizada até os dias de hoje quando se deseja expressar que algo ou alguém incômodo foi devidamente rechaçado e afastado.

⁴⁴⁴ Edgard Roquette Pinto (1884-1954) médico, antropólogo e etnólogo, foi um dos pioneiros do rádio no Brasil. Presidiu em 1929 o I Congresso Brasileiro de Eugenia e é autor, dentre outras obras, de *Ensaio de Anthropologia Brasileira* (1933). Foi diretor do *Museu Nacional do Rio de Janeiro* entre 1926 e 1935.

A exaltação nativista tem sua origem na independência, como observa Alfredo Bosi em sua obra *Dialética da Colonização*, na versão editada pela *Companhia das Letras*, em 2001. Esta visão de mundo devia-se, para o autor, à cultura erudita, que resultara na eleição de *O Guarani* (1857), de José de Alencar, como o romance fundador da nacionalidade brasileira e o seu viés nacional-conservador.⁴⁴⁵

Para Bosi, já o modernismo passou a propor o cruzamento de culturas, especificamente nas obras de autores como Mario de Andrade e Oswald de Andrade. Mário aliava a uma fusão do que se fazia na Europa (perícia técnica supranacional) com a psicologia brasileira semi primitiva, mestiça, fluida, romântica. Oswald, por sua vez, defendia uma incorporação “violenta e indiscriminada dos conteúdos e das formas internacionais pelo processo *antropofágico* brasileiro, que tudo devoraria e tudo fundiria no seu organismo inconsciente, entre anárquico e matriarcal”. Essas teses, na visão de Bosi, se aproximam na medida em que “postulam uma assimilação de códigos europeus por um presumido caráter (ou não-caráter) nacional brasileiro”.⁴⁴⁶

No entanto, para que essa ideologia atingisse a sociedade de maneira ampla, a fim de ser legitimada, recorria-se à cultura de massa, delineada à época do modernismo ufanista e antropofágico, e utilizada pelo fascismo e em escala industrial pela Alemanha Nazista de Adolf Hitler, a partir de sua ascensão em 1933.⁴⁴⁷ No Brasil, a imprensa registrava desde os inícios da década de 1920 a popularidade do cinema, que adquiria um status que se sobrelevava ao do cinematógrafo freqüentado nos anos 1910, não somente pelas elites, mas também pela classe média. No entanto, a melhor via de popularização dos conceitos criados e emitidos pelas classes ilustradas era a revista ilustrada, pela sua farta divulgação de pequenos artigos em uma linguagem acessível, grande quantidade de fotografias e charges políticas.

Logo, há concordância com as observações de Bosi quanto à atração exercida pela cultura de massa [imagens] ao público: a possibilidade de viver o sentimentalismo, a agressividade, o erotismo, medo, fetichismo e a curiosidade. Ao final, o espectador deseja,

⁴⁴⁵ Bosi aponta também a difusão das teorias racialistas européias [Spencer; Le Bon] e o darwinismo social, e a análise da sociedade brasileira por parte de intelectuais como Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, tendo como objetos de interesse os negros e os sertanejos. Além da degenerescência racial representada pela miscigenação.

⁴⁴⁶ Alfredo Bosi. *Dialética da Colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p.321-333.

⁴⁴⁷ Bosi faz distinção entre diferentes categorias de cultura brasileira que é plural: cultura erudita (das universidades); cultura popular (iletrada com seus valores e materiais simbólicos do homem pobre e rústico não assimilados totalmente pelas estruturas simbólica das cidades modernas); cultura criadora (poetas, compositores e pintores fora do universo acadêmico) e cultura de massas (sistemas de produção e mercados de bens de consumo – indústria cultural). O autor empresta à *Antropologia* o conceito de cultura que considera mais adequado: conjunto de ser, viver, pensar e falar de uma dada formação social. Idem, *Ibidem*, p.308-319.

mesmo não participando diretamente da ação, mas afetado pelas suas emoções primárias, o aguardado *Happy End*.⁴⁴⁸

Portanto, a lógica em torno da homogeneização da cultura e da raça brasileira residia, conforme já observado, dentre outros fatores: na concepção vigente do atraso nacional oriundo da inferioridade racial do brasileiro, contaminado pelo indígena e pelo negro; no alerta contra as invasões externas da qual o Brasil seria vítima, por ser receptor de imigrantes de diferentes origens raciais e políticas.

Nesse sentido, as instabilidades políticas e econômicas tiveram papéis decisivos na conformação da *estigmatização* do japonês enquanto colono nocivo.

Bosi define três conceitos vinculados aos questionamentos apresentados neste estudo: *cultura*, *culto* e *colonização*, que atualiza em relação aos seus significados simbólicos e materiais. Cultura e colonização, a dominação do homem sobre o outro e a matéria; sujeitar um povo ou adaptá-lo tecnologicamente a um certo padrão tido como superior e, ainda, controlar o trabalhador e o consumidor, eventualmente cidadãos.⁴⁴⁹

A partir das reflexões de Jacob Burckhardt e Antonio Gramsci, o autor demonstra que *cultura* tem tanto o caráter de resistência às pressões estruturais dominantes (Estado e Igreja em Burckhardt) como consciência da historicidade da própria visão do mundo e crítica do senso comum: atua para a criação de uma alternativa, um futuro novo (uma nova ordem cultural em Gramsci). A partir do século XVIII, aproximaram-se e mesmo fundiram-se as noções de *cultura* e *progresso*.⁴⁵⁰

Diante, portanto, da importância da colonização [aqui nos sentidos literais de corrente imigratória e sujeição dos naturais da terra ao estrangeiro pernicioso], o imigrante nipônico foi transformado justamente naquele que chegaria e se instalaria na terra que já era sua, como se referiria Miguel Couto. O solo para o japonês é qualificado de “condomínio” ou, ainda, “latifúndio”. Xavier de Oliveira, por sua vez, irá qualificar, na mesma ocasião, as propriedades de “núcleos agro-militares” similares aos instalados na Manchúria.

⁴⁴⁸ Alfredo Bosi. *Op.cit.*, p.321.

⁴⁴⁹ Idem, p.11-17. *Colonização* enquanto forma de resolução de conflitos internos, através de movimentos externos (emigração), a busca de novas terras e povos colonizáveis, também no sentido civilizatório, pressupondo a exploração dos bens e a submissão dos naturais da terra; *culto* nos sentidos simbólicos de homenagens via rituais aos antepassados, que tinham o papel de fertilização da terra para que esta continuasse a produzir; a incorporação do resultado da labuta na terra, através da memória e do sentimento. Ambas as concepções remetem ao passado. *Cultura* ou *cultum* ou *culturus* – significando o que vai se trabalhar, o que se quer cultivar (futuro). *Cultura* pode ser entendida tanto com relação ao trabalho no solo ou no homem desde a infância – a educação e o conjunto de práticas, técnicas, símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações com o fim de garantir a reprodução de um estado de coexistência social. Bosi refere-se, também, um desdobramento da *cultura* em ideal de vida humana digna de se almejar na polis e o ideal pedagógico de formação do adulto na polis e no mundo. Finalmente, *cultura* pressupõe uma consciência de grupo operosa e operante, que extrai do presente do presente os planos para o futuro.

⁴⁵⁰ Idem, p.17.

A década de 1930 e o início da ascensão de Vargas como líder da nação brasileira forneceram o terreno fértil para que se radicalizasse o discurso sobre a assimilação – étnica e cultural – do alienígena que vinha a povoar o nosso solo e a centralização do poder. Para delinear o processo através do qual a situação política repercutiria sobre os imigrantes japoneses, é de interesse citarmos as especificidades brasileiras nesse período.

A *Revolução de 1930* foi – segundo Boris Fausto – uma das decorrências da *Quebra da Bolsa de Nova York*, em 24 de outubro de 1929, e da subsequente *Grande Depressão* dos anos 1930. A desvalorização do café, principal produto de exportação do Brasil, tornou possível a formação da *Aliança Liberal*, que surgia dentro do contexto das exigências de uma reforma política, uma vez que as instituições se apresentavam como instrumento de perpetuação dos elementos que controlavam o poder. No entanto, observa o autor que a Aliança não era um partido político, nem um agrupamento revolucionário em seu início, mas expressava os interesses regionalistas e de oligarquias dos Estados que não estavam ligados à produção do café (Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul).⁴⁵¹

As hipóteses lançadas por Fausto para a Revolução de 1930 são as aspirações das classes médias e dos oligarcas em decadência, dos movimentos tenentistas da década de 1920 e a consciência da impossibilidade de se alcançar o poder através de eleições. Após a eleição de Julio Prestes, em 3 de março de 1930, o assassinato de João Pessoa, em 26 de julho, obteve grande repercussão emocional. Em 3 de outubro estourava a revolução em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul.

Além dos cafeicultores desiludidos com a falta de apoio do Governo Federal na solução da derrocada do café no mercado internacional, o operariado também tendia a apoiar os revolucionários. O autor destaca a importância dessa aproximação entre a massa operária e o novo governo, tendo em vista que a *Aliança Liberal* previa direitos trabalhistas como férias e o salário mínimo.⁴⁵²

Alfredo Bosi, por sua vez, entende que ideais positivistas aturaram na modernização implementada por um Estado centralizador. Se na *Primeira República* o poderio de São Paulo consolidou o liberalismo, em alguns estados como o Rio Grande do Sul, o positivismo

⁴⁵¹ Boris Fausto. “A revolução de 1930”. In Carlos Guilherme Mota, (Org.) *Brasil em Perspectiva*. São Paulo, DIFEL, 1985, p.227-255 (Coleção Corpo e Alma do Brasil), p.231-235. O autor anota a importância do regionalismo e do desequilíbrio entre os Estados decorrente da estrutura semi colonial do país na Primeira República. A Aliança Liberal surgiu, portanto, no contexto da disputa presidencial de 1929, lançando a candidatura de Getúlio Vargas em oposição ao candidato oficial, Julio Prestes, apoiado pelo presidente Washington Luís e pelo Estado de São Paulo.

⁴⁵² Idem, p.237-255. A revolução não é uma expressão, na visão de Fausto, de lutas de classes e de divisão de facções burguesas, entre um setor agrário e outro industrial, que ainda era incipiente. A Depressão teria propiciado a aliança provisória entre os governos de alguns estados, tenentes e o Partido Democrático paulista (PD).

continuava vigente. A doutrina positivista teria legitimado a ação intervencionista do poder público local e após a Revolução de 1930, nacional. Portanto, antes das décadas de 1930, no Rio Grande do Sul de Borges de Medeiros e Lindolpho Collor, se praticava a taxaço sobre as terras, a isenço para a incipiente manufatura e a estatizaço dos servioos púbclicos.⁴⁵³

No poder, o *Governo Provisório* inicia o processo de controle sobre o operariado e seus sindicatos, garantindo alguns benefcioos trabalhistas e a criaço do *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, em 26 de novembro de 1930, cujo primeiro titular seria justamente o gaúcho Lindolpho Collor. Com base nos direitos oferecidos aos operários, o Governo visava anular a influéncia dos comunistas e anarquistas, então atuantes nos sindicatos. Collor, no esforço de atraço do proletariado, criticava e fazia restriçoes aos trabalhadores estrangeiros, que além de tomarem o lugar dos nacionais, ainda supostamente faziam propagandas subversivas.⁴⁵⁴

Essa realidade pode ser atestada na busca por parte do Governo Vargas em avaliar suas decisões a partir das conclusões de comissões de especialistas, criadas a fim de avaliarem os principais problemas nacionais. Como parte dessas deliberaçoes, o *Governo Provisório* baixou, em 12 de dezembro de 1930, o *Decreto-Lei n° 18.482*, que determinava a restriço à entrada de imigrantes e o seu direcionamento para o campo, proibindo a imigraço para as cidades.

Identificamos nesta medida o propósito, por parte das autoridades, de limitar a entrada de estrangeiros devido ao agravamento das tensões sociais provocadas pelas crises cafeeira e cambial. Como resoluço complementar, foi publicado na mesma data, o *Decreto-Lei n° 19.482*, que previa que dois terços das vagas nas indústrias deveriam ser reservados aos brasileiros natos (*Lei dos Dois Terços*). O fortalecimento do Estado teve, também como seu efeito, a perda por parte dos estados da autonomia na questão imigratória, legada pela Constituiço de 1891.⁴⁵⁵

Encontramos, assim, imagens profusas que tem como tema a imigraço e a ameaça externa, que seriam barradas pela revoluço liderada por Getúlio Vargas, com o declarado

⁴⁵³ Cf. Alfredo Bosi. *Op.cit.*, p.276-289. Assim como Roberto Schwarz em seu estudo *Que Horas São?* (1997), Bosi entende que o conservadorismo (do Segundo Império e das oligarquias açucareiras e cafeeiras), o liberalismo (da Primeira República e da oligarquia rural cafeeira) e o positivismo, que chegou ao poder em 1930 eram ideologias importadas. Ressalta, porém, que a sua importância residiu na capacidade de cimentar as instituiçoes, se enraizando no solo dos interesses e das aspiraçoes dos grupos que as defendem. Daí a sua concepço de que a difusão, filtragem, enxerto e remodelagem ideológica seriam “mais pertinentes e fecundas do que a antiquada discussão em torno do lugar estrangeiro ou nacional das idéias”. Idem, *Ibidem*, p.304;389.

⁴⁵⁴ Boris Fausto. *Op.cit.*, 1985, p.252-253.

⁴⁵⁵ Giralda Seyferth. "Os Imigrantes e a Campanha de Nacionalizaço do Estado Novo". In Dulce Pandolfi (org.). *Repensando o Estado Novo*. 1.º edição. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp.210-212

propósito de reerguer a *República* sob novas bases, eliminando a influência oligárquica e liberal que permitiram a *calamitosa* entrada de estrangeiros nocivos. Desse modo, a charge política forneceu credibilidade à imagem do nipônico enquanto imigrante perigoso e indesejável, representação que seria contínua da *Primeira República* até meados da década de 1940.

Logo, essa nova configuração do Estado e as medidas estabelecidas não deixaram de ser contempladas pela *Careta* que, em 3 de janeiro de 1931, publicava uma charge de Storni⁴⁵⁶, em que o Ministro do Trabalho, Lindolpho Collor, surgia travando a porteira da imigração, que se apresentava como um dique indesejável escancarado, que precisava ser contido. O título “Fechando a porta à imigração”, esclarecia o problema, que é ironizado pelo Jeca, que assiste a cena numa postura indolente, apesar da enxada nos ombros: “*Muito bem, seu Ministro, vamos curtir nossa miséria sozinhos. Não a precisamos compartilhar com estrangeiros...*” [Fig.27].

O insistente clamor a favor da formação étnica da população brasileira foi alvo também dos chargistas, que ressaltaram a eugenia e a assimilação dos estrangeiros, como instrumentos para a obtenção do *Novo Homem* brasileiro. A busca pela homogeneidade – étnica, cultural e política – que seria um dos baluartes do Governo Vargas, entre as décadas de 1930 e 1940, foi condensada jocosamente na charge “A standartização do typo nacional”, publicada pela *Careta*, em 4 de abril de 1931.

⁴⁵⁶ Alfredo Storni (1881-1966).

Fechando a porta á Immigração



JECA -- Muito bem, seu Ministro, vamos curtir a nossa miseria sosinhos. Não a precisamos compartilhar com os estrangeiros...

27 – “Fechando a porta à imigração”. *Careta*. Rio de Janeiro (1176), 3 jan. 1931, p.27. AFBN-RJ.

Tomando por base figuras políticas proeminentes da sociedade como o jurista Evaristo de Moraes e o Ministro da Agricultura Juarez Távora, além de personagens negros, indígenas, germânicos e orientais, qualificados pelo chargista como “tipos coloridos originários de raças estrangeiras”, o artista sugere que se agite esses elementos em uma coqueteleira para se chegar ao almejado tipo étnico *standard*. O resultado apresentado não seria de suscitar o entusiasmo daqueles que vislumbravam tal processo como a ratificação do Brasil enquanto Nação moderna e forte: um indivíduo, embora branco, semi-calçado, semi-nu e com uma banana na mão. Há, portanto, uma continuidade da desilusão presente na *Primeira República*, ou seja, ainda a impossibilidade de se atingir um tipo étnico nacional único, que não fosse pela linha da degeneração [Fig.28].



28 – “A standartisação do typo nacional”. *Careta*. Rio de Janeiro (1189), 4 abr. 1931, p.30. AFBN-RJ.

No sentido também de afastar o *perigo japonês* levando-se em conta o temporário “fracasso” na constituição do novo homem brasileiro, a *Careta* declarava que o melhor lavrador do mundo era o chinês, já que a sua feiúra amarela era relativa, comparando-se com o brasileiro, de beleza também “relativa”. Além disso, o chinês seria, ao contrário do nipônico, forte para o trabalho, sóbrio, honesto e principalmente não emigrou em nenhuma parte do mundo tentando implantar o seu domínio ou se arregimentando em “organizações patrióticas”⁴⁵⁷. Na opinião da revista, os chineses eram patriotas a sua moda, sem “toque de caixa nem hymnos nacionaes, nem camisolas e ceroulas de quaesquer cores”.⁴⁵⁸

O intuito declarado d’A *Careta* em associar imigração japonesa às pretensões imperialistas do Japão é objetivamente alcançado com as frases distribuídas no pequeno artigo, que enfatizava as oposições entre os cordatos chineses e os problemáticos japoneses, que tencionavam fazer de São Paulo uma extensão do Império do Sol Nascente. A China, assim como os chineses, eram vítimas da sanha japonesa.

⁴⁵⁷ Sem título. *Careta*. Rio de Janeiro (1223) 28 nov. 1931, p.37. [Entre aspas no original].

⁴⁵⁸ Idem.

Em editorial, numa crítica à situação econômica brasileira, o Japão era metaforizado como mendigo, cuja mendicância não se aplacava com um pedaço de pão, mas à base de agressões aos países vizinhos. Assim, ao contrário do mendigo cidadão, que conseguia alguma coisa sensibilizando o burguês nas ruas, as grandes potências, afetadas pela *Depressão*, arrancavam “à força, brutal e cinicamente” não uma das outras, mas das diversas nações fracas e pobres.⁴⁵⁹

O exemplo “horripilante” seria o Japão, assistido pelas demais poderosas nações, que tentava extorquir da “carne chinesa” o pedaço necessário para saciar a sua fome nacional. O Brasil, igualmente na situação de pedinte, não tinha força para seguir o exemplo japonês, nem dos países da Europa, que fariam, no futuro, batalhas “bárbaras, científicas e exterminadoras” com o fim exclusivo de espoliar do vencido a “esmola”, com o nome de indenização de guerra. Os brasileiros somente tiravam dos seus pobres o que não conseguiam “drenar dos ricos de fora”.⁴⁶⁰ Para o jornalista, embora a mendicância brasileira fosse mais “nobre” que a dos países do hemisfério norte, que resolveriam a sua, via guerra “terrível, furiosa e sangrenta”, aqui seriam os discursos revolucionários, declarações políticas, nas quais os partidos mais pobres tentariam salvar a honra da revolução, uma vez que não podiam salvar o tesouro nacional.

As observações d’A *Careta* permitem entrever, já em 1932, as tentativas do *Governo Provisório* em controlar tanto os partidos quanto os mecanismos sociais e econômicos a fim de centralizar o poder. A equiparação do problema da crise nacional aos avanços japoneses na Ásia visava, assim, a advertir que embora os acontecimentos ocorressem na Ásia e na Europa, o país não estava livre dos imperialismos.

As revistas ilustradas captariam rapidamente esse desejo oficial (centralização de poder; manipulação dos trabalhadores; imigração indesejável) e passaram a publicar charges que abordavam essas questões de modo irônico e ácido. No caso da imigração japonesa havia os eixos: a situação na Ásia, a colonização do grupo nipônico e a nacionalização. O primeiro foi expresso pela quantidade significativa de charges que abordavam a intranquilidade das demais potências devido ao descaso japonês com a intermediação da *Liga das Nações* em seu conflito com a China. Já a *Assembléia Constituinte* de 1934 foi o mote para a abordagem sobre a assimilação do estrangeiro enquanto “novos brasileiros” livres de ideologias importadas, assim como os ataques às correntes imigratórias tidas como nocivas (são desse período as charges referentes à imigração dos assírios, objeto de grande polêmica na ocasião).

⁴⁵⁹ “Variações sobre variedades”. *Careta*. Rio de Janeiro (1236) 27 fev. 1932, p.28.

⁴⁶⁰ Idem.

O JAPÃO ABANDONOU TAMBEM A LIGA



O BRASIL — Bravos! Madame: Você afinal arranhou o meio do Japão fazer o joguinho na Liga.::

29 – “O Japão abandonou também a Liga”. *Careta*. Rio de Janeiro (1295) 15 abr. 1933, p.34. AFBN-RJ.

A *Liga das Nações* aparece como fraca ou tola, incapaz de refrear as agressões japonesas, tomando resoluções que forneceram pretexto ao Império do Sol Nascente para abandoná-la em março de 1933. As imagens oscilam entre a agressividade japonesa e a tradicional representação da covardia japonesa.

Na charge “O Japão também abandonou a Liga”, publicada em 15 de abril de 1933 na revista *Careta*, são objetivamente identificados pelo chargista os estereótipos atribuídos aos japoneses, à Liga e ao próprio Brasil [Fig. 29].

A organização que deveria representar e mediar os interesses de todas as nações que dela faziam parte é retratada como uma velha, no linguajar coloquial da revista, “caquética”, sem qualquer habilidade para conter as tensões que poderiam levar a um novo conflito mundial. A imagem utilizada como arma da “suíça”, ostentando um chapéu de caçador, é uma garrafa marcada com a palavra “Genebra/Liga das Nações”, que fazia referência à sua sede, mas também remetia à bebida alcoólica. Tal “arma” fazia o Japão correr de cena pretendendo apavorado. A legenda exprime a ironia debochada do Brasil: “- Bravos! Madame. Você afinal arranhou o meio do Japão fazer o joguinho da Liga...”. Qual seria na verdade o jogo do Japão: se livrando da organização supranacional, o império se via à vontade para continuar suas

investidas contra a China, como fizera com o envio de tropas do Exército e da Marinha para Xangai.

A presença do Brasil [Zé] não tinha a função somente de denunciar a falta de “liga” entre as nações, mas de apontar que o nosso país não estava neutro na questão. O Brasil era fraco em relação aos interesses das demais potências, e não poderia permanecer um mero espectador do que acontecia no cenário internacional.

Como foi visto, a nova *Constituição* aparecia como a solução para o controle dos cidadãos de origem estrangeira. Logo, após o estabelecimento da *Assembléia Nacional Constituinte*, em 15 de novembro de 1933, a *Careta* repercutia os debates lá encetados, oferecendo ênfase ao problema da nacionalização [Fig.30].

Na charge “Lei para todos”, um malandro típico discursava num botequim carioca aos presentes estrangeiros, que todos os imigrantes seriam igualados aos nacionais pela futura *Carta Constitucional*. Contudo, só poderiam ser agraciados com o “benefício” aqueles que não dissessem “asneiras” em português.

O humor “fora do lugar” auxiliava na compreensão das contradições da realidade nacional: os imigrantes, especialmente os nipônicos, não se expressavam corretamente em português por serem relativamente recentes no país e oriundos de uma cultura diametralmente oposta. Logo, eles poderiam continuar manifestar seu orgulho imperialista e desprezo pelo Brasil em seu próprio idioma mesmo, e estariam fora da lei “feita para todos”, com a vantagem de que as autoridades não os flagrariam em delito.⁴⁶¹

O personagem nacionalista-malandro indolentemente “apontando o dedo” para “os internacionais”, com o cigarro pendente da boca, é também um deslocado, que confirma a tibieza do brasileiro para combater com seriedade o problema das idéias exóticas. A própria postura dos ouvintes esclarece e resume a denúncia da revista: estes escutam a fala do brasileiro displicentemente, sendo o nipônico o único que sorri por trás de seus óculos.

⁴⁶¹ É preciso observar que as leis de nacionalização começam a ser instituídas após a instauração da ditadura estadonovista em dezembro de 1937.

LEI PARA TODOS



30 – “Lei para todos”. *Careta*. Rio de Janeiro (1331) 23 dez. 1933, p.22. AFBN-RJ.

Uma situação similar surge na charge “A vida é tão curta...” de J. Carlos. Nela vê-se o Jeca, sentado tranquilamente tocando a sua viola, acompanhado de um vira-lata. O terceiro personagem, o constituinte, interpela o Jeca – e, por conseguinte, o cão - chamando-o de “inconsciente”: “Pára com isso, inconsciente! O conselho de sentença está reunido. É o teu futuro que está em jogo!”. Além do olhar espantado dos dois (do Jeca e do animal), a resposta do matuto tem função moralmente demolidora: “Antão eu vou talvez deixá minha vióla p’ra vê ocês fazê cêra?” [Fig.31].

A crítica aqui é de dupla via. Em primeiro lugar, verifica-se a ridicularização da desacreditada classe política, que em um momento decisivo da história brasileira demonstrava sua incapacidade de “pensar” a nação de forma positiva a fim de levá-la ao progresso almejado. Por sua vez, a imagem do brasileiro típico está consolidada como indivíduo desinformado e acomodado. O inconsciente preferia manter-se despreocupado, irracional e vira-lata, em sua pobreza cultural e material, sem se importar com o seu presente e futuro sendo decidido pelo “conselho de sentença”.



31 – “A vida é tão curta...”. *Careta*. Rio de Janeiro (1330) 16 dez. 1933, p.22. AFBN-RJ.

Finalmente, não é amenizada a “culpa” do indolente Jeca, mas J. Carlos expressa com o deboche a pretensão da *Constituinte* em se considerar independente para a definição dos rumos do país. Observe-se que durante os debates realizados na *Assembléia Nacional Constituinte* até a promulgação da *Lei Magna* do país em 16 de julho de 1934, as revistas ilustradas, *Careta* e *Fon-Fon!*⁴⁶², não se referiram com assiduidade às emendas propostas especificamente contra a imigração japonesa e as pressões a que os deputados estavam sujeitos via Itamaraty. Essa situação pôde ser atestada na pesquisa de todos os números referentes aos anos de 1933 e 1934. O relativo silêncio em relação a um assunto que mobilizara intensamente a sociedade, necessita ser esclarecido e é uma das propostas desta pesquisa.

⁴⁶² A *Fon-Fon!* não publica, sequer indiretamente, artigos ou charges sobre a redação da futura Constituição.



32 – “A nova Constituição”. Rio de Janeiro (1331) 23 dez. 1933, p.18. AFBN-RJ.

Enquanto uma direção nesse sentido, verificamos que os registros iconográficos não estiveram totalmente ausentes: em alguns momentos incisivos, em outros, diluídos com relação ao tema imigração. Anexo enquanto modelos deste último viés de abordagem duas charges de Alfredo Storni, “A nova Constituição” [Fig.32], e outra sem título no original, que tem como tema a *Comissão dos 26*, encarregada de analisar o anteprojeto da *Constituição*. A primeira, publicada pela *Careta*, em 23 de dezembro de 1933, portanto, pouco mais de um mês após o início do estabelecimento da *Constituinte* já indica o grande número de emendas que a futura *Carta* já recebera.

Representada por uma jovem – figurativamente também remetendo à República, dada a ostentação simbólica do barrete pela personagem – de vestido remendado, há clara denúncia à sua nudez, uma vez que as emendas cozidas no “tecido constitucional” eram frouxas, senão rotas. Justificava-se assim a conclusão do malicioso Zé: “- A andar assim, é preferível andar... despida”. Ao que a Constituição/República responde: “- É um traje provisório como todas as demais modas do nosso paíz”.

O diálogo entre o pequeno texto e a imagem que se exprime, muitas vezes, por si mesma, complementa a intenção do chargista e da revista em reafirmar a veracidade da

transitoriedade de que era vítima a política nacional. Esta estava sujeita às vontades mesquinhas e voláteis dos grupos detentores do poder. A asserção sobre “ser traje provisório como todas as modas”, refere-se também, sem dúvida, ao *Governo Provisório* que chegara ao poder em 1930, e que deixaria de ser, ao menos oficialmente, após a promulgação da nova *Constituição*.⁴⁶³

A segunda charge faz alusão direta às negociações na assembléia entre os deputados constituintes. Como anotado anteriormente, não havia na *Careta* a designação direta às emendas antinipônicas, mas cabe ressaltar que estas foram as que mais polêmicas trouxeram ao Palácio Tiradentes.

O ante-projeto à *Constituição* foi encaminhado pelo Governo, mas fora elaborado pela Subcomissão do Itamaraty. À princípio, as deliberações ficaram em torno desse anteprojeto e das emendas a ele apresentadas. Sintetizando o processo das marchas e contra-marchas da redação e depuração dos textos a serem incorporados, Valdemar Carneiro Neto, a partir do estudo de Ângela de Castro Gomes, relata os abalos que ocorreram nesse processo. Dentre eles, a renúncia de Oswaldo Aranha do posto de líder da maioria em janeiro de 1934.

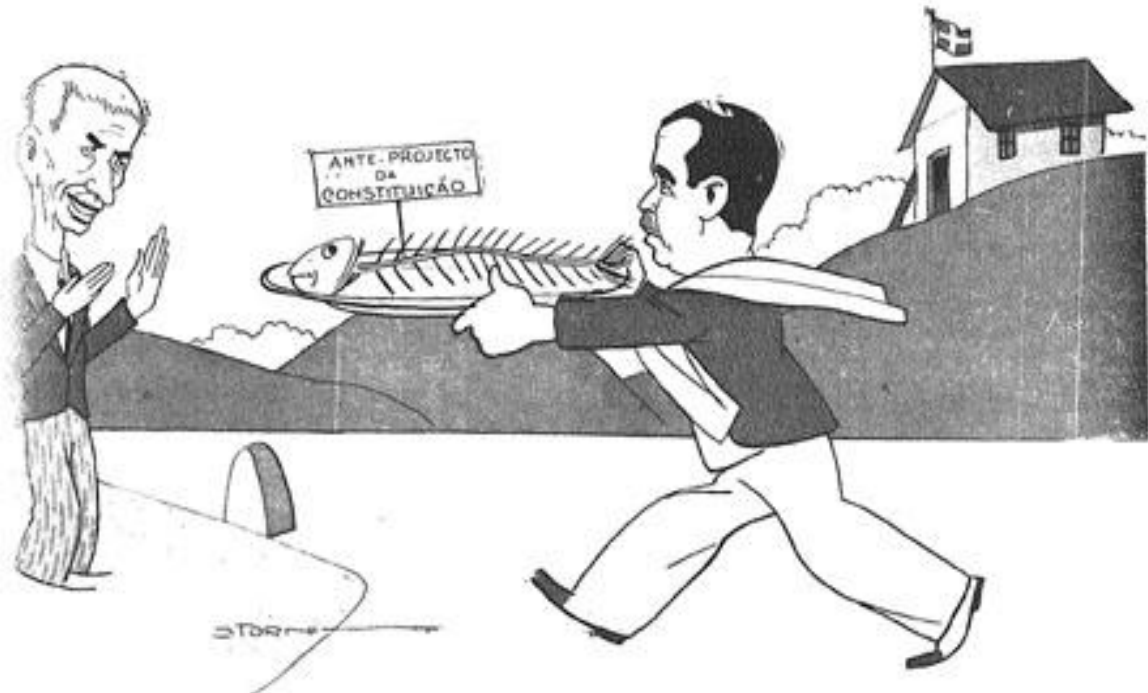
Com o efeito de se obter a racionalização dos trabalhos, a *Comissão Constitucional* ou a *Comissão dos 26* ficou reduzida a cinco ou seis membros fixos. Além dessa comissão, outras foram criadas para o exame do substitutivo que seria levado ao plenário para votação. Carneiro Leão observa que dificuldades políticas em torno de alguns pontos do projeto levaram às reuniões em separado, onde se efetuavam as negociações e se consubstanciavam em diferentes fórmulas conciliatórias.⁴⁶⁴ Foi nesse âmbito que o Itamaraty agiu no sentido de se evitar a inclusão das emendas discriminatórias no projeto, apresentadas por Miguel Couto, Xavier de Oliveira e Artur Neiva entre novembro e dezembro de 1933.

As vicissitudes pelas quais passava o anteprojeto foi alvo do humor de Storni, que o comparou a um peixe na charge publicada no nº 1330 d'a *Careta*, que circulou no dia 16 de dezembro de 1933 [Fig.33].

⁴⁶³ O Governo Provisório se estendeu até o dia 16 de julho de 1934, data da promulgação da Constituição de 1934. No dia seguinte, Getúlio Vargas foi eleito oficialmente Presidente da República.

⁴⁶⁴ Apud Ângela de Castro Gomes. “Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935)” In Boris Fausto (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, DIFEL, 1986, v.10, p.9-75. Cf. Valdemar Carneiro Leão. *Op.cit.*, p.83.

(A comissão dos 26 encarregada de dar o parecer sobre o ante projecto da Constituição parece que vai retocá-la quasi totalmente.)



ANTONIO CARLOS — O que é isso ?
CARLOS MAXIMILIANO — É' o peixe que me encarregaram de escamar!...

33 – [Comissão dos 26]. *Careta*. Rio de Janeiro (1330) 16 dez. 1933, p.23. AFBN-RJ.

A imagem exhibe Carlos Maximiliano, deputado pelo Rio Grande do Sul e presidente da comissão, carregando uma travessa de peixe cuja única parte que sobrara era a espinha. Maximiliano informava ao espantado colega Antonio Carlos, que é o “peixe que me encarregaram de escamar!...”. Ao lado direito, no fundo, vê-se uma construção que interpretamos como o Palácio Tiradentes de pequenas dimensões, em cujo topo tremula uma bandeira suíça. A ironia a partir da apropriação de símbolos como bandeiras e alteração de dimensões são de interesse para o observador da iconografia, que se apropria ainda que inconscientemente das imagens eivadas de ideologia.

A bandeira suíça pressupunha a neutralidade e a conciliação que supostamente deveriam reinar naquela casa [sede da assembléia], um sinônimo da *Liga das Nações*. A pequenez do edifício e o grotesco conteúdo da bandeja, símbolo do anteprojeto, sintetizavam a visão do chargista sobre mecanismo político ali encenado: grupo de políticos que arranjavam cuidadosamente suas “idéias” (as partes nobres do peixe) e o *Grupo da Maioria*,

Comissões que se desmembravam e se recompunham conforme as necessidades do Chefe do Governo e do Itamaraty em detrimento do benefício maior da Nação.

A co-relação *Constituinte-Liga das Nações* é acidamente mencionada quando a imprensa divulga ruidosamente a possibilidade do Brasil vir a receber refugiados assírios do Iraque. Segundo Jeffrey Lesser, datava de 1932 a questão assíria no nosso país e a possibilidade do governo brasileiro abrir as portas a mais uma raça “cultural e etnicamente inassimilável” permitiu ao grupo antinipônico a associá-la aos japoneses.

O autor afirma que a *Liga das Nações*, em conjunto com a *Agência Internacional Nansen para Refugiados*, decidiu-se a auxiliar vinte mil refugiados dessa origem a deixar o Iraque. Estes haviam lutado ao lado dos britânicos contra os nacionalistas iraquianos e, por ocasião da independência do país, estes se recusaram a conceder a cidadania aos assírios, transformando-os em refugiados dentro de seu próprio país.⁴⁶⁵

Como resultado, em outubro de 1932, a *Paraná Plantation Ltda.*, uma empresa britânica de colonização, propôs o assentamento de toda população assíria numa grande extensão de terra no norte do Paraná, região de Londrina, numa zona que já concentrava colonos austríacos, tcheco-eslovacos, alemães, italianos, japoneses e poloneses. Nos bastidores, a *Liga das Nações* estaria atuando a fim de convencer o governo brasileiro a aceitar esse plano de ajuda aos refugiados.

À princípio, o governo Vargas aceitara a vinda desses imigrantes, considerando vantajosa a instalação de colonos em áreas despovoadas e se convencera que os assírios eram cristãos, que nada tinham de árabes ou semitas, contribuindo para reforçar a pleiteada sociedade católica. Em 3 de janeiro de 1934, o *Ministério do Trabalho* informava à *Liga das Nações* que os assírios teriam permissão para ingressar no país, desde que não houvesse ônus financeiro; que todos fossem de fato agricultores; a vinda deveria ser controlada e limitada a 500 famílias de cada vez e finalmente, que a Liga e a *Paraná Plantation* se responsabilizariam pelo repatriamento caso a colonização não fosse bem sucedida.⁴⁶⁶

As notícias publicadas nos jornais britânicos, ao chegarem ao Brasil, repercutiram fortemente na imprensa brasileira que publicava, ainda conforme Lesser, quase que diariamente matérias deplorando tal iniciativa. Os ataques mais incisivos partiram dos intelectuais e políticos nacionalistas filiados à *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*⁴⁶⁷, e

⁴⁶⁵ Jeffrey Lesser. *Op.cit.*, p.118-119.

⁴⁶⁶ Idem, p.118-119.

⁴⁶⁷ Sociedade fundada em 1932 no Rio de Janeiro, dissolvida possivelmente em 1945. A lista de fundadores contava com cerca de 50 assinaturas, dentre as quais de Cândido Mota Filho, Juarez Távora, Plínio Salgado e Ildefonso Simões. Em seu processo de expansão, a entidade criou núcleos regionais em Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Goiás e São Paulo. A sua atividade básica era a promoção de estudos, em geral na

contaram com o apoio de Félix Pacheco, que disponibilizara espaço gratuito no seu jornal para que estes pudessem se manifestar. A campanha antiassíria coincidiu, portanto, com a campanha antinipônica durante os debates na *Constituinte*, e não por acaso os principais contestadores dessa nova ameaça eram novamente Miguel Couto, Xavier de Oliveira e Artur Neiva. Associados aos japoneses e judeus – já apresentados como invasores onipresentes – os assírios eram acusados de agravarem ainda mais a situação dos trabalhadores nacionais, precária em tempos de *Depressão*.

Diante das críticas, o próprio Chefe do *Governo Provisório* afirmara que jamais autorizara a vinda de assírios, acusando a *Liga das Nações*, no que agradava aos nacionalistas e, ao mesmo tempo, os que propugnavam pela política imigratória voltada para o campo, não para as áreas urbanas. Em abril de 1934, graças às pressões xenófobas e repercussões negativas – que transformaram os antes cristãos assírios em muçulmanos sanguinários – a Liga abandonou a idéia de localizar os assírios em terras brasileiras.⁴⁶⁸

A *Careta*, assim como os jornais, não deixou de abordar a possível imigração assíria, que nomeara como “turismo indesejável” ou apresentando o Brasil como destino de todo rebotalho do mundo. Dentre as charges publicadas, a mais significativa foi a incorporada ao nº 1337, que circulou em 3 de fevereiro de 1934.

A charge de Storni, embora não se refira especificamente aos imigrantes japoneses, é representativa do poder de convencimento da iconografia. Nela está congregada o conjunto de estereótipos e atributos negativos fomentados pelos discursos e artigos de condenação à imigração indesejável. Em um reduzido espaço, articulam-se informações, que em sua versão textual, teria de se valer de várias linhas ou páginas [Fig.34].

O primeiro impacto ocorre ao se visualizar a cena da senhora idosa esvaziando um saco de onde é atirado um arremedo de gente, de minúscula dimensão, no chão identificado como “Parana”. Tal senhora obesa e velha é identificada em suas vestes como “Liga das Nações”, portanto, uma representação recorrente desta instituição nas charges da época. Os liliputianos são os assírios imediatamente identificados pela frase inscrita no saco: “2000 assyrios”⁴⁶⁹.

área sócio-econômica, que eram divulgados através de conferências e publicações. A educação rural, a imigração e o aproveitamentos dos recursos como fonte de energia foram alguns dos temas abordados pelos seus membros. Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu (Orgs.). *Op.cit.*, p.3241-3242.

⁴⁶⁸Jeffrey Lesser. *Op.cit.*, p.120-129.

⁴⁶⁹ Segundo a proposta da *Liga das Nações* seriam vinte mil os assírios a serem assentados no Estado do Paraná. Entendo que a discrepância entre 20.000 e 2000 como está na charge se trata de equívoco do chargista.

(A Liga das Nações obteve do Brasil a localização no Paraná, para 20.000 assyrios do Irak. — Dos jornaes.



UM FLAGELLADO – Vou arranjar um pistolão com a Liga das Nações para ver se arranjo um emprego... no Brasil...

34 – [A imigração assíria]. *Careta*. Rio de Janeiro (1337) 3 fev. 1934, p.30. AFBN-RJ.

Ao fundo assistem a cena dois personagens identificados como flagelados. A denúncia da revista segue à visão dos nacionalistas intransigentes: caso o governo brasileiro pretendesse realizar programas humanitários, deveria antes auxiliar os flagelados da seca no nordeste. Essa “verdade” é exprimida por uma das vítimas nacionais: “ – Vou arranjar um pistolão com a Liga das Nações para ver se arranjo um emprego... no Brasil...”.

Aqui há de novo a associação entre os japoneses e os assírios enquanto estrangeiros perniciosos, que se valem de *pistolões* para expulsar o caboclo de suas terras e tomarem conta do que pertencia ao povo brasileiro. No caso dos japoneses, havia o apoio econômico e também militar do Império do Sol Nascente; no dos assírios a vontade da Grã-Bretanha em infringir ao Brasil aqueles que nenhum país que necessitasse de emigrantes desejava, inclusive os próprios britânicos. Eram, portanto, os dois imperialismos se impondo ao nosso país e denunciados a partir de notícias publicadas nos jornais: “A Liga das Nações obteve do Brasil a localização no Paraná, para 20000 assyrios do Irak”.

A pequenez dos assírios caricaturizados obtém a função, não da medida de seu porte físico, mas da sua moral e símbolo de seu caráter de povo decadente e nocivo. Logo, a atuação do mito e as forças simbólicas: a fluidez das imagens que podem ser adaptadas ora ao assírio, ora ao judeu ou ao japonês, de acordo com os interesses dos grupos que conduziam o

debate. Finalmente, o apontamento do último recurso devastador para a consolidação da iconografia do imigrante indesejável: a imagem de rebotalho – a vinculação deste ao lixo humano, desprezado por todas as nações consideradas civilizadas.

No caso dos japoneses, se nos discursos na *Assembléia Constituinte* e nos jornais, o repúdio era claramente manifestado, nas revistas ilustradas tal não ocorreu. É possível encontrar referências jocosas com relação aos assuntos internacionais em que o Japão estava envolvido, como um diálogo fictício estabelecido à respeito de um suposto acordo secreto assinado entre o Japão e a Alemanha. Ao ser questionado sobre a veracidade desse pacto, já que os japoneses não eram arianos, o divulgador da notícia atalha: “– Sim, porem estão longe, de modo que não ha necessidade de esterilização”.⁴⁷⁰

A depreciação dos nipônicos não residia especificamente na qualificação de não brancos ou não arianos e no seu posicionamento dentro da raça amarela, classificação à época aceita sem restrições. O pequeno extrato faz uso do humor ao apontar a necessidade de se esterilizar os “degenerados”, da qual os japoneses escapariam por estarem afastados geograficamente da Alemanha, ao contrário dos igualmente inferiores judeus, deficientes, ciganos e demais grupos. Estes estavam dentro da fronteira germânica e dos países que Hitler cobiçava.

Em relação aos imigrantes japoneses no período da *Constituinte*, as imagens na *Careta* se encontram propositadamente invertidas. Especificamente sobre as emendas antinipônicas, o silêncio nos artigos e o deslocamento encontrado nas charges podem ser justificados, em primeiro lugar, pela iniciativa de controle das revistas por parte do Itamaraty. Sendo elas de circulação semanal, essa circunstância facilitava tal processo, como demonstram os antecedentes dessa natureza durante os diversos estados de sítio verificados na história republicana brasileira. Também, é passível de consideração o fato de não interessar ao governo brasileiro a criação de um mal estar diplomático com o Japão, tendo em vista que o império pleiteava a manutenção das portas abertas aos seus nacionais. Conforme lembrara dois anos antes o embaixador em Tóquio, Silvano Gurgel do Amaral em relação à belicosidade existente entre Tóquio e Washington: “O japonês é o melhor dos amigos e o mais perigoso dos inimigos”.⁴⁷¹

Justifica-se, ainda, a hipótese de intervenção do Itamaraty junto às duas revistas tendo por base documentação diplomática que expõe as ações deste órgão em conjunto com o *Ministério da Justiça e Negócios Interiores* com o objetivo de censurar matérias jornalísticas

⁴⁷⁰ Sem título. *Careta*. Rio de Janeiro (1341) 3 mar. 1934, p.33.

⁴⁷¹ *Ofício nº 168 de S. Gurgel do Amaral, Embaixador do Brasil, para Afrânio de Mello e Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 21/12/1931. AHI-RJ.*

a fim de “não irritar o ambiente”. São, do mesmo modo, cotidianas as queixas na correspondência trocada entre a Embaixada do Brasil em Tóquio e o Itamaraty a respeito do “vazamento” aos jornais nipônicos, em especial ao *The Japan Times*, da posição do *Gaimusho* e do seu embaixador no Brasil em relação às emendas antinipônicas. Essa posição do governo japonês era motivada também pela pressão que recebia da imprensa, que solicitava medidas para evitar a aprovação de um dispositivo constitucional que afetaria a honra dos japoneses perante as demais nações.⁴⁷²

Com relação aos jornais que publicavam abertamente artigos e editoriais que visavam influenciar as decisões que seriam operadas na *Constituinte*, o aumento da tensão verificada entre março e abril de 1934 – com acusações contra Tóquio de que estaria fazendo publicar em jornais matérias positivas sobre a colônia japonesa ou ainda “peitando” jornalistas – fez com que a censura fosse mobilizada. Carneiro Leão observa que certas matérias de cunho propagandístico em favor da imigração japonesa foram eliminadas. A afirmação deste autor foi fundamentada em um *memorandum* datado de 27 de março de 1934, não assinado, “provavelmente para informação ao Ministro de Estado”. Neste documento, citado por Carneiro Leão, consta que a censura fora resolvida no Gabinete do Ministro da Justiça.⁴⁷³

Deste ponto de vista, as notícias supostamente subvencionadas pelo Estado japonês foram cerceadas, mas cabe introduzir uma reflexão que auxiliará com relação aos “silêncios” ou “murmúrios” das revistas semanais. O próprio memorando citava os membros da *Sociedade Amigos de Alberto Torres* e um artigo publicado em 24 de março como fatores que desencadearam o “aumento de temperatura” nas discussões que opunham de um lado os que combatiam os quistos amarelos – perigo de desintegração territorial – e aqueles que se propunham pela manutenção da corrente produtiva e econômica. A Sociedade defendia

⁴⁷² Em 23 de março de 1934, o auge da crise entre os dois países, e de artigos diários tanto nos jornais japoneses como nos brasileiros, o embaixador S. Gurgel do Amaral informava que o governo japonês vinha fornecendo à imprensa os telegramas enviados pela sua embaixada no Distrito Federal. Esta circunstância estava prejudicando, em sua visão, em dois aspectos: a prudência que se requeria na questão e no posicionamento da imprensa japonesa, que exigia em editoriais a atitude de “firmeza” com o Brasil. Amaral afirmava esperar que o Ministro Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda obtivesse com o embaixador japonês o resultado de suspender essa “perigosa diplomacia de praça pública”. Cf. *Telegrama nº 46 de S. Gurgel do Amaral, Embaixador do Brasil, para Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda, Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil*. Tóquio, 23/03/1934. AHI-RJ. Valdemar Carneiro Leão cita e analisa em livro já referido esse documento e o comportamento dos jornais japoneses a partir dos relatos enviados pela Embaixada do Brasil ao Itamaraty.

⁴⁷³ Valdemar Carneiro Leão. *Op.cit.*, p.121. O *Jornal do Commercio* publicou uma vária em 17 de maio de 1934, possivelmente de Felix Pacheco, na qual protestava contra a propaganda dos interesses japoneses: “Não há mais remédio. Tudo agora, aqui, é o Japão, a propósito de tudo, todas as semanas, todos os dias, nas seções pagas e não pagas dos jornais, em livros de edições apuradas e reedições caras, em viagens, em conferências, em telegramas, em entrevistas com retratinhos e dados de toda ordem...”. *Idem, Ibidem*, p.131.

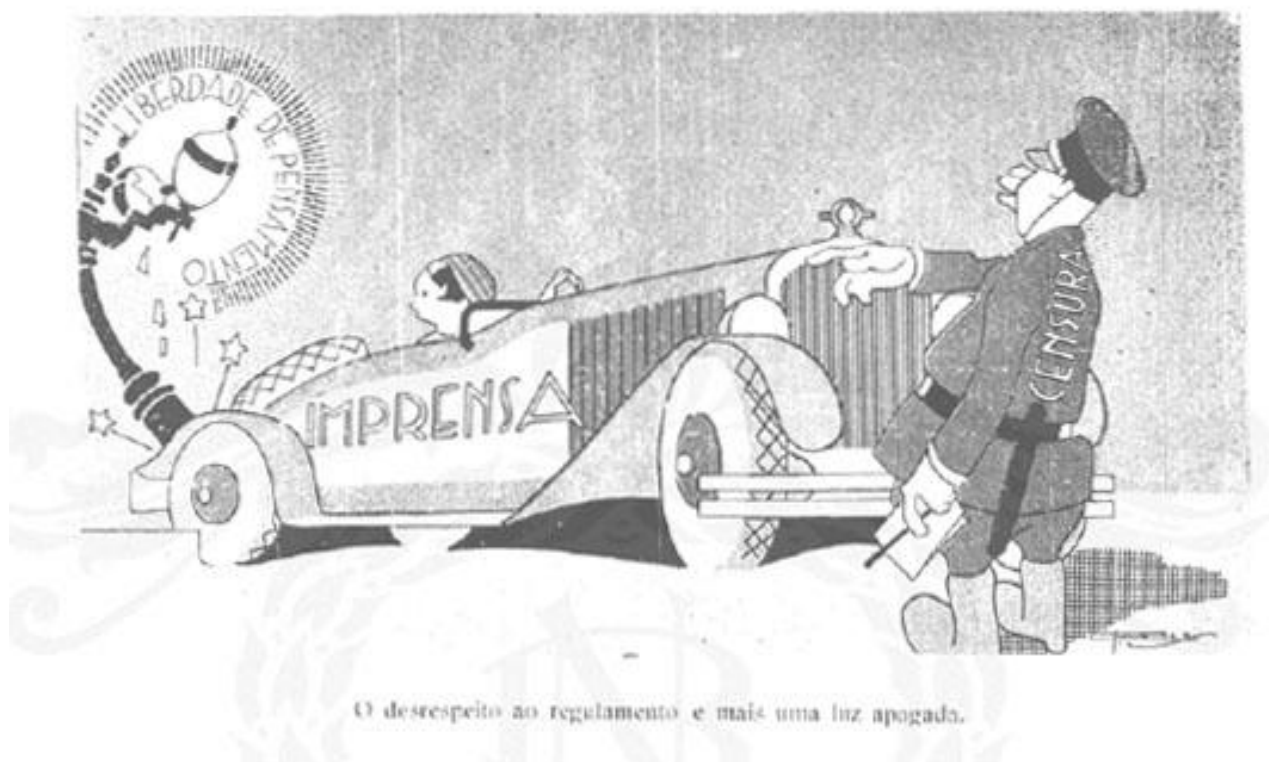
medidas profiláticas contra a imigração japonesa e sugerira, em outras ocasiões, mesmo a violência moral e física contra a infiltração nipônica.⁴⁷⁴

Por conseguinte, o interesse na resolução diplomática do problema pressupunha a intervenção na imprensa, e o maior indício de que tal fato ocorreu é o comportamento das revistas citadas. Dentre elas, somente a *Careta* utiliza o mote da *Constituinte* nos textos e charges, mas indiretamente em relação aos nipônicos. Outro dado enfático é a veiculação de charges que mencionam o cerceamento da informação por ações externas (governamental). Dentre elas, cito a publicada em 24 de fevereiro de 1934, portanto, antes do período mais crítico. Intitulada significativamente “Marcha a ré”, na charge de J. Carlos o conteúdo imediato é a colisão de um carro em um poste. O “acidente de trânsito” torna-se uma expressão figurativa do que se objetivava criticar: o retrocesso do direito à informação, constantemente desrespeitado pelos poderes instituídos [Fig.35].

O personagem que dirige e determina a cena é o guarda de trânsito [censura], que estabelece a ordem com que as notícias [imprensa] devem seguir e quando precisavam ser sumariamente retiradas. O automóvel, símbolo da modernidade e rapidez e, logo, da notícia, quando se excede na velocidade é impedido de prosseguir mesmo que seja através de uma violência como a batida num poste, que permanece retorcido e com a lâmpada quebrada e a conseqüente escuridão. A luz, a “liberdade de pensamento” é simbolicamente tolhida e o desabafo da própria *Careta* é expresso pelo guarda: “ – O desrespeito ao regulamento e mais uma luz apagada”.

⁴⁷⁴ Antovila Vieira cita uma conferência do Major Ignácio Veríssimo na sessão da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres posteriormente, em 11 de março de 1936, ocasião em que comparara os japoneses aos micróbios atacando o organismo (a Nação). Veríssimo defendia a defesa contra esse perigo e não “pensar que esses gestos quixotescos embora heróicos de quebrar cabeça de japonês, ou de vaia-lo na rua resolve o problema”. O próprio deputado Vieira assume, dentre outros, essa imagem de micróbios aos japoneses [ver nota 245]. Cf. Antovila R. M. *Op.cit.*, p.107.

MARCHA A RÉ



35 – “Marcha a ré”. *Careta*. Rio de Janeiro (1340) 24 fev. 1934, p.14. AFBN-RJ.

Tendo como parâmetro tais situações, é compreensível a presença de uma imagem como a publicada em 10 de março de 1934, por parte de uma revista que, mostrou-se na maior parte do período pesquisado, crítica à presença dos imigrantes japoneses. Na charge “Aperfeiçoando o typo ethnico”, Miguel Couto, o principal contendor na luta contra a imigração japonesa, surge na tribuna “defendendo” a imigração. Essa defesa teria ocorrido em sua estréia na Assembléia quando “demonstrara” as vantagens dessa corrente [Fig.36].

Como se sabe, ao contrário, Couto apresentou um projeto de emenda, em 30 de novembro de 1933, o qual previa a proibição da imigração africana ou de origem africana, e permitia à asiática a proporção de cinco por cento anualmente sobre a totalidade dos imigrantes dessa origem existente no território nacional. Enfatizando o exemplo norte-americano em sua justificativa, classificava – assim como fizera Felix Pacheco – o ingresso de japoneses de “indigestão aguda”.⁴⁷⁵ Já no seu primeiro discurso de 16 de fevereiro de 1934, Couto se basearia na eugenia para condenar a imigração japonesa, pois em sua concepção o

⁴⁷⁵ Na justificativa, Miguel Couto se valera da eugenia e das conclusões do *Primeiro Congresso de Eugenia* (1929). Afirmava que o país só deveria receber imigrantes selecionados levando-se em consideração os atributos coletivos das populações de onde provieram as correntes imigratórias. Um dos critérios seria a condição de pobreza, que por si determinaria sua condição de inferioridade mental e moral. Condenava a imigração subvencionada, que dirigiria somente imigrantes indesejáveis.

Brasil era um país de eugenismo pouco elevado. A saída seria a *arianização* intensiva do povo brasileiro, concordando com Oliveira Vianna a quem citara. Mas havia também o problema político: não se trataria de imigração japonesa, mas sim uma questão de defesa nacional. Se não fossem tomadas medidas, o Brasil se transformaria em Império do Sol Poente, como estava determinado lá no Império do Sol Levante.⁴⁷⁶

Nota-se pela charge de Storni que a crítica contundente está presente, embora transmitida de modo invertido. Além de Miguel Couto na cena, há um casal símbolo das suas preocupações eugênicas: um nipônico sorridente de braço dado com uma representante da raça brasileira, quase ariana. Essa imagem é o símbolo da desvantagem da miscigenação, da criação de mestiços. Os japoneses eram acusados de não se assimilarem e, também, de constituírem casamentos dentre de sua própria etnia. Mas o fundamental, e a charge exprime essa realidade: a mestiçagem com o nipônico é negativa; há que branquear.

O saco de arroz reforça essa idéia: alimento principal na mesa do imigrante japonês e símbolo de sua morigeração, é branco, mas não o suficiente para torná-lo adequado. Ao fundo da cena, o Jeca, sempre injustiçado e esquecido, declara “surpreso”: “ – É de estranhar, que Vmcé, sendo douto, ache que nois não semo bastante amarellos para ainda mais misturar a raça...”.

O Jeca, o nosso caipira, não teria para a revista discernimento para compreender os conceitos de eugenia ou concluir sua própria palidez amarelada provocada pela miséria. Este é antes o seu posicionamento editorial, transmitido a crítica a partir de códigos iconográficos/simbólicos que à princípio parecem contradizer a chamada da imagem [título]. Ressalto que esta é a única charge que relaciona a imigração japonesa à *Constituinte* no biênio 1933-1934, publicada na *Careta*.

⁴⁷⁶ Pronunciamento de Miguel Couto na sessão de 16 de fevereiro de 1934. Assembléia Nacional Constituinte, 1933-1934. *Anaes da Assembléia Nacional Constituinte*, v. 8, p. 75-83. Cf. Valdemar Carneiro Leão. *op.cit.*, p.312.

APERFEIÇOANDO O TYPO ETHNICO

A estrêa do deputado Miguel Couto na Assemblêa foi com um discurso mostrando as vantagens da imigração japoneza)



JCA — E' de estranhar, que Vmcê., sendo doutô, achte que nois não semo bastante amarells para ainda mais misturar a raça...

36 – “Aperfeiçoando o typo ethnico”. *Careta*. Rio de Janeiro (1342) 10 mar. 1934, p.22. AFBN-RJ.

Por outro lado, as referências sobre a infiltração e colonização japonesas motivadas por fins políticos compareciam no sentido crítico das relações bilaterais entre o Brasil e o Japão. Na charge “Algodão do Brasil”, visualiza-se uma negociação de outro tipo, quase uma entrega da Nação disfarçada de transação comercial.

Essa antes negociata estava sendo conduzida pelo incauto Ministro da Agricultura, Juarez Távora⁴⁷⁷, e um capitalista japonês sobrecarregado de toda simbologia associada aos nipônicos. Ardiloso e hipócrita, o nipônico visava, segundo o chargista, a enganar a autoridade brasileira, adquirindo o algodão que estava sendo produzido pelos seus conterrâneos no Brasil [Fig.37].

⁴⁷⁷ Juarez do Nascimento Fernandes Távora (1898-1975) militar e político, participou do Movimento Tenentista de 1922, da Revolução de 1924 e uniu-se à Coluna Prestes. Preso em 31 de dezembro de 1925, fugiu da Ilha das Cobras em janeiro de 1927. Refugiou-se em Buenos Aires com assim como muitos dos envolvidos na revolução, onde continuaram a articular contra o governo Washington Luís. Um dos articuladores da Revolução de 1930, foi Ministro da Agricultura entre 1933 e 1934. Cf. Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu (Orgs.) *Op.cit.*, p.3311-3317 (Verbetes de Silvia Pantoja e Daniel Camarinha).



1) JAPONÊZ Nós queremos comprar todo o algodão do Brasil..
Zé Cuidado, sr. Ministro. Na Manchúria começaram comprando a lã e acabaram levando de quebra o pello do chinez!...

37 – “Algodão do Brasil”. *Careta*. Rio de Janeiro (1346) 7 abr. 1934, p.34. AFBN-RJ.

De pequena estatura e sorridente, o japonês abarca com as mãos o tonel de algodão brasileiro, satisfeito e tomando “posse” das possibilidades agrícolas do país. O chapéu, adornado com a bandeira estilizada do Japão imperialista enfatiza a sua frase dirigida à Távora e o produto como metáfora de todas as riquezas nacionais que desejava para si: “ – Nós queremos comprar todo o algodão do Brasil...”. O Zé – como nas demais charges em que participava – atuava como a consciência nacional, que advertia a autoridade: “ – Cuidado, sr. Ministro. Na Mandchuria começaram comprando a lã e acabaram levando de quebra o pello do chinez!...”.

A observação do nosso personagem símbolo alertava sobre a infiltração japonesa e os antecedentes da Manchúria. Essa conclusão é facilitada pela presença dos diálogos que, neste caso, auxiliava o leitor a assimilar a situação. A imagem em sua totalidade, comporta os conceitos e as metáforas, que convenciam do mal da imigração nipônica. Assim, os ideários que povoavam o imaginário estão presentes, neste momento, na sociedade nacional.

Como parte integrante de nossa proposta de pesquisa, estabelecemos a associação entre o que se publicavam nas revistas ilustradas e os discursos oficiais da nossa diplomacia.

E nestes, a imigração japonesa mantinha seu caráter de suspeita de “cabeça de ponte” para a infiltração de nipônicos hostis no organismo nacional, e que deveria ser sim controlada. As fontes diplomáticas demonstram, portanto, que pouco após a aprovação da política de cotas, em 1934, esta era tida como a mais acertada pela nossa Chancelaria.⁴⁷⁸

Em 1 de agosto de 1935, Mario de Pimentel Brandão, Ministro Interino das Relações Exteriores, enviava à Carlos Martins Pereira e Souza, Embaixador em Tóquio, um despacho confidencial, informando os resultados obtidos pela *Missão Econômica Japonesa* em sua visita ao Brasil. Advertia que embora houvesse vantagem para o nosso país em incrementar o seu comércio com o império, deveria-se manter o regime de cotas. As razões: “(...) não só por conveniências de ordem racial e sociológica, como por uma natural prudência em não permitir um aumento indefinido, ou definido por demais ponderável, de um elemento considerado razoavelmente perigoso pelo seu alto poder de infiltração, patriotismo calculado e entranhado sectarismo religioso, apesar da disciplina e acessibilidade que aparenta”.⁴⁷⁹

Há nesse trecho selecionado a menção à infiltração, que já interpretamos como a presença na mentalidade oficial da convicção de fim político-militar dos imigrantes e a hipocrisia dos mesmos, que religiosamente fanáticos [adoração ao Imperador] e patriotas, ocultavam suas intenções hostis sob fingida cordialidade e passividade. Ressalta, ainda, o documento que se o Governo Federal assumisse a distribuição e localização desses imigrantes, muito dos inconvenientes poderiam ser sanados. Acrescentava que a missão japonesa fora cordialmente recebida, mas que em todos os locais visitados foram observadas as instruções de que se evitassem menções à colonização japonesa ou cooperação econômica.

Efetivamente quase um ano após a visita da delegação nipônica, os temores não estavam dissipados. Em 10 de junho de 1936, José Carlos de Macedo Soares, então Ministro de Estado das Relações Exteriores, assinava o despacho reservado L/9, que informava que a Embaixada japonesa no Brasil transmitira ao governo brasileiro o convite para que fosse enviada ao Japão uma delegação brasileira, a fim de prosseguir os estudos para ampliação das relações comerciais entre os dois países.

Soares informava que esse convite havia sido aceito enquanto retribuição à visita realizada anteriormente pela missão japonesa, e instruía a Embaixada do Brasil em Tóquio a se informar que tipo de feição se daria à futura visita da *Missão Econômica Brasileira*.

⁴⁷⁸ Esse posicionamento é enfático mesmo à despeito das negociações lideradas pelo Itamaraty por ocasião da elaboração da *Constituição Federal* de 1934.

⁴⁷⁹ *Despacho n° CJ/26/812.(56)(42) (confidencial) de Mario de Pimentel Brandão, Ministro Interino das Relações Exteriores, para Carlos Martins Pereira e Souza, Embaixador do Brasil em Tóquio. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 01/08/1935. AHI-RJ.*

Em que consistia a preocupação do Itamaraty? A resposta para esta questão está no próprio corpo do documento, o que justifica o seu caráter reservado: o país deveria evitar conflitos de interesse com países com os quais mantinha laços de amizade: “as aproximações comprometedoras, principalmente as de caráter financeiro ou imigratório, devem ser evitadas, bem como quaisquer atitudes que possam repercutir de modo menos favorável em certos centros mundiais”.⁴⁸⁰

O caráter direto demonstra a convicção do *Ministério das Relações Exteriores* sobre a inconveniência da imigração japonesa, em um posicionamento compatível com a sua postura anterior à crise de 1933-1934.

O levantamento da documentação no *Arquivo Histórico do Itamaraty* no período compreendido entre as vésperas do Estado Novo e o final do conflito mundial em 1945, demonstra que o alarma em relação à imigração japonesa por parte do *Ministério das Relações Exteriores* é novamente crescente. Assim como a retomada de seu intercâmbio de informações com os demais órgãos que compunham o Estado, tal como o Exército e a Polícia Política, a fim de ajustar as suas diretrizes em relação à política imigratória brasileira.

É possível depreender essa realidade através de despachos, ou seja, que as atividades japonesas no Brasil eram acompanhadas de perto pela nossa diplomacia tanto no Brasil como em suas representações na Ásia.

Essas “atividades” estariam, na mentalidade oficial, distanciadas da agricultura, que deveria ser a *única* contribuição dos japoneses no nosso país. Em 5 de agosto de 1936, o Itamaraty comunicava à sua Embaixada no Japão de que recebera informações confidenciais de fonte segura de que as atitudes da colônia nipônica, “segundo a alta opinião de alta autoridade de nosso exército, denunciam verdadeiro plano de expansão territorial no Brasil”.

Com base nessa *verdade* inequívoca expressa por uma autoridade, o ministro Macedo Soares concluía que os japoneses, não somente em São Paulo, mas nas demais unidades da Federação, viviam em “círculos absolutamente fechados e impermeáveis à influência nacional”. Todos os atos desses elementos seriam ainda “rigorosamente fiscalizados” pelos consulados nipônicos, que “possuem organização análoga à de um Estado-Maior e se acham dotados de mapas e planos editados em língua japonesa, reveladores de intenções imperialistas”.⁴⁸¹

⁴⁸⁰ *Despacho L/9 (reservado) José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para Leão Velloso, Embaixador do Brasil, Embaixador do Brasil em Tóquio. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 10/06/1936. AHI-RJ.*

⁴⁸¹ *Despacho n° NP/19 (confidencial) de José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para Leão Velloso, Embaixador do Brasil, Embaixador do Brasil em Tóquio. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 05/08/1936. AHI-RJ.*

A partir desses fatos, o Itamaraty instruíra o embaixador Leão Velloso⁴⁸² a obter “discretamente” dados seguros sobre o assunto, para posteriormente remeter suas impressões pessoais sobre “os reais objetivos da colonização japonesa no nosso país”.⁴⁸³

Há que ressaltar que tal precaução estava em consonância com a situação política brasileira, especialmente com a instauração do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937.

Desse modo, a relação entre diferentes situações – colonização japonesa e colonização militar da Manchúria – era de tal forma significativa, que além de difundidas e distorcidas pela imprensa, também participaram de obras ficcionais, baseadas em fatos históricos. Caso do romance nacionalista e rural de Oswald de Andrade, *Marco Zero 1: A Revolução Melancólica*.⁴⁸⁴ Publicado em primeira edição em 1943, contudo, a sua preparação iniciou-se em 1933, e tem como pano de fundo a *Revolução Constitucionalista* de 1932, cuja derrota recente a mantinha viva na memória dos paulistas.

Valendo-se do mote da mítica luta de São Paulo, o autor insere em sua novela personagens rurais e citadinos, em que há a presença negativa e estigmatizada do nipônico, seja corporificado como espião e explorador, seja *conceitualmente*, alertando sobre a escravização nacional graças ao incômodo hóspede.

A decadência da oligarquia cafeeira precipitada pela quebra da Bolsa de Nova York motiva o deslocamento do romance rural para a cidade e o torvelinho da guerra em que se contrapõem as elites oligárquica e industrial, operários e os comunistas, “unidos” naquele instante para resgatar a democracia vilipendiada por Getúlio Vargas e a malfadada Revolução de 1930⁴⁸⁵. A ideologia de Oswald, ele mesmo oriundo do mundo oligarca em crise, combinava elitismo e a sua conversão ao comunismo, características que perpassam toda a obra.

A partir das reflexões de Alcir Lenharo em seu estudo *A Sacralização da Política*⁴⁸⁶, verifica-se que o temor ao *perigo amarelo* surgia talvez como o único elo que unia a esquerda

⁴⁸²Pedro Leão Velloso Neto (1887-1947) embaixador do Brasil em Tóquio entre 1935 e 1938. Foi ministro das relações exteriores em três oportunidades: entre 24 de agosto de 1944 e 20 de fevereiro de 1945 (substituindo Oswaldo Aranha); de 19 de março a 15 de abril de 1945 e de 6 de julho de 1945 a 30 de janeiro de 1946. Foi representante do Brasil na Conferência das Nações Unidas iniciada em 25 de abril de 1945 em São Francisco (EUA). Em outubro de 1933, ainda Ministro Plenipotenciário do Brasil na China, se envolveu em uma polêmica, ao ser acusado de ser líder do movimento antinipônico que pretendia substituir a mão de obra japonesa pela chinesa no Brasil. Cf. *Ofício nº 143 de Sylvino Gurgel do Amaral, Embaixador do Brasil, para Afrânio de Mello Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil*. Tóquio, 28/10/1933. AHI-RJ, citado às páginas 183 e 184, notas nº s 417 e 418.

⁴⁸³ Idem.

⁴⁸⁴ Oswald de Andrade. *Marco Zero 1: A Revolução Melancólica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1943.

⁴⁸⁵ *A Cigarra* qualifica a revolução como momento em que São Paulo acordava de um “pesadelo” de vinte meses (nº 423 de 15 de julho de 1932) e de “A epopéia de São Paulo” (nº 429 de 15 de outubro de 1932).

⁴⁸⁶ Alcir Lenharo. *A Sacralização da Política*. Campinas: Papirus, 1986, p.134-135. Nesta obra Lenharo demonstra a partir dos discursos de intelectuais nacionalistas, em especial na Constituinte de 1934, que os

antifascista e a direita. São recorrentes as imagens de “plano de invasão” do exército japonês no Brasil e os imigrantes como “agentes secretos” à serviço do imperador japonês.⁴⁸⁷

A leitura de *A Revolução Melancólica* fornece ao pesquisador interessado no antiniponismo no Brasil um conjunto de estereótipos associados ao imigrante japonês em seu viés mais virulento, podendo ser equiparado às obras de propaganda mais conhecidas, como os já citados *O Perigo Japonês* e *A Ofensiva Japonesa no Brasil*, ambos editados em 1942. O discurso possivelmente enfatizado pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial resgatava o que antes já circulava na sociedade brasileira. Seja o caboclo, o índio, o intelectual ou imigrantes de outras origens que “conviviam” com o nipônico, todos o transformaram em alvo de sua desconfiança e preconceito.⁴⁸⁸ O imigrante amarelo é aquele que tira a terra do caboclo e o explora.

A terra é o protagonista do romance, sendo os imigrantes, em especial os nipônicos, aqueles que revelam as relações sociais dentro de um cenário de transformações políticas e sociais por que passava o país. Na leitura de Bertha Waldman, Oswald de Andrade faz críticas contundentes ao capital, ao mesmo tempo em que apostava na riqueza da terra partilhada. Nesse contexto surgia o imigrante nipônico, subsidiado e defendido pelo seu governo. Para a autora, os múltiplos personagens, em que sobressaíam os excluídos sociais (caboclos, índios, proletários e imigrantes) e a oralidade característica de cada um dos grupos, demonstram que o coletivo é o grande protagonista e a história, seu recurso central. Com eles, Oswald planejara erigir a épica da revolução inspirada na energia bolchevique. Contudo, à despeito do

imigrantes japoneses eram apontados como fatores de degenerescência racial e de desintegração política. Eram também criticados por não se submeterem ao trabalho assalariado, prejudicando o controle que se buscava do trabalhador. No contexto do Estado Novo, na emergência de Getúlio Vargas como de fato líder e “cabeça” da Nação O Estado Nacional foi equiparado ao corpo humano, cujas diferentes partes deveriam trabalhar harmoniosamente em conjunto, sendo as classes sociais como os órgãos. O sangue, símbolo da vida, transmutava-se também em sinônimo de doença, associado aos imigrantes indesejáveis. Os japoneses não se coadunavam nem enquanto um grupo social que pudesse ser assimilado e contribuir harmoniosamente para o desenvolvimento do corpo/Nação, nem como aqueles que trariam contribuições eugênicas para a raça brasileira. Idem, *Ibidem*, p.17.

⁴⁸⁷ A identificação transitória entre os discursos dos comunistas e dos antinipônicos conservadores verificou-se novamente durante os debates na Constituinte de 1946, ocasião em que o PCB elegeu representantes para a Câmara e um senador, Luis Carlos Prestes. Motivados pelos conflitos desencadeados pela *Shindo-Renmei*, aderiram à proposta de exclusão dos japoneses das futuras correntes imigratórias apresentada por Miguel Couto Filho (1900-1969), que além de herdar do pai sua vocação pela medicina, se tornara também um ferrenho cruzado contra a imigração japonesa. Os discursos retomavam a tese de invasão militar a partir dos “quistos amarelos” e o imperialismo dos “fascistas japoneses”. Ver: Marcia Yumi Takeuchi. *Op.cit.* 2007, p.84-86.

⁴⁸⁸ Em um trecho à página 15, o autor antes de apresentar os protagonistas de *A Revolução Melancólica* observa em relação às terras colonizadas pelos japoneses, os quais faziam parte da narração: “(...) o imperialismo japonês disciplinava a alma dos amarelos, pequenos, retacos, dissimulados”. Atarracados, feios e hipócritas, o nipônico fanático sofreria quaisquer conseqüências para a glória do seu império. In Oswald de Andrade. *Op.cit.*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1943.

papel messiânico atribuído ao proletariado e ao PCB, a ideologia revolucionária saíra deslocada, anulando os conteúdos gloriosos e terminando em farsa.⁴⁸⁹

Em uma interpretação diferenciada, considero que independentemente dos objetivos políticos almejados pelo escritor, seu discurso reforçava a visão negativa do imigrante japonês, onipresente nas páginas do romance no papel de agressor e de entrave para a ascensão das classes oprimidas. O nipônico era isolado, somente procriava dentro de seu grupo étnico porque o “cônsul não gostava” de que fosse de outra maneira. A estranheza e o mistério de que se envolvia o “amarelo”, era notada pelos demais estrangeiros que lutavam para construir um futuro no Brasil.

O narrador apresenta a visão dos demais imigrantes sobre o japonês. Este é retratado como pior do que o “turco de prestação”. O libanês – que no imaginário brasileiro, detêm com o judeu a pecha de avaro e usurário – é aquele que alerta o caboclo contra Muraoka, que comprara sua terra e dos índios: “- Lasbão! Non pega mizade co’ essa raça! Deus te livre!”. O italiano visualizava no japonês Muraoka, o seu companheiro de viagem no trem rumo ao litoral, um poderoso inimigo e fanático até a morte: “- pra podê co um japonese precisa sete brasileiro, dois turco, cinco italiano e meia duza de portuguese...”. Ao que outro italiano emenda: “- Os japonese quere enguli o mundo inteirinho. Um dia vai vê”.

No sentido de apresentar o comunismo como alternativa ao imperialismo japonês, o narrador se vale das reflexões do militante Leandro Mesa, que vinha de Buenos Aires trazendo consigo brochuras comunistas. Seguindo uma perspectiva quase didática, “explica” como Mesa se ressentia do ardiloso súdito do Império do Sol Nascente: o personagem se recordava, em suas reflexões, de que em uma reunião da *Terceira Internacional* na capital portenha, lhe fora mostrado um mapa da “ocupação estratégica do Brasil pelo imigrante amarelo”. Apenas o governo brasileiro ignorava, permitindo a entrada de metralhadoras e aeroplanos desmontados em *Registro-Gô*. Havia até um almirante em Sete Barras e espiões educados, outros transformados em peritos de agricultura, que penetravam nos escritórios e nas casas e ainda levantavam mapas do litoral e do interior.⁴⁹⁰

⁴⁸⁹ Bertha Waldman. “Terra à vista: anotações sobre a presença de japoneses na literatura brasileira” In, Maria Luiza Tucci Carneiro & Marcia Yumi Takeuchi. *Imigrantes Japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória*. São Paulo, EDUSP, p.9-14 (no prelo).

⁴⁹⁰ Oswald de Andrade foi proprietário d’*O Pirralho* durante grande parte de sua existência, e como foi ressaltado a sua revista se envolveu também na campanha antinipônica, sendo um dos indícios o editorial publicado em 14 de dezembro de 1916, que criticava a política imigratória paulista, que permitira aos “perigosos” japoneses fundarem uma colônia no litoral sul paulista. Nesse momento, a comparação da cidade/nação japonesa em área estratégica já era feita com os interesses russos na Ásia. Naturalmente a ambientação da história do livro na cidade fictícia do litoral sul, Jurema, e na capital paulista não foi mera coincidência.

Por sua vez, o intelectual – o guia da Nação – era representado pelo farmacêutico da cidade, Lírio, mulato casado com filha de italianos, colaborador de *Voz de Jurema*. Ao escrever um artigo sobre o *perigo amarelo*, generalizava a comunidade japonesa enquanto espiã: “No criado, no chofer, no lavrador, no jardineiro, no comerciante, no pescador ou no burocrata... ou no milionário, enfim em qualquer ramo em que se desenvolva sua aparente atividade, está o técnico, o militar, o sociólogo, o polígrafo, o informante e o repórter a estudar, a inquirir, a observar e a transmitir memórias, relatórios e estatísticas para a sede desse formidável quartel-general que, em Tóquio, prepara a maior guerra de conquista de que a história humana jamais teve idéia”.⁴⁹¹

Daí a constância de sentenças que permeiam a obra, que elaboram juízos de valores com relação à religião, aos costumes e a moral dos japoneses, que afetam a percepção da ameaça militar japonesa sobre a Pátria.⁴⁹² A recorrência do mito do militar japonês infiltrado é corporificada em um dos participantes da trama – um aviador de nome Kana, piloto até então civil, empregado de uma família rica, e que estava numa enfermaria por supostamente estar ferido, servindo aos constitucionalistas. O diálogo entre Kana e Jango, também combatente ferido, oriundo da oligarquia, desmascara a aparente inocência do primeiro.

Jango provoca Kana afirmando que todos os japoneses são escravos, ao que o nipônico responde: “ – Japão grande cooperativa, dono imperador”. A trama japonesa continua a ser desvendada graças à Jango: “ – Você está à disposição não de São Paulo, mas de Yamato Damashi, isto é, Grande Japão. Você não passa de um capítulo de luxo da espionagem amarela. Há outros na guerra paulista. Outro dia explodiu o laboratório químico onde se trabalhava com fulminato de mercúrio...(...) 12 japoneses estavam fabricando explosivos com a mais moderna das técnicas, chuveiro, cabinas isoladas, capas de borracha... São técnicos de guerra do Estado-Maior japonês...”. Kana, o japonês dissimulado responde que tudo isso era mentira, pois todos eles eram plantadores de batatinha: “ – Noroeste, pescadores litoral... non? Japão tudo já xabe guerra!”⁴⁹³

⁴⁹¹ Idem, p.10-18.

⁴⁹² Bertha Waldman considera que as recentes publicações de ficções que contam com personagens de origem estrangeira é modelar em relação ao interesse sobre questões centrais da teoria literária contemporânea, em que fenômenos como cruzamentos de fronteiras, trocas e mediações culturais e processos de seleção e exclusão são enfatizados. Os personagens estrangeiros têm o papel de fornecer o substrato para as considerações sobre transformações sociais e culturais ocorridas no espaço brasileiro. Contudo, esse interesse não é recente como a autora observa em relação aos japoneses, que surgem no citado romance de Oswald de Andrade e em Mário de Andrade, *Amar, Verbo Intransitivo*, publicado em 1ª. edição em 1927. Cf. Bertha Waldman.*Op.cit.*, p.1 [no prelo].

⁴⁹³ Oswald de Andrade. *Op.cit.*, p.199. O cooperativismo associado aos japoneses era, por sua vez, sinônimo na mentalidade antijaponesa de latifúndio e controle de gêneros de primeira necessidade por parte dos agricultores japoneses. A Cooperativa Agrícola de Cotia, fundada em 1928, seria acusada de quinta coluna da alimentação

Contudo, o “oficial” japonês termina por fim “confessando” os planos ao se recusar a receber uma “surra” por parte dos brasileiros. Respondia que o Japão já tinha garantido a próxima Guerra Mundial, vencendo a Rússia, China e os Estados Unidos. Ressalva, porém, que o objetivo não era conquistar o mundo, mas “ – Só ordem... non?”.

Essas frases configuram por si mesmas o futuro aguardado pelo Brasil, caso não fossem tomadas providências com relação aos quistos amarelos. Estão presentes as alegações japonesas de defesa da Ásia contra os brancos [a *Doutrina Monroe* à moda japonesa]; a dissimulação, coloridos pela reprodução por parte do autor do sotaque estereotipado do nipônico. A união de diferentes indivíduos de distintas pretensões em prol da revolução paulista serviu para ressaltar a presença do traidor japonês, que corroia a partir de dentro a estrutura nacional. Oswald ressaltava a traição inata do nipônico, que não o fazia desejável, ou seja, nem como “regimento da morte” servia. Posicionamento lapidar expresso em relação ao aviador, sem a intervenção de outros personagens: “No silêncio hospitalar, o japonês olhava o ar fino através de uma janela aberta. Todo o seu ser tendia à integração no sentido da pátria. Na liberdade azul daquele mesmo ar, ele saberia servir o Grande Japão. Havia de sentir um dia na guerra pulsar com o motor do aparelho o seu coração reto e mecânico como se os mesmos cilindros perfeitos pertencessem ao aviador e ao avião”.⁴⁹⁴

34

PRETO E AMARELO

Está declarada a guerra civil na China, entre Cantão e Nankiu.
(Dos jornais).



UM DESENHISTA — Aí está! Cantão pegou-se com o Nankin e as coisas estão pretas.
OUTRO DESENHISTA — É, mas o amarelo japonês deve andar lá em algum cantinho.

após o rompimento das relações diplomáticas com as potências do Eixo, em 28 de janeiro de 1942, e sofreria intervenção federal.

⁴⁹⁴ Idem.

O japonês, sinônimo de traidor e espião, era assim o responsável pela dissolução interna dos países que cobiçava, mesmo não participando diretamente da “cena”. Na charge “Preto e amarelo” de Storni, há um significativo trocadilho à respeito das cores raciais, com a presença de dois desenhistas que discutem o resultado parcial da guerra civil na China [Fig.38]. Demonstrando a rapidez dos artistas em expressar icomograficamente, a partir do que era atual e noticiado pelos jornais, um deles demonstra o resultado que conseguira: - “Aí está! Cantão pegou-se com Nankin e as coisas estão pretas”. O que vemos é um chinês cantonês agredindo outro de Nankin, este simbolizado por um tinteiro, numa referência à tinta nankin, deixando o ambiente “preto”. A negrura da situação, a dissenção entre irmãos, não poderia estar ocorrendo sem estar sendo insuflado por outro elemento amarelo: o japonês, que oculto em algum canto, assistia o enfraquecimento do inimigo a fim de deglutir com mais facilidade o antigo Império Celeste. Essa circunstância é apontada pelo seu colega de profissão que aponta a falha alheia, ou seja, a falta do elemento catalisador do problema: “- É, mas o amarelo japonês deve andar lá em algum cantinho”.

A fome de terras, jamais satisfeita, logo sem limites do Império Japonês foi ironizada pela *Careta*, como uma disputa entre dois glutões que se rivalizavam: O Japão e a Itália [Fig.39]. Mussolini e Hiroíto, devidamente identificados e com seus abdomens inflados ao devorarem seus pratos, não desprezam os acompanhamentos tradicionais: o japonês o seu arroz e o italiano seu molho à base de tomate [sugo].

Os pratos digeridos – China e Etiópia – são servidos pelo garçom que atua como observador e árbitro da “gana” [sic] com que ambos comem. Somente assistia e aguardava a indigestão dos comensais, assim como faziam a Inglaterra e fizera a *Liga das Nações* em uma postura arrogante denunciada pela *Careta*. Esta fazia circular a transformação simbólica de nações debilitadas e abastardadas que não poderiam resistir à sanha daqueles que necessitavam se expandir e absorver a energia vital [sangue] de outros para se manterem vivos.

As denúncias dos nacionalistas, portanto, foram aproveitadas pela imprensa, mas no viés dos periódicos ilustrados, a discussão desse tema, na maioria das vezes, era apresentada sem perder de vista o aspecto cômico, embora demolidor. Essa característica pode ser percebida na *Careta*, que passava a assumir uma postura significativamente combativa quando se tratava da “expansão japonesa”. Em duas charges publicadas em julho de 1936, a

revista se propõe a explorar o problema do estabelecimento de colônias nipônicas na região amazônica, do ponto de vista político e racial.



39 – “Estrategia culinaria”. *Careta*. Rio de Janeiro (1446) 7 mar. 1936, p.33. AFBN-RJ.

Em 25 de julho de 1936, a *Careta* divulgou uma charge de Storni intitulada “O Grande Laboratório”. A cena apresenta um índio, tendo como pano de fundo, árvores e uma vegetação onde está inscrito “Amazonas”. No primeiro plano, dois personagens brasileiros conversavam, trocando impressões sobre a colonização japonesa na região. O primeiro, de costas, indaga ao segundo: “Você não acha um perigo povoar-se o Amazonas com japoneses?”. Ao que o segundo responde, apontando para o indígena: “Qual! Em pouco tempo eles não saberão mais se são japoneses ou nhambiquaras”. A partir desse diálogo, podemos depreender dois pontos abordados pela elite nacionalista quando se referia à imigração japonesa: a assimilação dos japoneses e a segurança nacional [Fig.40].

O GRANDE LABORATORIO



- Você não acha um perigo povoar-se o Amazonas com japoneses?
- Qual! Em pouco tempo eles não saberão mais si são japoneses ou nhambiquaras.

Fig. 40 – "O Grande Laboratorio". Revista *Careta*. Rio de Janeiro (1466) , 25 jul. 1936, p. 35. AFBN-RJ.

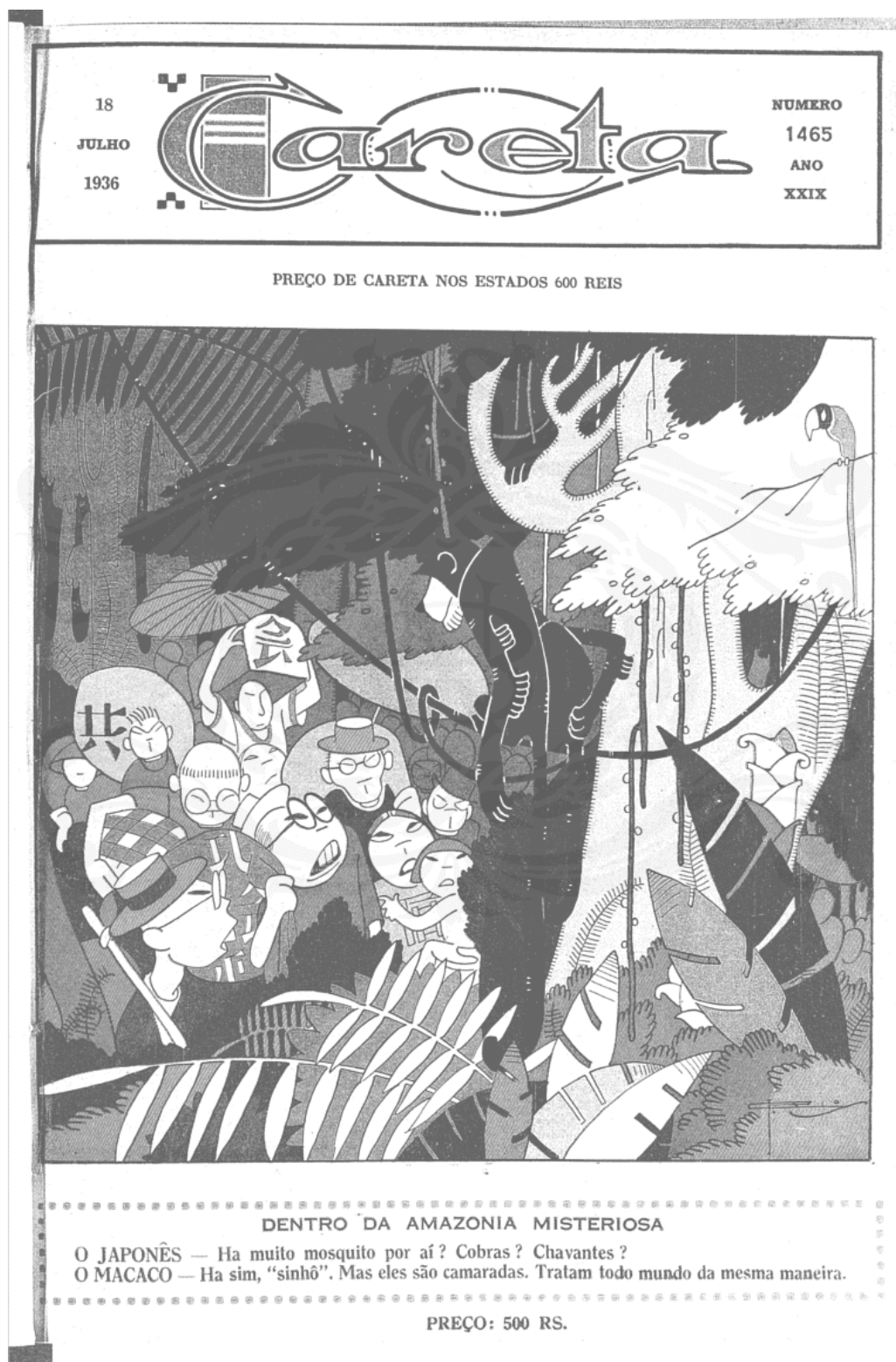
A razão da presença do indígena na charge se encontra na sua utilização como o protótipo do povoador original do Brasil. Mais ainda: a tese segundo a qual os seus antepassados eram originários da Ásia, de onde se deslocaram para as Américas atravessando o Estreito de Behring. Os intelectuais anti-nipônicos como Carlos de Souza Moraes e Vivaldo Coaracy, autor de *O Perigo Japonês*, publicado em 1942, divulgavam a denúncia segundo a qual a infiltração japonesa no Brasil seguia um plano elaborado: a união dos nipônicos localizados na região amazônica com os seus compatriotas instalados no Peru, país que recebera, igualmente, um grande contingente de súditos do Império do Sol Nascente. Divulgava-se também a idéia de que o governo de Tóquio, sorrateiramente, aliada à versão japonesa da *Doutrina Monroe* [A Ásia para os asiáticos], fazia circular nos países americanos que recebiam os seus nacionais, que os índios americanos e os japoneses possuíam uma proximidade étnica.

Por outro lado, na legenda à charge elaborada por Storni, depreende-se a sugestão da assimilação dos nipônicos ao meio nacional/amazônico. Tão assimilados que não saberiam mais se continuavam japoneses, súditos do Império japonês, ou nhambiquaras atrasados. Identificamos insinuações à degenerescência da raça nipônica, pouco adaptada ao ambiente hostil e distante do que estavam habituados no Japão.

Uma segunda charge nos auxilia a desenvolver a idéia expressa na primeira: a *Careta* número 1465, de 18 de julho de 1936, circulou com a charge “Dentro da Amazônia Misteriosa” de J. Carlos na capa. Compondo um cenário que remetia à selva (árvores, cipós e penumbra), o chargista inserira nela as personagens principais: um grupo de imigrantes japoneses e um macaco falante. Os nipônicos surgem em caravana, transportando os objetos que evidenciavam a sua origem oriental, tais como sombrinha, lanternas e baús ornados com ideogramas japoneses. As características físicas também são bem definidas, adaptando-se aos estereótipos atribuídos aos japoneses: os olhos pequenos, os óculos e as fisionomias contrafeitas – boquiabertas e dentuças – que traduzem ao mesmo tempo o medo do desconhecido e o espanto com o ambiente ao redor [Fig.41].

A incorporação desses elementos tem a função, em nosso ponto de vista, de oferecer ao leitor a certeza inequívoca de que os imigrantes inseridos no meio da mata eram de fato japoneses, seres estranhos ao ambiente nacional. O líder do grupo de estrangeiros interrompe a marcha diante de um único interlocutor possível: o macaco. Este tinha a perfeita capacidade de compreender e responder às indagações do nipônico. Nesse sentido, são possíveis as seguintes conclusões: a presença do símio era natural, como parte integrante da fauna silvestre da Amazônia; a correlação do animal ao japonês, metaforizado pelos setores racistas e

xenófobos como “macacos amarelos”, pela sua propalada incapacidade de produzir qualquer inovação técnica – exclusividade dos brancos – mas somente macaquear [imitar] as conquistas do Ocidente.



41 – “Dentro da Amazônia Misteriosa”. *Caretta*. Rio de Janeiro (1465), 18 jul. 1936, capa. AFBN-RJ.
Na charge, o nipônico, assustado e rodeado por sua gente igualmente impressionada, indaga ao macaco: - “Há muito mosquito por aí? Cobras? Chavantes?”, ao que obtêm como

resposta: “Há sim, “sinhô”. Mas eles são camaradas. Tratam todo mundo da mesma maneira”. A complementação à frase, se houvesse, poderia ter sido: até mesmo os nocivos japoneses.

Esse aspecto de ausência de humanidade por parte dos japoneses foi ecoado pelos intelectuais anti-nipônicos, que reproduziam os discursos que encontravam em obras publicadas nos Estados Unidos, tal como a já citada obra *O Perigo Amarelo*. O seu autor qualificava o movimento de japoneses de “hostes amarelas, os cruéis e ferozes, de grandes espadalhões alçados e prontos ao corte das cabeças cristãs de americanos e europeus (...) homens terríveis como feras, olhos negros, duros, magnéticos como os das serpentes, chispendo fulgores sinistros, lampejando ameaças inconcebíveis e iluminando estranhamente rostos impassíveis e cor de limão”⁴⁹⁵.

A animalização do nipônico ou a bestialização do complô servia, em nosso ponto de vista, para justificar o medo que deveria ser despertado nas populações americanas, incluindo a brasileira, da invasão japonesa. O recurso às metáforas tem o propósito de concretizar a idéia, muitas vezes abstrata para grande parte dos leitores desses textos. A convicção de que os japoneses, apesar de serem capazes de assimilar as conquistas tecnológicas ocidentais, mantinham em sua natureza taras orientais, poderia ser explicada através dos meios pelos quais o Império mantinha o controle de natalidade, antes da abertura imposta pelos norte-americanos em 1854: abortos e infanticídios.

(...) O povo japonês, tanto no campo como nas cidades, praticava o infanticídio como quem arranca legumes ou ervas pela raiz (...) Em Kiushu, da cada cinco crianças matavam-se duas; na província de Tosa, um rapaz e duas raparigas eram o número máximo de filhos que uma família podia ter. Na província de Hyga, apenas o primogênito tinha direito a viver, todos os outros eram mortos à nascença – ou antes de nascer.⁴⁹⁶

Se as metáforas e os elementos simbólicos possibilitavam aos leitores o conhecimento da ameaça japonesa, a charge política fornecia uma compreensão que, através do riso, não amenizava o receio, mas auxiliava na sua aceitação. Os periódicos ilustrados pesquisados não deixavam de se aproveitar desse mote, e contribuía para a difusão da imagem do perigo japonês aos seus leitores.

Em 21 de março de 1936, a *Careta* divulgava uma charge de Storni com o significativo título de ‘Feitio da raça’, na qual se efetivava que determinadas características psicológicas eram inerentes à raça japonesa. Quais seriam essas qualidades? A resposta são o sorriso hipócrita e o fanatismo, estigmas que já citamos anteriormente e que se mostraram recorrentes nas charges e artigos publicados nas revistas ilustradas. Encontramos, portanto, em meados da

⁴⁹⁵ William Brown. *Op.cit.*, p.7.

⁴⁹⁶ Idem, p.28-29.

década de 1930, ainda a vigência da psicologia coletiva e do determinismo racial, que pressupunha as características de um grupo determinadas pela raça, negando o livre-arbítrio ao indivíduo [Fig.42].



O BRASILEIRO — O senhor vem mesmo do Japão, com essa cara alegre ?

O JAPONÊS — Nós lá somos assim: mostramos os dentes sorrindo.

42 – "Feitio da raça". Revista *Careta*. Rio de Janeiro (1448), 21 mar. 1936, p. 35. AFBN-RJ.

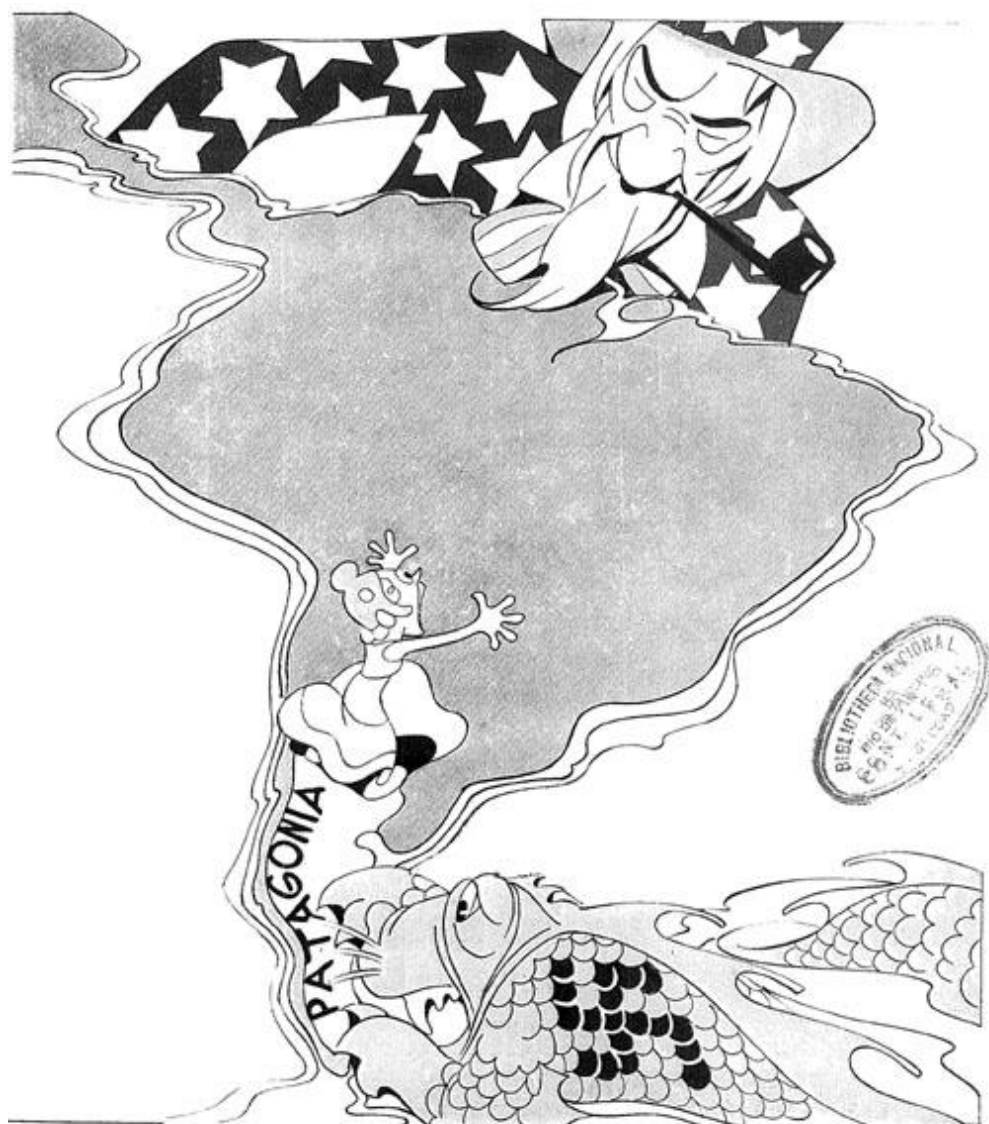
O desenho de Storni nos apresenta, em primeiro lugar, que a distância entre o Brasil e o Japão fora simbolicamente diminuída pela imigração. De um lado da margem o Império do Sol Nascente, e de outro o paraíso tropical dos brasileiros. Unindo as duas margens, um brasileiro e um japonês que se encontram. O representante nacional demonstra o seu estranhamento ao perguntar ao japonês sorridente: “- O senhor vem mesmo do Japão, com essa cara alegre?”. O nipônico lhe atalha: “- Nós lá somos assim: mostramos os dentes sorrindo”. A menção aos dentes evidencia a natureza feroz dos japoneses e a sua hipocrisia, que visava ocultar essa realidade.

Em segundo lugar, a fim de reforçar o distanciamento mental dos nipônicos em relação aos civilizados brasileiros, na margem oposta aos dois personagens, no Japão, caracterizado pela arquitetura da casa e pela paisagem, o chargista inseriu um súdito japonês instalado no telhado cometendo o *harakiri*, o suicídio ritual. Essa atitude, expressada com clareza no desenho, era um outro atributo do japonês: o seu fanatismo lhe permitia a coragem de praticar um ato doloroso de cortar o próprio ventre, em uma demonstração simbólica de limpeza da honra através do sangue. Tal ousadia, quase um prazer sádico, na opinião dos contrários à continuidade da imigração japonesa, demonstrava a nocividade e o risco de incorporar em sua nacionalidade um povo de mentalidade tão diferente e perigosa, totalmente incompatível com a que se desejava.

A bestialização do *perigo amarelo* convertido em monstro era um recurso utilizado pela imprensa com significativa regularidade desde o agravamento da situação internacional, tanto na Ásia como na Europa, com possíveis repercussões para as Américas. A defesa do mundo civilizado contra essa fera faminta deveria mobilizar a opinião pública. Os intelectuais brasileiros, acompanhados pelos vizinhos norte-americanos visualizavam nos Estados Unidos uma barreira de salvação contra os males (a morte pós-digestão dos imigrantes amarelos).

A charge “Terras de ninguém” é simbólica sobre o papel de proteção delegado aos norte-americanos. Até então, os países sul-americanos eram a concretização da *Casa da Mãe Joana* onde todos os estrangeiros e empresas nocivas tinham acesso. É patente na imagem a América do Sul vulnerável sendo atacada pela ponta sul por uma carpa monstruosa, o *perigo amarelo* representado pelo peixe-símbolo do Japão em grandes dimensões e, também, a sua vertente alemã representada pela suástica desenhada nas escamas do dorso [Fig.43].

Tio Sam observa tranqüilamente a cena, de cachimbo, aguardando o instante preciso para agir e “salvar”, satisfeito pelo fato da “donzela sul americana” ter se conscientizado que, de fato, o “bicho era muito feio”. A cena retratada, auxiliada pela legenda que exprime a constatação do norte-americano: “ – Deve ser aquele fantasma que você dizia que era assombração, quando na terra dos outros”, ratifica a certeza do bom senso que tivera os Estados Unidos em fechar as portas à imigração japonesa, ao contrário da indolência e imprevidência do Brasil e do Peru, que demoraram a tomar as cautelas necessárias.



Terras de ninguém

— Socorro! Um bicho muito feio!

— Deve ser aquele fantasma que você dizia que era assombração, quando na terra dos outros.

43 – “Terras de ninguém”. *Careta*. Rio de Janeiro (1612) 13 mai. 1939, capa. AFBN-RJ.

Retomo que na citada compilação de Antovila Vieira, essas imagens são recorrentes, transmitidas através de discursos posteriormente publicados. O tom forte das falas, tornadas perenes ao serem registradas em livro, veicula imagens mentais que visavam convencer a massa sobre o malefício que se intentava infringir à pátria. Ainda em 1936, o deputado estadual Vieira defendia a nacionalidade, contrapondo-a à concessão de um milhão de hectares de terras concedidas pelo governo amazonense em 1927 à iniciativa privada japonesa, na verdade, um braço do Estado japonês disfarçado de empresa.

A fim de justificar seu ataque à liberalidade estatal, Vieira articula conceitos que, em sua visão, deveriam estar presentes a fim de identificar o imigrante desejável. O nipônico não poderia ser enquadrado em nenhum deles.

Se a base da nacionalidade residia na língua, na religião e na bandeira, os japoneses serão sempre budistas. Mesmo que a inata hipocrisia os levasse à apostasia ao budismo, por mero interesse material. O fanatismo os movia à absorção, ao contrário dos portugueses, por exemplo, que na Era das Conquistas, antes dos marinheiros, enviavam os representantes de Cristo, que subjugavam pela fé os “selvagens” e possibilitavam a vitória. Além disso, os nipônicos seriam estrangeiros exóticos, “diferentes em tudo de nós, desde os traços étnicos à formação espiritual”.⁴⁹⁷

Os japoneses são metaforizados como “abutres amarelos”, o Japão de “monstro de fauces hiantes” e os nipônicos também de “verme amarelo, destruidor de raças”. Contra esse rol de monstruosidades, os Estados Unidos, a Rússia e a Inglaterra estariam se acautelando. A Manchúria e a Coreia seriam a prova de que o perigo amarelo existia e estaria se dirigindo para a América do Sul. Este se instalaria através da “desgraça” de pedidos de satisfação e ultimatoss, caso as autoridades nacionais, no futuro, arrependidas após “tamanho imbecilidade”, resolvessem interferir no “Estado Japonês”.

O povo brasileiro sofreria de ingenuidade, pois acolhiam os imigrantes que desembarcavam cantando o hino nacional, mas colocavam seus filhos nas escolas japonesas a fim de destruir qualquer sentimento de brasilidade que estes pudessem desenvolver.⁴⁹⁸

Citando o deputado federal João de Faria, que fizera o parecer sobre o projeto apresentado por Fidélis Reis, ainda em 1923, que visava restringir a imigração japonesa, lembrava que mais do que não cumprir contratos, os japoneses eram pouco atraentes fisicamente, de moral estranhável, que causava escândalo por “tamanho impudícia” entre os nossos caboclos pelo seu hábito de banhar-se em comum e ao ar livre.

Além disso, o Japão era uma potência militar de primeira ordem, que poderia provocar atritos com os povos fracos que oferecessem restrições à sua expansão colonial.⁴⁹⁹

Por seu turno, Vieira recorre às imagens bestilizadas com relação aos japoneses, comparando-os em outro trecho de sua obra aos “dragões amarelos” ou “vampiros”, que “antes de cravar na vítima os dentes pequeninos e aguçados, afagam-na (...) com as asas veludas. Depois, lhes sugam o sangue, a vitalidade”.

⁴⁹⁷ Antovila R. M. Vieira. *Op.cit.*, p.23-36. Afirma o autor que o japonês era um povo “errado” cuja conversão ao catolicismo era “insincero”. As igrejas japonesas somente existiam graças à coragem dos missionários, que desfiavam a catequese e a “palavra divina e humana de Jesus” enfrentando os fanáticos. Idem, *Ibidem*, p.40.

⁴⁹⁸ Idem, p.40-44.

⁴⁹⁹ Projeto já citado cf. nota 79.

Metáforas se sucedem, atingindo o clímax a partir da comparação ao “micróbio” e literalmente ao “lixo”: a *Nação*, associada ao organismo, necessitava criar mecanismos de defesa contra os micróbios japoneses. Essa mesma nação, para manter sua vitalidade orgânica, precisava ser alimentada por infusão de novo sangue, saudável. Portanto, não por japoneses, pois “não se alimenta e se robustece o organismo do indivíduo nem o da nação ingerindo pedras ou comendo lixo”.⁵⁰⁰

Vieira faz defesa da *Doutrina Monroe* e menciona a proibição à imigração japonesa nos Estados Unidos, Argentina e Paraguai. Considera que o Brasil continuando a aceitá-la, corria o risco de sofrer a antipatia norte-americana. Desse modo, o combate à imigração japonesa seria fundamental para a unidade nacional e as relações do continente.

Portanto, essa percepção já estava bastante vulgarizada, conforme procurei demonstrar, antes mesmo da eclosão da Segunda Guerra Mundial com a invasão alemã à Polônia, em 1 de setembro de 1939. Entretanto, esta se exacerbou juntamente com o nacionalismo xenóforo do Estado Novo e com o ataque japonês em Pearl Harbor em 17 de dezembro de 1941. Em realidade, não havia um resgate de uma imagem perniciosa, mas as constantes atualizações e complementos. Indesejáveis e espiões desde o início do processo imigratório para o Brasil, o novo conflito trazia novamente para o primeiro plano o *yellow peril*, na versão *yankee*, ameaçando o continente americano.

III – *Imagens Estilhaçadas: o japonês no imaginário político brasileiro*

3.1 – *Atração e repulsa: o estereótipo da gueixa*

Diante das preocupações quanto à afinidade e a contribuição, que adviriam com a introdução dos imigrantes japoneses, manifestadas pelos intelectuais e repercutidas na imprensa, nos chama a atenção a *figura feminina*, que surge nas páginas das revistas ilustradas em diversas ocasiões e momentos. Ao efetuarmos o levantamento e, posterior análise desses

⁵⁰⁰ Antovila R.M. Vieira. *Op.cit.*, p.54; 114.

documentos, verificamos a inegável participação da *japonesa* na configuração da imagem do imigrante japonês no Brasil.

Esclarecemos, contudo, que não há pretensão nesta pesquisa em avaliar a imagem da mulher japonesa ou da sua representação, estritamente nas perspectivas da *História das Mulheres* ou do *Gênero*.

Entretanto, ao iniciarmos o estudo sobre a mulher japonesa e os estereótipos a ela associados – positivos ou negativos – não podemos deixar de reiterar que a nossa reflexão está inserida na *História Política*, da qual também faz parte a *História das Mulheres*. Joan Scott, da *Universidade de Princeton* (EUA) e uma das mais reconhecidas pesquisadoras da área, lembra que as mulheres – como sujeitos participantes da História – foram reconhecidas somente na década de 1970. Após polêmicas entre os historiadores, a investigação sobre as mulheres, no geral, se afastou da *política*, dissociando-se dos movimentos feministas, tidos pelos profissionais, como evidências da proposição de que a produção sobre o feminino não se enquadrava na *imparcialidade científica*.⁵⁰¹

Assim como defende Scott em seu texto, o objetivo aqui será reconduzirmos o papel da mulher para uma narrativa política⁵⁰², mas neste caso, pontuada pela perspectiva das *Mentalidades* e, também, pela utilização da iconografia e textos literários.

Inicialmente, buscamos definir as imagens de maior recorrência nas revistas ilustradas com relação às mulheres japonesas ou “orientalizadas”. Posteriormente, verificar como essas representações afetaram a percepção dos brasileiros, que passaram a “conhecer” as imigrantes dessa origem a partir de 1908.

Identificamos, nos primeiros anos da imigração, a idealização da oriental, característica vinculada ao exótico: o abismo cultural, a originalidade romântica. Tal visão era predominante junto à elite, como pudemos depreender dos documentos iconográficos extraídos das revistas *Fon-Fon!* e *A Cigarra*.

⁵⁰¹ Joan Scott. “História das Mulheres”. In Peter Burke (Org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, Editora UNESP, 1992, p.64-65. A autora observa que de meados até o final dos anos 1970, a *História das Mulheres* de afastou da política, uma vez que na década anterior, iniciou-se a política feminista, quando as ativistas reivindicavam uma História que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também, explicações sobre a opressão e inspiração para a ação.

Daí um desvio para a *História do Gênero*, na década de 1980, um termo aparentemente neutro, desprovido de propósito ideológico imediato. Idem, *Ibidem*.

⁵⁰² Scott define política a partir das reflexões de outros historiadores e cientistas políticos: (1) atividade dirigida para/ou governos ou outras autoridades poderosas, atividade essa que envolve um apelo à identidade coletiva, à mobilização de recursos, à avaliação estratégica e à manobra tática. (2) como relações de poder mais gerais e às estratégias visadas para mantê-las ou contestá-las [Roland Barthes, *Mythologies*, Paris, 1957, p.230; Michel Foucault, *The History of Sexuality*, V.1, *An Introduction*, New York, 1980, p.92-102]; (3) enquanto práticas que reproduzem ou desafiam o que é às vezes rotulado de “ideologia”, aqueles sistemas de convicção e prática que estabelecessem as identidades individuais e coletivas, que formam as relações entre os indivíduos e coletividades e seu mundo, e que são encaradas como naturais, normativas ou auto-evidentes. Idem, *Ibidem*, p.66-67.

Podemos interpretar, a partir desses registros, que as imagens repercutiam as vitórias obtidas pelo Japão nas guerras *Sino-Japonesa* (1894-1895) e em especial na *Russo-Japonesa* (1904-1905). Desse modo, nesses casos, podia-se reiterar que mais do que as vestimentas e os gestos, estavam em foco a vontade de repetir no Brasil a modernidade – o salto, político e militar – experimentada pelos nipônicos.

Ao nos depararmos com as reproduções fotográficas relacionadas ao tema, detectamos que as primeiras aparições de *japonesas* referem-se às senhoras e senhoritas das sociedades carioca e paulistana, envergando quimonos e adereços de inspiração japonesa. Qual seria o ideário a ser transmitido aos leitores através dessas imagens?

A fim de responder a essa questão e para fazer frente à necessidade de proceder à análise dessa categoria de fonte iconográfica, nos valemos, novamente, da reflexão de Boris Kossoy. Este autor retoma o conceito expresso por Pierre Francastel de que as Artes como as Literaturas servem como instrumento às classes dominantes para divulgar e impor as suas crenças. Portanto há um *pensamento plástico*, assim como existe um pensamento matemático ou um pensamento político⁵⁰³.

Observa ainda Kossoy que a imagem, em especial a fotografia, tradicionalmente se viu relegada ao papel de *mera ilustração* dos textos ou de *apêndice* da história. No entanto, alerta que a documentação iconográfica “*é uma das fontes mais preciosas para o conhecimento do passado*”, embora seja um conhecimento da *aparência*, ou seja, “*as imagens guardam em si apenas indícios, a face externa de histórias que não se mostram...*”⁵⁰⁴.

Assim, a fotografia possui um papel cultural e não se deve deixar em segundo plano o seu poder de “*informação e de desinformação, sua capacidade de emocionar e transformar, de denunciar e manipular*”, que reside na sua própria ambigüidade. Em síntese: a fotografia se presta aos “*mais interesseiros e dirigidos usos ideológicos*”, uma vez que ela resulta de um processo de criação onde a imagem “*é elaborada, construída técnica, cultural, estética e ideologicamente*”. Devemos, então, a partir da metodologia apresentada por Kossoy, e levando em conta que as imagens estão diretamente relacionadas às mentalidades, desmontar esse sistema a fim de compreendermos como se dá essa elaboração e como seus elementos constituintes se articulam⁵⁰⁵.

Nesse sentido, citamos dois registros fotográficos, dentre outros, publicados na edição da *Fon-Fon!* de 13 de novembro de 1909 e n^oA *Cigarra* de 16 de outubro de 1915, respectivamente. Vê-se na primeira imagem a pose para a câmera do fotógrafo de uma jovem,

⁵⁰³ Cf. Boris Kossoy. *Op.cit.*, p.30-31.

⁵⁰⁴ Idem, p.31.

⁵⁰⁵ Ibidem, p.31-32.

devidamente apresentada como Maria da Glória, “filha do Dr. Antonio Pagliano”. O local escolhido para o “flagrante” foi Copacabana, tendo ao fundo toda a exuberância de uma cidade à beira mar [Fig. 44].

A partir do conceito de *natureza indiciária*⁵⁰⁶ da fotografia, a jovem em questão vestida “à moda das súditas do Mikado” em todos os detalhes, tidos como fundamentais – quimono, sombrinha e leque, sem esquecer o sorriso que fornece ao observador a ilusão de estar diante de um perfil convincente de uma *mussumê* (moça, filha em japonês) – acrescido de informações de natureza histórica, podemos concluir que a personagem está representando o papel de *japonesa* diante do fotógrafo. Desse modo, esse “retrato do Japão” era adotado por integrantes da elite urbana do Rio de Janeiro, a então capital da nova República, o que comprova a circulação desses ideais e a difusão junto aos setores médios através da imprensa.

O segundo registro referido, foi realizado enquanto flagrante de um evento social bastante difundido pela revista paulistana *A Cigarra*: uma quermesse no *Jardim da Luz* realizada em benefício do *Hospital dos Tuberculosos*.⁵⁰⁷ Promovida pelas senhoras da elite paulistana, esse acontecimento contara com elegantes “barracas” que representavam países como a Rússia, França, Espanha, Portugal, Itália e, também, o Japão. De frente à instalação representativa do Império do Sol Nascente, vemos “duas interessantes japonezas”, segundo as palavras anotadas na própria legenda da reprodução fotográfica.

⁵⁰⁶ Ibidem, p. 36-42.

⁵⁰⁷ Em abril do ano anterior, este evento foi realizado no Jardim da Luz com o mesmo propósito.

FON-FON EM COPACABANA



A senhorita Maria da Gloria, filha do Dr. Antonio Pagliano, trajada á moda das subditas do Mikado.

44 – [Maria da Glória em Copacabana]. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (46) 13 nov. 1909, p.13. AFBN-RJ.

As moças em questão, trajadas de quimono, embora não adornadas com os detalhes da jovem retratada em Copacabana, nos permitem uma saída de interpretação: a simples caracterização das personagens, a fim de adornarem a “Barraca Japoneza”, como gueixas. No entanto, entendemos que este fato não diminui a força da representação do que seria a “japonesa” original, ao contrário, demonstra o quanto ela está já consolidada na mentalidade do período [Fig. 45].

É interessante frisar que em ambos os documentos, distanciados pelo espaço de tempo de seis anos, não estão configurados o “sorriso amarelo”, malicioso, insinuado por vozes contrárias à introdução de japoneses no Brasil, que já ecoavam em diferentes meios políticos e acadêmicos. Nessas representações, visualizamos todo o exotismo da figura da *japonesa*: a delicadeza, a sofisticação e, somente nesses casos, a ausência de conotação da liberalidade tanto sexual quanto moral, que estará presente nas imagens estigmatizadas e nos discursos discriminatórios em relação aos imigrantes japoneses.

Contudo, tal neutralidade pôde ser verificada somente nas ocasiões em que as brasileiras se “orientalizaram” para uma determinada ocasião ou momento privado: festas de carnaval, eventos de caridade ou ensaio fotográfico de jovens da elite.



45 – “Duas interessantes japonezas”. *A Cigarra* (SP) 16 out. 1915, p.21. APESP.

Essa idealização impregnada de estereótipos pode ser verificada mesmo nas charges das gueixas, que pretensamente simbolizavam a mulher japonesa e/ou o Japão nas duas primeiras décadas do século XX. Tal idéia pode se complementada até mesmo por versos,

como os publicados pelo poeta Guilherme de Almeida na revista *O Pirralho*, em edição que circulou em 5 de dezembro de 1914, em uma seção intitulada “Perfis Femininos”.⁵⁰⁸

Vejam os versos:

“IV. A Japoneza / Envolta em tantas sedas baralhadas / Adeja o leque e passa farfalhante... / Chrysantemo que abriu nas alvoradas / das amarellas bandas do Levante! / Pés pequeninos, formas delicadas / Olhar obliquo, vivo e provocante / Eil-a sentada em fôfas almofadas / num kiosque leve e exótico e elegante... / E a Geisha, a flôr mimosa de Tokio / assim vestida num kimono esguio / toda seda e marfim, vaidosa e ufana / sorvendo o chá que tanto lhe apetece / essa filha do sol ate parece / um raro bibelot de porcellana...”

A mulher aqui descrita poeticamente possui uma leve sensualidade, que se limita aos gestos, as formas físicas, que remetem diretamente ao olhar “vivo e provocante” ou os pés “pequeninos”; e veladamente à imagem da flor [crisântemo] que se abre nas alvoradas. A menção à raça japonesa surge com a indicação geográfica das “amarellas bandas do Levante”. Excluindo-se este último ponto, como podemos entender essa gueixa, assim caracterizada?

Em nossa concepção, os versos abordam símbolos emprestados ao imaginário da Terra das Cerejeiras e das *Mussumês*, recriando nos trópicos a imagem, na verdade, da mulher brasileira, evidentemente branca, um “bibelot de porcelana”, enriquecidas com determinadas características “exógenas” que lhe dariam um valor diferenciado e exótico. Essas conclusões são referendadas por exemplos extraídos, que formam um modelo seguido pelas nossas revistas ilustradas no período.

Uma imagem significativa é o desenho da gueixa publicada como capa para o nº 67 d’ *A Cigarra* de 31 de maio de 1917 [Fig. 46]. As referências ao Japão não estão presentes somente na representação da mulher, tendo o desenhista lançado mão de letras, também “japonizadas” para o título do semanário. Os acessórios como o guarda-sol, o quimono e os tamancos da personagem servem como testemunhos do que era a *japonesa*. Essa estratégia demanda e denuncia o esforço do cartunista Meirelles em retratar o exotismo do feminino nipônico, à despeito da fisionomia da gueixa transparecer traços ocidentalizados. Neste caso, como nos anteriores, a *japonesa* atende ao anseio nacional, qual seja, o desejo de repetir o rápido sucesso japonês na modernização de suas indústrias civil e militar, com a manutenção de suas tradições. Observe-se que a “gueixa” em questão, adornada pelas cores exuberantes e quentes, não transmite uma sensualidade exarcebada e pecaminosa, ao contrário, somente um exotismo esteticamente agradável.

Desse modo, a caracterização da mulher-gueixa não condiz ainda com a imagem fixada sobre ela no imaginário brasileiro, especialmente a partir do final da década de 1920:

⁵⁰⁸ Seção “Perfis femininos”. *O Pirralho*. São Paulo (164) 5 dez. 1914, p.9.

prostituta de sexualidade perniciosa e mecanismo de transmissão de doenças físicas e morais. Essa situação caracteriza-se pela definição da ruptura *relativa* dessas imagens, evidentemente condicionadas pelas circunstâncias políticas.

Assim, mesmo o fato do Japão não ter, de fato, se mantido inalterado com a *Revolução Meiji*, a visão do progresso nipônico era pautada pelo peculiar, admirável e curioso: o moderno e o tradicional convivendo harmoniosamente. No entanto, havia já um certo desalento pela invasão ocidental, que maculava a particularidade japonesa. Em 4 de dezembro de 1926, a *Fon-Fon!* publicava uma reprodução fotográfica de duas senhoritas japonesas circulando por uma rua de Tóquio: uma delas em vestes tradicionais e a outra, no último modelo de Paris, conforme a revista [Fig. 47].

Nos moldes dos “flagrantes”, então vigentes nos semanários ilustrados, as moças “captadas” pelo fotógrafo servem como mote para os comentários que tem a função de legendas:

O Japão, a terra dos “musmés” [sic], dos crysanthemos e das cerejeiras, tão decantada por Loti e outros impressionistas encantados, já não é mais um paiz de lenda e fantasias bizarras. O Japão occidentaliza-se. É modernamente uma pátria que conduz os seus costumes segundo a civilização oriental e a européia.⁵⁰⁹

Logo, o Império do Sol Nascente poderia não ser mais a pátria das “bizarrices”, admiradas pelos japonistas, que o visitaram no final do século XIX, mas conforme a fotografia reforçava junto aos leitores: elas ainda estavam lá, tendo a moça ocidentalizada a função de contraste, com a segunda personagem e o ambiente “nipônico” ao redor.

⁵⁰⁹ [O moderno e o tradicional]. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (49) 4 dez. 1926, s/p. AFBN-RJ.



46 – [Gueixa]. *A Cigarra*. São Paulo (67) 31 mai. 1917, capa. APESP.

Essa contradição entre o tradicional e o moderno foi observada por Augusta Peick Moreira, senhora culta da sociedade carioca, esposa do médico psiquiatra Juliano Moreira⁵¹⁰. Acompanhando o marido em sua viagem pelo Japão, Augusta se preocupava em anotar

⁵¹⁰ Juliano Moreira (1873-1932) médico psiquiatra baiano, foi professor da Faculdade de Medicina da Bahia, Diretor do Hospital Nacional de Alienados (RJ) e à época de sua visita ao Japão, em 1928, era Vice-presidente da Academia Nacional de Medicina.

impressões sobre o modo de vida das mulheres no Japão. O seu relato compõe a segunda parte do livro organizado pelo colega médico de Moreira, Waldemar de Almeida, em 1935.



47 – [O moderno e o tradicional]. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (49) 4 dez. 1926, s/p. AFBN-RJ.

Augusta Moreira observara em uma palestra que realizara após sua volta ao Brasil, na *Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino*⁵¹¹, que as mulheres no Japão começavam a se ocidentalizar, pois as meninas estavam presentes nas escolas, o que contribuía para que 99 % dos rapazes e moças fossem alfabetizados. Referia-se, ainda, que embora a influência ocidental se revelasse no vestuário, dentro do lar, mantinha-se a tradição japonesa.

⁵¹¹ A palestra intitulava-se “Dez milhões de mulheres ganham a sua vida no Japão” e foi proferida em 17 de novembro de 1929. In Juliano Moreira. *Impressões de uma Viagem ao Japão em 1928*. Rio de Janeiro, Bibliotheca “Juliano Moreira”, Vol. I, 1935, p.141.

A visão disparatada da palestrante revela a idealização utópica, que entrara em choque ao se deparar com uma realidade diferente da que esperara.

Em concordância com o título da palestra, afirma que as japonesas se dedicavam ao trabalho nas fábricas, no cultivo das pérolas, e que elas trabalhavam tão duramente quanto os homens. O interesse das mulheres em se emancipar não se limitaria às que pertenciam às classes inferiores. Havia, afirmava Augusta, “uma tremenda aspiração” das jovens em adquirirem a mais alta educação: os governos estariam sendo levados a estabelecer escolas superiores para moças em toda parte do território japonês. Dessa forma seria possível até mesmo identificar um “incipiente movimento feminista” no Japão.⁵¹²

A contradição surge em diversos pontos da conferência, como quando a palestrante – à despeito do destaque que dera aos esforços da mulher nipônica em “se ocidentalizar e se modernizar” – admite que esta não era isenta do “costume nacional” do suicídio. Essa predisposição à morte estóica é mencionada em seu relato sobre a visita à uma queda d’água famosa por sua beleza. Nessa ocasião, Augusta Moreira teria presenciado uma tentativa de suicídio de uma jovem japonesa.

Em outra passagem, a educação, antes exaltada como modelar para as mulheres, ressurgiu como incapaz de influenciar as moças no sentido de se libertarem do julgo doméstico. Ensinava-se às alunas que “a obrigação da mulher é casar-se, ajudar o marido, ter filhos e a atender à conservação da própria casa. Ella deve felicitar o marido ao chegar em casa com um olhar gentil. Os pais do seu marido são seus pais; ela deve obedecer à sogra”.⁵¹³

Desse modo, a disposição sobre o elemento feminino na sociedade japonesa estava sedimentada na tradição: os casamentos arranjados, que na maioria das vezes lhe acarretava infelicidade; o casamento com estrangeiros, interditado e mal visto. Algumas jovens ousadas eram premidas a fugir da casa paterna para vivenciarem casamentos mistos.

As oposições em relação à japonesa, por vezes, a inocente e obediente *musumé*, e outras quase uma feminista em um mesmo discurso configura a persistência da imagem construída da nipônica, ainda pelos escritores do final do século XIX.

Entretanto, a mudança verificada na sociedade nipônica e a visibilidade sobre os imigrantes japoneses – graças ao aumento do número de entradas no Brasil, a partir de 1924 – inevitavelmente atualizariam a imagem referente à oriental. Essa modificação, sutil inicialmente, no final dos anos 1920, seria mais ressaltada com o episódio Incidente da Manchúria e chegaria ao paroxismo nos anos 1940.

⁵¹² Idem, p.122;142.

⁵¹³ Ibidem, p.141-142.

A progressiva mutação do imaginário em torno da mulher japonesa significou a incorporação da *sexualidade aberta*, até então ausentes nas representações. Nesse novo universo, entravam “em jogo” questões como intercâmbio cultural e sua conseqüência mais temida pelos eugenistas atuantes, mesmo que tardiamente, no Brasil: o cruzamento racial.

Conforme referido anteriormente, as revistas semanais ilustradas possuíam o papel de vulgarizadoras da *Ciência*, debatida nos meios acadêmicos e, portanto, afastada dos leitores menos especializados. Logo, a presença visível dos japoneses na sociedade e a sua contribuição inevitável na composição da raça brasileira necessitavam ser, na mentalidade dos nossos intelectuais, difundidas junto à população. As imagens complementavam os artigos que abordavam os perigos da miscigenação. Nesta questão o papel da mulher estrangeira era inegavelmente decisivo.

Desse modo, as revistas ilustradas eram chamadas a participar do debate. Em 13 de fevereiro de 1926, a *Fon-Fon!* publicava na seção “Garatujas”, uma resenha sobre o *Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas* (1853-1855) do Conde Joseph Arthur de Gobineau. Este é qualificado de “grande espírito” e o articulista refere-se a grande amizade que desfrutara junto à D. Pedro II.

Recordava, ainda, a miscigenação que o intelectual francês encontrara no Brasil e a sua concepção de que a mestiçagem absorveria a raça ariana e levaria a humanidade à decadência.

514

O jornalista cita especialmente uma frase da obra de Gobineau, no original em francês: “(...) a variedade racial, predominantemente negra, lhe fornece uma amplitude negativa ao futuro da espécie branca”.⁵¹⁵ Este trecho articula-se a outro depoimento do ideólogo do racismo expresso de forma direta:

“(...) Uma população toda mulata, com sangue viciado, espírito viciado e feia de meter medo... (...) Nenhum brasileiro é de sangue puro, as combinações dos casamentos entre brancos, indígenas e negros multiplicam-se a tal ponto que os matizes da carnção são inúmeros, e tudo isso produziu, nas classes baixas e nas altas, uma degenerescência do mais triste aspecto”.⁵¹⁶

A conclusão do texto publicado na *Fon-Fon!* não poderia ser outra: “Penetrando da *justeza* deste conceito, murmurei: meu pobre Brasil!”.⁵¹⁷

⁵¹⁴ “Garatujas”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (7) 13 fev. 1926, p.42.

⁵¹⁵ Idem.

⁵¹⁶ Citado de Georges Raeders. *O Inimigo Cordial do Brasil: o Conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p.90.

⁵¹⁷ “Garatujas”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (7) 13 fev. 1926, p.42 [grifo meu].

A importância da eugenia na avaliação dos imigrantes (in)desejáveis, encontra-se também nas denúncias sobre a estreita ligação entre os imigrantes e as doenças. As enfermidades poderiam ser metáforas para os maus comportamentos – social e psicológico, dos estrangeiros, como assim se referira Gobineau – ou os *outros*, vetores de contaminação física da sociedade hospedeira.

Margareth Rago em seu estudo *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar (1890-1930)*, faz uma correlação entre dois acontecimentos históricos distanciados pelo tempo: a invasão bárbara comandada por Átila ao Império Romano – uma imagem mítica da dissensão social – e no tempo moderno, o ingresso de imigrantes oriundos de um mundo mais civilizado, mas que chegavam com outros hábitos, “outras cabeças”, “os estranhos desconhecidos”.⁵¹⁸

Numa interpretação de natureza libertária, Margareth Rago privilegia em suas reflexões a atuação de homens e mulheres provenientes da Itália, Portugal e Espanha, envolvidos nas atividades anarquistas. E como as nossas elites e as próprias organizações anarco-sindicalistas encaravam as funções da mulher, do amor e do sexo dentro da sociedade “real” e da idealizada.

Dentro desse contexto, os imigrantes foram identificados, continua a autora, como “novos bárbaros”, que entravam pelo Porto de Santos, e carregavam consigo a “mania de greves”, a “lepra da luta de classes”. As prostitutas estrangeiras já eram, por outro lado, apontadas como responsáveis pela “dissolução da sociedade” ainda no Segundo Império.

A imigração seria a ruptura de um passado tranqüilo, representado pela índole pacífica dos cidadãos brasileiros, para um presente povoado pelas “dissensões sociais, conflitos políticos, surtos epidêmicos, a criminalidade ampliada, os hábitos dissolutos, a promiscuidade das habitações sujas e fétidas, a proliferação dos gatunos, vadios e cáftens”.⁵¹⁹

No caso dos imigrantes japoneses, havia uma ambigüidade já apontada que conduzia para duas direções distintas em relação ao seu modo de trabalho: eram tidos como trabalhadores mais dóceis que os europeus, economicamente produtivos e submissos; eram, também, *duplamente* bárbaros se comparados aos brancos europeus: simbolizavam a contaminação física e moral [inferioridade], a destruição da Nação, a degeneração da raça. Diante de tais conseqüências temidas, as mulheres, especialmente as públicas, operários e

⁵¹⁸ Margareth Rago. *Op.cit.*, p.11.

⁵¹⁹ Idem.

crianças são alvos de interesse dos higienistas, autoridades públicas, setores da burguesia industrial, filantropos e reformadores sociais nas primeiras décadas do século XX.⁵²⁰

A imigração, enquanto uma questão política e potencialmente crítica para o futuro do país, recebeu inevitavelmente interpretações que associaram as correntes imigratórias indesejáveis às doenças contagiosas tais como a lepra. Esse mecanismo é comum aos discursos políticos intolerantes, pois a fim de receberem legitimidade e contundência, desde sempre são entremeados de expressões emprestadas à medicina e de analogias relacionadas às moléstias.

Nesse sentido, o estudo de Susan Sontag⁵²¹, *A Doença como Metáfora*, nos fornece o devido suporte para considerarmos a repulsa pelos nipônicos, manifestada por diferentes setores das nossas elites. Dentro deste contexto, a *Nação* comparada ao corpo e, também, ao sangue, conforme observado por Alcir Lenharo⁵²², é recorrente, assim como a *doença*, conectada à desordem, tanto social quanto política. Logo, o apelo nos discursos às metáforas modernas da doença remete à idealização por parte das classes dominantes em construir uma sociedade perfeita, sem dissensões.

Efetivamente, essa temática era abordada pela imprensa, o que comprova o grau de seu interesse sobre a biologia aplicada à política. Como modelo desse pensamento, citamos o artigo intitulado “A campanha da lepra”, publicado pela *Careta* em 28 de maio de 1932. No referido texto, ao referir-se a um suposto recenseamento realizado pela *Liga das Sindicancias Nacionaes e da Acção Social Ante Constitucionalista*, em 1932, o articulista da *Careta* afirmava terem sido contabilizados na capital da República três milhões de habitantes. Desse total, um milhão seria de estrangeiros “inimigos e invejosos da nossa civilização”, que teriam, por sua vez, contaminado igual número de brasileiros, transmitindo-lhes lepra. A partir dessa estatística duvidosa – uma vez que se assim fosse restariam somente 1/3 da população carioca saudável – a revista decretava que a razão para tal contaminação estava no imigrante que “não se cansava de desgraçar e de envenenar a nossa pujante nacionalidade”.⁵²³

Informava aos leitores que já havia uma lei contra os “inimigos da pátria”, “formulada com precisão mathematica”, ou seja, lei que permitia expulsar “religiosamente (...) do nosso amantissimo seio os extranhos que aqui aportam para nos explorar e nos envergonhar...”.⁵²⁴

⁵²⁰ Ibidem, p.12.

⁵²¹ Susan Sontag. *A Doença como Metáfora*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, pp. 96-100. Neste ensaio, a autora demonstra que as doenças como metáforas da desordem e da destruição (física e moral) surgem no decorrer da História segundo o seu poder de mortalidade: até o início do século XX, a tuberculose era a mais temida; a seguir as analogias passaram a ser com o câncer e, finalmente, com a AIDS.

⁵²² Alcir Lenharo. *Op.cit.*, p.17.

⁵²³ “A campanha da lepra”. *Careta*. Rio de Janeiro (1249) 28 mai. 1932, p.4.

⁵²⁴ Idem.

Propunha-se, portanto, que essa medida de expulsão fosse estendida aos “leprosos”, sendo fundamental ressaltar que a lepra aqui era relacionada igualmente a um mal social, assim como o carnaval e as sindicâncias [no sentido do sindicalismo] que devastavam o povo.⁵²⁵

Analisando a legislação vigente no Estado Novo, em relação aos estrangeiros – legislação imigratória restritiva e relativa à expulsão – Mariana Cardoso dos Santos Ribeiro aponta que tais dispositivos não foram obra original do Governo Vargas. Remontava de 1921 o processo de seleção, por parte do Estado Republicano, dos imigrantes em razão de caracteres físicos e morais.⁵²⁶

Neste ano foi baixado o Decreto-Lei nº 4247 de 6 de janeiro, que instituía, em seu artigo 1º, que não poderiam ingressar no território nacional, estrangeiros, que dentre outras razões fossem mutilados, aleijados, loucos, cegos, mendigos, portadores de moléstias incuráveis ou de moléstias contagiosas graves.

Além disso, determinava o mesmo decreto que poderiam ser expulsos do país, dentro de cinco anos, estrangeiros comprovadamente expurgados de outros países; que provocassem atos de violência para impor qualquer seita religiosa ou política ou que pela sua conduta fosse considerado nocivo à ordem pública ou à segurança nacional (artigo 2º).⁵²⁷

Logo a higiene e a política estavam interligadas e a menção à *Revolução de 1930* e o período que antecedia às eleições para a Constituinte seria o momento adequado para a profilaxia da *Nação* ameaçada pela horda de imigrantes nocivos, dentre os quais os japoneses.

Se a infiltração do índio e do negro era responsável pelo atraso econômico e moral do Brasil, prova de seu processo de degenerescência, o que dizer então do “pobre Brasil” com o perigo do sangue japonês em suas veias? A partir dessas reflexões, como interpretar então a imagem de capa da *Fon-Fon!* publicada em 12 de junho de 1926?

O desenho de autoria de Grazia apresenta uma inegável japonesa “pura”, segundo a linguagem da época. Os olhos oblíquos, a boca e o olhar provocante não permitem dúvidas quanto à natureza da personagem. A coqueteria é ainda denunciada pelas costas nuas, a fim de que não houvesse qualquer ambigüidade. A adaptação do quimono, *modernizado*, serve para sintetizar a sensualidade da moça japonesa [Fig. 48].

⁵²⁵ Em concordância com a interpretação de Sontag, verificamos nessas passagens citadas, que a menção à lepra, uma moléstia considerada em si degradante, prestava-se para transformar o que é complexo em algo simples, convidando ao fanatismo. Tendencioso, esse discurso serve àqueles que visam transformar campanhas em cruzadas. Daí a junção entre as violências simbólica e física. Cf. Susan Sontag. *Op.cit.*, p.82-87.

⁵²⁶ Mariana Cardoso dos Santos Ribeiro. *Op.cit.*, p.97.

⁵²⁷ Decreto-Lei nº 4247 de 6 de janeiro de 1921. Agradeço à Mariana C. dos Santos Ribeiro a cessão do texto deste decreto e outros citados ao longo dessa pesquisa.

O trocadilho entre senhorita e nudez é obtido pela corruptela registrada pelo artista: “Musmé ou Nusmé?”. O mérito dessa imagem está no diferencial entre esta representação e as demais apresentadas anteriormente: a marcada atração sexual em relação à mulher japonesa. De fato, *japonesa* e não representantes femininas brancas de setores das elites travestidas de nipônicas.

Há aqui a evidência da atração exercida pelo diverso, sendo a *musmé* em questão, claramente associada à gueixa em sua conotação sexual.

A articulação entre a japonesa e a mulher pública [prostituta] se dá na vertente da gueixa, ao mesmo tempo atraente e perigosa.

No plano da literatura antinipônica, a *japonesa* surge como objeto de suas reflexões, apresentando em comum a sua imagem de criatura explorada pela sociedade nipônica, personagem considerada também como “moeda de troca” à sabor dos interesses das classes dirigentes japonesas. O papel subserviente da mulher se deslocava entre a geração de mão-de-obra barata e ela própria fonte de sustento ilegítimo e imoral de sua própria família.



48 - “Musmé, ou Nusmé?...”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (24) 12 jun. 1926, capa. AFBN-RJ.

O escritor norte-americano William Brown afirma que a japonesa é “escrava” dos “escravos” (camponeses e operários). Ela podia ser *vendida*, mediante o adiantamento dos seus salários de seis meses, um ano ou mais, a qualquer fábrica, ou alugadas às casas públicas [prostíbulos ou casas de gueixas] das grandes cidades.

Brown continuava a sua denúncia informando que, entre 1931 e 1932, agentes governamentais japoneses *compraram* 42 mil raparigas nos distritos pobres do Japão para enviá-las para *casas especiais* da Manchúria.

Tratava-se, na opinião do autor, de um ato que não ofendia os hábitos tradicionais, pois a mulher “é sinceramente considerada matéria vil”.⁵²⁸

Há nos comentários de Brown, portanto, referências críticas à moral nipônica, frontalmente oposta à ocidental. As moças vendidas como prostitutas poderiam ao “final dos contratos” retornarem aos seus lares, “imaculadas” como antes e aceitas naturalmente por todos. Tal como observaram posteriormente outros autores antinipônicos, como os já citados Carlos de Souza Moraes e Vivaldo Coaracy.

Assim, o papel da mulher estava intrinsecamente vinculado à servidão aos elementos masculinos da raça, enquanto objeto de prazer e de produção de novos “japoneses” para o Império e para o mundo.

Na concepção comum aos antinipônicos que divulgavam o *perigo amarelo*, o controle forçado da natalidade, vigente durante o período feudal, fora abandonado com a abertura do Japão ao Ocidente na segunda metade do século XIX.

A nova situação japonesa teria levado os governantes à convicção de que todo Estado importante deveria ter uma grande população. Decorria daí a constante explosão demográfica japonesa. O poderio japonês na invasão de mercados, aliado à militar, estaria baseada na exploração da sua miserável força de trabalho:

“A industrialização rápida do país reclamava braços. A superabundância de trabalhadores, criando a miséria e o ‘chomâge’, convinha à burguesia capitalista que surgia como nova força nacional. O Japão encontrava-se perante êste dilema (...) ou quedar um povo de nula importância, submetido aos caprichos das potências ocidentais e fiel à limitação do número de habitantes que as suas ilhas poderiam comportar, ou criar uma população densa, braços baratos para a sua indústria e soldados de sobêjo para o seu exército, transformando a miséria do povo em agulhão capaz de incitá-lo aos mais arrojados cometimentos. Decidiu-se por este último caminho”.⁵²⁹

Baseado na sua necessidade de fornecer soldados para conquistar o mundo – conforme a mentalidade antijaponesa – o receio de superpopulação japonesa no Brasil, graças à emigração, não poderia ser desconsiderada.

A mulher, apresentada como uma “incubadora”⁵³⁰ de novos nipônicos-soldados – a fim de conquistar o mundo – surgia então como uma das figuras centrais na preocupação da segurança política e eugênica do Brasil.

Como resultado do crescimento constante da corrente imigratória japonesa, a partir dos anos 1920, os problemas da miscigenação e da presença consolidada de japoneses,

⁵²⁸ William Brown. *Op.cit.*, p.43-46. [grifos meus].

⁵²⁹ Idem, p.30.

⁵³⁰ A imagem de incubadora é comum não apenas nos livros de propaganda antinipônica já referidos, mas pôde ser encontrado, também, em relatórios policiais produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo. Ver: Takeuchi, Marcia Yumi. *Op.cit.*, 2008, p. 158.

superavam as perspectivas de modernização e progresso que, uma vez, o Japão simbolizou. Já em 1923, o deputado federal Fidélis Reis – autor do primeiro projeto antinipônico já apresentado – alertara que as necessidades econômicas do país eram irrelevantes diante da formação da raça brasileira e o risco que representava a inserção de um elemento inassimilável pela sua moral e cultura.

A miscigenação com o asiático, em sua opinião, não era recomendável do ponto de vista eugênico [estético], pois a mestiçagem com o elemento nipônico era indesejável. Diante dessa realidade, o japonês estaria condenado a permanecer enquistado no organismo nacional, transformando-se num perigo futuro para a nacionalidade brasileira.⁵³¹

Há que ressaltar, contudo, que a assimilação do nipônico não poderia ser desconsiderada pelas nossas elites, que se expressavam, dentre outros meios, via imprensa ilustrada. Diante do crescente domínio japonês na Ásia, na década de 1930, e no Brasil com a ascensão de Vargas, os olhares nacionalistas se voltavam para as supostas táticas dos nipônicos em distender seu poderio para o resto do mundo.

As citações e artigos encontrados sobre a mulher japonesa em diferentes versões destacavam o seu poder atrativo baseado no mistério e na sua metáfora sexual da flor. Dentre as características atribuídas à gueixa sexualizada encontramos os olhos, aspecto físico mais peculiar às mulheres dessa origem: um olhar de gueixa que não descortinava nada, somente a sua “alma insondável”.⁵³² Ou ainda, olhos “cheios de amôr e beleza”, “lembram os olhos de uma japoneza envolta nas dobras de um kimono azul”. O corpo da japonesa é mencionado, mesmo que poeticamente, em uma recorrente e persistente metaforização da flor: “No teu corpo de japoneza, ha aromas das flôres do Nyppon”.⁵³³

O embate de discursos que relacionavam *flor* e *lepra* são os “dois lados da moeda” da gueixa. Sua posição no imaginário político brasileiro não se coaduna ao papel da mulher de família idealizada pela burguesia nacional. O modelo pretendido era a feminilidade doméstica – a mulher no espaço privado do lar – aquela que zelava pelas crianças e pelo marido.

A mulher honesta, de camadas privilegiadas ou subalternas, era *dessexualizada* e pura, como as jovens brancas que somente se “fantasiavam” de nipônicas. A prostituta, por outro lado, carregava as marcas do mal e do pecado, caso da mulher *autenticamente* japonesa. As

⁵³¹ Fidélis Reis & João de Faria. *Op.cit.* RJ: Typ. Revista dos Tribunais, 1924, p. 25.

⁵³² “Olhos”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (26) 30 jun. 1934, p.42.

⁵³³ “Volúpia das Rosas”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (37) 15 set. 1934, p.43.

reflexões sobre eugenia foram aplicadas pelos higienistas sociais, que legitimavam a teoria da prostituição inata⁵³⁴ e aceita social e moralmente pelos japoneses.

Desse ponto de vista, à *japonesa* era atribuída a perigosa simbologia do Oriente. Envergando ou não o quimono, a acelerada industrialização e a conseqüente ocidentalização da sociedade japonesa, resultaram, ao mesmo tempo, no suposto “verniz de civilização” do povo japonês, estendendo-se às mulheres. Essas últimas, se estavam envergando a moda européia eram, ainda, exibidas em uma liberalidade que destoava das imagens femininas nos primórdios dos contatos entre o Império do Sol Nascente e o Ocidente.

Vê-se na reprodução fotográfica abaixo, intitulada “As Elegancias do Mar Amarelo”, publicada pela *Careta* em 14 de julho de 1934, em que a revista procura evidenciar a emancipação das mulheres japonesas. A importância de imagens como da acima citada não reside, em nossa interpretação, no que ela “mostra” em si, mas na generalização que ela produz [Fig. 49].

Reflexões a serem feitas: a efetiva influência norte-americana no modo de vida nipônico e a voluntária exposição das retratadas em atitude e comportamento coerentes em relação ao local em que estavam [a praia]; o desejo das jovens em destacar a especificidade de sua origem, nesse processo de adaptação do que “vinha de fora” e, finalmente, o interesse da *Careta* em veicular a fotografia, acrescida de legenda e título que traduziam e denunciavam sua concepção sobre a feminilidade japonesa.

Consideramos que, em termos de difusão do imaginário sobre os japoneses (as), devemos enfatizar a mensagem transmitida pela imagem, ideologicamente construída: jovens mulheres, em trajes de banho. À princípio, não haveria qualquer extravagância na cena, ao contrário comum, nessa década de 1930. No entanto, o diferencial está no fato de que as jovens em questão não eram norte-americanas, mas sim nipônicas. Nesse contexto, o guarda-sol decorado – tipicamente japonês – tem papel tão acentuado quanto as feições asiáticas das moças em dia ensolarado. Estas freqüentavam as praias

⁵³⁴ Atesta Margareth Rago, à medida que os discursos eugênicos e as preocupações com os conceitos de higiene social ganhavam corpo, as teorias da prostituição inata e hereditária recebiam legitimidade. A autora identifica “inúmeros” estudos que pretendiam provar, através da Antropologia Criminal, que as prostitutas, assim como os subversivos e os criminosos, possuíam uma configuração do cérebro diferenciada e alguns sinais orgânicos que as distinguiam da maioria das pessoas normais. Cf. Margareth Rago. *Op.cit.*, 82-90.

AS ELEGANCIAS DO MAR AMARELO



Banhistas de luxo, no Japão

49 – “Banhistas de luxo no Japão”. *Careta*. Rio de Janeiro (1360) 14 jul. 1934, p.43. AFBN-RJ.

como qualquer moça branca “americana”, conforme esclarece a legenda inserida abaixo da reprodução fotográfica.

No entanto, não poderia haver engano, não eram de forma alguma brancas e, logo, civilizadas. Havia, tão somente, uma aparente e superficial civilidade, inadequada para a sua inclusão no rol das mulheres moralizadas e desejáveis sob este aspecto.

Embora a imagem em si traga e forneça os significados desejados pela revista, esta se vale também do título atribuído à fotografia que divulgava, como um mecanismo de transmissão de seus conceitos ao leitor. A questão racial surge “colorizada”, atribuindo a cor “amarela” ao mar. Torna-se evidente, porém, que este se tinga de amarelo graças àquelas que

o estão desfrutando. Daí a denominação atribuída pela *Careta*: “As elegancias do mar amarello”. A elegância, neste caso, é paradoxal: uma beleza perigosa pelo seu caráter atrativo do qual os homens deveriam se acautelar.

A vinculação da gueixa à prostituição e à decadência dos fortes foi especialmente presente com a rendição japonesa na guerra em 15 de agosto de 1945. O resultado é a persistência da imagem gueixa-prostituta no imaginário ocidental até os dias de hoje.



Pontos de vista

Mac Arthur mandou fechar, em Tóquio, 200 «casas de geishas» por ter ficado cego em uma delas um soldado americano.

- Verdadeira infelicidade! Um rapaz moço e forte não poder ver sua «geisha» predileta!...
- Muito pior, Virgolino, é um velho alquebrado só poder ver!...

O. N.

50 – “Pontos de vista”. *Careta*. Rio de Janeiro (1956) 22 dez. 1945, p.32. AFBN-RJ.

Poucos meses após o fim da Segunda Guerra Mundial, a *Careta* publicava a charge “Pontos de vista” em que ironizava o fato do comandante em chefe das tropas de ocupação norte-americana, Douglas MacArthur, ter ordenado o fechamento de duzentas casas de gueixas, por ter um soldado ficado cego [Fig. 50].

O chargista sintetizava em um diálogo a crítica aos desvios morais (sexuais) a que estavam expostos os norte-americanos na Terra das Cerejeiras. O mal seria inevitável e as conseqüências danosas seriam ainda toleráveis, se a vítima pudesse continuar a ver o objeto de sua perdição, conforme afirma um dos participantes do diálogo: “- Verdadeira infelicidade! Um rapaz moço e forte não poder ver sua ‘geisha’ predileta!...”. O interlocutor responde com uma possibilidade ainda mais negativa: “- Muito pior, Virgolino, é um velho alquebrado só poder ver!...”.

A permanência do estereótipo da gueixa explorada em contos, novelas e filmes se deve, portanto, a uma longa exploração da imagem distorcida, que articulava docilidade, subserviência, habilidades artísticas e sexuais.

A japonesa – não somente a pública – era uma moeda desvalorizada, mas assim mesmo mortalmente sedutora.

Mulheres: máquinas de produção e de morte

Além de portadoras de sexualidade, as mulheres japonesas foram, como vimos, concebidas como “armas” do imperialismo japonês. Reforçou-se a tese de que os casamentos endógenos seriam de caráter oficial e, ainda, utilizados como instrumentos de guerra pelo governo japonês. Em conseqüência, os periódicos ilustrados não deixaram de denunciar o estratagema nipônico de infiltração japonesa na China e, também, futuramente no Brasil.

Já em 1 de outubro de 1938, a *Careta* registrava, como curiosidade bem-humorada, a preocupação do governo nipônico com a população solteira no Japão, uma sabotagem aos seus projetos imperialistas. Afirmava o artigo, que lá no Império do Sol Levante, o casamento não causava horror, e os homens não temiam a “língua das mulheres, as sogras ou a crise...”. A prova é que teriam sido instaladas máquinas automáticas que em lugar de distribuir chocolates ou perfumes, emitiam listas de homens e mulheres desejosos em contrair núpcias. Tais máquinas estariam trabalhando “incessantemente”, pois os japoneses compreenderiam “que o país tem necessidade de gente para continuar a guerra com a China...”.⁵³⁵

Nesse texto verificamos a reiterada tese de que os japoneses adaptavam a tecnologia estrangeira aos seus fins materialistas. No materialismo, estava incluído até mesmo o matrimônio, que deveria ser um compromisso espiritual: sagrado e amoroso. As supostas máquinas, conhecidas no mundo avançado e civilizado, para a venda de objetos de consumo, servem como metáforas para a mercantilização dos sentimentos românticos, desconhecidos

⁵³⁵ “Maquina de casar...”. *Careta*. Rio de Janeiro (1580) 1 out. 1938, p.7.

para os súditos japoneses. Estes serviam somente para a produção industrial de soldados, que garantissem a grandeza do império.

A perspectiva de crescimento populacional dos imigrantes japoneses no Brasil e a necessidade de se bloquear a continuidade dessa corrente migratória era, no entanto, anterior conforme nos indica a documentação diplomática. Nessa perspectiva, novamente surgia a questão da endogamia como perigo, desta vez, com a situação na Manchúria, que recebia influxo contínuo de colonos japoneses.

Como procuramos demonstrar, o processo de criação de Mandchukuo era associado ao que ocorria no Brasil, particularmente nas organizadas colônias japonesas instaladas no nosso país. Não por coincidência, em 13 de junho de 1933, S. Gurgel do Amaral, embaixador em Tóquio, enviava um ofício ao Itamaraty que relatava suas ações no sentido de negar, dentre outros temas, as dificuldades que a imigração estaria enfrentando por parte do Brasil após os acontecimentos na Manchúria, como havia sido divulgado por jornais japoneses.⁵³⁶

Imbuído da convicção de que não existiam tais restrições à imigração japonesa, Gurgel do Amaral ao enviar a tradução de artigo publicado pelo *Jiji Shimbun*, em 5 de maio de 1933, informava que o jornal denunciava que na proximidade de se completarem 25º aniversário da imigração japonesa projetavam-se vozes de rejeição aos estrangeiros dessa origem. Uma das críticas, ainda segundo a publicação, seria a notícia de que alunos da *Escola de Colonização* e as noivas dos imigrantes foram recebidos, em 12 de abril de 1933 pelo Príncipe Fushimi, Chefe do Estado Maior da Guerra, e pelo Ministro da Marinha. Tal informe teria sido mal recebido no Brasil, interpretando-se que o Japão enviava imigrantes para fins militares.⁵³⁷

O citado artigo, anexo ao ofício nº 80, englobava diferentes “provas” do processo de intolerância aos japoneses, tais como os casos de sarampo entre os imigrantes desembarcados do *Rio de Janeiro Maru*, em 20 de abril, que teria causado mal-estar e utilizados como propaganda antinipônica. Fato idêntico teria se dado, também, na Argentina. No entanto, pela leitura do documento, a ênfase recaía na recepção oferecida por representantes das Forças Armadas japonesas às mulheres, que teriam como missão a manutenção dos valores e da cultura da pátria no ultramar, e de futuros colonos que, ao invés, de trabalharem para o desenvolvimento agrícola brasileiro, semeariam o futuro Império do Sol Nascente.

Inegavelmente, os jornais japoneses difundiam esses temores fundamentados já num sentimento antijaponês existente há muito no Brasil. Assim, em nossa interpretação, a negativa dessa realidade por parte do embaixador japonês não a modificava.

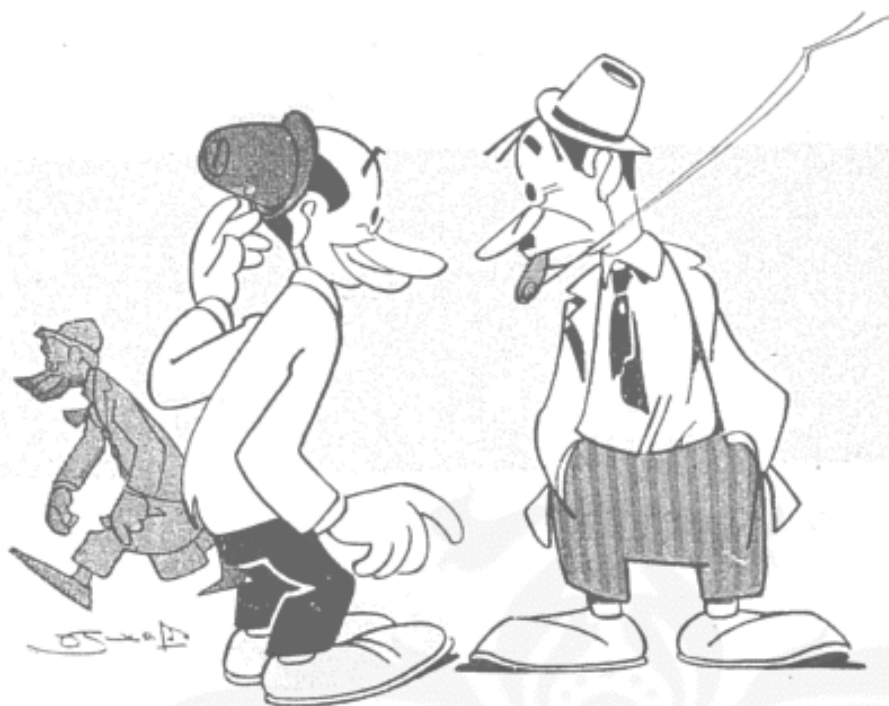
⁵³⁶ Ofício nº 80 de S. Gurgel do Amaral, Embaixador do Brasil, para Afrânio de Mello e Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 13/06/1933. AHI-RJ.

⁵³⁷ Idem.

Como não poderia deixar de ser, as revistas ilustradas repercutiam a exportação de moças japonesas, que estavam destinadas aos colonos japoneses solteiros instalados no Brasil. A versão brasileira das “pictures brides” poderia ser, no caso da imprensa que se valia do humor, relacionada às mazelas nacionais. Esse mecanismo de articulação com o cotidiano e o momento é recorrente, e se prestava a denunciar situações tidas como igualmente desconfortáveis [Fig. 51].

Dentre os problemas diuturnamente divulgados pela *Careta* estava a falta de água, carência que atingia anualmente os cidadãos cariocas. Este foi o mote para o diálogo jocoso entre dois típicos malandros cariocas. Ante a notícia de que foi criada no Japão uma escola destinada a preparar, em quatro meses, jovens que desejassem desposar colonos no Brasil, um deles afirmava: “O curso não deve ser o mesmo para todas. As que vierem para o Rio devem saber também pedir água pela vizinhança”.

Conclui-se que além do treinamento para a manutenção da cultura original, nipônica, as moças deveriam aprender mais uma lição: a sagacidade tipicamente brasileira, a fim de contornar o desleixo público. A questão de fundo, no entanto, permanece: qual era a necessidade de se ensinar às mulheres o ofício do matrimônio? A resposta sugerida era a doutrinação, a reiteração de sua missão fundamental: servir ao marido e ao Império com subserviência. Este destino seria facilitado em uma terra em que a incúria governamental permitia o sofrimento da população pela falta de necessidades básicas e que, ainda, aceitava a formação de quistos raciais em pontos estratégicos do território nacional.



(Foi criada, no Japão, uma escola destinada a preparar, em quatro meses, as jovens que desejarem desposar japoneses residentes no Brasil).

— O curso não deve ser o mesmo para todas. As que vierem para o Rio devem saber também pedir água pela vizinhança.

51 – “Escola de noivas”. *Careta*. Rio de Janeiro (1606) 1 abr. 1939, p.48. AFBN-RJ.

Se no Brasil, o objetivo seria construir uma “cabeça de ponte” para a futura invasão japonesa, no Japão o matrimônio servia para “preparar mais carne para o canhão”. Entretanto, não seria qualquer qualidade de carne: seria de “sangue puro” e em quantidade. Os casais selecionados para os casamentos recebiam empréstimos do “ministro do bem estar público”. Estes, ainda, após o quinto filho, ficariam livres de honrar o financiamento estatal.⁵³⁸

Os supostos esforços por parte do governo japonês em aumentar seu *contingente de morte* em sua guerra contra a China e a dominação de territórios na Ásia, repercutidos até então com certa jocosidade e retratados como mais uma excentricidade por parte de um povo de mentalidade estranha recebem, após o ataque japonês à Pearl Harbor e o alastramento do conflito mundial ao Brasil, uma abordagem progressivamente intolerante. Os membros da comunidade japonesa são encarados como inimigos, imorais, cujo modo de vida era inaceitável e incompatível com o desejado para a nacionalidade brasileira.

⁵³⁸ “A época dos matrimônios”. *Careta*. Rio de Janeiro (1716) 17 mai. 1941, p.50.

Em 11 de abril de 1942, a *Careta* publicava um artigo intitulado “A família no Japão”, em que demonstrava que a “cara fechada” era a nota dominante na sociedade japonesa. Essa qualidade se justificava pela vida sacrificada dos nipônicos da classe baixa, em particular da mulher. Em um império que nunca rompera com o seu passado feudal, esta era considerada um ser humano de segunda classe, obrigada a caminhar a certa distância do esposo. Os casamentos eram contratados por terceiros e nesses negócios, o amor não era considerado. Os noivos compulsórios, insatisfeitos, tinham somente uma saída: se atirar na cratera do Monte Mihura, “famoso vulcão dos suicidas perto de Tóquio”. Essa mentalidade justificava, na opinião do articulista I. Grego, a mentalidade brutal e obtusa do povo japonês, que era obrigado a viver uma vida “sem romance”.⁵³⁹

As mulheres sofriam nas fábricas com o trabalho pesado e as más condições dos alojamentos. Se não padeciam como operárias, eram vendidas para casas localizadas nos bairros das lanternas vermelhas. As honestas aguardavam os maridos retornarem das casas de tolerância, após entreterem-se com gueixas, que faziam as vezes de “divertidoras profissionais” até “irem morrer no hospital, de sífilis ou de tuberculose”.⁵⁴⁰ Por sua vez, o homem japonês, fanático a ponto de adorar o imperador, tinha o direito de devolver sua esposa que não lhe desse um filho varão após um ano de matrimônio.

Para o autor do artigo, em assuntos matrimônios, os japoneses poderiam ser comparados aos silvícolas brasileiros, e o seu fanatismo aos “jagunços de Antonio Conselheiro”. Verificamos que a associação aos eventos de Canudos e a vinculação sociológica aos índios se dava pelo desejo de I. Grego em apontar o distanciamento moral e mental entre o nipônico e o brasileiro civilizado.

Tal intenção é esclarecida, uma vez que o autor cita o dramaturgo irlandês Bernard Shaw, que teria alcunhado os japoneses de “ratos do Oriente”. Prolíficos e perigosos pelo número, pelo fanatismo, pela dissimulação e tenacidade, os japoneses são identificados, pelo articulista, como “praga amarela”. Sugere ao concluir seu artigo que deveria-se espalhar pelas grandes cidades brasileiras um letreiro em que constasse “250.000 japoneses no Brasil”, que “imprudentemente introduzimos em nosso território, contra o sábio conselho de um homem do valor de Miguel Couto”.⁵⁴¹

A menção à Miguel Couto e os qualificativos de “ratos do Oriente” e “praga amarela” definem os conceitos contra os quais os imigrantes japoneses teriam de fazer frente no período da Segunda Guerra Mundial. A *bestialização* do nipônico e as denúncias de

⁵³⁹ “A família no Japão”. *Careta*. Rio de Janeiro (1763) 11 abr. 1942, p.8.

⁵⁴⁰ *Idem*, p.9.

⁵⁴¹ *Ibidem*, p.13.

conspiração japonesa levariam a vigilância e a repressão sistemáticas contra esses cidadãos pelo Estado brasileiro, por sua vez, de caráter autoritário e xenófobo. Veremos que a retomada dos ideais de Miguel Couto, morto em 1934, foram legitimados pelo medo do *perigo amarelo*, medo manipulado pelas revistas ilustradas consultadas, que terminariam por pregar a expulsão de todos os japoneses [praga amarela] do Brasil.

3.2 – *Imagens da identidade em conflito: rejeição ou sujeição*

Se a questão da pureza racial enquanto estratégia de dominação pela comunidade japonesa era criticada pelos nacionalistas, a miscigenação – especialmente com brancos – trazia à tona a dicotomia entre a moralidade cristã e ariana, e a dissolução amarela e inferior. Tendo como viés o mecanismo de difusão e fixação de imagens, verificamos que além das charges, o teatro e o cinema que abordam as relações inter-raciais (o papel do homem e da mulher) são fundamentais na construção da mentalidade racista.

Enquanto fundamento para nossa reflexão sobre as implicações dos relacionamentos inter-raciais, recorreremos ao cinema hollywoodiano, que tornou-se especialmente a partir dos anos 1920 uma referência de entretenimento extremamente valorizada pelas revistas ilustradas brasileiras.⁵⁴²

Como buscamos demonstrar no decorrer de nossas pesquisas sobre o tema do *perigo amarelo*, enquanto mito irradiado dos Estados Unidos, este foi apresentado em suas produções cinematográficas. É de importância avaliar como o *veículo* cinema tratou o tema das relações inter-raciais ora em análise.

Nesse sentido, citamos Gina Marchetti e seu estudo *Romance and the “Yellow Peril”*: *Race, Sex, and Discursive Strategies in Hollywood Fiction*⁵⁴³. A autora afirma que Hollywood há muito é fascinado pela Ásia, asiáticos e temas asiáticos:

“Seja um antro de ópio na Chinatown, uma casa de gueixa no Japão, ou um café em Saigon, envolvimento romântico e ou contatos sexuais inaceitáveis na sociedade anglo-americana se tornam possíveis. Fantasias eróticas podem ser permitidas, tabus sexuais quebrados”.⁵⁴⁴

⁵⁴² As revistas *Careta* e *Fon-Fon!* mantinham seções fixas sobre astros e estrelas de Hollywood, que serviam de inspiração para a moda oferecida às suas leitoras. A *Fon-Fon!* particularmente nos meados dos anos 1930 privilegia suas páginas aos interesses ditos femininos, como conselhos sentimentais, culinária, bordados, cuidados com a casa e notícias sobre o cinema norte-americano.

⁵⁴³ No prefácio, a autora, professora da Universidade de Maryland (EUA) conclui que há poucos livros e artigos sobre o tratamento de Hollywood sobre a Ásia e os asiáticos, e nenhum estudo substancial que analise a representação das relações sexuais inter-raciais no cinema popular norte-americano. Afirma ter sido sempre do seu interesse, enquanto intelectual feminista, a análise crítica da representação cinematográfica do gênero, raça e sexualidade, a fim de atingir a mudança social concreta. Cf. Gina Marchetti. *Romance and the “Yellow Peril”*: *Race, Sex, and Discursive Strategies in Hollywood Fiction*. California, University of California Press, 1993, p.IX.

No entanto, como Marchetti observa, esse desvio do *mainstream* não é admitido abertamente, portanto, o romance de Hollywood com a Ásia tende a ser mais um flerte com o exótico do que uma tentativa genuína de compreensão inter-cultural.

Diante dessa limitação que oscila entre o visualizar da situação romântica ou não por parte de indivíduos etnicamente diferentes nas telas, e a quebra dos tabus, reitera a autora que o seu objetivo é a compreensão das imagens, utilizadas pela mídia dominante, para elevar barreiras e criar hierarquias sociais.

Da pesquisa de Marchetti nos interessa, em particular, como os instrumentos visuais, dentre os quais o cinema, representam a mulher oriental [japonesa] e o seu complemento, o homem japonês, uma vez que cada qual exerce diferente tipo de papel. Com base na obra de Eugene Franklin Wong, *On Media Racism*, de 1978, a autora corrobora a tese, segundo a qual Hollywood favorecia os romances entre homens brancos e mulheres asiáticas, enquanto os homens asiáticos eram preferencialmente representados como estupradores ou figuras assexuadas. Em contraste, as mulheres orientais eram apresentadas como sexualmente disponíveis para o herói branco.⁵⁴⁵

Desse modo, a relação que podemos realizar entre a representação do nipônico no cinema hollywoodiano e as nossas fontes iconográficas está na imigração japonesa, que está ligada à ameaça do *perigo amarelo*: o sobrepujamento e a destruição da civilização ocidental pelo Império do Sol Nascente, associado às “forças irresistíveis, escuras e ocultas do Oriente”. O mito justificava, portanto, a reação prévia dos países colonialistas contra a ameaça amarela, justificando a exploração capitalista e a concorrência trabalhista através da questão racial.

A conclusão derivada foi a concepção de que os não-brancos eram naturalmente fisicamente e intelectualmente inferiores, moralmente suspeitos, pagãos, licenciosos, portadores de doenças, selvagens, violentos.⁵⁴⁶

Diante da imagem de elementos perniciosos, a miscigenação com os superiores brancos estava interdita. Havia, na inserção ou invasão dos japoneses à sociedade idealizada, também, pelas elites brasileiras o perigo moral e sexual: a capacidade sedutora da

⁵⁴⁴ Idem, p.1.

⁵⁴⁵ O foco de estudo de Marchetti é a análise dos caminhos pelos quais as narrativas de vínculos sexuais asiático-caucasianos trabalharam para defender ou, algumas vezes, subverter noções culturalmente aceitas de nação, classe, raça, etnicidade e gênero. Para a compreensão da visão de Hollywood sobre o Japão, China e Vietnã, analisa um conjunto de 17 filmes cuja periodização engloba o cinema mudo e os produzidos para a televisão. Idem, *Ibidem*.

⁵⁴⁶ Idem, p.1-3.

mulher japonesa e a ameaça do homem japonês à mulher branca, que representava a sua cultura e civilização.

No caso das revistas ilustradas, estas davam atenção em suas páginas ao folhetim, ao teatro e ao cinema, como veículos de entretenimento e de cultura, capazes de moldarem a imaginação do público. Traziam, portanto, aos seus leitores as novidades encenadas nos Estados Unidos e na Europa, *berço da civilização*, e mesmo a literatura de países vizinhos. Assim, em 6 de agosto de 1910, a *Fon-Fon!* publicava um artigo sobre uma montagem teatral em cartaz na capital austríaca intitulada “Typhon”⁵⁴⁷, cuja autoria era atribuída à Melchior Lengyel, dramaturgo húngaro.

Nesta peça, o personagem principal é um japonês, o doutor Tokeramo, que estaria em Paris em uma missão secreta do seu governo. O enredo girava em torno da espionagem nipônica e o relacionamento entre o espião, “apesar de japonês”, e uma moça francesa, Helena, “bonita e frívola”.⁵⁴⁸ Desse modo, na trama estava presente o universo de estereótipos vinculados aos nipônicos e, em consequência, aos imigrantes dessa origem no Brasil. A imagem do japonês como “espião de nascença” ou indivíduo sempre “sorridente”, ecoada na documentação diplomática pesquisada⁵⁴⁹, era repercutida nas revistas ilustradas, introduzindo o leitor à *mentalidade japonesa*.

Helena, descreve Martinho Pescador, pseudônimo do articulista, começa a se enfasiar do amante, pois este tinha constantemente um *sorriso* nos lábios. Esse sorriso era uma “obsessão”, não havia meios de apagá-lo. Exasperada, Helena procura se aproximar dos melhores amigos de Tokeramo e os seduz, tornado-os seus amantes, mas o doutor apenas sorri. “(...) Sempre, eternamente o sorriso, o terrível sorriso japonês!”. Entretanto, um dia, Tokeramo percebe que Helena está próxima de descobrir o segredo da sua missão e pode revelá-lo às potências estrangeiras. Somente neste instante, o nipônico deixou de sorrir pela primeira vez na sua vida.

Tokeramo expulsa Helena, mas esta, não aceitando ser expulsa como uma gueixa, e “ferida em seu amor próprio faz uma cena, insulta o doutor, ofende-o: Tu me desgostas, macaco amarelo! – diz –lhe ela – Não compreendes que és repelente?...que eu te aturei porque

⁵⁴⁷ De fato o título significa “Tufão”, e segundo o autor do artigo simbolizava, assim como os ventos do Pacífico, o turbilhão passional expressado na peça teatral.

⁵⁴⁸ “O teatro no estrangeiro”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (32), 6 ago. 1910, p.25.

⁵⁴⁹ Cf. *Ofício nº 4 (Reservado) de Luis Guimarães, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para o Barão de Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores; Ofício s/nº (reservado) de Luís Guimarães, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para Carlos Botelho, Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo. Legação dos Estados Unidos do Brasil. AHI-RJ.*

pagavas?”. As ofensas apagaram novamente o sorriso do nipônico, e de repente, em silêncio, “ele se ergue, agarra-a pela garganta e estrangula-a”.⁵⁵⁰

O crime fora um erro, na visão dos cúmplices de Tokeramo, não pelo aspecto moral, mas por colocar em risco a missão secreta. Dessa forma, eles assumem a autoria do assassinato, mas o protagonista se confessa à justiça, mas esta, por sua vez, não acredita em sua culpa. O resultado fora a missão cumprida e o segredo do governo japonês salvo. Tokeramo, contudo, corroído pelo remorso e não conseguindo esquecer Helena escutava, até mesmo com prazer, os relatos de um amigo, que o enganara com a francesa. O clímax ocorre quando a paixão viciosa o corroi e no último ato, Tokeramo morre.⁵⁵¹

O resumo do enredo dessa peça teatral é modelar sobre os preconceitos de que estavam investidos os japoneses. O portador dos estigmas é Tokeramo: hipócrita sorridente, guardião de segredos oficiais do seu governo, espião, insidioso quando comete um crime passional. O seu envolvimento com uma mulher européia é tido como imoral e repleto de vícios; não enquanto um sentimento honrado, mas simples cupidez. Essa constatação é enfatizada quando o autor do artigo refere-se ao seu remorso: o nipônico pode morrer como um europeu, vítima de uma consciência ocidental. “Talvez a do japonês seja igual a nossa...”. A ironia exprime em uma única frase o suposto contraste entre a mentalidade ocidental – cristã e decente – e a oriental – corrupta e falsa. A máscara de civilização de Tokeramo é arrancada no momento em que a amante o chamara de “macaco amarelo”, imagem de um indivíduo inferior que imita, ridiculamente, o homem branco, não apenas na vestimenta ou na postura, mas também no desempenho amoroso.

Logo, a mulher branca era uma gueixa quando atendia interesses escusos, mas ao contrário da verdadeira, não poderia ser repelida impunemente pelo “macaco amarelo”. No entanto, por outro lado, poderia servir como uma “ponte” para a assimilação e aceitação social. Essa possibilidade, também, era divulgada pela imprensa, denotando que tal questão estava na ordem do dia.

Além de críticas teatrais, a *Fon-Fon!* publicava, em 6 de fevereiro de 1926, um conto carregado de ironia que tinha como personagem principal um japonês com declarado objetivo de se instalar na Argentina, enriquecer e, finalmente, se casar com uma mulher branca. O enredo de “A sorte do japonês” girava em torno do retorno de um pacote inglês para a Argentina e um grupo de passageiros, dentre os quais um casal oriundo da melhor sociedade portenha em regresso de lua de mel e um japonês, médico de sugestivo nome: Kiji Maremoto.

⁵⁵⁰ “O teatro no estrangeiro”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (32), 6 ago. 1910, p.25.

⁵⁵¹ Idem.

O nipônico vinha acompanhado por um secretário, que embora se trajasse com a mesma elegância do patrão, era tão gordo “que inspirava riso e compaixão ao mesmo tempo”. Contudo, segundo o autor Jenaro Pamplona Y Serrano⁵⁵², o porte físico do secretário Kojicamura, era atraente para as orientais, uma vez que segundo “as idéias estéticas dos povos de raça amarela, quanto mais gordas as pessoas, mais belas e fascinantes são”.⁵⁵³

O doutor Maremoto adquire relevância no conto quando intervém em um dos conflitos do casal argentino, ao evitar que o marido atirasse a esposa ao mar. Aos golpes de *jiu-jitsu*, o médico vence a luta, a despeito da desvantagem física, e o argentino, vítima de loucura, é internado assim que desembarca em Buenos Aires, falecendo oito dias depois.

Tomada pela gratidão, Madalena, a viúva, passa a visitar o doutor Maremoto em seu consultório com frequência, casando-se com ele menos de um ano depois.⁵⁵⁴

O dado que desperta a nossa curiosidade é a forma como o autor trata essa união exótica, por parte da mulher de “raça branca”, uma vez que já no início do conto já expusera aos seus leitores esse desejo por parte do nipônico, como forma de ascensão social efetiva, combinada com o enriquecimento econômico. A justificativa para a sedução de Madalena foi a sua natureza romântica, tolhida pelo primeiro marido, violento e pragmático.

O distinto doutor Maremoto era muito ilustrado, e tão fino de maneiras como pequeno de corpo, e ela uma romântica que vivia mais tempo no mundo da lua do que no mundo terrestre. Além disso, Maremoto havia sido seu Dom Quixote, o salvador de sua vida, talvez, e estava-lhe profundamente reconhecida.⁵⁵⁵

Conclui Pamplona Y Serrano que uma mulher agradecida era capaz de tudo, até mesmo unir-se a um japonês amarelo, elevado na mente romanesca de uma criatura frágil à categoria não de cavaleiro, mas de cavalheiro romântico. “Branca e Amarelo foram felizes (...) Estava escrito, sem dúvida, que o doutor Kiji Maremoto, havia de ser um homem de dinheiro, e que devia se casar com uma mulher branca e formosa”.⁵⁵⁶

A circunstância da *Fon-Fon!* se interessar pela divulgação de um conto estrangeiro, que tratava da fixação e da assimilação de japoneses na América do Sul, tendo como cenário a Argentina, mas podendo ser o Brasil – já que era o país que mais recebia imigrantes dessa origem – é mais um indício de que o tema despertava preocupações consolidadas na década de 1920.

⁵⁵² A *Fon-Fon!* publicava em seus números contos e folhetins estrangeiros que traduzia para o português.

⁵⁵³ “A sorte do japonês”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (6) 6 fev. 1926, p.18; p.20.

⁵⁵⁴ Idem.

⁵⁵⁵ Ibidem.

⁵⁵⁶ Ibidem.

Verificamos na transcrição de trechos e análises desses artigos da *Fon-Fon!*, que os contatos inter-raciais surgiam como negativos: destruição física e moral devido à ambição da mulher branca ou pela sua ingenuidade. Simbolizando o fundamento da civilização branca, em ambos os textos, o japonês representa o mal. A partir dessa constatação, podemos concluir que a representação das relações sexuais seja no cinema, teatro ou contos – vinculados ao antiniponismo – se fundamentam na imagem de viciados pelo ópio, proxenetas, mulheres e homens imorais.

Assim como as imagens em movimento – o cinema – as charges são, ao mesmo tempo, veículos e complementos para construções mentais suscitadas pela escrita discriminadora: são discursos que constroem “objetos de dignificação enraizados num meio social específico”. Seus significados são originários das instituições e das circunstâncias históricas, culturais e sociais. Como todos os discursos, são manifestações concretas da esfera ideológica e compartilham as lutas pelo poder, identidade e influência política.⁵⁵⁷

Desse ponto de vista, especialmente no conto “A sorte do japonês”, há a compreensão da mulher branca como um objeto de luxúria e portadora da fragilidade oriunda do próprio senso moral de inocência do Ocidente. O folhetim e os contos remetem, portanto, ao melodrama que, conforme Arnold Hauser, surgiu no século XVIII como propaganda da moralidade burguesa. Para Peter Brooks, esse gênero expressa a ansiedade trazida pelo medo do novo mundo, no qual os padrões tradicionais de moral não forneciam mais a necessária coesão social. Sua função era demonstrar a presença da ética e da moral burguesas, que sempre prevaleciam apesar do domínio aparente da vilania e das perversões. Em síntese: a classe burguesa via o seu lar como o seu campo de batalha contra as ameaças externas à sua existência.⁵⁵⁸

A partir dessas reflexões, constata-se que a burguesia, além do acúmulo de capital, comandava seu lar através da pureza e da moralidade de sua mulher, controlando a sexualidade feminina. Há, assim, co-relação com as conclusões emitidas por Margareth Rago tendo como contexto a sociedade paulistana nas primeiras décadas do século XX. Daí o fato de a mulher caucasiana surgir como “vítima infantil” de seu romantismo e ingenuidade, e dr. Maremoto como o nipônico que, disfarçadamente traria o germe da destruição da sociedade

⁵⁵⁷ Gina Marchetti. *Op.cit.*, p.7. A autora considera a narrativa ficcional como um ato estético, que é ao mesmo tempo ideológico, pois tem a função de criar imaginários ou “saídas” formais para as contradições sociais que se apresentavam sem solução.

⁵⁵⁸ Arnold Hauser. *The Social History of Art*, vol.3. New York, Vintage, 1957, p.84; Peter Brooks. *The Melodramatic Imagination: Balzac, Henry James, Melodrama and the Mode of Excess*. New Haven, Yale University Press, 1976, p.20 [citados por Gina Marchetti. *Op.cit.*, p.11].

burguesa, infiltrando-se através do aproveitamento da fraqueza feminina e da assimilação espúria.⁵⁵⁹

Logo, a miscigenação, vista como negativa por médicos intelectuais, à exceção de poucos como Bruno Lobo, Edgar Roquette-Pinto e Juliano Moreira, era repercutida pelas nossas revistas de cunho literário e humorístico. Era avaliada, ao mesmo tempo, como indesejável e, ao mesmo tempo, como distante da realidade, sendo este último ponto como mais um fator da “mentalidade imperialista e perversa” dos japoneses instalados no Brasil. Encontramos a generalização desse conceito, também na literatura, de caráter estritamente antinipônica ou não. Passagens sobre essa temática podem ser extraídas dos livros de Oswald de Andrade e Antóvil R. M. Vieira, já citados no decorrer dessa pesquisa. Valemos-nos especificamente dessas obras com o intuito de demonstrar a função da mulher no *melting pot* racial brasileiro. Conforme veremos são duas perspectivas distintas e negativas com relação aos imigrantes japoneses.

Vieira, que citara niponófilos como Bruno Lobo e os qualificara de “brasileiros indignos”, denunciava que era tal o distanciamento moral entre o japonês e o brasileiro, que a mulher nipônica vivia em uma “escravatura”. Utilizando-se dos recursos da dicotomia, enaltecia a cultura brasileira, onde a mulher era livre e respeitada, enquanto o nipônico desprezava a sua e a inferiorizava. Acrescentava: “(...) para se ter um índice da diferença de cultura, de senso moral de vida, de dignidade humana entre o brasileiro e o japonês”. Finalmente, denunciava o perigo que a “cultura nipônica”, devido à psique racial do japonês, representava para a brasileira, caso a primeira não fosse dissolvida, nem assimilada pela nossa, “cujas bases morais e jurídicas são profundamente diferentes”.⁵⁶⁰

A linguagem crua e xenófoba associa-se facilmente à imagem da mulher japonesa: esta é desprezada, sem valor para os próprios japoneses, mas ainda assim carrega em seu ventre a cultura imperialista, a transmissão dos bens culturais (os novos japoneses para o mundo).

⁵⁵⁹ Tendo como uma de suas fontes o filme *The Cheat* (1915), dirigido por Cecil B. DeMille, Marchetti define o personagem Hishuru Tori, japonês rico e inescrupuloso, personificava o *yellow peril* na mentalidade norte-americana. Ao mesmo tempo, refinado e brutal, aculturado e bárbaro. Como o Japão, é poderoso, ameaçador e invejável. No entanto, a diferença racial o estigmatiza como pagão, moralmente suspeito e inferior. Como forma de transitar entre os dois mundos, ocidental e oriental, busca possuir a heroína branca e fraca, que no último instante se arrepende e atira contra o agressor japonês. Conclui-se que quando Tori surge como somente parte do mundo oriental – assimilado e assexuado – é inofensivo. Contudo, quando incorpora os dois mundos, enquanto um alienígena que não pode ser simplesmente excluído, torna-se uma ameaça para a América branca, anglo-saxônica e protestante. Idem, *Ibidem*, p. 19-27.

⁵⁶⁰ Antóvil R. M. Vieira. *Op.cit.*, p.114.

Levando-se em consideração o receio à miscigenação e aos quistos, conclui-se que a expressão “Typos caracteristicamente ‘brasileiros’” e a montagem fotográfica publicadas pela *A Cigarra*, em 15 de outubro de 1927, naturalmente soavam irônicas [Fig. 52].

As imagens representam figuras femininas em diferentes estágios da vida: criança, adulta e idosa. As personagens envergando trajes que remetiam ao quimono e penteados orientais, transmitem ao observador impressões negativas, tendo aqui o cuidado de anotar “impressões” como o primeiro e superficial impacto causada pela montagem fotográfica. Não havia, evidentemente, nenhuma necessidade para o leitor se aprofundar mais do que percebia à primeira vista: a relação deletéria entre o oriental e o índio; a pobreza tanto material quanto estética; finalmente a não diferenciação entre o futuro brasileiro, que do branco pretendido, seria aparentado com peruanos *característicos* e outros vizinhos sul americanos, que contavam com expressiva contribuição indígena. Nesta imagem, assim como nas demais, ratificava-se a tese de que “mais vale uma imagem do que mil palavras”.

Nova leitura podemos fazer a partir da obra *Marco Zero 1: A Revolução Melancólica*, de Oswald de Andrade. Além da incorporação no texto de diálogos estereotipados sobre o suposto interesse militar japonês sobre o Brasil e toda a América, que por sua vez formavam imagens mentais negativas à respeito dos imigrantes



52 – “Typos caracteristicamente ‘brasileiros’”. *A Cigarra*. São Paulo (311) 15 out. 1927, p.41. APESP.

nipônicos, há passagens que reiteram e confirmam o desejo de enquistamento dos japoneses e, também, por outro lado o interesse que poderia despertar a mulher nipônica no homem brasileiro.

Dentre elas, citamos uma pelo diferencial da situação: a atração de um indivíduo considerado pelos eugenistas inferior, por ser negro, pela nipônica. Existe aqui, contudo, a possibilidade de assimilação; a infelicidade da esposa japonesa, em uma leitura de Oswald sobre a capacidade antropológica da cultura brasileira.

Em uma cena do referido romance, um camarada⁵⁶¹ negro, Tomé, observava com interesse uma japonesa que carpia ao seu lado. Dada a aparência sofrida da “companheira de labuta”, cujos olhos “rasgados”, “cara redonda, com olhinhos de pássaro o provocavam”, Tomé pergunta de modo desnecessário se a nipônica era feliz. Esta lhe responde que o marido, Fusiko, além de beber muito, lhe batia. Somava-se à infelicidade matrimonial, a circunstância dos seus patrícios *judiarem* as mulheres no serviço: “ – Patrício munto judia no serevício...”⁵⁶²

O questionamento que ficava era, portanto: o casamento com um brasileiro seria a redenção para a mulher japonesa? Negro ou branco?

A resposta é fornecida pela própria mulher, sem saída e conformada com o seu destino, através do diálogo:

“ – Por que mecê não caso com brasileiro?

“- Cônsul não dá ordem munto non gosta.”⁵⁶³

Desse modo, o casamento entre japoneses era determinado pelo governo japonês, representado pelo cônsul. Os antinipônicos denunciavam como perigoso e prova da ocupação estratégica do imigrante dessa origem no Brasil, a conduta dos japoneses de registrarem seus filhos nos consulados japoneses nas cidades de São Paulo e Bauru. Tal ação seria para manter a identidade de seus descendentes como puramente nipônicos, súditos do Império do Sol Nascente.

Como demonstra a leitura do romance *A Revolução Melancólica*, os diferentes aspectos explorados sobre o imigrante japonês – a não-assimilação, a dificuldade com o falar português por parte das suas crianças e o seu caráter traiçoeiro e explorador – expressam, de um lado, a crítica de Oswald de Andrade à realidade de pobreza e desigualdade a que eram submetidas as classes populares, e por outro marcava as diferenças em relação aos japoneses, que ficavam excluídos e estigmatizados.

Como reflete Bertha Waldman: “(...) Se o autor cede a palavra aos oprimidos e o momento histórico ganha visibilidade, o excesso de falas transcritas de estrangeiros, além de ser um recurso discriminador, não individualiza as personagens”⁵⁶⁴. Ocorre então uma a generalização da imagem do grupo nipônico, encarado em sua totalidade como “inimigos” a serem combatidos, tanto culturalmente como politicamente.

⁵⁶¹ Trabalhador nacional usualmente contratado pelos colonos japoneses a fim de auxiliarem nas plantações e colheitas.

⁵⁶² Oswald de Andrade. *Op.cit.*, p.26.

⁵⁶³ Idem, *Ibidem*.

⁵⁶⁴ Bertha Waldman. *Op.cit.*, p.11.

No caso dos imigrantes japoneses, a alteridade imediatamente identificável pelas marcas físicas, é possível – concordando com as reflexões de Margareth Rago – determinar o desejo das elites de eliminar as diferenças, ou seja, a normalização do *Outro*. Se havia essa perspectiva em relação ao operariado, cuja participação era marcadamente estrangeira, por que não em relação aos japoneses, esse esforço em impor um modelo imaginário de família?

É de se observar que, de fato, aqueles favoráveis à imigração japonesa e, por isso, criticados pelos antinipônicos, buscavam adaptar o colono nipônico à sociedade brasileira idealizada: moralizada, cristã e sem qualquer resquício de ideais extremistas. Dois dos membros da nossa elite científica e intelectual, Bruno Lobo e Juliano Moreira, merecem destaque por diversas razões: escreviam suas obras filonipônicas entre fins da década de 1920 e meados de 1930 – auge da primeira fase do sentimento antijaponês – eram médicos de prestígio, o primeiro, professor da *Universidade do Rio de Janeiro*, e ainda, diretor do *Museu Nacional* entre 1915 e 1923; Moreira vice-presidente da *Academia Nacional de Medicina*.⁵⁶⁵

Juliano Moreira estivera por quatro meses em visita ao Japão, em 1928, a convite de instituições médicas desse país, onde proferia conferências em jornais e universidades japonesas. Suas anotações da época foram, posteriormente, organizadas e publicadas em 1935 por Waldemar de Andrade, com a autorização de sua viúva.

O nosso interesse nas impressões de Moreira está no fato deste médico respeitado pela sociedade brasileira, possuir uma visão diametralmente oposta da do seu colega Miguel Couto. As suas conclusões positivas em relação à imigração japonesa davam-se pela contribuição da raça japonesa à formação da nossa, “não apenas pelas suas conquistas em todos os ramos do saber humano”, mas também, “pela subtileza de sua intelligencia, pelo equilíbrio surpreendente do seu character, como pela sua cultura e tradições millenares”.⁵⁶⁶

Moreira que alegara como uma das razões de sua estada no Japão, o estudo de possível existência de modalidades nervosas ou mentais que fossem próprias ou exclusivas do império, enfatizava em suas conferências, neste país, que concluíra pela afinidade étnica entre os japoneses e os *aborigenes* do norte do Brasil.

Sua conferência realizada na sede do jornal *Nichi Nichi*, em 28 de novembro de 1928, foi pautada por comentários favoráveis à imigração japonesa para o Brasil, por serem os candidatos à emigração selecionados e originários de uma nação que privilegiava a instrução pública e a higiene.⁵⁶⁷

⁵⁶⁵ Cf. notas nºs 287 e 379.

⁵⁶⁶ Juliano Moreira. *Op.cit.*, s/p.

⁵⁶⁷ Idem, p.39-49. Outra conferência em que abordara o mesmo tema, realizada na *Radio Sociedade Nipponica*, em 27 de novembro, fora irradiada para todo o Império japonês, Manchúria e Coréia. *Ibidem*, p.81-92.

No capítulo “Convem ao Brasil a Imigração Japoneza?”, Moreira afirmava que o desenvolvimento nipônico comprovava a sua capacidade mental e a publicação no império de estudos em outros idiomas demonstrava que os nipônicos não se esquivavam da ação *disnacionalisante* do intercâmbio de idéias com outros países.

Além disso, o cruzamento com o brasileiro, pela afinidade já citada, produziria frutos que, do ponto de vista ocidental, seriam “mais bellos que o commum do typo japonez”. Contudo, defendia a necessidade da seleção individual dos imigrantes japoneses.

Em sua simpatia pelos anfitriões, Moreira chegara a repelir a comparação que se fazia entre o Brasil e a Coréia, na vertente do *perigo amarelo*. Mais ainda: justificava a dominação nipônica, pois esta se baseava na própria defesa do Japão devido às circunstâncias estratégicas. Além disso, a Coréia, cujo atraso seria supostamente enorme, teria tido lucros enormes com o *interesse japonês*.⁵⁶⁸

Efetivamente, Juliano Moreira adaptava nesse último caso, a legitimidade da colonização de um povo forte (japonês) sobre outro fraco e atrasado (Coréia), por levava ao último território a civilização culta. No caso do Brasil, não havia porque temer, uma vez que defendia a capacidade assimilatória dos brasileiros e dos japoneses. E estes seriam sempre uma minoria, que se diluiria no *melting pot* nacional.

Nesse sentido, mais entusiástico se mostrava Bruno Lobo: dentre as suas principais obras são destacadas *Esquecendo os Antepassados, Combatendo os Estrangeiros* (1935)⁵⁶⁹ e dois livros anteriores: *Japonezes: no Japão, no Brasil* (1926)⁵⁷⁰ e *De Japonez a Brasileiro* (1932)⁵⁷¹. A temática em comum é a defesa da continuidade da imigração japonesa, especialmente *Esquecendo os Antepassados, Combatendo os Estrangeiros*, redigido durante os debates da Constituinte de 1934. Bruno Lobo rebatia diretamente a Assembléia e um dos deputados que encaminharam emendas antinipônicas: Miguel de Oliveira Couto, o mais ferrenho atuante na campanha de restrição ao ingresso de imigrantes dessa origem no Brasil.

Os argumentos de Lobo se expressam a partir de sua convicção da capacidade assimiladora do meio nacional e dos próprios nipônicos, pois tanto estes quanto os brasileiros *desconheciam o sentimento de preconceito racial*. No estudo de 1936, identificamos a síntese e conclusão de seus pensamentos: a vantagem econômica da colonização japonesa, a nacionalização crescente do elemento japonês e os casamentos inter-étnicos cada vez mais

⁵⁶⁸ Ibidem, p.111-115.

⁵⁶⁹ Bruno Alvares da S. Lobo. *Esquecendo Os Antepassados, Combatendo os Estrangeiros*. Rio de Janeiro: Alba, 1935.

⁵⁷⁰ _____ . *Japonezes: no Japão, no Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1926.

⁵⁷¹ _____ . *De Japonez a Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. Do Departamento Nacional de Estatística, 1932.

freqüentes. Sobre este último aspecto, Lobo, enquanto evidência irrefutável, anexa nomes e endereços dos casais formados por japoneses (as) e brasileiros (as).⁵⁷²

Entendemos, contudo, que as reflexões de Lobo foram construídas no decorrer dos dois estudos anteriores, de 1926 e 1932, particularmente em *De Japonez a Brasileiro*. Há nessas obras o objetivo de se avaliar o povo japonês, desde as suas origens raciais até a sua biotipologia física, sua moral, no Japão, e a sua capacidade adaptativa no Brasil. Citamos enquanto modelo de pensamento de Lobo as suas conclusões à respeito da mulher japonesa, expressas em *Japoneses: no Japão, no Brasil*: ratifica a sua importância, pois em seu entender, uma civilização apenas poderia ser julgada pelo papel desempenhado pela mulher, sobretudo avaliando-se e bem considerando sua força e seus direitos.

Em diversas passagens, atestamos a intenção do autor em mistificar a situação feminina no Japão, tais como a sua convicção de que a mulher nipônica possuía um status social mais elevado do que a ocidental até o século XVII. Posteriormente, ela não teria decaído mais que a europeia, somente havia se *igualado* a esta.

Coincidindo em parte com as conclusões de Augusta Peick Moreira, e citando autores como E. Hovelaque, Lobo afirma ser a japonesa possuidora de características especiais, “um ser único em doçura, graça, encantos e finura”. Ela, além de tais qualidades, colaborava no progresso do país, nas letras, nas artes, nas ciências, nas indústrias e no comércio. Em muitas famílias, elas seriam chefes.

Como verificamos, Bruno Lobo não estava afastado das preocupações manifestadas pelas nossas elites quanto ao lugar de direito da mulher: a casa. Afirmava que era corrente entre os higienistas japoneses a inquietação pela sorte da sua raça, já que o trabalho exaustivo acabava por comprometer a vitalidade da mulher, principalmente a sua faculdade de procriar indivíduos fortes e sadios. Já no lar, a mulher era de “grande abnegação e encanto”.⁵⁷³

A realidade da situação feminina distorcida de acordo com o sentimento pró-nipônico do autor, o levava a entender que a mulher japonesa e, do mesmo modo, o homem japonês poderiam contribuir positivamente para a formação da raça brasileira. Posteriormente, em *De Japonez a Brasileiro*, o autor esboça idéias que seriam consolidadas posteriormente, durante a campanha antinipônica de 1934, e apresenta uma versão final do que já havia divulgado em 1926. Se em *Esquecendo os Antepassados, Combatendo os Estrangeiros*, fornecia endereços de casais nipo-brasileiros, na obra de 1932, Lobo fornecia imagens, fotografias como

⁵⁷² À respeito deste livro em específico ver: Marcia Yumi Takeuchi. *Op.cit.*, 2008, p.72-74.

⁵⁷³ Bruno Lobo. *Op.cit.* 1926, p.61.

“provas” do que alegava, além de um verdadeiro libelo científico sobre a qualidade eugênica do povo japonês.

Resumidamente, encontramos os fundamentos para a compatibilidade racial entre o brasileiro e o japonês, baseando-se nos estudos de E. Roquette-Pinto:

- Os índios, primeiros povoadores do país, pertenciam à raça amarelo-mongólica, e eram originários da Ásia.
- O meio determinava as características raciais, e o *meio brasileiro*, pela sua natureza, produzia tipos como os indígenas, mais adaptados e capazes de resistir às condições inóspitas dos trópicos e dos sub-trópicos.⁵⁷⁴

Consequentemente, os índios foram a “primeira actuação de indivíduos de raça mongólica em nosso paiz”. Lobo aborda a hipótese dos indígenas terem emigrado do Japão, pois “(...) vendo os nossos índios e caboclos do Amazonas, os japoneses pensam que são seus patricios, enquanto, por outro lado, alguns dos nossos habitantes do extremo norte do Brasil, illudem-se com elles e pensam que são da terra”.⁵⁷⁵

A tese, portanto, de que os imigrantes nipônicos seriam os mais capacitados para desenvolver a região amazônica, devido à afinidade étnica, não era aqui encarada como ameaçadora à soberania nacional. É, então, uma visão frontalmente oposta aos dos antinipônicos como Félix Pacheco, Xavier de Oliveira e Miguel Couto, que apontavam a propaganda nipônica sobre a proximidade entre os índios e os japoneses como mais um ardil a fim de legitimar a conquista imperialista japonesa ao Brasil.

Entretanto, para um setor da elite pró-nipônica da qual Lobo fazia parte, mais do que comprovar a qualidade do produto do cruzamento entre as duas raças, o importante era *normatizar* moralmente essa relação. Seria uma união entre pessoas altamente moralizadas, pois o colono japonês, por seu lado, era produtivo, econômico. O autor confessava que “vários amigos fazendeiros”, conhecedores de suas relações de amizade com algumas personalidades japonesas, diversas vezes lhe solicitaram “a sua intervenção no sentido de obter colonos desse país para as suas propriedades”.⁵⁷⁶

Criticando os antinipônicos e o modelo norte-americano, alegava que nos Estados Unidos, foram os brancos que isolaram o nipônico, através de medidas de restrição, no que respeitava o domínio de terras, vida social e regime imigratório. Nesse país havia o racismo e as explosões de ódio entre brancos e negros, que terminavam frequentemente em linchamentos.

⁵⁷⁴ Bruno Lobo. *Op.cit.* 1932, p.123-124.

⁵⁷⁵ Idem, p.123.

⁵⁷⁶ Ibidem, p.144.

Já no Brasil não *havia* preconceito racial, reiterava, e os japoneses aqui não mais pensavam na pátria de origem, descuidando-se da religião dos antepassados, contraindo núpcias, no civil e no religioso, em qualquer seita. Ainda mais: modificavam a alimentação, vestiam-se à nossa moda, viviam a vida brasileira e, por fim, no extremo norte, dificilmente poderia ser dito se estávamos na presença de um japonês ou de um legítimo caboclo brasileiro.

Finalmente, o próprio governo japonês estimulava a naturalização de seus súditos, o que era para o autor a resposta cabal aos que insinuavam que havia propósitos de conquista por parte do império.⁵⁷⁷

Abrasilizando o nipônico, Lobo buscava demonstrar cientificamente que os mestiços não eram degenerados. Para isso, Lobo valeu-se de provas fotográficas e de seus estudos, que até então já haviam percorrido dez anos [Fig. 53].

Devido a democracia racial brasileira, os japoneses seriam recebidos no Brasil com “a hospitalidade peculiar aos nossos sentimentos”. Logo eram “elevados, numerosos são os cruzamentos”. A prole desses cruzamentos seria abundante, “forte, sadia e verdadeiramente interessante no que respeita aos caracteres do producto obtido pelo cruzamento, tendo, também, em estudos outros casais formados de brasileiros e japonezas, com resultados semelhantes”.⁵⁷⁸

Em resumo, o autor utilizara-se de fundamento e metodologia “científicas”, tais como fichas antropométricas, adotadas pelo *Museu Nacional de História Natural*, para acompanhar o desenvolvimento desses “produtos”. Considerava, pelos resultados até então obtidos, sob o aspecto *morphobiológico*, que os meninos e as meninas eram “equilibrados”, elegantes e de indiscutível beleza física.

⁵⁷⁷ Ibidem, p.141.

⁵⁷⁸ Idem, p.127-128.



53 – [Menino e meninas brasileiros filhos de mãe brasileira e pai japonês]. In Bruno Lobo. *De Japonez a Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. Do Departamento Nacional de Estatística, 1932, p.129. IEB-USP.

Essa abordagem voltada para as elites, a fim de convencê-las da positiva contribuição do sangue japonês na “raça brasileira” foi encampada por outro setor, diretamente interessado: a liderança da comunidade japonesa no Brasil, representada pelos seus órgãos oficiais e oficiosos de representação.

Um deles, o *Centro Nipônico de Cultura* publicou, em 1934, um panfleto intitulado *Cruzamento da etnia japonesa*, no qual constavam sete páginas de fotografias que exibiam casais nipo-brasileiros e os “resultados”. Segundo Jeffrey Lesser, o uso do termo *etnia*, ao invés de *raça*, demonstraria o desejo por parte de seus autores em sugerir que a transformação física era tão cultural quanto biológica.⁵⁷⁹

Contudo, em nosso ponto de vista, consideramos que a utilização dos termos *etnia* e *raça* foi indiscriminada por parte dos cientistas-intelectuais do período, sendo predominante *raça*.⁵⁸⁰ A razão está vinculada às teses higienistas, que atribuíam à categoria racial do indivíduos suas características psíquicas, suas doenças, taras e suas qualidades morais.

⁵⁷⁹ Jeffrey Lesser. *Op.cit.*, p.187.

⁵⁸⁰ Essa constatação pode ser feita através da leitura de obras de Miguel Couto, Antonio Xavier de Oliveira, Artur Neiva, Artur Hel Neiva, Alfredo Ellis Jr., Bruno Lobo, dentre outros citados e analisados em minha dissertação de mestrado e, posteriormente, publicado em 2008 sob o título *O Perigo Amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945)* pela Associação Editorial Humanitas (SP).

Assim, o *Centro Nipônico de Cultura* ao eleger *etnia* para compor o título de sua publicação, no auge da crise da imigração japonesa, utilizou-se do termo ainda não corrente, possivelmente, muito em função da atuação de Bruno Lobo.

Elite brasileira ou elite japonesa, no Brasil ou ainda no Japão, o que se torna patente é a distorção propositada de realidades. O interesse partilhado pelas correntes pró-nipônicas: o impedimento das restrições que vinham sendo propostas em nível oficial desde 1923 e a busca pela difusão de uma imagem positiva do colono japonês. Identificamos, ainda, outras motivações, distintas entre Bruno Lobo e as associações japonesas: essas últimas intentavam a manutenção da abertura aos colonos japoneses. No caso de Lobo, se não pudemos comprovar as denúncias de que os filonipônicos recebiam favores de empresas e do governo do Império do Sol Nascente, indiretamente vimos uma relação estreita entre este intelectual, autoridades nipônicas e fazendeiros amigos.

Verifica-se, então, que a imagem dos japoneses era tão manipulada pelos filonipônicos quanto pelos seus oponentes, daí a tese defendida por Lobo de que não havia racismo entre brasileiros e japoneses. As estatísticas de casamentos também não estão demonstradas, somente citando 110 casais em *Esquecendo os Antepassados, Combatendo os Estrangeiros*. Do mesmo modo, especulava nessa mesma obra a cifra de 100 mil descendentes nascidos no Brasil, que seriam brasileiros de cor, corpo e alma. Conclui-se que a pseudo-ciência e a mistificação estão à serviço da ideologia de grupos, que identificavam a ausência de preconceito em um período fértil de intolerância contra os japoneses. Essa aversão não era expressa por um grupo isolado (antinipônicos atuantes na Constituinte), mas permeava toda a sociedade, legitimada ainda pela imprensa.

3.3 – Os “quistos amarelos”: cicatrizes no corpo da nacionalidade

O Estado Novo (1937-1945) – regime caracterizado pelo autoritarismo, centralização de poder e xenofobia – tinha como condição *sine qua non* de sobrevivência a política nacionalista, que visava a homogeneização da sociedade brasileira como um todo. Homogeneidade política, social e étnica/cultural.

Nesse sentido, Lúcia Lippi Oliveira afirma que o Brasil da década de 1930 não percorreu caminhos, consideravelmente diferentes, dos trilhados pelos países fascistas europeus. A autora cita a chegada ao poder de Mussolini na Itália em 1923, a ascensão de Hitler na Alemanha em 1933; Portugal de Salazar, a partir de 1920 e a Espanha, mergulhada

em uma guerra civil de 1936 a 1939. Mesmo a França, “modelo da nossa civilização humanista”, enfrentava movimentos nacionalistas de direita, desde o final do século XIX.⁵⁸¹

Tendo como base essa reflexão, especialmente com relação à doutrina nacionalista e autoritária do Estado Novo brasileiro, o regime foi facilmente identificado com os fascismos europeus. Contudo, como Lippi Oliveira aponta, a ditadura varguista é caracterizada por especificidades raramente apontadas pelos estudiosos do tema, e ressalta ser o objetivo do estudo *Estado Novo: ideologia e poder* (1982), da qual é uma das organizadoras: estudar e apresentar os pressupostos ideológicos/doutrinários do regime.⁵⁸²

Uma das essências do Estado Novo foi a preocupação em produzir ou aproveitar para si um conjunto de idéias e princípios – não criados em 1937, mas resgatados – pelos quais se auto-interpretava e justificava seu papel na sociedade e na história brasileiras. Tais princípios receberam uma roupagem especial e foram utilizados como instrumentos do poder. Enquanto papel da ideologia no apontamento de novas rotas para uma realidade social problemática, cabe recordar que o pensamento político que se constituiu em doutrina estadonovista encontra suas raízes nos movimentos intelectuais dos anos 1920.⁵⁸³ Essa circunstância já foi apontada anteriormente nessa pesquisa.

Assim como fizera Daniel Pècaut, Lúcia Lippi Oliveira destaca o papel dos intelectuais na elaboração e reinterpretação de soluções, correntes na Europa, para o que consideravam a realidade nacional. O diferencial dessa pretensão foi atingido com a *Revolução de 1930*. A partir de então, a intelectualidade vislumbrou a oportunidade de participar do jogo político. Para a autora, é possível, de modo simplificado, afirmar que “três grandes eixos marcaram o pensamento dos anos 30 e se fizeram igualmente presentes na doutrina do Estado Novo. São eles: o elitismo, o conservadorismo e o autoritarismo”.⁵⁸⁴

Como parte dessa nova visão de mundo, os intelectuais se dispuseram a assumir um papel central no processo político, como a elite a salvar a sociedade brasileira. Logo, as teorias de elite traziam novas justificativas ao exercício do domínio, “o que só se torna necessário quando a autoridade vigente passa a ser questionada”. O elitismo, fundamentado no fato natural e demonstrável da desigualdade humana, contribuía para a descrença na sabedoria popular e no critério para a organização do governo.

⁵⁸¹ Lúcia Lippi Oliveira. “Apresentação” In Lúcia Lippi Oliveira; Mônica Pimenta Velloso; Ângela Maria Castro Gomes (Orgs.) *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, p.7.

⁵⁸² O estudo de Robert O. Paxton, *A Anatomia do Fascismo*, foi citado na *Introdução* à esta pesquisa como um dos estudos recentes do fascismo. Neste, o autor, além de definir e analisar os diferentes fascismos, caracteriza a ditadura varguista como autoritário. Cf. p. 10-12, notas nº s 15 a 20.

⁵⁸³ Lúcia Lippi Oliveira. “Apresentação”. *Op.cit.*, p.8-10.

⁵⁸⁴ Lúcia Lippi Oliveira. *Introdução*. *Op.cit.*, p.15.

Nos interessa, também, nesse estudo avaliar o papel do nacionalismo e autoritarismo na concepção de Estado desse período. Para Lippi Oliveira, ambos são ângulos distintos e complementares do processo de formação do Estado Nacional. “A soberania, como atributo exclusivo do Estado, e a capacidade de ação do Governo Federal sobre todo o território se unem na realização do objetivo comum de criar a nacionalidade”.⁵⁸⁵

O nacionalismo pressupõe a identificação de todos os membros de uma sociedade com um destino comum, “destino cujos traços se originam no passado, são identificáveis no presente e asseguram um futuro comum.”⁵⁸⁶ Logo, cabia ao Estado a modernização de uma nação atrasada, em sua transição de uma economia rural-oligárquica para uma sociedade urbano-industrial. Era, também, de sua responsabilidade controlar os grupos sociais, dentro de hierarquias, nesse processo de transição.

Segundo a definição de Giddens, advém do Estado Moderno (século XVIII) a concepção de nacionalismo, enquanto fenômeno basicamente psicológico, ou seja, a adição de “indivíduos a um conjunto de símbolos e crenças enfatizado comunalmente entre membros de uma ordem política”. A ordem política e a coletividade existem em um território claramente demarcado, sujeito a uma unidade administrativa [*Nação*].⁵⁸⁷

Citando conclusões de Frederik Barth, Giddens concorda que a identidade de grupo é *excludente*. Desse modo, a forma como um grupo ou uma comunidade é concebida, depende das características atribuídas aos *outros*, ou seja, estrangeiros.⁵⁸⁸

“Em muitas culturas tribais, a palavra que significa membro da comunidade é idêntica àquela usada para “humano”, sendo que aos estrangeiros não era conferida tal distinção. A associação característica de estrangeiro com “bárbaro” tem, às vezes, a mesma conotação lingüística”.⁵⁸⁹

⁵⁸⁵ Idem. Para a autora, a doutrina estadonovista propõe todo o poder ao Estado, visto como o único capaz de garantir a coesão nacional e de realizar o bem público, para além dos interesses reais, mas mesquinhos dos indivíduos e dos grupos. Atribuí também a um homem excepcional, portador de *virtù*, a capacidade de expressar e construir a nova ordem.

⁵⁸⁶ Ibidem, p. 16-26. O nacionalismo estadonovista é diferenciado em relação ao nacionalismo fascista: no primeiro, o Estado é um princípio, o indivíduo uma consequência. No fascismo, o Estado e o indivíduo são uma e só coisa. Para o nacionalismo, a nação é uma entidade preexistente, não precisa ser criada, mas reconhecida. É suficiente que uma classe governante, de caráter intelectual, seja consciente da nação e realizar seus pressupostos. O Estado não depende do povo, mas antes é o povo que depende da autoridade do Estado como fonte de vida. O Estado fascista, por seu lado, e um estado do povo, sua relação com o povo é íntima, e o Estado só existe se o cidadão produz sua existência [a formação da consciência do Estado no indivíduo]. Lippi Oliveira extrai essas concepções de Estado de Giovanni Gentile, “The philosophic basic of fascism”, publicado na revista *Foreign Affair*, de janeiro de 1928. Idem, Ibidem, p.27.

⁵⁸⁷ Anthony Giddens. *O Estado-Nação e a Violência*. São Paulo, EDUSP, 2001, p.141.

⁵⁸⁸ Cf. Frederik Barth. *Ethnic Groups and Boundaries*. Bergen, Universitats-fur-Paget, 1969. Apud Anthony Giddens. Idem, Ibidem.

⁵⁸⁹ Ibidem.

A noção de ser nacional, de pertencer a uma totalidade dos membros de uma comunidade política, está vinculada de modo preciso à unificação administrativa do Estado. O sentimento comunal fornecido pelos símbolos nacionais, em particular a língua comum, “provê um meio de suporte para a segurança ontológica, particularmente onde há uma ameaça iminente a partir de fora do Estado”.

Acrescenta o autor que os sentimentos nacionalistas e os símbolos não são ideologicamente neutros, uma vez que são partes de expressão cultural de soberania, ou seja, o compartilhamento de uma linguagem e uma historicidade simbólica comuns.⁵⁹⁰

Portanto, a fim de identificar e diluir pela força os elementos exógenos e não comprometidos com a *Nação*, o Governo Federal baixou uma série de decretos-leis que visavam a assimilação de grupos nacionais como japoneses e alemães, encarados pela mentalidade oficial como modelos de enquistamento étnico. Citamos o *Decreto-Lei n° 868* de 18 de novembro de 1938, que determinava, dentre outras obrigações, ao *Conselho de Ensino Primário* o poder de nacionalizar as instituições estrangeiras de ensino. Logo, esse decreto forneceu as bases para o fechamento de escolas japonesas em diversos núcleos coloniais do Estado de São Paulo.

A repressão às escolas étnicas e a imposição da língua portuguesa residem na circunstância de serem tidos como principais fatores de nacionalização – especialmente o idioma pátrio – e atributos da identidade brasileira.

Sendo, portanto, a língua vernácula do país receptor um dos sustentáculos da identidade, na construção simbólica do nacionalismo, a unidade nacional revestiu-se de roupagem lingüística e educacional. As escolas oficiais tinham o papel de estimular o patriotismo, através de uso de símbolos nacionais, da exaltação dos heróis pátrios e a comemoração de datas cívicas. O amor patriótico era um instrumento de formação de consciência nacional, que também atingia os adultos, estimulados pelos meios de propaganda a zelar pela manutenção da ordem e disciplina.

O já mencionado *Decreto-Lei n° 383*, baixado em 18 de abril de 1938, além de proibir aos estrangeiros o desenvolvimento de atividades de caráter político, vedava o uso de símbolos de identificação e adesão partidárias, tais como bandeiras, estandartes e uniformes. Interditava, também, a organização de manifestações públicas ou encontros privados como desfiles, comícios e reuniões, a manutenção de órgãos de informação como revistas e jornais, além da divulgação de idéias partidárias através de artigos, entrevistas, palestras e discursos.

⁵⁹⁰ Ibidem, p. 228-237. Nas reflexões de Giddens, encontramos o conceito de “Invenção da História” pela interpretação documentada do passado, que fornece um suporte para desenvolvimentos antecipados no futuro. Tal conceito foi também abordado por Eric Hobsbawm, *Op.cit.*, 1997, citado à página 25, notas 50 e 51.

Cabia ao *Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores* fiscalizar as associações para que estas cumprissem essas determinações, através de licenças concedidas. Complementarmente, os associados deveriam informar previamente as autoridades policiais quanto às datas de seus encontros e os assuntos que seriam abordados. Mais ainda: o referido decreto determinava que as sociedades que descumprissem as normas estipuladas sofreriam a interdição de sua sede, a suspensão de suas reuniões e o confisco de suas publicações. Cabia ainda a expulsão do território nacional dos infratores ou a pena de dois a quatro meses de prisão a critério do Poder Executivo.⁵⁹¹

Nas zonas rurais, foi estabelecido que 30 % dos residentes nos núcleos coloniais fossem de nacionalidade brasileira. A porcentagem tolerada, em cada localidade, seria de 25 % de membros de um grupo étnico. Foi, ainda, instituída a obrigatoriedade de se constituírem escolas primárias vinculadas ao sistema nacional de ensino, "*tonando compulsório o ensino de quaisquer matéria em língua portuguesa, nacionalizando-se também os currículos escolares, com a inclusão obrigatória do estudo de geografia e história do Brasil*".⁵⁹² Os estabelecimentos comerciais e industriais deveriam ser identificados em português, sendo banidos os idiomas estrangeiros igualmente nas zonas interioranas.

Para organizar o processo de estabelecimento de estrangeiros nas colônias, de acordo com as diretrizes nacionalistas do Estado Novo, foi criado pelo *Decreto-Lei n° 431* de 18 de maio de 1938, o *Conselho de Imigração e Colonização*, que tinha como funções administrar a tarefa de nacionalização e formular uma política imigratória e colonizadora, a partir das conclusões fornecidas pela *Antropologia Social*, *Biologia Racial* e Eugenia. Refletindo os ideais autoritários e eugenistas do Estado Novo, o CIC objetivava selecionar os imigrantes, impedir a concentração de indivíduos de mesma nacionalidade e a compra de terras por parte destes e, ainda, fiscalizar as áreas de colonização, realizando investigações secretas e averiguando as atividades e ações dos agentes estrangeiros que supostamente as visitavam.

O Conselho possuía ainda como atribuições, estabelecidas pelo Decreto n° 3010 de 20 de agosto de 1938, emitir pareceres ao *Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores* sobre publicações em idioma estrangeiro e impedir "o cultivo demasiadamente vivo da língua, de tradições e costumes estrangeiros numa determinada zona" [artigo 272, parágrafo 1].⁵⁹³

⁵⁹¹ Maria Lúcia Eiko Hatanaka. *O Processo Judicial da Shindo-Remmei: Um Fragmento da História dos Imigrantes Japoneses no Brasil*. São Paulo: Fundação Japão, ANNABLUME Editora, 2002, p.36.

⁵⁹² Idem, p. 38.

⁵⁹³ O *Conselho de Imigração e Colonização* editou a *Revista de Imigração e Colonização*, entre 1940 e 1955, cujos artigos de autoria de médicos, advogados, cientistas sociais, são representativos do pensamento racista dominante. Esse periódico obteve grande circulação entre técnicos e diplomatas, servindo como guia às autoridades encarregadas de fiscalizar a entrada e a permanência de estrangeiros no país. Os artigos que tem como tema os imigrantes japoneses foram analisados em Marcia Yumi Takeuchi. *Op.cit.*, 2008, p. 109-115.

Essa retomada da legislação sobre os estrangeiros do período e seus aspectos principais, nos permite elaborar um quadro de fundo através das quais as atividades dos japoneses e seus descendentes no Brasil foram vigiadas e cerceadas. Conforme foi observado anteriormente, em relação à imigração japonesa, as medidas restritivas não começaram a ser implementadas com a instauração da plena ditadura varguista. No entanto, a partir dela reforçou-se a campanha nacional-saneadora contra os nipônicos *inassimiláveis, inadequados culturalmente e perigosos* politicamente.

Dentro da política nacionalista e saneadora da subversão, o Itamaraty fez conhecer às suas representações no exterior as novas determinações legais em relação às comunidades estrangeiras radicadas no país. Tendo em vista o conflito diplomático que quase se delineara em 1934, Osvaldo Aranha, então Ministro das Relações Exteriores, despachava confidencialmente ao embaixador Leão Velloso que o informasse a repercussão dessas medidas, especialmente do acima citado *Decreto-Lei*, o de nº 383, na imprensa japonesa e outras informações sobre o tema.⁵⁹⁴ Ainda em conformidade com o problema imigratório japonês, Aranha informava à Embaixada em Tóquio que o *Decreto-Lei* nº 3010 seria de caráter geral, não visando uma corrente imigratória em particular, e a suspensão de correntes imigratórias seria mantida até a entrada em vigor do referido decreto.⁵⁹⁵

Ressalte-se que apesar das tentativas do Itamaraty em não transparecer ao governo japonês a discriminação contra a imigração de seus nacionais, efetivamente os mencionados decretos visavam, sim, essa corrente imigratória. Graças a documentação diplomática podemos comprovar que, especialmente, o decreto de 20 de agosto de 1938, que regulamentava as atribuições do CIC, tinha como fim evitar a formação de núcleos nipônicos inassimiláveis, conforme a acusação vigente.

A iniciativa de conter de algum modo a entrada de nipônicos produzira reação no governo japonês, conforme verificamos no telegrama expedido pelo embaixador Leão Velloso ao *Ministério das Relações Exteriores* em 24 de dezembro de 1938. Informava que na tarde do dia anterior se reunira com o Vice-Ministro das Relações Exteriores a respeito de assunto encaminhado pelo seu Encarregado de Negócios no Brasil. O referido *assunto* era um projeto

Sobre a Revista de Imigração e Colonização ver: Maria Luiza Tucci Carneiro. *Op.cit.*, 2001, p.100-101; Osvaldo Nunes de Siqueira. *Biotipologia do imigrante no discurso da revista de imigração e colonização (1940-1955)*. Tese de Doutorado em História Social, FFLCH-USP, 2006.

⁵⁹⁴ *Despacho NP/15 (confidencial) de Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para Leão Velloso, Embaixador do Brasil, Embaixador do Brasil em Tóquio. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 23/04/1938. AHI-RJ.*

⁵⁹⁵ *Despacho nº SP/27/558.1 (56) de Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para Leão Velloso, Embaixador do Brasil, Embaixador do Brasil em Tóquio. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 21/11/1938. AHI-RJ.*

de lei apresentado ao CIC, que proibia terminantemente o ingresso de japoneses no Brasil. Acrescentara ainda a autoridade japonesa, que lhe fora participado que este projeto estaria sendo motivado por suspeita de círculos militares brasileiros de que o Japão, conivente com outra potência, teria desígnios políticos sobre o Brasil.⁵⁹⁶

Segundo o embaixador Leão Velloso, o Vice-Ministro lhe garantira que o pacto firmado entre o Japão e a Alemanha abrangia outras finalidades, não a América e muito menos o Brasil. Acrescentava o diplomata que o objetivo do ministro japonês no encontro fora lhe pedir que garantisse ao seu governo que o Japão não possuía qualquer intenção política no Brasil e solicitava, também, a intervenção do Itamaraty para que tal projeto não fosse aprovado. O embaixador Leão Velloso instava ao Itamaraty instruções sobre a resposta que deveria oferecer às autoridades japonesas. Contudo, opinava que não acreditava no fundamento dessa informação, pois levava ao conhecimento de Getúlio Vargas, que qualquer medida radical contra a imigração japonesa só deveria ser aplicada em “caso extremo porque seria fatal às relações entre os dois países”.⁵⁹⁷

Sobre as intenções japonesas, as nossas revistas também repercutiram a hipocrisia e o ocultamento da política agressiva que o Império do Sol Nascente conduzia na Ásia. Selecionamos, neste particular, um relato sobre uma suposta entrevista coletiva para jornalistas canadenses do novo Cônsul japonês em Vancouver, Sang-Kou. Publicada na *Careta* e inserido na proposta humorística da revista, as perguntas e as respostas do fictício diplomata, fornecem aos leitores uma amostra nítida da falsidade oficial nipônica, pois Sang-Kou não se furtara à entrevista e “declarou aos reporteres que seria um livro aberto”:

“- *O Japão tem a intenção de conquistar a China?*”

“- *Gosto muito de tennis! É um esporte encantador!*”

“- *Que pensa da atitude da Alemanha no extremo Oriente?*”

“- *A chuva é necessária, mas o bom tempo é sempre apreciável!*”

“- *O Presidente Roosevelt é simpático ao Japão?*”

“- *Adoro as excursões a pé, sobretudo quando sei que um auto me espera quando estiver fatigado!*”

“- *Em vista disso, os jornalistas canadenses desistiram...*”⁵⁹⁸.

As respostas que não remetiam nem se articulavam com as perguntas denunciavam o caráter ardiloso, não apenas das autoridades japonesas, como do povo japonês em geral. O conflito com a China e a sua provável extensão ao Novo Mundo preconizado pelas

⁵⁹⁶ *Telegrama nº 37 de Leão Velloso, Embaixador do Brasil, para Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 24/12/1938. AHI-RJ.*

⁵⁹⁷ *Idem.*

⁵⁹⁸ “Entrevista à japonesa”. *Careta*. Rio de Janeiro (1646) 6 jan. 1940, s/p.

autoridades brasileiras encontravam eco nas páginas da *Careta*, difundindo o mito do *perigo amarelo*.

Há que se perguntar, neste ponto, a razão de somente a imigração japonesa ser visada nesse suposto projeto de lei, se a motivação fora o *Pacto Germano-Japonês*. Uma das respostas está na concepção do Estado Novo, influenciado pelo modelo fascista, em que atuaram germanófilos. A presença de membros do governo pró-Alemanha fez aumentar a pressão dos EUA em relação ao Brasil já em 1938⁵⁹⁹.

As duas correntes – de germanófilos como Eurico Gaspar Dutra, Góes Monteiro e Filinto Muller, e do defensor da aproximação com os Estados Unidos, Osvaldo Aranha – atuantes, comprovam que tanto os Estados Unidos como a Alemanha procuraram influenciar o posicionamento do Brasil no cenário internacional.

A vantagem norte-americana nesta disputa devia-se à dependência econômica do Brasil, que necessitava de seus créditos e do seu comércio. No entanto, em diferentes momentos o nosso país aparentemente identificava-se com a Alemanha, que era vista pelos setores pró-germânicos como modelo político.

Enquanto Osvaldo Aranha como Ministro das Relações Exteriores, em 1939, é convidado para ir a Washington a fim de selar acordos comerciais, nesse mesmo ano, o General Góes Monteiro e oficiais da Força Aérea Brasileira visitavam a Alemanha, assim como o governo adquiria material bélico às *Usinas Krupp*.

A neutralidade brasileira foi estabelecida em setembro de 1939, contudo, as instabilidades comerciais decorrentes da guerra européia, convenceram o governo das vantagens oferecidas pelos Estados Unidos. O derradeiro passo oficial no sentido de Washington deu-se no acordo de 24 de julho de 1941, que regulava as atividades da *Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Oficiais de Estado-Maior*. Pelo referido acordo, o Brasil comprometia-se a ajudar na defesa das Américas, construir bases aéreas e navais e autorizar o seu uso por outros países do continente, e os Estados Unidos a empregar suas tropas em defesa do Brasil e no auxílio de armamentos.⁶⁰⁰

Além dos acordos militares Brasil-EUA, entre julho de 1940 e dezembro de 1941, outros objetivos foram contemplados por parte dos norte-americanos: o fornecimento de um complexo siderúrgico, pagamento das dívidas comerciais brasileiras, a regulamentação do

⁵⁹⁹ Em dezembro de 1938 foi realizada a *VIII Conferência Pan-americana*, em Lima, que teve como objetivos combater a penetração do Eixo na América Latina e a criação de medidas de defesa em caso de guerra naval. Cf. Ana Maria Dietrich. *Caça às Suásticas: O Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Associação Editorial Humanitas, 2007, p.60.

⁶⁰⁰ Edgard Carone. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1977, p.272-284.

mercado interamericano do café, o fornecimento de material estratégico brasileiro e acordos visando uma melhor repartição dos mercados algodoeiros.⁶⁰¹

Por consequência, a política pendular do governo estadonovista e a sua simpatia pelo nazifascismo em alguns momentos, fizeram com que a prevenção contra os imigrantes japoneses prevalecesse em nível oficial.⁶⁰² Entre os diversos despachos e ofícios sobre o tema levantados, um em especial expõe de modo inequívoco o ataque específico à imigração japonesa.

Em despacho secreto, emitido em 10 de dezembro de 1940, pela Secretaria Geral do Itamaraty informava ao embaixador Frederico de Castelo Branco-Clark, que o CIC manifestara ao *Ministério das Relações Exteriores* o desejo de alcançar por parte dos agentes diplomáticos e consulares no exterior “uma colaboração mais íntima em tudo quanto respeite à imigração japonesa”. Para o CIC, ainda segundo o documento, a imigração japonesa não convinha e somente poderia ser tolerada nos limites estritos da cota prefixa, “já que não podemos coibi-la de todo sem criar discriminações contra as quais o governo japonês naturalmente reclamaria”.

A solicitação do Conselho a que se referia a “colaboração mais íntima” era de ser informado da vinda de qualquer “elemento dessa nacionalidade a fim que se possa estudar a sua localização com a necessária antecedência e evitar, assim, a formação de quistos nipônicos no Brasil”.⁶⁰³

Em co-relação ao perigo imigratório, as imagens de analfabetismo e doença freqüentemente associadas ao Brasil continuam recorrentes na década de 1940, para justificar os atrasos moral e material do país. Em 9 de março de 1940, a *Careta* publicava o artigo “O Brasil doente” em que relacionava as doenças de que o povo era pródigo, que somadas à ignorância, não permitiam ao Brasil sequer se transformar em um país “eficientemente agrícola”. Tal ocorria por ser a população rural a mais ignorante e a que vive em piores condições higiênicas. O articulista cujo pseudônimo escolhido foi “Dr. Sá Bichão”, associa

⁶⁰¹ José Honório Rodrigues e Ricardo A. Seitenfus. *Uma História Diplomática do Brasil (1531-1945)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, p. 435. Cf. Ana Maria Dietrich. *Op.cit.*, p.59.

⁶⁰² Segundo Ana Maria Dietrich, a documentação do acervo DEOPS de São Paulo revela que, em 1931, antes mesmo da ascensão de Hitler ao poder, já havia uma organização política formada por alemães no Rio de Janeiro. No entanto, embora as medidas nacionalizadoras efetivas pós instauração do Estado Novo tenham sido implementadas em 1938, a autora afirma que a perseguição policial aos alemães suspeitos de nazismo só foi empreendida de fato em 1942, ano do rompimento com as Potências do Eixo. Idem, *Ibidem*, p.67.

⁶⁰³ *Despacho n° SP/23/558.(56) (secreto) de Mauricio Nabuco, Secretário Geral, para Frederico de Castelo Branco-Clark, Embaixador do Brasil em Tóquio. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 10/12/1940. AHI-RJ.*

aos males físicos o analfabetismo, no que resultava a realidade do território nacional ser fracamente povoado.⁶⁰⁴

Atribuía essa fraqueza, ou seja, a somatória de povo doente mais ignorante, à deficiência étnica que, por sua vez, era incapaz de absorver “certos elementos alienígenas”. Estes não apenas resistiam à assimilação, como chegavam a tornar-se “inimigos do país que generosamente os acolhe”. Os estrangeiros, continuava Dr. Sá Bichão, preservavam “teimosamente” a língua e os costumes de origem e timbravam em transmiti-los aos descendentes. O resultado era o Brasil ser “uma casa muito grande, com terreno enorme e fertilíssimo”. Nessa verdadeira “Casa da Mãe Joana”, os verdadeiros proprietários não bastavam para ocupar-lhe todos os cômodos, e “por falta de atividade, oriunda de debilidade física e carencia de conhecimentos”, não conseguiam dotar a casa de conforto e nem cultivar com inteligência o terreno. Finalizava: “Hospedes perigosos e matreiros chegam, escolhem bons comodos e se instalam. Si não abrimos os olhos...”.⁶⁰⁵

A metáfora da “casa abandonada”, assim como da “Mãe Joana” é repetitiva e representa o lugar comum, mas adequado quando se denunciava o abandono à própria sorte em que se encontrava a riqueza nacional. Os alienígenas inassimiláveis, interpretados de acordo com a situação do conflito mundial, eram os japoneses, que receberam também o epíteto de “indesejáveis”.⁶⁰⁶

Conforme observa Giralda Seyferth, a categoria “alienígena” era preponderante no jargão oficial, e englobava imigrantes e descendentes classificados como “não-assimilados”, portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade. Conforme vimos, o pluralismo étnico era incompatível com a concepção de Estado-Nação adotado pelo Estado Novo.⁶⁰⁷

⁶⁰⁴ “O Brasil doente”. *Careta*. Rio de Janeiro (1654) 9 mar. 1940, p.38. O articulista apontava que em um território de oito milhões de quilômetros quadrados, viviam cerca de quarenta e oito milhões de habitantes, maioria dos quais sofriam de enfermidades como lepra, tuberculose, impaludismo dentre outras.

⁶⁰⁵ Idem.

⁶⁰⁶ O termo “indesejável” então em voga encontrou lugar na seção “Pilula Filologica”, publicada semanalmente na *Careta*. *Indesejável*, “essa palavra tão em voga nos nossos dias”, mas que não se encontrava nos dicionários, teria tido origem como neologismo na França em 1801 e utilizada para correspondências particulares. Recebera o significado definitivo e tornara-se internacional quando os Estados Unidos passaram designar como “indesejáveis” os imigrantes que julgavam inconvenientes em seu país. A revista declara ser bem-vindo esse “neologismo”, pois vinha “preencher uma lacuna que nos exigia um enorme circunlóquio para afirmarmos que existem tantas coisas ‘indesejáveis’”. *Careta*. Rio de Janeiro (1663) 11 mai. 1940, p.16.

⁶⁰⁷ Giralda Seyferth. “A assimilação dos imigrantes como questão nacional”. In *Mana: Estudos de antropologia social*, Vol.3, nº 1:95-131, abril de 1997, p.95. A escola, o lar e a igreja, associações recreativas e esportivas são consideradas pelos grupos estrangeiros como fundamentais para a manutenção das respectivas identidades étnicas. Daí terem sido as instituições visadas pelos *Decretos-Lei* baixados no decorrer de 1938. Idem, *Ibidem*, p.103.

Para além do desejo do Estado brasileiro em aceitar ou rejeitar indivíduos ou grupos estrangeiros, não podemos deixar de registrar a prevenção generalizada contra os imigrantes japoneses. Desconfiança essa fundamentada, a partir da invasão da Manchúria, pela constante expansão colonialista japonesa, que poderia atingir as Américas. Mesmo o fato de japoneses não estarem preenchendo a cota para eles estabelecida, conforme observava a Embaixada brasileira, era encarado com suspeição. Na mentalidade oficial, tal ocorria pela razão do Estado japonês estar privilegiando sua corrente para a Manchúria.

Ao informar sobre o retorno ao Japão de 362 passageiros a bordo do navio *Rio de Janeiro Maru*, o embaixador Castelo Branco-Clark acrescentava que os ex-imigrantes estavam acompanhados de um funcionário do *Ministério do Ultramar*, que estivera cerca de dois anos na América do Sul na qualidade de “guia espiritual” dos japoneses.⁶⁰⁸ O referido funcionário, Hidesaburo Tominaga, teria afirmado aos jornalistas que o retorno dos compatriotas fora motivado pelo patriotismo, ou seja, o desejo de colaborar com as autoridades japonesas em sua “empresa grandiosa” na China. Outros nipônicos estariam retornando, também, para acompanhar a instrução de seus filhos menores de quatorze anos, proibidos de serem educados no idioma pátrio pelo governo brasileiro.

O problema da nacionalização das escolas estrangeiras, mais especificamente as nipônicas, entrava, da mesma maneira, na pauta do dia da nossa imprensa ilustrada. Na edição que circulara a partir do dia 29 de junho de 1940, a *Careta* apresentava em formato de versos humorísticos a descoberta de duas escolas clandestinas no município de Marília (SP). A “poesia” “Alerta!” traduzia o futuro, caso não fossem tomadas medidas efetivas contra o *quistu amarelo* e utiliza-se dos estereótipos a fim de não ser dúbia a sua mensagem de alerta:

“Mansamente, vêm vindo os amarelos,
Cheios de mel no olhar e no sorriso,
Encantados com este paraíso
Tão adequados a esplendidos castelos

Gente tenaz, paciente e de juízo,
Vão dando logo á terra seus desvelos.
E dia a dia crescem seus anelos
De dominio mais amplo... mais preciso...

Guerra á língua, combate ao cruzamento!
Eis o programa cômodo, incruento,
Traçado pelos nossos amiguinhos.

⁶⁰⁸Ofício n° 142 (reservado) de F. de Castello-Branco Clark, Embaixador do Brasil, para Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 31/10/1940. AHI-RJ.

E nós, si os olhos não escancarmos,
Estaremos um dia, ao acordarmos,
Comento o nosso arrô com dois pausinhos”⁶⁰⁹

O problema da formação da *mentalidade* e da *alma* através das escolas étnicas transformava-se em assunto de segurança nacional. Giralda Seyferth afirma que a campanha de nacionalização foi concebida como *guerra* para a erradicação de idéias alienígenas. O objetivo era impor o “espírito nacional” aos estrangeiros que formavam “quistos étnicos”, erroneamente tolerados pelo liberalismo da “República Velha”. O exército exercia papel de destaque no processo de nacionalização, e a fim de que a campanha fosse legitimada junto à população, eram comuns a utilização de termos extraídos da biologia: além de quistos, micróbios, vírus dentre outros, ameaçando o corpo da Nação e a sua integridade.⁶¹⁰

As observações do nosso diplomata – complementadas pelos artigos na imprensa – segundo as quais os colonos estariam retornando ao Japão por patriotismo e pelo desgosto de verem seus filhos nacionalizados em uma terra que não consideravam sua, fundamentavam a tese de incompatibilidade dos nipônicos aos ideais brasileiros. Em particular, os citados versos condensavam a artimanha japonesa: estavam ali descritos a hipocrisia e a docilidade falsa (“mansamente (...) cheios de mel no olhar e no sorriso” [amarelo igualmente]; a laboriosidade tão exaltada pelos filonipônicos, mas na realidade a seu próprio favor (gente tenaz, paciente e de juízo) e dos seus futuros domínios; e as características de povo inassimilável (guerra à língua, combate ao cruzamento). No entanto, ressaltava-se, “amiguinhos”, cordatos introduzidos inadvertidamente no organismo nacional, que sob a máscara inofensiva terminariam por fazer os brasileiros a assumirem sua própria cultura alienígena.

Verificaremos que com a ampliação progressiva da guerra, a partir de 1941, a questão da imigração japonesa, a etnicidade, o *enquistamento* e o papel do Império japonês no Brasil receberiam tons ainda mais sombrios, tanto na documentação diplomática quanto na imprensa. A simbologia da conspiração, já anteriormente denunciada por Miguel Couto, voltaria novamente em voga, e seria determinante e legitimadora para a repressão policial dirigida contra os japoneses e descendentes estabelecidos no Brasil.

A retomada da pregação pela educação do povo de Miguel Couto, assim como suas idéias sobre a imigração japonesa, serão também acompanhadas pela imprensa. A tese da ignorância do povo que abria às portas ao perigo legitimava a postura das elites,

⁶⁰⁹ “Alerta!”. *Careta*. Rio de Janeiro (1670) 29 jun. 1940, p.46. Em 1940, a revista comentava em formato de versos os telegramas publicados.

⁶¹⁰ Giralda Seyferth. *Op.cit.*, 1997, p.95-103.

especialmente da intelectualidade orgânica, na pretensão de conduzir a *Nação* na resistência ao mal e até à paz. A defesa do “conhecimento superior” era encampada pela nossa imprensa ilustrada.

Na edição de 17 de agosto de 1940 da *Careta*, o jornalista I. Grego, que redigiria considerável quantidade de artigos antinipônicos, clamava contra a redução indiscriminada da taxa de natalidade. Esta teria sido uma das causas da queda da França diante do *Terceiro Reich*. Cabe observar que a crítica não se referia a qualquer país, pois Grego enfatizava que em certos países *culturalmente rebaixados* como o Japão, a explosão demográfica, estimulava a agressividade e a busca por um maior espaço vital.⁶¹¹

Seguindo as proposições eugênicas, I. Grego defendia a tese de que deveria-se incentivar a natalidade entre as elites, “provado” que estava que a genialidade não se encontrava nos primogênitos, mas no sexto ou no sétimo filho. Como se obter tal benefício sem se correr o risco de crescimento excessivo da população? A solução estaria na premiação de casais capazes de produzir prole ilustre. “Constituir-se-iam assim ‘viveiros de notabilidade’”. Comparando humanos aos animais, como a seleção de “bovinos, suínos e ovinos”, a saída seria encontrar “belos exemplares humanos”. O reservatório apropriado seriam os representantes das elites, que se reuniriam “num salão de arte ou de conferências eruditas”, que ora se encontravam vazias, enquanto milhares de pessoas se compraziam em assistir aos “esportes brutais”. Concluía: “E a onda de ignorância vae-se acumulando assustadoramente”.⁶¹²

Diante do denunciado rebaixamento cultural nacional, os núcleos coloniais japoneses aparecem como temas de interesse na documentação diplomática e nas revistas ilustradas. Além disso, com o conflito se radicalizando na Ásia e diante dos embargos contra o Japão implementados pelos Estados Unidos⁶¹³, a nossa diplomacia atentava para os progressos militares japoneses na região, assim como fizera durante a Guerra Russo-Japonesa. Através do levantamento de fonte oficial, verificamos que a preocupação estava no impacto do

⁶¹¹ “Nível que baixa”. *Careta*. Rio de Janeiro (1677) 17 ago. 1940, p.8.

⁶¹² Idem. Em edição anterior de 3 de agosto, a revista publicava o artigo “Influencia de Malthus na queda da França”, em que o articulista atribuía a responsabilidade da queda de natalidade francesa pela invasão alemã. Entretanto, ao final do artigo, há uma nota da redação contrária a essa conclusão, culpando antes o comunismo importado da União Soviética.

⁶¹³ As relações entre os EUA e o Japão eram tensas desde o início da Guerra Sino-Japonesa, em 1937, devido aos interesses norte-americanos no território chinês. Com a continuidade das ações nipônicas no Pacífico e a invasão à Indochina em julho de 1941, os EUA estabeleceram sanções econômicas ao Império do Sol Nascente prejudicando a exportação de seus produtos e o seu acesso ao petróleo.

nacionalismo nipônico sobre os súditos instalados no Brasil e a ameaça que essa situação poderia ocasionar ao “país hospedeiro”.

Dentro do contexto internacional e na concepção dos diplomatas brasileiros, a América Latina poderia ter importância no jogo encetado pelas potências em luta. Assim, os ofícios expedidos pela Embaixada do Brasil no Japão apontavam essa inquietação. Um dos ofícios de 14 de novembro de 1940, expedido pelo embaixador Frederico de Castello Branco-Clark, é significativo. Anexo ao ofício, encaminhava e interpretava um artigo publicado no *The Japan Advertiser* o qual conjecturava sobre a provável atitude da América Latina, em face de uma política econômica dos Estados Unidos contrária ao Japão.⁶¹⁴

A questão incômoda apontada por Castello Branco-Clark estava no ponto de vista do articulista, que afirmava a certeza de que do México à Patagônia, as repúblicas latino-americanas não seguiriam a política norte-americana por diferentes razões: em primeiro lugar, o capital nipônico investido nesses países e o vantajoso comércio com o Império que muito vende e compra, apresentando seus produtos a preços inferiores aos de outras procedências. No entanto, ressaltava o jornalista, a verdadeira riqueza estava nas colônias nipônicas nesses países, em especial no Brasil, onde os imigrantes japoneses detinham importante produção agrícola, inclusive da borracha e do algodão.⁶¹⁵

Para o embaixador, a leitura deste artigo comprovava a má fé, a ignorância das estatísticas, da “realidade das coisas, do desenvolvimento, admirável e consciente do nosso país”. Enfatizava que da mesma maneira que ocorria com relação aos demais países da América Latina, sobre o Brasil, também, havia exagero. Castello Branco-Clark concluía por alguma finalidade oculta nessas notícias “mal intencionadas”, que não surpreendiam aqueles que liam os jornais e revistas publicados no Japão.⁶¹⁶

A conclusão do referido ofício é bastante expressiva na medida em que ratifica a suspeição em torno dos colonos japoneses, que estariam monopolizando a produção de gêneros essenciais para o abastecimento de guerra. Essa realidade colocaria em risco, no futuro, mesmo a amizade e a estabilidade das relações entre o nosso país e os EUA. Interpretamos esse posicionamento, particularmente a expressão “finalidade oculta”, como não um simples informe do nosso representante no Japão, que acompanhava o cotidiano político nipônico, mas um aviso inequívoco do poder exercido pelo governo japonês sobre seus produtivos colonos no Brasil e na América Latina.

⁶¹⁴ Ofício nº 148 (reservado) de F. de Castello-Branco Clark, Embaixador do Brasil, para Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 14/11/1940. AHI-RJ.

⁶¹⁵ Idem.

⁶¹⁶ Ibidem.

Identificamos a mentalidade antinipônica do embaixador brasileiro, que permeia toda sua correspondência, que nos serve de testemunho. Nela, depreende-se que as medidas nacionalizadoras do regime estadonovista seriam vistas por Tóquio enquanto ameaças à sua influência sobre seus súditos. Em fevereiro de 1941, Castello Branco-Clark assinava um ofício no qual citava um artigo publicado no jornal *Asahi*, de autoria de seu correspondente no Rio de Janeiro. O texto jornalístico tinha como título: “É cada vez pior para o Japão a atitude do Governo brasileiro”, e subtítulo: “Grande é a ansiedade da colônia japonesa naquela República”. Essa reportagem teria tido grande repercussão e fora reproduzida em jornal em idioma inglês de grande circulação em Tóquio: *The Japan Times and Advertiser*, sob a epígrafe “As novas leis do Brasil alarmam os japoneses”.⁶¹⁷

O artigo em questão acusava o Brasil, que até então estaria adotando uma postura de neutralidade entre as potências totalitárias e democráticas, de iniciar “passos provocadores contra o Japão”. Quais seriam esses passos? O jornalista referia-se à legislação, que estabelecia, dentre outras restrições, a proibição do idioma estrangeiro; a proximidade com os Estados Unidos graças ao seu auxílio à siderurgia brasileira; as negociações do algodão brasileiro com a Missão inglesa e os ataques da imprensa contra os japoneses, que culminaram com o artigo “Os japoneses e os seus quistos”⁶¹⁸.

A desconfiança despertada em nosso diplomata é reforçada pela sugestão do correspondente: o Japão deveria desenvolver um sentimento pró-nipônico nas nações emancipadas da América do Sul. Observava que à medida que a situação mundial se tornava mais tensa do que nunca, a atitude áspera do Brasil sugeria “uma estreita vigilância do Governo japonês”.⁶¹⁹

A vigilância do Estado japonês sobre um outro Estado independente, insinuado por um jornalista estrangeiro soava como uma interferência indevida, ou mesmo, tentativa de intromissão na soberania brasileira. Ressalte-se que mesmo sendo os interesses limitados aos problemas de matérias-primas, o imaginário construído em torno do processo imigratório japonês legitimava as teses de invasão política e militar, tendo como “cabeça de ponte” os colonos assentados em pontos estratégicos do território nacional. Além disso, as queixas em relação aos cerceamentos estabelecidos pelo CIC tornavam mais suspeitas as atividades da comunidade japonesa no Brasil.

⁶¹⁷ Ofício nº 23 de F. de Castello-Branco Clark, Embaixador do Brasil, para Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 18/02/1941. AHI-RJ.

⁶¹⁸ Não há no ofício a menção em qual jornal ou revista fora publicado o referido artigo.

⁶¹⁹ Idem.

O desagrado identificado pela nossa representação em Tóquio tocava especificamente a educação das crianças de origem nipônica. As críticas japonesas foram atribuídas à correção da situação, que permitira aos filhos de pais japoneses, à despeito de possuírem a nacionalidade brasileira, serem doutrinados pelos valores espirituais e culturais do Japão. Tal comportamento suscitou inquietação à nossa Embaixada, que fazia informar ao Itamaraty sobre “levas” de meninos e meninas menores de quatorze anos que estavam retornando ao Japão a fim de continuarem sua instrução “patriótica”.

Em 26 de março de 1941, o embaixador Castello Branco-Clark dirigia à chancelaria brasileira um ofício em que anexava uma entrevista publicada no *The Japan Times and Advertiser*, com Kensuke Baba. Este era o responsável pelo transporte das crianças e se declarava o único descendente de japoneses credenciado a lecionar o idioma japonês no Brasil.⁶²⁰

O embaixador manifestava receio pelas declarações de Baba, segundo o qual todas as crianças se consideravam japonesas no Brasil e não sentiam obrigação nenhuma de se transformarem em “brasileiros puros”. Contraditoriamente, o professor nipônico apontava as dificuldades que o governo brasileiro impunha na educação da segunda geração a fim de nacionalizá-los. Essa observação revelava, portanto, a insatisfação de Baba e o estímulo para a sua volta à pátria.

Castello Branco-Clark considerava a vinda dessas crianças “genuinamente brasileiras” com o fim confessado de formar a sua mentalidade e, mais ainda, no contexto da lei que proibia a saída de menores de 18 anos, um alerta e fato digno de atenção. Especialmente acompanhadas apenas de “um professor que se proclama, para qualquer dificuldade futura, cidadão brasileiro”. Em sua concepção, essa conduta se aproximava à usual condução de emigrantes japoneses para o Brasil pelos funcionários do *Ministério do Ultramar*, ou seja, uma postura claramente contrária aos interesses e à segurança nacionais.⁶²¹

Efetivamente, a doutrinação através da educação era um dos pilares do Estado varguista, mas denunciava, também a *Careta*, do Império japonês. As queixas japonesas observadas e debatidas no âmbito oficial e bi-lateral encontravam ressonância na imprensa, graças à sua capacidade de captar e absorver os principais fatos do momento. E a *Careta*, ainda no ano anterior, em um artigo veiculado em sua edição de 24 de agosto de 1940, comparava a situação do ensino estrangeiro no Brasil e no Japão.

⁶²⁰ Ofício nº 52 de F. de Castello-Branco Clark, Embaixador do Brasil, para Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 26/03/1941. AHI-RJ.

⁶²¹ Idem.

O artigo intitulado “Prudencia amarela”, informava que o governo japonês persistia em sua política “xenófoba”, submetendo à rigorosa fiscalização as escolas estrangeiras no império. Nelas, somente os japoneses poderiam ser os mestres, visando os poderes públicos a frustrar o processo de colonização, que outros países, através da educação dos jovens, tentavam fazer no Japão. Em tais escolas, teria-se observado que se ensinavam aos alunos rezarem por um país hostil ao Japão. A ironia de uma ação fiscalizadora estar ocorrendo no território japonês é explorada pelo articulista identificado somente por “B”.⁶²²

O artigo “elogia” a iniciativa nipônica ou conforme o título, “amarela”, demonstrando a recorrente hipocrisia japonesa, que enquanto reprimia suas escolas estrangeiras, estaria patrocinando a abertura de instituições de ensino clandestinas, sistematicamente fechadas pelas autoridades brasileiras. “B” ressalta que em nossas escolas japonesas, ilegais, também não se ensinavam aos alunos a língua do Brasil nem a querer bem a pátria de adoção de seus pais. Assim, antes de protestarem, os “nipões” deveriam mesmo estar lisonjeados e a sentença final exprime em poucas palavras o deboche do jornalista: “Toquem, amigos japoneses!”.⁶²³

Nos meses que antecederam o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão, os temas que predominaram, tanto nas revistas *Careta* e *Fon-Fon!*, assim como nos documentos diplomáticos, são relacionados às relações Brasil-EUA e a conspiração japonesa e os meios de combatê-la. Verificamos que ambos os assuntos se interligavam na medida em que a diplomacia brasileira identificava nas atitudes das autoridades japonesas com relação à sua comunidade, uma estratégia para minar os esforços norte-americanos na América Latina e a própria nacionalização implementada pelo Governo Federal.

Em oito de abril de 1941, o embaixador Federico de Castello Branco-Clark comunicava ao Itamaraty que haviam sido realizadas conferências sobre os problemas japoneses no continente latino-americano. O caráter ressaltado desses encontros estava na circunstância destes terem sido organizados em conjunto pelos seguintes ministérios: dos *Negócios Estrangeiros*, dos *Negócios Ultramarinos*, das *Comunicações*, da *Guerra*, da *Marinha*, do *Exterior* e da *Repartição de Planos Oficiais*. O objetivo das altas autoridades japonesas, continuava Castello Branco-Clark, estava em avaliar a opressão dos quase duzentos mil compatriotas no exterior, graças à campanha pan-americana insuflada pelos EUA, “recentemente intensificada para expurgar” a influência do Eixo na região. O objetivo

⁶²² “Prudencia amarela”. *Careta*. Rio de Janeiro (1678) 24 ago. 1940, p.4.

⁶²³ Idem.

seria obstaculizar os esforços das *Terceiras Potências* contra o comércio e a imigração do Império.⁶²⁴

Para o embaixador, a notícia – veiculada pela agência oficial *Domei* – era a comprovação dos ofícios que sistematicamente encaminhara ao Itamaraty: a “tendência malévola” de intrigar os países latino-americanos e fazer “indébita pressão intimidadora, por meio de sua numerosa colônia, sobre nossa política exterior”. Além de tentativas de insuflar o mal estar em relação aos EUA, Castello Branco-Clark, acusava o governo japonês de tentar incompatibilizar o nosso país com a República Argentina. Relatava que a representação diplomática do citado país fora elevada recentemente à categoria de Embaixada e que o próprio embaixador desta república lhe confidenciara, que precisara suprimir notas maldosas ao Brasil e outros países sul-americanos em um noticiário que lhe fora submetido por um repórter do *The Japan Times and Advertiser*. Este teria lhe dito que o *Gaimusho*, responsável pelas notas, garantira à redação do jornal que a Embaixada Argentina fora consultada e concordara com a publicação desses comentários.⁶²⁵

Mais do que converter os colonos japoneses em arma ideológica e quiçá militar, vislumbrada pelo chefe da nossa Embaixada, seus ofícios nos trazem indícios fortes de tentativas de frustrar a continuidade da corrente imigratória japonesa através da burocracia. Um ofício reservado de 9 de junho de 1941 oferece a informação de um comunicado emitido pelo *Gaimusho*, que comunicava as instruções enviadas pelo Itamaraty ao Consulado do Brasil em Kobe. O documento referia-se aos quatrocentos imigrantes impedidos de embarcar à bordo do navio *Montevideo Maru*, no dia 21 de maio, por falta de vistos nos passaportes.⁶²⁶

A falta dos vistos ocasionou, segundo se depreende do ofício, uma negociação entabulada pelo Embaixador do Japão no Brasil, Itaro Ishii, que obtivera uma audiência com Getúlio Vargas a fim de resolver o impasse. Ishii teria até mesmo “acenado com uma vitória diplomática”. Castello Branco-Clark apontava a característica nipônica de arrogância e de falta de reconhecimento pela abertura que o Brasil oferecia aos nipônicos.

Fundamentando-se no editorial do *The Japan Times and Advertiser*, do dia 4 de junho, sublinhava cada trecho em que identificava tais “qualidades”, ou seja, nenhuma expressão de gratidão, somente “a insinuação dum prestígio crescente do Império no Novo Mundo”. O

⁶²⁴ Ofício nº 63 (reservado) de F. de Castello-Branco Clark, Embaixador do Brasil, para Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 08/04/1941. AHI-RJ.

⁶²⁵ Idem. Não encontramos outras referências que nos esclarecessem o conteúdo dessas notas qualificadas de “maldosas” no Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁶²⁶ Ofício nº 99 (reservado) de F. de Castello-Branco Clark, Embaixador do Brasil, para Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 09/06/1941. AHI-RJ.

tópico mais arrogante e presunçoso do editorial, na opinião do Embaixador – que o transcreve literalmente – era o destaque dado à adaptação e à eficiência dos japoneses no trabalho agrícola e sob clima quente, superiores aos “nativos, especialmente as tribos semi-selvagens”.⁶²⁷

Para o nosso diplomata, contrastavam, na postura nipônica, o prazer de ainda terem cidadãos seus recebidos pelo Brasil e as “veementes” queixas sobre a coação e maus tratos aos seus súditos no nosso país, graças aos Estados Unidos. Refere-se ao anteriormente citado ofício nº 63 e às reuniões em que estiveram os titulares de pastas militares e até de “certa Associação Central das Colônias Japonesas no Estrangeiro”, e questionava o motivo que levava o Japão a encaminhar mais e mais imigrantes, se estes “estão sofrendo, ou vão padecer, vexames de toda ordem”. Por quê “exultar com a vitória diplomática da obtenção do “visto” em novos passaportes?” Conclui que o objetivo era dar a opinião pública a satisfação de que o Japão não perdera o seu prestígio. Já as denúncias de opressão estavam sendo reservadas caso as repúblicas sul-americanas viessem a impor restrições. Seria “o velhíssimo mandamento da ética do Yamato – não perder a face”, mesmo que fuja de “manifestações de gratidão por generosidades recebidas...”.⁶²⁸

Ingratos e sorrateiros, os japoneses faziam frente às imagens construídas, estigmas que os associavam às criaturas sombrias e rasteiras. Os veículos através dos quais se poderia caracterizar à perfeição tais características conspiratórias eram, sem dúvida, as revistas ilustradas. A *Careta* e a *Fon-Fon!* eram extremamente atuantes na difusão do mito da conspiração no período que antecedeu a entrada do Brasil na guerra, assim como durante a participação do país na mesma. A *Careta* valeu-se de artigos e charges ora em tons de deboche, ora francamente agressivos; já a *Fon-Fon!* manteve seu tom literário e feminino – uma linha editorial que passou a predominar desde o final dos anos 1920 – mas, não deixou de publicar artigos sobre o *perigo japonês*, aproveitando a temática especialmente nas resenhas de filmes produzidos pelos estúdios norte-americanos.

Em sua edição de 15 de fevereiro de 1941, a *Fon-Fon!* publicava o artigo “Os Lamas ante o conflito europeu”. No texto depreendemos uma adaptação significativa à respeito dos indivíduos supostamente envolvidos em complô: as diversas faces e origens de um conspirador. O personagem principal é descrito como o judeu húngaro e “célebre espião internacional”, Inacio Timoteo Trebitsch, nascido em 1875. Dotado de uma “astúcia sem limites”, as suas “habilidades” lhe facilitaram a conversão ao catolicismo. Trebitsch, logo

⁶²⁷ Idem.

⁶²⁸ Ibidem. Grifos no original.

após a Primeira Guerra Mundial surgira na Inglaterra, vinculara-se ao seu serviço secreto e protagonizara diversos escândalos políticos, que o colocaram nas primeiras páginas dos jornais ingleses nos “últimos 25 anos”. Foragido da Inglaterra, fora ter nos EUA, onde continuara suas atividades visando destruir o império inglês. Posteriormente, suas peripécias o levaram a China e ao Tibet, onde fizera nova conversão religiosa, tornando-se budista sob a alcunha de Abade Chao-Kung.⁶²⁹

Enquanto representante dos Lamas, anunciara que estes estavam emitindo eflúvios espirituais poderosos em direção à Europa a fim de forçarem às potências a assinatura da paz que encerrasse o conflito mundial. Tais emanções malévolas – continuava o artigo – teriam o objetivo de dizimar a raça branca.

O interesse sobre as supostas atividades político-espirituais de Trebitsch está, sobretudo, nas suspeitas do governo inglês, que o considerava aliado dos japoneses. Logo, estavam certos os monges ao “enviarem emanções de paz para Berlim e Moscou, e podem levar para o Nirvana Stalin e Hitler, desde que deixassem quietos os vastos interesses do império na Asia, dizem os estadistas de Downing Street”.⁶³⁰

Através da leitura do artigo, é possível apontar a presença de um indivíduo que encarnava à perfeição o *mito da conspiração*, identificado por Raoul Girardet⁶³¹. Com as características de judeu errante, atribuídas pelo seu nascimento, o materialismo e a hipocrisia que lhe permitiram adotar religiões díspares, além de influir no jogo entre as potências. Mais importante: atuava, segundo acusações inglesas, de acordo com os interesses do Império do Sol Nascente, cujos mandatários e cidadãos comuns ostentavam, também, as qualidades de hipócritas e sinistros elementos prontos a exercerem todas as manobras, no fim almejado de conquistar o mundo. Daí a circunstância da religião, o espiritualismo, judeu, japonês e a espionagem estarem encerrados em um mesmo universo simbólico.

Aliado aos estereótipos acima mencionados, havia ainda o fanatismo atribuído aos nipônicos, tão acentuado que levava à morte. Em 12 de julho de 1941, a *Careta* circulava tendo em suas páginas um artigo ilustrado intitulado “Figura sinistra”, que versava sobre Mitsuru Toiama, qualificado como o homem mais temido do Extremo Oriente e “ditador da rede de sociedades secretas” *Sociedade do Dragão Negro*. Como a revista descrevia Toiama e a entidade? A instituição seria de um “fanatismo brutal” e o líder é descrito como “homem muito idoso, de olhos encovados, mas brilhantes, mandíbulas ainda sólidas e uma barba esfiapada e branca que quasi lhe dá um ar de santidade”. Apesar da aparência inofensiva,

⁶²⁹ “Os Lamas ante o conflito europêu”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (7) 15 fev. 1941, p.18.

⁶³⁰ Idem, p.66.

⁶³¹ Raoul Girardet. *Op.cit.*

Toiama poderia escolher entre dez mil jovens, um para assassinar quem quer que fosse, excetuando-se o imperador.

As reuniões da *Sociedade* se faziam em ginásios, templos, casas particulares ou comerciais, e nas últimas décadas teria sido responsável por diversos assassinatos.⁶³²

A morte seria o destino daqueles que os membros – arregimentados entre os oficiais do exército, políticos “chauvinistas”, fidalgos decaídos, jogadores – considerassem traidores da pátria. Toiama teria poderes que os nipônicos supersticiosos atribuíam aos sapos sobre os humanos: um olhar hipnótico para impelir os jovens às mais violentas façanhas. Dentre as diversas habilidades do líder estava a sua aptidão em acumular riquezas, a fim de demonstrar o quanto era fácil amontoar fortunas. O articulista I. Grego encerra, através de uma frase significativa, seu texto: “Bicho perigoso!”⁶³³

Efetivamente, I. Grego explorara a face de Toiama e brevemente as atividades da *Sociedade do Dragão Negro*. O artigo em questão demonstra que essa instituição já era conhecida e suas histórias circulavam entre os meios antinipônicos, através da literatura que combatia a imigração japonesa e da própria imprensa. Assim, quase dois anos antes, a revista *Vamos Lêr!* do Rio de Janeiro publicava uma extensa matéria aprofundada sobre a dita sociedade: “A Sociedade ‘Dragão Negro’ maneja os fios da política japonesa”⁶³⁴. No que consistia o texto?

O articulista inicia seu texto citando Upton Close, estudioso sobre a mentalidade japonesa, mencionado por intelectuais brasileiros como Oliveira Vianna, Xavier de Oliveira e Vivaldo Coaracy em suas obras. Close sentenciara que o povo japonês era do ponto de vista cerebral e físico “tão diferente do mundo ocidental como os franceses dos norte-americanos”. Nele, o patriotismo e o sentimento religioso eram interligados e era intrínseca a crença de que o Japão seria a nação que salvaria o mundo dos “horrores da civilização moderna”. A invasão da Manchúria fora justificada pela missão histórica de estabelecer a ordem na China e em toda Ásia. Em síntese: o objetivo era dominar o mundo e impor a ordem nipônica.⁶³⁵

Em tal terreno, proliferaram as organizações secretas, sendo a mais poderosa a *Sociedade do Dragão Negro*, que contaria com milhões de filiados e eram responsáveis pela “onda de sangue”, que vinha impondo uma política cada vez mais agressiva contra a China. O terrorismo era dirigido por “mãos misteriosas” que “da sombra, moviam as vontades que cortavam as vidas das personalidades mais representativas da política e das finanças do

⁶³² “Figura sinistra”. *Careta*. Rio de Janeiro (1724) 12 jul. 1941, p.30.

⁶³³ Idem.

⁶³⁴ “A Sociedade ‘Dragão Negro’ maneja os fios da política japonesa”. *Vamos Lêr!* Rio de Janeiro (20) 13 abr. 1939, s/p.

⁶³⁵ Idem.

Japão”. Eram as responsáveis pela maioria das revoluções verificadas na China e, em segredo, manejavam os “fios invisíveis da política japonesa”.⁶³⁶

Outro aspecto que devemos enfatizar ao refletirmos sobre a circulação de "imagens do inimigo" é o uso dos signos nos tempos do Estado Novo, quando todas as sensibilidades estavam sendo agredidas permanentemente. Tal estratégia produz um imaginário político em que se define com igual força os aliados e os inimigos.

Afirma Maria Helena R. Capelato que o signo fascina os olhares, mobiliza as energias, compensa as frustrações e infla as vaidades. Através de um jogo de identificações, ele encandeia a sorte dos amigos do líder e, ao mesmo tempo, catalisa a violência, permitindo descarregá-la sobre os adversários, "bodes expiatórios do momento".⁶³⁷ Constatamos que as representações dos aliados e dos inimigos eram marcadas através de antíteses, antinomias com sentido moral. Os adversários do regime "*são definidos pela maldade, pelo engano, pela traição, pelo erro, pela mentira; os aliados são bons, verdadeiros, leais. Nesse campo do imaginário o bem luta contra o mal, que compõe uma "ordem das sombras": o inimigo é oculto, infiltra-se, opera na penumbra*".⁶³⁸

Além da imagem de ser rasteiro e terrível, quase inumano, o japonês surgia também como indivíduo ridicularizado pelo seu físico e pretensão inversa à sua estatura. Um pequeno rato rugindo como leão em meio às demais potências. A iconografia tornava-se o meio privilegiado para exprimir a desproporção entre a arrogância nipônica e a sua *real* capacidade diante de povos de fato civilizados e poderosos.

Dentre as charges levantadas que depreciavam o Japão, apontamos uma, publicada na revista *Careta*, já às vésperas da entrada dos Estados Unidos na guerra. Intitulada “Topete”, o título expressa a audácia japonesa, não justificada e que seria à devido tempo castigada.

A legenda “Um liliputiano na terra dos Gullivers...”, que a *Careta* publicava, em 6 de setembro de 1941, sintetiza a situação do Japão representado pelo minúsculo militar japonês, surpreendido e rodeado pelos inimigos de olhar furioso e hostil: os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, caracterizados por Tio Sam e John Bull respectivamente, e ainda a China e a União Soviética [Fig. 54].

A mensagem é direta e a transposição do romance de Jonathan Swift, *As Viagens de Gulliver*, adaptada pelo chargista Théo, é eficiente ao visualizar o pequeno liliputiano nipônico em postura constrangida diante da grandeza moral e material de seus oponentes. Os óculos, objeto

⁶³⁶ Ibidem.

⁶³⁷ Maria Helena Rolim Capelato. *Multidões em Cena: Propaganda Política no Vargasismo e no Peronismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1998, p. 53.

⁶³⁸ Idem, p.267. Embora, como ressaltado, o regime estadonovista não seja de natureza fascista, a ditadura de Vargas apropriou-se da estética fascista, “bebendo” na sua influência, particularmente na propaganda.

indefectível na representação do japonês nas charges, simbolizam, também, a sua miopia em relação à sua capacidade, exagerada pelo fanatismo e pela barbárie inerentes à raça.

O apetite japonês e o seu desrespeito à liberdade e a independência dos povos é indefectivelmente tratada como banquete. No entanto, com a iminente entrada dos Estados Unidos na guerra e o fantasma soviético, a mesa se tornava indigesta, na concepção do chargista Théo na charge “Indigestão” [Fig. 55].



Topete

Um liliputiano na terra dos Gullivers...

54 – “Topete”. *Careta*. Rio de Janeiro (1732) 6 set. 1941, p.40. AFBN-RJ.

Essa interpretação da charge é possível a partir da recorrência da metáfora dos alimentos de que laçava mão a fim de representar as vítimas da ambição japonesa. Vê-se, mesmo, o princípio da incapacidade do Japão em deglutir os resultados de sua conquista. O comandante japonês é servido pelo subordinado enquanto tentava finalizar com dificuldade seu prato de arroz, alimento símbolo do povo nipônico.

Contudo, a quantidade de arroz diante do personagem é considerável, representando as possessões na Ásia rapinadas pelo império. Na seqüência, em uma bandeja, o peixe representando a Nova Zelândia. Ao ser apresentado ao peru, simbolizando os Estados Unidos, e a perspectiva do urso assado, a União Soviética, queixava-se:

“- Estou entalado com o arros e você ainda traz mais pratos indigestos?!”.

A charge vale-se, assim, de metáforas e simbologias adequadas ao contexto internacional: as vicissitudes pelas quais o império atravessava, diante do boicote capitaneado pelos norte-americanos, e ainda a ameaça soviética.



Indigestão

- Ha tambem «urso assado» ...
 - Estou entalado com o arros e você ainda traz mais pratos indigestos ?!
- D. P. F.

55 – “Indigestão”. *Careta*. Rio de Janeiro (1743) 22 nov. 1941, p.44. AFBN-RJ.

Desse modo, os artigos e a charges, publicados na *Careta* e *Fon-Fon!* e *Vamos Lêr!*, mesclam em suas páginas os principais aspectos da conspiração mundial urdida no Império do Sol Nascente. Associados ao também conhecido *Memorando Tanaka*, construía uma rede

de suspeitas e acusações, que generalizadamente seriam atribuídos aos imigrantes nipônicos e seus descendentes no Brasil.

Assim, a periculosidade atribuída às colônias, denunciada e combatida pelas autoridades civis e militares, necessitava ser legitimada junto à opinião pública. Para tanto, a *Careta* valia-se de diferentes estratégias: a analogia entre os imigrantes aos seres nocivos pertencentes ao universo da biologia e a descrição preconceituosa abordando o aspecto físico dos nipônicos, tidos como inaceitáveis tanto moralmente como esteticamente.

Em 28 de junho de 1941, a *Careta* publicava o artigo “Microbios e imigrantes”, em que estabelecia a comparação entre os japoneses e os micróbios; e o território pátrio ao organismo humano. A autoria é atribuída ao jornalista cujo pseudônimo utilizado era “Micromegas”. Este iniciava seu texto “explicando” uma realidade conhecida: quando o corpo humano se apresentava saudável, os agentes patogênicos sempre presentes, não atingiam lhe fazer mal. Entretanto, quando as nossas defesas naturais se mostravam deficientes, os micróbios aproveitavam-se para provocar a doença e a morte. Proliferavam rapidamente, “invadindo todos os recantos do nosso corpo, numa verdadeira ‘blitzkrieg’. Se não morremos, só conseguimos recobrar a saúde à custa de grandes esforços, da mobilização de todos os elementos de defesa com que a sábia Natureza nos dotou”.⁶³⁹

A vinculação entre o combate ao agente biológico nocivo ao método de guerra rápida germânica nos fornecem imediatamente os subsídios que seriam utilizados pelo articulista. Do mesmo modo que os micróbios, os imigrantes “que batem as nossas portas” segregam as substâncias que impedem sua destruição pelo “organismo parasitado”, formando colônias, nas quais teimavam por preservar sua língua e seus costumes. Se os referidos “micróbios”, continuava Micromegas, fossem resistentes, *transmitiam* sua cultura aos descendentes, tornando-os brasileiros hostis e ingratos à terra que acolheu seus pais.

Para o articulista, o remédio que vinha sendo aplicado tardiamente, “graças a nossa boa fé e a nossa indolência”, era a obrigatoriedade da difusão do idioma nacional nas comunidades japonesas. Se a profilaxia não fosse suficiente para o “milagre” de converter esses elementos hostis em “amigos nossos, desejosos de se fundirem e confundirem conosco”, Micromegas sugeria outras providências que reclamavam o nosso instinto de defesa: o fechamento das portas aos inassimiláveis japoneses e o repatriamento dos recalcitrantes. “É um direito que nos assiste e do qual nós deveremos utilizar antes que seja demasiado tarde”.⁶⁴⁰

⁶³⁹ “Microbios e imigrantes”. *Careta*. Rio de Janeiro (1722) 28 jun. 1941, p.46.

⁶⁴⁰ *Idem*.

É de se questionar, após a leitura de artigo com este teor, se seria de fato desejável por parte do jornalista da *Careta* essa comunhão com os nipônicos, que “almejava” nacionalizar sob a ameaça de expulsão. A conclusão imediata a que chegamos é a total inconveniência de entrada de imigrantes dessa origem, sendo ainda mais condenável a possibilidade de sua miscigenação com os elementos nacionais.

Em sua campanha perfeitamente sincronizada com o interesse oficial de “demonizar” os colonos japoneses, a *Careta* manteve uma regularidade na incorporação às suas páginas de artigos sobre essa temática. Neles o tom é constantemente agressivo, didático no sentido de “ensinar” o porquê de o nipônico ser indesejável. Nessa sentença invariavelmente convivem razões étnicas, psicológicas e militares.

Em 23 de agosto de 1941, o jornalista I. Grego veria publicado mais um artigo de sua autoria: “Mais amarelos”. Grego valeu-se de um telegrama “recebido de Valparaíso” – que informava a passagem pela região de um navio que transportava 531 imigrantes japoneses para o Brasil – a fim de iniciar seu ataque à imigração nipônica. Ao jornalista lhe pareceria mais agradável responder à Valparaíso que estavam deixando o Brasil, no referido navio, não 531 imigrantes, mas 531.000 “súditos do Micado”.⁶⁴¹

O exagero proposital nos números expressa a grandiosidade da “má notícia” identificada pelo autor. Mais do que retomar o discurso sobre as “colônias fechadas” e da criação de um Japão dentro do Brasil, ressaltava os “defeitos” desses indivíduos. Estes zombavam “dos nossos direitos”, “da nossa vigilância”, “das nossas autoridades”, da “nossa hospitalidade”. Uma das provas da “ousadia amarela” seria a reabertura de suas escolas clandestinas, logo após os fechamentos pela polícia, “com o maior deslante”.

Os nipônicos ainda seriam concorrentes desleais dos trabalhadores nacionais pelo seu baixo padrão de vida e pelos conhecimentos agrícolas que possuíam. Aqui, a vantagem técnica novamente era transmutada em desvantagem, não em fator positivo para os imigrantes. Grego pregava como racional o reerguimento físico, aliado à moral, do agricultor brasileiro, que melhor alimentado, livre do alcoolismo e demais vícios e doenças, estaria preparado para suprir nossas necessidades. Caso essas persistissem, sugeria a vinda de colonos de outros países que “não são imperialistas, que não mantêm um exercito de espões, que não formam quinta-colunas em terra alheia”.⁶⁴²

Nos extratos selecionados encontramos, dentre outras, a ideologia estadonovista de proteção ao trabalho nacional, uma preocupação anterior ao Estado Novo, mas que graças ao

⁶⁴¹ “Mais amarelos”. *Careta*. Rio de Janeiro (1730) 23 ago. 1941, p.44.

⁶⁴² Idem.

regime autoritário, tornou-se passível de legislação. A mesma concorrência trabalhista, aliada ao preconceito racial, que motivaram as restrições norte-americanas, ressurgem inalterados. A ênfase na questão do que pertence aos brasileiros de direito e não poderia ser arrebatado por uma potência estrangeira, através de seus súditos traidores, nos leva à importância do discurso enquanto veículo de conformação de mensagens/idéias.

Estabelecidos como nossa principal preocupação nesta pesquisa, os mecanismos através dos quais a imagem negativa dos imigrantes japoneses, veiculada pelas revistas ilustradas, atingia a opinião pública como um todo, nos valem de Michel Foucault.

Foucault identifica na sociedade outros procedimentos de controle e de delimitação do discurso, além dos que funcionam como sistemas de exclusão. São o que chama de “procedimentos internos”, que funcionam, principalmente, “a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se tratasse de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso”. São, em suma, discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas, “coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza”.⁶⁴³

O nosso interesse está nesta categoria, nos “discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer”. Enquanto exemplos, Foucault cita os textos religiosos ou jurídicos, literários, e em certa medida os científicos. São falas que “renascem em cada um de seus pontos, absolutamente novo e inocente, e que reaparece sem cessar, em todo frescor, a partir das coisas, dos sentimentos ou dos pensamentos”.⁶⁴⁴

Assim, os artigos analisados preservam a estrutura e conteúdo dos textos apresentados por intelectuais que se preocuparam com a *Questão Japonesa* desde a segunda metade do século XIX, retomadas com nova roupagens e em uma linguagem mais acessível.

Sobre a assimilação e, mais ainda, a miscigenação, continuamos a verificar o padrão comum. I. Grego, no mesmo artigo, se colocava frontalmente contra, entrando em contradição com a tese da “nacionalização forçada”. Afirmava que os “amarelos” são avessos ao cruzamento com a “nossa gente”. E que tal particularidade “deve ser para nós motivo de regosijo porque não podem provir bons tipos da colaboração dessa raça pequena, feia e fanática”. Por outro lado, reconhecia que não seria sorridente o nosso futuro próximo, ter o território nacional habitado em várias regiões, por esses “egressos da Ásia e seus

⁶⁴³ Michel Foucault. *Op.cit.*, p.9.

⁶⁴⁴ Idem.

descendentes, escondendo a hostilidade sob o seu sorriso hipocrita”. Referia-se igualmente aos informantes enviados pelo Império e que “andam por aí espiando por todos os cantos, com os olhinhos oblíquos, que parecem feitos para espiar”.

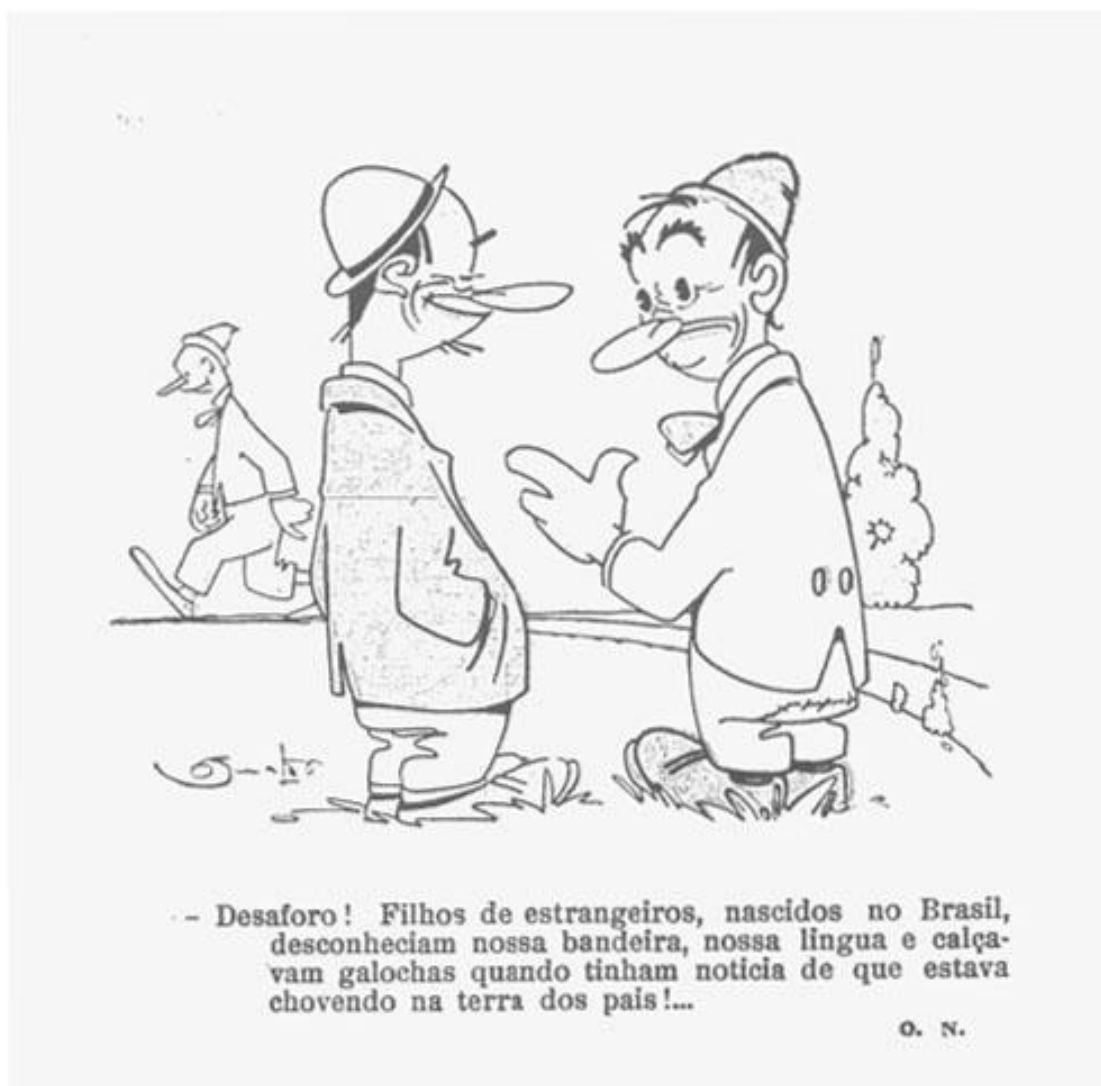
Qual seria então a solução preconizada por Grego para conter essa “onda de indesejáveis” como qualifica? Fazer uma propaganda do Brasil às avessas no Japão, “mandar dizer que aqui se morre como moscas, de fome e de febres; que as cobras do país são venenosíssimas e tem singular predileção pelos amarelos, e que a carne deles é também muito apreciada pelos nossos selvagens; que o clima é horrível e a terra é ingrata”.⁶⁴⁵

O tom virulento da oposição aos japoneses no Brasil era inevitavelmente acompanhado pelas charges, que preenchiam as páginas da *Careta*, intercalando-se aos artigos. Os registros iconográficos respondiam e dialogavam com o textual, ecoando o medo da *mongolização* e enriquecendo o imaginário político brasileiro. Era insuficiente apontar e fundamentar as razões pelas quais o colono nipônico não convinha. Dever-se-ia exibir essa realidade aos olhos dos leitores, a fim de justificar as medidas repressivas, necessárias à manutenção do Brasil enquanto um país livre do imperialismo e autônomo.

Citamos, dentro desse contexto, uma charge – publicada pela *Careta* em 11 de outubro de 1941 – que denunciava a não-nacionalização dos filhos dos imigrantes e como os laços de sangue e cultura os levavam a considerar os países de origem de seus antepassados a sua pátria.

Reiterando as acusações de que esses “brasileiros” nada conheciam e nem valorizavam os símbolos da brasilidade e da pátria (bandeira e língua), o documento frisa a tendência traiçoeira desses indivíduos, capazes de calçarem “galochas quando tinham notícia de que estava chovendo na terra dos pais!...”. A sentença é enfática, valorizada pelo desenhista e a sua arte, qualificada como “desaforo” dos estrangeiros, o fato de propositadamente não permitirem aos descendentes comungar com o destino dos demais brasileiros, tornando-os avessos a uma terra que deveria ser sua. Em contrapartida, daí a metáfora das galochas e chuva, não mediam esforços no sentido de auxiliar de todas as formas “a verdadeira pátria” contra o Brasil, que generosamente abrira as portas aos seus ingratos antepassados. Finalmente, o desaforo remete as constantes burlas à legislação nacionalizadora, como a reiterada reabertura das escolas étnicas constantemente fechadas pelas autoridades [Fig. 56].

⁶⁴⁵ “Mais amarelos”. *Careta*. Rio de Janeiro (1730) 23 ago. 1941, p.44.



56 – [Brasileiros]. *Careta*. Rio de Janeiro (1737) 11 out. 1941, p.16. AFBN-RJ.

Inserido ainda na proposta pedagógica da *Careta*, a ênfase na infiltração nipônica no Brasil seria objeto de sua “explicação”, levando-se em conta a “ignorância do povo”. Em “Cabeças de ponte”, Grego inicia sua argumentação retrocedendo vinte anos, ao recordar uma frase lhe dita por um europeu, segundo o qual, no Brasil os estrangeiros possuíam mais regalias do que os próprios brasileiros. E que tal continuava, mesmo após alguns esforços realizados no pós-Primeira Guerra Mundial, e por “vermos arderem as barbas do vizinho”. Contudo, nos dias em que escrevia, prosseguia, não seria tão “cômodo e prestigioso” falar-se português com sotaque, salvo o lusitano, “porque os lusitanos entre nós não são estrangeiros”.⁶⁴⁶

Essa leitura da situação por parte do articulista nos remete imediatamente para o modelo norte-americano, aproximado geograficamente pelo jornalista à nossa realidade como

⁶⁴⁶ “Cabeças de ponte”. *Careta*. Rio de Janeiro (1740) 1 nov. 1941, p.8.

“nosso vizinho”. Demonstrava, portanto, de início a incompatibilidade de certos grupos com a almejada coesão nacional. No segundo trecho citado, emerge a preferência pelos lusos, exaltando-se as afinidades histórica, cultural e étnica com Portugal, pois os portugueses jamais foram “alienígenas” entre os brasileiros.⁶⁴⁷

A fim de reforçar seu discurso antinipônico, o articulista sublinha que nem todos os grupos de estrangeiros que procuraram “nossas pragas” nos “deram dor de cabeça”, “sem falar nos portuguêses, que aderem em bloco instantaneamente”. Dentre esses bons imigrantes estariam os franceses, os espanhóis, os italianos (antes do fascismo), os sírios, os ingleses e os americanos em geral. Desses, mesmo àqueles que resistiam à assimilação, ganhavam suas vidas, falam “talvez um pouco mal de nós”, mas se conservam “inofensivos”.

A incorporação de alguns desses grupos nacionais nos chamam a atenção, mais particularmente os sírios, imigrantes associados ao comércio e não-arianos⁶⁴⁸, e os espanhóis. Nesse contexto, Grego propositadamente desprezava os conflitos políticos dentro da comunidade espanhola, parte da qual esteve vinculada aos movimentos de esquerda. Essa cisão tornou-se definitivamente visível durante os acontecimentos da *Guerra Civil Espanhola* (1936-1939).⁶⁴⁹

Entendemos que esse “esquecimento” proposital visava nada mais do que destacar as comunidades que o articulista considerava inassimiláveis e hostis: a alemã e a japonesa. O diferencial é a recuperação do *perigo alemão*, encontrado nas revistas ilustradas apenas no decorrer do primeiro conflito mundial, e igualado como de mesma natureza do amarelo. O artigo refere-se à superpopulação nos dois países e a conseqüente emigração, que converte seus súditos em “mudas” – expressão retirada da botânica – do imperialismo ariano e japonês. Esses indivíduos fechavam-se em colônias e tinham como função, acusava, de atuarem como “cabeças de ponte”, aqueles que através da sabotagem, do monopólio econômico, da espionagem e do levante armado, franqueariam as portas do Brasil ao *III Reich* e ao Império do Sol Nascente.

⁶⁴⁷ Citamos um estudo recente sobre o privilégio e a intolerância à imigração portuguesa constante em nossa legislação imigratória, desde no período pós-Independência e o final do Estado Novo. A pesquisa desenvolvida pelo autor enfatiza o desenvolvimento de uma linguagem que invoca parentesco e afinidade familiar entre lusos e brasileiros, por vezes identificados como povos consangüíneos. O ponto primordial é que a Constituição de 1894 impôs o entendimento de que os portugueses domiciliados no Brasil na data da independência eram nacionais. Ver: José Ariovaldo Sacchetta Mendes Ramos. *Laços de Sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*. Tese de Doutorado – FFLCH- USP, 2007.

⁶⁴⁸ Sobre a imigração sírio-libanesa ver: Oswaldo Truzzi. *Patrícios: Sírios e libaneses em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008. v. 1.

⁶⁴⁹ Sobre a comunidade espanhola no Brasil e as relações Espanha e Brasil ver: Ismara Izepe de Souza. *Caminhos que se cruzam: as relações históricas entre Brasil e Espanha (1936-1960)*. Tese de Doutorado – FFLCH- USP, 2009.



57 – [Cabeça de ponte]. *Caretta*. Rio de Janeiro (1738) 18 out. 1941, p.48. AFBN-RJ.

Como abordamos no decorrer dessas páginas, as revistas ilustradas nos permitem, enquanto fonte primária primordial, traçarmos os percursos pelos quais o discurso antinipônico circulava. Através desse fundamento, nos utilizamos do textual e do iconográfico, tipologias que se mostraram complementares. Essa funcionalidade pode ser demonstrada também no presente caso da identificação de “cabeça de ponte” abordada acima.

Na charge publicada em 11 de outubro de 1941 na *Caretta*, identificamos um jogo de palavras em que ficava explícito o desconhecimento do “povo comum” sobre os perigos da conspiração – nipônica ou germânica – urdida no sinistro interior das comunidades cerradas ao controle nacional. É possível apontar no diálogo estabelecido entre as personagens, que a ignorância era tão ou mais prejudicial aos interesses da Nação.

O texto curto, de fácil leitura, compõe com a imagem, sinteticamente, a situação do momento: a guerra e a “cabeça de ponte” que tanto se “falava”, mas que “não se entendia” de

todo [Fig.57]. Nesse sentido, o chargista “jogava” com o exagero do assunto repercutido nas ruas de tal modo, que a expressão já derivada do conflito transformava-se na “arma secreta” do inimigo.

Em síntese, as colônias nipônicas espalhadas pelo território nacional, micróbios ou vírus, eram conseqüências, portanto, da explosão demográfica constante do império japonês, incentivada pelo Estado como imprescindíveis no fornecimento de soldados, de “carne” para os seus canhões. Logo, os “quinta colunas” e “cabeças de ponte” para a transformação do nosso país em Império do Sol Poente deviam-se a fome constante de terras da sua pequena pátria. Esse apetite voraz e sem limites, denunciado por autores como Vivaldo Coaracy, seria decisivo para a iminente entrada dos Estados Unidos no conflito mundial.

As diferentes fontes que levantamos nos permitem concluir que os mecanismos através dos quais a imagem do imigrante japonês foi projetada se relacionam estreitamente com as campanhas militaristas japonesas na Ásia.

Enquanto a “fome” do Império do Sol Nascente se limitava ao Extremo Oriente, as nossas revistas ilustradas apresentavam ora relatos irônicos ora agressivos, ainda que por vezes diluída. A documentação diplomática, por sua vez, já expressava sua preocupação com as estratégias político-militares empreendidas pelo Japão e a sua repercussão no nosso país. No entanto, à medida que o conflito se aproximava das Américas, a percepção sobre o *perigo japonês* receberia novos e importantes componentes.

3.4 – A civilização ocidental contra a barbárie da selva

A manhã de 7 de dezembro de 1941 marca a ruptura, ainda que relativa, na história da imigração japonesa no Brasil. O ataque japonês à base norte-americana de Pearl Harbor (Ilha de Oahu/Havaí) promoveu a Guerra do Pacífico (1941-1945) ou a *guerra total*, com a entrada efetiva dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial Além disso, foi o catalisador para o ingresso do Brasil no conflito ao lado das forças Aliadas. A partir de então, os membros da comunidade nipônica no Brasil são definitivamente identificados como inimigos da *Nação* brasileira.

Verificamos, contudo, que o sentimento antijaponês circulou na sociedade brasileira desde antes do início oficial da imigração japonesa no ano de 1908. Ressaltava-se a inconveniência étnica, política e apontava-se, com ênfase, a disparidade psicológica entre os povos japonês e brasileiro. Tais constatações não estavam presentes somente na imprensa, mas também na correspondência dos nossos diplomatas no Japão. Além de denunciarem as tentativas oficiais por parte do Japão em incrementar a emigração para o Brasil, a Embaixada brasileira observava, em diversas ocasiões, a arrogância japonesa e seu desprezo, até mesmo, pelos representantes diplomáticos dos países com os quais o império mantinha relações diplomáticas.

Federico Castello Branco-Clark, que expressara sua antipatia pela imigração japonesa durante a sua atuação enquanto Embaixador, reclamara em ofício reservado, ainda no final de 1940, do tratamento dispensado aos funcionários diplomáticos e consulares brasileiros por parte das autoridades japonesas.

Para Castello Branco-Clark, o pouco cuidado e empenho em tratar, com cortesia e urbanidade, por parte dos nipônicos, contrastava com a *nossa* “maneira gentil e polida, característica da nossa mentalidade e educação”, com a qual os nipônicos em geral eram tratados no Brasil, em particular os membros da Embaixada e dos Consulados japoneses.⁶⁵⁰

O Embaixador exemplificava como comprovantes da má educação de seus anfitriões a falta de reciprocidade por parte das autoridades japonesas com relação às condecorações que se empenhara em obter aos seus altos funcionários, tal como a *Ordem do Cruzeiro do Sul* concedida ao Chefe da *Missão Econômica Japonesa*, que estivera recentemente no Brasil. Relatava que esta personalidade, sr. Hirao, sequer se dignara a lhe fazer uma visita, após o seu retorno ao Japão, a fim de expressar o seu agradecimento. Os demais condecorados, ainda, não lhe deixaram um cartão na Embaixada.

Outros episódios são relatados por Castello Branco-Clark: o Embaixador Ishii, nomeado para a Embaixada no Brasil, somente viera visitá-lo às vésperas de sua partida, e após “suas veladas insinuações”. No almoço de despedida, tomara a atitude de convidar todo o alto pessoal do *Gaimusho*, além de todos os chefes de missão americanos, inclusive o Embaixador norte-americano, decano do corpo diplomático. Do mesmo modo, recebera um grupo de imigrantes japoneses do Brasil em visita a pátria com “esmerado buffet”.⁶⁵¹

⁶⁵⁰ Ofício nº 149 (reservado) de F. de Castello-Branco Clark, Embaixador do Brasil, para Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 16/11/1940. AHI-RJ.

⁶⁵¹ Idem.

Tais queixas são justificadas pelo Embaixador, que alegava ao Ministro Osvaldo Aranha serem as mesmas dos seus colegas latino-americanos e europeus, à exceção dos representantes da Alemanha e da Itália. Apontava a hipocrisia e a falsidade “tipicamente nipônicas”, uma vez que os japoneses “prodigalizavam sorrisos apenas para obterem vantagens, favores e prestígios ao seu país”. Associava às tais atitudes, o crescimento da “onda de xenofobia, uma antipatia e desconfiança com os estrangeiros” no Japão. Considerava Castello Branco-Clark oportuno a consideração dessa situação por parte do Itamaraty, pois comprovava que a psicologia oriental, destacadamente a japonesa, era diferente, outra: “cabe capitulá-la como contrária, antagônica, avessa à nossa”.⁶⁵²

No discurso do nosso representante em Tóquio há a utilização - como nas demais ocasiões - da estratégia de somatória de estigmas. Neste caso, há a ênfase em relação à civilidade e à mentalidade supostamente próprias aos japoneses. Essa especificidade *inerente* à raça japonesa seria posta à prova com o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e as Potências do Eixo, em 29 de janeiro de 1942. A decisão fora tomada durante a *III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas*, realizada no Rio de Janeiro entre os dias 15 e 28 de janeiro.

A conferência, registrada em edição especial da revista *Fon-Fon!*, em seu nº 5, circulara a partir de 31 de janeiro de 1942. Em uma extensa reportagem fotográfica, a revista veiculava a reunião dos chanceleres americanos e a recepção oferecida por Getúlio Vargas no Salão Nobre do Palácio do Catete. Nessa ocasião documentada, a *Fon-Fon!* enfatizava o discurso de Vargas e destacava a presença de Osvaldo Aranha e do Sub-Secretários de Estado norte-americano, Summer Welles.⁶⁵³

Este evento foi o primeiro passo para o início à repressão e vigilância efetivas contra os estrangeiros oriundos do Japão, Alemanha e Itália, considerados a partir de então “Súditos do Eixo”.

Esses cidadãos tiveram, repentinamente, o seu cotidiano vigiado à cargo das Delegacias Estaduais de Ordem Política e Social (DEOPS) e viram-se sem proteção por parte dos representantes diplomáticos de seus respectivos países. Esta situação mostrou-se particularmente difícil para os imigrantes japoneses, por serem estes portadores de uma cultura distante da brasileira, predominantemente católica e latina.⁶⁵⁴ Entretanto, mesmo essa

⁶⁵² Ibidem.

⁶⁵³ *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (5) 31 jan. 1942. Há nessa edição fotografias e artigos sobre o banquete oferecido por Osvaldo Aranha no dia 15 de janeiro e a recepção oferecida pelo casal Vargas no Palácio Guanabara no dia 20.

⁶⁵⁴ Inicialmente os interesses da comunidade japonesa no Brasil foram representados pela Embaixada espanhola. Ao final do conflito, a incumbência foi assumida pela Embaixada sueca.

“quebra de laços” com a pátria não se mostrou isenta de percalços, uma vez que a repercussão por parte da Embaixada brasileira do processo no Japão contribuiu para a demonstração do caráter intrinsecamente desumano do nipônico. E essa imagem inevitavelmente contribuiu para compor o imaginário em torno dos colonos e seus descendentes no nosso país.

Em 22 de agosto de 1942, o embaixador Federico de Castello Branco-Clark encaminhara ao *Ministério das Relações Exteriores* um ofício no qual anexara conjunto de documentos referentes ao período em que a Embaixada estivera ocupada pelos policiais e soldados do Exército japonês.⁶⁵⁵ A situação de cárcere privado a que ficara submetido – condição compartilhada pelos funcionários e membros dos Consulados de Kobe e Yokohama – é esclarecida pelo memorando que o embaixador brasileiro dirigira para L. Esteves Fernandes, Ministro Plenipotenciário de Portugal no Japão, e única autoridade que tivera permissão de contato com o Embaixador brasileiro, visto que Portugal ficara responsável pelos interesses brasileiros no Japão.

Neste documento, Castello Branco-Clark descreve que na manhã do dia 2 de fevereiro de 1942, um pelotão do Exército e da polícia militar postou-se em frente ao edifício da Embaixada, impedindo o acesso de quem quer que fosse, inclusive dos auxiliares japoneses (intérpretes, mensageiros de chancelaria, boys etc.) e, assim como, a saída de qualquer pessoa. Afirmava que vários oficiais e soldados do Exército e da Polícia Secreta, além de funcionários dos *Ministérios da Comunicação* e do *Interior* e, ainda, subalternos do *Ministério dos Negócios Estrangeiros* fizeram vistoria no prédio e se instalaram em duas salas da Embaixada. Acrescentava que após tais atos, formulara os “mais veementes protestos” junto aos funcionários do *Gaimusho*, que “temerosos e intimidados” lhe suplicaram que não oferecesse resistência a ação da polícia e dos funcionários dos outros Ministérios, para “evitar incidentes desagradáveis, de maiores conseqüências”.⁶⁵⁶

A importância do memorando é justificada por que a partir deste, obtivemos informações que nos localizam sobre a reação do governo nipônico à tomada de posição do Brasil em relação ao conflito, e como tal reação foi interpretada pela nossa diplomacia. Inicialmente, há a menção do embaixador Castello Branco-Clark de que daria ciência do rompimento, no próprio dia da invasão, em audiência obtida através do Ministro de Portugal junto ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.

⁶⁵⁵ Ofício s/nº de F. de Castello-Branco Clark, Ex-embaixador do Brasil em Tóquio, para Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 22/08/1942. AHI-RJ.

⁶⁵⁶ Memorando (cópia) de F. de Castello-Branco Clark, embaixador do Brasil, para L. Esteves Fernandes, Ministro de Portugal no Japão. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 14/03/1942. AHI-RJ.

A primeira consequência fora o corte das linhas telefônicas da Embaixada, tendo sido mantida somente uma na sala ocupada pelos policiais, um aparelho ligado diretamente à Polícia Central. Incomunicável, o Embaixador brasileiro também fora proibido de receber visitas.

Dentre as condições desumanas a que foram submetidos os componentes da Embaixada, ainda segundo Castello Branco-Clark: a arbitrária retirada dos Secretários, sem prévio aviso, de suas residências e o seu encarceramento na Embaixada, sem cobertores, sem móveis, sem colchões, que foram obtidos somente à noite com o auxílio de colegas estrangeiros. O Embaixador reiterava o fato escandaloso de não ter obtido o direito de comunicar pessoalmente ao governo japonês o rompimento das relações diplomáticas, como o fizeram os demais diplomatas europeus e americanos.

O ministro português teria ocorrido à Embaixada e encontrado “todos os membros desta (...) sob a forte emoção causada pela arbitrariedade sem nome de que haviam sido vítimas”.⁶⁵⁷

A consequência mais dramática foi o falecimento da senhora Nabuco Abreu, esposa do Primeiro Secretário, atribuído indiretamente por Castello Branco-Clark à situação de desconforto e nervosismo. O constrangimento continuara com a visita do Ministro Mendez de Vigo – representante de um país que coincidentemente cuidava dos interesses japoneses no Brasil – que pretendia prestar suas simpatias ao Embaixador Castello Branco-Clark e ao viúvo.

Contudo, o diplomata espanhol fora impedido de ingressar no edifício, permanecendo de pé na calçada, “alvo de curiosidade dos transeuntes atraídos pelo barulho”. “Estávamos, assim, prisioneiros incomunicáveis, assimilados a inimigos”. Tanto que a coação se estendera aos exercícios físicos do Embaixador, obtidos graças à intervenção do Ministro Esteves Fernandes, que alegara razões de saúde.

O diplomata brasileiro era acompanhado todas as manhãs por um “esbirro policial”, com a recomendação de não falar com pessoa alguma e com itinerário previamente traçado. A fim de evitar discussões e inconvenientes, foi feito um gráfico do percurso, submetido à aprovação da Polícia Central.⁶⁵⁸

O relato pormenorizado remetia à comparação entre a situação da Embaixada brasileira e a Embaixada do Japão no Rio de Janeiro e os seus Consulados no Brasil. O governo brasileiro, aplicando a reciprocidade, submetera ao mesmo regime aos diplomatas e funcionários japoneses. No entanto, apenas no dia 8 de março aplicara as mesmas sanções e no dia 26 do mesmo mês, os diplomatas japoneses foram autorizados novamente a se

⁶⁵⁷ Idem.

⁶⁵⁸ Ibidem.

locomoverem livremente. Castello Branco-Clark apontara essa diferença de tratamento, que surpreendera até o Ministro português, uma vez que em nada se alterara o vexame a que era submetida a representação brasileira no Japão.

Essa especificidade é abordada tanto no citado ofício de 22 de agosto, em que o embaixador qualifica a situação de mais de dois meses de “tratamento iníquo”, “descortês, escandaloso” e “atentatório dos usos internacionais” – em contraste singular “com o regime benévolo e generoso do governo brasileiro” – e no memorando, no qual anotara que a colônia japonesa e seus representantes eram bem tratados no nosso país.

Tal dicotomia humano/desumano servia como ingrediente para fundamentar a periculosidade nipônica. Fatos dramáticos que ocorriam no Japão configurariam a recepção da sociedade brasileira aos próximos passos do Império do Sol Nascente na Ásia e influenciaria a percepção sobre os imigrantes e seus descendentes.

A guerra catalisaria o imaginário em torno dos imigrantes japoneses e as revistas ilustradas foram os meios mais eficientes para a interpretação do que eram *verdadeiramente* os imigrantes japoneses. A *Fon-Fon!* e a *Careta* estiveram particularmente presentes nesse sentido. Enquanto a primeira se esmerara no período clamando pela unificação dos brasileiros em torno do regime e à causa aliada, a segunda, embora prestigiasse esses aspectos, ressaltava, em primeiro lugar – através de charges e artigos – a aproximação dos nipônicos aos animais peçonhentos e nocivos, e em segundo lugar, exaltava a aproximação da América do Sul⁶⁵⁹ aos EUA, a resistência chinesa aos invasores japoneses. As Potências do Eixo eram qualificadas de “inimigos da liberdade e da democracia” pela *Careta*, ironicamente dentro de um contexto ditatorial que o Brasil vivenciava. Tal era a principal contradição na efetiva participação brasileira no conflito.

A política da boa vizinhança e o perigo à porta

A comunhão americana, presente nas páginas das revistas citadas, é enaltecida diretamente. Os Estados Unidos surgem como a “terra da liberdade”, alegremente recebido pelas nações localizadas ao sul, infestadas pelos inimigos por todas as partes. Através da seleção de artigos, charges e fotografias, verificamos que a *Careta* apresenta essa proximidade de forma crítica e irônica, enquanto que a *Fon-Fon!* passava por uma reformulação editorial, inspirado nas revistas norte-americanas, incorporando traduções de

⁶⁵⁹ A América do Sul é citada enquanto totalidade nas revistas, não se atendo ao fato de países como a Argentina não terem rompido com o Eixo em janeiro de 1942.

contos, originalmente publicados nos *magazines* norte-americanos. Estes, em geral, abordavam a temática da guerra em curso e opunham de um lado, os soldados valorosos do Tio Sam e do outro, as tropas formadas por macacos amarelos, que planejavam dominar o mundo e destruir a civilização.⁶⁶⁰

Assim, a partir dessas diferenças de abordagem temos dois aspectos em evidência: as vantagens econômicas e tecnológicas oferecidas pelos ricos vizinhos; o modelo de combate e definição dos inimigos nipônicos. Seleccionamos em relação ao primeiro a charge “O programa está começando a interessar”, publicada na *Careta* em seu número de 24 de janeiro de 1942 [Fig. 58]. Na referida charge, de autoria de Théo, visualizamos a América Latina, representada pela sua figura símbolo, ensaiando um alegre número de dança diante do Tio Sam. Este, além de paramentado com a tradicional cartola, surge diante do jovem seguidor, portando pistolas e cartuchos em um ambiente que remetia ao faroeste.

O meio utilizado pelo chargista é a combinação de elementos do cenário em que vemos ao fundo a cordilheira dos Andes, estilizada, e no primeiro plano os cactos e o solo desértico simbolizando os estados norte-americanos como Novo México e Texas.

⁶⁶⁰ A reformulação da *Fon-Fon!* acelera-se a partir de 1943, tendo como um dos responsáveis o escritor Martins Capistrano. Gustavo Barroso continuava a contribuir com editoriais para a revista especialmente sobre cultura, fé católica e efemérides como os aniversários da publicação.



O programa está começando
a interessar

O LATINO AMERICANO — Aí, mocinho!!

D. P. F.

58 – “O programa está começando a interessar”. *Careta*. Rio de Janeiro (1752) 24 jan. 1942, p.8. AFBN-RJ.

Do mesmo modo, a liderança norte-americana está apresentada na diferença de estatura entre os dois personagens. Enquanto a América Latina é imberbe e infantilizada, os Estados Unidos é uma potência militar e econômica, gigante e líder. Traz, através de seu personagem, o armamento através do qual demonstra a sua intenção de protegê-la das ameaças externas, no que é prontamente aplaudido pelo *irmão* mais moço: “Aí, mocinho!!”. A charge expressa de modo sintetizado a dependência econômica e militar com relação à Washinton.

Logo, os Estados Unidos, gigante, enquanto o Japão, potência nanica e pouco criativa e intelectualmente defasada. Tais são os conceitos expressos pela *Careta*. Conforme mencionamos anteriormente, o termo “topete” surge com frequência ao se comentar sobre as atividades militares japonesas, encaradas como desafio ao império norte-americano. Os versos intitulados “Topete amarelo” tem como mote uma notícia extraída “Dos Telegramas”,

segundo o qual a agência *Domei* teria irradiado uma carta escrita pelo almirante Isoroku Yamamoto. Yamamoto fora o responsável pelo planejamento do ataque à Pearl Harbor, e teria afirmado que estaria “preparado para citar a paz aos Estados Unidos na Casa Branca, em Washington”.⁶⁶¹

O texto em versos retoma os estereótipos conhecidos em relação aos nipônicos: a imitação do ocidente, a arrogância e a mongolização do mundo:

“Macaqueando as coisas do Ocidente,
Começou, já faz tempo, a dar na vista,
Certo império que dele muito dista
E a si próprio chamou ‘do Sol Nascente’”.⁶⁶²

A primeira estrofe apresenta a inflexão de “macaquear” como um verbo a denunciar a pobreza criativa do Japão, que buscava imitar ridiculamente as potências ocidentais, sem atingir a excelência. A fim de não fazer perceber sua inferioridade – moral e racial – o Japão se atirava contra vítimas inferiores e enfrentava, ainda, a resistência de uma em *igualdade de condições*:

“Como fez um rival baixar a crista,
Falou grosso, cresceu, virou valente,
Resolvendo fazer do continente
E do mundo, a seguir logo, a conquista”.⁶⁶³

A segunda estrofe remete, invariavelmente, ao *Memorando Tanaka*, ou seja, a China enquanto trampolim para a conquista do mundo. Esse domínio, simbolicamente representava colorir a humanidade de amarelo. Reforçava-se à idéia da raça branca ameaçada, sendo interessante a persistência da convicção de que não apenas os norte-americanos teriam a maioria da sua população branca, mas também os seus vizinhos:

“Pintar pretende agora de amarelo
A branca habitação do Tio Sam,
Fazendo pouco nele e nos vizinhos”.⁶⁶⁴

O conselho fornecido pelo jornalista, que se utiliza do pseudônimo João Rialto, às forças japonesas, era a sua conformação à sua realidade e à mediocridade inata:

“Antes abandonasse o louco anelo
E, em vez de afoitamente ir buscar lã,
Se gisasse de arrôs com dois pausinhos”.⁶⁶⁵

⁶⁶¹ “Topete amarelo”. *Careta*. Rio de Janeiro (1749) 3 jan. 1942, p.12.

⁶⁶² Idem.

⁶⁶³ Ibidem.

⁶⁶⁴ Ibidem.

⁶⁶⁵ Ibidem.

Havia, portanto, a convicção da derrota japonesa com a participação efetiva dos norte-americanos no conflito. Além de versos, esse resultado inevitável era manifestado iconograficamente.



Quanto mais alto...

UM SUL-AMERICANO — Ele costuma subir?

O OUTRO — Não para ele, quando levar o trambolhão..

O. P. F.

59 – “Quanto mais alto...”. *Caretta*. Rio de Janeiro (1763) 11 abr. 1942, p.12. AFBN-RJ.

Na charge “Quanto mais alto...”, Théo expressa ironicamente a escalada japonesa ao poder mundial, passo à passo. A saída encontrada foi a óbvia utilização da imagem da escada apoiada em um coqueiro e a presença de um militar japonês de óculos, subindo nos degraus onde estão inscritos os nomes das possessões nipônicas: Indochina, Sião, Singapura e quase alcançando a Austrália. A bandeira do Japão imperialista seria afincada no “topo”. Embaixo, complementa-se a imagem um diálogo entre dois sul-americanos:

Diz o primeiro: “Ele continua subindo...”. Ao que outro responde: “Pior para ele, quando levar o trambolhão”.

A mensagem veiculada era clara: a inevitabilidade da queda, mais terrível quanto mais alto o Japão pretendesse atingir [Fig.59].



60 – “Abafando”. *Careta*. Rio de Janeiro (1784) 5 set. 1942, p.36. AFBN-RJ.

O poder do dinheiro *yankee* estava também presente, demonstrado simbolicamente outro fator de superioridade norte-americana em relação aos seus oponentes, ao mesmo tempo em que defendia o benefício aos seus aliados. Na charge “Abafando”, publicada pela *Careta* em seu número de 5 de setembro de 1942, visualizamos Tio Sam “despejando” uma “montanha” de dinheiro sobre os inimigos eixistas. O montante de cinquenta bilhões de dólares referia-se ao orçamento de guerra aprovado pelo Congresso dos Estados Unidos, que

causara, de acordo com a notícia extraída de telegramas, pânico entre nas potências do Eixo [Fig. 60].

Na imagem, cômica e exagerada, vê-se parte do tronco e das pernas de um dos líderes em fuga, e a personagem que termina soterrada pela força norte-americana é o “dentuço” imperador japonês. “Abafando”, a gíria mostrava-se adequada para a situação, uma vez que nenhuma outra externaria de forma mais direta a capacidade de investimento dos norte-americanos na arrancada decisiva rumo à vitória. A campanha bélica radicalizava-se nas zonas ermas da Ásia, e somente a logística, capacidade de armamentos e combustíveis poderiam garantir um resultado definitivo e favorável. Daí a ênfase nos poucos recursos nipônicos, que sofriam com a falta de petróleo, a resistência chinesa e dos nativos que procuravam dominar a todo custo nas localidades em que estavam instalados.

A síntese da situação é oferecida pela fala do Tio Sam: “Calma pessoal, que eu pretendo aproveitar o meu dinheiro...”. O ridículo manifesto pela fisionomia acovardada do nipônico tentando se desvencilhar do peso econômico, fornece os parâmetros que traziam a opinião pública a favor dos norte-americanos. Em síntese: ao japonês restava o ridículo daquele que se atrevia a enfrentar um oponente infinitamente mais qualificado.

Relata o historiador Carlos Guilherme Mota em seu artigo “Cultura e política da boa vizinhança: dois artistas norte-americanos no Brasil”, que o primeiro passo para o estreitamento das relações culturais entre o Brasil e os Estados Unidos, foi a visita do casal Genevieve Naylor e Misha Reznikoff em outubro de 1940. Ambos foram designados pelo governo norte-americano para “contatar pintores e intelectuais com o objetivo de conhecer o Brasil e de aproximar os dois países e suas culturas, divulgando a vida brasileira nos Estados Unidos”. Antes de retornarem aos EUA em setembro de 1942, Reznikoff expôs suas pinturas e desenhos e Naylor fotografou, de festas populares aos intelectuais como Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira.⁶⁶⁶

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, tornava-se imprescindível o estreitamento das relações interamericanas, em um retorno dos ideais expressos na *Doutrina Monroe*. Retomava-se e veiculava-se a impressão forte de que os povos americanos possuíam uma história comum, um passado colonial semelhante.

Através dessa aproximação foi possível alimentar e legitimar o imaginário panamericano, com a circulação das imagens de Carmem Miranda, Orson Welles, Walt Disney e seus personagens como o Zé Carioca, nos Estados Unidos e no Brasil. O *american*

⁶⁶⁶ Carlos Guilherme Mota. “Cultura e política da boa vizinhança: dois artistas norte-americanos no Brasil” In Osvaldo Coggiola, (Org.). *Segunda Guerra Mundial: Um Balanço Histórico*. São Paulo, Xamã/Departamento de História, FFLCH-USP, 1995, p.489-490.

way of life configurou-se em um padrão civilizatório de longa persistência: um estilo de vida, uma concepção de mundo e de sociedade tipicamente norte-americana, que se implantou, também, em nosso país, mas sem os benefícios sociais, econômicos e culturais efetivados por Roosevelt nos Estados Unidos.⁶⁶⁷

Para a implementação dessa aproximação, em nível político, fora designado Nelson Rockefeller, Chefe da *Comissão de Assuntos Interamericanos*. Ao desembarcar no Rio de Janeiro, a autoridade norte-americana foi recebida com “calorosas manifestações”. Tais foram os termos utilizados pela *Careta*, que preparara sobre o tema uma série de fotografias de Rockefeller: no *Aeroporto Santos Dumont*, no *Palace Hotel* onde se hospedara e se realizara a coletiva de imprensa aos jornalistas brasileiros.⁶⁶⁸

Não por acaso, dentro das circunstâncias apontadas, o presidente Franklin D. Roosevelt⁶⁶⁹ era exaltado enquanto “Homem-símbolo do idealismo americano: como força e expressão da consciência democrática e afirmação de entusiasmo e da fé nos princípios de direito, de justiça e de humanidade, que sempre condicionaram e regeram as relações das coletividades sociais de todo o mundo culto”. Tais palavras foram publicadas em editorial pela *Fon-Fon!* por ocasião do aniversário de Roosevelt em 30 de janeiro de 1943.

Cidadão, homem de Estado, a essência da humanidade, dirigente de “grande pátria” e “grande povo”, as expressões laudatórias sucedem-se no texto. Os Estados Unidos seriam um “país amigo” e o seu presidente sempre um “soldado em campanha”, conduzindo a Nação fadada “a desempenhar uma missão histórica formidável e única no cenário da Civilização mundial”.⁶⁷⁰

Que missão seria essa, que somente os norte-americanos poderiam fazer frente? A de preservar e salvar da destruição a civilização das forças “subversivas e destruidoras do mal e da impiedade, da barbárie e da felonía”. Na visão irradiada pela revista, os inimigos da democracia e da humanidade seriam facínoras e insaciáveis. São estes qualificados de “histriões do criminoso consórcio ‘ário-amarelo’”.

A identificação dos nazistas como *ariano* e os nipônicos como *amarelo*, nos fornece o indício que nortearia a direção da revista em relação aos inimigos: os combatentes alemães como vítimas de um governo totalitário e sanguinário, que manipulava, explorava e

⁶⁶⁷ Idem, p.490. Mota traz em seu artigo um relato da trajetória do casal russo-americano, suas atividades (exposições de Reznikoff nos consulados norte-americanos no Brasil e as fotografias de Naylor expostas posteriormente no MoMa de Nova Iorque).

⁶⁶⁸ “Amizade inter-continental”. *Careta*. Rio de Janeiro (1785) 12 set. 1942, p.19.

⁶⁶⁹ Franklin Delano Roosevelt (1882-1945) 32º presidente dos Estados Unidos da América, foi eleito por 4 vezes, tendo falecido no decorrer do último. Implementou o New Deal com o objetivo de recuperar a economia norte-americana abalada com a Grande Depressão, após a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929.

⁶⁷⁰ “Presidente Roosevelt”. *Fon-Fon!* Rio de Janeiro (5) 30 jan. 1943, p.3.

atemorizava seu povo⁶⁷¹; já os soldados japoneses naturalmente vis, sem qualquer resquício de humanidade. Estes últimos foram, segundo o articulista Elcias Lopes, aqueles que arrastaram a “grande Nação” às turbulências da guerra, graças a traição e a “afronta soez e cobarde”.⁶⁷²

Contra a barbárie japonesa se uniram os povos e as nações livres das Américas diante do ataque “insólito e brutal, à agressão vil e pusilanimemente” praticada. A decisão de romper relações diplomáticas com o Eixo surge no texto como atitude louvável, especialmente após os afundamentos dos navios mercantes brasileiros pelos submarinos inimigos em agosto do ano anterior.⁶⁷³

Na segunda parte do editorial, há a proposital vinculação entre Roosevelt e Vargas, apresentados como homens que conduziam as Américas à vitória e a missão fundamental no futuro, a instituição da paz. A nova ordem após a “tormenta” e a derrota dos responsáveis pela “tragédia de sangue e de vesânia”, “bestas humanas”, seria constituída de concórdia, tranqüilidade e de absoluto respeito a todas as prerrogativas da sociedade dos homens e das nações entre si.⁶⁷⁴

Notamos nessas passagens, além da dicotomia encontrada em distintos momentos, a insistência na força moral e na justiça em Roosevelt. Os inimigos tidos como os mais virulentos – japoneses – denominados “bestas”, monstros. Contra estes há a união de homens virtuosos, dentre eles, Getúlio Vargas, chefe de um governo autoritário, cuja estrutura se aproximara de características fascistas. Essa aparente contradição entre ditadura versus democracia convivendo no mesmo contexto, neste caso da *Fon-Fon!*, justifica-se tendo em

⁶⁷¹ Marc Ferro registra que o cinema norte-americano produziu filmes antinazistas em quantidade superior à França durante a Segunda Guerra Mundial. Nesses filmes contudo, o povo alemão era dissociado de Hitler, que estaria atingindo somente os jovens ingênuos ou gente sem experiência. Além disso, a vontade do povo germânico, bem como sua resistência ao nazismo são superestimadas. Em relação aos filmes antijaponeses, o autor afirma que há os valores defendidos pela democracia norte-americana como os únicos legítimos. O inimigo só teria oportunidade de salvação à medida que partilha desses valores. Cf. Marc Ferro. *Cinema e História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p.31-36. Em relação aos filmes antijaponeses.

⁶⁷² “Presidente Roosevelt”. *Fon-Fon!* Rio de Janeiro (5) 30 jan. 1943, p.3.

⁶⁷³ Entre 15 e 17 de agosto 1942 cinco navios brasileiros (*Baependi*, *Aníbal Benévolo*, *Arará*, *Araraquara* e *Itagiba*), que transportavam 837 pessoas, foram torpedeados próximos à costa do nordeste brasileiro, supostamente por submarinos alemães. Esse fato suscitou manifestações populares em todo o país a favor da declaração de guerra contra as potências do Eixo. Foi editada em memória desses acontecimentos a revista *Agressão: Documentário dos fatos que levaram o Brasil à Guerra*, em 1943, pela Imprensa Nacional do Rio de Janeiro. Na publicação há fotografias dos tripulantes mortos, as manifestações de indignação popular na capital da República e outros estados e fotografias de Vargas discursando ao povo. Cf. *Agressão: Documentário dos fatos que levaram o Brasil à Guerra*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943.

⁶⁷⁴ “Presidente Roosevelt”. *Fon-Fon!* Rio de Janeiro (5) 30 jan. 1943, p.3.

vista que a revista dedicava, desde 1941, na semana de seu aniversário, no mês de abril, uma página à Vargas, “Chefe da Nação”.⁶⁷⁵

As revistas ilustradas, aqui levantadas e citadas, mostravam-se ciosas em demonstrar as ações norte-americanas na Ásia combatendo o inimigo insidioso e monstruoso. Nas batalhas vencidas, havia sido incorporada a expressão “revanche” nas suas páginas, visto que as mesmas constantemente remetiam à Pearl Harbor. Duas reportagens fotográficas traziam em seus títulos o cerne dessa realidade.

“Na hora da revanche” foi publicada pela *Careta* em seu número que circulara na semana de 5 de dezembro de 1942, quase que um ano após o bombardeio nipônico no Havaí. O texto está presente meramente para identificar os objetos apreendidos pelas tropas do exército e da marinha estadunidenses aos nipônicos, ao tomarem posse de “importantes posições japonesas” nas ilhas Salomão. Tais presas – dentre materiais como cartões-postais e folhetos de propaganda – comprovavam o pendor de espionagem da raça japonesa e das pré-concebidas de há muito as “agressões” efetuadas contra as “Nações Unidas”. Do mesmo modo, enquanto reportagem de cunho propagandístico pró-aliado – distribuído pela agência Inter-Americana – exercia a função de comprovar a vantagem norte-americana naquela etapa do conflito.

A fisionomia dos soldados e oficiais norte-americanos é de confiança e, ao mesmo tempo, de inocência ou ingenuidade, supostos temperamentos que foram difundidos desde o início do século XX em relação à rivalidade estabelecida entre os Estados Unidos e o Japão. Essa visão idealizada é perceptível especialmente na reprodução fotográfica do jovem militar sorridente exibindo cigarros e fósforos, apreendidos aos prisioneiros japoneses [Fig. 61]. O norte-americano posa diante de um cartaz em que consta em letras garrafais: “The ENEMY is listening”, referência explícita à espionagem dos inimigos japoneses. Uma frase que fora afixada à parede com o intuito de lembrar a todos os riscos que corriam aqueles que se descuidavam dessa verdade. Uma mensagem destinada a chegar às terras brasileiras como um lembrete, conforme veremos nas próximas páginas.

A reportagem fotográfica “Remember Pearl Harbor” em duas páginas, publicada pela *Careta* em 19 de dezembro de 1942, era *comemorativa*, conforme a própria revista, ao primeiro aniversário do bombardeio à referida base norte-americana [Fig. 62]. No texto, são

⁶⁷⁵ Essa equação revista/governo/censura pode ser comprovada, também, na leitura da edição nº 18 de 29 de abril de 1944, à página 3, em edital comemorativo de Gustavo Barroso ao aniversário da revista e de Vargas, em que se tratava das transformações pelas quais o Brasil e o mundo passaram nos últimos 37 anos, as revoluções, as guerras, o desenvolvimento proporcionado pelo Estado Novo. Contudo, não há qualquer referência ao *punch* integralista de 1938 no qual Barroso fora associado. Cf. Editorial. *Fon-Fon!* Rio de Janeiro (18) 29 abr. 1944, p.3.

retomadas as expressões “felonia” e “traíçoeiro”, enquanto as reproduções fotográficas exibiam flagrantes de explosões, destruição e fumaça perpetradas pelas forças do Império do Sol Nascente.⁶⁷⁶

O acontecimento é qualificado de “infâmia”, recordando a expressão de Roosevelt em seu discurso ao Congresso norte-americano no dia 8 de dezembro de 1941: o ataque “que permanecerá para sempre na memória como dia da infâmia”⁶⁷⁷ e, enfatizava o fato do Embaixador Kurusu estar, falsamente, negociando a paz com o governo dos Estados Unidos e na noite anterior os “amarelos” terem oferecido uma festa “num requinte de felonia” à oficialidade norte-americana. Graças à essa torpeza e do aproveitamento da boa fé desse povo, os japoneses haviam conseguido conquistar as ilhas do Pacífico Sul, Cingapura e Birmânia, caídas nas mãos das “hordas amarelas”.

A menção constante à cor amarela remete não somente a uma qualificação racial corrente, mas na nossa interpretação, referia-se também simbolicamente à covardia, ao ataque realizado às escuras. Como enfatizava a matéria, contudo, no prazo inferior a um ano, os Estados Unidos reagiram e reconquistaram quase toda Nova Guiné, além das “grandes vitórias” navais obtidas em Midway, Mar de Coral e Ilhas Salomão. As fotografias dos vasos de guerra em chamas na baía de Pearl Harbor serviriam, ainda

⁶⁷⁶ “Remember Pearl Harbor”. *Careta*. Rio de Janeiro (1799) 19 dez. 1942, p.22-23. AFBN-RJ.

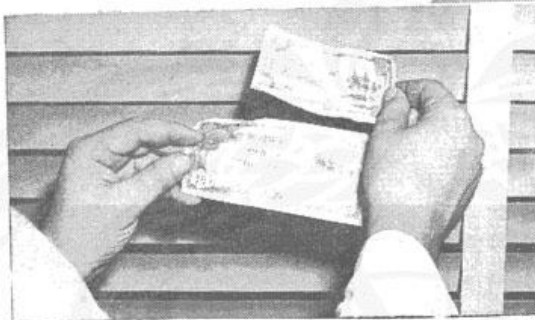
⁶⁷⁷ “O Presidente Roosevelt expõe como o Japão ocultou sua traição”. “O Livro Branco revela a maneira pela qual foram traídos os esforços pela paz” [Discurso de Roosevelt ao Congresso em 8 de dezembro de 1941]. Documentos transcritos por Carlos de Souza Moraes. *Op.cit.*, p303-314.

Na hora da revanche

As tropas norte-americanas, que ocuparam, recentemente, importantes posições japonesas nas ilhas Salomão, capturaram grande presa de guerra, na qual figuravam numerosos documentos reveladores do cuidado com que os nipônicos haviam preparado, de há muito, a agressão contra as Nações Unidas.

As fotografias mostram alguns desses documentos apreendidos.

Cartão postal enviado por uma jovem japonesa ao seu noivo, que lutava nas ilhas Salomão, pedindo-lhe que se conduzisse como um bravo, o que não pediu que os norte-americanos o desistissem.



Dinheiro japonês, imitando as cedulas inglesas, posto em circulação nas ilhas Salomão pelos nipônicos, que por meio dele se apoderaram de todas as mercadorias existentes. O fato constitui verdadeiro saque.

Cigarros e fósforos japoneses apreendidos em poder dos prisioneiros



O General Robert L. Denig examina alguns dos objetos apreendidos aos nipônicos. Entre esses objetos havia um tipo especial de calçado de borracha, uma bandeira de seda, fotografias, etc.

Fotos da Inter-Americana para 'Caretta'



Um dos cartazes de propaganda apreendidos aos nipônicos e que se destinavam à colônia chinesa das ilhas Salomão. No extremo direito do cartaz aparece um soldado japonês derrubando, de uma arremetida, um dragão que simboliza as Nações Unidas. Quais, segundo a legenda, entravam a implantação da nova ordem na Ásia.

segundo o texto, como incentivo para a *Vitória Final* que se aproximava. Os norte-americanos, enquanto isso, repetiriam constantemente enquanto lembrete: “Remember Pearl Harbor!”.⁶⁷⁸



62 – “Remember Pearl Harbor”. *Caretta*. Rio de Janeiro (1799) 19 dez. 1942, p.22-23.

A questão da lembrança do ultraje era preservada por outro veículo de extensa difusão: o cinema norte-americano que, por sua vez, também era divulgado e exibido no Brasil. Tanto a *Caretta* quanto a *Fon-Fon!* mantinham desde a década de 1920, seções dedicadas à Hollywood nas quais estrelas norte-americanas ou baseadas nos Estados Unidos ditavam a moda, também ao sul do Atlântico.

Vinculada à temática do momento, a guerra surgia como o cenário privilegiado, capaz de mobilizar o público no sentido de fornecimento de apoio à causa Aliada.

⁶⁷⁸ “Remember Pearl Harbor”. *Caretta*. Rio de Janeiro (1799) 19 dez. 1942, p.22.

Sobre essa categoria de difusão de discursos, ressalto que embora não tenha sido nossa proposta abordarmos o cinema enquanto fonte principal, a presença importante desse meio de comunicação nos fez, em diversos momentos, refletir sobre as películas cinematográficas, que tinham como mote o tema de nossa pesquisa. Daí, também, a leitura de alguns autores como Marc Ferro, conhecido pelos seus estudos sobre inter-relação cinema x história. Utilizaremos aqui algumas de suas conclusões, a fim de fundamentarmos a nossa reflexão sobre o imaginário em torno dos japoneses nessa pequena fração da cultura norte-americana.

Para Ferro, as interferências entre cinema e história são múltiplas: como agente da história, enquanto instrumento do progresso científico; e como arte, quando “seus pioneiros passaram a intervir na história com filmes, documentários ou de ficção, que desde a sua origem, sob a aparência de representação, doutrinam e glorificam (...) Também na ficção o filme de propaganda aparece desde a origem: a favor ou contra Dreyfus, estigmatizando os boxers etc.”.

O cinema surge, portanto, como agente de uma tomada de consciência social, especialmente com a vulgarização das câmaras super 8, tendo como protagonista a sociedade. A intervenção na história está relacionada com os modos de ação que tornam o filme eficaz e operatório. Tal capacidade está ligada à sociedade que produz o filme e àquela que o recebe, que o recepciona.⁶⁷⁹

Nesse sentido de elemento mobilizador, um dos filmes comentados pela *Fon-Fon!* foi “Nossos mortos serão vingados”, uma produção dos *Estúdios Paramount*. O enredo girava em torno da resistência de um punhado de fuzileiros navais norte-americanos “aos milhares de japoneses que, poderosamente armados, atacaram de *surpresa* a diminuta Ilha de Wake”⁶⁸⁰. Vê-se novamente a menção ao caráter ardiloso do nipônico em relação ao ataque sem aviso, um estigma inevitavelmente associado à *raça*.

Compunha com a visão do articulista, que destacava a sinceridade norte-americana, que através da película, extravasava os revezes sofridos inicialmente, com o intuito de unificar o povo em torno do seu governo, “disposto a tudo, sem medir sacrifícios, com o motivo nobre

⁶⁷⁹ Marc Ferro. *Op.cit*, p.13-15. Ferro observa que o cinema pretende permanecer autônomo, agindo como um “contra poder”, um pouco à maneira das imprensas norte-americana e canadense. Afirma, também, que embora os cineastas “conscientemente ou não” estejam cada um a serviço de uma causa, de uma ideologia, esse fato não excluiria o fato de existir resistência e um “duro combate” por parte dos cineastas em defesa de suas próprias idéias. O seu trabalho suscitaria, portanto, uma nva tomada de consciência, escapando das correntes ideológicas dominantes e das instituições como a Igreja e partidos políticos.

Entretanto, a despeito do posicionamento do autor, nosso foco está na ideologia oficial veiculada pelo cinema.

⁶⁸⁰ Dentre outros filmes comentados pela *Fon-Fon!* citamos: “Gangsters contra a “quinta-coluna” cf. *Fon-Fon!* Rio de Janeiro (16) 17 abr. 1943, p.41 ; “Gung Ho” cf. *Fon-Fon!* Rio de Janeiro (19) 6 mai. 1944 p.22.

de vingar a pátria ultrajada”. Nesse sentido, o título do filme mostra-se adequado à ideologia veiculada.⁶⁸¹

A catarse se dava nas cenas em que se exibiam os soldados norte-americanos, “em um realismo cru” numa atitude de bravura diante de um oponente feroz e superior em números, sem aviões, quase sem armamentos, mas que mesmo assim, “fizeram os inimigos pagar um elevado preço pela posse da pequenina ilha”.⁶⁸²

Identificamos nessas passagens selecionadas a pretensão doutrinadora de unificar a população na luta contra o mal (Japão), sem medir sacrifícios. Os nipônicos são coletivamente identificados como traiçoeiros e fanáticos. A pesquisa de Wagner Pinheiro Pereira coincide com a percepção de Ferro em relação aos filmes antinazistas: se os alemães mantinham sua individualidade em relação ao regime nazista, cruel e sanguinário, enquanto brancos e europeus, aos japoneses era negada essa condição. Daí as produções hollywoodianas no período pós-Pearl Harbor retratarem os nipônicos como "japs", "bestas selvagens da selva", "macacos amarelos", "nips" ou "ratos de olhos puxados".⁶⁸³

A fim de reforçar a diferença entre o branco desejável e atraente e o amarelo nocivo e feio, a *Careta* publicou um artigo intitulado “Galãs japoneses” em sua edição de 14 de novembro de 1942, de autoria do jornalista Micromegas. Este iniciava o texto apontando a seguinte realidade: as empresas cinematográficas norte-americanas não costumavam reservar papéis importantes aos artistas japoneses.

Micromegas recordava-se somente de dois atores nos “últimos trinta anos”: Haiakava⁶⁸⁴ e Iamagata. Contudo, continuava, o elemento nipônico figurava com relativa frequência nos papéis secundários “com seu feitio próprio, que é a negação de nossas concepções sentimentais e artísticas”.⁶⁸⁵ Logo, os distanciamentos físico e espiritual são bem marcados. O paradoxo é a comparação entre atores japoneses e galãs adorados pelas mulheres

⁶⁸¹ “Nossos Mortos serão vingados”. *Fon-Fon!* Rio de Janeiro (19) 8 mai. 1943, s/p. O articulista da revista informa ao leitor que o enredo do filme era estritamente baseado nos arquivos do Departamento de Marinha dos Estados Unidos.

⁶⁸² *Idem.*

⁶⁸³ Wagner Pinheiro Pereira. *Guerra das Imagens: Cinema e Política nos Governos de Adolf Hitler e Franklin D. Roosevelt*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de História Social. FFLCH/USP, 2003, p. 269.

⁶⁸⁴ Micromegas refere-se certamente a Sessue Hayakawa (1889-1973), protagonista do filme *The Cheat* (1915) de Cecil B. DeMille, em que faz o papel de dândi japonês, Hishuru Tori, que através de chantagem tenta se apossar de Edith Hardy (Fannie Ward), uma fútil mulher da sociedade cujo marido encontrava-se arruinado. Esse filme é analisado enquanto exemplo do envolvimento sexual entre um homem japonês e mulher branca na vertente do estupro por Gina Marchetti. *Op.cit.*, p.19-32. Observe-se que Hayakawa, embora houvesse conquistado grande *status* como ator em Hollywood, viu-se vítima do sentimento antijaponês nos EUA e desde 1937 estava na França e ficou retido neste país pela ocupação alemã. Hayakawa uniu-se à resistência francesa e em 1957 foi indicado pela Academia de Artes e Ciência Cinematográfica ao Oscar de melhor ator coadjuvante pelo filme *A Ponte do Rio Kwai* (1956).

⁶⁸⁵ “Galãs japoneses”. *Careta*. Rio de Janeiro (1794) 14 nov. 1942, p.36.

como Clark Gable, William Powell, Robert Montgomery, Robert Taylor dentre outros. Mesmo na questão do espírito, não poderiam chegar a um Chaplin, talvez Buster Keaton “por ter ou fazer a cara muito inexpressiva”.

Nas demais passagens do artigo, Micromegas enumerava filmes antigos em que papéis de algum destaque couberam aos atores nipônicos. Num deles, cujo título não lhe ocorria, tanto o ator quanto a atriz principais eram japoneses, do mesmo modo o ambiente. O único personagem ocidental era um europeu, para quem a heroína japonesa se inclinava. No entanto, nas cenas, o “amarelo” disputara-a tenazmente, e deteve-a a força, liquidando o oponente branco traiçoeiramente, “como não podia deixar de ser”.

O articulista remetia-se novamente à Hayakawa e ao filme *The Cheat*, julgando seu desempenho como inferior ao que teria um norte-americano, embora “como coisa exótica, não deixava de agradar”. Especialmente no papel de um indivíduo “bem nipônico”: a de um homem riquíssimo a quem recorria uma mulher desesperada por ter perdido uma fortuna no jogo, soma pela qual era o seu marido responsável. Quando seu personagem Tori desejou cobrar o preço de sua generosidade, repellido pela mulher com asco, vingava-se carimbando-a na espádua com um sinete em brasa. “Bem japonês!”.

Outro ator citado, Iamagata, era qualificado como “boneco de engonço amarelo, sem jôgo fisionômico”. Para Micromegas, a extravagância dos diretores de então, lhe permitiram obter o papel de galã de Fancesca Bertini, “é verdade como príncipe malaio”. A conclusão do articulista: “Parecia um macaco ao lado de uma ninfa”.⁶⁸⁶

O texto preconceituoso trazia a tona os estigmas associados aos japoneses em sucessão, tendo como mote o moderno cinema e a atuação: a falta de criatividade e a feiúra [macaco amarelo]; o íntimo feroz e o exterior impassível [a máscara] e a índole traiçoeira. Identificamos, assim, a transferência de elementos presentes no imaginário norte-americano, para a realidade brasileira, justificando a veiculação de artigos desse conteúdo em uma revista ilustrada de importante circulação.

Gina Marchetti afirma que no caso do vilão japonês, seu papel estava diretamente vinculado à presença do Japão no imaginário norte-americano. De forma ambígua, o império era visto ao mesmo tempo como um país poderoso, culto e rico de mercadorias disponíveis para serem exploradas, e também como uma nação fraca, povoada por não-brancos, pagãos, inferiores bárbaros prontos para serem aproveitados para a expansão do capitalismo estadunidense. No entanto, a reação nipônica ao domínio branco, militar e econômica, elevou

⁶⁸⁶ Idem.

o sentimento antijaponês, cobrindo os súditos japoneses de estereótipos difundidos graças aos meios de comunicação de massa.

RIO DE JANEIRO
TELEFONIO 22-3721
END. TEL. KOSMOS
ESTE NUMERO CONTÉM 40 PAGINAS



Honras militares

O AMERICANO — Oh! não, general! Guarde sua espada! Com que diabo vai
você fazer o *harakiri*?

D. P. F.

3

63 – “Honras militares”. *Careta*. Rio de Janeiro (1858) 5 fev. 1944, p.3. AFBN-RJ.

Por outro lado, a dramaticidade dos combates empreendidos pelos militares dos Estados Unidos, exaltada pelas revistas *Careta* e *Fon-Fon!*, recebia a roupagem de comicidade nas charges, graças em parte a vantagem que vinha sendo obtida nas batalhas no continente asiático e na Europa. Em 5 de fevereiro de 1944, a *Careta* divulgava em seu

espaço de edital uma charge que sintetizava o futuro almejado pelo mundo civilizado: a humilhante derrota do Japão [Fig. 63].

A imagem clarifica o ditado popular, “o feitiço contra o feiticeiro”, ao exibir um subserviente e curvado General Hideki Tojo apresentando honras ao General Douglas MacArthur, empertigado e vitorioso. O japonês lhe apresenta a espada, mas recebe em resposta, um benevolente: “Oh não general! Guarde sua espada! Com que diabo vai você fazer o harakiri?”.

A mensagem transmitida ao leitor era simples e direta: a saída honrosa seria apenas o suicídio ritual, que Tojo não fizera menção naquele instante, mas inevitável por ser feitiço da raça. A ênfase, contudo, estava na subserviência e no reconhecimento da superioridade do outro, que adentrava ao país e de tudo tomava posse.

O chargista Théó marcava essa dominação norte-americana através da inserção de símbolos nipônicos como o Monte Fuji, o *Torii* (portal) emergindo sobre a água, referências conhecidas como japonesas, mas que tinham em si valores, também, religiosos.

O desejo de derrota contra o Japão repercutiria contra os seus súditos no Brasil, encarados como linha de frente do imperialismo japonês no Brasil. Essa imagem legitimava os meios pelos quais esses inimigos internos deveriam ser tratados e, do mesmo modo, *eliminados* do seio da nacionalidade.

3.5 – *Inimigos infiltrados: como combatê-los?*

Em relação às denúncias contra as atividades supostamente subversivas da comunidade japonesa no Brasil e os meios a fim de combatê-las, a *Careta* manteve sua linha atuante, política editorial que preservava desde o início da conflagração mundial. Por seu lado, a *Fon-Fon!* continuava a reiterar a necessidade de unificação nacional, identificação da quinta-coluna e a pregação indireta de como os inimigos deveriam ser tratados e eliminados.

Educando a Nação

Refletimos sobre essas fontes a partir da consideração de Giddens, que afirma como um dos pressupostos da centralização administrativa do Estado-Nação, o desenvolvimento da imprensa e a ampliação da alfabetização. Nesse contexto, foi criado um domínio ampliado do “público”. Afirma o autor que pela primeira vez fazia sentido utilizar este termo tanto como um substantivo quanto adjetivo. A imprensa expandiu-se não somente na capacidade de

“monitoramento reflexivo do Estado, mas também o distanciamento da comunicação do contexto oral”. Assim, apenas no período da expansão do Estado Moderno, no final do século XVIII, as potencialidades da imprensa passaram a ser totalmente reconhecidas e utilizadas, coincidindo com a coleta regular de estatísticas oficiais. Estabeleceu-se, então, a invasão de diários, gazetas, jornais e panfletos.⁶⁸⁷

Mônica Pimenta Velloso ressalta em seu ensaio “Cultura e poder político” o papel da construção da ideologia na sustentação e legitimação do Estado Novo junto à opinião pública. O seu estudo se baseia na análise de duas revistas em que cooperavam intelectuais orgânicos: a *Cultura Política* [vinculado ao DIP] e *Ciência Política* [seguia a orientação do DIP], enquanto veículos que produziam e disseminavam discursos legitimadores da ordem vigente, respectivamente.⁶⁸⁸

Velloso observa que a cultura é incorporada e manipulada pelo Estado, que “cria aparatos culturais próprios, destinados a produzir e a difundir sua concepção de mundo para o conjunto da sociedade”.⁶⁸⁹ No Estado Novo, a cultura está integrada ao político, sendo a primeira tutelada pela segunda. Essa concepção fundamenta a plena intervenção do Estado nos domínios da sociedade civil.

A autora enfatiza a importância do *Departamento de Imprensa e Propaganda* (DIP) no projeto político-ideológico do regime estadonovista. O órgão, fundado em dezembro de 1939, cuja direção estava à cargo de Lourival Fontes. O DIP era subordinado diretamente ao Presidente da República e possuía vários órgãos filiados nos vários estados (DEIPS) que, por sua vez, se subordinavam ao do Rio de Janeiro. Cabia ao DIP coordenar e centralizar as informações para os ministérios, para entidades públicas e privadas, no caso de propaganda do governo. A entidade incluía as seguintes divisões: divulgação, radio-difusão, cinema, teatro, turismo e imprensa.

Logo, a imprensa era o setor mais eficiente do DIP, que estava voltado prioritariamente para o exercício da censura e da propaganda do regime, e veiculava o

⁶⁸⁷ Anthony Giddens. *Op.cit.*, p.228.

⁶⁸⁸ A *Cultura Política* foi publicada entre março de 1941 e outubro de 1945, e tinha nos seus quadros os principais ideólogos do Estado Novo como Francisco Campos, Azevedo Amaral, Almir de Andrade e Lourival Fontes. Contava também com intelectuais das mais diversas correntes, como Nelson Werneck Sodré, Graciliano Ramos e Gilberto Freyre. O discurso elaborado dos artigos e editoriais, permeado de concepções filosóficas, demonstra que a revista era voltada a um público mais restrito, sobretudo a elite intelectual. Já a revista *Ciência Política* circulou entre novembro de 1940 e maio de 1945. Em seus quadros, figural intelectuais de pouca projeção. Tem um público mais amplo, dado o seu discurso em linguagem mais simples e mobilizador. Cf. Mônica Pimenta Velloso. “Cultura e poder político” In Lúcia Lippi Oliveira; Mônica Pimenta Velloso; Ângela Maria Castro Gomes (Orgs.). *Op.cit.*, p.74 - 81.

⁶⁸⁹ Idem, p.72-92.

discurso estadonovista através de revistas e jornais. O artigo 22 do dispositivo nº 15 da CF 1937 estabelecia a subordinação da imprensa ao poder público.

Intrinsecamente vinculada à cultura política e, portanto, o que era imposta à imprensa, era a questão da homogeneidade racial, que na visão dos ideólogos, produziria a identidade social, condição necessária para a implementação de um projeto político, que visava a unidade nacional. Em síntese: esse homem novo preconizado era o que abandonava seus interesses individuais em prol da coletividade.⁶⁹⁰

Tais debates travados primeiramente no seio da elite política e econômica, atingiram posteriormente os demais segmentos sociais alcançando, até mesmo, a classe popular, que embora não fosse letrada, era doutrinação pelas versões oficiais divulgadas pelos detentores do poder. Portanto, através da imprensa, do rádio, dos discursos governamentais e dos livros didáticos, o Estado republicano mobilizou as massas em prol da construção homogênea da sociedade e da nação brasileiras.

Nesse sentido, convém retomarmos o conceito de *massa* desenvolvido por Elias Canetti em sua obra *Massa e Poder*. Em sua definição, o homem supera o temor do contato com o desconhecido ou do toque de um estranho apenas quando ele faz parte da massa⁶⁹¹, situação em que esse temor transforma-se em seu oposto. Entretanto, a massa necessita ser *densa*, aquela na qual um corpo comprime-se contra o outro, densa inclusive em sua constituição psíquica, de modo que não atentamos para quem nos comprime. Desse modo, o receio, em meio a *massa* desaparece, pois nela todos são iguais, partes de um mesmo e único corpo.⁶⁹²

Para que tal coesão seja atingida são necessários dois fenômenos específicos. O primeiro deles é a descarga, que ocorre no interior da massa e contribui e, ao mesmo tempo, representa o momento em que todos os que a compõem desvencilham-se de suas diferenças e passam a sentir-se iguais. Assim, os diferentes níveis de hierarquia que separam os homens, as distâncias se esvaem. Conforme observa Canetti, esse sentimento de igualdade existirá tão somente se o processo de descarga tiver continuidade, uma vez que os homens não são de fato

⁶⁹⁰ Idem, p. 73-92

⁶⁹¹ Dentre as concepções de massa, o autor especifica a de “aberta” e “fechada”. Massa aberta configura-se quando ocorre ajuntamento de pessoas providas de todos os lados em direção a uma meta. Seu desejo é crescer, sem atentar para as fronteiras, pois o estancamento de seu crescimento a leva a desintegração. Já a massa fechada renuncia ao seu crescimento ilimitado, visando antes a sua durabilidade. Aqui há a fronteira, que delimita o espaço que lhe foi destinado e aonde a massa irá se fixar.

⁶⁹² Elias Canetti. *Massa e Poder*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 13-14.

iguais para sempre.⁶⁹³ Finalmente, a massa necessita ter uma direção, visto que ela se move em busca de uma meta, comum a todos que a compõe, o que fortalece a coesão entre os seus membros.⁶⁹⁴

“Uma meta exterior aos indivíduos e idêntica para todos soterra as metas particulares e desiguais que significariam a morte da massa”. (...) “Enquanto possuir uma meta inatingível, a massa persiste”.⁶⁹⁵

Assim, o regime estadonovista, além de se valer da censura e da cooptação dos meios de comunicação, utilizava-se também do rádio e do cinema para a propagação dos seus ideais como autênticos junto à população⁶⁹⁶. A associação dos meios sonoros e visuais com a imprensa escrita é esclarecida pelas revistas pesquisadas, particularmente pela *Fon-Fon!*. Desde 1935, o referido periódico mantinha a seção *PR-1*, sob a direção do radialista Alziro Zarur. Nesse espaço conviviam diferentes temas como a vida dos cantores e cantoras de rádio; concursos em que eram eleitos os intérpretes do ano e artigos sobre a importância do rádio para a educação cívica da população.

Dentre vários artigos publicados pela *Fon-Fon!*, apresentamos textos que consideramos modelares para o apoio do periódico na difusão de imagens através das ondas de rádios, com as quais se visava a mobilização da sociedade brasileira. Em 19 de setembro de 1942, a seção apresentava uma reportagem sobre o programa humorístico veiculado na PRA-3 – a *Rádio Clube do Brasil* do Rio de Janeiro – em se fazia paródia dos três líderes do Eixo: Hitler, Mussolini e Hiroito. O programa se intitulava “Somos do circo” e em sua parte final, segundo o jornalista Gomes Filho, apresentou “O Regabofê dos Vândalos”. As falas

⁶⁹³ Idem, p. 15-17. Canetti enriquece seu conceito de *massa* de acordo com a especificidade de condição: a *massa aberta*, não represada fisicamente, poderá continuar existindo se novos indivíduos se juntarem a elas, mantendo o seu processo de crescimento, impedindo que seus componentes voltem a sua posição inicial. No caso da *massa fechada*, o seu crescimento desordenado é impedido, mas é protegida contra as influências exteriores que poderiam ser perigosas e hostis, e a repetição – a perspectiva de se voltar a reunir – a iludem quanto a sua dissolução.

⁶⁹⁴ Canetti fornece enquanto exemplo deste fenômeno o slogan “ditame de Versalhes” utilizado por Adolf Hitler a partir da derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que se configurou no “momento gerador do nacional-socialismo”. “Versalhes” trazia à mente do alemão a proibição do serviço militar obrigatório, ou seja, do exército, principal símbolo de massa da Nação alemã e representava a necessidade de reconduzir a Alemanha a sua antiga condição de grandeza. Cf. Elias Canetti, *Op.cit.*, p. 179-181. Ainda sobre a ascensão de Hitler a partir do engendramento das massas e do seu conhecimento sobre os mecanismos de sua formação, além dos projetos arquitetônicos idealizados pelo seu arquiteto particular Albert Speer (1905-1981) que se destinavam a atrair e reter grandes massas ver: Elias Canetti. “Hitler por Speer”. In: *A Consciência das Palavras: ensaios*. Tradução de Márcio Suzuki e Herbert Caro. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p. 175-202.

⁶⁹⁵ Idem, p. 28.

⁶⁹⁶ O fascínio da propaganda política tendo o cinejornal como veículo privilegiado não atingiu somente os regimes nazi-fascistas ou varguista. No Brasil, o político paulista Adhemar de Barros, se valeu da inspiração da ditadura estadonovista, para “dar vida” ao seu discurso através do cinejornal “Bandeirante da Tela”. Cf. Rodrigo Archangelo. *Um Bandeirante nas Telas de São Paulo: o discurso adhemarista em cinejornais (1947-1956)*. Dissertação de Mestrado em História Social, FFLCH-USP, 2007.

atribuídas aos personagens, em versos espontâneos, “recheados de uma ironia contundente, tudo em linguagem bem acessível ao povo”, teriam acentuado bem o caráter dos vilões eixistas.⁶⁹⁷

O ponto primordial que estabelecemos é a observação da *Fon-Fon!* de que os humoristas de rádio elaboravam caricaturas, através da utilização de forte sotaque e na linguagem macarrônica. “A fala do japonês, com as suas risadinhas amarelas, foi bem defendida pelo radiador Nelson Nobre”. A quarta personagem, a futura vítima da sanha imperialista, era a América, interpretada pela atriz de rádio Olga Nobre. A declamação emocional e magnífica da “América” teria arrebatado a platéia do auditório do *Rádio Clube do Brasil*, que vibrara de “exaltação e patriotismo”. A conclusão de Gomes é expressiva: “A sátira do velho ‘broadcaster’ do PRA-3 alcançou, assim, o verdadeiro objetivo do Rádio: divertir educando”.⁶⁹⁸

Em síntese: em tempos de guerra, de perigos de diferentes cores (vermelho, amarelo e *ariano*) a diversão não poderia estar desvinculada da educação e do direcionamento dos sentimentos dos brasileiros à pátria ameaçada. Ainda na seção *PR-1*, Zarur expressava a sua opinião de que o rádio não deveria veicular música e literatura, essencialmente sentimentais, por “acabar por influir perigosamente na formação psíquico-física dos povos”. Afirmava que, romantizando o espírito, enfraquecia as qualidades “varonis inerentes aos espíritos belicosos”.

Dever-se-ia, em sua concepção, preparar a integridade do nosso país através da formação de um ânimo forte, ou seja, o espírito militar. A solução apresentada é a veiculação da música marcial, “vigorosa e incentivadora”, o que estimularia e contaminaria todos de energia, entusiasmo e de atividade. Comparava o mal da música e da literatura “derrotistas”, em voga, ao papel que tivera o personagem “Werther” na novela *Doutor Fausto*, de Goethe: o incitamento de grande número de suicídios.⁶⁹⁹

Efetivamente, mesmo as derrotas da Alemanha Nazista e da Itália fascista, consolidadas em maio de 1945, não empanou o uso do meio rádio por Adolf Hitler e Benito Mussolini enquanto modelo positivo para o Brasil. Os dois líderes são qualificados na Seção *PR-1* de “mortos de monstruosa projeção”, que se valeram da radiodifusão desde a ascensão ao poder: a irradiação dos discursos, a divulgação da doutrina, da educação direta das massas. Declarava a autora do editorial, Magdala da Gama Oliveira: “(...) o rádio fomentou a

⁶⁹⁷ “Os três ditadores no rádio”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (38) 19 set. 1942, p.55.

⁶⁹⁸ *Idem*.

⁶⁹⁹ “Minha opinião”. Seção “PR-1”. *Fon-Fon!* Rio de Janeiro (36) 4 set. 1943, p.51.

efervescência dos povos, focalizando, durante longos anos, as atividades dessa dupla de ‘super-homens’”.⁷⁰⁰

A mal disfarçada admiração pelos chefes totalitários – conforme os nomeia – é denunciada pelo título do referido editorial “O rádio perdeu dois astros”, pioneiros na utilização do rádio como arma psicológica. Há a defesa de que o rádio brasileiro se aproveitasse desse exemplo, não para semear *credos indesejáveis*, mas que fosse utilizado para o estabelecimento da paz, da ordem e do progresso.⁷⁰¹

A inserção de artigos que defendiam e exaltavam o valor do rádio enquanto poderosa arma de mobilização popular estava de acordo com a visão da *Fon-Fon!* nesse momento. Assim, a arregimentação da opinião pública por todos os meios de comunicação de massa foi exacerbada após a declaração formal de guerra ao Eixo em setembro de 1942, motivada por novos afundamentos de navios brasileiros.

Observamos, ainda, que a linha seguida pela revista foi a defesa do governo Vargas até o último instante⁷⁰² e a pregação da brasilidade e da união nacional. Publicara, mesmo em 13 de novembro de 1943, em menção ao aniversário do regime, um editorial elogioso intitulado “O Estado Nacional”. Neste, qualificava o regime de “democrático”, instituído graças ao patriotismo de Getúlio Vargas.⁷⁰³

Tendo concluído o levantamento de todos os números da *Fon-Fon!* e *Careta* entre 1942 e 1945, a diversidade de posições entre as duas revistas pôde ser estabelecida. A *Careta* manteve, através do humor, uma posição crítica em relação ao Estado, à despeito da censura e da atuação do DIP. Os artigos e charges de cunho xenófobo e nacionalista não podem ser atribuídos somente ao controle estatal, uma vez que o posicionamento antinipônico do periódico foi constante, desde o início da imigração japonesa. Já a *Fon-Fon!* alterou sua política editorial ao final dos anos 1920, tornando-se progressivamente feminina e dedicada aos assuntos mundanos.

A ruptura é visível quando do fortalecimento do movimento integralista do qual Gustavo Barroso, chefe de redação, fazia parte e no estabelecimento do Estado Novo, em

⁷⁰⁰ Seção “PR1 Fon Fon”. “O radio perdeu dois astros”. *Fon-Fon!* Rio de Janeiro (19) 12 mai. 1945, p.59.

⁷⁰¹ Idem.

⁷⁰² A *Fon-Fon!* não faz qualquer menção sobre a deposição de Getúlio Vargas, em 9 de outubro de 1945, e as futuras eleições. No seu lugar, a revista retoma seu caráter de revista voltada ao público feminino, abandonada no auge do conflito, privilegiando o seu espaço para artigos que tem como tema as mulheres, e para crônicas redigidas, também, por escritoras. Já a *Careta*, a partir do nº 1940 de 1 de setembro de 1945, inicia a oposição, inserindo no pé de suas páginas frases como “Sem eleições não há democracia. Alistai-vos”; “Democracia sem eleições é mistificação. Alistai-vos”. A partir do nº 1950 de 19 de novembro de 1945, a campanha é direta com frases tais como: “Brigadeiro é a esperança do Brasil. Votai nele”. O Governo Vargas é qualificado de “15 anos de período nefando” e Vargas designado como Caudilho.

⁷⁰³ “O Estado Nacional”. *Fon-Fon!* Rio de Janeiro (46)13 nov. 1943 p.3.

1937, quando encontramos artigos laudatórios ao regime, e posteriormente novo silenciamento após o *punch* integralista de 1938.⁷⁰⁴ Já no período de participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a revista volta a publicar artigos que pregavam a luta contra os elementos dissolventes da nacionalidade e perigosos à segurança nacional.

Isto posto, concluímos que o problema da imigração japonesa transcendia o jogo de poder, tendo sido presente na imprensa ilustrada a partir do instante em que se cogitara a possibilidade da corrente imigratória dessa origem ser direcionada para o Brasil. Há, portanto, persistência do mito que atribuía ao nipônico a pecha de estrangeiro traidor e nocivo, aquele que deveria ser evitado no seio nacional.

O diferencial na ditadura Vargas se encontrava nos sentimentos nacionalistas insuflados pelos meios de comunicação de massa, na estratégia do inimigo externo poderoso e dissimulado, capaz de justificar – pela necessidade de coesão nacional – a violência institucionalizada. Logo, o posicionamento, tanto da *Careta* quanto da *Fon-Fon!*, à despeito das especificidades apontadas, coincidia com a visão oficial à respeito dos imigrantes japoneses.

Desse modo, justificava-se a unificação contra o *perigo amarelo*, seja através do cinema, do rádio, dos artigos emocionais e das charges políticas sintéticas e diretas. Em que sentido se fazia essa doutrinação pelas revistas ilustradas, com relação à identificação do japonês inimigo e do tratamento que deveria lhe ser reservado?

O estigma do imigrante japonês como soldado do Mikado a executar planos totalitários continuava presente, mas a sua imagem tornava-se ainda mais agressiva, o que prenunciava a tragédia que ocorreria ao final da Segunda Guerra Mundial no Japão.

A vinculação do Império do Sol Nascente ao mal e a conseqüente verdade sobre o mito da invasão nipônica – como observamos anteriormente – se convertiam no outro lado da moeda, na segunda alternativa nefasta para o futuro da civilização branca e cristã. A primeira era o perigo vermelho, o comunismo internacionalista representada pela União Soviética. Em 19 de setembro de 1942, a *Careta* publicava um significativo artigo intitulado “Torcedores”, também de autoria de I. Grego, no qual procurava interpretar o fato dos brasileiros terem torcido pela vitória japonesa na Guerra Russo-Japonesa.

⁷⁰⁴ A *Fon-Fon!*, entre 1934 e 1937, publicou uma profusão de fotografias e artigos sobre o Integralismo e a Ação Integralista Brasileira, além de matérias positivas à respeito da Alemanha Nazista. Outra constatação importante é que no nº 52 de 25 de dezembro de 1937 não há nenhuma referência ao golpe estadonovista.

Os motivos para a inusitada torcida: a extensão territorial do império russo e a autocracia antipática à recém-proclamada república.⁷⁰⁵ A Rússia era um “colosso” e no imaginário brasileiro, o Japão era um conjunto de ilhotas em que habitavam homens, mulheres e crianças ocupados a fabricar biombos, porcelanas e caixas de xarão, vestidos de camisolas floridas. Havia a impressão de que a luta seria desigual.⁷⁰⁶ Desse modo, diante da aparente fragilidade japonesa, a simpatia brasileira pendera para o Império do Sol Nascente, ainda idealizado, romântico, original e, ao mesmo tempo, moderno.

No entanto, como observava Grego, o Japão vencera a Rússia, utilizando-se de deslealdade, como do seu *feitio*. Ainda, aproveitara-se da proximidade geográfica dos locais de combate, para facilitar sua vitória, em contraposição aos russos que “tiveram de dar meia volta ao mundo” para alcançá-los. Assim, a inegável superioridade nipônica era depreciada pela articulista, que a atribuía aos estratagemas desonestos e à sorte a favor dos amarelos. Comprovada a verdadeira face dos japoneses no corrente conflito mundial, Grego concluía que se uma vez houvera torcida para o Japão, hoje se “destorcia”.⁷⁰⁷

O mundo, no imaginário conservador das nossas elites e irradiado pela *Careta*, se via premido entre esses dois perigos, que atemorizavam até mesmo as demais Potências do Eixo. Se por um lado, a aliança militar com o Japão parecia interessante à Itália e à Alemanha a fim de obstruir os passos dos soviéticos, os japoneses eram visualizados como aliados incontroláveis, de fome insaciável e constante. A ameaça aos interesses soviéticos, por outro lado, despertava o poder de reação de Stalin.

Esse receio é abordado na capa da *Careta*, que circulara com a charge “As ‘coisas’ pretas e pardas” no dia 25 de julho de 1942. As cores do título não se relacionavam diretamente ao simbolismo das cores *vermelho* e *amarelo*, porém, a classificação da condição em que se encontravam Hitler e Mussolini.

A situação *preta* era a presença do monstro do *perigo vermelho*, aparentado a um dragão furioso, em que a saliva escorre pela sua boca. Inicialmente, ladeava ameaçadoramente o monstro do *perigo amarelo*, a conjuntura *parda*, ou seja, temporariamente sob controle. É

⁷⁰⁵ Na citada obra de Raul Tavares, publicada em 1934, o autor justificava a publicação de seu livro enquanto contribuição para a Marinha de Guerra Brasileira, através da arte e da ciência da guerra naval. O Japão aparecia como modelo em seu discurso belicista como uma nação que soubera tirar proveito da guerra para o seu desenvolvimento. A simpatia de Tavares pelo Japão justificava-se pela imagem da Rússia decadente, comparada ao regime monárquico no Brasil.

Na ocasião em que publicava o livro, a Rússia decadente e autocrática transmutara-se no perigo vermelho, coadunando ao discurso anticomunista do militar brasileiro. Cf. Raul Tavares. *Op.cit.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934, p.360-364.

⁷⁰⁶ “Torcedores”. *Careta*. Rio de Janeiro (1786) 19 set. 1942, p.4.

⁷⁰⁷ Idem, p.8.

digno de destaque que a identificação das “bestas” na charge obedeceu ao critério do desenhista, atribuindo as cores símbolos aos seus personagens animais [Fig. 64].

O Japão bestializado, ainda menos atemorizador, é representado como um réptil de dentes proeminentes, que ostenta um chapéu do modelo utilizado pelos camponeses nipônicos. Os estereótipos físicos do nipônico são incorporados ao ser monstruoso. São estratégias que evidenciam algo que já estaria colocado sem tais recursos. Contudo, a charge tem o papel de reforçar didaticamente as metáforas e os símbolos preconceituosos, que se desejava inculcar na opinião pública.

Os líderes do Eixo, Hitler e Mussolini, observavam na cena a evolução, tanto do inimigo como do *aliado do momento* e o primeiro observava: “- Parece que nós despertamos os “vermelhos” e os “amarelos”. Ao que o segundo retrucava: “- É verdade. Talvez seja prudente ‘azular’”.

A menção ao azul é outra referência simbólica, o medo, que acometia os personagens, humanizados, mas ridicularizados pelo chargista, que vislumbrava e fazia “ver” ao observador o futuro desses dois homens. Atiçaram monstros que haveriam de escapar de sua condução e, que se transformariam nos principais algozes da humanidade, caso os aliados não os “eliminasse” no devido tempo.

A União Soviética era, por sua vez, uma potência encarada pelas forças Aliadas como dúbia: assinara um pacto germano-soviético em 23 de agosto de 1939⁷⁰⁸ e com o Japão em 13 de abril de 1941⁷⁰⁹. Os acordos, rompidos com a Alemanha em 1941 e com o Japão em 1945 são, pela imagem em questão, comprovações inequívocas da índole, também, traiçoeira de Stalin. Os soviéticos seriam sempre inimigos ferozes das nações livres, não importando se estes surgissem nesse instante como “amigo de ocasião”.

As colônias japonesas, por sua vez, continuavam a ser apresentadas como quistos, seus membros como micróbios e vírus, que se espalhavam carregando a destruição onde quer que se instalassem. Eram *manchas de cor amarela*, conforme acentuava I. Grego na *Careta* de 24 de janeiro de 1942. É ressaltada a hipocrisia dos nipônicos que faziam publicar na imprensa anúncios agradecendo o bom acolhimento que recebiam no Brasil, enquanto assaltavam *traíçoeiramente* o Pacífico e visavam as nossas riquezas. Entretanto, essa propaganda

⁷⁰⁸ O *Tratado Molotov-Ribbentrop* foi um tratado de não-agressão firmado entre a Alemanha Nazista e a União Soviética, que estabelecia que nenhuma das nações favoreceria seus inimigos nem invadiriam os seus respectivos territórios. Graças ao pacto os soviéticos não reagiram à invasão nazista da Polônia, em 1 de setembro de 1939, tendo ficado claro o apoio alemão nos interesses soviéticos na Finlândia, Estônia dentre outros países do Leste Europeu. O tratado foi rompido somente em 22 de junho de 1941, quando a Alemanha iniciou a invasão do território soviético.

⁷⁰⁹ A declaração de guerra da União Soviética ao Japão deu-se somente em 8 de agosto de 1945, embora já em abril desse mesmo ano, os soviéticos tenham anunciado o fim da neutralidade.

nipônica não teria resultado almejado, na opinião de Grego, graças a solidariedade brasileira para com os Estados Unidos.⁷¹⁰

O referido artigo nos fornece importantes informações à respeito de uma lista negra elaborada pelos norte-americanos, que supostamente revelava o número considerável de firmas japonesas e pró-japonesas em seu território. Essa circunstância leva o articulista a comparar essa situação ao território paulista, tema de um “suelto” publicado pelo *Correio da Manhã* (RJ). Este partia da publicação da *Associação dos Geógrafos Brasileiros*, “Geografia”, que exibira um mapa do Estado de São Paulo em que estavam apontados os núcleos coloniais japoneses.

A crítica estava não somente nessa realidade, mas no fato de se ter permitido essa obra anti-nacional planejado nos Antípodas. O Brasil deveria, tendo “acordado tarde”, seguir o exemplo dos Estados Unidos e do Panamá, que estavam tomando medidas drásticas contra a infiltração amarela. A solução igualmente drástica sugerida por I. Grego seria recambiar os nipônicos aqui “aboletados”, para abortar futuros desgostos, uma vez que repetia argumentos já mencionados em seus textos anteriores: a “absoluta” incompatibilidade étnica e as “veleidades expansionistas do império amarelo”.⁷¹¹

⁷¹⁰ “Manchas amarelas”. *Careta*. Rio de Janeiro (1752) 24 jan. 1942, p.4.

⁷¹¹ Idem.

25
JULHO
1942

Careta

NUMERO
1778
ANO
XXXV



CAPITAL DO REIS

As "coisas" pretas e pardas

ESTADOS DO REIS

- Parece que nós despertamos os «vermelhos» e os «amarelos».
- É verdade. Talvez seja prudente «azular».

A *Careta* em sua tenaz campanha *anti-totalitária*, como qualificava, clamava contra os subterfúgios que os imigrantes japoneses se utilizavam para “burlar” a vigilância do Estado. Um deles era a adoção de “correios clandestinos”, através dos quais os nipônicos estariam “trocando mensagens secretas” em seu próprio idioma. Descoberta essa atividade em São Paulo, a revista valia-se desse mote para fazer valer as expressões preconceituosas correntes: o correio se incumbia da correspondência postal dos colonos nipônicos “que infestam aquele Estado”. Outras frases de efeito são incorporadas: “Procurando-se segregar por todos os meios”; “repudiando a língua, os costumes e o sangue brasileiros (“neste ultimo caso com vantagem para nós; “esses amarelos teem levado sua audácia” etc). Teriam chegado a ponto de não quererem se utilizar o serviço postal, monopólio estatal.⁷¹²

Dentro desse universo discursivo, não havia a consideração sobre os motivos pelos quais a comunidade japonesa recorria aos correios particulares: a falta de conhecimento do português, principalmente nas zonas rurais; recebimento de jornais e revistas da comunidade, que circulavam clandestinamente. O interesse de se informar como podiam, diante do cerceamento oficial⁷¹³ por parte dos nipônicos, foi classificado como ação totalitária, adequado ao ambiente conspiratório que os envolvia.⁷¹⁴

Nesse contexto, se justificava nova retomada da personalidade de Miguel Couto, que combatera, na Academia e no Parlamento, a imigração japonesa para o Brasil desde a década de 1920. Couto adquire o *status* de visionário que tentara, por todas as formas, alertar sobre a nocividade dessa corrente, mas que não fora ouvido graças à tolerância incauta do governo e da sociedade.

A primeira abertura à infiltração teria sido a Constituição de 1891, que pela sua liberalidade permitira o enriquecimento daqueles que exploravam os contratos de introdução de imigrantes. Essa imprevidência permitira a implantação dos quistos raciais formado pelo “rebotalho humano apanhado na Europa”. Posteriormente, chegaram rebotalhos da Ásia, quando enfim se adotou o sistema de cotas. Para o articulista I. Grego, infelizmente os nipônicos foram também contemplados com a sua cota, apesar da luta de Miguel Couto, fundamentado no exemplo norte-americano.⁷¹⁵

⁷¹² “Atividades totalitárias”. *Careta*. Rio de Janeiro (1757) 28 fev. 1942, p.43.

⁷¹³ Em 8 de dezembro de 1942, foi estabelecida, também, a censura oficial à correspondência internacional. O Serviço de Correios e Telégrafos passou a controlar a remessa e o recebimento de cartas, livros, mapas, projetos ou qualquer tipo de documento gravado (gravação fotográfica ou qualquer outra técnica de reprodução, telegramas, carbogramas, radiotelegramas e conversão telefônica).

⁷¹⁴ Nos prontuários produzidos pelo DEOPS/SP há casos recorrentes de correios clandestinos desbaratados pela Polícia Política. Em um deles, há fotografias do correio japonês de Lins, imagens registradas pelas autoridades policiais a fim de comprovar o crime político. Cf. Marcia Yumi Takeuchi. *Op.cit.*, 2008, p. 218-219.

⁷¹⁵ “Miguel Couto e os amarelos”. *Careta*. Rio de Janeiro (1759) 14 mar. 1942, p.40.

Os nipônicos, classificados de “fanáticos”, que manejavam uma arma poderosíssima, a “dissimulação”, aguardavam o momento de desfechar o seu “Pearl Harbor” individual, com “incrível paciência”. Um dos exemplos apontados era a escola clandestina conduzida com a pertinácia característica da raça. “Miguel Couto tinha toda a razão, e ainda é tempo de lhe seguirmos os sábios conselhos”.⁷¹⁶

Além de fanáticos e dissimulados, aos japoneses eram atribuídos crueldades que manifestavam sua natureza desumana. Essa qualidade demonstrada nos campos de batalha asiáticos seria transferida para os membros da comunidade que residiam no Brasil. Em resumo: os acontecimentos da guerra, generalizados, bestializavam o nipônico. Uma das provas oferecidas para enfatizar a crueldade japonesa que extrapolava o “usual” do conflito, necessariamente sangrento, era a sua utilização de armas de efeito arrasador, que ceifavam vidas inocentes de civis.

A *Careta* revelava a detonação de bombas incendiárias de fósforo branco e questionava se não seria o caso de “fazer virar o feitiço contra o feiticeiro”.⁷¹⁷

Outra estratégia de guerra japonesa era a biológica, buscando o extermínio em massa, alvo de crítica por parte da revista na sua edição de 6 de junho de 1942. Afirma o articulista “B.”, que a *Time* publicara uma reportagem no dia 9 de março, informando que os japoneses tentaram, por meio de aeroplanos, disseminar a peste bubônica na cidade chinesa de Changteh. Os fatos narrados: no dia 4 de novembro do ano anterior, cinqüenta mil habitantes dessa cidade se abrigaram ao avistarem um avião japonês. No entanto, durante seu sobrevôo de uma hora, este não lançara sequer uma bomba, mas espalhara grãos de arroz e fiapos de algodão. A polícia local teria destruído essa carga curiosa, mas encaminhara algumas amostras ao laboratório, que comprovara bacilos da peste.⁷¹⁸

O resultado fora a ocorrência, em uma semana, de seis casos fatais da doença em uma localidade que não conhecera o mal há dez gerações. “B.” ainda acrescentava o seu próprio informe à notícia original: anteriormente, ainda em 1940, os japoneses fizeram tentativa semelhante, lançando em outra povoação chinesa pulgas infectadas envolvidas em pequenos sacos de algodão com grãos de cereais, com o objetivo de atrair os ratos. Para a infelicidade dos “planos sórdidos” dos nipônicos, o frio matara os roedores, frustrando-os. Finalizava o artigo decretando: “Nós já sabemos do que são capazes os amarelos do Sol Nascente; para o mal não lhes falta a inteligencia, que tanto mingua em outros sectores”.⁷¹⁹

⁷¹⁶ Idem.

⁷¹⁷ “Fosforo branco”. *Careta*. Rio de Janeiro (1763) 11 abr. 1942, p.7.

⁷¹⁸ “Arma traiçoeira”. *Careta*. Rio de Janeiro (1771) 6 jun. 1942, p.12.

⁷¹⁹ Idem.

Crueldade, inteligência parca ou raça de mentalidade atrasada/primitiva, as denúncias sucediam-se na *Careta*, que se valia do que se publicava na imprensa norte-americana. Foi possível comprovar que reproduções fotográficas da *Time* e da *Life* circularam no Brasil não somente através das revistas, mas também nas publicações de propaganda antinipônica. Citamos, em alguns momentos no decorrer desta pesquisa, o livro de Carlos de Souza Moraes, enquanto um dos livros mais representativos dessa vertente. O autor inserira reprodução fotográfica de militares japoneses em treinamento de baioneta, utilizando prisioneiros chineses no lugar de sacos de areia. Moraes concluía que os nipônicos, além de considerarem divertido o sofrimento alheio (sadismo recalcado), supria a falta de imaginação da raça, que para o manejo da arma, necessitava de uma vítima real.⁷²⁰ Essa mesma imagem, publicada na *Life* originalmente, foi reproduzida pela *Careta*, em 11 de abril de 1942, acrescida de comentários da mesma natureza de Moraes: os nipônicos queimavam prisioneiros vivos, violavam e estripavam as mulheres. Esses atos seriam enaltecidos no Japão. Conclui a revista: “(...) pilham e chacinam como se uma atrocidade fosse a coisa mais natural do mundo (...) O soldado japonês chega mesmo a alardear suas atrocidades. E foi dessa gente barbara que se encheu o Brasil”.⁷²¹

Na tentativa de amplificar a imagem de bárbaros atribuída ao nipônico, a *Careta* valia-se das charges, que dialogavam com os textos. Nas imagens, os “defeitos” da vítima eram exagerados com o objetivo de tornar verossímeis os crimes atribuídos ao exército japonês. A charge publicada em 25 de abril de 1942, apresenta a síntese demolidora da situação de ameaça à civilização representada pelo “imperialismo amarelo”: a escravidão e a autodestruição [Fig. 65].

Tendo como mote um suposto trecho de telegrama segundo o qual os nativos de Nova Guiné teriam voltado à sua condição de canibais, o desenhista coloca em cena duas personagens tipicamente cariocas: despreocupados, comentando o assunto em voga. Ao ter conhecimento de que os naturais da terra tornaram-se antropófagos, após o desembarque das tropas japonesas na região, um deles decretava: “- Eu esperava por isso. Os amarelos tinham anunciado que levariam a todos os pontos do Pacífico a ‘civilização japonesa’...”.

A interpretação era óbvia: os “silvícolas” abdicaram da sua condição de “bárbaros” graças a chegada da civilização européia, superior. Entretanto, a dominação nipônica, sinônimo de escravidão, os fizeram regredir. Assim era a *civilização amarela*, antropofágica, que visava “engolir o mundo todinho”, conforme se referira o personagem italiano,

⁷²⁰ Cf. Marcia Yumi Takeuchi. *Op.cit.* 2008, p.135.

⁷²¹ “A crueldade japonesa”. *Careta*. Rio de Janeiro (1763) 11 abr. 1942, p.40.

companheiro de viagem de trem de Muraoka, personagens do citado romance de Oswald de Andrade.⁷²²



(Os selvícolas da Nova Guiné tornaram-se novamente antropofagos depois do desembarque ali de tropas japonesas).

— Eu esperava por isso. Os amarelos tinham anunciado que levariam a todos os pontos do Pacífico a «civilização japonesa»...

O. N.

65 – [Os canibais]. *Careta*. Rio de Janeiro (1765) 25 abr. 1942, p.16. AFBN-RJ.

Efetivamente, a realidade dos maus tratos e o comportamento bárbaro do Império do Sol Nascente não pode ser negada, visto que foram comprovados pela historiografia e registros da época. No entanto, as alegações da *Careta* e dos intelectuais antinipônicos responsabilizavam somente os japoneses e os alemães⁷²³ pelas brutalidades da guerra. Conforme a própria revista, através de Micromegas, mencionava: os japoneses e alemães, tão acostumados à nossa “incrível tolerância”, deveriam estar assombrados com a reação às suas atividades totalitárias. As duas comunidades, continuava o articulista, teriam “caído das

⁷²² Cf. página 239.

⁷²³ Com as devidas diferenciações já apontadas em relação aos nipônicos.

nuvens” quando começou e se acelerou o combate “a todos esses inomináveis abusos”. Os alemães com a sua “burlesca e cervejosa empáfia” e os japoneses com a sua “hipocrisia inata”.⁷²⁴

Notamos que mesmo nessas pequenas sentenças, as qualificações em relação aos germânicos e nipônicos são distintas. Os alemães recebem a classificação amenizada de orgulhosos, personalidade exaltada pelo apreço à cerveja, que os tornavam cômicos. Os nipônicos são de uma falsidade intrínseca e original. Esse “lapso” do articulista é colocado em segundo plano quando este declara serem ambos os povos “carneirais e de mentalidade atrasada” e “animais daninhos”, que deveriam ser expurgados do nosso solo.⁷²⁵

A guerra teria sido “um relógio despertador” e afirma Micromegas, que se por um lado esta facilitou a repressão, de outro dificultara a tranqüilidade nacional, uma vez que não “poderíamos expulsar sumariamente essa gente...mas não há condução”.⁷²⁶

Os japoneses são interpretados como pertencentes a um povo obtuso de inteligência limitada e que, ao invés da imaginação, se valiam de maquinações, de ações ao invés do raciocínio. A prova era o seu fanatismo, que uma minoria mais preparada e “espertalhona” insuflava por meio da educação: a necessidade de grande número de filhos a fim de dominar o mundo; viver com sobriedade a fim da pátria se “armar até os dentes”; e a honra de se morrer pelo imperador. É, em resumo, o conteúdo do artigo “Os homens do Sol Nascente”, publicado pela *Careta* em 8 de agosto de 1942.

O tom do artigo é ofensivo, sendo de destaque esta passagem: “(...) Fazem o hara-kiri porque julgam que a alma está nas tripas; e la talvez esteja mesmo”.

O Japão não teria dado ao mundo nenhum artista de valor, um grande cientista ou um grande pensador. Os japoneses só teriam sucesso nas atividades que demandassem minúcias, paciência, imitação, “características da mediocridade”.⁷²⁷

Do fanatismo se originava a valentia, a audácia nipônica, quase às raias da loucura, e a dissimulação, “arma de fracos, inata na raça e que a educação cultiva”. Os japoneses teriam até mesmo se utilizado de sua versão do *Cavalo de Tróia*, a fim de penetrar em um aeródromo malaio. Imitando um funeral chinês, militares japoneses teriam se escondido em um esquife, que ao ingressar no local, teriam surgido com as armas em punho. Mais ainda, os nipônicos se

⁷²⁴ “Ruidoso despertar”. *Careta*. Rio de Janeiro (1775) 4 jul. 1942, p.2.

⁷²⁵ Idem.

⁷²⁶ “Ruidoso despertar”. *Careta*. Rio de Janeiro (1775) 4 jul. 1942, p.6.

⁷²⁷ “Os homens do Sol Nascente”. *Careta*. Rio de Janeiro (1780) 8 ago. 1942, p.8;12.

utilizariam costumeiramente da bandeira branca para iludir os inimigos. “A brutalidade, o crime mesmo, contra os vencidos, são tolerados; e eles são deshumanos”.⁷²⁸

No referido episódio do enterro, fica evidente a intenção do articulista I. Grego de reforçar o caráter imitativo do japonês, numa referência aos gregos, e criticava, do mesmo modo, a organização familiar. O papel humilhante da mulher, a venda de filhas pelos camponeses, todos os aspectos são mencionados como negativos e próprios à raça. No arquipélago nipônico, o que havia “são dezenas de milhões de máquinas de procriar e matar”.⁷²⁹

Efetivamente, sucedem-se notícias e revelações à respeito das atividades contra a segurança nacional nas páginas da *Careta*. Mesmo supostas cartas apreendidas pela *Polícia Política* eram publicadas. Uma delas teria sido dirigido por um japonês a seu irmão e foi classificada de prova da espionagem nipônica no Brasil. Pelo valor simbólico do documento, reproduzido pela revista, o transcrevemos algumas passagens aqui:

“Querido irmão. (...) Ha muito que estamos esperando a guerra entre o Japão e os Estados Unidos com a cooperação de toda America. Não sei como estão pensando os governantes dos países do Eixo sobre a nossa situação aqui, onde estamos sendo maltratados como cães. Os caboclos brasileiros não sabem lidar com a gente. Os culpados do tratamento grosseiro que nos estão dispensando são os ingleses e os norte-americanos, que so querem ver a nossa desgraça, pois os mesmos são dotados de espirito de maldade. Os brasileiros nos odeiam por sermos de uma raça diferente, amarela. Se continuar a piorar a situação para nós, o govêrno do Japão ha de nos proteger: com esse fim mandará tropas para aqui. Se o Micado der ordens, sentar-nos-emos até no fogo, mas, do Govêrno do Brasil, não aceitamos ordens! Essa gente não compreende. Precisamos meter o chicote até corta-la. A partir desta data vou organizar boletins com noticias dos acontecimentos que sucederem aqui e no Japão que nos possam interessar. Junto remeto alguns exemplares para leres e distribuires entre os nossos”.⁷³⁰

Essa carta, traduzida pelo DEOPS/SP, demonstra a circulação do discurso antinipônico na sociedade. Comprovado que foi a *Polícia Política ter bebido* nas informações veiculadas pela literatura de propaganda contrária aos imigrantes japoneses⁷³¹, a imprensa ilustrada se encarregava de uma divulgação massiva do sentimento anijaponês.

Neste caso em questão, a análise de I. Grego nos fornece subsídios esclarecedores para a nossa reflexão.

⁷²⁸ Idem.

⁷²⁹ Ibidem. Analisamos a imagem da mulher na sociedade japonesa no sub-capítulo 3.1 – *Atração e repulsa: o estereótipo da gueixa*, p. 254-280.

⁷³⁰ “Carta de um japonês”. *Careta*. Rio de Janeiro (1775) 4 jul. 1942, p.10-11.

⁷³¹ Este aspecto foi analisado em minhas pesquisas anteriores a saber: *O Perigo Amarelo em Tempos de Guerra* (2002) e *O Perigo Amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito* (2208).

O “atrevidíssimo documento” apontava, na visão do articulista, as verdadeiras intenções dos japoneses quando imigravam: preparar a incursão imperialista, destruir a liberdade e arrancar aos verdadeiros donos as riquezas nacionais. Grego desprezava a reclamação do “japonês”, que dizia estarem os nipônicos sendo maltratados como “cães”. Não seria verdade, embora merecessem. Essa conclusão é possível, pois para o jornalista, os japoneses eram *todos* “reconhecidamente espíões”. Já a queixa em relação aos “caboclos brasileiros”, o articulista observava que, na realidade, estes eram “simplicírios, acolhedores, francos, valentes e honestos”. Portanto, não poderiam jamais lidar com gente “dotada do avesso de todas essas qualidades”. Logo, em sua opinião, os japoneses eram solertes, hostis, dissimulados, covardes e trapaceiros.

A alegação do missivista sobre o ódio dos brasileiros aos nipônicos por estes serem da raça amarela, o articulista nega também esse fato, alegando que “não odiávamos os chineses, nossos aliados”. “O que nós detestamos nos japoneses é a deslealdade, mascarada por seu sorriso hipócrita, com que teem vindo com intenções sinistras”. A contradição, que conforme observamos é recorrente, é a miscigenação e o cruzamento condenados: a resistência nipônica ao cruzamento teria nos poupado do “desgosto de ver nascerem brasileiros quasi anões, de caratona amarela e inexpressiva e alma de serpente”. À ameaça das tropas nipônicas, Grego respondia que não intimidava a nação e o “chicote” seria brandido pelos nacionais, “pois estamos na nossa casa; bastará, porém, uma boa vassoura para limpar o Brasil da praga nipônica que assola”. Continua Grego: “Os ingleses e os norte-americanos são dotados de espírito de maldade’. Não! Os ingleses e os norte-americanos não são traidores”. Ambos os povos estariam trabalhando para livrar o mundo das garras dos japoneses, “dotadíssimos do espírito de maldade”, outros povos da escravidão.⁷³²

Consequentemente, a maldade ficava à cargo do Império do Sol Nascente a ameaçar nações pobres e indefesas. Novamente recorria-se às imagens do monstro rasteiro e da serpente, à espreita para atacar na primeira oportunidade a vítima.

A *Careta*, atendendo à necessidade de insuflar o medo, recorria à representação iconográfica do “Mal Simbólico”, que precisava ser conscientizado e difundido junto às massas. A capa do seu número 1785 de 12 de setembro de 1942, apresenta o líder pela independência indiana, Mahatma Gandhi⁷³³, sendo advertido por John Bull. Diante das duas

⁷³² “Carta de um japonês”. *Careta*. Rio de Janeiro (1775) 4 jul. 1942, p.10-11.

⁷³³ Mohandas Karamchand Gandhi (1869-1948) idealizador e um dos fundadores do moderno Estado indiano. Defendia o princípio da não-agressão e da desobediência civil como modalidades de revolução. A partir desses princípios, liderou o movimento pela independência da Índia do jugo britânico.

personagens um feroz Japão, transmutado no *monstro amarelo* de dentes escancarados e garras afiadas [Fig. 66].

A interpretação para esta charge – assim como para as demais selecionadas para a pesquisa – pressupõe o conhecimento do contexto histórico em que foi produzida e divulgada. O movimento de independência da coroa britânica, encabeçado por Gandhi valia-se da desobediência civil e da não-violência. Essa conduta é criticada pelo império britânico, especialmente considerando que os princípios pacifistas do indiano significavam a resistência “sem sangue” contra o imperialismo japonês na Ásia.

A frase de John Bull é representativa nesse sentido: “- Se você continuar a desobedecer, o papão te come”.

A mensagem transmitida ao tranqüilo, bucólico e despreocupado Gandhi, acompanhado de uma cabra, é facilmente compreensível: caso os ingleses deixassem a Índia, o Japão ocuparia o seu lugar e traria a *era do terror* para o seu povo. Há a presença inegável da dicotomia: o imperialismo bondoso, que trazia a civilização e a liberdade, de um lado, e o imperialismo destrutivo e abominável.

O “bicho papão” amarelo, que trazia em suas feições – além das suas cores amarela e vermelha [bandeira japonesa] no corpo – a máscara assustadora, que fazia referência aos demônios presentes na arquitetura dos templos budistas japoneses.

A associação entre psicologia, religião e estética – estigmas simbólicos e físicos – visava demonstrar o caráter inato da agressividade e da brutalidade do *Outro*, de cuja ameaça os brancos deveriam defender os mais fracos e inferiores.

12
SETEMBRO
1942

Careta

NUMERO
1785
ANO
XXXV



CAPITAL 500 REIS

Entre dois fógos

ESTADOS 400 REIS

— Si você continuar a desobedecer, o papão te come.

A Índia estava, portanto, entre dois fogos: a colonização exploratória inglesa, travestida de civilizatória e generosa, e o abismo de se tornar satélite nipônico, de uma tragédia sem qualquer disfarce.

Segundo John W. Dower, esse modo de representar a ameaça japonesa esteve presente, também, na imprensa norte-americana, cujas charges retratavam a “serpente amarela atingindo o Ocidente”. Artistas e cartunistas criavam dragões, figuras enormes rotuladas de “hordas japonesas”, se movimentando em um pano de fundo saturado de amarelo. Nas imagens, verificava-se que a agressão japonesa foi inserida dentro da conjuntura de guerra racial contra o povo nipônico e seus valores.

Os jornais norte-americanos caracterizavam a guerra na Europa como “briga familiar”, uma luta entre nações brancas, que não ameaçavam a civilização ocidental. De outro lado, o Japão, um “inimigo de incomparável ferocidade e ganância” estaria combatendo por ideais orientais.⁷³⁴ Em suma, no imaginário estadunidense, logo repercutido no brasileiro, a vitória japonesa significaria a destruição das raças brancas.

Os termos racistas em relação aos nipônicos como “macacos amarelos”, “bastardos amarelos” tornaram-se freqüentes na música e na literatura popular norte-americana.⁷³⁵ Tais considerações e receios foram transferidos para o cotidiano dos imigrantes japoneses no Brasil. Estes foram taxados de espião, anão, serpente e praga, que deveriam ser enxotados do território nacional, a fim de preservá-lo da destruição.

A animalização e a depreciação do nipônico chegavam ao ápice. A vinculação do inimigo aos insetos daninhos não foi incomum no discurso antinipônico da *Careta*. Os núcleos coloniais receberam essa pecha corrente, assim como às relacionadas às doenças. Esse processo está presente enquanto metaforização do perigo, especialmente nas campanhas saneadoras.

Em um dos artigos, publicado em 12 de dezembro de 1942, a revista comentava os procedimentos para tornar salubres áreas da Baixada Fluminense e da Baixada Santista, em que eram freqüentes os casos de malária, expurgando-se das referidas regiões o mosquito transmissor da doença.⁷³⁶

A *Careta* lembrava que nesses locais localizavam-se colônias japonesas, que ao mesmo tempo em que se dedicavam ao cultivo de arroz e à pesca, “não se teem esquecido de levantar plantas exatíssimas de toda essa area e de colocar-se em situação de eventualmente proteger desembarques”. A conclusão defendida era que os japoneses buscavam se instalar

⁷³⁴ John W. Dower. *Op.cit.*, p.162.

⁷³⁵ Idem, p.163.

⁷³⁶ “Baixadas”. *Careta*. Rio de Janeiro (1798) 12 dez. 1942, p.40.

em pontos estratégicos e aguardar “a oportunidade pacientemente esperada”. O receio manifestado no artigo é que o saneamento beneficiaria os nipônicos, que progrediriam mais às “nossas custas”. A solução seria preliminarmente expulsar esses “traíçoeiros intrusos”. “Por mais daninhos que sejam os anofeles, serão sempre de inocência angelica diante do mal que podemos esperar desses amarelos, aos quais em ma hora abrigamos hospitaleiramente as nossas portas”.⁷³⁷

A transmutação do nipônico em mosquito, acrescido das demais terminações citadas anteriormente, facilitava, a radicalização da repressão a que a sua comunidade estava já submetida. O imigrante, assim como seus filhos, eram forasteiros, que não tinham direito de permanecer no Brasil. Eram etnicamente e moralmente distantes do que era almejado para a nação brasileira. A guerra somente evidenciara uma realidade há muito conhecida. As denúncias do cárcere e da violência física, aliada à simbólica, tornavam possível e aceitável a hipótese de se excluir por todos os meios os imigrantes japoneses, vislumbrados como quase que não pertencendo à espécie humana.

Edmund P. Russell III em seu artigo "Speaking of Annihilation": Mobilizing for War against Human and Insect Enemies, 1914-1945", analisa a relação existente entre o desenvolvimento de inseticidas potentes contra pragas e a criação de armas de destruição em massa durante as duas grandes guerras mundiais.⁷³⁸ Este autor desenvolve suas reflexões a partir de duas charges publicadas em diferentes periódicos, que circulavam nos Estados Unidos no período da Segunda Guerra Mundial e, também, da comprovação de que muitos dos pesticidas eram sub-produtos da fabricação de explosivos e gases letais.

A primeira divulgada pela revista da marinha dos Estados Unidos, *Leatherneck* na sua edição março de 1945, apresentava uma criatura classificada de "*Louseous Japonicas*" ("piolho japonês") e afirmava que esta "*vivia nos arredores de Tóquio... deve ser completamente aniquilado*". A segunda, que apareceu em um anúncio de um jornal da indústria química, *Soap and Sanitary Chemicals*, de abril de 1944, promovia fragrâncias para eliminar o odor dos inseticidas. Seguindo a retórica difundida na Segunda Guerra Mundial, o texto que a acompanhava se inicia "pregando a aniquilação". A imagem mostra três criaturas com corpos de insetos, cada um deles acompanhados de cabeças estereotipadas representando um inimigo nacional. A criatura italiana está caída de costas, numa alusão à vitória aliada sobre o exército italiano. As criaturas alemã e japonesa continuam resistindo, enquanto armas

⁷³⁷ Idem.

⁷³⁸ Edmund P Russell III. "Speaking of Annihilation": Mobilizing for War against Human and Insect Enemies, 1914-1945. In *Journal of American History*, o. 82, n° 4, março de 1996, p.1505-1529.

detonam nuvens químicas sobre elas. Como inimigos humanos, o anúncio sugere, os inimigos insetos poderiam e deveriam ser exterminados.⁷³⁹

Russell observa que poucos meses após a divulgação dessas imagens, os Estados Unidos executaram o bombardeio atômico em Hiroshima e Nagasaki. A conclusão que se poderia chegar é que a utilização da metáfora da guerra ao se referir ao controle dos insetos, transformou a participação militar norte-americana no conflito, de uma questão de potencial problema moral, para uma virtude moral. Comparar armas químicas aos inseticidas tornava mais fácil representar o gás venenoso como natural e humano.

Desse modo, representar os inimigos nacionais como animais ou insetos - metáforas de animal -, desumanizá-los, amortecia o sentimento de culpa em matar civis ou militares durante uma batalha. A expressão "aniquilar" ganhava um novo sentido, voltado não apenas contra os inimigos naturais.

Nesse sentido, os nazistas, ao compararem os judeus aos insetos e animais peçonhentos, levaram ao extremo este conceito. Ao empreenderem o extermínio em massa, passaram a envenenar os prisioneiros nos campos de concentração, utilizando-se de inseticidas. Os americanos, por sua vez, lançavam mão das metáforas de inseto mais facilmente quando se referiam aos inimigos japoneses, possivelmente devido ao medo anterior à Segunda Guerra Mundial do "perigo amarelo" e a política discriminatória contra os asiáticos. Além disso, o tratamento dispensado aos prisioneiros de guerra por parte dos japoneses contribuiu para a visão de que estes se comportavam de uma maneira sub-humana.⁷⁴⁰. Tal estratégia, o nipônico representado como piolho, aranha, dentre outras pragas, aquele que como os insetos não respeitava as fronteiras, tornou moral o uso de uma nova arma, letal, contra a população civil japonesa.

Nas revistas ilustradas, esses discursos intolerantes, que remetiam até ao extermínio, eram difundidos por meio dos recursos humorísticos, como as charges, ou do modo cru e sem sutileza da tragédia de guerra, via reproduções fotográficas.

O eixo temático do conflito mundial percorria das ações brutais atribuídos às Forças Armadas ao cotidiano dos imigrantes japoneses no Brasil. A doutrinação estatal – difundida e decodificada pelas revistas – tornava qualquer simpatia ou cooperação com oriundos dos países beligerantes um ato de traição aos valores pátrios.

As teses conspiratórias referentes às ameaças imperialistas, incentivavam as delações, que levaram inúmeros “súditos inimigos” às prisões.

⁷³⁹ Idem, p. 1505.

⁷⁴⁰ Ibidem, p. 1518-1527.

As charges, ao mesmo tempo em que apontavam a necessidade de vigilância, ironizavam e subvertiam as situações. Por meio da comicidade, a mensagem era incorporada rapidamente pelo leitor.



Ele tem razão

- Prendi o home -seu- delegado, porque ele estava dizendo, na rua, que preferia -trabalhá- pr'a 20 japonêses, 50 italiano e 100 alemão a -trabalhá- pr'a um brasileiro.
 - Solte o -home-, anspeçada. Você não está vendo que ele é coveiro?...
- D. P. F.

67 – “Ele tem razão”. *Careta*. Rio de Janeiro (1757) 28 fev. 1942, p.32. AFBN-RJ.

Assim, a charge “Ele tem razão”, publicada na *Careta*, em 28 de fevereiro de 1942, apresentava uma imagem que, à primeira vista, mostrava a situação corriqueira à época: um cidadão conduzido à delegacia por ter expressado opiniões tidas como contrárias aos interesses nacionais [Fig. 67]. A arte e a habilidade de Théo nos colocam diante do detido, brasileiro, com vestes de trabalho e uma enxada ao ombro. Este posta-se perante o delegado, ouvindo o motivo de sua prisão do policial negro: “- Prendi o home “seu delegado”, porque ele estava dizendo, na rua, que preferia “trabalhá” pr’a 20 japonês, 60 italiano e 100 alemão a “trabalhá” pr’a um brasileiro”.

A acusação, que dentro da conjuntura de obrigatoriedade de união nacional contra os alienígenas, aparecia como razoável, recebe a resposta inesperada do delegado, responsável pela abertura do devido inquérito: “- Solte o “home”, anspeçada. Você não está vendo que ele é coveiro?...”.

A hilaridade que o chargista buscava provocar pela reversão da situação convertia-se no veículo eficiente para a depreciação daqueles que a sociedade deveria observar como “nocivos”. Tal idéia era fornecida pela profissão atribuída ao preso: coveiro, o profissional que trabalhava servindo aos cadáveres dos desafetos de ocasião. Mais ainda pela sentença: “Ele tem razão”, título da charge.

Embora o papel tanto da charge como do desenhista seja o traçado propositalmente exagerado a fim de enfatizar a cena, a menção à morte como solução, que poderia ser amenizada pela comicidade, expunha uma agressividade intrínseca. Na nossa concepção, esta charge, assim como outras que circularam através da *Careta*, comprova a banalização da violência contra os “forasteiros”.

A internação de estrangeiros classificados de “indesejáveis” em prisões e campos era recorrentemente citado na *Careta* e na *Fon-Fon!*. Alguns meses após o rompimento das relações diplomáticas com o Japão, Alemanha e a Itália, ambas as revistas publicaram reproduções fotográficas de detentos suspeitos de serem “quinta-colunas”. O cenário mais freqüente era a *Ilha das Flores* (RJ).⁷⁴¹

Tendo como pressuposto que Estado-Nação somente existe em um complexo de outros Estados-Nação, enquanto um conjunto de formas institucionais de governo, este mantém um monopólio administrativo sobre um território com fronteiras demarcadas e seu domínio é sancionado por lei e por um controle direto dos meios internos e externos de violência. Assim, a vigilância é fundamentada, também, com base na informação e no controle da população, através de hospícios, hospitais e prisões.⁷⁴²

A criação de uma necessidade pela “lei e ordem” é o lado reverso, para Giddens, da emergência das concepções de “desvio” reconhecidas e categorizadas pelas autoridades

⁷⁴¹ A declaração de guerra aos países do Eixo em setembro de 1942, motivou a publicação de freqüentes reportagens fotográficas de prisioneiros de guerra, manifestações populares contra os afundamentos dos navios brasileiros, além de registros de resultados da repressão aos Súditos do Eixo. Nessas imagens era recorrente a presença do Chefe da Polícia Filinto Muller. Cf. “Súditos do Eixo no Presídio da Ilha das Flores”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (18) 2 mai. 1942, p.50; Seção “Registro”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (25) 20 jun. 1942, p.27; “Manifestações populares contra os nossos agressores”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (36) 5 set. 1942, s/p.

⁷⁴² Anthony Giddens. *Op.cit.*, p.145.

centrais, e por especialistas profissionais. Estas são intrínsecas à expansão do alcance administrativo do Estado, penetrando nas atividades diárias.⁷⁴³

Em 23 de maio de 1942, a *Careta* publicava uma charge em que reforçava a generalização das suspeitas sobre os Súditos do Eixo e a necessidade de fazê-los “desaparecer”. Contudo, o diálogo estabelecido pelas duas personagens que conversavam em via pública, sugere que não seriam “pessoas” que deveriam ser descartadas, mas elementos equiparados aos rebotalhos, lixo humano [Fig. 68].



(Os indesejáveis quota colonistas foram recolhidos á
Ilha das Flores).

— O Rio está muito mudado, «seu» Felipe. No meu tempo tudo que não prestava, que
precisava desaparecer, ia para a ilha da Sapucaia...

O. N.

68 – [Os patriotas]. *Careta*. Rio de Janeiro (1769) 23 mai. 1942, p.32. AFBN-RJ.

A depreciação daqueles que a revista qualificava como “indesejáveis” é contundente, graças ao recurso do visual, que complementava o textual belicoso que difundia.

A iconografia e a simplificação tornam eficientes a circulação dos discursos de defesa a todo custo. Na charge referida a mensagem é direta, expressa pela fala dos patriotas:

“- O Rio está muito mudado, ‘seu’ Felipe. No meu tempo tudo que não prestava, que precisava desaparecer, ia para a ilha de Sapucaia”.

⁷⁴³ Idem, p. 204-205. O criminoso em específico não é mais um rebelde, mas um tipo “desviante”, que deve ser ajustado às normas de comportamento aceitável como o definido pelas obrigações da cidadania. Idem, *Ibidem*.

Não há a preocupação em diluir a crueza do termo “desaparecer” e a ênfase desejada é reforçada pela menção ao aterro em que se era atirado “tudo que não prestava”.

Acrescente-se que somente o diálogo em si não forneceria o contexto necessário ao leitor. O mote era oferecido pelo extrato de telegrama: “Os indesejáveis quinta colonistas foram recolhidos à Ilha das Flores”. Em síntese: a menção ao presídio que recolhia os quinta-colunas servira para realizar o trocadilho e fazer reforçar as “qualidades” desprezíveis dos que agiam em prol dos seus países de origem contra a sua pátria de adoção e de seus filhos “brasileiros”.⁷⁴⁴

Enfatizamos que as cenas deste teor incidiam, sobretudo, sobre os japoneses, situação confirmada partir do levantamento da revista entre os anos de 1942 e 1945. Ainda em 1942, a *Careta* divulgava outra charge de Théo, cujo título imediatamente remetia à anterior: “Tinha razão”. O ambiente era o mesmo: uma delegacia de polícia. No entanto, diante da autoridade policial estavam duas personagens que carregavam em si estigmas: um japonês ferido e enfaixado, acompanhado de um malandro, o avesso ao trabalho e que buscava se valer de vantagens para obter benefícios sem qualquer esforço [Fig. 69].

Conforme demonstra Ângela Maria de Castro Gomes, o Estado Novo implementou a política de ordenação de mercado de trabalho, que consistiu na legislação trabalhista, previdenciária, sindical e também na instituição da Justiça do Trabalho. O trabalho foi valorizado, assim como transformado no ideal do homem na aquisição de riqueza e cidadania.⁷⁴⁵

Logo, a dignificação do homem pelo trabalho e o ideal de justiça social vão sendo explicitados como um ideal de ascensão social pelo trabalho, que tem no Estado seu avalista e intermediário. Daí a questão sindical, a tutela estatal dos sindicatos, a legislação trabalhista, a medicina social e a educação.⁷⁴⁶

⁷⁴⁴ Sobre prisões e demais instalações adaptadas para o recolhimento de “Súditos do Eixo” foi desenvolvida pela historiadora Priscila Ferreira Perazzo a tese de doutorado *Prisioneiros da Guerra: Os “Súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*, publicado em 2009 pela Associação Editorial Hmanitas/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

⁷⁴⁵ Ângela Maria de Castro Gomes. “A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro”. In Lúcia Lippi Oliveira; Mônica Pimenta Velloso; Ângela Maria Castro Gomes (Orgs.) *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, p.152-153.

⁷⁴⁶ Idem, p.154-159.



Tinha razão

O DELEGADO — Que lhe fez o homem para que você o agredisse dessa maneira?!

O MALANDRO — E' que eu perguntei o nome dele e ele disse...

O DELEGADO — Só por isso?! Como se chama ele?

O MALANDRO — Tekuspo Nakara, «seu» delegado!

D. P. F.

69 – “Tinha razão”. *Careta*. Rio de Janeiro (1767) 9 mai. 1942, p.32. AFBN-RJ.

A nacionalização do trabalho implicava no controle imigratório e em políticas demográficas de povoamento [especialmente através de migrações internas]. O *Decreto-Lei nº 1532* de 28 de agosto de 1938, estabelecia que a imigração era um problema político e, como tal, deveria ser vinculada à área decisória do *Ministério da Justiça e Negócios Interiores*. Preconizava-se o combate ao subversivo, o inimigo externo, ao estrangeiro de pátria e de idéias e ao *malandro*, o inimigo interno, avesso ao trabalho e às leis e regras da ordem constituída. O subversivo, associado ao estrangeiro, escapava ao controle social, uma vez que era portador de um projeto político-ideológico que se contrapunha ao Estado Nacional. Já o

malandro projetava um mundo em que a justiça e a felicidade eram encontradas fora das regras políticas vigentes.⁷⁴⁷

A cena da citada charge propicia, contudo, a inversão das imagens no caso do malandro. Este surge enquanto portador da verdade, aquele que deveria ser enaltecido por ter castigado o nipônico traidor e audacioso. A sua versão para o seu ato violento é aceita, uma vez que quando questionado pelo delegado: “- Que lhe fez o homem para que você o agredisse dessa maneira?!” Ao que responde o agressor: “É que eu perguntei o nome dele e ele disse...”.

O delegado, na estória, conclui pela futilidade do motivo: “- Só por isso?! Como se chama ele?”

A resposta espantosa do brasileiro prepara “o terreno” para a culpabilização da vítima, do nipônico queixoso: “- Tekuspo Nakara, ‘seu delegado’!”.

O mecanismo aqui utilizado pelo chargista e a articulação entre o visual e o textual, nos remetem à linguagem macarrônica e os trocadilhos aplicados aos nomes japoneses, formando novas palavras. A estratégia foi aplicada nos programas humorísticos de rádio e o humor estereotipava o imigrante japonês. Na charge em questão, o “nome” do nipônico agredido justificava a violência, pois razoavelmente o malandro entendera que havia sido ofendido pelo *Outro*: “Te cuspo na cara”.

Na simples conversão do sotaque e do nome do nipônico, difundia-se o conceito de “perigo amarelo”, do alienígena que afrontava os verdadeiros donos da terra, para o qual, em má hora e devido à generosidade brasileira, fora aberta a porta.

A justificação da morte de japoneses está presente, também, nas reproduções fotográficas. Não surgia como conseqüência natural da guerra ou mesmo enquanto perda de vidas humanas.

Em 16 de janeiro de 1943, a revista *Fon-Fon!* registrava os revezes sofridos pelos japoneses, graças à intervenção norte-americana. Na reprodução fotográfica que publicava, via-se um amontoado de soldados mortos. O título escolhido proclama a condição não-humana dos retratados: “Praga nipônica morta nas Ilhas Salomão” [Fig. 70].

A legenda: “Soldados japoneses mortos durante um combate travado pela posse da ilha Guadalcanal. As operações militares no arquipélago das ilhas Salomão terminaram por uma brilhante e total vitória das forças dos Estados Unidos. Os nipônicos sofreram enormes perdas”.

⁷⁴⁷ Ibidem, p.162.

PRAGA NIPONICA MORTA NAS ILHAS SALOMAO



SOLDADOS japoneses mortos durante um combate travado pela posse da ilha Guadalcanal. As operações militares no arquipélago das Ilhas Salomão terminaram por uma brilhante e final vitória das Forças dos Estados Unidos. Os nipônicos sofreram enormes perdas. (Cortes de *News-American*)

70 – “Praga nipônica morta nas Ilhas Salomão”. *Fon-Fon!* Rio de Janeiro (3) 16 jan.1943, p.9. AFBN-RJ.

Notamos que no referido texto em si há apenas menção da vantagem norte-americana no confronto e que se constatava o elevado número de homens que o Japão perdera. O destaque ficava para “praga nipônica”, um conjunto de figuras indistintas e distorcidas, que operavam como uma catarse coletiva e de vingança por parte dos Estados Unidos após Pearl Harbor.

Na imprensa brasileira, a imagem reproduzida não somente ratifica a incorporação dos sentimentos da nação amiga, mas também dialoga com os discursos intolerantes internos. Concordava-se que a cena mostrada era parte do resultado que se esperava para a futura paz, com a total destruição do Império do Sol Nascente.

Com a proximidade do fim do conflito mundial, a *Careta* especulava sobre o que deveria acontecer com os inimigos odiados. Em 8 de julho de 1944, em artigo intitulado “O terror amarelo”, I. Grego decretava que a rendição incondicional que os Aliados exigiam do Japão, deveria fazê-los considerar os japoneses “ratos do oriente”, fora do gênero humano. Estes deveriam sofrer “o castigo desumano que merecem, pelas atrocidades que têm praticado”. O barbarismo nipônico estaria sendo voltado, denunciava, contra os soldados holandeses e aliados capturados nas colônias, sendo comum o espancamento, o uso das baionetas e o fuzilamento.

Como resultado, os colonos oprimidos apegaram-se aos antigos colonizadores. Os “leais nativos” ainda vestiam seus uniformes holandeses esfarrapados e primavam somente em falar holandês entre eles e tocavam o hino com suas flautas rústicas.⁷⁴⁸

Grego concluía que o nipônico invejava a grandeza do Império Britânico e a prosperidade dos Estados Unidos. “A vista curta, porém, não lhe permite vêr que os processos adotados por esses povos verdadeiramente cultos são outros, especialmente nas colônias, que agora os estão ajudando a combater os selvagens”.⁷⁴⁹

Inevitavelmente, estivemos diante de textos cujo conteúdo se repetiam difundindo no imaginário popular que o colonialismo europeu e a prosperidade norte-americana traziam consigo a civilização, justificando, portanto, a dominação dos povos ditos racialmente inferiores. No caso do colonialismo japonês, a recorrente imagem da morte. A contribuição desses artigos está na possibilidade de comprovar, através de sua leitura, a transferência das características animais atribuídas aos nipônicos sobre as suas colônias aos imigrantes japoneses no Brasil.

Classificados de “inimigos íntimos” em reportagens que estampavam fotografias de supostos espiões e sabotadores japoneses, de uma “fealdade trágica” e denominados “praga amarela”⁷⁵⁰, a *Careta* enfatizava o seu caráter traiçoeiro articulado ao canibalismo. Em 30 de junho de 1945, I. Grego observava que a sua campanha antinipônica na revista era bastante conhecida. Essa fama lhe valera como destinatário da “carta atrevidíssima”, que citamos anteriormente, e de outras do mesmo teor.

No entanto, ocorrera ao articulista redigir “Ainda os amarelos” tendo como mote outra correspondência, desta vez de delação de um patriota brasileiro.

O missivista denunciava que em Marília (SP), durante uma sessão cinematográfica no Teatro São Luis, no momento em que aparecera de relance o imperador Hiroito no jornal “A

⁷⁴⁸ “O terror amarelo”. *Careta*. Rio de Janeiro (1880) 8 jul. 1944, p.4.

⁷⁴⁹ *Idem*.

⁷⁵⁰ Cf. “Inimigos íntimos”. *Careta*. Rio de Janeiro (1908) 20 jan. 1945, p.10.

Marcha do Tempo”, a platéia formada em quase sua totalidade por nipônicos, “vibraram em aplausos e gritos históricos, sem que as autoridades sequer interrompessem o espetáculo ou procedessem prisões em massa, como era de se esperar”. Para Grego, este trecho da carta demonstrava que essa zona paulista “estava infestada pelo elemento amarelo”. Outra passagem da carta informava que “os amarelos residentes na zona rural possuem um sistema misterioso de sinais (por tiros ou foguetes), entendendo-se nas ocasiões precisas”, finalizando com o clamor de que só no Estado de São Paulo havia trezentos mil desses indesejáveis.⁷⁵¹

Reiterava Grego que era necessário expulsar todos os japoneses, sem exceção, e “trancar a porta, definitivamente, a essa raça indesejável. Atentemos para o que diz a carta acima transcrita: só no Estado de S. Paulo ha TREZENTOS MIL JAPONESES, isto é, trezentos mil traidores”.⁷⁵²

A utilização de caixa alta ao mencionar o número de traidores instalados em um dos estados mais importantes do Brasil serve não apenas para destacar, mas exacerbar e lhe imputar, ao mesmo tempo, a condição de canibais. Notamos um estreito vínculo entre traição e canibalismo nas ações subterrâneas supostamente praticadas por *toda* a colônia japonesa, sem exceção.

Em “Os canibais amarelos”, publicada na *Careta* de 14 de julho de 1945, o articulista “B.” citava as diferentes formas de suplício aplicados pelos japoneses em suas vítimas [bombardeamento e incineração de aldeias inteiras, assassinatos em massa, torturas], condutas de uma raça de “tempera animal e selvagem”. Reverberando o discurso de Grego, recordava que “ha no Brasil 300.000 desses canibais amarelos, que só não nos comem por se acharem em minoria e porque seu país está apanhando duramente. Farão, porém, contra nós, à traição tudo que puderem. É, pois, de nosso interesse expulsa-los o mais breve possível”.⁷⁵³

A partir da documentação iconográfica e artigos citados e analisados, verificamos que, de fato, não havia uma distinção precisa entre expulsar, expurgar ou, ainda eliminar os “nocivos” imigrantes japoneses, no momento em que a *Careta* se indagava sobre o futuro do Japão. Especialmente em meados de 1945, quando já estava estabelecida a vitória Aliada.

⁷⁵¹ “Ainda os amarelos”. *Careta*. Rio de Janeiro (1931) 30 jun. 1945, p.42.

⁷⁵² Idem [grifo no original].

⁷⁵³ “Os canibais amarelos”. *Careta*. Rio de Janeiro (1933) 14 jul. 1945, p.41.



ma e eficiente. No alto se vê um cruzador de batalha japonês atingido em cheio pelas bombas lançadas por aviões lanqueas nas proximidades das Filipinas. No centro, grande parque industrial, próximo de Omura, em Nagasaki, Japão, que foi atacado pelas Super-Fortalezas Voadoras. Depois que se desfizeram as enje-

Que restará do Japão?

↑ EM sido intensa e plenamente coroadada de êxito a ação da Força Aérea norte-americana, que se torna cada vez mais poder-



mas colunas de fumaça provocadas pelos incêndios, quase só ficaram ruínas. Em baixo, uma bomba de 500 quilos atingiu um transporte japonês que conduzia reforços para as Filipinas. O navio se desfez em consequência da tremenda explosão. Alguns segundos depois os únicos vestígios que ficaram do barco e da explosão foram alguns destroços e enorme coluna de água. Menos do que isso deverá restar do Japão depois desta guerra... — dizem os aviaiores lanqueas. Ames, dizemos nós,

(Fotos da Intero-Americana)

71 – “Que restará do Japão”. *Careta*. Rio de Janeiro (1903) 16 dez. 1944, p.22. AFBN-RJ.

Na reportagem fotográfica “Que restará do Japão” de 16 de dezembro de 1944, vemos os resultados dos bombardeios da Força Aérea norte-americana nas Filipinas e em cidades japonesas. As colunas de fumaça tomam conta das cenas [Fig. 71].

O texto sintético informa que havia sido intensa e coroada de êxitos os ataques aéreos dos Estados Unidos, deixando somente ruínas dos edifícios, navios, parques industriais e pontes bombardeados. Segundo a revista, os “aviadores ianques” previam que “menos do que isso” deverá restar do Japão. Para a *Careta* só lhe restava desejar: “Amén, dizemos nós”.

Para além do sentimento pró-Aliado, compreensível nesse momento histórico, e a revolta suscitada pelos afundamentos de navios nacionais, entendemos que a antipatia e a expectativa de destruição tem suas raízes no imaginário sobre o *perigo amarelo*, introjetado no nosso país, desde o início do processo imigratório. Como ressaltamos anteriormente, embora em diferentes nuances, o mito sobre o futuro domínio da *raça* japonesa no Brasil sempre esteve presente.

A destruição total do Japão era parte integrante do fim da ameaça que pairava, não somente sobre os EUA, mas para o Brasil, que contabilizava a presença de trezentos mil *traidores* dessa origem.

Como observa na mesma revista I. Grego, há cinqüenta anos, ou seja, desde 1894, o “mundo civilizado” vinha sofrendo uma “afronta”: o Japão elevado à categoria de potência. Desmerecia a vitória japonesa contra a Rússia, atribuindo-a mais à decadência desta do que ao mérito da primeira.

O povo japonês teria uma parca inteligência, “macacos amestrados”, que apenas imitavam o Ocidente, construindo locomotivas e encouraçados.

A China teria sido a sua primeira vítima, em 1894, graças a sua “opulência territorial e índole pacífica”. O Império do Sol Nascente, “tal como um abutre” deu-lhe “terríveis bicadas, arrancando-lhe grandes nacos de carne”.⁷⁵⁴

Enfatizava que os grandes progressos materiais não alteraram a mentalidade dos japoneses e as demais potências, nas conferências internacionais, não podiam deixar de sentir “certa repugnância” ao tratar com aqueles “desajeitados representantes, amarelos e sorridentes, grotescos dentro da indumentaria ocidental”. Para o articulista, felizmente após esses cinqüenta anos de “opróbrio”, os japoneses voltariam a sua condição de onde “nunca deveriam ter saído”. Os Aliados lhe arrancariam as armas tal “como a um moleque malcriado se arrebatava um canivete ou um cacete”. Já os territórios “roubados” retornariam às mãos dos “legítimos donos”. Caso a população nipônica não couber no Japão, que não emigrasse para onde era indesejável, como o Brasil, que precisaria reexportar os que aqui vieram. “Os que

⁷⁵⁴ “Cincoenta anos depois”. *Careta*. Rio de Janeiro (1900) 25 nov. 1944, p.4.

poderem ficar na mãe-pátria irão vivendo da colheita da caníora e da fabricação de sedas, biombos e ventarolas”.⁷⁵⁵

Nas passagens desse artigo, notamos além dos estereótipos constantes e o desprezo, o despeito pela competição de um povo dito inferior em igualdade com os “brancos superiores”. Assim, o progresso japonês era interpretado como espúrio e o império deveria retornar ao seu estágio primitivo, condizente com a sua mentalidade atrasada. Esse anseio incontido era reproduzido por uma revista impressa em um país que ainda ambicionava atingir o grau de potência, mas que tinha a pretensão de se afirmar como uma *Nação*, que se encontrava em processo de modernização.

O Japão servira de modelo ao Brasil, mas dúbio, ora de admiração inicial ora de medo da mongolização. Este último aspecto prevalecera, sobretudo, desde a década de 1920. No entanto, a crescente ambição japonesa provocara a reação dos seus concorrentes na corrida colonizadora, que expressavam seu não reconhecimento aos “direitos” que os nipônicos julgavam ter adquirido através de restrições como o já citado *Tratado das Noves Potências*.

Como registra Michel Leiris em seu ensaio “Raça e civilização”, no momento em que as raças consideradas inferiores provaram estar aptas a se emanciparem, elas se constituíram em um símbolo de concorrência para os brancos. O dogma racial manifestou-se de forma ainda mais enérgica, amparado pelos preceitos da eugenia, considerada como inegável e fundamentada pela *Ciência*. O preconceito racial, de origem cultural, que se constituiu e adquiriu desenvolvimento por razões de ordem econômica e política, prestou-se, a partir do século XV, para justificar a opressão aos povos colonizados e decretar a inferioridade daqueles que foram feitos escravos ou desapossados de seu país.⁷⁵⁶

No caso dos japoneses, o preconceito racial estava igualmente presente, mas estes, com o alegado propósito de não serem escravizados como os demais povos asiáticos, se dispuseram a entrar na disputa com os brancos. É preciso ressaltar que, por seu lado, o império utilizara-se, em diversos momentos, de falso argumento sobre a necessidade de proteger o continente asiático do avanço do Ocidente.

O racismo em relação ao Japão servira para fundamentar a sua falsa posição entre as maiores nações e a sua inevitável queda ao seu *lugar de direito*.

No artigo intitulado “O formigueiro amarelo”, o porta-voz da campanha antinipônica na *Careta*, I. Grego, o iniciava com a significativa e famosa frase do escritor Saint-Hilaire: “ou o Brasil acaba com as formigas ou as formigas acabam com o Brasil”. Esta sentença

⁷⁵⁵ Idem, p.8.

⁷⁵⁶ Michel Leiris. "Raça e civilização" In Juan Comas et alii. *Raça e Ciência I*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970, p. 191-225.

poderia ser aplicada, segundo o articulista, também ao mundo. Os japoneses teriam a tenacidade, a rapacidade e a capacidade de proliferação desses insetos. Graças à reação dos povos anglo-saxões, o Império do Sol Nascente estava acumulando derrotas como “não poderia escapar uma raça inferior”. Prontamente, então, esboroar-se-ia o “imperio caricato”.

Nas reflexões racistas de Grego, se o Japão vencesse e mantivesse os territórios conquistados, seria a desgraça e, para comprovar, bastaria conferir os modos pelos quais os imigrantes dessa origem começaram a agir no nosso país, à espera que sua pátria lançasse seus “tentáculos” aqui.⁷⁵⁷

Com grande parte de suas conquistas retomadas ou ameaçadas – retornando para suas antigas metrópoles “pacíficas e esclarecidas – seu território bombardeado constantemente e as suas frotas de guerra e mercante dizimadas, o “topete já está meio murcho”. Desse modo, no “formigueiro amarelo” reinaria grande agitação. Este precisaria ser constantemente e rigorosamente vigiado e “receber de quando em quando forte dose de formicida”.⁷⁵⁸

A metáfora do formicida e do envenenamento das pragas está presente, no que representa o ápice do sentimento antinipônico que justificava o extermínio simbólico de todo um império, que se concretizara relativamente. No primeiro número após o bombardeio atômico em Hiroshima e Nagasaki, de 11 de agosto de 1945, ainda não havia qualquer menção aos fatos que alterariam profundamente as relações internacionais e a geopolítica mundial.

Somente com o nº 1940, de 1 de setembro de 1945, havia artigos e charges abordando o fim da guerra e as atitudes que deveriam ser tomadas com as potências perdedoras.

O artigo “O futuro do Japão” condensava as perspectivas quanto à paz mundial e o papel de vilão reservado ao império. Dependia da sua neutralização a tranqüilidade futura, impedir que promovesse novas agressões, ou seja, a eliminação de seu papel de potência. Informando que estava sendo deliberado entre os Estados Unidos, União Soviética as estratégias referentes à devolução dos territórios usurpados e o desarmamento nipônico, o jornalista I. Grego enfatizava que essas questões interessavam ao Brasil. Por quê? “Com a sua fecundidade de ratos, os japoneses, sentindo seu arquipelago saturado de mundo, como os alemães, plantaram “mudas” de gente amarela na America, especialmente no Brasil, onde ha hoje 300.000 (trezentos mil) desses indesejáveis”.⁷⁵⁹

⁷⁵⁷ “O formigueiro amarelo”. *Careta*. Rio de Janeiro (1911) 10 fev. 1945, p.4.

⁷⁵⁸ *Idem*.

⁷⁵⁹ “O futuro do Japão”. *Careta*. Rio de Janeiro (1940) 1 set. 1945, p.34-35.

Percebemos que mesmo após a tragédia atômica, o discurso intolerante não se alterava, dado o calor do conflito que não arrefecera, mas estimulado pela persistente idéia da nocividade atribuída ao colono japonês. O massacre de civis era comemorado: “Com a população dizimada pela guerra e enfraquecido militarmente, esse imperio nefasto deixará de constituir perigo para o mundo e, portanto, para nós, que cometemos o gravíssimo erro de agasalhar essa gente. O que agora nos interessa é expulsá-la o mais breve possível”.⁷⁶⁰

O imperio nefasto e o seu povo, prolífico como “ratos” e insidiosos como animais peçonhentos e predileção à imitação como “macacos amestrados” não provocariam novas agressões. Contudo, a partir dessas leituras, esclarecia-se que para os súditos japoneses não havia lugar. Eram indesejáveis, não poderiam retornar, mesmo que por vontade própria, e mantinham-se alvo de desconfiança e de rancor de parte da opinião pública.

A animosidade, injetada pela imprensa, como nas diferentes ocasiões, era difundida pelas charges, que no caso da bomba atômica – lançada como inseticida – buscavam ironizar e, ao mesmo tempo, dirimir a responsabilidade norte-americana, pela premência de salvar a humanidade em constante sobressalto.

A radiação atômica, a morte era metaforizada em furação, fenômeno natural, comum nas regiões do Pacífico. Em 8 de setembro de 1945, a charge “O pai zangado” posicionava a opinião da revista.

⁷⁶⁰ Idem.



O pai zangado

«Violento furacão desabou sobre o Japão»

- Você viu a descompostura que o Sol passou no filho?
- Que filho?
- O Hirohito.
- Que descompostura?
- O furacão.

72 – “O pai zangado”. Seção “Amendoim torrãozinho”. *Careta*. Rio de Janeiro (1941) 8 set. 1945, p.28. AFBN-RJ.

Publicada na seção humorística sobre o cotidiano, “Amendoim torrãozinho”, a charge ironiza o fato de Hirohito, considerado pelos japoneses, até então, descendente direto da Deusa Sol, ter sido repreendido fortemente pelo pai, o Sol. A ocorrência do furacão, relatado pelos sobreviventes de Hiroshima⁷⁶¹, é associada à ventania radioativa que assolara as cidades atingidas anteriormente [Fig.72]. O diálogo estabelecido pelo personagem mais velho, um senhor sisudo, e o outro jovem nos fornece algumas indicações.

A tempestade violenta surge, ao mesmo tempo, como um segundo castigo, sendo o primeiro o cogumelo atômico. Por outro lado, sugere uma amenização do primeiro evento: a catastrófica destruição de duas cidades japonesas, que provocara milhares de mortes de civis.

Sobre esse aspecto, apontamos a já citada seção “Amendoim torrãozinho” – que tendo como divisas situações diárias – fazia humor basicamente urbano, e com os acontecimentos internacionais.

Em 29 de setembro de 1945, em duas páginas, “bomba” e “atômico” e suas adaptadas corruptelas surgiam, construindo imagens e referências que, articulando a guerra e as

⁷⁶¹ *Hiroshima: testemunhos e diálogos (1945-2007)*. Maria Luiza Tucci Carneiro; Elza Ajzenberg. São Paulo, Associação Editorial Humanitas, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008 [catálogo de exposição].

situações ridicularizadas, levavam o leitor a compreender e aceitar o destino final que fora reservada ao “império espúrio”.

Os trocadilhos das palavras com o tema da guerra dialogavam com o mundano: a pomba, símbolo clássico da paz, estava “atônita” com a explosão atômica. Assim como o bumbo nazista atônico, ou seja, enfraquecido. Já a senhora de busto avantajado era classificada “A pomba anatômica” [Fig. 73]. Do mesmo modo a senhorita dengosa, “bombom” fortalecia o admirador; o cosmético, que recebia o predicado de “destruidor” e a queda estrondosa da senhora obesa, “Bumba Ana Antonia” [Fig. 74].

Essas interpretações podem ser confirmadas pela divulgação de fictícias conversas de rua que a revista inseria em suas edições. Transcrevemos uma dessas sentenças pretensamente espirituosas:

“Os japoneses não deveriam ter ligado importância à bomba atômica”.

“Como, se os resultados foram terríveis?”

“Sim, mas, afinal a coisa não passou de terremoto artificial”.⁷⁶²

Identificamos, novamente, a minimização do uso da bomba atômica, equiparada a uma imitação de um fenômeno natural a que os japoneses estavam acostumados.

Como resultado, a vulgarização dos termos átomo, atômico, poder da bomba atômica, graças à difusão da *Careta*, estabelecia-se no dia-a-dia dos cidadãos, popularizando-se como mais uma admirável conquista moderna do homem branco.

Essa concepção de modernidade estava presente mesmo nos anúncios veiculados, tanto pela *Careta* como pela *Fon-Fon!*. Durante os meses de setembro e outubro, a propaganda da marca de relógio “Longines”, exaltava a descoberta e o início da era atômica [Fig. 75]. Além das informações científicas, anunciava o “domínio da matéria”; a “desagregação do átomo isótopo de urânio (...) soma espantosa de energia jamais manejada pelo homem” (...) Super-velocidade...(...) Longines, síntese da precisão mecânico-científica que vem registrando há 80 anos, segundo por segundo, as mais extraordinárias descobertas...saúda todos os sábios aos quais deve o mundo agora o início da era atômica e faz votos para que este novo e prodigioso invento seja sempre utilizado em benefício das causas justas...do bem-estar da humanidade”.

⁷⁶² “Dialogo do dia”. Seção “Amendoim torrãozinho”. *Careta*. Rio de Janeiro (1942) 15 set. 1945, p.28. AFBN-RJ.



A POMBA ATÔNITA

Amendoim

Substituição facil...

Carlos perdeu sua mulher no ano passado. Sua dor não durou muito tempo. Ha 2 semanas ele perdeu uma vaca. Ficou inconsolavel. As lagrimas lhe corriam dos olhos sem cessar. Um amigo íntimo lhe reprovou o procedimento:

— Quando tua mulher morreu, não te desesperaste; agora, choras incessantemente!...

— Não comprehendes — respondeu Carlos. Mal minha mulher morreu, me apareceram logo 5 ou 6 para substitui-la. Já fazem 15 dias que a vaca está morta e não tenho esperança de arranjar outra...

Q.

Os "rapazes"

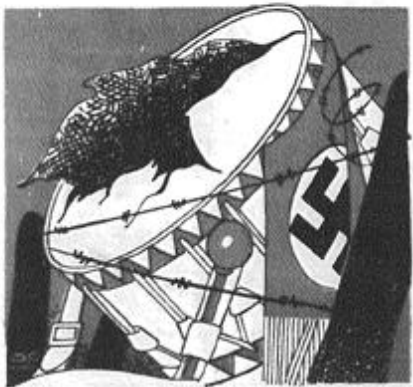
Nos últimos dias da monarquia, sendo chefe de Polícia o dr. Bason, proibiu êle que os estudantes comemorassem o 14 de Julho com grande passeata que seria, fatalmente, fonte de disturbios republicanos. O Imperador mandou chamar a autoridade, e, ouvindo dela a confirmação da medida, aconselhou:

— Não faça isso, sr. Bason.

E paternalmente:

— Deixe os rapazes...

S. J.



O BOMBO ATÔNICO



A POMPA ANATÔMICA

28

Será que tudo acabou? Não! Alistai-vos.

29-9-1945.

Torradinho

O "jôgo de cena"

Nilo Peçanha, como *crador*, impressionava mais pelo gesto do que pela palavra. Em uma das suas excursões pelo interior, acabava ele de discursar em Rio Bonito, quando um tabareu, que ouvira Sizenando Nabuco como advogado e Ciro de Azevedo, que começara com o promotor daquela comarca, acercou-se do chefe fluminense:

— Sim, senhor, sr. doutor! — exclamou.

E com entusiasmo:

— Orador, conheci dois na minha vida: Sizenando Nabuco e Ciro de Azevedo. Mas "jôgo de cena" como o seu, nunca vi!

M. F.

Dois casos clinicos num só!...

O doutor Queiroz dava consultas, quando se apresentou um homem de mais de dois metros de altura e sobretudo robusto um desses indivíduos que impressionam pelo tamanho, como grande paquiderme bem nutrido.

— Que o traz aqui, meu amigo? (indagou o médico, muito receoso de paciente tão forte).

— Imagine, Doutor, que perdi por completo o apetite!

— Oh! (resmungou o médico) nestes tempos, o caso não é grave! Desgraçado foi quem o encontrou!...

P. M.



O BONBON TÔNICO



BUMBA ANA ANTONIA



O BOM BATON

**ALÉM DAS
FRONTEIRAS
DO ATOMAS**

Domínio absoluto da matéria. Desagregação do átomo. Isótopos do urânio. 92 elétrons planetários... 200 milhões de volts concentrados. Soma espantosa de energia jamais manelada pelo homem. Completa transformação na vida do planeta. Super-velocidade... ultra-conflrito... primado da precisão na rigorosa medida de infinitésimas porções de espaço... tempo... matéria... Longines, síntese da precisão mecano-científica que vem registando há 80 anos, segundo por segundo, as mais extraordinárias descobertas... saúde todos os sábios aos quais deve agora o mundo o início da era atômica e faz votos para que este novo e prodigioso invento seja sempre utilizado em benefício das causas justas... do bem-estar da humanidade.

LONGINES

O RELÓGIO DO PASSADO, DO PRESENTE E DO FUTURO

75 – Anúncio da marca de relógios “Longines”. *Careta*. Rio de Janeiro (1943) 22 set. 1945, p.5.

Este texto e o lema do produto “O relógio do passado, presente e do futuro”, mais do que enaltecer o relógio que acompanhava cada passo do homem rumo ao progresso, elogiava

os cientistas que tornaram possível a nova era e qualificava a fissão nuclear como “prodigioso invento”. As palavras são acompanhadas pelos símbolos do átomo enquanto elemento que estava na moda.

Não havia a menção específica à bomba atômica e sim, aos benefícios que traria às causas justas e o bem estar da humanidade. A mensagem subliminar que é possível identificar é que o primeiro uso da nova tecnologia fora trazer a paz, como alegaram os norte-americanos, a inevitabilidade dos bombardeios nucleares a fim de preservar as vidas dos seus homens. A causa absolutamente legítima. Livrar o mundo de um imperialismo sinistro e neutralizar definitivamente uma raça de “macacos amarelos”, que buscaram imitar o Ocidente somente para satisfazer seu materialismo.

Não por acaso finalizamos com o anúncio do sabonete e do creme dental “Gessy”, que circularam em ambas as revistas durante todo o ano de 1945. O lema do anúncio: “50 anos a serviço da eugenia e da beleza”, evidencia a persistência do discurso higienista e o processo contínuo de vulgarização do termo eugenia na sociedade brasileira.

As considerações que estabeleciam como irrefutáveis os conhecimentos distorcidos, fundamentados na *Ciência*, nos mostram que as raízes do sentimento antinipônico estavam já fincados no final do século XIX. Os conflitos de interesse entre as nações tão somente (re)atualizaram e forneceram novas matizes para o mito.

Considerações Finais.

Propusemos-nos nesta pesquisa extensa, tanto do ponto de vista da periodização quanto da quantidade de documentos – inventariados, selecionados e posteriormente analisados – a fazer frente a diferentes indagações, mas que tinham como cerne um problema em comum: a imagem do imigrante japonês, difundida através dos artigos publicados nas revistas ilustradas paulistanas e cariocas e, especialmente, pelas charges políticas que tem como tema o *Japão* e a *imigração japonesa*.

Tendo, portanto, as charges como as principais fontes, nos foi possível apontar que a representação do colono nipônico foi diretamente afetada pelo cenário internacional, no qual a sua pátria-mãe, o Japão, movia campanhas expansionistas na Ásia, disputando junto às potências ditas “brancas e civilizadas” espaços no mercado mundial.

O antagonismo, ainda incipiente, com a vitória japonesa na Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) recebeu impulso com a queda do Império russo, em 1905, diante do outro império, não-branco, mas amarelo: o do Sol Nascente.

Contudo, tais conclusões foram possíveis não somente através da interpretação de documentos iconográficos e textuais selecionados nas revistas ilustradas, mas também a documentação diplomática sob a guarda do *Arquivo Histórico do Itamaraty* (RJ) se mostraram imprescindíveis para esse estudo.

Em particular, a avaliação da troca de correspondência entre a Legação do Brasil em Tóquio [depois Embaixada do Brasil em Tóquio a partir de 1923] e o Itamaraty, possibilitou a elaboração de um quadro em que são visíveis duas realidades: o interesse inicial pela imigração japonesa e, logo em seguida, quando se consolida essa possibilidade, com a estabilização do preço do café, em 1906, a corrente imigratória japonesa passa a ser combatida. O dado fundamental nesse processo é que este ocorre antes do efetivo início da história da imigração japonesa no Brasil.

A prevenção oficial ao ingresso de imigrantes japoneses pouco se alteraria no decorrer do período abordado, uma vez que o imaginário em torno do Japão o apresentava como um império expansionista e poderoso, mas concomitantemente, fornecedor de mão de obra que não se coadunaria com as necessidades econômicas e étnicas da ainda jovem República brasileira.

Com respeito à imprensa ilustrada, depreende-se a mesma ambigüidade: uma mal disfarçada admiração pela *Terra dos Samurais e Gueixas*, pelo seu rápido desenvolvimento e modernização, e o receio do *perigo amarelo*. Isto posto, as imagens da modernidade e de

ameaça conviviam nas suas páginas, textual e iconograficamente. Entretanto, estava presente a tradição, o exotismo que encantaram os *japonistas* que visitaram o império com a sua reabertura ao Ocidente, em 1854.

O imaginário em torno do Japão e dos japoneses segue uma trajetória de quase um século, no qual são acrescentados elementos do exótico, entusiasmo e finalmente, medo suscitado pelo imperialismo encetado por um povo fanático e de mentalidade atrasada.

A ambigüidade detectada foi abandonada no momento em que a introdução de japoneses no Brasil adquiria maior vulto na década de 1920, com a subvenção oficial do governo japonês aos seus cidadãos empobrecidos. Na conjuntura em que os demais países fechavam a porta aos seus nacionais, essa circunstancia tornou ainda mais suspeitos os supostos desígnios políticos do Japão sobre o Brasil e as Américas.

O mito do *perigo amarelo*, denunciado primeiro pelo Imperador Guilherme II, respaldado desde o início do século XX nos Estados Unidos, e esse antiniponismo de modelo norte-americano encontrou difusão no nosso país. Situações distintas foram distorcidas a fim de transformar o Brasil em nova Coréia ou Manchúria.

Abordamos a preocupação dos nossos diplomatas com relação ao movimento antinipônico entre os norte-americanos e os conflitos que poderiam ser transferidos com a transferência dos súditos do Micado para o nosso país. Essa co-relação fora feita igualmente pelos semanários, que abordavam com frequência essa temática.

Essa caracterização do Japão como império insaciável que não respeitava os tratados e as fronteiras, surge com toda força de 1931 em diante, e essa perspectiva pode ser acompanhada tanto através da leitura das revistas ilustradas como no monitoramento realizado pela Embaixada do Brasil em Tóquio.

Essa constatação é importante uma vez que nosso principal objetivo, desde o início, foi a circulação de estigmas que eram infringidos aos colonizadores japoneses, e nesse sentido se justifica a contribuição das fontes visuais e gráficas.

As revistas ilustradas exerceram, em nossa avaliação, o papel de difusoras das imagens estereotipadas e negativas sobre esse grupo étnico. Eram os porta-vozes das classes privilegiadas e “caixas de ressonância” para os seus leitores. As construções elaboradas pelos intelectuais e divulgadas em livros, atingiam grupos privilegiados da população brasileira. Assim, os ideários das nossas elites necessitavam atingir igualmente aqueles que serviriam para legitimar a sua posição enquanto classe condutora da vontade nacional: os setores médios e, também, as populares.

A análise dos assuntos abordados nos semanários demonstra que além do desejo de construção da *Nação* brasileira com base na homogeneidade racial e cultural, as revistas contribuíram, igualmente, para a vulgarização da *Ciência*, que legitimava a discriminação dos nipônicos enquanto *outros*, racialmente, culturalmente, psicologicamente e moralmente diferentes do que se almejava.

Desse modo, verificamos que o diálogo estabelecido entre a documentação diplomática e a imprensa, nos forneceu os subsídios para compreendermos os mecanismos pelos quais o discurso antijaponês percorreu a sociedade brasileira, em busca de adeptos. Assim, a periodização estabelecida nos autorizou a definir que a estigmatização e os estereótipos atribuídos aos imigrantes dessa origem não foram correntes somente nos anos pós-*Revolução de 1930*. São sim anteriores, presentes na Primeira República, que posteriormente seria acusada, pelos próceres do Governo Vargas (1930-1945), de ter permitido, pela sua liberalidade, a formação de quistos nipônicos inassimiláveis e perturbadores da segurança nacional.

Com a instauração da ditadura varguista, a presença de colônias japonesas marcadas como isoladas e divorciadas do meio nacional, tornaram os tons dos debates e das acusações elevados. A agressividade atingiu o clímax durante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, quando os japoneses associados às doenças, vírus, micróbios e animais rasteiros e peçonhentos, situações já encontradas em outros momentos históricos, recebem versões atualizadas e extremamente agressivas. As imagens, conforme nos esforçamos por demonstrar, sugeriam e introjetavam na opinião pública a necessidade de expulsão ou expurgo, que simbolicamente aproximava-se da destruição física de sua pátria e de seus habitantes. E a imagem do extermínio atingia os seus supostos representantes em terras brasileiras.

O Japão original e romântico transmutava-se, definitivamente, em desenvolvimento contínuo, na potência, intrinsecamente inferior, que escravizaria o mundo inteiro, caso não fosse impedido pelas nações verdadeiramente civilizadas, sendo a principal os Estados Unidos. Essa imagem da luta entre o *Bem* e o *Mal* esteve presente nas nossas revistas, que se inspiraram nas colegas norte-americanas, em seus artigos e nas charges, no retrato do imigrante japonês dissimulado, espião e, por fim, monstro.

A eliminação, a violência pregada nas revistas ilustradas, sem estabelecer qualquer distinção entre os fatos que aconteciam na Ásia e no Brasil, traz à tona a mentalidade vigente nos círculos do poder, no qual os intelectuais tiveram ativa participação. Em resumo:

podemos concluir que é possível depreender os caminhos através dos quais a representação dos nipônicos percorreu em diferentes fases históricas, com a sua especificidade.

Ressaltamos, contudo, que não identificamos uma *ruptura efetiva*, mas relativa, da imagem negativa do nipônico, fixada nas mentalidades, no decorrer do período estudado. Esta, tampouco se manteve estática: recebeu novos matizes ao sabor dos contextos políticos, nacional e internacional. Mesmo o modelo de Nação que o império poderia ser, nos primeiros tempos do relacionamento bilateral, era entremeado pela tese da mongolização de que o Brasil corria o risco.

Estabelecemos, então, a *persistência do mito do perigo amarelo* que se origina progressivamente à chegada do vapor *Kasato Maru*, em 16 de junho de 1908, e a permanência até meados dos anos 1940.

Embora a nossa pesquisa não tenha atingido o pós-guerra, há na historiografia recente, estudos sobre as conseqüências da derrota japonesa no seio da colônia no Brasil e os fatos violentos ocorridos no interior da comunidade. Essa fase conhecida como *Página Negra da História da Imigração Japonesa*, foi decorrência da repressão, do cerceamento e da vigilância sistemática a que ficou submetida a comunidade durante o conflito. Mas para a mentalidade antijaponesa então vigente, novamente, ressurgia: o elemento fanático que deveria ser evitado.

Este estudo finalmente conclui que o antiniponismo, latente atualmente, não foi um fenômeno circunscrito aos tempos de guerra, contrariando as concepções de estudos anteriores sobre a imigração japonesa no Brasil, que defendem a tese de que a perseguição aos imigrantes e seus descendentes não fora tão significativa ou importante em comparação com a situação vivenciada pelos japoneses e descendentes nos Estados Unidos ou no Peru. Além disso, não foi um discurso limitado à intelectualidade orgânica e às autoridades, mas recebeu subsídios da imprensa e encontrou eco em toda a sociedade e em todos os níveis.

Entendemos que o Brasil, como na América do Norte, era e continua sendo uma sociedade heterogênea, não obstante os esforços oficiais em torná-la uniforme, desde os princípios do século XX. Neste ponto, o diferencial em relação aos demais imigrantes, em comparação ao nipônico, está na alteridade relacionada à sua etnicidade. Daí o tratamento particular em relação ao elemento asiático em um país de imigração como o nosso, no qual estrangeiros de diversas origens passaram por vicissitudes.

O conhecimento adquirido e a contribuição do nosso estudo estão na demonstração de que a minimização dos sofrimentos a que os imigrantes japoneses ficaram submetidos, o racismo e a xenofobia institucionalizados, não tem fundamento senão no que chamamos de

racismo à brasileira, disfarçado. Por conseguinte, avaliamos que a abertura para novos debates é primordial a fim de ser alcançada a efetiva solidariedade entre os povos que contribuíram para tornar o Brasil a coletividade multi-étnica de hoje.

Fontes

Iconográfica

Charges Políticas

- “Fosquinhas”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (41), 18 jan. 1908, p.29.
- “O que se vê no horizonte”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (42), 25 jan. 1908, p.19.
- “América e Japão”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (42), 25 jan. 1908, p.30.
- “A Pendenga nipo-americana”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (43), 1 fev. 1908, capa.
- “A Voz da Experiencia”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (46), 22 fev. 1908, p.31.
- “A Peça Japoneza”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (44) 8 fev. 1908, p.21.
- “O Japão Moderno”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (48), 7 mar. 1908, p.31.
- “Personagens da Alta Comédia”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (3), 25 abr. 1908, p.22.
- “Postaes da Paulicéa”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (19), 15 ago. 1908, p.16.
- “A Geisha no Palacio Theatro”. *Careta*. Rio de Janeiro (222) 31 ago. 1912, capa.
- “Ruy Barboza”. *Careta*. Rio de Janeiro (333), 7 nov. 1914, capa.
- “A immigração Japoneza – Os nossos hospedes”. *A Cigarra*. São Paulo (42) 20 mai. 1916, p.37.
- [Gueixa]. *A Cigarra*. São Paulo (67) 31 mai. 1917, capa.
- “O Japão e a paz allemã”. *A Cigarra*. São Paulo (96) 29 jul. 1918, p.24.
- “Cousas amarellas”. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro (12), 19 mar. 1921, s/p.
- [A casa da Mãe Joana]. *Careta*. Rio de Janeiro (837) 5 jul. 1924, p.34.
- “Indesejaveis”. *Careta*. Rio de Janeiro (837) 5 jul. 1924, p.22.
- “Immigrações”. *Careta*. Rio de Janeiro (844) 23 ago. 1924, p.35.
- “Indesejaveis...”. *Careta*. Rio de Janeiro (845) 30 ago. 1924, p.23.
- “Futuros Pleitos”. *O Sacy*. São Paulo (7) 19 fev. 1926, p.17.
- “A Paz Mundial: Na Sucia...dade das Nações”. *O Sacy*. São Paulo (10) 12 mar. 1926, p.10.
- “Nós que o que...”. *O Sacy*. São Paulo (11) 19 mar. 1926, p.20.
- “Musmé, ou Nusmé?...”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (24) 12 jun. 1926, capa.
- “Fechando a porta à immigração”. *Careta*. Rio de Janeiro (1176), 3 jan. 1931, p.27.
- “A standartização do typo nacional”. *Careta*. Rio de Janeiro (1189), 4 abr. 1931, p.30.
- “O Perigo Mineiro!...”. *Careta*. Rio de Janeiro (1250) 4 jun. 1932, p.31.
- “O Japão abandonou tambem a Liga”. *Careta*. Rio de Janeiro (1295) 15 abr. 1933, p.34.
- “A vida é tão curta...”. *Careta*. Rio de Janeiro (1330) 16 dez. 1933, p.22.
- [Comissão dos 26]. *Careta*. Rio de Janeiro (1330) 16 dez. 1933, p.23.
- “Lei para todos”. *Careta*. Rio de Janeiro (1331) 23 dez. 1933, p.22.
- “A nova Constituição”. Rio de Janeiro (1331) 23 dez. 1933, p.18.
- [A imigração assíria]. *Careta*. Rio de Janeiro (1337) 3 fev. 1934, p.30.
- “Marcha a ré”. *Careta*. Rio de Janeiro (1340) 24 fev. 1934, p.14.
- “Aperfeiçoando o typo ethnico”. *Careta*. Rio de Janeiro (1342) 10 mar. 1934, p.22.
- “Algodão do Brasil”. *Careta*. Rio de Janeiro (1346) 7 abr. 1934, p.34.
- “Preto e amarelo”. *Careta*. Rio de Janeiro (1463), 4 jul. 1936, p. 34.
- “Estrategia culinaria”. *Careta*. Rio de Janeiro (1446) 7 mar. 1936, p.33.
- “Feitio da raça”. *Revista Careta*. Rio de Janeiro (1448), 21 mar. 1936, p. 35.

- “Dentro da Amazônia Misteriosa”. *Careta*. Rio de Janeiro (1465), 18 jul. 1936, capa. AFBN-RJ.
- "O Grande Laboratorio". Revista *Careta*. Rio de Janeiro (1466) , 25 jul. 1936, p. 35.
- “Escola de noivas”. *Careta*. Rio de Janeiro (1606) 1 abr. 1939, p.48.
- “Terras de ninguém”. *Careta*. Rio de Janeiro (1612) 13 mai. 1939, capa.
- “Topete”. *Careta*. Rio de Janeiro (1732) 6 set. 1941, p.40.
- [Brasileiros]. *Careta*. Rio de Janeiro (1737) 11 out. 1941, p.16.
- [Cabeça de ponte]. *Careta*. Rio de Janeiro (1738) 18 out. 1941, p.48.
- “Indigestão”. *Careta*. Rio de Janeiro (1743) 22 nov. 1941, p.44.
- “O programa está começando a interessar”. *Careta*. Rio de Janeiro (1752) 24 jan. 1942, p.8.
- “Quanto mais alto...”. *Careta*. Rio de Janeiro (1763) 11 abr. 1942, p.12.
- [Os canibais]. *Careta*. Rio de Janeiro (1765) 25 abr. 1942, p.16.
- “As coisas pretas e pardas”. *Careta*. Rio de Janeiro (1778) 25 jul. 1942, capa.
- “Abafando”. *Careta*. Rio de Janeiro (1784) 5 set. 1942, p.36.
- “Entre dois fogos”. *Careta*. Rio de Janeiro (1785) 12 set. 1942, capa.
- “Honras militares”. *Careta*. Rio de Janeiro (1858) 5 fev. 1944, p.3.
- “Ele tem razão”. *Careta*. Rio de Janeiro (1757) 28 fev. 1942, p.32.
- “Tinha razão”. *Careta*. Rio de Janeiro (1767) 9 mai. 1942, p.32.
- [Os patriotas]. *Careta*. Rio de Janeiro (1769) 23 mai. 1942, p.32.
- “O pai zangado”. Seção “Amendoim torrãozinho”. *Careta*. Rio de Janeiro (1941) 8 set. 1945, p.28.
- Seção “Amendoim torrãozinho”. *Careta*. Rio de Janeiro (1944) 29 set. 1945, p.28-29.
- “Pontos de vista”. *Careta*. Rio de Janeiro (1956) 22 dez. 1945, p.32.

Reproduções Fotográficas

- Reprodução fotográfica de Moreira Guimarães. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (1), 13 abr. 1907, p.8.
- “A viagem do Benjamin Constant....ou a influência do meio”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (27), 10 out. 1908, p.13.
- “A viagem do Benjamin Constant...Os nossos oficiais em Yokoama”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (21), 29 ago. 1908, p.16.
- “*Fon-Fon! em Copacabana*”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (46), 13 nov. 1909, p.13.
- “Instituto de Assistência à Infância”. *Careta*. Rio de Janeiro (188) 6 jan. 1912, p.12.
- “Tsing-Tau”. *Careta*. Rio de Janeiro (340) 26 dez. 1914, s/p.
- “A Guerra”. *Careta*. Rio de Janeiro (340) 26 dez. 1914, s/p.
- “Duas interessantes japonezas”. *A Cigarra* (SP) 16 out. 1915, p.21.
- “A Grande Greve”. *A Cigarra*. São Paulo (71) 26 jul. 1917, p.14.
- [O moderno e o tradicional]. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (49) 4 dez. 1926, s/p.
- “Typos caracteristicamente ‘brasileiros’”. *A Cigarra*. São Paulo (311) 15 out. 1927, p.41.
- [Menino e meninas brasileiros filhos de mãe brasileira e pai japonês]. In Bruno Lobo. *De Japonez a Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. Do Departamento Nacional de Estatística, 1932, p.129.
- “Banhistas de luxo no Japão”. *Careta*. Rio de Janeiro (1360) 14 jul. 1934, p.43.

- “III Reunião Interamericana dos Ministros das Relações Exteriores dos Países Americanos”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (5) 31 jan. 1942.
- “Súditos do Eixo no Presídio da Ilha das Flores”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (18) 2 mai. 1942, p.50.
- Seção “Registro”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (25) 20 jun. 1942, p.27.
- “Manifestações populares contra os nossos agressores”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (36) 5 set. 1942, s/p.
- “Na hora da revanche”. *Careta*. Rio de Janeiro (1797) 5 dez. 1942, p.24.
- “Remember Pearl Harbor”. *Careta*. Rio de Janeiro (1799) 19 dez. 1942, p.22-23.
- “Praga nipônica morta nas Ilhas Salomão”. *Fon-Fon!* Rio de Janeiro (3) 16 jan.1943, p.9.
- “Que restará do Japão”. *Careta*. Rio de Janeiro (1903) 16 dez. 1944, p.22.

Pictóricas

- *Anúncio da Casa Bazar Japão*. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (12), 20 mar. 1909, p.2.
- “Um triunfo higienico internacional”. *Careta*. Rio de Janeiro (162), 8 jul. 1911, p.15.
- *Conjunto de cartões-postais produzidos pela Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha, anexos ao ofício nº 63 de S. Gurgel do Amaral, Embaixador do Brasil, para Afrânio de Mello e Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil*. Tóquio, 07/05/1933. AHI-RJ.
- Anúncio da marca de relógios “Longines”. *Careta*. Rio de Janeiro (1943) 22 set. 1945, p.5.

Artigos em revistas ilustradas

- “Careta Parlamentar”. *Careta*. Rio de Janeiro (14), 5 set. 1908, s/p.
- “O Japão no Rio de Janeiro?”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (24), 19 set. 1908, p.28.
- “Mas, é unico!...Pyramidal!!...l. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (12), 18 mar. 1910, p.19.
- “Concurso de beleza Infantil”. *Careta*. Rio de Janeiro (106) 11 jun. 1910, p.7.
- “O teatro no estrangeiro”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (32), 6 ago. 1910, p.25.
- “Notas Scientificas”. *Careta*. Rio de Janeiro (118), 3 set. 1910, p.10.
- “Block-Notes Mundial”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (43) 28 out. 1911, p.3.
- “Block-Notes Mundial”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (44) 4 nov. 1911, p.3
- “A physionomia dos criminosos”. *Careta*. Rio de Janeiro (197), 9 mar. 1912, p.33-34.
- “O governo está sendo roubado: se é que o sr. dr. Carlos Guimarães quer fazer economias, porque não economisa cerca de 6 a 8 mil contos com o tal serviço de imigração? O sr. Antunes dos Santos é um felizardo”. *O Pirralho*. São Paulo (135) 21 de mar. 1914, p.4.
- Nota. *Careta*. Rio de Janeiro (221) 24 ago. 1912, p.16.
- Sem título. *Careta*. Rio de Janeiro (327) 26 set. 1914, p.20.
- “Os japonezes”. *Careta*. Rio de Janeiro (335) 21 nov. 1914, p.12.
- Seção “Perfis femininos”. *O Pirralho*. São Paulo (164) 5 dez. 1914, p.9.
- Editorial. *O Pirralho*. São Paulo (201) 4 set. 1915, p.1.
- “Colonização japoneza”. *A Cigarra*. São Paulo (29) 27 out. 1915, p.14.

- “Centro Nacionalista”. *O Pirralho*. São Paulo (205) 30 out. 1915, p.3.
- “Chronica”. *A Cigarra*. São Paulo (49) 31 ago. 1916, p.11
- “Chrônica”. *O Pirralho*. São Paulo (228), 14 dez. 1916, p.3.
- Sem título. *Careta*. Rio de Janeiro (449) 27 jan. 1917, p.19.
- Sem título. *A Cigarra*. São Paulo (61) 28 de fev. 1917, p.44
- Brasão da cidade de São Paulo. *A Cigarra*. São Paulo (63) 28 mar. 1917, capa.
- “Chronica”. *A Cigarra*. São Paulo (75) 18 set. 1917, p.24.
- “Chrônica”. *A Cigarra*. São Paulo (83) 18 jan. 1918, p.15.
- *Anúncio*. *A Cigarra*. São Paulo (352) 1 jul. 1929, p.18.
- “Chrônica”. *A Cigarra*. São Paulo (95) 12 jul. 1918, p.13.
- Sem título. *A Cigarra*. São Paulo (105) 1 fev. 1919, p.28
- Sem título. *A Cigarra*. São Paulo (115) 1 jul. 1919, p. 44.
- “Pronunciamento”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (28) 12 jul. 1924, p.27.
- “A hostia da paz”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (31) 2 ago. 1924, p.27.
- “Para ler na cama”. *Careta*. Rio de Janeiro (841) 2 ago. 1924, p.39.
- Editorial. *O Sacy*. São Paulo (1) 8 jan. 1926, p.1.
- “A sorte do japonez”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (6) 6 fev. 1926, p.18;20.
- Seção “Garatujuas”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (7) 13 fev. 1926, p.42.
- Seção “Garatujuas”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (7) 13 fev. 1926, p.53.
- Seção “Garatujuas”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (7) 13 fev. 1926, p.58.
- Seção “Garatujuas”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (8) 20 fev. 1926, p. 22.
- “Pensamentos”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (9) 27 fev. 1926, p.47.
- “Gravetos”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (25) 19 jun. 1926, p.55.
- “O Oriente e o Occidente”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (46) 13 nov. 1926, p.2.
- “Anúncio de caricaturas”. *A Cigarra*. São Paulo (323) 15 jan. 1928, p.33.
- Sem título. *A Cigarra*. São Paulo (352) 1 jul. 1929, p.18.
- “Looping the Loop: Por dizer; por escrever”. *Careta*. Rio de Janeiro (1222) 21 nov. 1931, s/p.
- Sem título. *Careta*. Rio de Janeiro (1223) 28 nov. 1931, p.37.
- Sem título. *Careta*. Rio de Janeiro (1223) 28 nov. 1931, p.37.
- “Variações sobre variedades”. *Careta*. Rio de Janeiro (1236) 27 fev. 1932, p.28.
- “Exagerações”. *Careta*. Rio de Janeiro (1236) 27 fev. 1932, p.28.
- “A campanha da lepra”. *Careta*. Rio de Janeiro (1249) 28 mai. 1932, p.4.
- Sem título. *Careta*. Rio de Janeiro (1341) 3 mar. 1934, p.33.
- “Olhos”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (26) 30 jun. 1934, p.42.
- “Volúpia das Rosas”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (37) 15 set. 1934, p.43.
- “Maquina de casar...”. *Careta*. Rio de Janeiro (1580) 1 out. 1938, p.7.
- “A Sociedade ‘Dragão Negro’ maneja os fios da politica japonesa”. *Vamos Lêr!* Rio de Janeiro (20) 13 abr. 1939, s/p.
- “Entrevista à japonêsa”. *Careta*. Rio de Janeiro (1646) 6 jan. 1940, s/p.
- “O Brasil doente”. *Careta*. Rio de Janeiro (1654) 9 mar. 1940, p.38.
- “Pilula Filologica”. *Careta*. Rio de Janeiro (1663) 11 mai. 1940, p.16.
- “Alerta!”. *Careta*. Rio de Janeiro (1670) 29 jun. 1940, p.46.
- “Nível que baixa”. *Careta*. Rio de Janeiro (1677) 17 ago. 1940, p.8.
- “Prudencia amarela”. *Careta*. Rio de Janeiro (1678) 24 ago. 1940, p.4.
- “Os Lamas ante o conflito europêu”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (7) 15 fev. 1941, p.18.
- “A epoca dos matrimônios”. *Careta*. Rio de Janeiro (1716) 17 mai. 1941, p.50.
- “Figura sinistra”. *Careta*. Rio de Janeiro (1724) 12 jul. 1941, p.30.

- “Microbios e imigrantes”. *Careta*. Rio de Janeiro (1722) 28 jun. 1941, p.46.
- “Mais amarelos”. *Careta*. Rio de Janeiro (1730) 23 ago. 1941, p.44.
- “Cabeças de ponte”. *Careta*. Rio de Janeiro (1740) 1 nov. 1941, p.8.
- “Topete amarelo”. *Careta*. Rio de Janeiro (1749) 3 jan. 1942, p.12.
- “Manchas amarelas”. *Careta*. Rio de Janeiro (1752) 24 jan. 1942, p.4.
- “Atividades totalitárias”. *Careta*. Rio de Janeiro (1757) 28 fev. 1942, p.43.
- “Miguel Couto e os amarelos”. *Careta*. Rio de Janeiro (1759) 14 mar. 1942, p.40.
- “Fosforo branco”. *Careta*. Rio de Janeiro (1763) 11 abr. 1942, p.7.
- “A família no Japão”. *Careta*. Rio de Janeiro (1763) 11 abr. 1942, p.8.
- “A crueldade japonêsa”. *Careta*. Rio de Janeiro (1763) 11 abr. 1942, p.40.
- “Arma traiçoeira”. *Careta*. Rio de Janeiro (1771) 6 jun. 1942, p.12.
- “Ruidoso despertar”. *Careta*. Rio de Janeiro (1775) 4 jul. 1942, p.2.
- “Carta de um japonês”. *Careta*. Rio de Janeiro (1775) 4 jul. 1942, p.10-11.
- “Os homens do Sol Nascente”. *Careta*. Rio de Janeiro (1780) 8 ago. 1942, p.8;12.
- “Amizade inter-continental”. *Careta*. Rio de Janeiro (1785) 12 set. 1942, p.19.
- “Os três ditadores no rádio”. *Fon-Fon!*. Rio de Janeiro (38) 19 set. 1942, p.55.
- “Torcedores”. *Careta*. Rio de Janeiro (1786) 19 set. 1942, p.4.
- “Galãs japonêses”. *Careta*. Rio de Janeiro (1794) 14 nov. 1942, p.36.
- “Baixadas”. *Careta*. Rio de Janeiro (1798) 12 dez. 1942, p.40.
- “Presidente Roosevelt”. *Fon-Fon!* Rio de Janeiro (5) 30 jan. 1943, p.3.
- “Nossos Mortos serão vingados”. *Fon-Fon!* Rio de Janeiro (19) 8 mai. 1943, s/p.
- “Gangsters contra a “quinta-coluna”. *Fon-Fon!* Rio de Janeiro (16) 17 abr. 1943, p.41.
- “Minha opinião”. Seção “PR-1”. *Fon-Fon!* Rio de Janeiro (36) 4 set. 1943, p.51.
- “O Estado Nacional”. *Fon-Fon!* Rio de Janeiro (46)13 nov. 1943 p.3.
- Editorial. *Fon-Fon!* Rio de Janeiro (18) 29 abr. 1944, p.3.
- “Gung Ho”. *Fon-Fon!* Rio de Janeiro (19) 6 mai. 1944 p.22.
- “O terror amarelo”. *Careta*. Rio de Janeiro (1880) 8 jul. 1944, p.4.
- “Inimigos íntimos”. *Careta*. Rio de Janeiro (1908) 20 jan. 1945, p.10.
- Seção “PR1 Fon Fon”. “O radio perdeu dois astros”. *Fon-Fon!* Rio de Janeiro (19) 12 mai. 1945, p.59.
- “Ainda os amarelos”. *Careta*. Rio de Janeiro (1931) 30 jun. 1945, p.42.
- “Os canibais amarelos”. *Careta*. Rio de Janeiro (1933) 14 jul. 1945, p.41.
- “Cincoenta anos depois”. *Careta*. Rio de Janeiro (1900) 25 nov. 1944, p.4.
- “O formigueiro amarelo”. *Careta*. Rio de Janeiro (1911) 10 fev. 1945, p.4.
- “O futuro do Japão”. *Careta*. Rio de Janeiro (1940) 1 set. 1945, p.34-35.
- “Dialogo do dia”. Seção “Amendoim torrquinho”. *Careta*. Rio de Janeiro (1942) 15 set. 1945, p.28.

Artigos em periódicos de caráter não humorístico

- *Boletim de Eugenia*. Ano I, Rio de Janeiro (1), Jan. 1929, p.3.
- “A ameaça amarela”. *A Ordem*. Rio de Janeiro, Jul/Dez 1932, p.76-77.

Obras de época

- *Agressão: Documentário dos fatos que levaram o Brasil à Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- *Álbum Comemorativo do 25º Aniversário de Fundação da Colônia Tomé-Açu/Pará (1929-1954)*.
- ANDRADE, Oswald de. *Marco Zero I: A Revolução Melancólica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1943.
- BROWN, William. *O Perigo Amarelo*. Tradução de Joaquim Morais. Lisboa, Agência Editorial Brasileira, 1936.
- COARACY, Vivaldo. *O Perigo Japonês*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1942.
- COUTO, Miguel de Oliveira. *A Medicina e a Cultura: Edição Definitiva das Allocuções Proferidas na Academia Nacional de Medicina pelo seu Presidente de 1913 a 1931*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1932, p.47.
- GUIMARÃES, José Moreira. *No Extremo Oriente: o Japão*. Rio de Janeiro, Oficinas Alba Graphics, 1936.
- LOBO, Bruno Alvares da S. *Japonezes: no Japão, no Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1926.
- _____ . *De Japonez a Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. Do Departamento Nacional de Estatística, 1932.
- MORAES, Carlos de Souza. *A Ofensiva Japonêsa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica*. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1942.
- MOREIRA, Juliano. *Impressões de uma Viagem ao Japão em 1928*. Rio de Janeiro, Bibliotheca “Juliano Moreira”, Vol. I, 1935.
- OLIVEIRA, Antonio Xavier de. *O problema imigratório na constituição brasileira: razões americanas de uma campanha parlamentar de brasilidade*. Rio de Janeiro: A. Coelho Filho, 1937.
- REIS, Fidélis & FARIA, João de. *O Problema Imigratório e Seus Aspectos Étnicos: Na Camara e Fóra da Camara*. RJ: Typ. Revista dos Tribunais, 1924.
- TAVARES, Raul. *Guerra Russo-Japonesa*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Raça e Assimilação*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1932.
- VIEIRA, Antovila R. M. *O Perigo Amarelo na Amazônia Brasileira: discursos pronunciados em 1936, na extinta Assembléia Legislativa do Amazonas, pelo então deputado Antovila R. M. Vieira, contra a concessão de terras amazonenses aos nipônicos*. Manaus: Seção de Publicidade da Interventoria do Estado do Amazonas, 1942.

Diplomáticas

Ofícios

- *Ofício nº 2 de Henrique Carlos Ribeiro Lisboa, Ministro Plenipotenciário do Brasil no Japão, para Dionisio E. de Castro Cerqueira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 10/09/1897. AHI-RJ.*

- *Ofício n° 3 de Henrique Carlos Ribeiro Lisboa, Ministro Plenipotenciário do Brasil no Japão, para Dionísio E. de Castro Cerqueira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 04/10/1897. AHI-RJ.*
- *Ofício n° 1(Reservado) de Henrique Carlos Ribeiro Lisboa, Ministro Plenipotenciário do Brasil no Japão, para Dionísio E. de Castro Cerqueira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 02/12/1897. AHI-RJ.*
- *Ofício n° 2 de Henrique Carlos Ribeiro Lisboa, Ministro Plenipotenciário do Brasil no Japão, para Olyntho de Magalhães, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 28/02/1899. AHI-RJ.*
- *Ofício n° 1 de Manoel Oliveira Lima, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para Olyntho Magalhães, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 26/06/1901. AHI-RJ.*
- *Ofício n° 4 de Manoel Oliveira Lima, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para Olyntho de Magalhães, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 26/07/1901. AHI-RJ.*
- *Ofício n° 7 de Manoel Oliveira Lima, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para Olyntho de Magalhães, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 05/09/1901. AHI-RJ.*
- *Ofício n° 1 (reservado) de Manoel Oliveira Lima, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para Olyntho de Magalhães, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 15/09/1901. AHI-RJ.*
- *Ofício n° 4 de Manoel Oliveira Lima, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para Olyntho de Magalhães, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 10/02/1902. AHI-RJ*
- *Ofício s/n° de Manoel Oliveira Lima, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para Olyntho de Magalhães, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 12/04/1902. AHI-RJ.*
- *Ofício n° 19 de M. C. Gonçalves Pereira, Ministro Residente em Tóquio, para o Barão de Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 21/09/1905. AHI-RJ.*
- *Ofício n° 3 de Luis Guimarães, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para o Barão de Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 31/10/1906. AHI-RJ.*
- *Ofício n° 15 de Dario Freire, Cônsul-geral do Brasil em Yokohama, para o Barão do Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Consulado Geral do Brasil. Yokohama, 16/11/1906. AHI-RJ.*
- *Resumo do ofício n° 4 (reservado) de 4 de dezembro de 1906.0 Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 04/12/1906. (documento mimeografado). AHI-RJ.*
- *Ofício n° 4 (Reservado) de Luis Guimarães, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para o Barão de Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 04/12/1906. AHI-RJ.*
- *Ofício n° 1 (Reservado) de Luis Guimarães, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para o Barão de Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 02/01/1907. AHI-RJ. AHI-RJ.*
- *Ofício s/n° (reservado) de Luís Guimarães, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, para Carlos Botelho, Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 22/06/1908. AHI-RJ.*

- *Ofício nº 22 de Alcino Santos Silva, Cônsul-geral do Brasil em Yokohama, para o Barão do Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Consulado Geral do Brasil. Yokohama, 23/09/1908. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 22 de Manoel Carlos Gonçalves Pereira, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, para o Barão de Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 08/06/1911. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 12 de Gustavo de Vianna Kelsch, Encarregado de Negócios do Brasil, para Lauro Severiano Muller, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 27/05/1911. AHI-RJ.*
- *Tradução do artigo publicado pelo Jiji Shimpo de 24 de maio, anexo ao ofício nº 12 de Gustavo de Vianna Kelsch, Encarregado de Negócios do Brasil, para Lauro Severiano Muller, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 27/05/1911. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 3 (reservado) de Gustavo de Vianna Kelsch, Encarregado de Negócios do Brasil, para Francisco Régis de Oliveira, Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 29/08/1913. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 15 de Gustavo de Vianna Kelsch, Encarregado de Negócios do Brasil, para Lauro Severiano Muller, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 17/11/1913. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 6 de J. F. de Barros Pimentel, Encarregado de Negócios do Brasil, para Lauro Severiano Muller, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 06/02/1914. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 11 de J. F. de Barros Pimentel, Encarregado de Negócios do Brasil, para Lauro Severiano Muller, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 27/05/1914. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 27 de J. F. de Barros Pimentel, Encarregado de Negócios do Brasil, para Lauro Severiano Muller, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 24/12/1914. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 1 (reservado) de J. F. de Barros Pimentel, Encarregado de Negócios do Brasil, para Lauro Severiano Muller, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 20/04/1915. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 1 (confidencial) de J. F. de Barros Pimentel, Encarregado de Negócios do Brasil, para Lauro Severiano Muller, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Seção dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 02/08/1915. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 1 (reservado) de Epaminondas Leite Chermont, Ministro Plenipotenciário do Brasil, para Lauro Severiano Muller, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Seção dos Negócios Econômicos e Consulares da Europa, Ásia, África e Oceania. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 12/12/1916. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 8 de G. de Bulhões, Encarregado de Negócios do Brasil, para J. M. de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Directoria Geral dos Negócios Comerciais e Consulares. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 19/09/1920. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 13 de G. de Bulhões, Encarregado de Negócios do Brasil, para J. M. de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Directoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 19/09/1920. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 15 de G. de Bulhões, Encarregado de Negócios do Brasil, para J. M. de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Directoria Geral dos*

Negócios Políticos e Diplomáticos. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 28/10/1920. AHI-RJ.

- *Ofício nº 17 de G. de Bulhões, Encarregado de Negócios do Brasil, para J. M. de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Directoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 10/11/1920. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 20 de G. de Bulhões, Encarregado de Negócios do Brasil, para J. M. de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Directoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 26/11/1920. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 1(reservado) de G. de Bulhões, Encarregado de Negócios do Brasil, para J. M. de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Directoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 27/11/1920. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 2 (reservado) de G. de Bulhões, Encarregado de Negócios do Brasil, para J. M. de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Directoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 04/01/1921. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 1 (reservado) de G. de Bulhões, Encarregado de Negócios do Brasil, para J. M. de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Directoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 04/01/1921. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 6 de G. de Bulhões, Encarregado de Negócios do Brasil, para J. M. de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Directoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 25/01/1922. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 24 de Epaminondas Leite Chermont, Ministro Plenipotenciário do Brasil, para J. M. de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Directoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 15/05/1922. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 1 de Epaminondas Leite Chermont, Ministro Plenipotenciário do Brasil, para Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 24/03/1923. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 3 de G. de Bulhões, Encarregado de Negócios do Brasil, para Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Directoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Pequim, 09/06/1924. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 4 de S. Rangel de Castro, Encarregado de Negócios do Brasil, para Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 07/10/1926. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 6 de S. Rangel de Castro, Encarregado de Negócios do Brasil, para Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 09/10/1926. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 41 de S. Rangel de Castro, Encarregado de Negócios do Brasil, para Octavio Mangabeira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 24/03/1927. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 5 (reservado) de S. Rangel de Castro, Encarregado de Negócios do Brasil, para Octavio Mangabeira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 04/04/1927. AHI-RJ.*

- *Ofício nº 9 (reservado) de A. Brienne Feitosa, Embaixador do Brasil, para Octavio Mangabeira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 23/10/1927. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 14 (reservado) de Latorre Lisboa, Encarregado de Negócios do Brasil, para Octavio Mangabeira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 10/06/1929. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 25 de Hippolyto Pacheco Alves d'Araujo, Embaixador do Brasil, para Afrânio de Mello e Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 21/02/1931. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 33 de Hippolyto Pacheco Alves d'Araujo, Embaixador do Brasil, para Afrânio de Mello e Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 17/03/1931. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 168 de S. Gurgel do Amaral, Embaixador do Brasil, para Afrânio de Mello e Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 21/12/1931. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 63 de S. Gurgel do Amaral, Embaixador do Brasil, para Afrânio de Mello e Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 07/05/1933. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 80 de S. Gurgel do Amaral, Embaixador do Brasil, para Afrânio de Mello e Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 13/06/1933. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 143 de Sylvino Gurgel do Amaral, Embaixador do Brasil, para Afrânio de Mello Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 28/10/1933. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 142 (reservado) de F. de Castello-Branco Clark, Embaixador do Brasil, para Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 31/10/1940. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 148 (reservado) de F. de Castello-Branco Clark, Embaixador do Brasil, para Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 14/11/1940. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 23 de F. de Castello-Branco Clark, Embaixador do Brasil, para Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 18/02/1941. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 52 de F. de Castello-Branco Clark, Embaixador do Brasil, para Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 26/03/1941. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 63 (reservado) de F. de Castello-Branco Clark, Embaixador do Brasil, para Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 08/04/1941. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 99 (reservado) de F. de Castello-Branco Clark, Embaixador do Brasil, para Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 09/06/1941. AHI-RJ.*
- *Ofício nº 149 (reservado) de F. de Castello-Branco Clark, Embaixador do Brasil, para Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 16/11/1940. AHI-RJ.*
- *Ofício s/nº de F. de Castello-Branco Clark, Ex-embaixador do Brasil em Tóquio, para Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 22/08/1942. AHI-RJ.*

Despachos

- *Despacho n° 3 de Enéas Martins (sem cargo), para Gustavo de Vianna Kelsch, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 11/06/1912. AHI-RJ.*
- *Despacho s/n° (confidencial) de H. L. Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 11/12/1913. AHI-RJ.*
- *Despacho n° 1 (confidencial) de Francisco Régis de Oliveira, Sub-Secretário de Estado das Relações Exteriores, para José Francisco de Barros Pimentel, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio. Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 22/01/1914. AHI-RJ.*
- *Despacho de Gregório Pecegueiro. Diretoria Geral/Secretaria de Estado dos Negócios Exteriores. Rio de Janeiro, 23/07/1917. AHI-RJ.*
- *Despacho (assinatura ilegível). Gabinete / Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 11/12/1926. AHI-RJ.*
- *Despacho n° NP/1 de Cavalcanti de Lacerda, Encarregado do Expediente do Ministério das Relações Exteriores, para Sylvino Gurgel do Amaral, Embaixador do Brasil em Tóquio. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 12/01/1934. AHI-RJ.*
- *Despacho n° CJ/26/812.(56)(42) (confidencial) de Mario de Pimentel Brandão, Ministro Interino das Relações Exteriores, para Carlos Martins Pereira e Souza, Embaixador do Brasil em Tóquio. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 01/08/1935. AHI-RJ.*
- *Despacho L/9 (reservado) José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para Leão Velloso, Embaixador do Brasil, Embaixador do Brasil em Tóquio. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 10/06/1936. AHI-RJ.*
- *Despacho n° NP/19 (confidencial) de José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para Leão Velloso, Embaixador do Brasil, Embaixador do Brasil em Tóquio. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 05/08/1936. AHI-RJ.*
- *Despacho NP/15 (confidencial) de Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para Leão Velloso, Embaixador do Brasil, Embaixador do Brasil em Tóquio. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 23/04/1938. AHI-RJ.*
- *Despacho n° SP/27/558.1 (56) de Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para Leão Velloso, Embaixador do Brasil, Embaixador do Brasil em Tóquio. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 21/11/1938. AHI-RJ.*
- *Despacho n° SP/23/558.(56) (secreto) de Mauricio Nabuco, Secretário Geral, para Frederico de Castelo Branco-Clark, Embaixador do Brasil em Tóquio. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 10/12/1940. AHI-RJ.*

Telegramas

- *Telegrama n° 46 de S. Gurgel do Amaral, Embaixador do Brasil, para Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda, Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 23/03/1934. AHI-RJ.*

- *Telegrama nº 37 de Leão Velloso, Embaixador do Brasil, para Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 24/12/1938. AHI-RJ.*

Cartas e Memorandos

- *Carta de M. C. Gonçalves Pereira, Ministro Residente em Tóquio, para o Barão de Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 19/12/1905. AHI-RJ.*
- *Memorando (cópia) de F. de Castello-Branco Clark, embaixador do Brasil, para L. Esteves Fernandes, Ministro de Portugal no Japão. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 14/03/1942. AHI-RJ.*

Documentos anexos aos ofícios emitidos pela Representação do Brasil em Tóquio

- *Artigo do Japan Times intitulado "An Interview with Count Katsura", de 28 de maio de 1904, anexo ao ofício nº 60 de M. C. Gonçalves Pereira, Ministro Residente em Tóquio, para o Barão de Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 09/06/1904. AHI-RJ.*
- *"Japanese for Brazil". The Japan Advertiser. Tóquio, 16/08/1926 (anexo ao ofício nº 6 de S. Rangel de Castro, Encarregado de Negócios do Brasil, para Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 09/10/1926). AHI-RJ.*
- *"Count Okuma on the War, and Land Law and Roosevelt – Condemns Them All and Lays Blame on the Kaiser". The Japan Advertiser. Tokio. 8 dez. 1914 (anexo ao ofício nº 27 de J. F. de Barros Pimentel, Encarregado de Negócios do Brasil, para Lauro Severiano Muller, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 24/12/1914. AHI-RJ.*
- *Tradução de artigo publicado no jornal Kokumin Shimbun de 5 de outubro de 1933. (anexo ao of. nº 143). Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 28/10/1933. AHI-RJ.*
- *Tradução de artigo publicado pelo jornal Tokio Nichi-Nichi Shimbun de 10 de outubro de 1933. (anexo ao of. nº 143). Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Tóquio, 28/10/1933. AHI-RJ.*

Acervos e Bibliotecas

Arquivo Público do Estado de São Paulo/Hemeroteca

Arquivo do Estado de São Paulo/Biblioteca

Arquivo Histórico do Itamaty (RJ)

Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP

Biblioteca da Faculdade de Direito da USP

Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da USP

Biblioteca Municipal Mario de Andrade (SP)

Biblioteca do Museu Histórico da Imigração Japonesa (SP)

Biblioteca do Museu Paulista da USP

Biblioteca Nacional (RJ)

Centro de Estudos Japoneses da USP

Centro de Estudos Nipo-Brasileiros (SP)

Bibliografia

- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo, Editora Ática, 1989.
- APPEL, John & APPEL, Selma. *Comics da Imigração na América*. Tradução de Sérgio Roberto Souza. São Paulo, Editora Perspectiva S.A., 1994.
- ARCHANGELO, Rodrigo. *Um Bandeirante nas Telas de São Paulo: o discurso adhemarista em cinejornais (1947-1956)*. Dissertação de Mestrado em História Social, FFLCH-USP, 2007.
- BACZKO, Bronislaw. "Imaginário Social". In *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5: 296-330. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- Brasil: *500 anos de Povoamento*. Rio de Janeiro, IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 Anos de Imigração.
- CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. "Estrangeiros e ordem social (São Paulo, 1926-1948)". In *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Ed. Unijuí, vol. 17, n° 33, 1997.
- CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência: A Polícia da Era Vargas*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.
- CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- _____. "Hitler por Speer". In: *A Consciência das Palavras: ensaios*. Tradução de Márcio Suzuki e Herbert Caro. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- CAPELATO Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1998.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Veneno da Serpente*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- _____. *O Anti-Semitismo na Era Vargas: Fantasmas de uma geração (1930-1945)*. 3º. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- _____. *Cidadão do Mundo: Brasil e a questão dos refugiados judeus (1933-1948)*. Tese de Livre Docência. FFLCH-USP, 2001.
- _____. (org). *O Anti-semitismo nas Américas*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- _____. *O Discurso da Intolerância: Fontes Para o Estudo do Racismo*. Comunicação apresentada em 30.11.1994. São Paulo, Salão de Convenções Anhembi no 10º CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA - 7º SEMINÁRIO DE FONTES PARA HISTÓRIA DO BRASIL, p. 28-31.
- _____. ; Elza Ajzenberg (Orgs.) *Hiroshima: testemunhos e diálogos (1945-2007)*. São Paulo, Associação Editorial Humanitas, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.
- CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1990.

CHALMERS, Johnson. "The people who invented the mechanical nightingale". In Carol Gluck, & Stephen R. Graubard (orgs.) *Showa: The Japan of Hirohito*. New York, W. W. Norton & Company, 1992.

COHEN, Ilka Stern. *Bombas sobre São Paulo: a Revolução de 1924*. São Paulo, Editora UNESP, 2007.

COLOMBO, Eduardo. *El Imaginario Social*. Buenos Aires, Editorial Altamira, 1993

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da Liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

DEZEM, Rogério. *Matizes do "Amarelo": A Gênese dos Discursos Sobre os Orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo, Associação Editorial Humanitas, 2005.

DIETRICH, Ana Maria. *Caça às Suásticas: O Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Associação Editorial Humanitas, 2007

DOWER, John W. *War Without Mercy: Race & Power in the Pacific War*. New York: Ed. Pantheon, 1986.

DUMA, Jean. "Sobre as Elites: Abordagem Historiográfica". In *Revista História UNISINOS*. São Leopoldo: UNISINOS, Vol. 7º, nº8: 89-103, jul/dez de 2003.

ESPIG, Márcia Janete & Machado, Paulo Pinheiro (Orgs.) *A Guerra Santa Revisitada: Novos estudos sobre o movimento do Contestado*. Florianópolis, Editora da UFSC, 2008.

FAUSTO, Boris. "A revolução de 1930". In Carlos Guilherme Mota, (Org.) *Brasil em Perspectiva*. São Paulo, DIFEL, 1985.

_____. "Imigração e Participação Política na Primeira República: O caso de São Paulo". In: FAUSTO, Boris et al. *Imigração e Política em São Paulo*. São Paulo, Editora Sumaré; FAPESP, 1995.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. "Bibliotecas de Médicos e Advogados do Rio de Janeiro: dever e lazer em um só lugar" In Márcia Abreu (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP, Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil; São Paulo, FAPESP, 1999.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo, Loyola, 1996.

FRANCASTEL, Pierre. *A Realidade Figurativa: Elementos Estruturais de Sociologia da Arte*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora Perspectiva S.A.; Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

GERALDO, Endrica. *O "Perigo Alienígena": política imigratória e pensamento racial no Governo Vargas (1930-1945)*. Tese de Doutorado em História. IFCH-UNICAMP, 2007.

GIDDENS, Anthony. *O Estado-Nação e a Violência*. São Paulo, EDUSP, 2001.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GOMBRICH, E. H. *Arte e Ilusão: Um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo, Martins Fontes, 1986.

_____. "O Arsenal do Cartunista". In *Meditações sobre um cavaleiro de pau e outros ensaios sobre a teoria da arte*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1999

GOMES, Angela de Castro. "Ideologia e Trabalho no Estado Novo". In *Repensando o Estado Novo*. 1.º edição. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HATANAKA, Maria Lúcia Eiko. *O Processo Judicial da Shindo-Remmei: Um Fragmento da História dos Imigrantes Japoneses no Brasil*. São Paulo: Fundação Japão, ANNABLUME Editora, 2002.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *A Era dos Extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

ISNENGGHI, Mario. *História da Primeira Guerra Mundial*. Tradução de Mauro Lando e Isa Mara Lando. São Paulo, Editora Ática, 1995.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os Subversivos da República*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

JANOVITCH, Paula Ester. *Preso por Trocadilho: A Imprensa de Narrativa Irreverente Paulistana de 1900 a 1911*. Tese de Doutorado – FFLCH- USP, 2003.

KOSAKA, Masataka. "The Showa Era". In Carol Gluck, & Stephen R. Graubard (orgs.) *Showa: The Japan of Hirohito*. New York, W. W. Norton & Company, 1992.

KOSSOY, Boris. *Os Tempos da Fotografia: o efêmero e o perpétuo*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2007.

LEIRIS, Michel. "Raça e civilização" In Juan Comas et alii. *Raça e Ciência I*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*. Campinas: Papirus, 1986.

KUNIYOSHI, Celina. *Imagens do Japão: Uma Utopia de Viajantes*. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro: História de uma ideologia*. 5.º edição. São Paulo, Editora Ática, 1992.

LESSER, Jeffrey. *A Negociação da Identidade Nacional: Imigrantes, Minorias e a Luta pela Etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

LUIZETTO, Flavio Venâncio. *Os Constituintes em Face da Imigração*. Dissertação de Mestrado em História, FFLCH-USP, 1975.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2004.

MARCHETTI, Gina. *Romance and the "Yellow Peril": Race, Sex, and Discursive Strategies in Hollywood Fiction*. California, University of California Press, 1993

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MENDES, José Aurivaldo Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue: Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil (1822/1945)*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2007.

MERGEL, Thomas. "Algumas considerações a favor de uma História Cultural da Política". In Revista História Unisinos. São Leopoldo, UNISINOS, Vol.7 (8), 2003, p.11-55.

MITA, Chiyoko. *Bastos: Uma Comunidade Étnica Japonesa no Brasil*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

MOLINA, Antonio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. *Criminologia*, 4a edição, São Paulo, RT, 2002.

MORIMOTO, Amelia. *Los Japoneses y sus Descendientes em el Perú*. Lima, Fondo Editorial Del Congreso del Perú, 1999.

MOTA, Carlos Guilherme. "Cultura e política da boa vizinhança: dois artistas norte-americanos no Brasil" In COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Segunda Guerra Mundial: Um Balanço Histórico*. São Paulo, Xamã/Departamento de História, FFLCH-USP, 1995.

NETO, Valdemar Carneiro Leão. *A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930-1934): Contornos Diplomáticos*. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 1989.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *A Imigração Japonesa para a Lavoura Cafeeira Paulista (1908-1922)*. São Paulo, IEB-USP, 1973.

NUCCI, Priscila. *Os Intelectuais Diante do Racismo Antinipônico no Brasil: Textos e Silêncios*. Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 2000.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro (Orgs.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

PAIVA, Vanilda. "Oliveira Vianna: Nacionalismo ou Racismo?" In *Encontros Com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n.º 3: 127-156, 1978.

PAXTON, Robert O. *A Anatomia do Fascismo*. Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros da Guerra: Os "Súditos do Eixo" nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. São Paulo, Associação Editorial Hmanitas/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. *Guerra das Imagens: Cinema e Política nos Governos de Adolf Hitler e Franklin D. Roosevelt*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de História Social. FFLCH/USP, 2003.

RAEDERS, Georges. *O Inimigo Cordial do Brasil: o Conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar (1890-1930)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967.

RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos. *Venha o Decreto de Expulsão*. Dissertação de Mestrado em História, FFLCH-USP, 2003.

RUSSELL III, Edmund P. "Speaking of Annihilation": Mobilizing for War against Human and Insect Enemies, 1914-1945. In *Journal of American History*, o. 82, n.º 4, março de 1996, p.1505-1529.

SAITO, Hiroshi. *O Japonês no Brasil*. São Paulo, Sociologia e Política, 1960.

SAKURAI, Célia. "Imigração japonesa para o Brasil. Um exemplo de imigração tutelada (1908-1941)". Comunicação apresentada no XXII Encontro Nacional da ANPOCS. Outubro de 1998. Caxambu / MG.

SALIBA, Elias Thomé. "Juó Bananére, O Raté do Modernismo Paulista?" In *Revista de História*. São Paulo, Departamento de História, FFLCH-USP, n.º 137: 113-122, 2º semestre/1997.

_____. *Raízes do Riso: A Representação Humorística na História Brasileira – da Belle Époque aos Primeiros Tempos do Rádio*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. *Que Horas São?* São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

SCOTT, Joan. "História das Mulheres". In Peter Burke (Org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, Editora UNESP, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura Como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.

_____. *Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SEYFERTH, Giralda. "Os Imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo". In Dulce Pandolfi (org.). *Repensando o Estado Novo*. 1.º edição. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. "A assimilação dos imigrantes como questão nacional". In *Mana: Estudos de antropologia social*, Vol.3, nº 1:95-131, abril de 1997, p.95.

SILVA, Marcos Antonio da. "A Construção do Saber Histórico: Historiadores e Imagens" In *Revista de História*. São Paulo: USP/FFLCH, nº. 125-126: 117-134, ago-dez/91-jan-jul/92.

SIQUEIRA, Osvaldo Nunes de. *Biotipologia do imigrante no discurso da revista de imigração e colonização (1940-1955)*. Tese de Doutorado em História Social, FFLCH-USP, 2006.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. *Uma Epopéia Moderna: 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil*. Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil. São Paulo, HUCITEC, 1992.

SONTAG, Susan. *A Doença como Metáfora*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

SOUZA, Ismara Izepe de. *Caminhos que se Cruzam: as relações históricas entre Brasil e Espanha (1936-1960)*. Tese de Doutorado – FFLCH- USP, 2009.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O Perigo Amarelo: Imagens do Mito, Realidade do Preconceito (1920-1945)*. São Paulo, Associação Editorial Humanitas, FAPESP, 2008.

_____. *Japoneses: A Saga do Povo do Sol Nascente*. São Paulo, Companhia Editora Nacional; Lazuli Editora, 2007, p.38-39 (Série *Lazuli Imigrantes no Brasil* / Coordenadora Maria Luiza Tucci Carneiro).

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros: A Reflexão Francesa Sobre a Diversidade Humana*. Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993.

TRUZZI, Oswaldo. *Patrícios: Sírios e libaneses em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008. v. 1.

VELLOSO, Mônica Pimenta. "Cultura e poder político" In Lúcia Lippi Oliveira; Mônica Pimenta Velloso; Ângela Maria Castro Gomes. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo, Editora Brasiliense, 2004.

WALDMAN, Bertha. “Terra à vista: anotações sobre a presença de japoneses na literatura brasileira” In CARNEIRO, Maria Luiza Tucci & TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Imigrantes Japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória*. São Paulo, EDUSP (no prelo).

WIAZOVSKI, Taciana. *O Mito do Complô Judaico-Comunista no Pensamento Autoritário Brasileiro: gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954)*. São Paulo, Associação Editorial Humanitas, 2009.

YAMASHIRO, José. *Japão Passado e Presente*. São Paulo, HUCITEC, 1978.

Obras de referência

BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de (Orgs.). *Dicionário Histórico Biográfico (1930-1984)*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1984.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política*. 5 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

Inventário DEOPS

TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O Perigo Amarelo em Tempos de Guerra (1939-1945)*. São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002 (Série Inventários DEOPS – Módulo III – Japoneses).

